

As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a seu respeito. O presente Prospecto Preliminar está sujeito à complementação e correção. O Prospecto Definitivo estará disponível nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia; das entidades administradoras da Oferta; das entidades administradoras de mercado organizado de valores mobiliários admitidos à negociação; e da CVM.

PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DO

HERMES PARDINI
Medicina, Saúde e Bem-estar



INSTITUTO HERMES PARDINI S.A.
Companhia de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 19.378.769/0001-76
NIRE 31.30009880-0

Rua Aimorés, 66, Funcionários
CEP 30140-070, Belo Horizonte, Minas Gerais

Código ISIN das Ações Ordinárias: "BRPARDACNOR1"
Código de negociação das Ações Ordinárias na BM&FBOVESPA: "PARD3"

40.171.429 Ações Ordinárias

Valor da Distribuição: R\$831.950.294,59

No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$18,71 e R\$22,71, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor acima ou abaixo desta faixa indicativa.

O Instituto Hermes Pardini S.A. ("Companhia"), e o GIF IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ("Acionista Vendedor"), em conjunto com o Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA" ou "Coordenador Líder"), o Banco Morgan Stanley S.A. ("Morgan Stanley" ou "Agente Estabilizador"), o Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI"), o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("BoFA Merrill Lynch") e o Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan"), e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Morgan Stanley, o Bradesco BBI e o BoFA Merrill Lynch, os "Coordenadores da Oferta", estão realizando uma oferta pública de distribuição primária e secundária de, inicialmente, 40.171.429 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembarçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), compreendendo: (i) a distribuição primária de, inicialmente, 8.571.429 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembarçadas de todos e quaisquer ônus ou gravames, a serem emitidas pela Companhia ("Oferta Primária"); e (ii) a distribuição secundária de, inicialmente, 31.600.000 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembarçadas de todos e quaisquer ônus ou gravames ("Oferta Secundária"), em conjunto com a Oferta Primária, "Oferta", no Brasil, com esforços de colocação no exterior.

A Oferta será realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob coordenação dos Coordenadores da Oferta, e contará com a participação de determinadas instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), convidadas a participar da Oferta, exclusivamente, para efetuar esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto) ("Instituições Consorciadas") e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "Instituições Participantes da Oferta", observado o disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais normativos aplicáveis, bem como os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA ("Regulamento do Novo Mercado") e "Novo Mercado", respectivamente.

Serão também realizados, simultaneamente, pelo Itaú BBA USA Securities, Inc., pelo Morgan Stanley & Co. LLC, pelo Bradesco Securities Inc., pelo Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated e pelo J.P. Morgan Securities LLC (em conjunto definidos como "Agentes de Colocação Internacional"), em conformidade com o Placement Facilitation Agreement, a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Agentes de Colocação Internacional ("Contrato de Colocação Internacional"), esforços de colocação das Ações (i) nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (qualified institutional buyers), residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Rule 144A do Securities Act de 1933, editado pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC"), em conformidade com o Securities Act, e nos regulamentos editados ao amparo do Securities Act; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis desse país (non U.S. Persons), em conformidade com o Regulation S editado pela SEC no âmbito do Securities Act, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor (os investidores descritos nos itens "i" e "ii" acima, em conjunto, "Investidores Estrangeiros") que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.373, de 29 de setembro de 2014 ("Resolução CMN 4.373"), e pela Instrução da CVM nº 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada ("Instrução CVM 560"), ou pela Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada ("Lei 4.131"), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do Anúncio de Início (conforme definido neste Prospecto), a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares, conforme definido abaixo), poderá, a critério da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 4,27% (quatro inteiros e vinte e sete centésimos), ou seja, em até 1.714.285 novas ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 6.021.867 ações ordinárias de emissão da Companhia, das quais até 1.285.000 serão emitidas pela Companhia e até 4.736.867 serão alienadas pelo Acionista Vendedor, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Suplementares"), conforme opção para distribuição de tais Ações Suplementares a ser outorgada pela Companhia e pelo Acionista Vendedor ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão do Instituto Hermes Pardini S.A. ("Contrato de Colocação"), a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor, os Coordenadores da Oferta e, na qualidade de interveniente-ante, a BM&FBOVESPA, as quais serão destinadas, exclusivamente, para atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta ("Opção de Ações Suplementares"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na BM&FBOVESPA, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrelocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação (conforme definido abaixo). As Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta em regime de garantia firme de liquidação a ser prestada exclusivamente pelo Coordenador Líder, pelo Agente Estabilizador, pelo Bradesco BBI e pelo BoFA Merrill Lynch, de forma individual e não solidária, de acordo com os limites individuais e demais disposições previstas no Contrato de Colocação. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de subscção ou aquisição, conforme o caso, por Ação estará situado entre R\$18,71 e R\$22,71 ("Faixa Indicativa"), podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa ("Preço por Ação"). Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observada a condição de eficácia indicada neste Prospecto. O Preço por Ação será fixado após a apuração do resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais, a ser realizado no Brasil, conduzido pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44, ambos da Instrução CVM 400 ("Procedimento de Bookbuilding"). O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletada junto a Investidores Institucionais. A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido com a realização do Procedimento de Bookbuilding, o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentaram suas intenções de investimento no contexto da Oferta, e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). Caso não haja excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), os investidores institucionais que sejam Pessoas Vinculadas (conforme definido neste Prospecto) poderão participar do Procedimento de Bookbuilding até o limite máximo de 20% das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares). Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de Bookbuilding e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.

	Preço (R\$) ⁽¹⁾	Comissões (R\$) ⁽²⁾⁽⁴⁾	Recursos Líquidos (R\$) ⁽²⁾⁽³⁾⁽⁴⁾
Preço por Ação.....	20,71	0,83	19,88
Oferta Primária.....	177.514.294,59	0,00	177.514.294,59
Oferta Secundária.....	654.436.000,00	33.278.011,78	621.157.988,22
Total da Oferta.....	831.950.294,59	33.278.011,78	798.672.282,81

(1) Com base no Preço por Ação de R\$20,71, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$18,71 e R\$22,71, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor acima ou abaixo desta faixa indicativa.

(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais.

(3) Sem dedução das despesas da Oferta.

(4) Para informações sobre as remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta - Custos de Distribuição", na página 40 deste Prospecto.

A realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, e ainda, a adesão da Companhia e a emissão de ações ordinárias de sua emissão no Novo Mercado e a reforma de seu estatuto social, foram aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 09 de dezembro de 2016, cuja ata foi registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") sob o n.º 6141778 em 22 de dezembro de 2016 e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal "Diário do Comércio" em 17 de janeiro de 2017.

A determinação da quantidade de Ações objeto da Oferta Primária, o Preço por Ação e a homologação do aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto no seu estatuto social, serão aprovadas em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de Bookbuilding e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCEMG e publicada no jornal "Diário do Comércio" na data de disponibilização do Anúncio de Início (conforme definido neste Prospecto) e no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais no dia útil subsequente.

A realização da Oferta Secundária e alienação das Ações Suplementares, bem como seus termos e condições, inclusive no que se refere à fixação do Preço por Ação pelo Procedimento de Bookbuilding, serão aprovadas pelo Acionista Vendedor por ato discricionário de seu gestor, nos termos do parágrafo 1º do artigo 38 de seu regulamento.

Exceto pelo registro na CVM, a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos da América e em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

A OFERTA PRIMÁRIA E A OFERTA SECUNDÁRIA FORAM REGISTRADAS NA CVM SOB OS N.ºS CVM/SRE/REM/2017/1(+) E CVM/SRE/SEC/2017/1(+), RESPECTIVAMENTE, AMBAS EM [•] DE [•] DE 2017,

"O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS."

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que o registro da Oferta foi requerido junto a CVM em 13 de dezembro de 2016.

Este Prospecto Preliminar não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de subscrição/aquisição e integralização/liquidação das Ações. Ao decidir subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações, os potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, das atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO DA COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", A PARTIR DAS PÁGINAS 14 E 5), RESPECTIVAMENTE, DESTES PROSPECTO E TAMBÉM A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANEXO A ESTE PROSPECTO NA PÁGINA 507, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.



A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários. O registro ou análise prévia da presente Oferta Pública não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, do(s) ofertante(s), das instituições participantes, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos. Este selo não implica recomendação de investimento.

Coordenadores da Oferta



Coordenador Líder



Agente Estabilizador







(Página intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES.....	1
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA	5
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO	6
SUMÁRIO DA COMPANHIA.....	8
SUMÁRIO DA OFERTA	18
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA.....	32
Composição do Capital Social	32
PRINCIPAIS ACIONISTAS, MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA E ACIONISTA VENDEDOR.....	34
ACIONISTA VENDEDOR, QUANTIDADE DE AÇÕES OFERTADAS, MONTANTE E RECURSOS LÍQUIDOS	36
CARACTERÍSTICAS GERAIS DA OFERTA.....	38
Descrição da Oferta	38
Aprovações Societárias	39
Preço por Ação	39
Custos de Distribuição	40
Instituições Participantes da Oferta	41
Público Alvo	41
Cronograma Estimado da Oferta	42
Procedimento da Oferta	43
Oferta de Varejo.....	44
Oferta Institucional.....	47
Prazos da Oferta e Data de Liquidação	49
Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional.....	49
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação da Oferta	50
Contrato de Estabilização	52
Negociação das Ações na BM&FBOVESPA	52
Direitos, Vantagens e Restrições das Ações.....	52
Violações de Normas de Conduta e Cancelamento dos Pedidos de Reserva.....	53
Instituição Financeira Responsável pela Escrituração das Ações.....	54
Restrições à Negociação das Ações (<i>Lock-up</i>)	54
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta.....	55
Suspensão ou Cancelamento da Oferta	56
Inadequação da Oferta	56
Condições a que a Oferta esteja submetida.....	56
Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta	56
Informações Adicionais.....	57
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES	58
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA	64
Itaú BBA	64
Banco Morgan Stanley S.A.	65
Bradesco BBI.....	66
BofA Merrill Lynch.....	67
J.P. Morgan	68

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA, O ACIONISTA VENDEDOR E OS	
COORDENADORES DA OFERTA.....	70
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA	70
Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder.....	70
Relacionamento entre a Companhia e o Morgan Stanley.....	72
Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI.....	72
Relacionamento entre a Companhia e o BofA Merrill Lynch.....	74
Relacionamento entre a Companhia e o J.P. Morgan.....	75
RELACIONAMENTO ENTRE O ACIONISTA VENDEDOR E OS COORDENADORES DA OFERTA	75
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder	75
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Morgan Stanley	76
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Bradesco BBI.....	77
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o BofA Merrill Lynch	78
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o J.P. Morgan	78
INFORMAÇÕES ADICIONAIS.....	80
IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, COORDENADORES,	
CONSULTORES E AUDITORES	82
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS.....	84
CAPITALIZAÇÃO	86
DILUIÇÃO	87

ANEXOS

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA	93
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA	
EM 09 DE DEZEMBRO DE 2016, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA.....	117
MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA	
QUE APROVA O PREÇO POR AÇÃO E A HOMOLOGAÇÃO DO AUMENTO DE CAPITAL	147
DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400.....	153
DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR NOS TERMOS DO	
ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400	157
DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56	
DA INSTRUÇÃO CVM 400.....	161
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS – ITR DA COMPANHIA REFERENTES	
AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E DE 2015	165
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTE AOS	
EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014.....	337
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTE AOS	
EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013.....	409
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480	479

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, “Companhia”, “Hermes Pardini” ou “nós” referem-se, a menos que o contexto determine de forma diversa, ao Instituto Hermes Pardini S.A. e suas subsidiárias na data deste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto, conforme aplicável.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção “Sumário da Oferta” deste Prospecto.

Acionistas Controladores	Victor Cavalcanti Pardini, Regina Pardini, Áurea Maria Pardini, VP Participações e Gestão de Negócios EIRELI, RP Participações e Gestão de Negócios EIRELI e AP Participações e Gestão de Negócios EIRELI, considerados em conjunto.
Administração	Conselho de Administração e Diretoria da Companhia, considerados em conjunto.
Administradores	Membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
ANS	Agência Nacional de Saúde.
Assembleia Geral	Assembleia geral de acionistas da Companhia.
Auditores Independentes	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, considerados em conjunto.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
Câmara de Arbitragem do Mercado	A câmara de arbitragem prevista no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela BM&FBOVESPA, destinada a atuar na composição de conflitos que possam surgir nos segmentos especiais de listagem da BM&FBOVESPA.
CAGR	Taxa Composta de Crescimento Anual (<i>Compound Annual Growth Rate</i>).
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e alterações posteriores.

Companhia ou Hermes Pardini	Instituto Hermes Pardini S.A.
Conselheiro Independente	É o membro do Conselho de Administração que atende aos seguintes requisitos, conforme Regulamento do Novo Mercado: (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser acionista controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada aos Acionistas Controladores (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, dos Acionistas Controladores ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição). Serão considerados ainda Conselheiros Independentes aqueles eleitos mediante as faculdades previstas no artigo 141, parágrafos 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações.
Conselho de Administração	O conselho de administração da Companhia.
Conselho Fiscal	O conselho fiscal da Companhia, que até a data deste Prospecto não havia sido instalado.
Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato celebrado entre, de um lado, a BM&FBOVESPA e, de outro, a Companhia, seus Administradores e os Acionistas Controladores, em 19 de janeiro de 2017, por meio do qual a Companhia aderiu ao Novo Mercado, e pelo qual a Companhia, seus Administradores e os Acionistas Controladores se comprometeram a cumprir com requisitos diferenciados de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado estabelecido pelo Regulamento do Novo Mercado, a fim de se qualificar para listagem no Novo Mercado, o qual entrará em vigor na data de disponibilização do Anúncio de Início.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Diretoria	A diretoria da Companhia.
DOEMG	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.
Dólar, dólar, dólares ou US\$	Moeda oficial dos Estados Unidos.
Estados Unidos	Estados Unidos da América.

Estatuto Social	Estatuto social da Companhia.
Formulário de Referência	Formulário de Referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, anexo a este Prospecto.
Governo Federal	Governo Federal do Brasil.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Instituição Escriuradora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Instrução CVM 358	Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 505	Instrução da CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada.
Instrução CVM 527	Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012.
Instrução CVM 554	Instrução da CVM nº 554, de 17 de dezembro de 2014, conforme alterada.
Instrução CVM 560	Instrução da CVM nº 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada.
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo IBGE.
JUCEMG	Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.
Lei 4.131	Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Capitais	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA com regras diferenciadas de governança corporativa.
NYSE	Bolsa de Valores de Nova York.
Offering Memoranda	<i>Preliminary Offering Memorandum</i> e o <i>Final Offering Memorandum</i> , conforme definidos no Contrato de Distribuição Internacional, considerados em conjunto.
PIB	Produto Interno Bruto.

Prospecto Definitivo	O Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Instituto Hermes Pardini S.A., incluindo o Formulário de Referência a ele anexo.
Prospecto ou Prospecto Preliminar	Este Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Instituto Hermes Pardini S.A., incluindo o Formulário de Referência a ele anexo e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospectos	O Prospecto Definitivo e o Prospecto Preliminar, considerados em conjunto.
Real, real, reais ou R\$	Moeda oficial corrente no Brasil.
Rule 144A	<i>Rule 144A</i> editada ao amparo do <i>Securities Act</i> .
Regulamento de Arbitragem	Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, inclusive suas posteriores modificações, que disciplina o procedimento de arbitragem ao qual serão submetidos todos os conflitos estabelecidos na cláusula compromissória inserida no Estatuto Social da Companhia e constante dos termos de anuência dos administradores, membros do Conselho Fiscal e dos controladores.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento de listagem do Novo Mercado editado pela BM&FBOVESPA, que disciplina os requisitos para a negociação de valores mobiliários de companhias abertas no Novo Mercado, estabelecendo regras de listagem diferenciadas para essas companhias, seus administradores e seus acionistas controladores.
Regulation S	<i>Regulation S</i> do <i>Securities Act</i> de 1933, conforme alterada, dos Estados Unidos.
Resolução CMN 4.373	Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014.
SEC	<i>Securities and Exchange Commission</i> , a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.
Securities Act	<i>Securities Act</i> de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Instituto Hermes Pardini S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.378.769/0001-76, com seus atos constitutivos registrados na JUCEMG sob o NIRE nº 3130009880-0.
Registro na CVM	Em fase de registro como emissora de valores mobiliários categoria "A" perante a CVM
Sede	Localizada na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Rua Aimorés, nº 66, CEP 30140-070.
Diretoria de Relações com Investidores	Localizada na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Rua Aimorés, nº 66, CEP 30140-070. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Camilo de Lelis Maciel Silva. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é (31) 3629-4503 e o seu endereço eletrônico é ri@grupopardini.com.br .
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Auditores Independentes	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o código "PARD3", a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à publicação do Anúncio de Início.
Jornais nos quais divulga informações	As informações referentes à Companhia são divulgadas no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal "Diário do Comércio".
Formulário de Referência	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência.
Website	http://www.hermespardini.com.br/ri . As informações constantes no <i>website</i> da Companhia não são parte integrante deste Prospecto e não estão a ele incorporadas por referência.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto inclui estimativas e declarações futuras, principalmente, nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, e nos itens “4. Fatores de Risco”, “7. Atividades do Emissor” e “10. Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência anexo a este Prospecto, a partir das páginas 14, 58, 507, 560 e 632, respectivamente, deste Prospecto.

Essas considerações sobre estimativas e declarações futuras basearam-se, principalmente, nas expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam seu setor de atuação, sua participação de mercado, sua reputação, seus negócios, sua situação financeira, o resultado das suas operações, suas margens e/ou seu fluxo de caixa. Embora a Companhia acredite que essas estimativas e declarações futuras sejam baseadas em premissas razoáveis, elas estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações de que dispomos atualmente.

Além de outros itens discutidos em outras seções deste Prospecto, há uma série de fatores que podem fazer com que as estimativas e declarações não ocorram. Tais riscos e incertezas incluem, entre outras situações, as seguintes:

- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas, ambiente regulatório ou regulamentação ambiental no Brasil;
- alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, taxas de juros, câmbio, nível de emprego, crescimento populacional e confiança do consumidor;
- impossibilidade ou dificuldade de viabilização e implantação de novos projetos de desenvolvimento, fabricação e posterior comercialização de produtos;
- atrasos, excesso ou aumento de custos não previstos na implantação ou execução de nossos projetos;
- aumento de custos, incluindo, mas não se limitando aos custos: (i) de operação e manutenção; (ii) encargos regulatórios e ambientais; e (iii) contribuições, taxas e impostos;
- nossa capacidade de obter, manter e renovar as autorizações e licenças governamentais aplicáveis, inclusive ambientais que viabilizem nossos projetos;
- fatores negativos ou tendências que podem afetar nossos negócios, participação no mercado, condição financeira, liquidez ou resultados de nossas operações;
- nosso nível de capitalização e endividamento e nossa capacidade de contratar novos financiamentos e executar o nosso plano de expansão; e
- outros fatores de risco discutidos nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, a partir das páginas 14 e 58, respectivamente, deste Prospecto, bem como na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência anexo a este Prospecto, a partir das páginas 507 e 542, respectivamente, deste Prospecto.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro.

O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS NESTE PROSPECTO. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA, O ACIONISTA VENDEDOR E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DE NOVA INFORMAÇÃO, EVENTOS FUTUROS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.

As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, de forma que a Companhia não pode assegurar que atualizará ou revisará quaisquer dessas estimativas em razão da disponibilização de novas informações, eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não representam qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras constantes neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições da situação financeira futura da Companhia e de seus resultados operacionais futuros, sua participação e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquelas expressas ou sugeridas nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, nenhuma decisão de investimento deve ser tomada somente baseada nas estimativas e declarações futuras contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO DAS INFORMAÇÕES DA EMISSORA. AS INFORMAÇÕES COMPLETAS SOBRE A COMPANHIA ESTÃO NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA. LEIA-O ANTES DE ACEITAR A OFERTA. Este Sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir nas Ações. Portanto, antes de tomar sua decisão em investir em nossas Ações, o investidor deve ler cuidadosa e atenciosamente todo este Prospecto e o Formulário de Referência, incluindo as informações contidas nas seções “Considerações Sobre Estimativas e Perspectivas Sobre o Futuro”, e “Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia”, nas páginas 6 e 14 deste Prospecto, bem como nas seções “3. Informações Financeiras Seleccionadas”, “4. Fatores de Risco” e “10. Comentários dos Diretores”, respectivamente, do Formulário de Referência, além das nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto. Declaramos que as informações constantes neste Sumário são consistentes com as informações de nosso Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, nos termos do inciso II, § 3º, do artigo 40 da Instrução CVM 400.

Visão Geral

Acreditamos ser o laboratório de referência líder e de maior crescimento no segmento *Lab-to-Lab*, o segundo maior em produção de análises clínicas no mercado privado, e um dos quatro maiores grupos em termos de receita líquida no segmento de medicina diagnóstica no Brasil, de acordo com os dados fornecidos por nossos clientes e com base em uma análise interna a partir de dados públicos divulgados pelo Datasus, CNES e IESS. Somos a maior empresa de medicina diagnóstica nos estados de Minas Gerais e Goiás em Unidades de Atendimento ao Paciente (“**PSC**”), com 86 unidades, sendo a maior também em termos de receita líquida e em número de exames, com crescente presença nos maiores mercados de saúde do Brasil, como Rio de Janeiro e São Paulo. Esta posição de liderança nacional no segmento de Laboratório de Referência (“**Lab-to-Lab**”) e de liderança nos estados de Minas Gerais e Goiás no segmento de PSC nos confere fortes vantagens competitivas em termos de escala, sinergias e reconhecimento de marca, oferecendo um substancial retorno sobre o capital investido (“**ROIC**”) e múltiplas possibilidades de crescimento.

Com quase 60 anos de história, acreditamos que a marca Hermes Pardini tornou-se referência nacional em termos de qualidade, confiabilidade e excelência operacional, sendo associada a um amplo portfólio de exames com alta especialização e diversificação, incluindo testes esotéricos, todos processados em nossos núcleos técnicos e unidades de atendimento. Acreditamos que nossa posição de liderança foi alcançada por meio de investimentos em tecnologia, pesquisa e desenvolvimento (“**P&D**”), foco contínuo na satisfação do cliente, confiabilidade, reconhecimento de marca e em nosso modelo de negócios, o qual nos proporciona economias de escala por meio de nosso Laboratório Central (Núcleo Técnico Operacional - “**NTO**”) em Minas Gerais.

Estrategicamente localizado a 16km de distância do aeroporto internacional de Confins, na área metropolitana de Belo Horizonte, o nosso NTO é uma das maiores plantas especializadas em análises clínicas do mundo, de acordo com nossos fornecedores. Nosso NTO centraliza a produção de aproximadamente 90% dos nossos exames o que nos permite manter a alta qualidade e a rapidez de processamento com custos reduzidos e nos proporciona importantes vantagens competitivas no segmento de *Lab-to-Lab*, com maior qualidade e rapidez de processamento e menores custos. No NTO processamos mais de 6 milhões de exames por mês em uma área construída de mais de 18 mil metros quadrados que comporta, ainda, substancial expansão com baixo investimento.

Dividimos nossos negócios em dois segmentos:

- (i) **Laboratório de Referência (Lab-to-Lab):** Acreditamos ser líderes de mercado em serviços de *Lab-to-Lab* no Brasil, cobrindo aproximadamente 5.300 clientes em 1.783 cidades brasileiras. Oferecemos um grande portfólio de exames especializados para outros laboratórios em todo o território nacional, bem como serviços de consultoria, treinamento e suporte aos nossos clientes. Operamos no segmento principalmente por meio de três marcas: Hermes Pardini, Progenética (associada a exames de alta complexidade de oncogenética e genética), no Estado do Rio de Janeiro, e Diagnóstika (associada a exames de alta complexidade em patologia clínica), no Estado de São Paulo. Os serviços *Lab-to-Lab* foram responsáveis por 59,3% e 57,0% da receita líquida da Companhia no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2016 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, respectivamente.
- (ii) **Unidades de Atendimento ao Paciente (PSC):** Operamos 111 unidades, nos estados de Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro. Somos líderes nos mercados de Minas Gerais (com a marca Hermes Pardini), com 66 unidades e 70% de participação de mercado na região metropolitana de Belo Horizonte, e Goiás (com a marca Padrão), com 31 unidades e 51% de participação de mercado na região metropolitana de Goiânia, conforme informações fornecidas por nossos clientes e com base em uma análise interna a partir de dados públicos divulgados pelo Datasus, CNES e IESS. Nossas unidades atendem diretamente aproximadamente 10 mil clientes por dia, oferecendo exames de análise clínica, diagnóstico por imagem, vacinas, check-up e outros serviços de diagnóstico. Os serviços de PSC foram responsáveis por 41,9% e 44,0% da receita líquida da Companhia no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2016 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, respectivamente, sendo que 60,0% e 62,0%, respectivamente, corresponderam a serviços decorrentes de análises clínicas e 34,0%, em ambos os períodos, corresponderam a serviços decorrentes de imagem.

Informação Financeira

A tabela abaixo apresenta informações financeiras selecionadas e consolidadas para os períodos indicados.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de	
	2013	2014	2015	2015	2016
	(em milhares de R\$)				
Indicadores Financeiros					
Receita Líquida de prestação de serviços	581.728	696.529	771.786	579.239	675.102
EBIT	91.683	135.846	149.514	114.185	125.709
Margem EBIT.....	15,8%	19,5%	19,4%	19,7%	18,6%
Depreciação e Amortização	33.232	36.417	34.456	25.977	26.207
EBITDA.....	124.915	172.263	183.970	140.162	151.916
Margem EBITDA.....	21,5%	24,7%	23,8%	24,2%	22,5%

Nossos Pontos Fortes

Acreditamos que nossos principais pontos fortes são os seguintes:

Liderança no segmento Lab-to-Lab.

Oferecemos mais de 3.450 tipos de exames especializados para aproximadamente 5.300 clientes em 1.783 cidades brasileiras. Nossa escala, alcance nacional e a eficiência de nossas operações nos permitem oferecer um amplo e sofisticado portfólio de exames em todo o Brasil. O contínuo investimento em tecnologia e P&D promove a confiabilidade de resultados, rápido tempo de resposta e constante inovação de portfólio e serviços, valorizando nossas marcas. Também oferecemos uma ampla gama de produtos e serviços para os nossos laboratórios conveniados, incluindo consultoria, treinamento e serviços de suporte operacional e financeiro, que acreditamos serem fundamentais para a lealdade e retenção destes clientes e o sucesso de nossa estratégia no segmento de *Lab-to-Lab*. Nossa proposta também é centrada em uma plataforma de tecnologia da informação totalmente integrada com nossos consumidores, o que promove maior segurança e confiabilidade e permite o rastreamento dos exames. Da mesma maneira, esta plataforma permite o compartilhamento das bases de dados por meio de uma interface de manejo simples e um suporte abrangente para nossos laboratórios conveniados o que fortalece a relação com nossos clientes. Nosso posicionamento estratégico e experiência, aliados a uma extensa malha logística, resulta em serviços eficientes para nossos clientes em todo o Brasil. Operamos uma sólida e extensa rede de vendas e distribuição em todo o Brasil com uma operação logística integrada. Nossa extensa plataforma de distribuição é composta por uma equipe comercial de mais de 100 pessoas e organizada por seis gerentes regionais e uma equipe especializada apoiada por 13 técnicos de laboratório especializados. Esta abordagem promove a confiabilidade de nossos serviços.

Combinação das vantagens competitivas proporcionadas por nosso NTO com a agilidade e especialização de nossos Laboratórios Regionais (Núcleo Técnico Avançado – “NTA”).

Nosso NTO propicia as seguintes vantagens competitivas: (i) capacidade para aproximadamente 6 milhões de testes por mês, que resultam em ganhos de escala e diluição dos custos operacionais; (ii) oferta de nosso portfólio de produtos, inclusive testes esotéricos, em todo o território nacional; e (iii) viabiliza a utilização de equipamentos de alta tecnologia, diluindo o custo fixo por exame. A localização estratégica de nosso NTO promove eficiência logística e permite a centralização de aproximadamente 90% dos nossos exames. Atualmente processamos cerca de 60% dos nossos exames com a utilização da tecnologia *Total Lab Automation* (“**TLA**”), implementada pioneiramente no Brasil por nossa Companhia em 2010 e por meio da qual os exames são processados sem nenhuma intervenção humana, aumentando a confiabilidade dos resultados. Combinamos a operação de nosso NTO com nossos cinco NTAs localizados em Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Goiânia. Nossos NTAs em Belo Horizonte e Goiânia processam testes comuns, com resultados rápidos e otimização da utilização de nossa capacidade produtiva e nossos NTAs em São Paulo e Rio de Janeiro, por sua vez, oferecem uma gama de exames especializados. A combinação das vantagens competitivas do nosso NTO com a rapidez e especialização dos nossos NTAs nos permite, na nossa visão, fornecer exames, tanto no segmento de *Lab-to-Lab*, quanto no segmento de PSC, de forma eficiente.

Entrada em novos mercados e processo de integração eficiente e comprovado de novas aquisições em curto prazo.

Possuímos um histórico bem sucedido de expansão, que acreditamos ser o resultado de mais de 50 anos de compromisso com mercados regionais, especialmente nos estados de Minas Gerais e Goiás. Desde a nossa fundação, expandimos nossas atividades para quatro estados diferentes, com um alcance atual de aproximadamente 10.000 clientes diários por meio de nossa plataforma de varejo, integrada com nossos NTAs e o NTO. Nosso alcance nacional por meio do segmento *Lab-to-Lab* nos permite identificar novos mercados e ser competitivos em aquisições. Em muitos casos, as empresas adquiridas já eram clientes do nosso negócio de *Lab-to-Lab* e integradas no fluxo de trabalho oferecido por nosso NTO e o que nos possibilita uma maior visibilidade do potencial de mercado pré-aquisição e sinergias significativas pós-aquisição. Desde 2012, concluímos uma *joint venture* e cinco aquisições de laboratórios com um investimento total de aproximadamente R\$100 milhões no período. Nossa forte capacidade de executar e integrar novas aquisições, inclusive por meio da unificação de sistemas, como por exemplo, de tecnologia da informação, financeiro e de atendimento, bem como nosso amplo conhecimento do setor nos proporciona um significativo controle de nossas operações, resultando no aumento de nossa receita líquida e redução de custos em curto prazo.

Alto reconhecimento de nosso portfólio de marcas fortes.

Nossas marcas locais têm alto grau de reconhecimento em seus mercados correspondentes, como é o caso da marca Padrão em Goiás e Hermes Pardini em Minas Gerais. A Hermes Pardini, nossa maior marca em termos de receita líquida, tem um reconhecimento histórico nos segmentos *Lab-to-Lab* e PSC, possuindo uma forte reputação de qualidade e confiabilidade, conforme Mercado Lógica Report, 2013. A marca Hermes Pardini é *top of mind*, segundo levantamento realizado com clientes e produzido pela revista Mercado Comum, 2016, figurando como o primeiro nome que vem à mente dos clientes quando questionados sobre marcas de laboratório de diagnóstico na região metropolitana de Belo Horizonte, em relação ao segmento PSC, e em todo o país, em relação ao segmento *Lab-to-Lab*, conforme as pesquisas Mercadológica, 2014; Pesquisa Sfnnet, 2015 e Instituto Ver 2016. Além disso, 98% dos clientes entrevistados declararam que os nossos laudos são confiáveis, nos segmentos de *Lab-to-Lab* e PSC. A marca Hermes Pardini é complementada por uma carteira de marcas locais bem estabelecidas, o que nos permite atender diferentes áreas geográficas e ofertar uma grande variedade de produtos especializados. Nossa marca Padrão, por exemplo, tem forte presença na região metropolitana de Goiânia e atingiu 51% de participação de mercado, conforme dados fornecidos por nossos clientes e com base em uma análise interna a partir de dados públicos divulgados pelo Datasus, CNES e IESS. Nossas marcas no segmento de *Lab-to-Lab*, Progenética e Diagnóstika, são altamente respeitadas na comunidade médica em suas áreas de especialização, que incluem oncogenética, testes genéticos e exames de anatomia patológica, respectivamente, conforme o Instituto Ver, 2015.

Inovações resultantes do investimento em P&D.

Investimos, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2016 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, aproximadamente R\$855 mil e R\$1,3 milhão, respectivamente, em P&D. Nosso departamento de P&D utiliza estes investimentos na busca de inovações laboratoriais para nossos atuais segmentos de negócio e portfólio de produtos, objetivando qualidade, confiabilidade, economias de escala e aumento de nossas vendas. Nossas recentes conquistas em P&D incluem o desenvolvimento de novos testes, como, por exemplo, os exames relacionados ao vírus Zika e Chikungunya, para os quais fomos o primeiro laboratório brasileiro a desenvolver um teste molecular capaz de detectar o vírus Zika. Adicionalmente, destacamos o desenvolvimento de biomarcadores para classificação de leucemia aguda e haplótipos. As inovações alcançadas por nosso departamento de P&D incluem o desenvolvimento em serviços de telemedicina, especialmente com relação ao nosso segmento de *Lab-to-Lab*, em que nossos contínuos avanços nos permitem aumentar nosso portfólio de exames.

Equipe de pesquisa altamente qualificada e auxiliada por uma equipe administrativa experiente.

Acreditamos que nossa equipe de P&D é uma das mais qualificadas do mercado brasileiro de laboratórios diagnósticos. Nossa equipe é composta por 12 pesquisadores, incluindo quatro mestres, um doutor e quatro pós-doutores. A alta qualificação de nosso corpo de pesquisa contribui diretamente para os resultados positivos observados por nosso departamento de P&D. Nossos pesquisadores são reconhecidos pela comunidade médica, tendo feito publicações no *British Journal of Hematology*, *Journal Stem Cell Research & Therapy* e *American Journal of Medical Genetics*. Possuímos uma equipe com grande experiência em exames laboratoriais para diagnósticos, com mais de 15 anos de atuação no setor. Nosso Diretor Presidente, Dr. Roberto Santoro, está em nossa Companhia desde o ano de 2003 e seu alinhamento com nossa estratégia, seu conhecimento, experiência e liderança ajudaram significativamente nossa trajetória de crescimento. Além de nosso Diretor Presidente, contamos com um experiente corpo administrativo, com alto conhecimento do nosso mercado de atuação e comprovado histórico no setor de medicina diagnóstica. Acreditamos estar bem posicionados para continuar a atrair força de trabalho qualificada.

Nossa Estratégia

Temos como objetivo manter e solidificar nossa posição de liderança no segmento *Lab-to-Lab*, bem como nos tornar a melhor alternativa para clientes no segmento de PSC, seja nos mercados que atuamos ou que pretendemos atuar, por meio do desenvolvimento e consolidação de nossas vantagens competitivas, criando valor para nossos clientes e acionistas. Nossa estratégia é baseada nos seguintes pontos:

Buscar ativamente oportunidades de crescimento em novos mercados de PSC e expandir nossa liderança em Minas Gerais e Goiás.

Com 70% de participação de mercado na região metropolitana de Belo Horizonte (com a marca Hermes Pardini), e 51% de participação de mercado na região metropolitana de Goiânia (com a marca Padrão) no segmento PSC, de acordo com os dados fornecidos por nossos clientes e com base em uma análise interna a partir de dados públicos divulgados pelo Datasus, CNES e IESS, acreditamos que nossa posição de liderança nos proporciona vantagens competitivas no processo de expansão para novos e atrativos mercados regionais. Nossa experiência na identificação de laboratórios disponíveis e conhecimento operacional nos posicionam de maneira favorável para realizar aquisições nos setores que atuamos. Da mesma maneira, acreditamos que nossa experiência em realizar a integração de sociedades adquiridas, representa vantagem para a entrada de nossas operações em regiões em que existam consumidores carentes por serviços de qualidade e com preços adequados. Como parte de nossa estratégia de expansão, buscamos também oferecer um portfólio cada vez mais amplo de serviços, inclusive com a implementação de exames de diagnóstico por imagem em locais onde atualmente oferecemos apenas análises clínicas. Objetivamos o crescimento constante de nossa participação de mercado, bem como a manutenção de nossa posição nas regiões nas quais já figuramos como líderes, principalmente por meio do aperfeiçoamento e reprodução de um modelo bem sucedido de vendas, distribuição e logística.

Expandir nossa liderança no segmento Lab-to-Lab.

Acreditamos que nossa posição de liderança no segmento *Lab-to-Lab* poderá ser expandida principalmente em decorrência de nosso foco em qualidade, confiabilidade e excelência, que devem nos proporcionar a retenção dos nossos atuais clientes e a captura de um número maior dos exames por eles terceirizados, bem como com a conquista e fidelização de novos laboratórios clientes, tanto dentro das rotas logísticas existentes como em novas rotas logísticas a serem desenvolvidas. Nossa oferta de uma ampla gama de exames laboratoriais para diagnósticos de alta qualidade, com agilidade e preços adequados, aliados ao nosso potencial de expansão e inovação, por meio de nosso corpo médico e administrativo experiente e nossos investimentos em P&D, nos possibilitarão atingir tais objetivos.

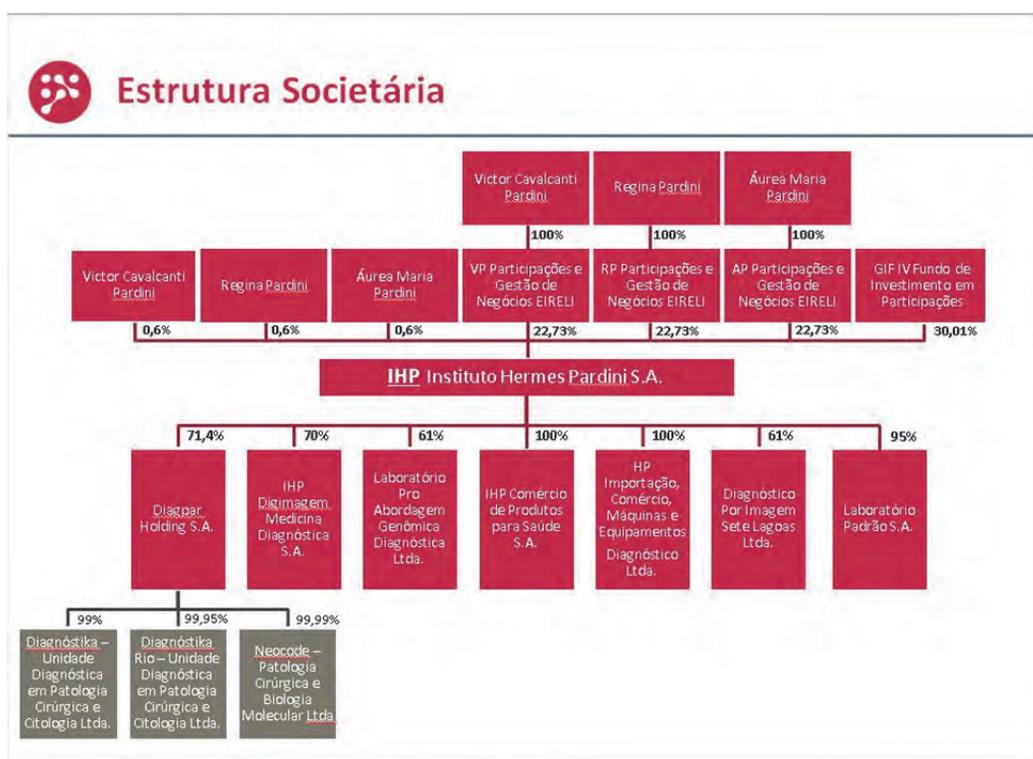
Contínua melhoria de nossas operações

Estamos em constante processo de melhoria das operações de nosso NTO, com o objetivo de aumentar sua capacidade de produção e, conseqüentemente, diluição dos nossos custos operacionais. Nos próximos 3 anos, objetivamos reduzir os custos de produção marginal do nosso NTO e melhorar a agilidade de processamento dos exames, com foco na redução do preço médio de entrega dos exames. Acreditamos que o contínuo aprimoramento das operações em nosso NTO permitirá a ampliação de nossa vantagem competitiva, especialmente em relação à disponibilização dos resultados em menores prazos, o que é essencial para nossa estratégia de manutenção dos atuais clientes e fidelização de novos laboratórios.

Aumento na participação de exames especializados (medicina de precisão, exames esotéricos)

O Grupo Hermes Pardini, no intuito de ampliar sua atuação no mercado de medicina personalizada e genômica, está em processo de criação de uma nova unidade de negócio, chamada medicina de precisão, com objetivo de reforçar o portfólio de serviços especializados da empresa. Esse novo segmento tem como características o uso da genética, exposição ambiental e outros dados para definir padrões individuais de doença. Desta forma, os pacientes com uma determinada doença podem ser divididos em subgrupos, baseados em características individuais semelhantes, possibilitando ao médico a indicação de um medicamento e/ou tratamento personalizado, diminuindo riscos secundários. Acreditamos que nosso grupo tem um posicionamento único para liderar esse novo segmento, dadas as suas capacidades de P&D equipe médica diferenciada.

A Estrutura Societária da Companhia



O Histórico da Companhia

A Companhia foi fundada em 1959 pelo Dr. Hermes Pardini e constituída em 1977 sob a forma de sociedade civil por quotas de responsabilidade limitada e transformada em sociedade por ações em 04 de novembro de 2011. Atualmente, a família Pardini permanece como a principal acionista da Companhia, através dos irmãos Victor Pardini, Regina Pardini e Áurea Pardini, os quais possuem, diretamente ou indiretamente (através de veículos próprios), participação agregada de 70% do capital social da Companhia. A sede da Companhia está localizada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Seguindo os avanços do setor médico no Brasil e no mundo, a Companhia iniciou, em 1994, a atividades de anatomia patológica. Em 1997, a Companhia lançou uma variedade de serviços com foco no segmento *Lab-to-Lab*, os quais impulsionaram o crescimento da Companhia nos anos seguintes, e em 1998 foi criado o departamento especializado em genética humana.

Em 2011, com o objetivo de intensificar a sua estratégia de expansão geográfica e implementar o seu plano de negócios, a Companhia celebrou acordo de investimento com a GIF Aperana Participações S.A., sucedida pelo GIF IV Fundo de Investimento e Participações após sua incorporação na Companhia por meio do qual tornou-se detentor de 30% das ações de emissão da Companhia.

A partir do ano de 2012 a Companhia passou a dar continuidade a seus planos de expansão por meio da aquisição de diversas empresas do setor de diagnósticos, tais como a Digimagem, Progenética, Biocod Diagnóstika, Laboratório Padrão e Centro de Medicina Nuclear da Guanabara.

Como resultado do planejamento de expansão hoje a Companhia atende, no segmento de Lab-to-Lab, 5.300 clientes em 1.783 cidades brasileiras. Em ao segmento PSC, a Companhia possui 111 unidades, nos estados de Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo, sendo líder de mercado em Belo Horizonte e Goiânia, onde as unidades atendem a mais de 10.000 pacientes todos os dias. Em média, a Companhia atende um número aproximado de 10 mil pacientes todos os dias.

Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia

A Companhia pode não ser capaz de expandir seus negócios através da abertura de novas unidades de atendimento ou manter as unidades atuais.

A expansão dos negócios da Companhia em mercados atuais e em novos mercados poderá resultar na necessidade de novas adaptações de seus recursos e depender substancialmente da capacidade da Companhia de implementar e gerir a expansão de tais recursos, com o objetivo de manter todas as unidades integradas.

A Companhia pretende expandir suas atividades nos mercados em que atua, bem como em outras regiões ainda não exploradas, para o que as medidas descritas acima serão necessárias. Contudo, a Companhia poderá não ser capaz de aumentar ou manter, no futuro, níveis de crescimento similares àqueles apresentados nos últimos anos, ou de abrir novas unidades com o desempenho esperado, e, em razão disso, seus futuros resultados operacionais podem não ser condizentes com aqueles obtidos nos últimos exercícios sociais. Caso a Companhia não seja capaz de manter ou aumentar seus níveis históricos de crescimento, o negócio, os resultados operacionais e o valor de mercado das ações de emissão da Companhia poderão vir a ser adversamente afetados.

A Companhia pode não ser capaz de realizar associações e/ou aquisições no momento e em condições, termos ou preços desejados. Adicionalmente, tais associações e/ou aquisições podem não trazer os resultados que a Companhia espera e/ou a Companhia pode não ser capaz de integrá-las com sucesso aos seus negócios.

O sucesso das associações e/ou aquisições que a Companhia realiza depende, principalmente, da sua capacidade de identificar oportunidades de novos prestadores de Serviços Auxiliares de Diagnósticos (“SADTs”), seja em novos mercados ou em mercados nos quais a Companhia já atua, negociar aquisições, associações ou parcerias com tais prestadores, e de integrá-los de forma satisfatória aos seus negócios. A Companhia pode não ser capaz de identificar novos prestadores de SADTs que correspondam às suas expectativas, seja em razão de condições e preços não aceitáveis ou menos favoráveis, ou em virtude da ausência de oportunidades estratégicas em dado momento (inclusive em decorrência de consolidação no setor), devido a restrições regulatórias, dentre outros fatores. Adicionalmente, a geração de caixa oriunda de atividades operacionais pode não ser suficiente para suportar os planos de expansão da Companhia, sendo necessário que a Companhia incorra em dívidas adicionais ou emita ações adicionais para financiar seu crescimento. Caso a Companhia não seja capaz de obter financiamentos, ou de obtê-los em condições aceitáveis, existe risco de que os planos de negócios e de crescimento da Companhia tenham que ser revisados, afetando adversamente os resultados operacionais e condições financeiras da Companhia, bem como o valor de mercado das ações de emissão da Companhia.

A integração de novos prestadores de SADTs aos negócios da Companhia apresenta uma série de riscos e desafios, incluindo: (i) a absorção de diversas operações, serviços, processos e tecnologias das sociedades adquiridas, com a exclusão de estruturas redundantes; (ii) a possibilidade de perda ou não absorção de clientes, empregados, colaboradores, e distribuidores das sociedades adquiridas; (iii) a manutenção das operações, serviços, processos e unidades de atendimento, especialmente em decorrência da situação das locações e propriedades das unidades estabelecidas anteriormente à associação e/ou aquisição, que, em determinados casos, estão pendentes de regularização quanto a titularidade dos imóveis e regularidade do contrato de locação; (iv) o comprometimento com a gestão dos negócios existentes, inclusive se determinada integração se apresentar mais complexa do que o esperado, consumindo mais recursos e demandando esforços e tempo adicionais da administração da Companhia; (v) a possibilidade de surgimento de contingências relevantes não identificadas no processo de auditoria legal e financeira, ou de excessivos processos propostos por empregados e colaboradores dispensados no contexto da associação e/ou aquisição, e outras obrigações de indenização nos termos dos respectivos contratos; e (vi) a impossibilidade ou limitação para aproveitar o ágio gerado em tais aquisições para fins fiscais ou o eventual questionamento de tal aproveitamento por autoridades fiscais; e (vii) necessidade de adoção de procedimentos de controles internos ou de revisão de procedimentos internos considerados inadequados.

Ainda, os resultados de eventual sinergia decorrente das aquisições de novos prestadores de SADTs ou dos benefícios gerados por essas aquisições podem ficar aquém do esperado. Além disso, caso as integrações de novos SADTs não tragam os benefícios esperados e/ou caso se verifique qualquer dos demais fatores descritos acima, ou outros não antecipados, os negócios e a qualidade dos serviços da Companhia poderão ser prejudicados, com o conseqüente impacto negativo em seus resultados e no valor de mercado das ações de emissão da Companhia.

A Companhia depende da distribuição de resultados de suas controladas e pode ser afetada adversamente caso suas controladas tenham o seu desempenho prejudicado.

A Companhia é controladora de sociedades que desenvolvem atividades específicas. A capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações financeiras e de pagar dividendos aos seus acionistas está diretamente relacionada ao fluxo de caixa e lucros de suas controladas, as quais estão sujeitas, dentre outros, aos mesmos riscos operacionais, societários e regulamentares a que a Companhia está sujeita. Não há garantia de que o fluxo de caixa e os lucros das controladas da Companhia serão positivos ou que serão suficientes para o cumprimento das obrigações financeiras da Companhia e para a deliberação de dividendos aos seus acionistas, o que pode afetar seu resultado e o valor das ações emitidas pela Companhia.

A Companhia enfrenta concorrência significativa, incluindo a concorrência por preços, o que poderá vir a afetar adversamente a participação da Companhia no mercado e o resultado de suas operações.

A Companhia enfrenta grande concorrência na captação de clientes, bem como na contratação com operadoras de planos de saúde e com hospitais, em concorrências públicas e na manutenção do reconhecimento de suas marcas entre a classe médica. O mercado de análises clínicas e de diagnósticos por imagem apresenta intensa concorrência, tanto em termos de preço como em termos de serviço. De acordo com a ANS, em junho de 2016 havia mais de 18.500 prestadores atuantes no mesmo segmento da Companhia, vários dos quais estão estabelecidos em regiões metropolitanas nas quais a Companhia opera.

No mercado brasileiro de serviços de apoio médico, clientes que possuem cobertura de planos privados de saúde geralmente podem escolher livremente qualquer empresa prestadora de SADTs com a qual o seu plano de saúde tenha contrato para a realização de exames. Se a Companhia não for capaz de manter a fidelidade de seus clientes às suas marcas, ou se a Companhia não conseguir manter o padrão nos serviços prestados, a preços competitivos de mercado, ela pode vir a perder participação de mercado e o resultado de suas operações poderá ser adversamente afetado, com consequente impacto no valor de mercado de suas ações.

Adicionalmente, no que se refere aos contratos com planos de saúde celebrados pela Companhia, além da qualidade do serviço, o preço é um fator extremamente importante na escolha das empresas prestadoras de SADTs pelas operadoras de planos de saúde. Grandes empresas prestadoras de SADTs, como as que competem com a Companhia em seus mercados, podem ser capazes de aumentar a eficiência econômica, entre outros meios, por meio da realização de exames automatizados realizados em grande escala, aumentando o seu potencial competitivo na concorrência por preços. Conforme a competição aumenta no segmento de atuação da Companhia, outras empresas poderão procurar expandir seus negócios, criando uma maior pressão para a elevação dos preços de aquisições de sociedades e uma maior pressão para a diminuição no preço dos serviços, e estas empresas podem dispor de mais recursos próprios ou de terceiros que a Companhia. Essa expansão se verifica também na verticalização das operações dessas empresas, principalmente, por meio da aquisição de prestadores de serviços de medicina diagnóstica, e instalação de novos hospitais com capacidade para prestar serviços de medicina diagnóstica e de análises clínicas.

Em razão disso, caso a Companhia não seja capaz de aumentar sua eficiência econômica de maneira proporcional ao crescimento do mercado, o resultado de suas operações poderá ser adversamente afetado em decorrência da concorrência de preços, com consequente impacto no valor de mercado de suas ações.

Além disso, se um ou mais planos de saúde rescindirem os contratos que a Companhia mantém, por entenderem que a política de preços da Companhia não seja competitiva, o resultado das operações da Companhia também poderá ser adversamente afetado, com consequente impacto no valor de mercado das ações de sua emissão.

Os negócios da Companhia dependem, em larga escala, da reputação de suas marcas junto a clientes, fontes pagadoras e comunidade médica das áreas geográficas em que atua e pretende expandir. Caso a Companhia não seja capaz de manter a reputação das marcas por ela utilizadas, os seus negócios poderão ser adversamente afetados.

Atualmente, a Companhia depende do reconhecimento de suas marcas: Hermes Pardini, Padrão, CMNG, Diagnóstika, Progenética e CEMEDI. A reputação da Companhia associada às suas marcas é fundamental para a manutenção de sua posição no segmento de SAD, de sua capacidade de atrair e manter clientes e fontes pagadoras, bem como de estabelecer parceiras com empresas, instituições, universidades e centros de pesquisas, e de sua capacidade de expandir geograficamente. Assim, eventos que afetem negativamente as marcas da Companhia, incluindo efeitos decorrentes de eventos anteriores à aquisição de tais marcas pela Companhia, podem levar a descredenciamentos por pagadores de serviços médicos, à redução da procura por parte dos pacientes e de recomendações por parte dos médicos solicitantes e a outras consequências similares não antecipadas.

Qualquer evento que possa causar dano à reputação da Companhia e/ou das marcas que a Companhia opera podem afetar os negócios da Companhia de maneira adversa e, conseqüentemente, seus resultados operacionais e condição financeira e o valor de mercado das ações de sua emissão.

Eventos Subsequentes

Após o encerramento do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, os seguintes eventos relevantes foram observados na Companhia:

Aquisição do Centro de Medicina Nuclear da Guanabara Ltda. e Diagnósticos Serviços Médicos Auxiliares Ltda.

Em 31 de agosto de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a aquisição da totalidade das quotas representativas do capital social das sociedades Centro de Medicina Nuclear da Guanabara Ltda. e Diagnósticos Serviços Médicos Auxiliares Ltda., ambas com sede na cidade do Rio de Janeiro. A aquisição é parte da nossa estratégia de expansão no segmento de PSCs em grandes regiões metropolitanas.

Pagamento de Dividendos

Em assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia realizada em 30 de janeiro de 2017, os acionistas aprovaram a redução da distribuição de dividendos deliberada na assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 9 de dezembro de 2016, reduzindo o montante total da distribuição dos dividendos de R\$214,3 milhões para R\$67,4 milhões, a ser pago integralmente à conta de reservas de lucros da Companhia, conforme saldo existente na conta "retenção de lucros" das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, cujo relatório de auditoria foi reemitido em 30 de janeiro de 2017. Os dividendos constituirão créditos dos acionistas contra a Companhia e deverão ser pagos até o dia 15 de fevereiro de 2017. Os acionistas também consignaram que pretendem aprovar a distribuição do saldo da reserva de lucros da Companhia após a conclusão da Oferta.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” nas páginas 14 e 58, respectivamente, deste Prospecto e na seção “4. Fatores de Risco” do nosso Formulário de Referência, e nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Acionista Vendedor	GIF IV Fundo de Investimento em Participações.
Ações	40.171.429 ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a serem distribuídas no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.
Ações Adicionais	Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do Anúncio de Início a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares) poderá, a critério da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 4,27% (quatro inteiros e vinte e sete centésimos por cento), ou seja, em até 1.714.285 novas ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.
Ações em Circulação no Mercado após a Oferta (Free Float)	Antes da realização da Oferta não existiam ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado. Após a realização da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e o exercício da Opção de Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, 40.171.429 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 30,97% do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado. Considerando as Ações Adicionais e o exercício da Opção de Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, 47.907.381 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 36,10% do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, ver seção “Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social” na página 32 deste Prospecto.
Ações Suplementares	Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar de até 6.021.667 ações ordinárias de emissão da Companhia, das quais até 1.285.000 serão emitidas pela Companhia e até 4.736.667 serão alienadas pelo Acionista Vendedor, em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento) do total das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, destinado, exclusivamente, a atender a um eventual excesso de demanda que vier a ser constatado no âmbito da Oferta e objeto da Opção de Ações Suplementares.

Agente Estabilizador ou Morgan Stanley	Banco Morgan Stanley S.A.
Agentes de Colocação Internacional	O Itau BBA USA Securities, Inc., o Morgan Stanley & Co. LLC, o Bradesco Securities Inc., o Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated e o J.P. Morgan Securities LLC.
Anúncio de Encerramento	O Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Instituto Hermes Pardini S.A., a ser disponibilizado pela Companhia e pelos Coordenadores da Oferta, informando acerca do resultado final da Oferta, nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 56 deste Prospecto.
Anúncio de Início	O Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Instituto Hermes Pardini S.A., a ser disponibilizado pela Companhia e pelos Coordenadores da Oferta, informando acerca do início do Período de Colocação, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 56 deste Prospecto.
Anúncio de Retificação	Anúncio comunicando a eventual suspensão, cancelamento, revogação ou modificação da Oferta, ou ainda quando for verificada divergência relevante entre as informações constantes no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, que altere substancialmente o risco assumido pelo Investidor Não Institucional e pelo Investidor Institucional quando da sua decisão de investimento, a ser disponibilizado pela Companhia, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 56 deste Prospecto.
Aprovações Societárias	<p>A realização da Oferta Primária dentro do limite de capital autorizado previsto no estatuto social da Companhia e com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, e ainda, a adesão da Companhia e admissão à negociação das ações ordinárias de sua emissão no Novo Mercado e a reforma de seu estatuto social, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 09 de dezembro de 2016, cuja ata foi registrada na JUCEMG sob o n.º 6141778 em 22 de dezembro de 2016 e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal “Diário do Comércio” em 17 de janeiro de 2017.</p> <p>A determinação da quantidade de Ações objeto da Oferta Primária, o Preço por Ação e a homologação do aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto no estatuto social, serão aprovados, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será levada a registro na JUCEMG e publicada no jornal “Diário do Comércio” na data de disponibilização do Anúncio de Início e no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais no dia útil subsequente.</p>

A realização da Oferta Secundária e alienação das Ações Suplementares, bem como seus termos e condições, inclusive no que se refere à fixação do Preço por Ação pelo Procedimento de *Bookbuilding*, serão aprovadas pelo Acionista Vendedor por ato discricionário de seu gestor, nos termos do parágrafo 1º do artigo 38 de seu regulamento.

Atividade de Estabilização

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar atividades de estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na BM&FBOVESPA, por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na BM&FBOVESPA, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual será previamente aprovado pela CVM e pela BM&FBOVESPA, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da disponibilização do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

Aviso ao Mercado

Aviso ao Mercado da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Instituto Hermes Pardini S.A. disponibilizado em 19 de janeiro de 2017 e a ser novamente disponibilizado em 27 de janeiro de 2017, pela Companhia, pelos Coordenadores da Oferta, informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, conforme o caso, nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 56 deste Prospecto.

BofA Merrill Lynch

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

Bradesco BBI

Banco Bradesco BBI S.A.

Capital Social

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R\$148.801.989,16 (cento e quarenta e oito milhões, oitocentos e um mil, novecentos e oitenta e nove reais e dezesseis centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 121.122.166 (cento e vinte um milhões, cento e vinte e duas mil, cento e sessenta e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Para informações adicionais sobre o Capital Social da Companhia após a Oferta favor consultar as Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social, a partir da página 32 deste Prospecto.

Contrato de Colocação	Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão do Instituto Hermes Pardini S.A., a ser celebrado pela Companhia, pelo Acionista Vendedor, pelos Coordenadores da Oferta e pela BM&FBOVESPA, na qualidade de interveniente anuente.
Contrato de Colocação Internacional	<i>Placement Facilitation Agreement</i> , contrato a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Agentes de Colocação Internacional, a fim de regular os esforços de colocação das Ações pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior.
Contrato de Empréstimo	Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão do Instituto Hermes Pardini S.A., a ser celebrado entre VP Participações e Gestão de Negócios EIRELI e RP Participações e Gestão de Negócios EIRELI, na qualidade de doadores, o Agente Estabilizador, a Corretora e, na qualidade de interveniente anuente, a Companhia.
Contrato de Estabilização	Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão do Instituto Hermes Pardini S.A., a ser celebrado pela Companhia, pelo Acionista Vendedor, pelo Agente Estabilizador, pela Corretora e, na qualidade de intervenientes anuentes, pelos demais Coordenadores da Oferta, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da BM&FBOVESPA, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.
Coordenador Líder ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
Coordenadores da Oferta	O Coordenador Líder, o Morgan Stanley, o Bradesco BBI, BofA Merrill Lynch e o J.P. Morgan, considerados em conjunto.
Corretora	Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Cronograma Estimado da Oferta	Ver a seção “Informações sobre a Oferta – Cronograma Estimado da Oferta” na página 42 deste Prospecto.
Data de Liquidação	Data de liquidação física e financeira das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), que deverá ser realizada até o último dia do Período de Colocação com a entrega das Ações aos respectivos investidores.
Data de Liquidação das Ações Suplementares	Data de liquidação física e financeira das Ações Suplementares, que ocorrerá dentro do prazo de 3 (três) dias úteis contados a partir da data do eventual exercício da Opção de Ações Suplementares.
Destinação dos Recursos	Os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária (sem considerar as Ações Adicionais e considerando as Ações Suplementares), serão destinados para financiar a expansão do seu negócio, que pode ocorrer tanto por meio de aquisições de empresas do setor de medicina diagnóstica, quanto da abertura de novas unidades. Para mais informações, ver seção “Destinação dos Recursos” na página 84 deste Prospecto. Os recursos líquidos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente repassados ao Acionista Vendedor, inclusive os resultantes do eventual exercício da Opção de Ações Suplementares.

Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicada	Fixação do preço final da oferta abaixo de 20% do preço inicialmente indicado, considerando que o preço final da Oferta será o resultado da aplicação de 20% sobre o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% deverá ser descontado do valor mínimo da faixa de preço.
Faixa Indicativa	A faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto, a ser fixada após a apuração do resultado do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> . Estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$18,71 e R\$22,71, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa.
Fatores de Risco	Para uma descrição de certos fatores de risco relacionados à subscrição/aquisição das Ações que devem ser considerados na tomada da decisão de investimento, os investidores devem ler as seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, a partir das páginas 14 e 58 deste Prospecto, respectivamente, bem como os Fatores de Risco descritos no item “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência anexo a este Prospecto, contido na página 507, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de investir nas Ações.
Garantia Firme de Liquidação	<p>A garantia firme de liquidação a ser prestada exclusivamente pelo Coordenador Líder, pelo Agente Estabilizador, pelo Bradesco BBI e pelo BofA Merrill Lynch, de forma individual e não solidária, que consiste na obrigação de subscrição/aquisição e integralização/liquidação, exclusivamente pelo Coordenador Líder, pelo Agente Estabilizador, pelo Bradesco BBI e pelo BofA Merrill Lynch na Data de Liquidação, da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, se houver, e sem considerar as Ações Suplementares) que, uma vez subscritas/adquiridas por investidores no mercado, não forem integralizadas/liquidadas por tais investidores, na proporção e até o limite individual da garantia firme prestada por cada um destes Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, nos termos do Contrato de Colocação. Tal Garantia Firme de Liquidação, individual e não solidária, é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, assinado o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional, concedido o registro da Companhia como companhia aberta sob a categoria “A” pela CVM, concedido o registro da Oferta pela CVM, disponibilizado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo.</p> <p>Caso as Ações efetivamente subscritas/adquiridas (considerando as Ações Adicionais, se houver, mas sem considerar as Ações Suplementares) por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por esses até a Data de Liquidação, cada um entre o Coordenador Líder, o Agente Estabilizador, o Bradesco BBI e o BofA Merrill Lynch, observado o disposto no Contrato de Colocação, subscreverá/adquirirá e integralizará/liquidará, de forma individual e não solidária, na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual indicado do Contrato de Colocação, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelo Coordenador Líder, pelo Agente Estabilizador, pelo Bradesco BBI e pelo BofA Merrill Lynch, nos termos do Contrato de Colocação, multiplicado pelo Preço por Ação; e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, se houver, mas sem considerar as Ações Suplementares) efetivamente colocadas e liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação.</p>

A proporção estabelecida no Contrato de Distribuição poderá ser realocada de comum acordo entre o Coordenador Líder, o Agente Estabilizador, o Bradesco BBI e o BofA Merrill Lynch.

Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e Ações Suplementares) por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, ou caso as Ações não sejam integralmente subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidores Não Institucionais deverão ser integralmente devolvidos, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução, se for o caso, de quaisquer tributos, eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de divulgação do comunicado de cancelamento da Oferta. Para mais informações, veja seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações - Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações no âmbito da Oferta", deste Prospecto.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelo Coordenador Líder, pelo Agente Estabilizador, pelo Bradesco BBI e pelo BofA Merrill Lynch, por si ou por suas afiliadas, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que o disposto neste parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades de estabilização.

As Ações Suplementares não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação.

Inadequação da Oferta

O investimento nas Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, a Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir Ações ou com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

Informações Adicionais

O pedido de registro da Oferta foi protocolado pela Companhia, pelo Acionista Vendedor e pelo Coordenador Líder perante a CVM em 13 de dezembro de 2016, estando a presente Oferta sujeita a prévia aprovação e registro da CVM.

É recomendada a todos os investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência antes da tomada de qualquer decisão de investimento.

Os investidores que desejarem obter exemplar deste Prospecto e do Formulário de Referência ou informações adicionais sobre a Oferta ou, ainda, a realização de reserva de Ações, deverão dirigir-se, a partir da data de disponibilização do Aviso ao Mercado, aos endereços e páginas da rede mundial da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta e/ou da CVM.

Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços indicados na seção “Informações Adicionais” na página 57 deste Prospecto.

Instituições Consorciadas

Determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas perante a BM&FBOVESPA, convidadas a participar da Oferta, exclusivamente, para efetuar esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais.

Instituições Participantes da Oferta

Os Coordenadores da Oferta e as Instituições Consorciadas, quando referidos em conjunto.

Investidores Estrangeiros

Investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na *Rule 144A* do *Securities Act*, editado pela SEC, em operações isentas de registro nos Estados Unidos da América em conformidade com o *Securities Act*, e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, e, nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis desse país (*non U.S. Persons*), em conformidade com o *Regulation S* editado pela SEC no âmbito do *Securities Act*, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados nos termos da Lei nº 4.131 ou da Resolução CMN nº 4.373 e da Instrução CVM 560.

Investidores Institucionais	Investidores Institucionais Locais e Investidores Estrangeiros, considerados em conjunto.
Investidores Institucionais Locais	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA, que não sejam consideradas Investidores Não Institucionais, em qualquer caso, cujas intenções específicas ou globais de investimento excedam R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM que apresentem intenções específicas e globais de investimentos, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM, inexistindo, para estes, valores mínimos ou máximos de investimento, nos termos da Instrução CVM 554.
Investidores Não Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliados ou com sede no Brasil e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA, nos termos da regulamentação em vigor, que não sejam considerados Investidores Institucionais, que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, observados, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva.
J.P. Morgan	Banco J.P. Morgan S.A.
Negociação na BM&FBOVESPA	<p>As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a partir do dia útil seguinte à disponibilização do Anúncio de Início, sob o código "PARD3".</p> <p>Em 19 de janeiro de 2017, a Companhia, seus administradores, o Acionista Vendedor e os demais acionistas controladores da Companhia, celebraram o Contrato de Participação no Novo Mercado, com a BM&FBOVESPA, o qual entrará em vigor na data de disponibilização do Anúncio de Início, aderindo ao segmento especial de listagem do mercado de ações da BM&FBOVESPA denominado Novo Mercado, regido pelo Regulamento do Novo Mercado, o qual estabelece regras de governança corporativa mais rigorosas que as disposições da Lei das Sociedades por Ações, particularmente em relação à transparência e proteção aos acionistas minoritários. As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado estão descritas de forma resumida na seção "12.12. – Práticas de Governança Corporativa" do Formulário de Referência.</p>
Oferta	A Oferta Primária e a Oferta Secundária, consideradas em conjunto.
Oferta de Varejo	Distribuição de, no mínimo, 10% (dez por cento) e, no máximo, 20% (vinte por cento) do total das Ações (considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e do Acionista Vendedor, destinada prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais, que realizarem Pedido de Reserva, conforme previsto no item 7.1(ii) do Regulamento do Novo Mercado.

Oferta Institucional

Oferta pública de distribuição das Ações realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais. Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e inexistindo valores mínimos ou máximos de investimento e assumindo cada Investidor Institucional a obrigação de verificar se está cumprindo os requisitos acima para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Oferta Primária

A distribuição pública primária de, inicialmente, 8.571.429 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames de emissão da Companhia, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados nos termos da Lei nº 4.131 ou da Resolução CMN nº 4.373 e da Instrução CVM 560.

Oferta Secundária

A distribuição pública secundária de, inicialmente, 31.600.000 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, a ser realizada no Brasil em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados nos termos da Lei nº 4.131 ou da Resolução CMN nº 4.373 e da Instrução CVM 560.

Opção de Ações Suplementares

Opção para distribuição das Ações Suplementares, conforme previsto no artigo 24 da Instrução CVM 400, outorgada pela Companhia e pelo Acionista Vendedor ao Agente Estabilizador, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão destinadas, exclusivamente, a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na BM&FBOVESPA, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. As Ações Suplementares não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação.

Pedido de Reserva	Formulário específico, celebrado em caráter irrevogável e irretratável, destinado à subscrição/aquisição das Ações no âmbito da Oferta de Varejo, a ser preenchido pelos Investidores Não Institucionais ao realizarem solicitação de reservas antecipadas de Ações durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, junto a uma única Instituição Consorciada.
Período de Colocação	Prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, que se iniciará em 10 de fevereiro de 2017 e se encerrará em 15 de fevereiro de 2017, para efetuar a colocação das Ações.
Período de Reconsideração	Período para os Investidores efetuarem eventual manifestação às modificações da Oferta, realizadas em 30 de janeiro de 2017 e da manutenção do Pedido de Reserva no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de 30 de janeiro de 2017 e se encerrará em 6 de fevereiro de 2017, nos termos do artigo 27, parágrafo único da Instrução CVM 400.
Período de Reserva	Período para os Investidores Não Institucionais efetuarem seus Pedidos de Reserva, com uma única Instituição Consorciada, de 27 de janeiro de 2017, inclusive, a 08 de fevereiro de 2017, inclusive.
Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Período para os Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas efetuarem seus Pedidos de Reserva, com uma única Instituição Consorciada, de 27 de janeiro de 2017, inclusive, a 31 de janeiro de 2017, inclusive, período este que antecederá em pelo menos 7 (sete) dias úteis à conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , sendo que nesse caso os Pedidos de Reserva realizados por Pessoas Vinculadas não estarão sujeitos a eventual cancelamento por excesso de demanda.
Pessoas Vinculadas	Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução CVM 505, são consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam (i) os administradores e/ou controladores da Companhia, empregados, operadores e demais prepostos do intermediário que desempenhem atividades de intermediação ou de suporte operacional; (ii) administradores e/ou controladores do Acionista Vendedor; (iii) agentes autônomos que prestem serviço as Instituições Participantes da Oferta; (iv) administradores e/ou controladores de quaisquer das Instituições Participantes da Oferta e/ou de quaisquer dos Agentes de Colocação Internacional; (v) demais profissionais que mantenham, com quaisquer Instituições Participantes da Oferta, contrato de prestação de serviços diretamente relacionado à atividade de intermediação ou de suporte operacional; (vi) pessoas naturais que sejam, direta ou indiretamente, controladoras ou participem do controle de quaisquer Instituições Participantes da Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta ou a elas vinculadas; (viii) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados outras pessoas vinculadas à Oferta; (ix) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (x) cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii), (iii), (iv), (v) e (vi) anteriores.

Prazo de Distribuição

Prazo para a distribuição das Ações, que terá início na data de disponibilização do Anúncio de Início e será encerrado na data de disponibilização do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de 6 (seis) meses, contados a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400.

Preço por Ação

Preço de subscrição/aquisição das Ações no âmbito da Oferta, que será fixado após a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação estará situado entre R\$18,71 (dezoito reais e setenta e um centavos) e R\$22,71 (vinte e dois reais e setenta e um centavos), podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa. Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observada a condição de eficácia indicada na seção “Informações Sobre a Oferta – Procedimento da Oferta – Oferta de Varejo”, na página 44 deste Prospecto.

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais. A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta, e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário” deste Prospecto.

Procedimento de *Bookbuilding*

Procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais a ser realizado no Brasil pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e, no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44, ambos da Instrução CVM 400. **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo suas intenções de investimento automaticamente canceladas. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das ações de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário” deste Prospecto.**

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas.

Recomenda-se aos potenciais investidores que leiam este Prospecto, em especial as seções “Fatores de Risco relacionados à Oferta e às Ações” e “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia”, bem como o item 4 do Formulário de Referência antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.

Produto da Colocação da Oferta	A soma do Produto da Colocação da Oferta Base e do Produto da Colocação das Ações Suplementares.
Produto da Colocação da Oferta Base	O produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.
Produto da Colocação das Ações Suplementares	O produto resultante da multiplicação entre (i) o número total de Ações Suplementares efetivamente colocadas; e (ii) o Preço por Ação.
Público Alvo da Oferta	As Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações, nos termos da Instrução CVM 400 e conforme previsto no Contrato de Colocação, por meio da Oferta de Varejo e da Oferta Institucional, sendo que (i) a Oferta de Varejo será realizada exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais; e (ii) a Oferta Institucional será realizada junto a Investidores Institucionais, sendo que os Investidores Estrangeiros deverão investir nas Ações por meio de mecanismos de investimentos regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM.
Resolução de Conflitos	Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, a Companhia, seus acionistas e seus administradores se obrigaram a resolver por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre tais partes no que tange a Companhia, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Regulamento do Novo Mercado, no Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Sanções, do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem, nos termos deste último.
Restrição à Venda de Ações (Lock-up)	A Companhia, o Acionista Vendedor, os Acionistas Controladores e os Administradores obrigam-se perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional a celebrar os acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia (" <u>Instrumento de Lock-Up</u> "), pelo período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início e observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional e/ou nos respectivos Instrumentos de <i>Lock-up</i> , por meio dos quais estes não poderão efetuar quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao <i>Lock-up</i> , sujeito a determinadas exceções: (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao <i>Lock-up</i> ; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao <i>Lock-up</i> ; (iii) celebrar qualquer contrato de <i>swap</i> , <i>hedge</i> ou qualquer acordo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao <i>Lock-up</i> ; ou (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (iii). A vedação não se aplicará nas hipóteses descritas no artigo 48, inciso II da Instrução CVM 400, assim como nas hipóteses descritas nos Instrumentos de <i>Lock-up</i> .

As vedações listadas acima não se aplicarão nas hipóteses: (i) doações de boa-fé, desde que, antes de tal doação, o respectivo donatário comprometa-se por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *lock-up*; (ii) transferências a um *trust* em benefício direto ou indireto do próprio signatário do instrumento de *lock-up* e/ou de familiares imediatos do mesmo, desde que, antes de tal transferência, o *trust* comprometa-se por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *lock-up*; (iii) transferências a quaisquer coligadas (sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico) conforme definidas na Regra 405 do *Securities Act*, dos signatários do instrumento de *lock-up*; (iv) transferências realizadas para fins de empréstimo de ações pelo signatário do instrumento de *lock-up* para um Coordenador da Oferta ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta, de um determinado número de ações para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos do Contrato de Colocação e do Contrato de Estabilização; e (v) transferências em conexão com a venda de valores mobiliários recebidos exclusivamente em decorrência do exercício de opções nos termos de qualquer plano de opções de compra de ações da Companhia.

Adicionalmente, de acordo com as regras do Novo Mercado, os Acionistas Controladores e os Administradores não poderão vender ou ofertar à venda ações ordinárias de emissão da Companhia ou derivativos a elas concernentes que eles detiverem imediatamente após a Oferta, nos primeiros 6 (seis) meses após o início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia no segmento do Novo Mercado. Após esse período inicial de 6 (seis) meses, os Acionistas Controladores, e os nossos Administradores não poderão, por mais 6 (seis) meses, vender e/ou ofertar à venda mais de 40% (quarenta por cento) das ações ordinárias de emissão da Companhia e derivativos a elas concernentes que eles detiverem imediatamente após a Oferta. Findo tal prazo, todas as ações ordinárias de emissão da Companhia e de sua titularidade estarão disponíveis para venda no mercado.

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações. **Para mais informações, veja seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações - A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações de emissão da Companhia, inclusive pelos seus Acionistas Controladores, após a conclusão da Oferta e o período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia”, deste Prospecto.**

Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva

Nos termos da Instrução CVM 554, o valor mínimo de pedido de investimento é de R\$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento é de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) por Investidor Não Institucional, no âmbito da Oferta de Varejo.

Valores Mobiliários Sujeitos ao Lock-Up

Quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia.

Valor Total da Oferta

R\$831.950.294,59, com base no ponto médio da faixa indicativa do Preço por Ação indicada na capa deste Prospecto e sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do Capital Social

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R\$148.801.989,16 (cento e quarenta e oito milhões, oitocentos e um mil, novecentos e oitenta e nove reais e dezesseis centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 121.122.166 (cento e vinte e um milhões, cento e vinte e dois milhões, cento e sessenta e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O capital social poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de ações ordinárias a serem emitidas e as demais condições de subscrição/integralização de tais ações dentro do capital autorizado, assim como a exclusão do direito de preferência dos nossos atuais acionistas.

Os quadros abaixo indicam a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto e a previsão após a conclusão da Oferta, considerando os efeitos da eventual subscrição acima.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar o exercício da opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
	Quantidade	Valor (em R\$)	Quantidade	Valor ⁽¹⁾⁽²⁾ (em R\$)
Ordinárias	121.122.166	148.801.989,16	129.693.595	326.316.283,75
Total	121.122.166	148.801.989,16	129.693.595	326.316.283,75

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$20,71, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$18,71 e R\$22,71, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor acima ou abaixo desta faixa indicativa.

⁽²⁾ Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando o exercício da opção de Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
	Quantidade	Valor (em R\$)	Quantidade	Valor ⁽¹⁾⁽²⁾ (em R\$)
Ordinárias	121.122.166	148.801.989,16	130.978.595	352.928.633,75
Total	121.122.166	148.801.989,16	130.978.595	352.928.633,75

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$20,71, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$18,71 e R\$22,71, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor acima ou abaixo desta faixa indicativa.

⁽²⁾ Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar o exercício da opção de Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
	Quantidade	Valor (em R\$)	Quantidade	Valor ⁽¹⁾⁽²⁾ (em R\$)
Ordinárias	121.122.166	148.801.989,16	131.407.880	361.819.126,10
Total	121.122.166	148.801.989,16	131.407.880	361.819.126,10

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$20,71, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$18,71 e R\$22,71, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor acima ou abaixo desta faixa indicativa.

⁽²⁾ Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando o exercício da opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
	Quantidade	Valor (em R\$)	Quantidade	Valor ⁽¹⁾⁽²⁾ (em R\$)
Ordinárias	121.122.166	148.801.989,16	132.692.880	388.431.476,10
Total	121.122.166	148.801.989,16	132.692.880	388.431.476,10

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$20,71, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$18,71 e R\$22,71, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor acima ou abaixo desta faixa indicativa.

⁽²⁾ Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

**PRINCIPAIS ACIONISTAS, MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA
E ACIONISTA VENDEDOR**

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por acionistas titulares de 5% (cinco por cento) ou mais de ações ordinárias de emissão da Companhia e pelos membros Administração, na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar o exercício da opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
RP Participações e Gestão de Negócios EIRELI	27.532.166	22,73%	27.532.166	21,23%
AP Participações e Gestão de Negócios EIRELI	27.532.166	22,73%	27.532.166	21,23%
VP Participações e Gestão de Negócios EIRELI	27.532.166	22,73%	27.532.166	21,23%
GIF IV Fundo de Investimento em Participações....	36.336.667	30,00%	4.736.667	3,65%
Victor Cavalcanti Pardini	729.667	0,60%	729.667	0,56%
Regina Pardini	729.667	0,60%	729.667	0,56%
Áurea Maria Pardini.....	729.667	0,60%	729.667	0,56%
Ações em Circulação	0	0,00%	40.171.429	30,97%
Total	121.122.166	100,00%	129.693.595	100,00%

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando o exercício da opção de Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
RP Participações e Gestão de Negócios EIRELI	27.532.166	22,73%	27.532.166	21,02%
AP Participações e Gestão de Negócios EIRELI	27.532.166	22,73%	27.532.166	21,02%
VP Participações e Gestão de Negócios EIRELI	27.532.166	22,73%	27.532.166	21,02%
GIF IV Fundo de Investimento em Participações....	36.336.667	30,00%	0	0,00%
Victor Cavalcanti Pardini	729.667	0,60%	729.667	0,56%
Regina Pardini	729.667	0,60%	729.667	0,56%
Áurea Maria Pardini.....	729.667	0,60%	729.667	0,56%
Ações em Circulação	0	0,00%	46.193.096	35,27%
Total	121.122.166	100,00%	130.978.595	100,00%

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar o exercício da opção de Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
RP Participações e Gestão de Negócios EIRELI	27.532.166	22,73%	27.532.166	20,95%
AP Participações e Gestão de Negócios EIRELI	27.532.166	22,73%	27.532.166	20,95%
VP Participações e Gestão de Negócios EIRELI	27.532.166	22,73%	27.532.166	20,95%
GIF IV Fundo de Investimento em Participações....	36.336.667	30,00%	4.736.667	3,60%
Victor Cavalcanti Pardini	729.667	0,60%	729.667	0,56%
Regina Pardini	729.667	0,60%	729.667	0,56%
Áurea Maria Pardini.....	729.667	0,60%	729.667	0,56%
Ações em Circulação	0	0,00%	41.885.714	31,87%
Total	121.122.166	100,00%	131.407.880	100,00%

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando o exercício da opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
RP Participações e Gestão de Negócios EIRELI	27.532.166	22,73%	27.532.166	20,75%
AP Participações e Gestão de Negócios EIRELI	27.532.166	22,73%	27.532.166	20,75%
VP Participações e Gestão de Negócios EIRELI	27.532.166	22,73%	27.532.166	20,75%
GIF IV Fundo de Investimento em Participações....	36.336.667	30,00%	0	0,00%
Victor Cavalcanti Pardini	729.667	0,60%	729.667	0,55%
Regina Pardini	729.667	0,60%	729.667	0,55%
Áurea Maria Pardini.....	729.667	0,60%	729.667	0,55%
Ações em Circulação	0	0,00%	47.907.381	36,10%
Total	121.122.166	100,00%	132.692.880	100,00%

**ACIONISTA VENDEDOR, QUANTIDADE DE AÇÕES OFERTADAS, MONTANTE
E RECURSOS LÍQUIDOS**

Segue abaixo descrição sobre o Acionista Vendedor:

GIF IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, fundo de investimento em participações, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.099.546/0001-93, representado pelo seu gestor, Gávea Investimentos Ltda., sociedade empresária limitada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ataulfo de Paiva, nº 1.100, 7º andar, salas 701 e 702, Leblon, CEP 22440-035, inscrita no CNPJ/MF 05.669.128/0001-66.

Para informações adicionais, os investidores devem ler o item “15. Controle” do nosso Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

A tabela, abaixo, apresenta a quantidade de Ações a ser alienada pelo Acionista Vendedor, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Acionista Vendedor	Quantidade	Montante⁽¹⁾	Recursos Líquidos (R\$)⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾
GIF IV Fundo de Investimento em Participações.....	31.600.000	654.436.000,00	621.157.988,22
Total	31.600.000	654.436.000,00	621.157.988,22

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$20,71, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$18,71 e R\$22,71, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor acima ou abaixo desta faixa indicativa.

⁽²⁾ Sem dedução das despesas da Oferta, tributos e outras retenções.

⁽³⁾ Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela, abaixo, apresenta a quantidade de Ações a ser alienada pelo Acionista Vendedor, considerando as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

Acionista Vendedor	Quantidade	Montante⁽¹⁾	Recursos Líquidos (R\$)⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾
GIF IV Fundo de Investimento em Participações.....	36.336.667	752.532.373,57	714.266.012,84
Total	36.336.667	752.532.373,57	714.266.012,84

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$20,71, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$18,71 e R\$22,71, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor acima ou abaixo desta faixa indicativa.

⁽²⁾ Sem dedução das despesas da Oferta, tributos e outras retenções.

⁽³⁾ Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela, abaixo, apresenta a quantidade de Ações a ser alienada pelo Acionista Vendedor, sem considerar as Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

Acionista Vendedor	Quantidade	Montante⁽¹⁾	Recursos Líquidos (R\$)⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾
GIF IV Fundo de Investimento em Participações.....	31.600.000	654.436.000,00	619.737.874,52
Total	31.600.000	654.436.000,00	619.737.874,52

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$20,71, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$18,71 e R\$22,71, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor acima ou abaixo desta faixa indicativa.

⁽²⁾ Sem dedução das despesas da Oferta, tributos e outras retenções.

⁽³⁾ Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela, abaixo, apresenta a quantidade de Ações a ser alienada pelo Acionista Vendedor, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Acionista Vendedor	Quantidade	Montante⁽¹⁾	Recursos Líquidos (R\$)⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾
GIF IV Fundo de Investimento em Participações.....	36.336.667	752.532.373,57	712.845.899,15
Total	36.336.667	752.532.373,57	712.845.899,15

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$20,71, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$18,71 e R\$22,71, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor acima ou abaixo desta faixa indicativa.

⁽²⁾ Sem dedução das despesas da Oferta, tributos e outras retenções.

⁽³⁾ Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA OFERTA

Descrição da Oferta

A Oferta consistirá na distribuição pública primária e secundária das Ações, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob coordenação dos Coordenadores da Oferta e contará com a participação de determinadas Instituições Consorciadas, convidadas a participar da Oferta, exclusivamente, para efetuar esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais, observado o disposto na Instrução CVM 400 e demais normativos aplicáveis, bem como os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado.

Serão também realizados, simultaneamente, pelos Agentes de Colocação Internacional, em conformidade com o Contrato de Colocação Internacional, esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados nos termos da Lei 4.131 ou da Resolução CMN 4.373 e da Instrução CVM 560, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares) poderá, a critério da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 4,27% (quatro inteiros e vinte e sete centésimos por cento), ou seja, em até 1.714.285 novas ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 6.021.667 ações ordinárias de emissão da Companhia, das quais até 1.285.000 serão emitidas pela Companhia e até 4.736.667 serão alienadas pelo Acionista Vendedor, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme opção para distribuição de tais Ações Suplementares outorgadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor ao Agente Estabilizador nos termos do Contrato de Colocação, as quais serão destinadas, exclusivamente, a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. o Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na BM&FBOVESPA, inclusive, de exercer a opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação.

As Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta em regime de Garantia Firme de Liquidação. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Lei do Mercado de Capitais.

A Oferta será registrada no Brasil junto à CVM, em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400. Exceto pelo registro na CVM, a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser objeto de ofertas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. Persons*, conforme definido no *Securities Act*, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro do *Securities Act*.

Aprovações Societárias

A realização da Oferta Primária, mediante aumento do capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto no estatuto social da Companhia, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, e ainda, a adesão da Companhia e admissão à negociação das ações ordinárias de sua emissão no Novo Mercado e a reforma de seu estatuto social, foram aprovados na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 09 de dezembro de 2016, cuja ata foi registrada na JUCEMG sob o n.º 6141778 em 22 de dezembro de 2016 e publicada no DOEMG e no jornal “Diário do Comércio” em 17 de janeiro de 2017.

A determinação da quantidade de Ações objeto da Oferta Primária, o Preço por Ação e a homologação do efetivo aumento do capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto no estatuto social da Companhia, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCEMG e publicada no jornal “Diário do Comércio” na data de disponibilização do Anúncio de Início e no Diário oficial do Estado de Minas Gerais no dia útil subsequente.

A realização da Oferta Secundária e alienação das Ações Suplementares, bem como seus termos e condições, inclusive no que se refere à fixação do Preço por Ação pelo Procedimento de *Bookbuilding*, serão aprovadas pelo Acionista Vendedor por ato discricionário de seu gestor, nos termos do parágrafo 1º do artigo 38 de seu regulamento.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação estará situado entre R\$18,71 e R\$22,71, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa. Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observada a condição de eficácia indicada no item “Informações Sobre a Oferta – Características Gerais da Oferta – Procedimento da Oferta” deste Prospecto.

O Preço por Ação será fixado após a apuração do resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais, a ser realizado no Brasil pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e, no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44, ambos da Instrução CVM 400.

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais. A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta, e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo suas intenções de investimento automaticamente canceladas. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das ações de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário” deste Prospecto.**

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55. os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas.

Custos de Distribuição

As despesas da Oferta Secundária com comissões, auditores, advogados, consultores e publicidades descritas abaixo serão pagas pelo Acionista Vendedor. As despesas da Oferta Primária com comissões, auditores, advogados, consultores e publicidades descritas abaixo serão pagas pelo Acionista Vendedor, sendo o limite máximo o valor a ser pago a administração da Companhia a título de bônus, que considerando o ponto médio da faixa indicativa de Preço por Ação será de R\$9,96 milhões.

No caso do valor das despesas da Oferta Primária exceder o valor a ser pago a administração da Companhia a título de bônus, tal valor adicional será suportado pela Companhia.

Ainda, no caso do valor a ser pago a administração da Companhia a título de bônus ser superior às despesas da Oferta Primária, o Acionista Vendedor se compromete a reembolsar a Companhia pelo valor em excesso às despesas da Oferta Primária.

Segue, abaixo, detalhamento dos custos estimados da Oferta:

Custos	Valor total (R\$)⁽¹⁾	% em Relação ao Valor Total da Oferta⁽¹⁾⁽²⁾⁽⁴⁾	Custo unitário por Ação (R\$)⁽¹⁾⁽²⁾
Comissão de Coordenação	4.575.726,62	0,55%	0,11
Comissão de Colocação	13.727.179,86	1,65%	0,34
Comissão de Garantia Firme ⁽³⁾	4.575.726,62	0,55%	0,11
Remuneração de Incentivo ⁽⁶⁾	10.399.378,68	1,25%	0,26
Total de Comissões.....	33.278.011,78	4,00%	0,83
Impostos, Taxas e Outras Retenções	3.554.320,02	0,43%	0,09
Taxa de Registro na CVM	566.582,20	0,07%	0,01
Custos da BM&FBOVESPA	401.161,60	0,04%	0,01
Taxa de Registro na ANBIMA.....	32.337,91	0,00%	0,00
Despesas com Auditores.....	1.636.555,30	0,20%	0,04
Despesas com Advogados e Consultores	2.201.250,00	0,26%	0,05
Outras Despesas ⁽⁵⁾	1.500.000,00	0,18%	0,04
Total de Despesas.....	9.892.207,03	1,19%	0,25
Total de Comissões e Despesas⁽⁷⁾	43.170.218,81	5,19%	1,07

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$20,71, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$18,71 e R\$22,71, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor acima ou abaixo desta faixa indicativa.

⁽²⁾ Sem considerar o exercício da opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais.

⁽³⁾ Devida exclusivamente ao Coordenador Líder, ao Agente Estabilizador, ao Bradesco BBI e ao BofA Merrill Lynch, uma vez que o J.P. Morgan não prestará garantia firme de liquidação no âmbito da Oferta.

⁽⁴⁾ Os valores e percentuais apresentados refletem ajustes de arredondamento e, assim, os totais apresentados podem não corresponder à soma aritmética dos números que os precedem.

⁽⁵⁾ Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

⁽⁶⁾ Considerando que a Remuneração de Incentivo é de 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) sobre o Produto da Colocação da Oferta.

⁽⁷⁾ Este valor já contempla o rateio de despesas e comissões entre o Acionista Vendedor e Companhia, conforme o mecanismo descrito na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 40 deste Prospecto Preliminar.

Não há outra remuneração devida pela Companhia e pelo Acionista Vendedor às Instituições Participantes da Oferta ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela remuneração devida pela Companhia às Instituições Participantes da Oferta, descrita acima, bem como não existe nenhum tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Instituições Participantes da Oferta

Os Coordenadores da Oferta, em nome da Companhia e em nome do Acionista Vendedor, convidarão as Instituições Consorciadas para participar da colocação das Ações.

Público Alvo

O público alvo da Oferta consiste em Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais.

Cronograma Estimado da Oferta

Segue abaixo um cronograma indicativo e tentativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir do protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta:

Ordem dos Eventos	Eventos	Datas previstas⁽¹⁾
1.	Protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta	13.12.2016
2.	Disponibilização do Aviso ao Mercado (sem o logotipo das Instituições Consorciadas) Disponibilização do Prospecto Preliminar Início das apresentações para potenciais investidores (<i>roadshow</i>) Início do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	19.01.2017
3.	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com o logotipo das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	27.01.2017
4.	Disponibilização do Comunicado ao Mercado informando sobre o período de reconsideração do Pedido de Reserva	30.01.2017
5.	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas Início do período de reconsideração do Pedido de Reserva	31.01.2017
6.	Encerramento do Período de Reconsideração do Pedido de Reserva	06.02.2017
7.	Encerramento do Período de Reserva	08.02.2017
8.	Encerramento das apresentações para potenciais investidores (<i>roadshow</i>) Encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> Fixação do Preço por Ação Aprovação do Preço por Ação pela Companhia e pelo Acionista Vendedor Assinatura do Contrato de Colocação, do Contrato de Colocação Internacional e de outros contratos relacionados à Oferta	09.02.2017
9.	Disponibilização do Prospecto Definitivo Concessão dos registros da Oferta pela CVM Disponibilização do Anúncio de Início	10.02.2017
10.	Início da negociação das Ações na BM&FBOVESPA Início do Prazo de Exercício da Opção de Ações Suplementares	13.02.2017
11.	Data de Liquidação	15.02.2017
12.	Encerramento do prazo de exercício da opção de Ações Suplementares	14.03.2017
13.	Data máxima de Liquidação das Ações Suplementares	17.03.2017
14.	Data máxima para Disponibilização do Anúncio de Encerramento	10.08.2017

⁽¹⁾ Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400.

Será admitido o recebimento de reservas, a partir da data indicada no Aviso ao Mercado, para subscrição/aquisição das Ações que somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente após o início do Prazo de Distribuição.

A Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil e no exterior, no período compreendido entre a data deste Prospecto e a data em que for determinado o Preço por Ação.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado. Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de anúncio publicado nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da BM&FBOVESPA e da CVM, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 56 deste Prospecto (“Anúncio de Retificação”).

Procedimento da Oferta

Após a disponibilização do Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com os logotipos das Instituições Consorciadas), a disponibilização deste Prospecto Preliminar, incluindo o Formulário de Referência, como anexo, bem como de seus eventuais aditamentos e/ou suplementos, o encerramento do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a celebração do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional, a concessão do registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria “A” pela CVM, a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a disponibilização do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição pública das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), em regime de Garantia Firme de Liquidação, por meio de duas ofertas distintas, quais sejam, a Oferta de Varejo e a Oferta Institucional, conforme descritas abaixo, observado o disposto na Instrução CVM 400 e demais normativos aplicáveis, bem como os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado.

Os Coordenadores da Oferta, com expressa anuência da Companhia e do Acionista Vendedor, elaborarão plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas e as relações da Companhia com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e do Acionista Vendedor, observado que os Coordenadores da Oferta deverão assegurar (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes; (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores, em conformidade com o artigo 21 da Instrução CVM 400; e (iii) o recebimento prévio pelas Instituições Participantes da Oferta dos exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, assegurando o esclarecimento de eventuais dúvidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo suas intenções de investimento automaticamente canceladas.

Os Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderão realizar Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo que aqueles que não realizarem seus Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas terão seus Pedidos de Reserva cancelados em caso de excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das ações de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário” deste Prospecto Preliminar.

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e são permitidos desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Oferta de Varejo

A Oferta de Varejo será realizada exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais que realizarem solicitação de reserva antecipada mediante o preenchimento de Pedido de Reserva, com uma única Instituição Consorciada, durante o Período de Reserva, ou, conforme o caso, durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, observados, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva nas condições descritas abaixo.

No contexto da Oferta de Varejo, o montante de, no mínimo, 10% (dez por cento) e, no máximo, 20% (vinte por cento) do total das Ações (considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e do Acionista Vendedor, será destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que realizarem Pedido de Reserva, conforme previsto no item 7.1(ii) do Regulamento do Novo Mercado, de acordo com as condições ali previstas e o procedimento indicado abaixo.

Na eventualidade de a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais ser superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, haverá rateio, conforme disposto no item (i) abaixo.

Os Pedidos de Reserva poderão ser efetuados pelos Investidores Não Institucionais de maneira irrevogável e irretirável, exceto pelo disposto nos itens (b), (c), (e), (i), (j) e (k) abaixo, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

- (a) durante o Período de Reserva e o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme aplicável, os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta de Varejo deverão realizar reservas de Ações junto a uma única Instituição Consorciada, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva, nos termos da Deliberação CVM 476, celebrado em caráter irrevogável e irretirável, exceto pelo disposto nos itens (b), (c), (e), (i), (j) e (k) abaixo, durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, observados, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva;
- (b) O Investidor Não Institucional que seja Pessoa Vinculada deverá indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, sua qualidade de Pessoa Vinculada, sob pena de, não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva cancelado pela respectiva Instituição Consorciada. Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelas Instituições Consorciadas, de Ações junto a Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, com exceção dos Pedidos de Reserva realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas;

- (c) cada Investidor Não Institucional poderá estipular, no respectivo Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 45 da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor Não Institucional estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada;
- (d) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações a serem subscritas/adquiridas e o respectivo valor do investimento dos Investidores Não Institucionais serão informados a cada Investidor Não Institucional pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva até as 12:00 horas do dia útil imediatamente posterior à data de disponibilização do Anúncio de Início, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de rateio prevista no item (h) abaixo;
- (e) cada Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento à vista do valor indicado no item (d) acima, junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, até às 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto a qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor Não Institucional e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela Instituição Consorciada junto a qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado;
- (f) até às 16:00 horas da Data de Liquidação, a BM&FBOVESPA, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará, de acordo com o Contrato de Colocação, desde que efetuado o pagamento previsto no item (f) acima, a cada Investidor Não Institucional o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, ressalvada a possibilidade de desistência prevista no item (i) abaixo, as possibilidades de cancelamento previstas nos itens (b), (c), e (e) acima e (j) e (k) abaixo e a possibilidade de rateio prevista no item (h) abaixo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento não considerará a referida fração;
- (g) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais seja igual ou inferior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, não haverá rateio, sendo todos os Investidores Não Institucionais integralmente atendidos em todas as suas reservas e eventuais sobras no lote ofertado aos Investidores Não Institucionais destinadas a Investidores Institucionais;
- (h) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais seja superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo será realizado rateio das Ações, da seguinte forma: (i) a divisão igualitária e sucessiva das Ações destinadas a Investidores Não Institucionais entre todos os Investidores Não Institucionais, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva e a quantidade total das Ações destinadas à Oferta de Varejo, desconsiderando-se as frações de Ações até o limite de R\$3.000,00 por Investidor Não Institucional, e (ii) uma vez atendido o critério de rateio descrito no subitem (i) acima, será efetuado o rateio proporcional das Ações destinadas a Investidores Não Institucionais remanescentes entre todos os Investidores Não Institucionais, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva e desconsiderando-se as frações de Ações. Opcionalmente, a critério dos Coordenadores da Oferta, do Acionista Vendedor e da Companhia, a quantidade de Ações destinadas a Investidores Não Institucionais poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores Não Institucionais possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o critério de rateio descrito neste item;

- (i) na hipótese de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e as informações constantes do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo Investidor Não Institucional ou a sua decisão de investimento, nos termos do parágrafo 4º do artigo 45 da Instrução CVM 400, referido Investidor Não Institucional poderá desistir do Pedido de Reserva. Nesta hipótese, o Investidor Não Institucional deverá informar, por escrito, sua decisão de desistência do Pedido de Reserva à Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva (por meio de mensagem eletrônica, fax ou correspondência enviada ao endereço da Instituição Consorciada), no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, para que o respectivo Pedido de Reserva seja cancelado pela Instituição Consorciada que o recebeu. Caso o Investidor Não Institucional não informe por escrito a Instituição Consorciada de sua desistência do Pedido de Reserva no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, será presumido que tal Investidor Não Institucional manteve o seu Pedido de Reserva e, portanto, tal investidor deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previsto no respectivo Pedido de Reserva;
- (j) na hipótese de (a) não haver a conclusão da Oferta; (b) resilição do Contrato de Colocação; (c) cancelamento da Oferta; (d) revogação da Oferta, que torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, ou, ainda; (e) em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva em função de expressa disposição legal, todos os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados e cada uma das Instituições Consorciadas comunicará o cancelamento da Oferta, inclusive por meio de disponibilização de aviso ao mercado, aos Investidores Não Institucionais de quem tenham recebido Pedido de Reserva. Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos do item (f) acima, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso dos custos incorridos e com dedução, se for o caso, de quaisquer tributos, eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta;
- (k) em caso de (i) suspensão ou modificação da Oferta; ou (ii) Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e/ou que ocorreu o Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação, ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação ou suspensão efetuada ou em decorrência do Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa. o Investidor Não Institucional poderá desistir do Pedido de Reserva até as 16:00 horas do 5º (quinto) dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Retificação ou à data de recebimento, pelo Investidor Não Institucional, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca da suspensão ou modificação da Oferta, conforme aplicável. Nesta hipótese, o Investidor Não Institucional deverá informar sua decisão de desistência do Pedido de Reserva à Instituição Consorciada que tenha recebido o seu Pedido de Reserva, em conformidade com os termos e no prazo estipulado no respectivo Pedido de Reserva, o qual será cancelado pela referida Instituição Consorciada. Caso o Investidor Não Institucional não informe, por escrito, à Instituição Consorciada sobre sua desistência do Pedido de Reserva no prazo disposto acima, será presumido que tal Investidor Não Institucional manteve o seu Pedido de Reserva e, portanto, tal investidor deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previsto no respectivo Pedido de Reserva;

- (l) em qualquer hipótese de (i) revogação da Oferta; (ii) cancelamento da Oferta; (iii) desistência do Pedido de Reserva; (iv) cancelamento do Pedido de Reserva; (v) suspensão ou modificação da Oferta; (vi) divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e as informações constantes do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo Investidor Não Institucional ou a sua decisão de investimento, os valores dados em contrapartida às Ações devem ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes, sem juros ou correção monetária, sem reembolso dos custos incorridos e com dedução, se for o caso, de quaisquer tributos, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data (x) de divulgação da revogação ou do cancelamento da Oferta; (y) do cancelamento do Pedido de Reserva nas hipóteses e nos termos previstos neste Prospecto; ou (z) do recebimento da comunicação da desistência do período de reserva, em caso de suspensão, modificação ou em caso de divergência relevante conforme mencionado acima; e
- (m) a revogação, suspensão, o cancelamento ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de anúncio publicado nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da BM&FBOVESPA e da CVM, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 56 deste Prospecto.

Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.

Os Investidores Não Institucionais deverão realizar a subscrição/aquisição das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, de acordo com o procedimento descrito acima.

As Instituições Consorciadas somente atenderão aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo Investidor Não Institucional.

Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização dos Pedidos de Reserva que (a) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta, e as informações constantes dos Prospectos e do Formulário de Referência, especialmente as seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” deste Prospecto, bem como o item “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência; (b) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá (i) a abertura ou atualização de conta e/ou de cadastro, e/ou (ii) a manutenção de recursos em conta corrente nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; (c) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de preencher e entregar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada; e (d) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas acerca dos prazos estabelecidos para a realização do Pedido de Reserva, ou, se for o caso, para a realização de cadastro naquela Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada.

Oferta Institucional

A Oferta Institucional será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta, e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e inexistindo valores mínimo e máximo de investimento e assumindo cada Investidor Institucional a obrigação de verificar se está cumprindo os requisitos acima para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva dos Investidores Não Institucionais, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, levando em consideração o disposto no plano de distribuição, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, melhor atendam ao objetivo desta Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre perspectivas da Companhia, setor de atuação da Companhia e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Até às 16:00 horas do primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta, e os Agentes de Colocação Internacional informarão aos Investidores Institucionais, por meio de seu endereço eletrônico ou, na sua ausência, por telefone ou fac-símile, a quantidade de Ações alocadas e o valor do respectivo investimento. A entrega das Ações alocadas deverá ser efetivada na Data de Liquidação mediante pagamento em moeda corrente nacional, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocadas, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação.

A subscrição/aquisição das Ações será formalizada mediante assinatura de boletim de subscrição/contrato de compra e venda, cujo modelo final foi previamente apresentado à CVM e que informa o Investidor Institucional sobre o procedimento para a entrega das Ações. Os Investidores Estrangeiros deverão realizar a integralização/liquidação das Ações por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Instrução CVM 560 ou na Lei 4.131.

Na hipótese de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e as informações constantes do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo Investidor Institucional ou a sua decisão de investimento, nos termos do parágrafo 4.º do artigo 45 da Instrução CVM 400, referido Investidor Institucional poderá desistir de suas intenções de investimento até às 16:00 horas do 5º (quinto) dia útil subsequente à data em que foi comunicada, por escrito, a divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e as informações constantes do Prospecto Definitivo. Nesta hipótese, o Investidor Institucional deverá informar, por escrito, sua decisão de desistência aos Coordenadores da Oferta por meio de mensagem eletrônica, fax ou correspondência enviada ao endereço dos Coordenadores da Oferta, conforme dados abaixo. Caso o Investidor Institucional não informe por escrito os Coordenadores da Oferta de sua desistência será presumido que tal Investidor Institucional manteve suas respectivas intenções de investimento e, portanto, deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previstos.

Na hipótese de: (i) não haver a conclusão da Oferta; (ii) rescisão do Contrato de Colocação; (iii) cancelamento da Oferta; (iv) revogação da Oferta, que torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores; ou, ainda, (v) em qualquer outra hipótese de cancelamento das intenções de investimento em função de expressa disposição legal, todas as intenções de investimento serão automaticamente canceladas e os Coordenadores da Oferta comunicarão o fato, inclusive por meio de divulgação de comunicado ao mercado, aos Investidores Institucionais de quem tenham recebido intenções de investimento.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, das Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo suas intenções de investimento automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário” na página 60 deste Prospecto Preliminar.

Prazos da Oferta e Data de Liquidação

A data de início da Oferta será divulgada mediante disponibilização do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em 10 de fevereiro de 2017, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400. O prazo para a distribuição das Ações será (i) de até 6 (seis) meses contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de disponibilização do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.

As Instituições Participantes da Oferta terão o prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, para efetuar a colocação das Ações. A liquidação física e financeira das Ações deverá ser realizada até o último dia do Período de Colocação, exceto com relação à distribuição das Ações Suplementares, cuja liquidação física e financeira ocorrerá dentro do prazo de até 3 (três) dias úteis contados a partir da data do exercício da opção de Ações Suplementares. As Ações serão entregues aos respectivos investidores até às 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações Suplementares, conforme o caso.

O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante a disponibilização do Anúncio de Encerramento, com data máxima estimada para 10 de agosto de 2017, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Instrução CVM 560, ou na Lei 4.131.

Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional

O Contrato de Colocação será celebrado pela Companhia, pelo Acionista Vendedor e pelos Coordenadores da Oferta, tendo como interveniente anuente a BM&FBOVESPA. A Companhia contratou cada um dos Coordenadores da Oferta, sujeito aos termos e às condições do Contrato de Colocação, para realizar a Oferta das Ações, diretamente ou por meio das Instituições Consorciadas, em conformidade com as disposições da Instrução CVM 400 e observados os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

O Coordenador Líder, o Agente Estabilizador, o Bradesco BBI e o BofA Merrill Lynch, exclusivamente, prestarão garantia firme de liquidação, conforme disposto no item “Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação da Oferta”, na página 50 deste Prospecto.

Nos termos do Contrato de Colocação Internacional, a ser celebrado na mesma data de celebração do Contrato de Colocação, os Agentes de Colocação Internacional realizarão os esforços de colocação das Ações no exterior.

O Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem o pagamento pelas Ações está sujeita a determinadas condições, como a ausência de eventos adversos relevantes na Companhia e em seus negócios, a execução de certos procedimentos pelos auditores independentes da Companhia, entrega de opiniões legais pelos assessores jurídicos da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, bem como a assinatura de termos de restrição à negociação das Ações pela Companhia, pelo Acionista Vendedor, pelos Acionistas Controladores e pelos Administradores da Companhia, dentre outras providências necessárias.

De acordo com o Contrato de Colocação e com o Contrato de Colocação Internacional, a Companhia e o Acionista Vendedor assumiram a obrigação de indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

O Contrato de Colocação Internacional nos obriga, bem como obriga o Acionista Vendedor a indenizar os Agentes de Colocação Internacional caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *offering Memoranda*. O Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e contra o Acionista Vendedor no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Se eventualmente a Companhia seja condenada em um processo no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *offering Memoranda*, se envolver valores elevados, tal condenação poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia. Para informações adicionais, ver a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil”, na página 62 deste Prospecto.

O Contrato de Colocação estará disponível para consulta ou obtenção de cópia, a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, nos endereços dos Coordenadores da Oferta indicados no item “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” que se encontra na página 56 deste Prospecto.

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação da Oferta

A Garantia Firme de Liquidação consiste na obrigação de subscrição/aquisição e integralização/liquidação, exclusivamente pelo Coordenador Líder, pelo Agente Estabilizador, pelo Bradesco BBI e pelo BofA Merrill Lynch, na Data de Liquidação, da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, se houver, e sem considerar as Ações Suplementares), que uma vez subscritas/adquiridas por investidores no mercado, não forem integralizadas/liquidadas por tais investidores, na proporção e até o limite individual da garantia firme prestada por cada um destes Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, nos termos do Contrato de Colocação. Tal Garantia Firme de Liquidação, individual e não solidária, é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional, concedido o registro da Companhia como companhia aberta sob a categoria “A” pela CVM, concedido o registro da Oferta pela CVM, disponibilizado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo.

Caso as Ações efetivamente subscritas/adquiridas (considerando as Ações Adicionais, se houver, mas sem considerar as Ações Suplementares) por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por esses até a Data de Liquidação, cada um entre o Coordenador Líder, o Agente Estabilizador, o Bradesco BBI e o BofA Merrill Lynch, observado o disposto no Contrato de Colocação, subscreverá/adquirirá e integralizará/liquidará, de forma individual e não solidária, na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual indicado do Contrato de Colocação, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelo Coordenador Líder, pelo Agente Estabilizador, pelo Bradesco BBI e pelo BofA Merrill Lynch, nos termos do Contrato de Colocação, multiplicado pelo Preço por Ação; e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, se houver, mas sem considerar as Ações Suplementares) efetivamente colocadas e liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação.

Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e Ações Suplementares) por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, ou caso as Ações não sejam integralmente subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidores Não Institucionais deverão ser integralmente devolvidos, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução, se for o caso, de quaisquer tributos, eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de divulgação do comunicado de cancelamento da Oferta. Para mais informações, veja seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações no âmbito da Oferta”, deste Prospecto.

O Contrato de Colocação estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, nos endereços indicados “ na página 56 deste Prospecto.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelo Coordenador Líder, pelo Agente Estabilizador, pelo Bradesco BBI e pelo BofA Merrill Lynch, por si ou por suas afiliadas, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitados ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que o disposto neste parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades de estabilização previstas abaixo.

Segue abaixo relação das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) objeto de garantia firme prestada por cada um entre o Coordenador Líder, o Agente Estabilizador, o Bradesco BBI e o BofA Merrill Lynch:

Coordenador da Oferta	Quantidade	Percentual (%)
Coordenador Líder	11.634.921	27,78%
Morgan Stanley.....	11.634.921	27,78%
Bradesco BBI	11.634.921	27,78%
BofA Merrill Lynch.....	6.980.951	16,67%
Total	41.885.714	100,00%

A proporção prevista acima poderá ser realocada de comum acordo o Coordenador Líder, o Agente Estabilizador, o Bradesco BBI e o BofA Merrill Lynch.

Contrato de Estabilização

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar atividades de estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na BM&FBOVESPA, por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na BM&FBOVESPA, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual será previamente aprovado pela CVM e pela BM&FBOVESPA, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da disponibilização do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

O Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início nos endereços indicados no item “Informações Adicionais” na página 57 deste Prospecto.

Negociação das Ações na BM&FBOVESPA

As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA a partir do dia útil seguinte à disponibilização do Anúncio de Início, sob o código “PARD3”.

Em 19 de janeiro de 2017, a Companhia, seus administradores, o Acionista Vendedor e os demais acionistas controladores da Companhia celebraram o Contrato de Participação no Novo Mercado, com a BM&FBOVESPA, o qual entrará em vigor na data de disponibilização do Anúncio de Início, aderindo ao segmento especial de listagem do mercado de ações da BM&FBOVESPA denominado Novo Mercado, regido pelo Regulamento do Novo Mercado, o qual estabelece regras de governança corporativa mais rigorosas que as disposições da Lei das Sociedades por Ações a serem observadas pela Companhia, particularmente em relação à transparência e proteção aos acionistas minoritários. As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado estão descritas de forma resumida na seção “12.12. – Práticas de Governança Corporativa” do Formulário de Referência.

Direitos, Vantagens e Restrições das Ações

As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu estatuto social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se destacam os seguintes:

- (a) direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada ação ordinária corresponde a um voto;
- (b) observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e dividendos adicionais eventualmente distribuídos por deliberação da assembleia geral ou pelo conselho de administração;

- (c) no caso de liquidação da Companhia, direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do capital social da Companhia, na proporção da sua participação no capital social, nos termos do artigo 109, inciso ii, da Lei das Sociedades por Ações;
- (d) fiscalização da gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações;
- (e) direito de preferência na subscrição de novas ações, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, da Lei das Sociedades por Ações;
- (f) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas ao(s) acionista(s) controlador(es), no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle sobre a Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhe assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores (*tag along*);
- (g) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou por seu(s) acionista(s) controlador(es), em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações no Novo Mercado, por, no mínimo, obrigatoriamente, seu valor econômico, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente da Companhia, de seus administradores e acionista(s) controlador(es) quanto ao poder de decisão destes;
- (h) direito ao recebimento de dividendos integrais e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início; e
- (i) todos os demais benefícios conferidos aos titulares das ações ordinárias pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo estatuto social da Companhia.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção “18. Valores Mobiliários” do Formulário de Referência.

Violações de Normas de Conduta e Cancelamento dos Pedidos de Reserva

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de marketing da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis: (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, pelo que serão cancelados todos os Pedidos de Reserva, boletins de subscrição e/ou contratos de compra e venda que tenha recebido e deverá informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos integralmente, por tal Instituição Consorciada, aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso dos custos incorridos em razão do depósito, e com dedução, se for o caso, de quaisquer tributos, eventualmente incidentes; (ii) arcará integralmente com quaisquer custos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações

propostas por investidores por conta do cancelamento, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores; e (iii) poderá ser suspenso, por um período de 6 (seis) meses contados da data da comunicação da violação, de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. A Instituição Consorciada a que se refere este item deverá informar imediatamente, sobre o referido cancelamento, os investidores de quem tenham recebido Pedido de Reserva, boletim de subscrição e/ou contrato de compra e venda. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem seus Pedidos de Reserva e/ou boletins de subscrição/contratos de compra e venda cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

Instituição Financeira Responsável pela Escrituração das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação dos serviços de escrituração das ações ordinárias de emissão da Companhia é a Itaú Corretora de Valores S.A.

Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*)

A Companhia, o Acionista Vendedor, os Acionistas Controladores e os Administradores obrigam-se perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional a celebrar os acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Instrumento de Lock-Up"), pelo período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, por meio dos quais estes não poderão efetuar quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia ("Valores Mobiliários Sujeitos ao Lock-up"), sujeito a determinadas exceções: (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer acordo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; ou (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (iii).

As vedações listadas acima não se aplicarão nas hipóteses de: (i) doações de boa-fé, desde que, antes de tal doação, o respectivo donatário comprometa-se por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *lock-up*; (ii) transferências a um *trust* em benefício direto ou indireto do próprio signatário do Instrumento de *Lock-up* e/ou de familiares imediatos do mesmo, desde que, antes de tal transferência, o *trust* comprometa-se por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *lock-up*; (iii) transferências a quaisquer coligadas (sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico) conforme definidas na Regra 405 do *Securities Act*, dos signatários do Instrumento de *Lock-up*; (iv) transferências realizadas para fins de empréstimo de ações pelo signatário do Instrumento de *Lock-up* para um Coordenador da Oferta ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta, de um determinado número de ações para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos do Contrato de Colocação e do Contrato de Estabilização; e (v) transferências em conexão com a venda de valores mobiliários recebidos exclusivamente em decorrência do exercício de opções nos termos de qualquer plano de opções de compra de ações da Companhia.

Adicionalmente, de acordo com as regras do Novo Mercado, os Acionistas Controladores e os Administradores não poderão vender ou ofertar à venda ações ordinárias de emissão da Companhia ou derivativos a elas concernentes que eles detiverem imediatamente após a Oferta, nos primeiros 6 (seis) meses após o início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia no segmento do Novo Mercado. Após esse período inicial de 6 (seis) meses, os Acionistas Controladores, e os Administradores não poderão, por mais 6 (seis) meses, vender e/ou ofertar à venda mais de 40% das ações ordinárias de emissão da Companhia e derivativos a elas concernentes que eles detiverem imediatamente após a Oferta. Findo tal prazo, todas as ações ordinárias de emissão da Companhia e de sua titularidade estarão disponíveis para venda no mercado.

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações. **Para mais informações, veja seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações de emissão da Companhia, inclusive pelos seus Acionistas Controladores, após a conclusão da Oferta e o período de *Lock-up*, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia”, deste Prospecto.**

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta

A Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta poderão requerer que a CVM autorize a modificação ou a revogação da Oferta, caso ocorram alterações posteriores, materiais e inesperadas nas circunstâncias inerentes à Oferta existentes na data do pedido de registro da distribuição, que resulte em um aumento relevante nos riscos assumidos pela Companhia e pelos Coordenadores da Oferta. Adicionalmente, a Companhia e os Coordenadores da Oferta poderão modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º, do artigo 25 da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o encerramento da distribuição da Oferta poderá ser adiado em até 90 dias

A revogação, suspensão, o cancelamento ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgado por meio de disponibilização de Anúncio de Retificação nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da BM&FBOVESPA e da CVM, veículos também utilizados para disponibilização do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

As Instituições Participantes da Oferta deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Nessa hipótese, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação, a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

Em qualquer hipótese, a revogação ou cancelamento torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de 3 (três) dias úteis da data de divulgação da revogação, sem qualquer remuneração ou correção monetária, e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400.

Com a divulgação do Anúncio de Retificação, a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores ao Anúncio de Retificação tornar-se-ão ineficazes, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de 3 (três) dias úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400.

Ademais, caso ocorra um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior a Faixa Indicativa, poderão os Investidores Não Institucionais desistir dos respectivos Pedidos de Reserva, sem quaisquer ônus, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido seus respectivos Pedidos de Reserva (por meio de mensagem eletrônica, fac-símile ou correspondência enviada ao endereço da Instituição Consorciada) até às 16:00 horas do 5º (quinto) dia útil subsequente à data em que o Investidor Não Institucional for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada sobre a suspensão ou a modificação da Oferta. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta, bem como a sua capacidade de executar o plano de negócios da Companhia” na página 61 deste Prospecto.

Suspensão ou Cancelamento da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do seu registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. o prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 dias, prazo durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro. Ademais, a rescisão do Contrato de Colocação importará no cancelamento do registro da Oferta.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o quinto dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de 3 (três) dias úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes.

Inadequação da Oferta

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que a Companhia atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações é um investimento em renda variável, não sendo, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir as Ações ou, com relação à qual o investimento nas Ações seria, no entendimento da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

Condições a que a Oferta esteja submetida

A realização da Oferta não está submetida a nenhuma condição, exceto pelas condições de mercado.

Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta

O Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com o logotipo das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais anúncios de retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta serão disponibilizados, até o encerramento da Oferta, exclusivamente, nas páginas na rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da BM&FBOVESPA, conforme indicadas abaixo:

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, o Acionista Vendedor foi dispensado pela CVM de disponibilizar os anúncios e avisos relacionados à Oferta, bem como o Prospecto Preliminar, uma vez que o Acionista Vendedor é fundo de investimentos, e, portanto, não possui página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.

Companhia

Instituto Hermes Pardini S.A.

<http://www.hermespardini.com.br/ri> (neste *website*, logo abaixo do campo “Relacionamento com Investidores”, clicar no título do documento correspondente aos anúncios e avisos da Oferta).

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder

Banco Itaú BBA S.A.

<http://www.itaubba.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/> (neste *website*, clicar em “Instituto Hermes Pardini S.A.”, posteriormente em “2017”, na sequência “Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)”, link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

Banco Morgan Stanley S.A.

<http://www.morganstanley.com.br/prospectos> (neste *website*, no item “Comunicações ao Mercado”, clicar no título do documento correspondente no subitem “Instituto Hermes Pardini S.A.”).

Banco Bradesco BBI S.A.

https://www.bradescobbi.com.br/Site/Ofertas_Publicas/Default.aspx (neste *website* identificar “Hermes Pardini” e, posteriormente, escolher o *link* específico de cada anúncio da Oferta).

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

<http://www.merrilllynch-brasil.com.br> (neste *website*, no item “Global Markets & Investment Banking Group”, clicar no item “Hermes Pardini”, neste link estarão disponíveis os anúncios e avisos da Oferta).

Banco J.P. Morgan

<https://www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/brazil/pt/business/prospectos/hermespardini> (neste *website* identificar cada anúncio ou comunicado da Oferta).

Comissão de Valores Mobiliários - CVM

www.cvm.gov.br (neste *website* acessar “Central de Sistemas” na página inicial, acessar “Ofertas Públicas”, em seguida, na tabela de “Primárias”, clicar no item “Ações”, depois, na página referente a “Ofertas Primárias em Análise”, na tabela “Oferta Inicial (IPO) – Volume em R\$”, acessar o link referente ao “Instituto Hermes Pardini S.A.”, no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/servicos/ofertas-publicas/sobre-ofertas-publicas/ (neste *website* acessar “Ofertas em andamento”, clicar em “Empresas”, depois clicar em “Instituto Hermes Pardini S.A.”, link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

Informações Adicionais

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta poderão ser obtidos junto à Companhia, aos Coordenadores da Oferta, à CVM e à BM&FBOVESPA, nos endereços indicados na seção “Informações Adicionais”, na página 57 deste Prospecto.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve alto grau de risco. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, investidores em potencial devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia” na página 14 deste Prospecto e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, na página 507 deste Prospecto, e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto.

As atividades, situação financeira, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos, dos fatores de risco mencionados abaixo e por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou de outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento nas Ações. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia e o Acionista Vendedor acreditam que poderão lhes afetar de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia ou pelo Acionista Vendedor, ou que atualmente consideram irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, exceto se indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá “um efeito adverso para a Companhia” ou “afetará a Companhia adversamente” ou expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, contido na página 507 deste Prospecto.

Um mercado ativo e líquido para as ações de emissão da Companhia poderá não se desenvolver. A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa.

Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo, inclusive, ser mais volátil do que alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos. Como exemplo, em dezembro de 2016, a BM&FBOVESPA apresentou uma capitalização bursátil média de, aproximadamente, R\$2,5 trilhões, com um volume diário de negociação de R\$7,4 bilhões durante o ano de 2016. O mercado de capitais brasileiro é significativamente concentrado, de forma que as cinco principais ações negociadas na BM&FBOVESPA foram responsáveis por, aproximadamente, 29% do volume total de ações negociadas na BM&FBOVESPA, enquanto que a New York Stock Exchange teve uma capitalização de mercado de aproximadamente US\$20,2 trilhões em dezembro de 2016 e um volume diário médio de negociação de US\$43,9 bilhões durante o ano de 2016.

Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das Ações pode ser negativamente impactado.

Riscos relacionados à situação da economia global poderão afetar a percepção do risco em outros países, especialmente nos mercados emergentes o que poderá afetar negativamente a economia brasileira inclusive por meio de oscilações nos mercados de valores mobiliários.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, países membros da União Europeia e de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive das Ações. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, especialmente, pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na BM&FBOVESPA, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia não pode assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas em mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações de emissão da Companhia, inclusive pelos seus Acionistas Controladores, após a conclusão da Oferta e o período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.

A Companhia, os Acionistas Controladores, o Acionista Vendedor e os Administradores celebrarão acordos de restrição à venda das ações ordinárias de emissão da Companhia (*Lock-Up*), por meio dos quais se comprometerão a, sujeitos tão somente às exceções previstas em referidos acordos, durante o período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Adicionalmente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, nos primeiros 6 (seis) meses subsequentes à Oferta, após a assinatura do Contrato de Participação no Novo Mercado, os Acionistas Controladores e os Administradores não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das ações ordinárias de emissão da Companhia e derivativos destas de que eram titulares, imediatamente após a efetivação da Oferta. Após esse período inicial de 6 (seis) meses, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, os Acionistas Controladores e os Administradores não poderão, por mais 6 (seis) meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% (quarenta por cento) das ações ordinárias de emissão da Companhia, ou derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a efetivação da Oferta. Após tais restrições terem se extinguido, as Ações detidas pelos Acionistas Controladores e Administradores estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou a percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Para informações adicionais, ver a seção “Informações Sobre a Oferta – Restrições à Negociação das Ações (Lock-Up)” na página 54 deste Prospecto.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá afetar o preço das Ações e resultar em uma diluição da participação do investidor.

A Companhia pode vir a ter que captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia ou permutáveis por elas. Qualquer captação de recursos por meio da distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, ou permutáveis por elas, pode resultar em alteração no preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia e na diluição da participação do investidor no capital social da Companhia.

A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá afetar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário

O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade das Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), será vedada a colocação das Ações aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo suas intenções de investimento automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

Adicionalmente, os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) de operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo ações ordinárias de emissão da Companhia como referência são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. Tais operações poderão influenciar a demanda e, conseqüentemente, o preço das Ações e, deste modo, o Preço por Ação poderá diferir dos preços que prevalecerão no mercado após a conclusão desta Oferta.

A fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta, bem como a sua capacidade de executar o plano de negócios da Companhia.

A faixa de preço apresentada na capa deste Prospecto Preliminar é meramente indicativa e, conforme expressamente previsto neste Prospecto Preliminar, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa. Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% (vinte por cento) do valor máximo da Faixa Indicativa, ocorrerá um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, o que possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais no âmbito da Oferta de Varejo. Na ocorrência de Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, a Companhia alcançará menor dispersão acionária do que a inicialmente esperada, caso uma quantidade significativa de Investidores Não Institucionais decida por desistir da Oferta.

Ademais, a fixação do Preço por Ação em valor significativamente abaixo da Faixa Indicativa poderá resultar em captação de recursos líquidos em montante consideravelmente menor do que o inicialmente projetado para as finalidades descritas na seção “Destinação dos Recursos”, e assim afetar a capacidade da Companhia de executar o plano de negócios da Companhia, o que poderá ter impactos no crescimento e nos resultados das operações da Companhia.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações no âmbito da Oferta.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) não sejam integralmente subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva, boletins de subscrição, contratos de compra e venda e intenções de investimentos automaticamente cancelados. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção “Informações sobre a Oferta – Suspensão e Cancelamento” na página 56 deste Prospecto.

Investidores que adquirirem Ações poderão sofrer diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.

O Preço por Ação poderá ser fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que adquiram Ações por meio da Oferta poderão receber um valor significativamente menor do que o preço que pagaram ao adquirir as Ações na Oferta. Para mais informações sobre a diluição da realização da Oferta, consulte a seção “Diluição”, na página 87 deste Prospecto.

A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreende a distribuição secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações juntos a Investidores Estrangeiros.

Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

Adicionalmente, a Companhia e o Acionista Vendedor são parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia e o Acionista Vendedor os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

A Companhia e o Acionista Vendedor também fazem diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e o Acionista Vendedor no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos, mesmo que fique provado que nenhuma incorreção foi cometida. Uma eventual condenação da Companhia em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, poderá afetar negativamente a Companhia.

Após a Oferta, a Companhia continuará sendo controlada pelos seus atuais Acionistas Controladores, cujos interesses podem diferir dos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de sua emissão.

Imediatamente após a conclusão da Oferta (considerando as Ações Adicionais, caso exercidas, e sem considerar as Ações Suplementares), os atuais Acionistas Controladores da Companhia serão titulares de 64,52% das ações ordinárias de emissão da Companhia. Dessa forma, os atuais Acionistas Controladores da Companhia, por meio de seu poder de voto nas assembleias gerais, continuarão capazes de influenciar fortemente ou efetivamente exercer o poder de controle sobre as decisões da Companhia, incluindo sobre as estratégias de desenvolvimento, gastos e plano de distribuição de dividendos, o que pode se dar de maneira divergente em relação aos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Eventual descumprimento por qualquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o conseqüente cancelamento de todos Pedidos de Reserva, boletins de subscrição e contratos de compra e venda feitos perante tais Instituições Consorciadas.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de marketing da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, a(s) Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva, boletins de subscrição e contratos de compra e venda que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos sobre movimentação financeira, eventualmente incidentes. Para maiores informações, ver a seção “Informações Sobre a Oferta – Características Gerais da Oferta – Violações de Norma de Conduta” na página 53 deste Prospecto.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Itaú BBA

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. O Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas *corporate* do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 31 de dezembro de 2015, o Itaú BBA apresentou os seguintes resultados: ativos na ordem de R\$547 bilhões e uma carteira de crédito de R\$251 bilhões. A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para *underwriting*, *hedge*, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no País. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do BACEN para operar subsidiária em Bahamas e atender a demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Em 1996, adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base de capital e liquidez do Itaú e a especialização do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e, com isso, consolidou-se como um *player* de mercado em fusões e aquisições, *equities* e renda fixa local, conforme descrito abaixo. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o BACEN aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área *corporate* do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo.

Atividade de Investment Banking do Itaú BBA

A área de *investment banking* do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

O Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento nas regiões em que atua: entre 2011 e 2015, foi eleito pela The Banker como o banco de investimentos mais inovador da América Latina, região em que foi considerado também como o melhor em 2011, 2012, 2013, 2015 e 2016 pela Global Finance. A Global Finance apontou-o também como o melhor *investment bank* do Brasil em 2009, 2012, 2013 e 2015 e como o banco mais criativo do mundo em 2016. Também em 2016, o Itaú BBA foi eleito pela Bloomberg como o melhor assessor em transações de M&A da América Latina e Caribe.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de Deposit Receipts (DRs), ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais e possui estrutura independente de pesquisa, tendo sido eleita pela Institutional Investor como a melhor casa de *research* no Brasil e na América Latina em 2016. Em 2015, segundo a Dealogic, o Itaú BBA foi líder em emissões no mercado brasileiro em número de transações que totalizaram US\$6,0 bilhões.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. De acordo com o *ranking* de fusões e aquisições da Thomson Reuters, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 78 transações em 2014, obtendo a primeira colocação no *ranking* Thomson por quantidade de operações acumulando um total de US\$25,0 bilhões. Em 2015, ainda de acordo com a Thomson Reuters, o Itaú BBA foi líder em número de operações e volume no Brasil, tendo prestado assessoria financeira a 55 transações totalizando US\$19,0 bilhões, e também na América Latina, com 63 transações que totalizaram US\$20,0 bilhões.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, *commercial papers*, *fixed* e *floating rate notes*, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). Em 2014, segundo o *ranking* da ANBIMA, o Itaú BBA foi líder em distribuição de renda fixa local, coordenando 20% do volume total distribuído, que ultrapassou os R\$7 bilhões. Pelo mesmo *ranking*, o Itaú BBA ficou em segundo lugar em 2015, tendo coordenado operações cujo volume total somou mais de US\$4 bilhões, equivalente a 14% do total.

Banco Morgan Stanley S.A.

Morgan Stanley, entidade constituída de acordo com as leis de Delaware, Estados Unidos, com sede em Nova Iorque, Estados Unidos, foi fundado nos Estados Unidos como banco de investimento em 1935. Em meados de 1971, ingressou no mercado de *sales & trading* e estabeleceu uma área dedicada a fusões e aquisições. Em 1984, Morgan Stanley passou a oferecer o serviço de corretagem *prime*.

Em 1986, abriu seu capital na *New York Stock Exchange* – NYSE. Em 1997, uniu-se com a Dean Witter, Discover & Co. Em 2008, tornou-se um *bank holding company* e estabeleceu uma aliança estratégica com o Mitsubishi UFJ Group. Em 2009, formou uma *joint venture* com Smith Barney, combinando seus negócios de *wealth management*.

Atualmente, Morgan Stanley atua nas áreas de (i) *institutional securities*, que engloba as atividades de *investment banking* (serviços de captação de recursos, de assessoria financeira, incluindo fusões e aquisições, reestruturações, *real estate* e *project finance*); empréstimos corporativos; assim como atividades de venda, negociação, financiamento e formação de mercado em valores mobiliários de renda fixa e variável, e produtos relacionados, incluindo câmbio e commodities; (ii) *global wealth management group*, que engloba serviços de corretagem e assessoria em investimento; planejamento financeiro; crédito e produtos de financiamento; gestão de caixa; e serviços fiduciários; e (iii) *asset management*, que engloba produtos e serviços globais em investimentos em renda variável, renda fixa, e investimentos alternativos; incluindo fundos de *hedge*, fundos de fundos e *merchant banking*, por meio de mais de 50 escritórios estrategicamente posicionados ao redor do globo. Em 31 de dezembro de 2013, Morgan Stanley apresentou patrimônio líquido de US\$69,7 bilhões e ativos totais no valor de US\$832,7 bilhões.

Na área de *investment banking*, o Morgan Stanley participou de inúmeras operações no Brasil e América Latina.

No mercado de emissão de ações, especificamente, o Morgan Stanley é líder mundial no *ranking* de ofertas públicas iniciais de ações (IPO) e emissão de ações em geral, em 2011 e 2013, de acordo com a Bloomberg. O Morgan Stanley conquistou diversos prêmios como reconhecimento de sua posição de destaque no mercado financeiro global. Em 2011 e 2014, o Morgan Stanley foi eleito pela revista International Financing Review (IFR) como “Equity House of the Year”, “North America Equity House of the Year” e “Equity Derivatives House of the Year”. Recentemente, o Morgan Stanley também foi eleito pela revista IFR como “Americas Equity House of the Year” em 2009, 2010 e 2014; “Structured Equity House of the Year” em 2010 e “EMEA Structured Equity House of the Year” em 2009.

O Morgan Stanley também desempenhou papel de liderança em três operações de destaque em 2010 e 2011 selecionadas pela IFR: (i) oferta inicial de ações no valor de US\$1,4 bilhões da Arcos Dorados, selecionada como “Latin America Equity Issue of the Year” em 2011, na qual o Morgan Stanley participou como *joint bookrunner* e agente estabilizador; (ii) oferta de ações no valor de US\$70 bilhões da Petrobras, selecionada como “Latin America Equity Issue of the Year” em 2010, na qual o Morgan Stanley também participou como coordenador global e agente estabilizador, e (iii) oferta inicial de ações do Agricultural Bank of China, no valor de US\$22,1 bilhões, selecionada como “Global IPO of the Year” e “Asia-Pacific Equity Issue of the Year” em 2010, na qual o banco atuou como *joint bookrunner*.

Em 1997, Morgan Stanley estabeleceu um escritório permanente no Brasil em São Paulo e, em 2001, fortaleceu sua posição no País ao constituir o Banco Morgan Stanley e a Morgan Stanley Corretora. O Banco Morgan Stanley é um banco múltiplo autorizado pelo Banco Central com carteiras comercial, de investimento e câmbio. O Banco Morgan Stanley é uma subsidiária indiretamente controlada pelo Morgan Stanley. Atualmente, o Banco Morgan Stanley desenvolve principalmente as atividades de banco de investimento, renda variável, renda fixa e câmbio no Brasil.

A Morgan Stanley Corretora também possui uma posição de destaque no mercado de corretagem brasileiro. A Morgan Stanley Corretora ocupou a segunda posição em volume negociado de ações locais durante os nove primeiros meses de 2016, de acordo com o Bloomberg, com uma participação de mercado de 11%.

Bradesco BBI

Banco de Investimento do Banco Bradesco S.A., o Bradesco BBI, é responsável pela originação e execução de fusões e aquisições e pela originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de renda fixa e renda variável, no Brasil e exterior.

O Bradesco BBI foi eleito o melhor *Investment Banking* do Brasil em 2014 e 2016 pela *Euromoney* e “Best Investment Bank in Brazil” em 2012 e 2016 pela *Global Finance Magazine*, tendo assessorado, no ano de 2014, transações de *Investment Banking* com volume de aproximadamente R\$172 bilhões e em 2015 R\$135 bilhões:

- Presença constante em operações de renda variável nos últimos três anos, coordenando IPOs (*Initial Public Offerings*) e *Follow-ons* que foram a mercado e atuando como coordenador líder do único IPO realizado em 2015, Par Corretora. Considerando as ofertas públicas registradas na CVM, ANBIMA e U.S. *Securities and Exchange Commission* no período de 2015, o Bradesco BBI participou como coordenador e *joint bookrunner* de 5 ofertas, que somadas representaram um volume superior a R\$18 bilhões. Nos primeiros 9 meses de 2016, podemos destacar o follow-on de CVC (R\$1.230 milhões), re-IPO de Energisa (R\$1.536 milhões), follow-on de Rumo (R\$2.600 milhões), OPA de Alpargatas (R\$499 milhões), OPA de aquisição de controle da Tempo Participações S.A. (R\$311 milhões) e OPA de Evorá (R\$111 milhões).

- Com importantes transações realizadas, o Bradesco BBI concluiu o ano de 2015 com grande destaque em renda fixa. No acumulado até outubro de 2016 coordenou 67 operações no mercado doméstico, em ofertas que totalizaram mais de R\$15 bilhões. No mercado internacional, o Bradesco BBI está constantemente ampliando sua presença em distribuição no exterior, tendo atuado como Bookrunner em 1 emissão de bond e como Dealer Manager em quatro tender offers no primeiro trimestre de 2016.
- Em 2015, o Bradesco BBI classificou-se entre os principais bancos que assessoraram M&A no Brasil. No período, o Bradesco BBI teve 21 transações anunciadas com valor de, aproximadamente, R\$47,6 bilhões. Dentre elas, destacamos as principais: assessoria à CR Almeida na alienação de 41% da Ecorodovias por R\$4.290 milhões; assessoria à Camargo Corrêa na alienação de sua participação na Alpargatas por R\$2.667 milhões; assessoria à Alpargatas na alienação das marcas Topper e Rainha no Brasil e na Argentina por valor não divulgado; assessoria aos fundos Carlyle e Vinci na aquisição da Uniasselvi por R\$1.105 milhões; assessoria à Marfrig na venda de 100% da Moy Park para a JBS por R\$4.650 milhões; assessoria ao FIP Plus II na aquisição de 36% da MBR da Vale por R\$4.000 milhões e assessoria ao Banco Bradesco na aquisição das operações do HSBC no Brasil por R\$17.600 milhões.

Ademais, o Banco Bradesco S.A., controlador do Bradesco BBI, é atualmente um dos maiores bancos do país, segundo o *ranking* oficial do Banco Central do Brasil sobre os 50 Maiores Bancos, realizado em setembro de 2014, e foi eleito melhor banco do Brasil em 2016, 2014 e 2013 de acordo com *Global Finance* e em 2014 e 2013 de acordo com a *Euromoney*, respectivamente. Em termos de valor de mercado, o Banco Bradesco S.A. é o segundo maior banco privado da América Latina além de ter a marca mais valiosa entre instituições financeiras de acordo com pesquisa da *Brand Finance* de 2013. O Banco Bradesco S.A. está presente em todos os municípios brasileiros e em diversas localidades no exterior. O Banco Bradesco S.A. mantém uma rede que atende a mais de 28,2 milhões de correntistas. Clientes e usuários têm à disposição 108,282 mil pontos de atendimento, destacando-se 4,51 mil agências. No acumulado até o terceiro trimestre de 2016, o lucro líquido foi de R\$11,5 bilhões, enquanto o ativo total e patrimônio líquido totalizaram R\$1,3 trilhão e R\$98,6 bilhões, respectivamente, segundo o Relatório de Análise Econômica e Financeira da instituição.

BofA Merrill Lynch

O BofA Merrill Lynch está presente no Brasil desde 1953, contando com uma estrutura de aproximadamente 400 funcionários, com foco na intermediação e negociação de títulos de renda fixa e variável, em operações de câmbio e na prestação de serviços de banco de investimentos, incluindo a assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, reestruturações e no mercado de capitais.

A fusão global entre os grupos Merrill Lynch e Bank of America resultou no que o BofA Merrill Lynch acredita ser um dos maiores conglomerados financeiros do mundo e um dos líderes mundiais na negociação e intermediação de títulos e valores mobiliários, na prestação de serviços de banco de investimentos e de finanças corporativas, na gestão de ativos e grandes riquezas e na prestação de serviços de gestão de tesouraria.

O conglomerado Bank of America Merrill Lynch atende clientes nos segmentos de pessoa física, pequenos e médios negócios e também grandes empresas, oferecendo uma vasta gama de produtos e serviços de banco comercial, banco de investimentos, gestão de ativos e de risco. Sua ampla plataforma nos Estados Unidos da América serve mais de 59 milhões de clientes a partir de suas mais de 6.100 agências, mais de 18.000 caixas eletrônicos e um sistema online que atende mais de 25 milhões de usuários ativos.

O grupo atua em mais de 150 países, possuindo relacionamento com 99% das 500 maiores companhias de acordo com a U.S. Fortune e 83% das 500 maiores companhias de acordo com a Fortune Global. As ações da Bank of America Corporation (NYSE: BAC), controladora do BofA Merrill Lynch, fazem parte do índice Dow Jones Industrial Average e são listadas na New York Stock Exchange.

Nas Américas, está entre os principais bancos em emissões de dívida e *equity* e na assessoria em operações de fusões e aquisições, tendo recentemente atingido uma das principais posições em levantamento de capital para empresas considerando o valor agregado de operações de *equity*, *bonds* e financiamentos, de acordo com a Dealogic.

J.P. Morgan

O J.P. Morgan está presente no Brasil desde a década de 60. Em setembro de 2000, como resultado da fusão entre o J.P. Morgan e o Banco Chase Manhattan S.A., consolidou-se como um banco com operações de atacado e investimentos. No início de 2004, a *holding* J.P. Morgan Chase & Co. adquiriu o Bank One Corp., em março de 2008 adquiriu o Bear Stearns e em setembro do mesmo ano adquiriu grande parte das operações bancárias do Washington Mutual, fatores que não só aumentaram a presença da instituição financeira nas regiões do meio-oeste e sudoeste dos Estados Unidos, como fortaleceram a atuação no segmento de cartões de crédito.

No Brasil, o J.P. Morgan atua em diversas áreas. A área de *investment banking* oferece assessoria em operações de fusões e aquisições, reestruturações societárias, emissões de títulos de dívida no mercado local e internacional e emissões de ações, entre outros; a área de *local markets, sales & trading* oferece produtos de tesouraria a clientes corporativos e institucionais; a área de *equities* disponibiliza serviços de corretora, *market-maker*, subscrições e operações com derivativos e de *american depositary receipts*; a área de *private bank* assessoria investimentos a pessoa física de alta renda; a área de *treasury and securities services* oferece serviços de pagamento e recebimento, liquidação e administração de investimentos; e a área de *worldwide securities services* oferece serviços de custódia a investidores não residentes.

O J.P. Morgan faz parte do J.P. Morgan Chase & Co. (NYSE: JPM), uma instituição financeira com atuação global e ativos de aproximadamente US\$2,5 trilhões, em 30 de junho de 2016, segundo relatórios financeiros divulgados aos investidores. O J.P. Morgan Chase & Co. atua com empresas e investidores institucionais, além de *hedge funds*, governos e indivíduos afluentes em mais de 100 países, conforme informação disponibilizada na página do J.P. Morgan Chase & Co. na internet. Em 2008, o J.P. Morgan Chase & Co. foi o primeiro banco na história a consolidar as posições de liderança mundial nos mercados de fusões e aquisições, emissão de dívida e ações, segundo dados da Dealogic e Thomson. No mercado de emissão de ações especificamente, o J.P. Morgan Chase & Co. é o líder mundial no histórico acumulado desde 2007, segundo a Dealogic (*Global Equity e Equity Linked*). Essa posição de liderança do J.P. Morgan Chase & Co. está refletida nas premiações obtidas, as quais totalizam um recorde de oito prêmios da revista IFR, que resumiu seu artigo mencionando que nunca, durante a longa história da premiação, um banco foi tão dominante. O J.P. Morgan Chase & Co. também foi a única instituição financeira a ser escolhida como uma das empresas mais influentes do mundo pela publicação Business Week.

Por dois anos consecutivos, 2008 e 2009, o J.P. Morgan Chase & Co. foi escolhido pela publicação Latin Finance como o "*Best Equity House in Latin America*". Em 2008, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu também o prêmio "*Best M&A House in Latin America*" e, em 2009, o prêmio "*Best Investment Bank in Latin America*", ambos concedidos pela Latin Finance. Em 2011, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu os prêmios "*Best Investment Bank in Latin America*", concedido pela Latin Finance, e "*Best M&A House in Mexico*", "*Best M&A House in Chile*", "*Best Debt House in Brazil*" e "*Best Investment Bank in Chile*", concedidos pela Euromoney. Em 2012, o J.P. Morgan Chase & Co. foi premiado como "*Best Investment Bank in Latin America*", assim como "*Best M&A House*", ambos pela Latin Finance. Em 2015, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu o prêmio de "*Best Equity House in Latin America*" pela Euromoney.

Essas premiações refletem a posição de liderança do J.P. Morgan Chase & Co. na América Latina, bem como sua presença nas mais relevantes transações, como as ofertas da IEnova, MercadoLibre, Nemark, GICSA, Par Corretora, Telefônica Brasil, Via Varejo, Grupo Lala, BB Seguridade, Enersis, Banorte, Visanet, Cemex, Brasil Foods, Natura, Vale, Fleury, Arcos Dorados, Petrobras, Grupo Sura, Cemex, America Movil e Banco do Brasil, entre outras. Essa posição de liderança no Brasil e América Latina é respaldada por uma plataforma de produtos completa, incluindo dívida conversível, bem como uma força de vendas mundial que colocou, entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de outubro de 2016, US\$2,152 bilhões em ações em 3.212 transações, segundo a *Dealogic* (crédito total para os coordenadores).

No âmbito global, a equipe de *equity research* do J.P. Morgan Chase & Co. conquistou o prêmio “#1 *Equity Research Team in Latin America*” em 2009, 2010, 2011 e 2014 concedido pela Institutional Investor. Além desses, nos últimos anos, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu os prêmios “*Bank of the Year*” (2008), “*Equity House of the Year*” (2008 e 2009), “*Bond House of the Year*” (2008), “*Derivatives House of the Year*” (2008), “*Loan House of the Year*” (2012), “*Securitization House of the Year*” (2008 e 2010), “*Leveraged Loan House of the Year*” (2008), “*Leveraged Finance House of the Year*” (2008), “*High-Yield Bond House of the Year*” (2012), “*Financial Bond House of the Year*” (2009), “*Latin America Bond House of the Year*” (2009) – concedidos pela International Financing Review – bem como o prêmio “*Best Investment Bank*” da revista Global Finance em 2010. Esta última publicação também nomeou o J.P. Morgan Chase & Co. como “*Best Equity Bank*” e “*Best Debt Bank*” baseado em pesquisa realizada com clientes globais.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA, O ACIONISTA VENDEDOR E OS COORDENADORES DA OFERTA

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da Oferta, o Coordenador Líder e as demais sociedades de seu conglomerado financeiro possuem os seguintes relacionamentos comerciais com a Companhia e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico:

- I. Contrato de Conta Garantida celebrado com o IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A., em 26 de dezembro de 2016 e com data de vencimento em 26 de junho de 2017, com valor total de R\$1.300.000,00 com a finalidade de captação de recursos. Em 19 de janeiro de 2017, a Companhia não tinha recursos garantidos pelo presente contrato. O presente contrato não conta com qualquer garantia.
- II. Operação contratada no âmbito da Lei 4.131 celebrada com a Companhia, em 5 de julho de 2013 e com vencimento em 5 de julho de 2018, com amortizações intermediárias do principal e juros a taxa de 2,882 % ao ano, a cada 6 (seis) meses, com a finalidade de captação de recursos, no valor total de US\$22.261.798,76, aproximadamente R\$71.707.479,99. O saldo devedor, em 19 de janeiro de 2017, era de US\$9.554.227,21, aproximadamente R\$30.775.121,27. As garantias são compostas por notas promissórias sem aval no valor de US\$22,3 milhões e US\$2,2 milhões e cessão de direitos creditórios do contrato de swap;
- III. Contrato de *swap* com valor nocional de R\$21.428.580,00, celebrado em 05 de julho de 2013 e com data de vencimento em 05 de julho de 2018. A operação de *swap* tem a finalidade de proteger o resultado da Companhia da exposição ao risco cambial em razão da operação mencionada no item II acima, por meio da troca da variação do dólar norte americano por variação indexada ao CDI, com mesmos prazos de amortização das parcelas e os prazos de vencimentos correspondentes ao contrato de empréstimo em moeda estrangeira. O presente contrato não conta com qualquer garantia;
- IV. Serviços relacionados a cartão de crédito, contratados pela Companhia entre setembro de 2016 e dezembro de 2016 com vencimento entre setembro de 2017 e dezembro de 2017, com valor total de R\$100.000,00. O presente contrato não conta com qualquer garantia;
- V. Fiança bancária prestada em favor do Laboratório Padrão S.A., celebrada em 19 de fevereiro de 2016 e com vencimento em 20 de fevereiro de 2017, no valor total de R\$82.560,00, com taxa de R\$4.000,00 por emissão. O saldo devedor, em 19 de janeiro de 2017, era de R\$82.560,00. O presente Contrato conta com o aval (garantia) da Companhia.;
- VI. 21 Operações de FINAME celebradas com a Companhia, Laboratório Padrão S.A., IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A. e Diagnóstika – Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda., celebradas entre maio de 2013 e dezembro de 2015, com vencimento entre abril de 2018 e novembro de 2020, no valor total de R\$14.196.939,39. As operações foram tomadas com a finalidade de financiamento de máquinas e equipamentos. O saldo devedor, em 19 de janeiro de 2017, era de R\$9.800.319,19 e contam com garantias compostas por alienação fiduciária de equipamentos do ativo imobilizado da Companhia.
- VII. Tais operações de crédito e de prestação de serviços possuem juros a taxas que variam entre 3% a.a. e 15,49% ao mês.

Além do relacionamento relativo à Oferta e ao descrito acima, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não possui, na data deste Prospecto, qualquer relacionamento com a Companhia. Entretanto, a Companhia poderá vir a contratar, no futuro, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (inclusive *total return swap*). O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá afetar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário” na página 60 deste Prospecto.

Nos últimos 12 meses, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não participaram de qualquer oferta pública de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou suas controladas.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 40 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Morgan Stanley

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta e às atividades de estabilização das Ações, a Companhia não tinha qualquer outro relacionamento com o Morgan Stanley e seu respectivo grupo financeiro. A Companhia e sociedades controladas pela Companhia poderão, no futuro, vir a contratar o Morgan Stanley ou sociedades de seu grupo financeiro para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia e de sociedades controladas pela Companhia.

O Morgan Stanley e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo as ações de emissão da Companhia como ativo de referência e adquirir ações de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. No âmbito da Oferta, o Morgan Stanley e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário” na página 60 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração prevista no item “Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição” deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Morgan Stanley cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Morgan Stanley poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Morgan Stanley como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Morgan Stanley e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta são descritas abaixo as relações da Companhia (e das sociedades de seu grupo econômico, conforme aplicável) com o Bradesco BBI e seu conglomerado.

Na data deste Prospecto, o Bradesco BBI e seu respectivo grupo econômico são credores da Companhia nas operações financeiras abaixo descritas:

- i. Fiança nº 205802-8, contratada em 13 de abril de 2012, no valor total de R\$220.000,00 e remuneração equivalente a 3% ao ano. O pagamento desta obrigação deve ser realizado trimestralmente, sendo que prazo de vencimento da operação é indeterminado. O objeto da fiança aqui descrita é o de garantir execução fiscal. Como garantia à fiança prestada, foi apresentada nota promissória no valor de R\$220.000,00 emitida pela Companhia. Em 19 de janeiro de 2017, o saldo desta operação era de R\$340.774,92;

- ii. Fiança nº 206843-6, contratada em 24 de fevereiro de 2014, no valor total de R\$9.107.652,00 e remuneração equivalente a 2,5% ao ano. O pagamento desta obrigação deve ser realizado mensalmente, sendo que prazo de vencimento da operação se dará em 24 de fevereiro de 2017. O objeto da fiança aqui descrita é o de garantir execução fiscal. Não foi apresentada qualquer garantia pela Companhia à fiança prestada. Em 19 de janeiro de 2017, o saldo desta operação era de R\$9.107.652,00;
- iii. Limite de capital de giro de longo prazo aberto em favor da Companhia no valor de R\$105.000.000,00. Não foi apresentada qualquer garantia pela Companhia para a presente operação. Limite foi utilizado no dia 19 de dezembro de 2016 por meio de emissão de CCB no valor de R\$30 milhões, com prazo de 62 dias e taxa de 1,5770% ao ano;
- iv. Serviços de captação contratados pela Companhia composto por: (a) aplicações em debêntures da Bradesco Leasing com compromisso de recompra pelo Banco Bradesco com saldo em 19 de janeiro de 2017 de R\$70.298.557,35; e (b) Invest Facil (aplicação/resgate automático) com saldo em 19 de janeiro de 2017 de R\$324.568,52. Estes serviços de captação foram contratados entre 22 de abril de 2016 e 21 de dezembro de 2016 e possuem vencimentos entre 30 de janeiro de 2017 e 25 de abril de 2017. As taxas dessas operações variam de 10% a 100% do CDI;
- v. Serviços de captação contratados pelas controladas da Companhia composto por: (a) Invest Plus (Aplicação/resgate automático) em nome do Laboratório Padrão S.A., com saldo de R\$64.848,21 e aplicação em debêntures da Bradesco Leasing com compromisso de recompra pelo Banco Bradesco no valor de R\$1.011.069,29, aplicado no dia 16 de dezembro de 2016, com vencimento em 25 de abril de 2017; (b) Invest Plus (Aplicação/resgate automático) em nome do IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A., com saldo em 19 de janeiro de 2017 de R\$376.760,10; (c); (d.i) Invest Plus (Aplicação/resgate automático) em nome do Diagnóstico Por Imagem Sete Lagoas Ltda., com saldo em 19 de janeiro de 2017 de R\$261.800,01; (d.ii) aplicações em debêntures da Bradesco Leasing com compromisso de recompra pelo Banco Bradesco em nome do Diagnóstico Por Imagem Sete Lagoas Ltda. com saldo em 19 de janeiro de 2017 de R\$809.110,40. As aplicações que compõe este valor foram realizadas em 04 de outubro de 2016 e 16 de dezembro de 2016, com vencimentos em 03 de abril de 2017 e 25 de abril de 2017, respectivamente. As taxas variam de 10% a 98% do CDI, sendo que não contam com qualquer garantia prestada pela Companhia;
- vi. Serviços relacionados a cartões corporativos e de refeição. Utilização de cartão de crédito EBTA para pagamentos de viagens, com R\$300 mil de limite. Utilização de cartão corporativo American Express, limite no valor de R\$59.500,00. Estes cartões foram contratados a partir de 10 de maio de 2012 e possuem vencimento máximo, baseado na data de validade dos cartões, em 31 de julho de 2020. Em 19 de janeiro de 2017, possuíamos uma base ativa de 984 unidades de Cartão Refeição Alelo e 3.318 unidades de Cartão Alimentação Alelo utilizada pelo Grupo. O contrato de refeição/alimentação foi assinado em 28 de outubro 2017, não possuindo data de vencimento. Não há garantia prestada em relação aos referidos serviços, sendo que tais serviços possuem taxas variáveis de mercado.

Exceto pela remuneração prevista no item “Informações sobre a Oferta - Custos de Distribuição” deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Bradesco BBI cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Nenhuma das referidas operações financeiras são vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação e não há, na data deste Prospecto, quaisquer operações celebradas entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta e/ou outras sociedades pertencentes aos seus respectivos grupos econômicos que estejam vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação.

O Bradesco BBI e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia (inclusive ações ordinárias), com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Bradesco BBI no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Bradesco BBI e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações ordinárias de emissão da Companhia, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes. O Bradesco BBI e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão adquirir Ações como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Bradesco BBI ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o BofA Merrill Lynch

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia, seus acionistas controladores e/ou suas subsidiárias não mantêm outro relacionamento comercial relevante com o BofA Merrill Lynch.

A Companhia, seus acionistas controladores e/ou suas subsidiárias poderão vir a contratar, no futuro, o BofA Merrill Lynch e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, dentre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no Mercado de Capitais, extensão de linhas de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, consultoria financeira e outras operações necessárias à condução das atividades da Companhia.

O Merrill Lynch International e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem celebrar operações de derivativos relacionadas às Ações com contraparte de seus clientes. Nesse sentido, o Merrill Lynch International e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na presente Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, preço ou outras condições da Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto no item “Informações sobre a Oferta - Custos de Distribuição” deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia, seus acionistas controladores e/ou suas subsidiárias ao BofA Merrill Lynch e/ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do BofA Merrill Lynch como instituição intermediária da Oferta.

Relacionamento entre a Companhia e o J.P. Morgan

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, na data deste Prospecto, além do relacionamento relativo à Oferta, a Companhia não mantém relacionamento societário com o J.P. Morgan e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico. A Companhia, no entanto, mantém relacionamento comercial com o J.P. Morgan e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico, na medida em que possui contratos de administração de conta controlada junto ao Banco J.P. Morgan S.A. Referidos contratos permanecerão em vigor enquanto existirem recursos nas respectivas contas controladas ou mediante renúncia ou substituição do J.P. Morgan como banco depositário ou, ainda, em decorrência de determinadas circunstâncias de término antecipado do contrato acordada entre as partes. Por tais serviços, o J.P. Morgan recebe uma remuneração fixa pelo estabelecimento das contas controladas e uma remuneração fixa anual pela manutenção de tais contas controladas.

A Companhia, seus acionistas controladores e/ou sociedades controladas poderão, no futuro, vir a contratar o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu grupo econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O J.P. Morgan e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações ordinárias de emissão da Companhia, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (*total return swap*). O J.P. Morgan e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão adquirir Ações como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta.

O J.P. Morgan e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram nos últimos 12 (doze) meses de ofertas públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia, ou em operações de financiamento e em reestruturações societárias da Companhia.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, prevista em “Informações Relativas à Oferta - Custos de Distribuição” na página 40 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do J.P. Morgan como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o J.P. Morgan ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

RELACIONAMENTO ENTRE O ACIONISTA VENDEDOR E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, na data deste Prospecto, além do relacionamento relativo à Oferta, o Acionista Vendedor não mantém relacionamento societário ou comercial com o Coordenador Líder e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico. O Acionista Vendedor poderá, no futuro, contratar o Itaú BBA e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, incluindo, entre outras, investimentos, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não cotas ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas cotas) de emissão do Acionista Vendedor. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas suas cotas; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (inclusive *total return swap*). O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam consideradas Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário” na página 60 deste Prospecto.

Nos últimos 12 meses, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não participaram de qualquer oferta pública de valores mobiliários emitidos pelo Acionista Vendedor ou suas controladas.

Exceto pela remuneração prevista no item “Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição” deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Coordenador Líder cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Morgan Stanley

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta e às atividades de estabilização das Ações, o Acionista Vendedor possui conta corretora ativa para intermediação de operações em mercados organizados na Corretora. O Acionista Vendedor e sociedades controladas pelo Acionista Vendedor poderão, no futuro, vir a contratar o Morgan Stanley ou sociedades de seu grupo financeiro para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades do Acionista Vendedor e de sociedades controladas pelo Acionista Vendedor.

O Morgan Stanley e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não participaram de ofertas públicas de valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

O Morgan Stanley e/ou sociedades integrantes do grupo financeiro do Morgan Stanley e fundos de investimento administrados e/ou geridos por sociedades integrantes de seu grupo não realizaram negociações de valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor e/ou possuem títulos e valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades.

Exceto pela remuneração prevista no item “Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição” deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Morgan Stanley cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Morgan Stanley poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Morgan Stanley como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Morgan Stanley e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Bradesco BBI

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta são descritas abaixo as relações do Acionista Vendedor com o Bradesco BBI e seu conglomerado:

- i. depósito a vista com saldo médio de R\$5 mil; e
- ii. prestação de serviços de custódia, administração, controladoria e escrituração de cotas do Acionista Vendedor.

O Acionista Vendedor e sociedades controladas pelo Acionista Vendedor poderão, no futuro, vir a contratar o Bradesco BBI ou sociedades de seu grupo financeiro para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades do Acionista Vendedor e de sociedades controladas pelo Acionista Vendedor.

O Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não participaram de ofertas públicas de valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

O Bradesco BBI e/ou sociedades integrantes do grupo financeiro do Bradesco BBI e fundos de investimento administrados e/ou geridos por sociedades integrantes de seu grupo não realizaram negociações de valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor e/ou possuem títulos e valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades.

Exceto pela remuneração prevista no item “Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição” deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Bradesco BBI cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o BofA Merrill Lynch

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta e às atividades de estabilização das Ações da Oferta, o Acionista Vendedor possui conta corretora ativa para intermediação de operações em mercados organizados na Corretora. O Acionista Vendedor e sociedades controladas pelo Acionista Vendedor poderão, no futuro, vir a contratar o BofA Merrill Lynch ou sociedades de seu grupo financeiro para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades do Acionista Vendedor e de sociedades controladas pelo Acionista Vendedor.

O BofA Merrill Lynch e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não participaram de ofertas públicas de valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

O BofA Merrill Lynch e/ou sociedades integrantes do grupo financeiro do BofA Merrill Lynch e fundos de investimento administrados e/ou geridos por sociedades integrantes de seu grupo não realizaram negociações de valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor e/ou possuem títulos e valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades.

Exceto pela remuneração prevista no item “Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição” deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao BofA Merrill Lynch cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do BofA Merrill Lynch como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o BofA Merrill Lynch e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o J.P. Morgan

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, na data deste Prospecto, além do relacionamento relativo à Oferta, o Acionista Vendedor não mantém relacionamento societário com o J.P. Morgan e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico. O Acionista Vendedor, no entanto, mantém relacionamento comercial com o J.P Morgan e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico, na medida em que possui contrato de administração de conta controlada junto ao Banco J.P. Morgan S.A. Referido contrato foi celebrado em dezembro de 2011 e permanecerá em vigor até que os recursos sejam entregues às partes ou mediante renúncia ou substituição do J.P. Morgan como banco depositário ou, ainda, em decorrência de depósito judicial pelo banco depositário. Por tais serviços, o J.P. Morgan recebe uma remuneração fixa pelo estabelecimento da conta controlada e uma remuneração fixa anual pela manutenção de tal conta controlada.

O Acionista Vendedor poderá, no futuro, vir a contratar o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu grupo econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O J.P. Morgan e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram nos últimos 12 (doze) meses de ofertas públicas de valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor, ou em operações de financiamento e em reestruturações societárias do Acionista Vendedor.

Exceto pela remuneração prevista no item “Informações sobre a Oferta - Custos de Distribuição” deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do J.P. Morgan como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o J.P. Morgan ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A subscrição/aquisição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. **Recomenda-se aos potenciais investidores, incluindo-se os Investidores Institucionais, que leiam o Prospecto Preliminar, em especial as seções “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” e “Sumário da Companhia - Principais Fatores de Risco da Companhia”, bem como a seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.**

Os Coordenadores da Oferta recomendam fortemente que os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta leiam, atenta e cuidadosamente, os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos ao pagamento do Preço por Ação e à liquidação da Oferta. **É recomendada a todos os investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência antes da tomada de qualquer decisão de investimento.**

Os investidores que desejarem obter exemplar deste Prospecto Preliminar e acesso aos anúncios e avisos referentes à Oferta ou informações adicionais sobre a Oferta ou, ainda, realizar reserva das Ações, deverão dirigir-se aos seguintes endereços da Companhia, dos Coordenadores da Oferta e/ou das Instituições Participantes da Oferta indicadas abaixo ou junto à CVM.

COMPANHIA

Instituto Hermes Pardini S.A.

Rua Aimorés, 66, Funcionários
30140-070, Belo Horizonte, MG

Telefone: (31) 3629-4503

At.: Camilo de Lelis Maciel Silva

Website: <http://www.hermespardini.com.br/ri> (neste *website*, logo abaixo do campo “Relacionamento com Investidores”, link no qual será disponibilizado o Prospecto Preliminar da Oferta).

COORDENADORES DA OFERTA

COORDENADOR LÍDER

Banco Itaú BBA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º, 2º e 3º (parte), 4º e 5º andares
04538-132, São Paulo, SP

Telefone: (11) 3708-8000

Fax: (11) 3708-8107

At.: Sra. Renata Dominguez

Website: <http://www.itaubba.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/> (neste *website*, clicar em “Instituto Hermes Pardini S.A.”, posteriormente em “2017”, na sequência “Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)”, link no qual será disponibilizado o Prospecto Preliminar da Oferta).

Banco Morgan Stanley S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600, 6º andar, 7º andar (parte) e 8º andar
04538-132, São Paulo, SP

Telefone: (11) 3048-6000

Fax: (11) 3048-6099

At.: Sr. Manuel Garcia Diez

Website: <http://www.morganstanley.com.br/prospectos> (neste *website*, no item “Prospectos Locais”, acessar o link “Prospecto Preliminar” no subitem “Instituto Hermes Pardini S.A.”).

Banco Bradesco BBI S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.064, 10º andar

01451-000, São Paulo, SP

Telefone: (11) 2169-4672

Fax: (11) 3847-9856

At.: Sr. Glenn Mallett

Website: https://www.bradescobbi.com.br/Site/Ofertas_Publicas/Default.aspx (neste *website* identificar “Hermes Pardini” e, posteriormente, escolher o *link* correspondente ao Prospecto Preliminar).

Bank Of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 18º andar

04538-132, São Paulo, SP

Telefone: (11) 2188-4550

Fax: (11) 2188-4009

At: Sr. Bruno Saraiva

Website: <http://www.merrilllynch-brasil.com.br> (neste *website*, no item “Global Markets & Investment Banking Group”, clicar no item “Hermes Pardini”, neste link estará disponível o Prospecto Preliminar da Oferta).

Banco J.P. Morgan S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729, 6º, 7º e 10º ao 15º andares

04538-905, São Paulo, SP

Telefone: (11) 4950-3700

Fax: (11) 4950-6655

At.: Sr. Marcelo Porto

Website: <https://www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/brazil/pt/business/prospectos/hermespardini> (neste *website* identificar o Prospecto Preliminar da Oferta).

Instituições Consorciadas

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à BM&FBOVESPA para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br).

O Prospecto Preliminar também estará disponível nos seguintes endereços e websites: (i) **CVM**, situada na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, CEP 20159-900, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.cvm.gov.br, neste *website* acessar “Central de Sistemas” na página inicial, acessar “Ofertas Públicas”, em seguida, na tabela de “Primárias”, clicar no item “Ações”, depois, na página referente a “Ofertas Primárias em Análise”, na tabela “Oferta Inicial (IPO) – Volume em R\$”, acessar o link referente ao “Instituto Hermes Pardini S.A.”, e, posteriormente, clicar no link referente ao Prospecto Preliminar disponível); e (ii) **BM&FBOVESPA** (http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/servicos/ofertas-publicas/sobre-ofertas-publicas/ – neste *website* acessar “Ofertas em andamento”, depois clicar em “Empresas”, depois clicar em “Instituto Hermes Pardini S.A.” e posteriormente acessar “Prospecto Preliminar”).

IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, COORDENADORES, CONSULTORES E AUDITORES

Para fins do disposto no Item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta, bem como este Prospecto, poderão ser obtidos nos seguintes endereços:

Companhia

Instituto Hermes Pardini S.A.

At.: Sr. Camilo de Lelis Maciel Silva
Rua Aimorés, 66, Funcionários
30140-070, Belo Horizonte, MG
Tel.: (31) 3629-4671
<http://www.hermespardini.com.br/ri>

Coordenador Líder

Banco Itaú BBA S.A.

At.: Sra. Renata Dominguez
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º, 2º e 3º
(parte), 4º e 5º andares
04538-132, São Paulo, SP
Telefone: (11) 3708-8000
Fax: (11) 3708-8107
www.itaubba.com.br/itauubba-pt/

Agente Estabilizador

Banco Morgan Stanley S.A

At.: Sr. Manuel Garcia Diez
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600, 6º andar,
7º andar (parte) e 8º andar
04538-132, São Paulo, SP
Telefone: (11) 3048-6000
Fax: (11) 3048-6099
www.morganstanley.com.br/

Coordenador

Banco Bradesco BBI S.A.

At.: Sr. Glenn Mallett
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.064, 10º andar
01451-000, São Paulo, SP
Telefone.: (11) 2169-4672
Fax: (11) 3847-9856
www.bradescobbi.com.br

Coordenador

Bank Of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

At: Sr. Bruno Saraiva
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 18º andar
04538-132, São Paulo, SP
Telefone: (11) 2188-4550
Fax: (11) 2188-4009
<http://www.merrilllynch-brasil.com.br>

Coordenador

Banco J.P. Morgan S.A.

At.: Sr. Marcelo Porto
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729, 6º, 7º e 10º
ao 15º andares
04538-905, São Paulo, SP
Telefone: (11) 4950-3700
Fax: (11) 4950-6655
www.jpmorgan.com

Auditores Independente

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

At.: Sr. Guilherme Campos e Silva
Rua dos Inconfidentes 911 – 17º. e 18º andar
30.140-128, Belo Horizonte
Telefone: (31) 3269-1500
Fax: (31) 3261-6950
www.pwc.com

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

At.: Sr. José Ricardo Faria Gomez
Rua Paraíba, 1122, 20a e 21o andar
30.130-141, Belo Horizonte, MG
Telefone: (31) 3269-7400
Fax: (31) 3269-7470
www.deloitte.com.br

**Consultores Legais Locais dos
Coordenadores da Oferta**

**Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga
Advogados**

At.: Sr. Jean Marcel Arakawa
Al. Joaquim Eugênio de Lima, nº 447
01403-001, São Paulo, SP
Tel.: (11) 3147-7600
Fax: (11) 3147-7770
www.mattosfilho.com.br

Consultores Legais Locais da Companhia

Lefosse Advogados

At.: Sr. Rodrigo Azevedo Junqueira
Rua Tabapuã, nº 1.277, 14º andar
04533-014, São Paulo, SP
Tel.: (11) 3024-6100
Fax: (11) 3024-6200
www.lefosse.com.br

**Consultores Legais Externos dos
Coordenadores da Oferta**

Davis Polk & Wardwell LLP

At.: Sr. Manuel Garciadiaz
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 2.041, Torre E, 17ª
04543-011, São Paulo, SP
Tel.: (11) 4871-8401
Fax: (11) 4871-8500
www.davispolk.com

Consultores Legais Externos da Companhia

White & Case LLP

At.: Sr. Donald Baker
Av. Brig. Faria Lima, nº 2.277 - 4º andar
01452-000, São Paulo, SP
Tel.: (11) 3147-5601
Fax: (11) 3147-5611
www.whitecase.com.br

**Consultores Legais dos
Acionistas Controladores**

Azevedo Sette Advogados

At.: Sr. Luiz A. Sette
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 2041, Torre E,
16º andar
04543-011 São Paulo, SP
Tel.: (11) 4083-7600
Fax: (11) 4083-7601
www.azevedosette.com.br/

**Consultores Legais dos
Acionistas Controladores**

Freitas Ferraz Capuruço Riccio Advogados

At.: Srs. Bernardo Freitas e Adriano Ferraz
Rua Paraíba, nº 550, 9º andar
30130-141, Belo Horizonte, MG
Tel.: (31) 3308 9200
Fax: (31) 3308 9200
www.freitasferraz.com.br/

Declaração de Veracidade das Informações

A Companhia, o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400. Estas declarações de veracidade estão anexas a este Prospecto a partir da página 153.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Com base no Preço por Ação de R\$20,71, que é o ponto médio da Faixa Indicativa, a Companhia estima que os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, serão de aproximadamente R\$177,5 milhões, ou de R\$203,7 milhões, sem considerar as Ações Adicionais e considerando as Ações Suplementares, ou de R\$237,4 milhões, considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares. Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a seção “Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 40 deste Prospecto.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária para financiar a expansão do seu negócio, que pode ocorrer tanto por meio de aquisições de empresas do setor de medicina diagnóstica, quanto da abertura de novas unidades. Tais recursos serão destinados na seguinte proporção:

Assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertada, sem considerar o exercício da Opção das Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Destinação	Percentual Estimado (%)	Valor Líquido⁽¹⁾ (R\$ milhões)
Expansão.....	100%	177.514.294,59
Total.....	100%	177.514.294,59

⁽¹⁾ Este valor já contempla o rateio de despesas e comissões entre o Acionista Vendedor e Companhia, conforme o mecanismo descrito na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 40 deste Prospecto Preliminar.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertada, sem considerar o exercício da Opção das Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

Destinação	Percentual Estimado (%)	Valor Líquido⁽¹⁾ (R\$ milhões)
Expansão.....	100%	211.982.773,25
Total.....	100%	211.982.773,25

⁽¹⁾ Este valor já contempla o rateio de despesas e comissões entre o Acionista Vendedor e Companhia, conforme o mecanismo descrito na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 40 deste Prospecto Preliminar.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertada, considerando o exercício da Opção das Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

Destinação	Percentual Estimado (%)	Valor Líquido⁽¹⁾ (R\$ milhões)
Expansão.....	100%	203.683.648,32
Total.....	100%	203.683.648,32

⁽¹⁾ Este valor já contempla o rateio de despesas e comissões entre o Acionista Vendedor e Companhia, conforme o mecanismo descrito na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 40 deste Prospecto Preliminar.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertada, considerando o exercício da Opção das Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Destinação	Percentual Estimado (%)	Valor Líquido⁽¹⁾ (R\$ milhões)
Expansão.....	100%	237.432.070,04
Total.....	100%	237.432.070,04

⁽¹⁾ Este valor já contempla o rateio de despesas e comissões entre o Acionista Vendedor e Companhia, conforme o mecanismo descrito na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 40 deste Prospecto Preliminar.

Expansão

Conforme mencionado na tabela acima, a Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária de maneira integral para financiar a expansão do seu negócio, que pode ocorrer pela realização de aquisições de empresas do setor de medicina diagnóstica e pela abertura de novas unidades.

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta Primária depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, nas quais baseia suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem nos obrigar a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização.

Caso os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Primária sejam inferiores às suas estimativas, sua aplicação será reduzida de forma proporcional aos objetivos e observada a ordem de alocação disposta na tabela acima e, na hipótese de serem necessários recursos adicionais, a Companhia poderá efetuar emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linha de financiamento junto a instituições financeiras os quais deverão ser contratados tendo como principal critério o menor custo de capital para a Companhia.

Um aumento de R\$1,00 no Preço por Ação, correspondente ao ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria em um aumento de R\$8,6 milhões nos recursos líquidos advindos da Oferta Primária (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), enquanto que uma redução de R\$1,00 no Preço por Ação, correspondente ao ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria uma redução de R\$8,7 milhões nos recursos líquidos advindos da Oferta Primária (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Por fim, a Companhia não receberá quaisquer recursos em decorrência da realização da Oferta Secundária, visto que tais recursos líquidos reverterão integralmente para o Acionista Vendedor.

Para mais informações sobre o impacto dos recursos líquidos da Oferta Primária na nossa situação patrimonial, veja a seção “Capitalização” na página 86 deste Prospecto.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta os empréstimos e financiamentos consolidados da Companhia e o seu patrimônio líquido consolidado em 30 de setembro de 2016 e indicam (i) a posição naquela data; (ii) valor ajustado para refletir (a) a distribuição de dividendos, no valor de R\$67,4 milhões, conforme aprovado em assembleia geral realizada em 9 de dezembro de 2016 e ajustado em assembleia geral realizada em 30 de janeiro de 2017, conforme abaixo descrito, (iii) os recursos provenientes da Oferta Primária, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares; (iv) valor ajustado para refletir os recursos provenientes da Oferta Primária, considerando também a colocação das Ações Suplementares; e (v) valor ajustado para refletir os recursos provenientes da Oferta Primária, considerando também a colocação das Ações Adicionais.

Em assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia realizada em 30 de janeiro de 2017, os acionistas aprovaram a redução da distribuição de dividendos deliberada na assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 9 de dezembro de 2016, reduzindo o montante total da distribuição dos dividendos de R\$214,3 milhões para R\$67,4 milhões, a ser pago integralmente à conta de reservas de lucros da Companhia, conforme saldo existente na conta “retenção de lucros” das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, cujo relatório de auditoria foi reemitido em 30 de janeiro de 2017. Os dividendos constituirão créditos dos acionistas contra a Companhia e deverão ser pagos até o dia 15 de fevereiro de 2017. Os acionistas também consignaram que pretendem aprovar a distribuição do saldo da reserva de lucros da Companhia após a conclusão da Oferta.

Esta tabela deve, considerando os ajustes acima expostos, ser lida em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas e suas respectivas notas explicativas, além das seções “3. Informações financeiras selecionadas” e “10. Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência nas páginas 494 e 632, respectivamente, deste Prospecto.

	Em 30 de setembro de 2016	Em 30 de setembro de 2016 Ajustado para Dividendos ⁽⁵⁾	Ajustado após a Oferta ⁽¹⁾⁽²⁾⁽⁵⁾	Ajustado após a Oferta ⁽²⁾⁽³⁾⁽⁵⁾	Ajustado após a Oferta ⁽²⁾⁽⁴⁾⁽⁵⁾
			(em R\$milhões)		
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	30.109	30.109	30.109	30.109	30.109
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	63.034	63.034	63.034	63.034	63.034
Patrimônio Líquido	507.652	440.252	617.766	643.936	677.684
Capitalização Total	600.795	533.395	710.909	737.079	770.827

⁽¹⁾ Sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais.

⁽²⁾ Com base no Preço por Ação de R\$20,71, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$18,71 e R\$22,71, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor acima ou abaixo desta faixa indicativa.

⁽³⁾ Considerando as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais.

⁽⁴⁾ Considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais.

⁽⁵⁾ Considerando distribuição dos Dividendos, conforme aprovada em 30 de janeiro de 2017.

Um aumento (redução) de R\$1,00 no Preço por Ação, correspondente ao ponto médio da Faixa Indicativa, aumentaria (reduziria) o valor do patrimônio líquido ajustado da Companhia após a Oferta em R\$8,6 milhões. O valor do patrimônio líquido contábil da Companhia após a conclusão e ajustes decorrentes da Oferta está sujeito, ainda, a alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta.

Em 30 de setembro de 2016, o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$507,7 milhões e o seu capital social era dividido em 3.633.665 ações ordinárias, sendo que o valor patrimonial consolidado por ação ordinária correspondia, na mesma data, a R\$139,71. Esse valor patrimonial consolidado representa o valor contábil total do patrimônio líquido consolidado da Companhia dividido pelo número total de ações ordinárias de sua emissão em 30 de setembro de 2016.

Em assembleia geral extraordinária realizada em 18 de janeiro de 2017, foi aprovado o desdobramento das ações de emissão da Companhia, na proporção de uma ação para 33,33333333, por razão do qual as 3.633.665 ações ordinárias que compunham o capital social da Companhia foram desdobradas em 121.122.166 ações ordinárias. O valor patrimonial consolidado por ação ordinária, calculado com base no valor de nosso patrimônio líquido em 30 de setembro de 2016 e considerando o desdobramento de ações ocorrido em 18 de janeiro de 2017, passou a ser de R\$4,19.

Considerando o efeito da colocação das Ações da Oferta Primária (exceto pelas Ações Adicionais e pelas Ações Suplementares) e a distribuição de dividendos, conforme mencionada na seção "Capitalização", na página 86 deste Prospecto Preliminar, e ao Preço por Ação de R\$20,71, que é o ponto médio da Faixa Indicativa, o patrimônio líquido consolidado da Companhia estimado em 30 de setembro de 2016 seria de aproximadamente R\$617,8 milhões, representando um valor patrimonial de R\$4,76 por ação ordinária de sua emissão. Isto significaria um aumento imediato no valor do patrimônio líquido por ação ordinária de R\$0,57 para os atuais acionistas da Companhia, e uma diluição imediata no valor do seu patrimônio líquido por Ação de 77,00% para os investidores que subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Oferta.

O quadro a seguir ilustra a diluição por Ação, com base no patrimônio líquido da Companhia em 30 de setembro de 2016, considerando a distribuição de dividendos, conforme mencionado na seção "Capitalização", na página 86 deste Prospecto Preliminar; bem como considerando os impactos da realização da Oferta Primária.

	Em R\$
	(exceto porcentagem)
Preço por Ação ⁽¹⁾	20,71
Valor patrimonial por ação ordinária de emissão da Companhia em 30 de setembro de 2016 ⁽²⁾⁽³⁾	4,19
Valor patrimonial por ação ordinária de emissão da Companhia em 30 de setembro de 2016 ajustado pela distribuição de Dividendos e pela Oferta Primária ⁽²⁾⁽⁵⁾	4,76
Aumento do valor patrimonial líquido por ação ordinária de emissão da Companhia para os atuais acionistas.....	0,57
Diluição do valor patrimonial por Ação para os investidores da Oferta ⁽⁴⁾	15,95
Percentual de diluição imediato após a Oferta	77,00%

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$20,71, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$18,71 e R\$22,71, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor acima ou abaixo desta Faixa Indicativa.

⁽²⁾ Considera o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia, em 18 de janeiro de 2017.

⁽³⁾ Considera o patrimônio líquido da Companhia no montante de R\$507,7 milhões, antes da distribuição de dividendos, conforme mencionada na seção "Capitalização", na página 86 deste Prospecto Preliminar.

⁽⁴⁾ O percentual de diluição dos novos investidores é calculado dividindo a diluição do valor patrimonial contábil por ação para os investidores da Oferta pelo Preço por Ação.

⁽⁵⁾ Considera a distribuição de dividendos, conforme mencionada na seção "Capitalização", na página 86 deste Prospecto Preliminar.

O Preço por Ação não guarda relação com o valor patrimonial por ação ordinária de emissão da Companhia e será fixado com base no valor de mercado das Ações, auferido após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*. Para uma descrição mais detalhada do procedimento de fixação do preço de emissão das Ações e das condições da presente Oferta, vide a seção "Informações Sobre a Oferta" na página 32 deste Prospecto.

Um aumento (redução) de R\$1,00 no Preço por Ação aumentaria (reduziria), sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares: (i) o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia em R\$8,6 milhões; (ii) o valor patrimonial por ação de emissão da Companhia em R\$0,26; e (iii) a diluição do valor patrimonial por Ação para os investidores da Oferta em R\$3,74.

O valor do patrimônio líquido contábil consolidado da Companhia, considerando a distribuição de dividendos, conforme mencionada na seção “Capitalização”, na página 86 deste Prospecto Preliminar, após a conclusão da Oferta Primária está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A realização da Oferta Secundária não resultará em nenhuma mudança no número de ações ordinárias de emissão da Companhia, nem em alteração em seu patrimônio líquido, uma vez que os recursos recebidos, nesse caso, serão integralmente entregues ao Acionista Vendedor.

Diluição de participação societária após a Oferta decorrente do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

Nosso Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações, cujos participantes são administradores e empregados da Companhia (“**Plano**”) foi aprovado na assembleia geral extraordinária realizada em 18 de janeiro de 2017 (“**AGE**”).

As Ações outorgadas no âmbito do Plano serão limitadas a 2% (dois por cento) do capital social da Companhia.

Com o propósito de satisfazer a outorga de ações nos termos do Plano, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicável, emitirá ações por meio de operação privada aprovada pelo Conselho de Administração, dentro do capital autorizado, nos termos da Instrução da CVM 567.

Nos termos dos Planos, o preço ser pago quando do exercício de cada opção de compra será fixado pelo Conselho de Administração da Companhia quando da aprovação de cada programa no âmbito do Plano, considerando o valor de mercado das ações no momento da outorga, sendo-lhe facultado aplicar deságio em relação a tal valor, limitado a 10% (dez por cento) valor de mercado, o Preço por Ação e/ou eventos societários tais como aumentos de capital e outras ofertas públicas de aquisição ou distribuição de ações de emissão da Companhia, e será ajustado para refletir o valor líquido de dividendos e outros proventos pagos aos acionistas e corrigido pela variação acumulada do Índice Nacional de Preço ao Consumidor - Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“**IPCA**”).

Os Planos serão administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual terá competência privativa para deliberar sobre (i) a quantidade de ações serem outorgadas a cada participante, (iii) eventuais restrições à transferência das ações a serem detidas pelos participantes, cabendo-lhe, ainda, tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a interpretação, detalhamento e aplicação das normas e diretrizes gerais estabelecidas no Plano.

Abaixo apresentamos a hipótese de diluição máxima adicional, considerando a hipótese de outorga de todas as ações previstas no Plano, equivalente a 2% (dois por cento) do nosso capital social, ou 2.422.443 (dois milhões, quatrocentas e vinte e duas mil, quatrocentas e quarenta e três) ações, ao preço de R\$20,71:

	Em R\$
	(exceto porcentagem)
Preço por Ação ⁽¹⁾	20,71
Valor patrimonial por ação ordinária de emissão da Companhia em 30 de setembro de 2016 ⁽²⁾⁽³⁾	4,19
Valor patrimonial por ação ordinária de emissão da Companhia em 30 de setembro de 2016 ajustado pela distribuição de Dividendos, pela Oferta Primária e considerando as ações previstas no Plano ⁽²⁾⁽⁴⁾	5,06
Aumento/Diminuição do valor patrimonial líquido por ação ordinária de emissão da Companhia para os atuais acionistas considerando a Oferta Primária e as ações previstas no Plano.....	0,86
Diluição do valor patrimonial por Ação para os investidores da Oferta Primária, considerando a Oferta Primária e as ações previstas no Plano.....	15,65
Percentual de diluição imediato após a Oferta Primária, considerando a Oferta Primária e as ações previstas no Plano.....	75,59%

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$20,71, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$18,71 e R\$22,71, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor acima ou abaixo desta Faixa Indicativa.

⁽²⁾ Considera o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia, em 18 de janeiro de 2017.

⁽³⁾ Considera o patrimônio líquido da Companhia no montante de R\$507,7 milhões, antes da distribuição de dividendos, conforme mencionada na seção “Capitalização”, na página 86 deste Prospecto Preliminar.

⁽⁴⁾ Considera a distribuição de dividendos, conforme mencionada na seção “Capitalização”, na página 86 deste Prospecto Preliminar.

Para maiores informações do Plano, vide item 13.4 do Formulário de Referência.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

Estatuto Social Consolidado da Companhia

Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, Realizada em 09 de Dezembro de 2016, que Aprovou a Realização da Oferta

Minuta da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia que Aprova o Preço por Ação e a Homologação do Aumento de Capital

Declaração da Companhia nos Termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

Declaração do Acionista Vendedor nos Termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

Declaração do Coordenador Líder nos Termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

Informações Financeiras Trimestrais – ITR da Companhia Referentes ao Período de Nove Meses Findo em 30 de Setembro de 2016 e de 2015

Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia Referente aos Exercícios Sociais Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014

Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia Referente aos Exercícios Sociais Findo em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013

Formulário de Referência da Companhia nos Termos da Instrução CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Estatuto Social Consolidado da Companhia

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ESTATUTO SOCIAL
DO INSTITUTO HERMES PARDINI S/A**

Companhia de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 19.378.769/0001-76

NIRE 3130009880-0

**CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO**

Artigo 1º: O Instituto Hermes Pardini S/A (“**Companhia**”) é uma sociedade anônima, de capital aberto, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.

Paragrafo 1º: Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“**BM&FBOVESPA**”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA (“**Regulamento do Novo Mercado**”).

Paragrafo 2º: As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições deste Estatuto Social, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

Paragrafo 3º: A Companhia, seus Administradores e acionistas deverão observar o disposto no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários, incluindo as regras referentes à retirada e exclusão de negociação de valores mobiliários admitidos nos Mercados Organizados administrados pela BM&FBOVESPA.

Artigo 2º: A Companhia tem sede e foro jurídico na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, podendo, por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

Artigo 3º: O objeto social da Companhia é a prestação de serviços médicos e odontológicos, laboratoriais de pesquisas, análises clínicas e auxiliares de complementação diagnóstica e terapêutica, em todas as suas modalidades, tais como: Citologia, Anatomia Patológica, Patologia Clínica, Radiologia, Mamografia, Ressonância Magnética, Ultrassonografia, Tomografia Computadorizada e demais estudos e diagnósticos por imagens (com e sem o uso de radiação ionizante), serviços de diagnóstico por registro gráfico (ECG, EEG e outros exames análogos), Medicina Veterinária, Genética Humana, Banco de Sangue e serviços de Hemoterapia, Criopreservação de sangue, tecidos, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie, terapia celular, atividades de reprodução humana assistida, vacinação e imunização humana; bem como assessoria, consultoria e treinamento na área da saúde, pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas, treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial e outras atividades profissionais, científicas e técnicas.

Artigo 4º: O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo 5º: O capital social da Companhia é de R\$148.801.989,16 (cento e quarenta e oito milhões, oitocentos e um mil, novecentos e oitenta e nove reais e dezesseis centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 121.122.166 (cento e vinte e um milhões, cento e vinte e duas mil, cento e sessenta e seis) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º: Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais de acionistas. A propriedade das ações será comprovada pelo registro existente na conta do acionista junto à instituição depositária.

Parágrafo 2º: As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Parágrafo 3º: Mediante a aprovação prévia da Assembleia Geral, e observado o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”) e nas demais normas aplicáveis, a Companhia poderá adquirir suas próprias ações. Essas ações deverão ser mantidas em tesouraria, alienadas ou canceladas, conforme for decidido pela Assembleia Geral.

Artigo 6º: Mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia, o capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

Parágrafo 1º: O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, subscrição, forma e prazo de integralização, preço por ação, forma de colocação (pública ou privada) e sua distribuição no País e/ou no exterior.

Parágrafo 2º: A critério do Conselho de Administração, poderá ser realizada emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o parágrafo 4º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

Artigo 7º: As ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, perante instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”).

Parágrafo Único: Observados os limites máximos fixados pela CVM, o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme definido em contrato de escrituração de ações.

Artigo 8º: Fica vedada a emissão de ações preferenciais e partes beneficiárias pela Companhia.

Artigo 9º: Observado o disposto no presente e na Lei das Sociedades por Ações, os acionistas terão direito de preferência para, na proporção de suas participações acionárias, subscrever ações e valores mobiliários conversíveis em ações emitidos pela Companhia.

Artigo 10º: A não integralização, pelo subscritor, do valor subscrito, nas condições previstas no boletim ou na chamada requerida pelo órgão da administração, constituirá, de pleno direito, o acionista remisso em mora, de acordo com os artigos 106 e 107 da Lei das Sociedades por Ações, sujeitando-se o subscritor ao pagamento do valor em atraso corrigido monetariamente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços ao Mercado (“IGP-M”) divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou por outro índice que vier a substituí-lo, na menor periodicidade legalmente admitida, além de juros de 12% (doze por cento) ao ano, *pro rata temporis*, e multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da prestação em atraso, devidamente atualizada.

CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

Artigo 11: As Assembleias Gerais de acionistas realizar-se-ão: (a) ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas em lei; e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas.

Parágrafo Único: A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única.

Artigo 12: Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais de acionistas serão convocadas pelo Conselho de Administração, por meio do seu Presidente, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência em primeira convocação, e, pelo menos, com 8 (oito) dias de antecedência em segunda convocação. Independentemente de qualquer formalidade prevista neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações, será considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas.

Parágrafo 1º: Ressalvadas as exceções previstas na lei, as Assembleias Gerais somente se instalarão e validamente deliberarão em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total das ações com direito a voto representativas do capital social e, em segunda convocação, com qualquer número, sendo que para as deliberações não se computarão os votos em branco.

Parágrafo 2º: Os acionistas poderão ser representados em Assembleias Gerais da Companhia por procurador constituído na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 3º: Sem prejuízo do disposto no parágrafo 2º acima, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos que comprovem sua condição de acionista, referidos no

artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, até o momento da abertura dos trabalhos em Assembleia, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

Parágrafo 4º: As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia, competindo-lhe, na qualidade de presidente da mesa, escolher o secretário, dentre os presentes. Na ausência do Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será presidida por pessoa eleita pelos acionistas presentes.

Parágrafo 5º: O exercício do direito de voto nos casos especiais de condomínio, acordo de acionistas, usufruto e de ações empenhadas ou alienadas fiduciariamente fica sujeito às exigências legais específicas e às comprovações estabelecidas em lei.

Parágrafo 6º: Não poderá votar na Assembleia Geral o acionista com direitos sociais suspensos na forma dos Artigos 120 e 122, inciso V, da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 7º: O acionista não poderá votar nas deliberações relativas a laudo de avaliação dos bens com que concorrer para o capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

Parágrafo 8º: Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. Da ata extrair-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais.

Artigo 13: Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das Sociedades por Ações, e, ainda:

- (i) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- (ii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- (iii) reformar o Estatuto Social;
- (iv) deliberar sobre operações de fusão, incorporação, cisão ou transformação em que a Companhia seja parte, bem como sobre sua dissolução ou liquidação;
- (v) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- (vi) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;
- (vii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;

- (viii) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- (ix) aprovar a saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA;
- (x) aprovar o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- (xi) aprovar a escolha de empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta perante a CVM ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Capítulo VI deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas em lista tríplice pelo Conselho de Administração;
- (xii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; e
- (xiii) aprovar investimento fora do objeto social da Companhia.

CAPÍTULO IV DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Artigo 14: A administração da Companhia será exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social.

Parágrafo 1º: A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria dar-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, e estará condicionada à prévia assinatura do Termo de Anuência dos Administradores, nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo 2º: Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria deverão aderir à Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e à Política de Negociação de Valores Mobiliários.

Parágrafo 3º: Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

Parágrafo 4º: A Assembleia Geral fixará a remuneração global anual para distribuição entre os administradores e caberá ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba individualmente.

Parágrafo 5º: Só será dispensada a convocação prévia de reunião de qualquer órgão da administração como condição de sua validade se presentes todos os seus membros. São considerados presentes os membros do órgão da administração que manifestarem seu voto por meio de delegação feita em favor de outro membro do respectivo órgão, por voto escrito antecipado e por

voto escrito transmitido por fax, e-mail ou por qualquer outro meio de comunicação, neste caso, até o encerramento da respectiva reunião.

SEÇÃO II

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 15: O Conselho de Administração será composto por 5 (cinco) membros efetivos e até 5 (cinco) membros suplentes, acionistas ou não, residentes no Brasil ou no exterior, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º: Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 20% (vinte por cento) deverão ser Conselheiros Independentes, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante as faculdades previstas no artigo 141, §§ 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 2º: Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo 3º: Conforme definição constante do Regulamento do Novo Mercado, Conselheiro Independente caracteriza-se por: (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou Diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de Conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

Parágrafo 4º: O Conselho de Administração terá um Presidente, eleito pela Assembleia Geral. O Presidente não terá direito a voto de desempate ou qualquer outro poder ou autoridade a mais do que os conferidos aos outros Conselheiros.

Parágrafo 5º: Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo 6º: Em caso de vacância de cargo, impedimento ou ausência permanente de qualquer membro do Conselho de Administração, os membros do Conselho de Administração remanescentes deverão nomear substituto, observadas as disposições de acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, que servirá

até a primeira Assembleia Geral da Companhia, a qual deverá ser realizada no prazo de 90 (noventa) dias contados da data da vacância ou impedimento do cargo. Caso o substituto seja confirmado pela respectiva Assembleia Geral, este completará o mandato do Conselheiro substituído.

Artigo 16: O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos 4 (quatro) vezes ao ano, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais da Companhia assim o exigirem. O Presidente do Conselho presidirá as reuniões do Conselho de Administração e deverá nomear um dos presentes (o qual não precisa ser Conselheiro) para atuar na qualidade de secretário. A maioria dos membros do Conselho de Administração presentes decidirá quem presidirá a reunião caso o Presidente do Conselho estiver ausente e qual Conselheiro atuará como secretário da reunião.

Parágrafo 1º: As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas mediante notificação escrita enviada por correio, fax ou e-mail, todos com aviso de recebimento, ao endereço previamente indicado por cada Conselheiro para esse propósito. A notificação de convocação conterá informações sobre o local, data, horário e ordem do dia da reunião, e será enviada com todos os documentos que serão objeto de deliberação. A primeira notificação de convocação será enviada com, pelo menos, 10 (dez) dias úteis de antecedência da data da reunião, e, caso a reunião não seja realizada, nova notificação de segunda convocação será enviada com, pelo menos, 5 (cinco) dias úteis de antecedência da nova data da reunião.

Parágrafo 2º: As reuniões do Conselho de Administração serão consideradas validamente instaladas com a presença da totalidade de seus membros, em primeira convocação, ou com a presença da maioria de seus membros, em segunda convocação.

Parágrafo 3º: Os Conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de videoconferência, teleconferência ou qualquer outro meio similar. Os Conselheiros que não puderem participar da reunião por qualquer dos meios acima citados poderão ser representados na reunião por seu suplente ou por outro Conselheiro, desde que indique por escrito outro Conselheiro para substituí-lo, ou enviar seu voto por escrito ao Presidente do Conselho de Administração ou ao presidente da reunião antes da sua instalação ou até seu encerramento, via fax, carta registrada, e-mail ou carta entregue em mãos.

Parágrafo 4º: Os membros do Conselho de Administração também poderão consentir em dispensar a reunião e decidir por escrito as matérias que dela seriam objeto, caso considerem que tais matérias já foram suficientemente debatidas por qualquer outro meio e contanto que todos os Conselheiros celebrem documento por escrito formalizando tal consentimento.

Parágrafo 5º: Não obstante as formalidades acima, serão consideradas validamente instaladas todas as reuniões do Conselho de Administração a que comparecerem todos os seus membros.

Parágrafo 6º: Das reuniões serão lavradas atas em livro próprio, assinadas por todos os membros presentes, devendo serem arquivadas no Registro do Comércio aquelas que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Parágrafo 7º: Os Diretores deverão fornecer ao Conselho de Administração toda e qualquer informação requisitada em relação à Companhia e suas controladas e coligadas, e, caso solicitados, deverão comparecer às reuniões do Conselho de Administração a fim de prestar esclarecimentos.

Artigo 17: Ressalvadas as hipóteses especiais previstas na Lei das Sociedades por Ações, e o disposto no parágrafo único do artigo 19 deste Estatuto Social, as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante voto afirmativo da maioria simples dos presentes à respectiva reunião, não se computando os votos em branco.

Artigo 18: O Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá criar comitês executivos ou consultivos, permanentes ou não, para analisar e se manifestar sobre quaisquer assuntos, conforme determinado pelo Conselho de Administração, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições. Os membros de tais comitês, sejam ou não acionistas, deverão ter experiência específica nas áreas de competência dos seus respectivos comitês, e ser eleitos e ter eventual remuneração fixada pelo Conselho de Administração, sendo atribuível remuneração apenas para os membros externos.

Artigo 19: Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições fixadas em lei:

- (i) eleger e destituir os membros da Diretoria e fixar-lhes as atribuições;
- (ii) fiscalizar, supervisionar, aconselhar e apoiar a Diretoria no cumprimento do objeto social da Companhia;
- (iii) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente, ou no casos previstos na Lei das Sociedades por Ações;
- (iv) manifestar-se previamente sobre o voto a ser proferido no âmbito das sociedades controladas e coligadas, relativamente às operações de (a) incorporação, cisão, fusão e transformação, (b) aquisição, alienação e oneração de bens imóveis e (c) alteração de seus contratos sociais e regimentos internos;
- (v) indicar os administradores das sociedades controladas pela Companhia;
- (vi) estabelecer a orientação geral e o direcionamento estratégico dos negócios da Companhia e de suas controladas;
- (vii) escolher e destituir o auditor independente da Companhia e/ou de sociedades controladas pela Companhia;
- (viii) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
- (ix) autorizar a prática, por suas controladas, de atos que necessitem de aprovação da Companhia, exceto se de outra forma previsto no respectivo contrato ou estatuto social.
- (x) qualquer mudança substancial na estratégia da Companhia;
- (xi) a participação da Companhia em qualquer *joint venture*, consórcio, sociedade em conta de participação ou empreendimento similar;

- (xii) a aprovação do orçamento anual e de alterações importantes a ele relativas;
- (xiii) qualquer acordo em ação judicial ou procedimento arbitral envolvendo valor igual ou superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual;
- (xiv) uma vez ultrapassado o limite global previsto no orçamento anual, a assunção de dívidas e/ou a celebração de contratos financeiros envolvendo valor igual ou superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual, seja em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas;
- (xv) investimentos de capital individuais não previstos no orçamento anual cujo valor seja igual ou superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual;
- (xvi) a celebração de qualquer contrato, acordo ou compromisso (exceto assunção de dívidas e contratos financeiros, os quais são regidos pelo disposto no item (xiv) acima) não previsto no orçamento anual e não relacionado à manutenção do giro normal das atividades mercantis da Companhia que represente obrigação em valor igual ou superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas;
- (xvii) a aquisição, venda ou alienação de ativos não circulantes da Companhia não prevista no orçamento anual e que envolva valor igual ou superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual, seja em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas;
- (xviii) a renúncia, pela Companhia, a qualquer direito (incluindo acordos com clientes) cujo valor seja igual ou superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas;
- (xix) a concessão de todas e quaisquer garantias, inclusive garantias reais e fidejussórias, em favor de terceiros;
- (xx) a prática de qualquer dos atos mencionadas nos itens (x) a (xviii) acima pelas sociedades controladas pela Companhia;
- (xxi) a emissão pública ou privada de debêntures não conversíveis, notas promissórias e outros títulos e valores mobiliários não conversíveis em ações;
- (xxii) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, e que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores

mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da OPA sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

(xxiii) definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia nos casos de OPAs para cancelamento de registro de companhia aberta ou para a saída do Novo Mercado; e

(xxiv) o cumprimento das demais atribuições que lhe são fixadas em lei e neste Estatuto Social.

Parágrafo 1º: Todas e quaisquer operações celebradas entre a Companhia e qualquer de suas partes relacionadas deverão ser aprovadas pela maioria dos membros do Conselho de Administração, incluindo obrigatoriamente ao menos um Conselheiro Independente.

Parágrafo 2º: Para fins do disposto no parágrafo 1º deste artigo 19, prevalecerá a competência da Assembleia Geral na ocasião de conflito entre as matérias a serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º: O exercício do direito de voto pelos membros do Conselho de Administração, nas matérias previstas no caput do Artigo 19 e em quaisquer outras de sua competência, em especial, nas deliberações a respeito do exercício do direito de voto pela Companhia no âmbito de suas controladas e coligadas, deverá observar as disposições previstas em acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia.

SEÇÃO III DIRETORIA

Artigo 20: A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 8 (oito) membros, acionistas ou não, residentes no País, todos eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, sendo um Presidente, um Diretor de Relações com Investidores, um Diretor Administrativo e Financeiro, um Vice-Presidente, um Diretor Comercial Corporativo, um Diretor de Produção, um Diretor de Operações e um Diretor de Negócios, eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 1º: Compete ao Diretor Presidente: a direção geral dos negócios da Companhia, a convocação e presidência das reuniões da Diretoria Executiva e a coordenação dos trabalhos dos demais diretores e do processo de tomada de decisão; a representação ativa e passiva da Companhia em todas as suas relações com terceiros, em juízo ou fora dele, podendo nomear procuradores e prepostos para que prestem depoimentos em nome da Companhia perante as autoridades requisitantes, responsabilizando-se pelos resultados econômico-financeiros da Companhia e pela proteção de seu nome; a organização e supervisão das políticas e diretrizes de Recursos Humanos; a supervisão do cumprimento das políticas e normas estabelecidas pelo Conselho de Administração e das deliberações tomadas em Assembleia Geral, e zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social.

Parágrafo 2º: Compete ao Diretor de Relações com Investidores: responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, mantendo atualizados os registros da Companhia nessas instituições; representar a Companhia perante a CVM, as Bolsas de Valores e demais entidades do mercado de capitais, bem como prestar informações relevantes aos investidores, ao mercado em geral, à CVM e à BM&FBOVESPA, além de outras funções estabelecidas em lei e na regulamentação vigente.

Parágrafo 3º: Compete ao Diretor Administrativo e Financeiro: administrar, gerir e controlar a Área Administrativa Financeira, tendo como principais atribuições, além daquelas cometidas por lei, a organização e supervisão geral das atividades das áreas de Finanças, Controladoria, Auditoria, Contabilidade, Jurídico, Patrimonial, Tecnologia da Informação; prover os recursos financeiros necessários à expansão da Companhia, conforme Orçamento Anual, conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento e os serviços correlatos.

Parágrafo 4º: Compete ao Vice-Presidente: administrar, dirigir e controlar a Unidade Estratégica de Negócio atendimento, tendo como principais atribuições, além daquelas cometidas por lei, a gestão e controle do atendimento das unidades de captação da Companhia, serviços de imagem e vacinas; desenvolver e implementar a estratégia comercial e de marketing junto às autogestões, operadoras de planos de saúde (seguro saúde, cooperativas médicas e empresas de medicina de grupo) e afins; o planejamento, gestão e controle da central de relacionamento com os clientes e dos serviços de segurança e medicina do trabalho.

Parágrafo 5º: Compete ao Diretor Comercial Corporativo: administrar, dirigir e controlar a Unidade Estratégica de Negócio Apoio e Criopreservação, tendo como principais atribuições, além daquelas cometidas por lei, desenvolver e implementar a estratégia comercial e de marketing da unidade de negócio apoio e de seus serviços; a promoção de pesquisas de mercado; a definição dos preços dos serviços, encargos e prazos de pagamentos em razão das condições do mercado e dos custos; a fixação das diretrizes e da política de relacionamento com os clientes.

Parágrafo 6º: Compete ao Diretor de Produção: administrar, dirigir e controlar os processos técnicos analíticos das áreas produtivas, tendo como principais atribuições, além daquelas cometidas por lei, a responsabilidade pela produção de análises clínicas para as unidades estratégicas de negócios e serviços hospitalares laboratoriais; os serviços de assessoria científica e pesquisas em análises clínicas e auxiliares de complementação diagnóstica e terapêutica; a garantia do cumprimento das normas regulamentares, da regularidade dos procedimentos técnicos e rotinas estabelecidas e das políticas de qualidade e certificação inerentes ao negócio.

Parágrafo 7º: Compete ao Diretor de Operações: planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades das áreas de Manutenção Patrimonial, Segurança, Logística, Almoxarifado, Alimentação, Transportes e Supply, fixando políticas de gestão, definindo, elaborando e garantindo o orçamento das áreas sob sua responsabilidade, visando atingir os objetivos definidos pelo Conselho de Administração, tendo como principais atribuições, além daquelas cometidas por lei, assegurar e executar o trabalho observando aspectos relativos à Segurança no trabalho, utilizando

adequadamente EPIs e padrão de comportamento, cumprindo legislação vigente e normas internas; coordenação dos assuntos inerentes a sua área de atuação, apresentando e discutindo soluções para problemas e irregularidades, a fim de subsidiar a definição e implementar as ações a serem adotadas e auxiliar na busca pelo melhoramento contínuo dos processos das áreas; e execução de outras tarefas correlatas.

Parágrafo 8º: Compete ao Diretor de Negócios: definir as políticas e diretrizes específicas de sua área de atuação; participar no processo de elaboração do planejamento estratégico da instituição, propondo metas, táticas e ações específicas para o cumprimento dos objetivos estabelecidos; realizar integração do *BackOffice* corporativo da Companhia com empresas controladas; estabelecer modelos replicáveis de atendimento, expansão, e integração; validar propostas de metas a serem alcançadas pela área de atendimento, e administrativa das empresas controladas; acompanhar o monitoramento dos indicadores de desempenho das empresas do grupo e do atendimento; validar as propostas de mudanças diante de não conformidades dos processos de atendimento e administrativos; desenvolver as lideranças médias, dentro da política de qualidade e eficiência do grupo da Companhia; estabelecer e manter uma rede de relacionamentos junto aos órgãos gestores e regulamentadores da saúde pública; estabelecer e manter uma rede de relacionamentos junto as fontes pagadoras, públicas e operadoras de saúde; articular e gerenciar convênios de cooperação mútua e parcerias negociais com os órgãos gestores da saúde e/ou outras instituições; representar a instituição perante os órgãos fiscalizadores, regulamentadores, representativos de classe e judiciais durante a realização de perícias, auditorias, fiscalizações e demais visitas atreladas as atividades da empresa; fazer visitas a outras instituições.

Parágrafo 9º: Os Diretores ficam dispensados de prestar caução, como permitido por lei.

Parágrafo 10º: O cargo de Diretor de Relações com Investidores pode ser cumulado por outro Diretor da Companhia.

Parágrafo 11º: Os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse e a investidura dos seus respectivos substitutos. As competências das diretorias que não tiverem sido preenchidas, ou cujo titular esteja impedido ou ausente, serão exercidas pelo Diretor Presidente, até a designação do respectivo diretor.

Artigo 21: A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário e as reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, pelo Diretor que na ocasião for escolhido.

Parágrafo 1º: As reuniões da Diretoria serão realizadas na sede social da Companhia, e as respectivas convocações poderão ser efetuadas por qualquer Diretor.

Parágrafo 2º: As convocações serão efetuadas por escrito e deverão conter a data da reunião, ordem do dia e os documentos necessários para a formação da convocação do Diretor. As convocações deverão ser encaminhadas com antecedência mínima de 3 (três) dias da data do evento, por carta, fax ou e-mail, todos com comprovação de recebimento.

Parágrafo 3º: As reuniões da Diretoria somente serão instaladas e validamente deliberarão com a presença da maioria dos Diretores que na ocasião estiverem no exercício de seus cargos.

Parágrafo 4º: As deliberações da Diretoria serão adotadas por maioria de votos dos Diretores presentes à reunião, não havendo voto de desempate.

Artigo 22: Compete à Diretoria, em geral, observadas as disposições deste Estatuto Social, especialmente as competências específicas constantes do Artigo 20:

- (i) o exercício das atribuições que a lei e o presente Estatuto Social lhe conferem para assegurar o pleno e regular funcionamento da Companhia e das suas controladas, coligadas e divisões de negócios;
- (ii) apresentar, anualmente, até o encerramento de cada exercício social, à apreciação do Conselho de Administração, proposta de orientação geral dos negócios da Companhia, de suas controladas e das divisões de seus negócios, relativa ao exercício seguinte, incluindo:
 - (a) a estratégia empresarial das divisões de negócios da Companhia e de suas controladas e coligadas;
 - (b) a estrutura operacional dos negócios, indicando o Diretor que deverá ser responsável pelo acompanhamento de cada uma das suas divisões;
 - (c) o orçamento e plano de metas de cada divisão de negócios;
 - (d) a política de investimentos e desinvestimentos de cada divisão de negócios;
 - (e) a remuneração dos gestores de cada divisão de negócios;
 - (f) a estrutura de capital necessária à execução do orçamento e plano de metas de cada divisão de negócios; e
 - (g) planejamento de pagamento de juros sobre o capital próprio.
- (iii) apresentar, anualmente, nos 3 (três) meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação do Conselho de Administração e dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício social, bem como proposta para destinação do lucro líquido, observadas as imposições legais e o que dispõe o Capítulo V deste Estatuto Social;
- (iv) a eleição e destituição dos administradores das sociedades controladas e coligadas de acordo com as indicações feitas pelo Conselho de Administração;
- (v) abrir e encerrar filiais, depósitos, escritórios ou representações em qualquer localidade do País e do exterior, quando as conveniências sociais o indicarem;
- (vi) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias e de investimento;
- (vii) transigir, renunciar, desistir, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações de recursos, adquirir, onerar e alienar ativos e conceder garantias, assinando os respectivos termos e contratos;

- (viii) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais; e
- (ix) cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia, pela lei e por este Estatuto Social.

Artigo 23: Em caso de vacância dos cargos de Diretor, será convocada reunião do Conselho de Administração para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído.

Artigo 24: Observado o disposto neste Estatuto Social, qualquer ato ou contrato que implique responsabilidade ou obrigação para a Companhia deverá ser obrigatoriamente assinado, em conjunto, por:

- (i) 2 (dois) Diretores;
- (ii) 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador com poderes específicos; ou
- (iii) 2 (dois) procuradores com poderes específicos.

Parágrafo 1º: Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão sempre assinados por 2 (dois) Diretores, em conjunto.

Parágrafo 2º: Os instrumentos de mandato deverão ser sempre específicos para os atos a serem praticados pelo mandatário, e, com exceção daqueles outorgados para fins judiciais ou de defesa da Companhia em processos de natureza administrativa, terão prazo de validade limitado a 1 (um) ano.

Artigo 25: Não é permitido o uso da denominação social em documentos de favor e estranhos aos objetivos sociais, tais como cartas de fiança, avais ou endossos a terceiros, salvo em benefício das controladas da Companhia no curso normal de seus negócios.

SEÇÃO IV DO CONSELHO FISCAL

Artigo 26: A Companhia terá um Conselho Fiscal composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, o qual não funcionará em caráter permanente e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei.

Parágrafo 1º: Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no País, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, e exercerão seu mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição.

Parágrafo 2º: Os membros do Conselho Fiscal farão jus à remuneração que lhes for fixada em Assembleia Geral.

Parágrafo 3º: A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia assinatura do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo 4º: Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar.

Parágrafo 5º: Não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que mantiver vínculo com sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia ("**Concorrente**"), estando vedada, entre outros, a eleição da pessoa que: (i) for empregada, sócia, acionista ou membro de órgão da administração, técnico, consultivo ou fiscal de Concorrente ou de Controlador, Controlada ou sociedade sob Controle comum com Concorrente; (ii) for cônjuge ou parente até segundo grau de sócio, acionista ou membro de órgão da administração, técnico, consultivo ou fiscal de Concorrente ou de Controlador, Controlada ou sociedade sob Controle comum com Concorrente.

Artigo 27: O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. O Regimento Interno do Conselho Fiscal deverá ser elaborado, discutido e votado por seus membros na primeira reunião convocada após a sua instalação.

CAPÍTULO V EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS

Artigo 28: O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados de acordo com os prazos e demais condições previstos na legislação aplicável.

Parágrafo Único: As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas, na forma da legislação aplicável, por auditor independente, devidamente registrado na CVM.

Artigo 29: Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. O lucro líquido deverá ser alocado na seguinte forma:

- (a) 5% (cinco por cento) serão destinados para a Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;
- (b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reserva para Contingências, nos termos do Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;
- (c) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas, observadas as demais disposições deste Estatuto Social e a legislação aplicável;
- (d) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;

- (e) no exercício social em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;
- (f) até 70% (setenta por cento), por proposta dos órgãos de administração, poderá ser destinada à constituição da Reserva de Expansão, observado o disposto no Artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 1º: A Reserva de Expansão tem as seguintes características:

- (i) sua finalidade é assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital, expansão das atividades sociais, realização de investimentos e aquisição de novos ativos;
- (ii) será destinada à Reserva de Expansão, em cada exercício, até 70% do lucro líquido do exercício imediatamente anterior, a depender dos recursos que, por recomendação do Conselho de Administração, sejam necessários para atender às finalidades do item (i), estejam ou não especificamente cobertos em orçamento de capital, estando tal alocação sujeita à expressa aprovação dos acionistas reunidos em Assembleia Geral; e
- (iii) o limite máximo da Reserva de Expansão é o valor do capital social subscrito da Companhia.

Artigo 30: A Companhia poderá:

- (i) levantar balanços semestrais e com base nestes declarar dividendos intermediários, à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros;
- (ii) levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos intercalares, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações; e
- (iii) creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor do dividendo obrigatório, passando a integrá-los para todos os efeitos legais.

Parágrafo Único: Revertem em favor da Companhia os dividendos e juros sobre capital próprio que não forem reclamados dentro do prazo de 3 (três) anos contados da data em que foram colocados à disposição dos acionistas.

CAPÍTULO VI
ALIENAÇÃO DE CONTROLE, CANCELAMENTO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E SAÍDA DO
NOVO MERCADO

Artigo 31: Para fins deste Capítulo VI, os seguintes termos com iniciais maiúsculas terão os significados a eles atribuídos abaixo:

“**Adquirente**” significa qualquer pessoa (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), ou Grupo de Acionistas para quem o Acionista Controlador Alienante transfere as Ações de Controle em uma Alienação de Controle da Companhia;

“**Acionista Controlador**” significa o(s) acionista(s) ou Grupo de Acionistas que exerça(m) o Poder de Controle da Companhia;

“**Acionista Controlador Alienante**” significa o Acionista Controlador quando este promove a Alienação de Controle da Companhia;

“**Ações de Controle**” significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia;

“**Ações em Circulação**” significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria;

“**Alienação de Controle**” significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle;

“**Poder de Controle**” (bem como seus termos correlatos “Controlador”, “Controlada”, “Controle” ou “sob Controle comum”) significa o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do Controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas Assembleias Gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

“**Grupo de Acionistas**” significa o grupo de duas ou mais pessoas que sejam (a) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, inclusive acordo de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades Controladas, Controladoras ou sob Controle comum; ou (b) entre os quais haja relação de Controle, seja direta ou indiretamente; ou (c) que estejam sob Controle comum.

“Valor Econômico” significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.

Artigo 32: A Alienação de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutive, de que o Adquirente se obrigue a efetivar OPA aos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

Parágrafo Único: A oferta pública de que trata este artigo 32 também será exigida (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e/ou de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, ou que deem direito à sua subscrição, que venha a resultar na Alienação de Controle da Companhia; e (ii) em caso de alienação do Controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove o referido valor.

Artigo 33: Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública referida no artigo 32 deste Estatuto Social; (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos; e (iii) tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de ações em circulação de 25% (vinte e cinco por cento) do total do capital social da Companhia, dentro dos 6 (seis) meses subsequentes à aquisição do Controle.

Artigo 34: A Companhia não registrará:

- (i) qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento do Novo Mercado; e
- (ii) qualquer acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle enquanto os seus signatários não tiverem subscrito o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 35: Na OPA, a ser feita pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico

apurado em laudo de avaliação de que tratam os parágrafos 1º e 2º deste artigo 35, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo 1º: O laudo de avaliação mencionado no *caput* deste artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e Acionista(s) Controlador(es), além de satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações, e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º desse mesmo artigo.

Parágrafo 2º: A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela Assembleia que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Artigo 36: Caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ser admitidos à negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária na qual a sociedade resultante não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar OPA aos demais acionistas da Companhia por valor equivalente, no mínimo, ao respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 35 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 37: Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ser admitidos à negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária na qual a sociedade resultante não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de OPA nas mesmas condições previstas no artigo 36 acima.

Parágrafo 1º: A Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da OPA, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Parágrafo 2º: Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da OPA, no caso de operação de reorganização societária na qual a companhia resultante não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Artigo 38: A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado estará condicionada à efetivação de OPA por valor equivalente, no mínimo, ao Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o artigo 35 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo 1º: O Acionista Controlador deverá efetivar a OPA prevista no *caput* deste artigo 38.

Parágrafo 2º: Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* deste artigo 38 decorrer de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a OPA.

Parágrafo 3º: Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* deste artigo 38 ocorrer em razão de ato ou fato de administração, os administradores da Companhia deverão convocar a Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

Parágrafo 4º: Caso a Assembleia Geral mencionada no parágrafo 3º acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(eis) pela realização da OPA prevista no *caput*, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia Geral, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

CAPÍTULO VII DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Artigo 39: O falecimento, falência, insolvência, declaração de incapacidade ou retirada de qualquer dos acionistas não dissolverá a Companhia, que continuará com os demais acionistas.

Artigo 40: A Companhia se dissolverá nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, quando for o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o Conselho Fiscal e o liquidante que deverão atuar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração.

CAPÍTULO VIII RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Artigo 41: A Companhia e seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada à ou oriunda da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em

geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 42: A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede na forma do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, cabendo ao Presidente das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração abster-se de computar os votos contrários aos respectivos termos.

Artigo 43: O presente Estatuto Social rege-se pela Lei das Sociedades por Ações. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações, respeitado o Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 44: A Companhia observará, no que aplicável, as regras de divulgação de informações previstas na regulamentação da CVM e nas normas da BM&FBOVESPA, aplicáveis a companhias listadas em geral e no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, em particular.

Artigo 45: As disposições contidas nos artigos 1º, parágrafos 1º, 2º e 3º, 7º, 13, itens (ix) a (xi), 14, parágrafo 1º, parte final e parágrafo 2º, 15, parágrafos 1º, 2º e 3º, 19, itens (xxii) e (xxiii) e parágrafos 1º e 2º, 20, *caput* (com relação ao Diretor de Relações com Investidores) e parágrafos 2º e 10º, 26, parágrafo 3º, capítulos VI e VIII deste Estatuto Social, assim como a natureza de companhia aberta, somente terão eficácia a partir da data de concessão do registro de companhia aberta da Companhia pela CVM.

* * * * *

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, Realizada em 09 de Dezembro de 2016,
que Aprovou a Realização da Oferta**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

 Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República Secretaria de Racionalização e Simplificação Departamento de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)		
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) 31300098800		Código da Natureza Jurídica 2054	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio		
1 - REQUERIMENTO					
ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS					
Nome: INSTITUTO HERMES PARDINI S/A (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)					
requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:					Nº FCN/REMP  J163758543947
Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO	
1	007			ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA	
		019	1	ESTATUTO SOCIAL	
BELO HORIZONTE Local			Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:		
			Nome: _____		
			Assinatura: _____		
12 Dezembro 2016 Data			Telefone de Contato: _____		
2 - USO DA JUNTA COMERCIAL					
<input type="checkbox"/> DECISÃO SINGULAR			<input type="checkbox"/> DECISÃO COLEGIADA		
Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):					
<input type="checkbox"/> SIM		<input type="checkbox"/> SIM		Processo em Ordem À decisão ____/____/____ Data _____ Responsável	
_____		_____			
_____		_____			
_____		_____			
<input type="checkbox"/> NÃO ____/____/____ Data		<input type="checkbox"/> NÃO ____/____/____ Data		Responsável	
DECISÃO SINGULAR					
<input type="checkbox"/> Processo em vigência. (Vide despacho em folha anexa)		2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e arquite-se.		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.					
				____/____/____ Data	_____ Responsável
DECISÃO COLEGIADA					
<input type="checkbox"/> Processo em vigência. (Vide despacho em folha anexa)		2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e arquite-se.		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.					
____/____/____ Data		_____ Vogal	_____ Vogal	_____ Vogal	
Presidente da _____ Turma					
OBSERVAÇÕES					



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
 Certifico registro sob o nº 6141778 em 22/12/2016 da Empresa INSTITUTO HERMES PARDINI S/A, Nire 31300098800 e protocolo 166838969 - 12/12/2016. Autenticação: 4C62517CC14E26F620ED607E5B5FAFCAAF498. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/683.896-9 e o código de segurança 3gmR Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/12/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


 MARINELY DE PAULA BOMFIM
 SECRETARIA GERAL

pág. 1/28



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

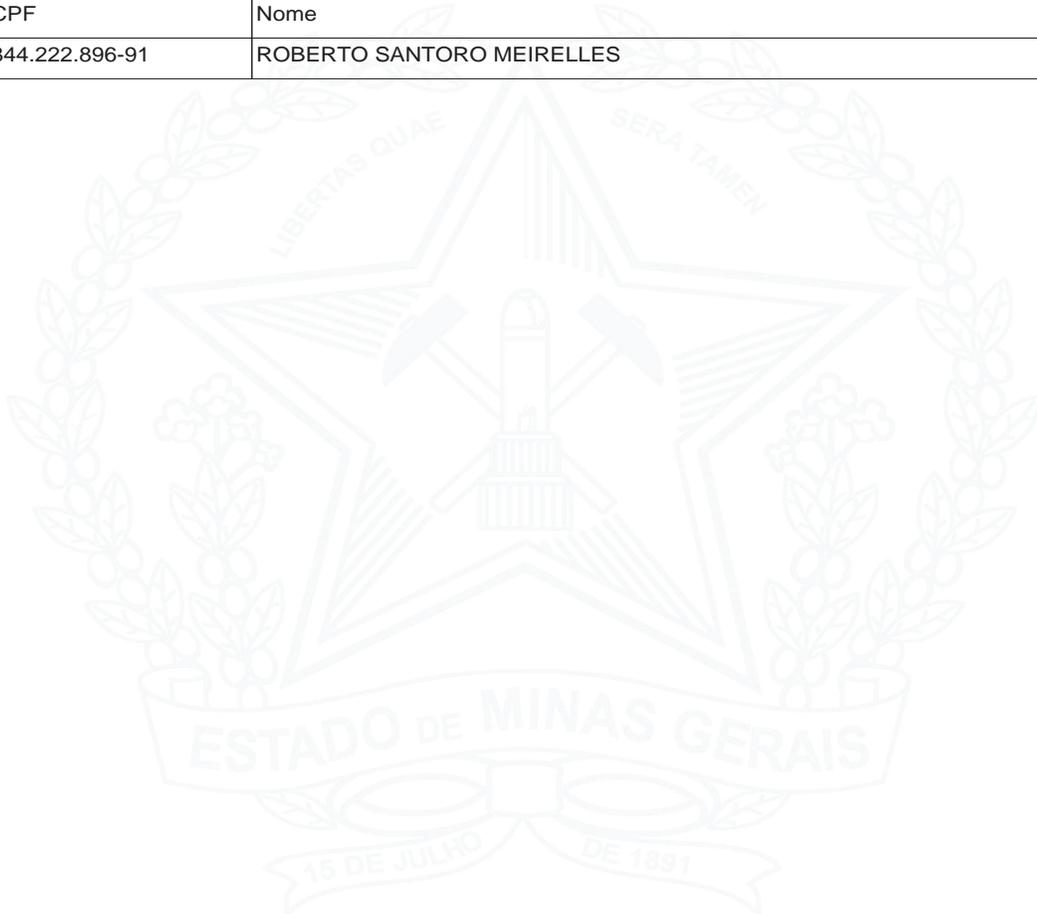
Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
16/683.896-9	J163758543947	08/12/2016

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
844.222.896-91	ROBERTO SANTORO MEIRELLES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6141778 em 22/12/2016 da Empresa INSTITUTO HERMES PARDINI S/A, Nire 31300098800 e protocolo 166838969 - 12/12/2016. Autenticação: 4C62517CC14E26F620ED607E5B5FAFCAAF498. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/683.896-9 e o código de segurança 3gmR Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/12/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 2/28

INSTITUTO HERMES PARDINI S/A

CNPJ/MF nº 19.378.769/0001-76

NIRE 3130009880-0

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2016

- 1 **Data, hora e local:** No dia 09 de dezembro de 2016, às 11:00 horas, na sede social do Instituto Hermes Pardini S.A., localizada na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Aimorés, nº 66, 3º andar, Bairro Funcionários (“**Companhia**”).
- 2 **Presenças:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas.
- 3 **Convocação:** Dispensada a publicação do edital de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76 (“**LSA**”).
- 4 **Mesa:** Presidente: Sr. Victor Cavalcanti Pardini; e Secretária: Sra. Regina Pardini.
- 5 **Ordem do dia:** Deliberar sobre: **(i)** a abertura de capital da Companhia e submissão do pedido de registro de emissora de valores mobiliários, categoria A, perante a Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”); **(ii)** a adesão da Companhia ao segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“**BM&FBOVESPA**”) designado Novo Mercado (“**Novo Mercado**”); **(iii)** a realização de oferta pública primária e secundária de ações de emissão da Companhia (“**Ações**”), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“**Instrução CVM 400**”) e demais normativos aplicáveis (“**Oferta**”); **(iv)** a autorização para que o Conselho de Administração da Companhia, respeitando-se as disposições dos acordos de acionistas vigentes e arquivados na sede da Companhia, aprove todos os termos e condições da Oferta, incluindo, mas não limitado a (a) deliberar sobre o aumento de capital social a ser realizado no contexto da Oferta; (b) fixar o preço de emissão das ações objeto da Oferta; (c) aprovar o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações da Companhia (“**Prospecto**”) e o *Offering Circular*; (d) celebrar todos os contratos e atos relacionados à Oferta; e (e) definir a destinação dos recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da Oferta; **(v)** a criação de capital autorizado da Companhia; **(vi)** a reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e **(vii)** a reformulação e consolidação do Estatuto Social da Companhia para adaptá-lo às exigências legais de companhia aberta e ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA (“**Regulamento do Novo Mercado**”).
- 6 **Deliberações:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, foram aprovadas, por unanimidade de votos:



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6141778 em 22/12/2016 da Empresa INSTITUTO HERMES PARDINI S/A, Nire 31300098800 e protocolo 166838969 - 12/12/2016. Autenticação: 4C62517CC14E26F620ED607E5B5FAFCAAF498. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/683.896-9 e o código de segurança 3gmR Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/12/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 3/28

- (i) a abertura de capital da Companhia e, conseqüentemente, a submissão pela Companhia do pedido de registro de emissora de valores mobiliários na categoria 'A' perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada;
- (ii) a submissão do pedido de adesão da Companhia ao segmento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, bem como a celebração com a BM&FBOVESPA do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa – Novo Mercado, ficando o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia, conforme aplicável, autorizados a tomar todas as medidas necessárias junto à BM&FBOVESPA com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado;
- (iii) a realização da Oferta que compreenderá a distribuição pública primária e secundária de Ações de emissão da Companhia a ser realizada no Brasil, sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A. (Coordenador Líder), Banco Morgan Stanley S.A., Banco Bradesco BBI S.A., Banco J.P.Morgan S.A. e Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A., em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, e demais normativos aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior, exclusivamente junto a investidores institucionais qualificados residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A do *Securities Act of 1933* dos Estados Unidos da América, em operações isentas de registro previstas no *Securities Act*, e a investidores nos demais países, exceto no Brasil e nos Estados Unidos da América, em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S do *Securities Act*, observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor e, em ambos os casos, desde que tais investidores estrangeiros sejam registrados na CVM e que invistam no Brasil, em conformidade com a legislação brasileira aplicável. Não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na *Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto no Brasil. Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares, conforme a seguir definidas) poderá ser acrescida em até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertadas, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas (“**Ações Adicionais**”). Adicionalmente, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento) do total das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais), nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, com a finalidade exclusiva de atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta (“**Ações Suplementares**”). O Conselho de Administração deverá deliberar,



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6141778 em 22/12/2016 da Empresa INSTITUTO HERMES PARDINI S/A, Nire 31300098800 e protocolo 166838969 - 12/12/2016. Autenticação: 4C62517CC14E26F620ED607E5B5FAFCAAF498. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/683.896-9 e o código de segurança 3gmR Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/12/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 4/28

por unanimidade, para que Ações Adicionais e as Ações Suplementares sejam provenientes de oferta primária. Nos termos do artigo 172, I, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, não será observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no eventual aumento de capital decorrente da Oferta;

- (iv) desde que observadas as seguintes diretrizes, a autorização para que o Conselho de Administração da Companhia aprove todos os termos e condições da Oferta, outorgando-lhe poderes para, inclusive, mas não limitado a, (a) deliberar, por unanimidade, sobre o aumento de capital social a ser realizado no contexto da Oferta e a correspondente emissão de novas ações, inclusive no que concerne às Ações Adicionais e Ações Suplementares, conforme aplicável; (b) fixar o preço de emissão das ações objeto da Oferta, sendo que o preço de emissão das ações objeto de oferta primária deverá ser fixado por deliberação unânime do Conselho de Administração da Companhia; (c) aprovar o Prospecto e *Offering Circular*; (d) celebrar todos os contratos e atos relacionados à Oferta; e (e) definir a destinação dos recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da Oferta:
- a. o preço de emissão das ações objeto da Oferta será fixado de acordo com o artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da LSA, com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser conduzido pelos coordenadores da Oferta (*Procedimento de Bookbuilding*), em conformidade com o artigo 23, parágrafo 1º, e artigo 44, ambos da Instrução CVM 400; e
 - b. os termos e condições da Oferta deverão observar as disposições do acordo de acionistas vigente e arquivado na sede da Companhia.
- (v) a criação de capital autorizado da Companhia, no montante de R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), nos termos do Estatuto Social reformulado, conforme a deliberação (vi) abaixo;
- (vi) aprovar, por maioria dos acionistas presentes, a eleição, nos termos do Estatuto Social, das pessoas a seguir indicadas para comporem o Conselho de Administração da Companhia, as quais serão reinvestidas nos respectivos cargos mediante a assinatura dos termos de posse no livro próprio, para mandato até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras do exercício a se encerrar em 31/12/2017: (i) **VICTOR CAVALCANTI PARDINI**, brasileiro, casado, médico, inscrito no CPF sob o nº 525.560.696-00, portador do documento de identidade nº MG-756.093, expedido pela SSP/MG, com endereço comercial na Rua Aimorés, nº 66, Funcionários, CEP 30140-070, na Cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, que, na oportunidade, foi indicado como Presidente do Conselho de Administração; (ii) **REGINA PARDINI**, brasileira, separada judicialmente, médica, inscrita no CPF sob o nº 465.312.976-20, portadora do documento de identidade nº



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6141778 em 22/12/2016 da Empresa INSTITUTO HERMES PARDINI S/A, Nire 31300098800 e protocolo 166838969 - 12/12/2016. Autenticação: 4C62517CC14E26F620ED607E5B5FAFCAAF498. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/683.896-9 e o código de segurança 3gmR Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/12/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 5/28

MG-765.094, expedido pela SSP/MG, com endereço comercial na Rua Aimorés, nº 66, Funcionários, CEP 30140-070, na Cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais; (iii) **CARLOS EMÍLIO BARTILOTTI**, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF sob o nº 347.196.286-72, portador do documento de identidade nº MG-1.489.440, expedido pela SSP/MG, residente e domiciliado na Rua Desembargador Jorge Fontana, nº 538, apto 1901, bairro Belvedere, Belo Horizonte/MG, CEP 30.320-670; (iv) **AMAURY GUILHERME BIER**, brasileiro, viúvo, economista, inscrito no CPF sob o nº 013.102.298-99, portador do documento de identidade nº 11.927.825, expedido pela SSP/SP, com endereço comercial na Rua Jerônimo de Veiga, nº 384, 11º andar, bairro Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04.536-001; e (v) **ERIK JOHNSON LASSNER**, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF sob o nº 124.365.807-07, portador do documento de identidade nº 13.034.142-3, expedido pelo DETRAN/DIC, com endereço comercial na Avenida Ataulfo de Paiva, nº 1.100, 7º andar, bairro Leblon, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.440-035.

Os membros do Conselho de Administração ora reeleitos tomarão posse nos seus cargos mediante apresentação: (i) do respectivo termo de posse, lavrado em livro próprio, contendo as declarações em atendimento à lei e à regulamentação em vigor; (ii) da declaração de desimpedimento, para os fins do Artigo 147 da Lei nº 6.404/76 e do Artigo 2º da Instrução CVM nº 367/02; e (iii) da declaração dos valores mobiliários por eles eventualmente detidos de emissão da Companhia e de suas sociedades controladas ou do mesmo grupo, nos termos do Artigo 157 da Lei nº 6.404/76.

(vii) a reformulação e consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme **Anexo I** desta ata. Caso não haja a liquidação da Oferta, os acionistas se comprometem irrevogavelmente a reformar o Estatuto Social de forma que possua a redação vigente anterior à presente reformulação.

- 7 **Lavratura:** Foi autorizada, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no parágrafo 1º do Artigo 130 da LSA.
- 8 **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Belo Horizonte, 07 de dezembro de 2016. Mesa: Victor Cavalcanti Pardini (Presidente) e Regina Pardini (Secretária). Acionistas Presentes: AP Participações e Gestão de Negócios EIRELI, Áurea Maria Pardini, RP Participações e Gestão de Negócios EIRELI, Regina Pardini, VP Participações e Gestão de Negócios EIRELI, Victor Cavalcanti Pardini e GIF IV Fundo de Investimentos em Participações.

Belo Horizonte, 09 de dezembro de 2016.

*Documento assinado digitalmente através de certificação digital *e-CPF*, pela totalidade dos acionistas do Instituto Hermes Pardini S/A, todos qualificados em epígrafe.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 6141778 em 22/12/2016 da Empresa INSTITUTO HERMES PARDINI S/A, Nire 31300098800 e protocolo 166838969 - 12/12/2016. Autenticação: 4C62517CC14E26F620ED607E5B5FAFCAAF498. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/683.896-9 e o código de segurança 3gmR Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/12/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 6/28

**ANEXO I À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2016**

Estatuto Social da Companhia

**ESTATUTO SOCIAL
DO INSTITUTO HERMES PARDINI S/A**

Companhia de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 19.378.769/0001-76

NIRE 3130009880-0

**CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO**

Artigo 1º: O Instituto Hermes Pardini S/A (“**Companhia**”) é uma sociedade anônima, de capital aberto, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.

Parágrafo 1º: Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“**BM&FBOVESPA**”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA (“**Regulamento do Novo Mercado**”).

Parágrafo 2º: As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições deste Estatuto Social, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

Parágrafo 3º: A Companhia, seus Administradores e acionistas deverão observar o disposto no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários, incluindo as regras referentes à retirada e exclusão de negociação de valores mobiliários admitidos nos Mercados Organizados administrados pela BM&FBOVESPA.

Artigo 2º: A Companhia tem sede e foro jurídico na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, podendo, por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

Artigo 3º: O objeto social da Companhia é a prestação de serviços médicos e odontológicos, laboratoriais de pesquisas, análises clínicas e auxiliares de complementação diagnóstica e terapêutica, em todas as suas modalidades, tais como: Citologia, Anatomia Patológica, Patologia Clínica, Radiologia, Mamografia, Ressonância Magnética, Ultrassonografia, Tomografia Computadorizada e demais estudos e diagnósticos por imagens (com e sem o uso de radiação ionizante), serviços de diagnóstico por registro gráfico (ECG, EEG e outros exames análogos), Medicina Veterinária, Genética Humana, Banco de Sangue e serviços de Hemoterapia, Criopreservação de sangue, tecidos, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie, terapia celular, atividades de reprodução humana assistida, vacinação e imunização humana; bem como assessoria, consultoria e treinamento na área da saúde, pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas, treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial e outras atividades profissionais, científicas e técnicas.

Artigo 4º: O prazo de duração da Companhia é indeterminado.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6141778 em 22/12/2016 da Empresa INSTITUTO HERMES PARDINI S/A, Nire 31300098800 e protocolo 166838969 - 12/12/2016. Autenticação: 4C62517CC14E26F620ED607E5B5FAFCAAF498. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/683.896-9 e o código de segurança 3gmR Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/12/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

pág. 7/28

CAPÍTULO II DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo 5º: O capital social da Companhia é de R\$148.801.989,16 (cento e quarenta e oito milhões, oitocentos e um mil, novecentos e oitenta e nove reais e dezesseis centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 3.633.665 (três milhões, seiscentas e trinta e três mil, seiscentas e sessenta e cinco) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º: Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais de acionistas. A propriedade das ações será comprovada pelo registro existente na conta do acionista junto à instituição depositária.

Parágrafo 2º: As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Parágrafo 3º: Mediante a aprovação prévia da Assembleia Geral, e observado o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”) e nas demais normas aplicáveis, a Companhia poderá adquirir suas próprias ações. Essas ações deverão ser mantidas em tesouraria, alienadas ou canceladas, conforme for decidido pela Assembleia Geral.

Artigo 6º: Mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia, o capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

Parágrafo 1º: O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, subscrição, forma e prazo de integralização, preço por ação, forma de colocação (pública ou privada) e sua distribuição no País e/ou no exterior.

Parágrafo 2º: A critério do Conselho de Administração, poderá ser realizada emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o parágrafo 4º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

Artigo 7º: As ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, perante instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”).

Parágrafo Único: Observados os limites máximos fixados pela CVM, o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme definido em contrato de escrituração de ações.

Artigo 8º: Fica vedada a emissão de ações preferenciais e partes beneficiárias pela Companhia.

Artigo 9º: Observado o disposto no presente e na Lei das Sociedades por Ações, os acionistas terão direito de preferência para, na proporção de suas participações acionárias, subscrever ações e valores mobiliários conversíveis em ações emitidos pela Companhia.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6141778 em 22/12/2016 da Empresa INSTITUTO HERMES PARDINI S/A, Nire 31300098800 e protocolo 166838969 - 12/12/2016. Autenticação: 4C62517CC14E26F620ED607E5B5FAFCAAF498. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/683.896-9 e o código de segurança 3gmR Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/12/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

pág. 8/28

Artigo 10º: A não integralização, pelo subscritor, do valor subscrito, nas condições previstas no boletim ou na chamada requerida pelo órgão da administração, constituirá, de pleno direito, o acionista remisso em mora, de acordo com os artigos 106 e 107 da Lei das Sociedades por Ações, sujeitando-se o subscritor ao pagamento do valor em atraso corrigido monetariamente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços ao Mercado (“IGP-M”) divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou por outro índice que vier a substituí-lo, na menor periodicidade legalmente admitida, além de juros de 12% (doze por cento) ao ano, *pro rata temporis*, e multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da prestação em atraso, devidamente atualizada.

CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

Artigo 11: As Assembleias Gerais de acionistas realizar-se-ão: (a) ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas em lei; e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas.

Parágrafo Único: A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única.

Artigo 12: Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais de acionistas serão convocadas pelo Conselho de Administração, por meio do seu Presidente, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência em primeira convocação, e, pelo menos, com 8 (oito) dias de antecedência em segunda convocação. Independentemente de qualquer formalidade prevista neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações, será considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas.

Parágrafo 1º: Ressalvadas as exceções previstas na lei, as Assembleias Gerais somente se instalarão e validamente deliberarão em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total das ações com direito a voto representativas do capital social e, em segunda convocação, com qualquer número, sendo que para as deliberações não se computarão os votos em branco.

Parágrafo 2º: Os acionistas poderão ser representados em Assembleias Gerais da Companhia por procurador constituído na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 3º: Sem prejuízo do disposto no parágrafo 2º acima, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos que comprovem sua condição de acionista, referidos no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, até o momento da abertura dos trabalhos em Assembleia, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

Parágrafo 4º: As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia, competindo-lhe, na qualidade de presidente da mesa, escolher o secretário, dentre os presentes. Na ausência do Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será presidida por pessoa eleita pelos acionistas presentes.

Parágrafo 5º: O exercício do direito de voto nos casos especiais de condomínio, acordo de acionistas, usufruto e de ações empenhadas ou alienadas fiduciariamente fica sujeito às exigências legais específicas e às comprovações estabelecidas em lei.



Parágrafo 6º: Não poderá votar na Assembleia Geral o acionista com direitos sociais suspensos.

Parágrafo 7º: O acionista não poderá votar nas deliberações relativas a laudo de avaliação dos bens com que concorrer para o capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

Parágrafo 8º: Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. Da ata extrair-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais.

Artigo 13: Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das Sociedades por Ações, e, ainda:

- (i) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- (ii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- (iii) reformar o Estatuto Social;
- (iv) deliberar sobre operações de fusão, incorporação, cisão ou transformação em que a Companhia seja parte, bem como sobre sua dissolução ou liquidação;
- (v) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- (vi) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;
- (vii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- (viii) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- (ix) aprovar a saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA;
- (x) aprovar o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM, ressalvado o disposto no artigo 38, parágrafo 2º, deste Estatuto Social;
- (xi) aprovar a escolha de empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta perante a CVM ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Capítulo VI deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas em lista tríplice pelo Conselho de Administração;
- (xii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; e
- (xiii) aprovar investimento fora do objeto social da Companhia.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6141778 em 22/12/2016 da Empresa INSTITUTO HERMES PARDINI S/A, Nire 31300098800 e protocolo 166838969 - 12/12/2016. Autenticação: 4C62517CC14E26F620ED607E5B5FAFCAAF498. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/683.896-9 e o código de segurança 3gmR Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/12/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 10/28

**CAPÍTULO IV
DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO**

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Artigo 14: A administração da Companhia será exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social.

Parágrafo 1º: A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria dar-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, e estará condicionada à prévia assinatura do Termo de Anuência dos Administradores, nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo 2º: Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria deverão aderir à Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e à Política de Negociação de Valores Mobiliários.

Parágrafo 3º: Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

Parágrafo 4º: A Assembleia Geral fixará a remuneração global anual para distribuição entre os administradores e caberá ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba individualmente.

Parágrafo 5º: Só será dispensada a convocação prévia de reunião de qualquer órgão da administração como condição de sua validade se presentes todos os seus membros. São considerados presentes os membros do órgão da administração que manifestarem seu voto por meio da delegação feita em favor de outro membro do respectivo órgão, por voto escrito antecipado e por voto escrito transmitido por fax, e-mail ou por qualquer outro meio de comunicação, neste caso, até o encerramento da respectiva reunião.

SEÇÃO II

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 15: O Conselho de Administração será composto por 5 (cinco) membros efetivos e até 5 (cinco) membros suplentes, acionistas ou não, residentes no Brasil ou no exterior, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º: Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 20% (vinte por cento) deverão ser Conselheiros Independentes, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os elege, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante as facultades previstas no artigo 141, §§ 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 2º: Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo 3º: Conforme definição constante do Regulamento do Novo Mercado, Conselheiro Independente caracteriza-se por: (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6141778 em 22/12/2016 da Empresa INSTITUTO HERMES PARDINI S/A, Nire 31300098800 e protocolo 166838969 - 12/12/2016. Autenticação: 4C62517CC14E26F620ED607E5B5FAFCAAF498. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/683.896-9 e o código de segurança 3gmR Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/12/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 11/28

vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou Diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de Conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

Parágrafo 4º: O Conselho de Administração terá um Presidente, eleito pela Assembleia Geral. O Presidente não terá direito a voto de desempate ou qualquer outro poder ou autoridade a mais do que os conferidos aos outros Conselheiros.

Parágrafo 5º: Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo 6º: Em caso de vacância de cargo, impedimento ou ausência permanente de qualquer membro do Conselho de Administração, os membros do Conselho de Administração remanescentes deverão nomear substituto, observadas as disposições de acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, que servirá até a primeira Assembleia Geral da Companhia, a qual deverá ser realizada no prazo de 90 (noventa) dias contados da data da vacância ou impedimento do cargo. Caso o substituto seja confirmado pela respectiva Assembleia Geral, este completará o mandato do Conselheiro substituído.

Artigo 16: O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos 4(quatro) vezes ao ano, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais da Companhia assim o exigirem. O Presidente do Conselho presidirá as reuniões do Conselho de Administração e deverá nomear um dos presentes (o qual não precisa ser Conselheiro) para atuar na qualidade de secretário. A maioria dos membros do Conselho de Administração presentes decidirá quem presidirá a reunião caso o Presidente do Conselho estiver ausente e qual Conselheiro atuará como secretário da reunião.

Parágrafo 1º: As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas mediante notificação escrita enviada por correio, fax ou e-mail, todos com aviso de recebimento, ao endereço previamente indicado por cada Conselheiro para esse propósito. A notificação de convocação conterá informações sobre o local, data, horário e ordem do dia da reunião, e será enviada com todos os documentos que serão objeto de deliberação. A primeira notificação de convocação será enviada com, pelo menos, 10 (dez) dias úteis de antecedência da data da reunião, e, caso a reunião não seja realizada, nova notificação de segunda convocação será enviada com, pelo menos, 5 (cinco) dias úteis de antecedência da nova data da reunião.

Parágrafo 2º: As reuniões do Conselho de Administração serão consideradas validamente instaladas com a presença da totalidade de seus membros, em primeira convocação, ou com a presença da maioria de seus membros, em segunda convocação.

Parágrafo 3º: Os Conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de videoconferência, teleconferência ou qualquer outro meio similar. Os Conselheiros que não puderem participar da reunião por qualquer dos meios acima citados poderão ser representados na reunião por seu suplente ou por outro



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6141778 em 22/12/2016 da Empresa INSTITUTO HERMES PARDINI S/A, Nire 31300098800 e protocolo 166838969 - 12/12/2016. Autenticação: 4C62517CC14E26F620ED607E5B5FAFCAAF498. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/683.896-9 e o código de segurança 3gmR Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/12/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 12/28

Conselheiro, desde que indique por escrito outro Conselheiro para substituí-lo, ou enviar seu voto por escrito ao Presidente do Conselho de Administração ou ao presidente da reunião antes da sua instalação ou até seu encerramento, via fax, carta registrada, e-mail ou carta entregue em mãos.

Parágrafo 4º: Os membros do Conselho de Administração também poderão consentir em dispensar a reunião e decidir por escrito as matérias que dela seriam objeto, caso considerem que tais matérias já foram suficientemente debatidas por qualquer outro meio e contanto que todos os Conselheiros celebrem documento por escrito formalizando tal consentimento.

Parágrafo 5º: Não obstante as formalidades acima, serão consideradas validamente instaladas todas as reuniões do Conselho de Administração a que comparecerem todos os seus membros.

Parágrafo 6º: Das reuniões serão lavradas atas em livro próprio, assinadas por todos os membros presentes, devendo serem arquivadas no Registro do Comércio aquelas que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Parágrafo 7º: Os Diretores deverão fornecer ao Conselho de Administração toda e qualquer informação requisitada em relação à Companhia e suas controladas e coligadas, e, caso solicitados, deverão comparecer às reuniões do Conselho de Administração a fim de prestar esclarecimentos.

Artigo 17: Ressalvadas as hipóteses especiais previstas na Lei das Sociedades por Ações, e o disposto no parágrafo único do artigo 19 deste Estatuto Social, as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante voto afirmativo da maioria simples dos presentes à respectiva reunião, não se computando os votos em branco.

Artigo 18: O Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá criar comitês executivos ou consultivos, permanentes ou não, para analisar e se manifestar sobre quaisquer assuntos, conforme determinado pelo Conselho de Administração, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições. Os membros de tais comitês, sejam ou não acionistas, deverão ter experiência específica nas áreas de competência dos seus respectivos comitês, e ser eleitos e ter eventual remuneração fixada pelo Conselho de Administração, sendo atribuível remuneração apenas para os membros externos.

Artigo 19: Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições fixadas em lei:

- (xiv) eleger e destituir os membros da Diretoria e fixar-lhes as atribuições;
- (xv) fiscalizar, supervisionar, aconselhar e apoiar a Diretoria no cumprimento do objeto social da Companhia;
- (xvi) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente, ou no casos previstos na Lei das Sociedades por Ações;
- (xvii) manifestar-se previamente sobre o voto a ser proferido no âmbito das sociedades controladas e coligadas, relativamente às operações de (a) incorporação, cisão, fusão e transformação, (b) aquisição, alienação e oneração de bens imóveis e (c) alteração de seus contratos sociais e regimentos internos;
- (xviii) indicar os administradores das sociedades controladas pela Companhia;
- (xix) estabelecer a orientação geral e o direcionamento estratégico dos negócios da Companhia e de suas controladas;
- (xx) escolher e destituir o auditor independente da Companhia e/ou de sociedades controladas pela Companhia;



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6141778 em 22/12/2016 da Empresa INSTITUTO HERMES PARDINI S/A, Nire 31300098800 e protocolo 166838969 - 12/12/2016. Autenticação: 4C62517CC14E26F620ED607E5B5FAFCAAF498. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/683.896-9 e o código de segurança 3gmR Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/12/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 13/28

- (xxi) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
- (xxii) autorizar a prática, por suas controladas, de atos que necessitem de aprovação da Companhia, exceto se de outra forma previsto no respectivo contrato ou estatuto social.
- (xxiii) qualquer mudança substancial na estratégia da Companhia;
- (xxiv) a participação da Companhia em qualquer *joint venture*, consórcio, sociedade em conta de participação ou empreendimento similar;
- (xxv) a aprovação do orçamento anual e de alterações importantes a ele relativas;
- (xxvi) qualquer acordo em ação judicial ou procedimento arbitral envolvendo valor igual ou superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual;
- (xxvii) uma vez ultrapassado o limite global previsto no orçamento anual, a assunção de dívidas e/ou a celebração de contratos financeiros envolvendo valor igual ou superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual, seja em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas;
- (xxviii) investimentos de capital individuais não previstos no orçamento anual cujo valor seja igual ou superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual;
- (xxix) a celebração de qualquer contrato, acordo ou compromisso (exceto assunção de dívidas e contratos financeiros, os quais são regidos pelo disposto no item (xiv) acima) não previsto no orçamento anual e não relacionado à manutenção do giro normal das atividades mercantis da Companhia que represente obrigação em valor igual ou superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas;
- (xxx) a aquisição, venda ou alienação de ativos não circulantes da Companhia não prevista no orçamento anual e que envolva valor igual ou superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual, seja em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas;
- (xxxi) a renúncia, pela Companhia, a qualquer direito (incluindo acordos com clientes) cujo valor seja igual ou superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas;
- (xxxii) a concessão de todas e quaisquer garantias, inclusive garantias reais e fidejussórias, em favor de terceiros;
- (xxxiii) a prática de qualquer dos atos mencionadas nos itens (x) a (xviii) acima pelas sociedades controladas pela Companhia;
- (xxxiv) a emissão pública ou privada de debêntures não conversíveis, notas promissórias e outros títulos e valores mobiliários não conversíveis em ações;
- (xxxv) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações ("OPA") que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, e que deverá abordar, no mínimo



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6141778 em 22/12/2016 da Empresa INSTITUTO HERMES PARDINI S/A, Nire 31300098800 e protocolo 166838969 - 12/12/2016. Autenticação: 4C62517CC14E26F620ED607E5B5FAFCAAF498. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/683.896-9 e o código de segurança 3gmR Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/12/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 14/28

- (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da OPA sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;
- (xxxvi) definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia nos casos de OPAs para cancelamento de registro de companhia aberta ou para a saída do Novo Mercado; e
- (xxxvii) o cumprimento das demais atribuições que lhe são fixadas em lei e neste Estatuto Social.

Parágrafo 1º: Todas e quaisquer operações celebradas entre a Companhia e qualquer de suas partes relacionadas deverão ser aprovadas pela maioria dos Conselheiros Independentes do Conselho de Administração.

Parágrafo 2º: Para fins do disposto no parágrafo 1º deste artigo 19, prevalecerá a competência da Assembleia Geral na ocasião de conflito entre as matérias a serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º: O exercício do direito de voto pelos membros do Conselho de Administração, nas matérias previstas no caput do Artigo 19 e em quaisquer outras de sua competência, em especial, nas deliberações a respeito do exercício do direito de voto pela Companhia no âmbito de suas controladas e coligadas, deverá observar as disposições previstas em acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia.

SEÇÃO III DIRETORIA

Artigo 20: A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 8 (oito) membros, acionistas ou não, residentes no País, todos eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, sendo um Presidente, um Diretor de Relações com Investidores, um Diretor Administrativo e Financeiro, um Vice-Presidente, um Diretor Comercial Corporativo, um Diretor de Produção, um Diretor de Operações e um Diretor de Negócios, eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 1º: Compete ao Diretor Presidente: a direção geral dos negócios da Companhia, a convocação e presidência das reuniões da Diretoria Executiva e a coordenação dos trabalhos dos demais diretores e do processo de tomada de decisão; a representação ativa e passiva da Companhia em todas as suas relações com terceiros, em juízo ou fora dele, podendo nomear procuradores e prepostos para que prestem depoimentos em nome da Companhia perante as autoridades requisitantes, responsabilizando-se pelos resultados econômico-financeiros da Companhia e pela proteção de seu nome; a organização e supervisão das políticas e diretrizes de Recursos Humanos; a supervisão do cumprimento das políticas e normas estabelecidas pelo Conselho de Administração e das deliberações tomadas em Assembleia Geral, e zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social.

Parágrafo 2º: Compete ao Diretor de Relações com Investidores: responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, mantendo atualizados os registros da Companhia nessas instituições; representar a Companhia perante a CVM, as Bolsas de Valores e demais



entidades do mercado de capitais, bem como prestar informações relevantes aos investidores, ao mercado em geral, à CVM e à BM&FBOVESPA, além de outras funções estabelecidas em lei e na regulamentação vigente.

Parágrafo 3º: Compete ao Diretor Administrativo e Financeiro: administrar, gerir e controlar a Área Administrativa Financeira, tendo como principais atribuições, além daquelas cometidas por lei, a organização e supervisão geral das atividades das áreas de Finanças, Controladoria, Auditoria, Contabilidade, Jurídico, Patrimonial, Tecnologia da Informação; prover os recursos financeiros necessários à expansão da Companhia, conforme Orçamento Anual, conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento e os serviços correlatos.

Parágrafo 4º: Compete ao Vice-Presidente: administrar, dirigir e controlar a Unidade Estratégica de Negócio atendimento, tendo como principais atribuições, além daquelas cometidas por lei, a gestão e controle do atendimento das unidades de captação da Companhia, serviços de imagem e vacinas; desenvolver e implementar a estratégia comercial e de marketing junto às autogestões, operadoras de planos de saúde (seguro saúde, cooperativas médicas e empresas de medicina de grupo) e afins; o planejamento, gestão e controle da central de relacionamento com os clientes e dos serviços de segurança e medicina do trabalho.

Parágrafo 5º: Compete ao Diretor Comercial Corporativo: administrar, dirigir e controlar a Unidade Estratégica de Negócio Apoio e Criopreservação, tendo como principais atribuições, além daquelas cometidas por lei, desenvolver e implementar a estratégia comercial e de marketing da unidade de negócio apoio e de seus serviços; a promoção de pesquisas de mercado; a definição dos preços dos serviços, encargos e prazos de pagamentos em razão das condições do mercado e dos custos; a fixação das diretrizes e da política de relacionamento com os clientes.

Parágrafo 6º: Compete ao Diretor de Produção: administrar, dirigir e controlar os processos técnicos analíticos das áreas produtivas, tendo como principais atribuições, além daquelas cometidas por lei, a responsabilidade pela produção de análises clínicas para as unidades estratégicas de negócios e serviços hospitalares laboratoriais; os serviços de assessoria científica e pesquisas em análises clínicas e auxiliares de complementação diagnóstica e terapêutica; a garantia do cumprimento das normas regulamentares, da regularidade dos procedimentos técnicos e rotinas estabelecidas e das políticas de qualidade e certificação inerentes ao negócio.

Parágrafo 7º: Compete ao Diretor de Operações: planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades das áreas de Manutenção Patrimonial, Segurança, Logística, Almoxarifado, Alimentação, Transportes e Supply, fixando políticas de gestão, definindo, elaborando e garantindo o orçamento das áreas sob sua responsabilidade, visando atingir os objetivos definidos pelo Conselho de Administração, tendo como principais atribuições, além daquelas cometidas por lei, assegurar e executar o trabalho observando aspectos relativos à Segurança no trabalho, utilizando adequadamente EPIs e padrão de comportamento, cumprindo legislação vigente e normas internas; coordenação dos assuntos inerentes a sua área de atuação, apresentando e discutindo soluções para problemas e irregularidades, a fim de subsidiar a definição e implementar as ações a serem adotadas e auxiliar na busca pelo melhoramento contínuo dos processos das áreas; e execução de outras tarefas correlatas.

Parágrafo 8º: Compete ao Diretor de Negócios: definir as políticas e diretrizes específicas de sua área de atuação; participar no processo de elaboração do planejamento estratégico da instituição, propondo metas, táticas e ações específicas para o cumprimento dos objetivos estabelecidos; realizar integração do *BackOffice* corporativo



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6141778 em 22/12/2016 da Empresa INSTITUTO HERMES PARDINI S/A, Nire 31300098800 e protocolo 166838969 - 12/12/2016. Autenticação: 4C62517CC14E26F620ED607E5B5FAFCAAF498. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/683.896-9 e o código de segurança 3gmR Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/12/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 16/28

da Companhia com empresas controladas; estabelecer modelos replicáveis de atendimento, expansão, e integração; validar propostas de metas a serem alcançadas pela área de atendimento, e administrativa das empresas controladas; acompanhar o monitoramento dos indicadores de desempenho das empresas do grupo e do atendimento; validar as propostas de mudanças diante de não conformidades dos processos de atendimento e administrativos; desenvolver as lideranças médias, dentro da política de qualidade e eficiência do grupo da Companhia; estabelecer e manter uma rede de relacionamentos junta aos órgãos gestores e regulamentadores da saúde pública; estabelecer e manter uma rede de relacionamentos junta as fontes pagadoras, públicas e operadoras de saúde; articular e gerenciar convênios de cooperação mútua e parcerias negociais com os órgãos gestores da saúde e/ou outras instituições; representar a instituição perante os órgãos fiscalizadores, regulamentadores, representativos de classe e judiciais durante a realização de perícias, auditorias, fiscalizações e demais visitas atreladas as atividades da empresa; fazer visitas a outras instituições.

Parágrafo 9º: Os Diretores ficam dispensados de prestar caução, como permitido por lei.

Parágrafo 10º: O cargo de Diretor de Relações com Investidores pode ser cumulado por outro Diretor da Companhia.

Parágrafo 11º: Os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse e a investidura dos seus respectivos substitutos. As competências das diretorias que não tiverem sido preenchidas, ou cujo titular esteja impedido ou ausente, serão exercidas pelo Diretor Presidente, até a designação do respectivo diretor.

Artigo 21: A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário e as reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, pelo Diretor que na ocasião for escolhido.

Parágrafo 1º: As reuniões da Diretoria serão realizadas na sede social da Companhia, e as respectivas convocações poderão ser efetuadas por qualquer Diretor.

Parágrafo 2º: As convocações serão efetuadas por escrito e deverão conter a data da reunião, ordem do dia e os documentos necessários para a formação da convocação do Diretor. As convocações deverão ser encaminhadas com antecedência mínima de 3 (três) dias da data do evento, por carta, fax ou e-mail, todos com comprovação de recebimento.

Parágrafo 3º: As reuniões da Diretoria somente serão instaladas e validamente deliberarão com a presença da maioria dos Diretores que na ocasião estiverem no exercício de seus cargos.

Parágrafo 4º: As deliberações da Diretoria serão adotadas por maioria de votos dos Diretores presentes à reunião, não havendo voto de desempate.

Artigo 22: Compete à Diretoria, em geral, observadas as disposições deste Estatuto Social, especialmente as competências específicas constantes do Artigo 20:

(xxxviii) o exercício das atribuições que a lei e o presente Estatuto Social lhe conferem para assegurar o pleno e regular funcionamento da Companhia e das suas controladas, coligadas e divisões de negócios;

(xxxix) apresentar, anualmente, até o encerramento de cada exercício social, à apreciação do Conselho de Administração, proposta de orientação geral dos negócios da Companhia, de suas controladas e das divisões de seus negócios, relativa ao exercício seguinte, incluindo:

(a) a estratégia empresarial das divisões de negócios da Companhia e de suas controladas e coligadas;



- (b) a estrutura operacional dos negócios, indicando o Diretor que deverá ser responsável pelo acompanhamento de cada uma das suas divisões;
 - (c) o orçamento e plano de metas de cada divisão de negócios;
 - (d) a política de investimentos e desinvestimentos de cada divisão de negócios;
 - (e) a remuneração dos gestores de cada divisão de negócios;
 - (f) a estrutura de capital necessária à execução do orçamento e plano de metas de cada divisão de negócios; e
 - (g) planejamento de pagamento de juros sobre o capital próprio.
- (xI) apresentar, anualmente, nos 3 (três) meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação do Conselho de Administração e dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício social, bem como proposta para destinação do lucro líquido, observadas as imposições legais e o que dispõe o Capítulo V deste Estatuto Social;
 - (xII) a eleição e destituição dos administradores das sociedades controladas e coligadas de acordo com as indicações feitas pelo Conselho de Administração;
 - (xIII) abrir e encerrar filiais, depósitos, escritórios ou representações em qualquer localidade do País e do exterior, quando as conveniências sociais o indicarem;
 - (xIIIi) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias e de investimento;
 - (xIV) transigir, renunciar, desistir, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações de recursos, adquirir, onerar e alienar ativos e conceder garantias, assinando os respectivos termos e contratos;
 - (xIV) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais; e
 - (xVI) cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia, pela lei e por este Estatuto Social.

Artigo 23: Em caso de vacância dos cargos de Diretor, será convocada reunião do Conselho de Administração para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído.

Artigo 24: Observado o disposto neste Estatuto Social, qualquer ato ou contrato que implique responsabilidade ou obrigação para a Companhia deverá ser obrigatoriamente assinado, em conjunto, por:

- (xVII) 2 (dois) Diretores;
- (xVIII) 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador com poderes específicos; ou
- (xIX) 2 (dois) procuradores com poderes específicos.

Parágrafo 1º: Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão sempre assinados por 2 (dois) Diretores, em conjunto.

Parágrafo 2º: Os instrumentos de mandato deverão ser sempre específicos para os atos a serem praticados pelo mandatário, e, com exceção daqueles outorgados para fins judiciais ou de defesa da Companhia em processos de natureza administrativa, terão prazo de validade limitado a 1 (um) ano.



Artigo 25: Não é permitido o uso da denominação social em documentos de favor e estranhos aos objetivos sociais, tais como cartas de fiança, avais ou endossos a terceiros, salvo em benefício das controladas da Companhia no curso normal de seus negócios.

SEÇÃO IV DO CONSELHO FISCAL

Artigo 26: A Companhia terá um Conselho Fiscal composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, o qual não funcionará em caráter permanente e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei.

Parágrafo 1º: Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no País, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, e exercerão seu mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição.

Parágrafo 2º: Os membros do Conselho Fiscal farão jus à remuneração que lhes for fixada em Assembleia Geral.

Parágrafo 3º: A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia assinatura do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo 4º: Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar.

Parágrafo 5º: Não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que mantiver vínculo com sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia ("**Concorrente**"), estando vedada, entre outros, a eleição da pessoa que: (i) for empregada, sócia, acionista ou membro de órgão da administração, técnico, consultivo ou fiscal de Concorrente ou de Controlador, Controlada ou sociedade sob Controle comum com Concorrente; (ii) for cônjuge ou parente até segundo grau de sócio, acionista ou membro de órgão da administração, técnico, consultivo ou fiscal de Concorrente ou de Controlador, Controlada ou sociedade sob Controle comum com Concorrente.

Artigo 27: O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. O Regimento Interno do Conselho Fiscal deverá ser elaborado, discutido e votado por seus membros na primeira reunião convocada após a sua instalação.

CAPÍTULO V EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS

Artigo 28: O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados de acordo com os prazos e demais condições previstos na legislação aplicável.

Parágrafo Único: As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas, na forma da legislação aplicável, por auditor independente, devidamente registrado na CVM.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6141778 em 22/12/2016 da Empresa INSTITUTO HERMES PARDINI S/A, Nire 31300098800 e protocolo 166838969 - 12/12/2016. Autenticação: 4C62517CC14E26F620ED607E5B5FAFCAAF498. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/683.896-9 e o código de segurança 3gmR Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/12/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

pág. 19/28

Artigo 29: Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. O lucro líquido deverá ser alocado na seguinte forma:

- (a) 5% (cinco por cento) serão destinados para a Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;
- (b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reserva para Contingências, nos termos do Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;
- (c) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas, observadas as demais disposições deste Estatuto Social e a legislação aplicável;
- (d) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;
- (e) no exercício social em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;
- (f) uma parcela, por proposta dos órgãos de administração, poderá ser destinada à constituição da Reserva de Expansão, observado o disposto no Artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 1º: A Reserva de Expansão tem as seguintes características:

- (i) sua finalidade é assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital, expansão das atividades sociais, realização de investimentos e aquisição de novos ativos;
- (ii) será destinada à Reserva de Expansão, em cada exercício, parcela do lucro líquido do exercício imediatamente anterior correspondente a recursos que, por recomendação do Conselho de Administração, sejam necessários para atender às finalidades do item (i), estejam ou não especificamente cobertos em orçamento de capital, estando tal alocação sujeita à expressa aprovação dos acionistas reunidos em Assembleia Geral; e
- (iii) o limite máximo da Reserva de Expansão é o valor do capital social subscrito da Companhia.

Artigo 30: A Companhia poderá:

- (i) levantar balanços semestrais e com base nestes declarar dividendos intermediários, à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros;
- (ii) levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos intercalares, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações; e



- (iii) creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor do dividendo obrigatório, passando a integrá-los para todos os efeitos legais.

Parágrafo Único: Revertem em favor da Companhia os dividendos e juros sobre capital próprio que não forem reclamados dentro do prazo de 3 (três) anos contados da data em que foram colocados à disposição dos acionistas.

CAPÍTULO VI ALIENAÇÃO DE CONTROLE, CANCELAMENTO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 31: Para fins deste Capítulo VI, os seguintes termos com iniciais maiúsculas terão os significados a eles atribuídos abaixo:

“**Adquirente**” significa qualquer pessoa (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), ou Grupo de Acionistas para quem o Acionista Controlador Alienante transfere as Ações de Controle em uma Alienação de Controle da Companhia;

“**Acionista Controlador**” significa o(s) acionista(s) ou Grupo de Acionistas que exerça(m) o Poder de Controle da Companhia;

“**Acionista Controlador Alienante**” significa o Acionista Controlador quando este promove a Alienação de Controle da Companhia;

“**Ações de Controle**” significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia;

“**Ações em Circulação**” significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria;

“**Alienação de Controle**” significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle;

“**Poder de Controle**” (bem como seus termos correlatos “Controlador”, “Controlada”, “Controle” ou “sob Controle comum”) significa o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do Controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas Assembleias Gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

“**Grupo de Acionistas**” significa o grupo de duas ou mais pessoas que sejam (a) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, inclusive acordo de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades Controladas, Controladoras ou sob Controle comum; ou (b) entre os quais haja relação de Controle, seja direta ou indiretamente; ou (c) que estejam sob Controle comum.



“Valor Econômico” significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.

Artigo 32: A Alienação de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente se obrigue a efetivar OPA aos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

Parágrafo Único: A oferta pública de que trata este artigo 32 também será exigida (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e/ou de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, ou que deem direito à sua subscrição, que venha a resultar na Alienação de Controle da Companhia; e (ii) em caso de alienação do Controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove o referido valor.

Artigo 33: Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública referida no artigo 32 deste Estatuto Social; (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos; e (iii) tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das Ações em Circulação da Companhia, dentro dos 6 (seis) meses subsequentes à aquisição do Controle.

Artigo 34: A Companhia não registrará:

- (i) qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento do Novo Mercado; e
- (ii) qualquer acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle enquanto os seus signatários não tiverem subscrito o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 35: Na OPA, a ser feita pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação de que tratam os parágrafos 1º e 2º deste artigo 35, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo 1º: O laudo de avaliação mencionado no *caput* deste artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e Acionista(s) Controlador(es), além de satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º



da Lei das Sociedades por Ações, e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º desse mesmo artigo.

Parágrafo 2º: A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela Assembleia que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Artigo 36: Caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ser admitidos à negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária na qual a sociedade resultante não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar OPA aos demais acionistas da Companhia por valor equivalente, no mínimo, ao respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 35 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 37: Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ser admitidos à negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária na qual a sociedade resultante não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de OPA nas mesmas condições previstas no artigo 36 acima.

Parágrafo 1º: A Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da OPA, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Parágrafo 2º: Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da OPA, no caso de operação de reorganização societária na qual a companhia resultante não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Artigo 38: A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado estará condicionada à efetivação de OPA por valor equivalente, no mínimo, ao Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o artigo 35 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo 1º: O Acionista Controlador deverá efetivar a OPA prevista no *caput* deste artigo 38.

Parágrafo 2º: Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* deste artigo 38 decorrer de deliberação da Assembleia Geral,



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6141778 em 22/12/2016 da Empresa INSTITUTO HERMES PARDINI S/A, Nire 31300098800 e protocolo 166838969 - 12/12/2016. Autenticação: 4C62517CC14E26F620ED607E5B5FAFCAAF498. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/683.896-9 e o código de segurança 3gmR Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/12/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 23/28

os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a OPA.

Parágrafo 3º: Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* deste artigo 38 ocorrer em razão de ato ou fato de administração, os administradores da Companhia deverão convocar a Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

Parágrafo 4º: Caso a Assembleia Geral mencionada no parágrafo 3º acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da OPA prevista no *caput*, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia Geral, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Artigo 39: As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas de aquisição previstas neste Estatuto Social.

CAPÍTULO VII DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Artigo 40: O falecimento, falência, insolvência, declaração de incapacidade ou retirada de qualquer dos acionistas não dissolverá a Companhia, que continuará com os demais acionistas.

Artigo 41: A Companhia se dissolverá nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, quando for o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o Conselho Fiscal e o liquidante que deverão atuar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração.

CAPÍTULO VIII RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Artigo 42: A Companhia e seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada à ou oriunda da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 43: A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede na forma do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, cabendo ao Presidente das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração abster-se de computar os votos contrários aos respectivos termos.



Artigo 44: O presente Estatuto Social rege-se pela Lei das Sociedades por Ações. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações, respeitado o Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 45: É garantido a qualquer acionista o acesso a contratos firmados pela Companhia com partes a ela relacionadas, incluindo acionistas e administradores, bem como acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia.

Artigo 46: As disposições contidas nos artigos 1º, parágrafos 1º, 2º e 3º, 7º, 13, itens (ix) a (xi), 14, parágrafo 1º, parte final e parágrafo 2º, 15, parágrafos 1º, 2º e 3º, 19, itens (xxii) e (xxiii) e parágrafos 1º e 2º, 20, *caput* (com relação ao Diretor de Relações com Investidores) e parágrafos 2º e 10º, 26, parágrafo 3º, capítulos VI e VIII deste Estatuto Social, assim como a natureza de companhia aberta, somente terão eficácia a partir da data de concessão do registro de companhia aberta da Companhia pela CVM.

* * * * *



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6141778 em 22/12/2016 da Empresa INSTITUTO HERMES PARDINI S/A, Nire 31300098800 e protocolo 166838969 - 12/12/2016. Autenticação: 4C62517CC14E26F620ED607E5B5FAFCAAF498. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/683.896-9 e o código de segurança 3gmR Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/12/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

pág. 25/28



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
16/683.896-9	J163758543947	08/12/2016

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
013.102.298-99	AMAURY GUILHERME BIER
124.365.807-07	ERIK JOHNSON LASSNER
465.312.976-20	REGINA PARDINI
525.560.696-00	VICTOR CAVALCANTI PARDINI
481.409.376-49	AUREA MARIA PARDINI

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6141778 em 22/12/2016 da Empresa INSTITUTO HERMES PARDINI S/A, Nire 31300098800 e protocolo 166838969 - 12/12/2016. Autenticação: 4C62517CC14E26F620ED607E5B5FAFCAAF498. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/683.896-9 e o código de segurança 3gmR Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/12/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

pág. 26/28



Secretaria de Governo da Presidência da República
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa INSTITUTO HERMES PARDINI S/A, de nire 3130009880-0 e protocolado sob o número 16/683.896-9 em 12/12/2016, encontra-se registrado na Jucemg sob o número 6141778, em 22/12/2016. O ato foi deferido digitalmente pela 3ª TURMA DE VOGAIS.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
844.222.896-91	ROBERTO SANTORO MEIRELLES

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
013.102.298-99	AMAURY GUILHERME BIER
124.365.807-07	ERIK JOHNSON LASSNER
465.312.976-20	REGINA PARDINI
525.560.696-00	VICTOR CAVALCANTI PARDINI
481.409.376-49	AUREA MARIA PARDINI

Belo Horizonte, Quinta-feira, 22 de Dezembro de 2016

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Marinely de Paula Bomfim: 873.638.956-00

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6141778 em 22/12/2016 da Empresa INSTITUTO HERMES PARDINI S/A, Nire 31300098800 e protocolo 166838969 - 12/12/2016. Autenticação: 4C62517CC14E26F620ED607E5B5FAFCAAF498. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/683.896-9 e o código de segurança 3gmR Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/12/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 27/28



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
055.259.936-00	GERALDO FELIX DE JESUS
606.048.836-68	MARCELO VALADARES COUTO
460.095.076-34	ALEXANDRE BOTELHO DE MENDONCA
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte. Quinta-feira, 22 de Dezembro de 2016



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6141778 em 22/12/2016 da Empresa INSTITUTO HERMES PARDINI S/A, Nire 31300098800 e protocolo 166838969 - 12/12/2016. Autenticação: 4C62517CC14E26F620ED607E5B5FAFCAAF498. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/683.896-9 e o código de segurança 3gmR Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/12/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 28/28

Minuta da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia que Aprova o Preço por Ação e a Homologação do Aumento de Capital

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INSTITUTO HERMES PARDINI S.A.

CNPJ/MF nº 42.771.949/0001-35

NIRE 31.300.096.246

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

REALIZADA EM [●] DE [●] DE 2017

Data, Horário e Local: No dia [●] de [●] de 2017, às [●] horas, na sede social do Instituto Hermes Pardini S.A., localizado na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Aimorés, nº 66, 3º andar, Bairro Funcionários, CEP 30140-070 (“Companhia”).

Convocação e Presença: Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 16, parágrafo 2º, do Estatuto Social da Companhia.

Mesa: [●] – Presidente; [●] – Secretário.

Ordem do Dia:

- (i) a fixação e justificativa do preço de emissão das ações ordinárias (“Ações”), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de Ações de emissão da Companhia (“Oferta”), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior;
- (ii) a aprovação do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, mediante a emissão de ações ordinárias, a serem emitidas com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, na subscrição das ações ordinárias, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), e nos termos do artigo 6º, parágrafo 2º do Estatuto Social da Companhia;
- (iii) a aprovação do prospecto definitivo e do final *offering memorandum* a serem utilizados na Oferta;
- (iv) a autorização para a Diretoria da Companhia celebrar todos os documentos relacionados à Oferta;
- (v) a homologação do aumento de capital social da Companhia;
- (vi) a aprovação, *ad referendum* da próxima Assembleia Geral da Companhia, da reforma do *caput* do artigo [5º] do Estatuto Social da Companhia; e
- (vii) a autorização para a Diretoria da Companhia tomar as providências e praticar todos os atos necessários à realização da Oferta e implementação das deliberações aqui consubstanciadas.

Deliberações: Colocadas em discussão as matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições:

- (i) Aprovar a fixação do preço de emissão de R\$ [●] por Ação objeto da Oferta (“Preço por Ação”). O Preço por Ação foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento (“Procedimento de Bookbuilding”) conduzido pelo Banco Itaú BBA S.A., [●] e [●] (em conjunto, “Coordenadores da Oferta”) junto a investidores institucionais, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, justificando-se a escolha do critério de determinação do Preço por Ação, de acordo com o inciso III, §1º do artigo 170 da Lei da Sociedade por Ações, tendo em vista que tal preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e que o valor de mercado das Ações a serem subscritas e/ou adquiridas foi aferido com a realização do Procedimento de Bookbuilding, o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentaram suas ordens de subscrição de Ações no contexto da Oferta.
- (ii) Aprovar, em decorrência da deliberação tomada no item (i) acima, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$ [●], o qual passará de R\$ [●] para R\$ [●], mediante a emissão de [●] ações ordinárias, cada uma no valor de R\$ [●], todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, que serão objeto da Oferta, passando o capital social da Companhia de [●] ações ordinárias para [●] ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do artigo 6º, parágrafo 2º do Estatuto Social da Companhia.
- (iii) Aprovar, ainda, que as novas ações emitidas, nos termos da deliberação tomada no item (ii) acima, terão os mesmos direitos conferidos às demais ações da Companhia, nos termos do Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável, fazendo jus ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da publicação do anúncio de início da Oferta.
- (iv) Aprovar o prospecto definitivo e o final *offering memorandum* a serem utilizados na Oferta.
- (v) Homologar, em razão da deliberação tomada no item (ii) acima, o aumento do capital da Companhia no montante de R\$ [●], mediante a emissão de [●] novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.
- (vi) Face à homologação do aumento de capital objeto da deliberação dos itens (ii) e (v) acima, aprovar, ad referendum da próxima Assembleia Geral da Companhia, a reforma do caput do artigo [5º] do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento de capital social da Companhia que passará a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 5º - O capital social subscrito é de R\$ [●] ([●]), dividido em [●] ([●]) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.”

- (vii) Autorizar a Diretoria da Companhia a celebrar todos os documentos relacionados à Oferta, incluindo, mas não se limitando a, (i) o Instrumento Particular de Contrato de

Coordenação, Distribuição e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão do Instituto Hermes Pardini S.A.; (ii) o Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviço de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão do Instituto Hermes Pardini S.A.; (iii) o *Placement Facilitation Agreement*; (iv) o Contrato de Prestação de Serviços da BM&FBOVESPA; e (v) o Contrato de Participação no Novo Mercado, que serão devidamente arquivados na sede social da Companhia, bem como a assumir todas as obrigações estabelecidas nos referidos documentos.

- (viii) Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar as medidas necessárias à realização da Oferta e ao cumprimento das deliberações tomadas nesta reunião do Conselho de Administração.

Encerramento, Lavratura e Leitura da Ata: Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada.

Belo Horizonte, [●] de [●] de 2017.

(assinaturas na próxima página)

(página de assinaturas da Reunião do Conselho de Administração do Instituto Hermes Pardini
S.A. realizada em [] de [] de 2017)

Mesa:

[]

[]

[]

[]

[]

Declaração da Companhia nos Termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

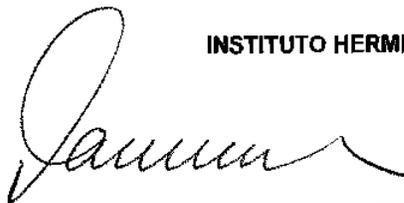
INSTITUTO HERMES PARDINI S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, na Rua Aimorés, nº 66, 3º andar, Bairro Funcionários, CEP 30140-070, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 19.378.769/0001-76, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("**Companhia**"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de sua emissão ("**Ações**") e de titularidade do acionista vendedor mencionado no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Instituto Hermes Pardini S.A. (conforme abaixo definido) ("**Acionista Vendedor**" e "**Prospecto Preliminar**", respectivamente), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, a ser realizada em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") no. 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, coordenada pelo Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), com a participação de determinadas instituições financeiras a serem contratadas pelo Coordenador Líder, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações Ordinárias (i) nos Estados Unidos da América, para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na *Rule 144A*, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* ("**SEC**"), em operações isentas de registro nos Estados Unidos da América em conformidade com o disposto no *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado ("**Securities Act**") e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, e (ii) nos demais países que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para pessoas não residentes, domiciliadas, ou com sede nos Estados Unidos da América (*non U.S. Persons*), de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base na *Regulation S* no âmbito do *Securities Act*, editada pela *SEC* ("**Oferta**").

A Companhia declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas no âmbito da Oferta;
- (ii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade;
- (iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será preparado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários; e
- (iv) as informações prestadas no Prospecto Preliminar são e no Prospecto Definitivo serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes.

Belo Horizonte, 18 de janeiro de 2017.

INSTITUTO HERMES PARDINI S.A.



Nome: Camilo de Lelis Maciel Silva
Cargo: Diretor de Relações com Investidores



Nome: Roberto Sartoro Meirelles
Cargo: Diretor Presidente

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Declaração do Acionista Vendedor nos Termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

GIF IV Fundo de Investimento em Participações, fundo de investimento em participações, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.099.546/0001-93, com escritório na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no Núcleo Cidade de Deus, 4º andar, Bairro Vila Yara, CEP 06029-900, ("**Ofertante**"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do **INSTITUTO HERMES PARDINI S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, na Rua Aimorés, nº 66, 3º andar, Bairro Funcionários, CEP 30140-070, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 19.378.769/0001-76 ("**Companhia**"), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, com direito de voto, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações Ordinárias**"), que compreende a distribuição pública primária e secundária de Ações Ordinárias no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, a ser realizada em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") no. 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, coordenada pelo Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), com a participação de determinadas instituições financeiras a serem contratadas pelo Coordenador Líder, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações Ordinárias (i) nos Estados Unidos da América, para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na *Rule 144A*, editada pela U.S. Securities and Exchange Commission ("**SEC**"), em operações isentas de registro nos Estados Unidos da América em conformidade com o disposto no *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado ("**Securities Act**") e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*; e (ii) nos demais países que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para pessoas não residentes, domiciliadas, ou com sede nos Estados Unidos da América (*non U.S. Persons*), de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base na *Regulation S* no âmbito do *Securities Act*, editada pela SEC ("**Oferta**").

Considerando que:

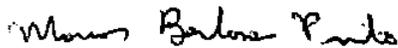
- (A) assessores legais foram constituídos pela Companhia, pelo Ofertante e pelo Coordenador Líder para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para tanto, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, iniciada em 15 de novembro de 2016 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Instituto Hermes Pardini S.A. ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) foram disponibilizados pela Companhia os documentos que estes consideraram materialmente relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Instituto Hermes Pardini S.A. ("**Prospecto Preliminar**") e do Prospecto Definitivo;
- (D) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados à Companhia documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e
- (E) conforme informado pela Companhia, foram disponibilizados pela Companhia todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta;

O Ofertante **DECLARA**, nos termos do parágrafo 1º do art. 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas no âmbito da Oferta;
- (ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia e pelo Ofertante no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários; e
- (iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

Osasco, 18 de janeiro de 2017

GIF IV Fundo de Investimento em Participações



Nome: Marcos Barbosa Pinto
Cargo: Diretor



Nome: Helio França Filho
Cargo: Diretor

Declaração do Coordenador Líder nos Termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira com endereço na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares, CEP 04538-132, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 17.298.092/0001-30, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Coordenador Líder**"), vem, na qualidade de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão do **INSTITUTO HERMES PARDINI S.A. ("Companhia")**, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo: (i) a distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) a distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do acionista vendedor identificado no Prospecto Preliminar (conforme definido abaixo) ("**Acionista Vendedor**") ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em 11 de novembro de 2016 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Instituto Hermes Pardini S.A. ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Instituto Hermes Pardini S.A. ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, os documentos que a Companhia e o Acionista Vendedor consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e ao Acionista Vendedor, os quais a Companhia e o Acionista Vendedor confirmam ter disponibilizado;
- (F) a Companhia e o Acionista Vendedor confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e



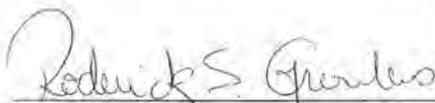
- (G) a Companhia e o Acionista Vendedor, em conjunto com o Coordenador Líder, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários; e
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterà, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 17 de janeiro de 2017.

BANCO ITAÚ BBA S.A.



Nome:

Cargo: Roderick Greenfees
Diretor Executivo
Investment Banking Department



Nome:

Cargo: Pedro Garcia de Souza
Senior Vice President
Investment Banking Department



Informações Financeiras Trimestrais – ITR da Companhia Referentes ao Período de Nove Meses Findo em 30 de Setembro de 2016 e de 2015

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Instituto Hermes Pardini
S.A e Controladas
Informações contábeis trimestrais
em 30 de setembro de 2016
e relatório dos auditores independentes



Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Instituto Hermes Pardini S.A. e Controladas

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do Instituto Hermes Pardini S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Reapresentação das as informações contábeis intermediárias

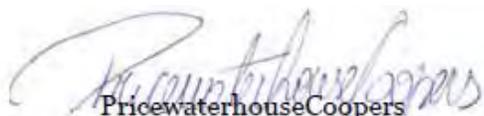
Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.1 (b) às informações contábeis intermediárias, que descreve a atualização e reemissão das informações contábeis intermediárias devido às circunstâncias descritas na referida nota explicativa. Emitimos nosso relatório de revisão anterior com data de 19 de janeiro de 2017 sobre as informações contábeis intermediárias emitidas anteriormente. Devido à atualização descrita na nota explicativa 2.1 (b), fornecemos este novo relatório de revisão sobre as informações contábeis intermediárias reemitidas.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 30 de janeiro de 2017


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" MG


Guilherme Campos e Silva
Contador CRC 1SP218254/O-1 "S" MG

Instituto Hermes Pardini S.A.

Balanco patrimonial Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Ativos					
Ativos circulantes					
Caixa e equivalentes de caixa	3	174.483	181.356	182.849	188.701
Contas a receber de clientes	4	166.092	103.117	197.321	125.137
Estoques	5	17.451	17.128	19.482	18.449
Impostos a recuperar	6	1.606	4.939	9.425	11.245
Dividendos a receber	25	5.421	5.452		
Outros ativos circulantes	7	16.704	12.450	24.975	18.087
Total dos ativos circulantes		381.757	324.442	434.052	361.619
Ativos não circulantes					
Realizável a longo prazo:					
Depósitos judiciais	16	1.521	4.068	3.971	6.032
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	39.069	41.416	41.244	43.404
Contas a receber de partes relacionadas	25	35.832	31.390		163
Outros ativos não circulantes	7	19.931	38.031	19.931	38.038
Total do realizável a longo prazo		96.353	114.905	65.146	87.637
Investimentos					
Imobilizado	8	143.567	146.603	368	360
Intangível	9	147.529	156.014	196.112	208.246
	10	26.187	20.663	144.198	146.061
Total dos ativos não circulantes		413.636	438.185	405.824	442.304
Total dos ativos		795.393	762.627	839.876	803.923
Passivos e patrimônio líquido					
Passivos circulantes					
Fornecedores	11	71.806	70.715	81.183	75.607
Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	12	48.662	41.108	56.950	47.263
Empréstimos e financiamentos	13	28.146	32.214	30.109	33.964
Parcelamentos tributários	14	4.985	6.560	7.236	9.499
Dividendos mínimos obrigatórios	17	2.103	16.628	170	17.030
Obrigações por compra de investimento	19	1.604	373	2.103	3.495
Outros passivos circulantes		157.306	167.598	182.296	186.858
Total dos passivos circulantes		291.100	341.562	332.224	380.209
Passivos não circulantes					
Empréstimos e financiamentos	13	59.167	101.881	63.034	107.607
Parcelamentos tributários	14	30.093	33.607	38.715	42.795
Provisão para riscos	15	8.577	9.514	9.645	10.965
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	20.730	17.872	2.577	3.062
Obrigações por compra de investimentos	17	15.227	11.090	20.730	17.872
Outros passivos não circulantes	18	133.794	173.964	149.928	193.351
Total dos passivos não circulantes		291.100	341.562	332.224	380.209
Patrimônio líquido					
Capital social	19	148.802	148.802	148.802	148.802
Reservas de capital		51.090	51.090	51.090	51.090
Ajustes de avaliação patrimonial		4.334	5.084	4.334	5.084
Reservas de lucros		216.089	216.089	216.089	216.089
Lucros acumulados		83.978		83.978	
Patrimônio líquido dos acionistas da controladora		504.293	421.065	504.293	421.065
Participação dos não controladores				3.359	2.649
Total do patrimônio líquido		504.293	421.065	507.652	423.714
Total dos passivos e patrimônio líquido		795.393	762.627	839.876	803.923

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Demonstração do resultado

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora			
		Período de três meses findos em 30 de setembro		Período de nove meses findos em 30 de setembro	
		2016	2015	2016	2015
Receita líquida de prestação de serviços	20	195.964	168.998	560.827	474.462
Custo dos serviços prestados	21	(127.322)	(107.804)	(368.115)	(302.315)
Lucro bruto		<u>68.642</u>	<u>61.194</u>	<u>192.712</u>	<u>172.147</u>
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	21	(15.800)	(13.869)	(40.363)	(35.269)
Gerais, administrativas e outras	21	(15.138)	(12.248)	(37.418)	(35.240)
Equivalência patrimonial	8	358	3.547	6.295	7.524
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	177	(2.172)	(3.951)	(2.204)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>38.239</u>	<u>36.452</u>	<u>117.275</u>	<u>106.958</u>
Resultado financeiro	23				
Receitas financeiras		9.050	2.780	25.563	16.675
Despesas financeiras		278	(5.275)	(23.263)	(14.339)
Variação cambial, líquida		(57)	(4.083)	2.283	(6.379)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>47.510</u>	<u>29.874</u>	<u>121.858</u>	<u>102.915</u>
Imposto de renda e contribuição social	16				
Corrente		(12.030)	(11.031)	(36.233)	(32.004)
Diferido		(3.528)	2.146	(2.397)	(183)
		<u>(15.558)</u>	<u>(8.885)</u>	<u>(38.630)</u>	<u>(32.187)</u>
Lucro líquido do período		<u>31.952</u>	<u>20.989</u>	<u>83.228</u>	<u>70.728</u>
Lucro básico e diluído por ação – R\$		<u>8,79</u>	<u>5,78</u>	<u>22,90</u>	<u>19,46</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Demonstração do resultado

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro

Em milhares de reais

		Consolidado			
		Período de três meses findos em 30 de setembro		Período de nove meses findos em 30 de setembro	
Nota		2016	2015	2016	2015
	Receita líquida de prestação de serviços	234.800	206.394	675.102	579.239
	Custo dos serviços prestados	(154.961)	(134.564)	(449.019)	(379.795)
	Lucro bruto	79.839	71.830	226.083	199.444
	Receitas (despesas) operacionais				
	Com vendas	(21.192)	(15.558)	(50.368)	(40.943)
	Gerais, administrativas e outras	(18.133)	(14.789)	(45.189)	(43.832)
	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(872)	(2.213)	(4.817)	(484)
	Resultado antes das receitas e despesas financeiras	39.642	39.270	125.709	114.185
	Resultado financeiro				
	Receitas financeiras	8.533	1.661	23.146	13.612
	Despesas financeiras	(576)	(6.112)	(26.327)	(16.628)
	Variação cambial, líquida	(62)	(4.157)	2.273	(6.520)
	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	47.537	30.662	124.801	104.649
	Imposto de renda e contribuição social				
	Corrente	(12.541)	(12.034)	(39.089)	(34.661)
	Diferido	(2.661)	2.463	(1.774)	954
		(15.202)	(9.571)	(40.863)	(33.707)
	Lucro líquido do período	32.335	21.091	83.938	70.942
	Lucro atribuível a:				
	Acionistas da sociedade	31.952	20.989	83.228	70.728
	Participações não controladoras	383	102	710	214

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro
Em milhares de reais

	Controladora				Consolidado			
	Período de três meses findos em 30 de setembro		Período de nove meses findos em 30 de setembro		Período de três meses findos em 30 de setembro		Período de nove meses findos em 30 de setembro	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Lucro líquido do período	31.952	20.989	83.228	70.728	32.335	21.091	83.938	70.942
Outros resultados abrangentes								
Resultado abrangente total do período	31.952	20.989	83.228	70.728	32.335	21.091	83.938	70.942
Resultado abrangente total atribuível a:								
Acionistas da controladora	31.952	20.989	83.228	70.728	31.952	20.989	83.228	70.728
Participações não controladoras					383	102	710	214
Resultado abrangente total do período					32.335	21.091	83.938	70.942

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas da controladora	Participações não controladoras	Patrimônio líquido consolidado
				Legal	Retenção de Lucros	Total					
Saldos em 31 de dezembro de 2014		148.802	51.090	9.222	136.622	145.844	6.143	70.728	351.879	3.921	355.800
Lucro líquido do período											
Transações com não controladores	19, d						(772)			214	70.942
Realização do custo atribuído por depreciação										(1.405)	(1.405)
Saldos em 30 de setembro de 2015		148.802	51.090	9.222	136.622	145.844	5.371	71.500	422.607	2.730	425.337
Saldos em 31 de dezembro de 2015		148.802	51.090	13.607	202.482	216.089	5.084	83.228	421.065	2.649	423.714
Lucro líquido do período										710	83.938
Realização do custo atribuído por depreciação	19, d						(750)	750			
Saldos em 30 de setembro de 2016		148.802	51.090	13.607	202.482	216.089	4.334	83.978	504.293	3.359	507.652

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Período de nove meses findos em 30 de setembro

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido do período	83.228	70.728	83.938	70.942
Ajustes para conciliar o resultado do caixa e equivalente de caixa gerados pelas atividades operacionais:				
Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado do período	38.630	32.187	40.863	33.707
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa e glosas	2.140	3.636	6.503	4.513
Depreciações e amortizações	20.624	20.796	26.207	25.977
Valor residual de ativos imobilizado e intangível baixados	4.533	550	5.868	780
Equivalência patrimonial	(6.296)	(7.524)		
Variação cambial, líquida		(89)		
Despesas de juros de empréstimos, financiamentos, parcelamentos e mútuos	4.109	10.145	9.776	11.569
Constituição de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	1.019	4.494	659	3.985
Atualização de passivos por compra de investimentos	4.961	(154)	4.961	(154)
	152.948	134.769	178.775	151.319
Variação nos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber de clientes	(66.552)	(75.236)	(83.297)	(76.020)
Estoques	(323)	2.158	(1.033)	2.391
Impostos a recuperar	3.415	23	1.820	(1.583)
Outros ativos (circulante e não circulante)	218	(9.542)	(2.468)	(9.234)
Depósitos judiciais	2.547	(2.020)	2.061	(2.036)
Fornecedores	753	8.289	5.576	8.810
Obrigações fiscais, sociais, salários e parcelamentos	(7.119)	(956)	(6.154)	293
Outros passivos (circulante e não circulante)	4.670	6.287	5.187	3.588
	90.557	63.772	100.467	77.528
Caixa gerado pelas atividades operacionais				
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:				
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos, parcelamentos e mútuos	(14.901)	(11.471)	(16.043)	(12.390)
Pagamento de riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(2.016)	(1.576)	(2.082)	(1.604)
Imposto de renda e contribuição social pagos durante o período	(21.868)	(9.316)	(23.244)	(10.266)
	51.772	41.409	59.098	53.268
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais				
Fluxo de caixa das atividades de investimento:				
Aquisição de investimento		(100)		
Aquisição de imobilizado e intangível	(15.132)	(38.055)	(18.272)	(43.542)
Dividendos a receber de controladas		352		
Dividendos recebidos		469		
Créditos com empresas ligadas	(546)	3.181	163	148
	(15.678)	(34.153)	(18.109)	(43.394)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento				
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:				
Empréstimos e financiamentos:				
- Captações		2.592	233	2.592
- Amortizações	(22.953)	(11.300)	(24.059)	(12.732)
Pagamento das obrigações de parcelamentos	(4.511)	(6.112)	(6.155)	(7.724)
Transações com não controladores				(1.405)
Dividendos pagos	(16.628)	(16.308)	(16.860)	(16.710)
	(44.092)	(31.128)	(46.841)	(35.979)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos				
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(7.998)	(23.872)	(5.852)	(26.105)
Variação no caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	181.356	161.471	188.701	170.668
Efeito líquido por incorporação	1.125			
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	174.483	137.599	182.849	144.563
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(7.998)	(23.872)	(5.852)	(26.105)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Hermes Pardini

Demonstração do valor adicionado

Período de nove meses findos em 30 de setembro

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas	594.399	500.953	713.062	612.825
Vendas brutas de produtos e serviços	596.205	504.453	719.183	616.945
Outras receitas	334	136	382	393
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.140)	(3.636)	(6.503)	(4.513)
Insumos adquiridos de terceiros	(294.096)	(223.399)	(339.377)	(263.323)
Custo dos serviços prestados	(210.969)	(160.015)	(225.088)	(172.163)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(77.713)	(62.570)	(108.787)	(90.359)
Perda/recuperação de valores ativos	(5.414)	(814)	(5.502)	(801)
Valor adicionado bruto	300.303	277.554	373.685	349.502
Depreciação, amortização, exaustão e <i>impairment</i>	(20.624)	(20.796)	(26.207)	(25.977)
Valor adicionado líquido gerado	279.679	256.758	347.478	323.525
Valor adicionado recebido em transferência	39.208	27.308	30.599	16.975
Participação nos lucros de controladas	6.296	7.524	1	
Receitas financeiras	28.549	18.340	26.150	15.394
Outras	4.363	1.444	4.448	1.581
Valor adicionado total a distribuir	318.887	284.066	378.077	340.500
Pessoal e encargos	100.889	94.395	131.285	124.826
Remuneração direta	68.050	63.913	90.428	86.496
Benefícios	26.362	23.982	32.309	29.884
F.G.T.S	6.477	6.500	8.548	8.446
Impostos, taxas e contribuições	95.129	83.159	112.738	99.072
Federais	80.711	70.983	93.952	83.305
Estaduais	27	2	27	4
Municipais	14.391	12.174	18.759	15.763
Remuneração de capitais de terceiros	39.641	35.784	50.116	45.660
Juros	24.531	22.383	27.623	24.930
Alugueis	15.100	13.081	22.228	20.429
Outras	10	320	265	301
Lucros retidos	83.228	70.728	83.228	70.728
Participação dos não-controladores nos lucros retidos			710	214
Distribuição do valor adicionado	318.887	284.066	378.077	340.500

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

O Instituto Hermes Pardini S.A. (“Hermes Pardini”, “Sociedade” ou “Controladora”), em conjunto com suas controladas (“Grupo Hermes Pardini” ou “Grupo”), tem por objetivo a prestação de serviços médicos e odontológicos, laboratoriais de pesquisas, análises clínicas e auxiliares de complementação diagnóstica e terapêutica, podendo participar em outras empresas como sócio, acionista ou cotista.

A Controladora é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Fundada em 2 de fevereiro de 1977, a Sociedade possui 65 unidades próprias localizadas nas cidades de Belo Horizonte, Betim, Contagem, Pedro Leopoldo, Nova Lima, Santa Luzia, Sabará, Sete Lagoas e Vespasiano, todas localizadas no Estado de Minas Gerais. O Grupo Hermes Pardini também atua na atividade de apoio laboratorial e possui cerca de 5.300 laboratórios parceiros em 1.783 cidades localizadas no Brasil.

Em 2015, 2014, 2013 e 2012, a Sociedade celebrou contratos de compra e venda de ações / cotas, tendo por objeto a aquisição do capital social de empresas de seu ramo de atuação, conforme percentuais descritos no quadro abaixo:

<u>Nome da controlada</u>	<u>Principal atividade</u>	<u>Local de Constituição e operação</u>	<u>% de participação</u>	<u>Data do investimento</u>
2015				
Laboratório Padrão S.A.	Serviços de patologia clínica e anatômica	Brasil	15%	08/12/2015
2014				
Anatomical Lab Anatomia Patológica e Citopatologia Ltda. (alterado para Diagnóstika Rio – Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda.)	Serviços de anatomia patológica, citopatologia e imunopatologia	Brasil	71,4%	10/01/2014
2013				
Laboratório Padrão S.A.	Serviços de patologia clínica e anatômica	Brasil	80%	04/07/2013
Diagpar Holding S.A.	Participações em empresas de serviços de patologia cirúrgica e citologia	Brasil	71,40%	23/07/2013
2012				
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	Exames diagnósticos por imagem na área médica	Brasil	70%	05/10/2012
Biocod Biotecnologia Ltda.	Serviços de identificação genética	Brasil	100%	21/12/2012
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	Laboratórios clínicos	Brasil	61%	07/12/2012

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2014, 2013 e 2012, a Sociedade constituiu as seguintes empresas:

<u>Nome da controlada</u>	<u>Principal atividade</u>	<u>Local de Constituição e operação</u>	<u>% de participação</u>	<u>Data do Investimento</u>
2014				
IHP Comércio de Produtos para Saúde S.A.	Comercio Varejista de produtos farmacêuticos	Brasil	100%	17/02/2014
2013				
HP Import.. Com. Loc. Prod. Máq. Equip. Diagn. Ltda.	Importação de máquinas e equipamentos	Brasil	100%	16/01/2013
Centro Diferenciado de Diagnóstico por Imagem S.A. - CDDI	Serviços de diagnóstico por imagem	Brasil	100%	06/05/2013
2012				
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda.	Análises clínicas	Brasil	70%	16/12/2012

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de janeiro de 2016, foi aprovada a incorporação das empresas Biocod Biotecnologia Ltda e Centro Diferenciado de Diagnóstico por Imagem S.A. - CDDI, subsidiárias integrais da Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação com versão da totalidade dos ativos, dos passivos e do patrimônio para a Companhia. Tal incorporação se justifica pelo fato de atender às diretrizes estratégicas da Companhia de simplificação e racionalização administrativa e financeira. O resumo dos saldos incorporados é como segue:

	<u>Biocod Biotecnologia Ltda</u>	<u>Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A. – CDDI</u>	<u>Total Incorporado</u>
	<u>01/01/2016</u>	<u>01/01/2016</u>	<u>01/01/2016</u>
Ativos			
Aivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.042	83	1.125
Contas a receber de clientes	2.595	578	3.173
Outros ativos circulantes	111	18	129
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo:			
Outros ativos não circulantes	50	4	54
Imobilizado	416	230	646
Intangível	118	4	122
Total dos ativos	4.332	917	5.249
Passivo e Patrimônio Líquido			
Passivo circulante			
Fornecedores	114	224	338
Empréstimos e financiamentos	151		151
Dividendos mínimos obrigatórios		31	31
Obrigações fiscais, sociais e salários	219	90	309
Outros passivos circulantes	692	6	698
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	454		454
Provisão para riscos	60		60
Obrigações com partes relacionadas		367	367
Patrimônio líquido			
Capital social	758	100	858
Reserva de lucros	1.884	99	1.983
Total dos passivos e Patrimônio Líquido	4.332	917	5.249

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Base de elaboração, apresentação das demonstrações contábeis, e resumo das principais práticas contábeis

(a) Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) (Demonstração Intermediária) e de acordo com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

As práticas e políticas contábeis (que incluem os princípios de mensuração, reconhecimento e avaliação dos ativos e passivos) além dos principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas adotadas na elaboração destas informações trimestrais estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas na Nota 2 das demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas conforme as práticas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) e divulgadas em 30 de janeiro de 2017, e portanto, devem ser analisadas em conjunto.

As informações condensadas trimestrais estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia e moeda de apresentação.

As informações trimestrais da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 30 de janeiro de 2017.

(b) Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas. O controle é obtido quando a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma investida para auferir benefícios de suas atividades e está exposta ou tem direitos a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento com as investidas. Nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade, as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As controladas da Companhia, assim como sua participação (direta e indireta), estão demonstradas a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Controladas diretas		
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	70%	70%
Biocod Biotecnologia Ltda.		100%
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	61%	61%
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda. - CEMEDI	70%	70%
Centro Diferenciado de Diagnóstico por Imagem S.A. - CDDI		100%
Diagpar Holding S.A.	71,4%	71,4%
HP Importação, Comércio e Locação de Produtos, Máquinas e Equipamentos Diagnósticos S.A.	100%	100%
Laboratório Padrão S.A.	95%	95%
IHP Comércio de Produtos para Saúde S.A.	100%	
Controladas indiretas		
Neocode – Patologia Cirúrgica e Biologia Molecular Ltda	71,4%	71,4%
Diagnóstika - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda.	70,7%	70,7%
Diagnóstika Rio - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda.	71,4%	71,4%

As controladas indiretas são sociedades controladas pela Diagpar Holding S.A..

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detem controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retermos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 8.

Os resultados das controladas adquiridas no decorrer do exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição. O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Sociedade e às participações não controladoras, mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações.

Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora no patrimônio líquido (ou passivo a descoberto, quando aplicável) das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

A parcela relativa aos não controladores no patrimônio líquido das controladas é apresentada destacadamente no patrimônio líquido consolidado.

2.1 Reemissão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

(a) Reemissão das informações contábeis intermediárias em 19 de janeiro de 2017

Essas novas informações contábeis intermediárias da controladora e do consolidado para o período findo em 30 de setembro de 2016, reapresentadas em 19 de janeiro de 2017, apresentam correções em relação àquelas divulgadas em 12 de dezembro de 2016, principalmente em virtude da complementação de determinadas notas explicativas, conforme abaixo mencionado:

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Intangível

Em relação à nota explicativa 10 “Intangível”, houve complementação das divulgações para alinhamento ao item 134 (d) do CPC 01 (R1), com a inclusão da metodologia de cálculo utilizada, das premissas de crescimento de receita específicas por empresas, do crescimento nominal dos custos e despesas, da taxa de desconto utilizada e do percentual de crescimento nominal médio ao ano para todas as unidades geradoras de caixa.

(ii) Patrimônio líquido

A nota explicativa 19 “Patrimônio Líquido”, foi complementada à luz do artigo 168, § 1º da Lei nº 6.404/76, com a divulgação do capital social autorizado aprovado no estatuto social datado de 9 de dezembro de 2016.

(iii) Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A nota explicativa 26 “Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos”, foi complementada para conter todas as divulgações requeridas no item 20 do CPC 40 (R1), bem como readequações para sua melhor apresentação.

(iv) Remuneração de administradores

A nota explicativa 28 “Remuneração de administradores”, foi complementada em virtude da inclusão dos encargos sociais e benefícios incorridos no período.

(b) Reemissão das presentes informações contábeis intermediárias em 30 de janeiro de 2017

Em 30 de janeiro de 2017, a administração da Companhia decidiu por reapresentar as novas informações contábeis intermediárias para o período de 30 de setembro de 2016, antes reapresentadas em 19 de janeiro de 2017, para incluir na nota explicativa 32, de eventos subsequentes, a decisão dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária em 30 de janeiro de 2017, de reduzir o montante da distribuição dos dividendos do valor de R\$ 214.286 para o valor total de R\$ 67.400 (nota 32).

3 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem os montantes em caixa, contas de depósito bancário e aplicações financeiras e estão assim apresentados:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e bancos	4.197	17.310	5.916	21.683
Aplicações financeiras	<u>170.286</u>	<u>164.046</u>	<u>176.933</u>	<u>167.018</u>
Total	<u>174.483</u>	<u>181.356</u>	<u>182.849</u>	<u>188.701</u>

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário ou Compromissadas, com liquidez imediata, sujeitas a risco insignificante de mudança de valor

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

justo, sendo consideradas, portanto, equivalentes de caixa. A Sociedade possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade. Na data de apresentação das demonstrações financeiras não existiam diferenças entre o valor contábil de caixa e equivalentes de caixa e o valor justo.

Estes instrumentos tiveram com remuneração média de 99,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 30 de setembro de 2016.

4 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Duplicatas a receber	126.111	75.192	141.403	82.879
Serviços executados a faturar (a)	42.146	35.184	63.085	54.132
	168.257	110.376	204.488	137.011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.123)	(5.888)	(5.436)	(7.221)
Provisão para perda de serviços executados a faturar	(1.042)	(1.371)	(1.731)	(1.972)
Provisão para perda de glosas				(2.681)
	166.092	103.117	197.321	125.137

(a) Os serviços executados a faturar referem-se a serviços prestados cujos respectivos documentos fiscais ainda não haviam sido emitidos quando dos encerramentos dos balanços.

O saldo das contas a receber por idade de vencimento em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 está distribuído conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Valores a vencer	148.294	91.461	175.909	112.669
De 1 a 60 dias	15.254	9.173	17.988	11.770
De 61 a 120 dias	2.544	2.483	3.424	3.379
Acima de 120 dias	1.123	5.888	5.436	7.221
Outros valores a vencer	1.042	1.371	1.731	1.972
	168.257	110.376	204.488	137.011

Os outros valores a vencer referem-se as contas a receber não faturadas que a Administração entende não serem recuperáveis na data das demonstrações financeiras, tendo constituído provisão para perdas para todo montante em aberto.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída para os títulos vencidos acima de 120 dias e sua movimentação é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Saldo inicial	5.888	5.278	7.221	6.514
Constituições	2.348	7.998	7.434	9.832
Reversões	(208)	(2.156)	(931)	(3.645)
Baixas	(6.905)	(5.232)	(8.288)	(5.480)
Saldo final	1.123	5.888	5.436	7.221

5 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Material de escritório	577	599	665	702
Material direto (a)	13.151	12.764	14.567	13.719
Material auxiliar	2.476	2.344	2.845	2.534
Material de manutenção	867	962	878	962
Outros	380	459	527	532
	17.451	17.128	19.482	18.449

(a) Consiste, principalmente, de kits reagentes utilizados como insumos na realização em exames de análises clínicas.

6 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social antecipados (a)	443	430	6.642	2.925
IR e CS retidos sobre prestação de serviços (b)	318	1.065	1.190	3.976
PIS e COFINS retidos sobre prestação de serviços (b)	61	2.790	138	3.278
ISS retidos sobre prestação de serviços (b)	49	49	370	369
Imposto de renda retido sobre rendimentos de aplicações financeiras	5	14	42	45
Outros	730	591	1.043	652
	1.606	4.939	9.425	11.245

(a) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social recolhidos por estimativa, sobre serviços prestados no exercício corrente e em períodos anteriores.

(b) Refere-se aos impostos retidos, quando do recebimento pelos serviços prestados, que serão compensados com impostos futuros devidos.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Outros ativos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Adiantamento a fornecedor	2.860	1.483	4.103	1.557
Despesa antecipada	2.328	3.751	2.475	3.978
Adiantamento a funcionários	4.830	4.515	4.931	4.821
Aplicação financeira vinculada (Nota 19)	7.423	7.870	7.423	7.870
Exposição a riscos cambiais (a)	12.049	29.839	12.049	29.839
Outros ativos	<u>7.145</u>	<u>3.023</u>	<u>13.925</u>	<u>8.060</u>
	<u>36.635</u>	<u>50.481</u>	<u>44.906</u>	<u>56.125</u>
Ativo circulante	16.704	12.450	24.975	18.087
Ativo não circulante	19.931	38.031	19.931	38.038

(a) Resultado do derivativo contratado para proteção contra a oscilação da taxa de câmbio no contrato de empréstimo e financiamento em moeda estrangeira, descrito nas notas explicativas 13 e 26 (c).

8 Investimentos

Os saldos e informações sobre os investimentos em controladas são os seguintes:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda.	2.693	2.380
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	6.004	5.096
Laboratório Padrão S.A.	70.826	70.913
HP Import. Com. Loc. Prod. Máq. Equip. Diagn. Ltda.	1.008	974
Diagpar Holding S.A.	48.648	42.987
Biocod Biotecnologia Ltda.		9.132
Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A. - CDDI		199
IHP Comércio de Produtos para Saúde S.A	58	89
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	<u>14.330</u>	<u>14.833</u>
	<u>143.567</u>	<u>146.603</u>

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentada nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

Controladas	2016				
	Saldos em 2015	Incorporação	Equivalência patrimonial	Realização de valor justo	Saldos em 2016
Ativo					
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda.	2.380		313		2.693
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagn. Ltda.	5.096		972	(64)	6.004
Laboratório Padrão S.A.	70.913		407	(494)	70.826
HP Import. Com. Loc. Prod. Máq. Equip. Diagn. Ltda.	974		34		1.008
Diagpar Holding S.A.	42.987		5.770	(109)	48.648
Biocod Biotecnologia Ltda.	9.132	(9.132)			
Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A.	199	(199)			
IHP Comercio de Produtos para Saude S.A.	89		(31)		58
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	14.833		(462)	(41)	14.330
	<u>146.603</u>	<u>(9.331)</u>	<u>7.003</u>	<u>(708)</u>	<u>143.567</u>

Controladas	2015						
	Saldos em 2014	Reclassificação	Aporte de capital	Realização de mais valia	Dividendos recebidos/a receber	Equivalência patrimonial	Saldos em 2015
Ativo							
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda.	2.200					180	2.380
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagn. Ltda.	5.211			(95)	(416)	396	5.096
Laboratório Padrão S.A.	67.240	(30)		(910)	(1.067)	5.680	70.913
HP Import. Com. Loc. Prod. Máq. Equip. Diagn. Ltda.	938					36	974
Diagpar Holding S.A.	40.788			(208)	(1.053)	3.460	42.987
Biocod Biotecnologia Ltda.	8.414			(73)		791	9.132
Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A.	87	(94)			(31)	237	199
IHP Comercio de Produtos para Saude S.A.			100			(11)	89
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	15.785			(437)		(515)	14.833
	<u>140.663</u>	<u>(124)</u>	<u>100</u>	<u>(1.723)</u>	<u>(2.567)</u>	<u>10.254</u>	<u>146.603</u>

Os principais saldos constantes nas demonstrações financeiras das controladas em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são os seguintes:

Controladas	30/09/2016					
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado líquido
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda.	2.151	2.283	582	6	3.846	446
Laboratório Pro-Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	5.544	1.267	2.065	162	4.584	1.594
Laboratório Padrão S.A.	14.373	15.565	14.148	1.553	14.237	407
HP Import., Com. Loc. Prod. Máq. Equip. Diagn. Ltda.	948	66	7	923	1.007	34
Diagpar Holding S.A.	16.613	2.550	6.838	923	11.402	5.760
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	22.547	30.340	11.257	46.745	(5.115)	(462)
IHP Comercio de Produtos para Saúde S.A.	59	4	5		58	(31)

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2015					
Controladas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado líquido
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda.	1.240	2.507	347		3.400	257
Laboratório Pro-Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda	3.801	1.296	1.915	192	2.900	649
Laboratório Padrão S.A.	11.933	15.959	12.145	1.917	13.830	4.503
HP Import., Com. Loc. Prod. Máq. Equip. Diagn. Ltda.	909	88	23		974	35
Diagpar Holding S.A.	12.505	2.543	7.719	1.691	5.638	3.239
Biocod Biotecnologia Ltda.	3.748	584	1.176	514	2.642	791
Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A. - CDDI	679	238	351	367	199	237
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	18.620	31.494	11.896	42.871	(4.653)	57
IHP Comercio de Produtos para Saúde S.A	85	6	1	1	89	(11)

9 Imobilizado

	Controladora							
	Vidas úteis anuais		30/09/2016			31/12/2015		
	Máxima	Mínima	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Edificações	40	13	9.743	(3.554)	6.189	9.743	(3.209)	6.534
Veículos	5	5	976	(913)	63	976	(882)	94
Móveis e utensílios	10	10	11.054	(5.861)	5.193	10.812	(5.157)	5.655
Equipamentos de informática	5	3	33.034	(29.065)	3.969	32.367	(27.451)	4.916
Máquinas e equipamentos	10	10	141.660	(77.097)	64.563	125.911	(67.508)	58.403
Equipamentos de segurança	10	10	607	(190)	417	599	(144)	455
Instalações	40	5	58.413	(34.200)	24.213	58.402	(30.221)	28.181
Equipamentos de comunicação	10	10	1.335	(981)	354	1.328	(906)	422
Equipamentos de refrigeração	10	4	10.225	(5.756)	4.469	10.116	(5.264)	4.852
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25	1	45.745	(9.816)	35.929	44.011	(9.014)	34.997
Imobilizado em trânsito			2.135		2.135	5.242		5.242
Imobilizado em andamento			35		35	5.926		5.926
Benfeitorias em andamentos						337		337
			<u>314.962</u>	<u>(167.433)</u>	<u>147.529</u>	<u>305.770</u>	<u>(149.756)</u>	<u>156.014</u>

	Consolidado							
	Vidas úteis anuais		30/09/2016			31/12/2015		
	Máxima	Mínima	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Edificações	40	13	9.743	(3.554)	6.189	9.743	(3.209)	6.534
Veículos	5	5	1.141	(1.078)	63	1.141	(1.042)	99
Móveis e utensílios	10	10	15.100	(7.769)	7.331	14.838	(6.821)	8.017
Equipamentos de informática	5	3	37.534	(32.214)	5.320	37.202	(30.388)	6.814
Máquinas e equipamentos	10	10	182.526	(95.697)	86.829	168.075	(84.999)	83.076
Equipamentos de segurança	10	10	694	(240)	454	680	(186)	494
Instalações	40	5	58.973	(34.643)	24.330	59.044	(30.665)	28.379
Equipamentos de comunicação	10	10	1.518	(1.059)	459	1.517	(977)	540
Equipamentos de refrigeração	10	4	12.785	(6.582)	6.203	12.531	(5.934)	6.597
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25	1	71.529	(14.765)	56.764	69.084	(13.263)	55.821
Imobilizado em trânsito			2.135		2.135	5.242		5.242
Imobilizados em andamento			35		35	5.954		5.954
Benfeitorias em andamentos						679		679

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

393.713 (197.601) 196.112 385.730 (177.484) 208.246

A movimentação do saldo do imobilizado é demonstrada a seguir:

Controladora								
	31/12/2015	Adições	Incorporações	Baixas	Depreciação	Transferências	Reclassificação	30/09/2016
Edificações	6.534				(345)			6.189
Veículos	94				(31)			63
Móveis e utensílios	5.655	271		(20)	(718)	(2)		5.193
Equipamentos de informática	4.916	681	7	(5)	(1.629)	1		3.969
Máquinas e equipamentos	58.403	7.007	467	(86)	(10.005)	8.777		64.563
Equipamentos de segurança	455	7	1		(46)			417
Instalações	28.181				(3.979)	11		24.213
Equipamentos de comunicação	422	1	6		(75)			354
Equipamentos de refrigeração	4.852	252	3	(48)	(568)	(22)		4.469
Benfeitorias em imóveis de terceiros	34.997	2.249	157	(580)	(1.104)		210	35.929
Imobilizado em trânsito	5.242					(2.913)	(194)	2.135
Imobilizados em andamento	5.926	35				(5.926)		35
Benfeitorias em andamentos	337	26		(227)		(136)		0
	<u>156.014</u>	<u>10.529</u>	<u>646</u>	<u>(966)</u>	<u>(18.500)</u>		<u>(194)</u>	<u>147.529</u>

Controladora						
	31/12/2014	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	31/12/2015
Edificações	7.086			(552)		6.534
Veículos	136			(42)		94
Móveis e utensílios	5.330	1.243	(31)	(914)	27	5.655
Equipamentos de informática	5.769	1.698	(8)	(2.543)		4.916
Máquinas e equipamentos	55.929	14.030	(316)	(12.858)	1.618	58.403
Equipamentos de segurança	425	86		(56)		455
Instalações	33.489			(5.308)		28.181
Equipamentos de comunicação	509	20		(107)		422
Equipamentos de refrigeração	4.363	1.364	(136)	(742)	3	4.852
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25.913	6.717	(4)	(1.772)	4.143	34.997
Imobilizado em trânsito		5.436	(194)			5.242
Imobilizados em andamento	2.442	8.334	(3.202)		(1.648)	5.926
Benfeitorias em andamentos	336	4.203	(59)		(4.143)	337
	<u>141.727</u>	<u>43.131</u>	<u>(3.950)</u>	<u>(24.894)</u>		<u>156.014</u>

Consolidado							
	31/12/2015	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Reclassificação	30/09/2016
Edificações	6.534			(345)			6.189
Veículos	99			(36)			63
Móveis e utensílios	8.017	301	(54)	(989)	56		7.331
Equipamentos de informática	6.813	712	(36)	(2.178)	9		5.320
Máquinas e equipamentos	83.077	7.886	(206)	(12.689)	8.761		86.829
Equipamentos de segurança	494	10		(52)	2		454
Instalações	28.380			(4.002)	(48)		24.330
Equipamentos de comunicação	541	4	(3)	(86)	3		459
Equipamentos de refrigeração	6.596	417	(68)	(746)	4		6.203
Benfeitorias em imóveis de terceiros	55.820	3.843	(1.595)	(1.862)	558		56.764
Imobilizado em trânsito	5.242				(2.913)	(194)	2.135
Imobilizados em andamento	5.954	35			(5.954)		35
Benfeitorias em andamento	679	26	(227)		(478)		0
	<u>208.246</u>	<u>13.234</u>	<u>(2.189)</u>	<u>(22.985)</u>		<u>(194)</u>	<u>196.112</u>

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					
	31/12/2014	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	31/12/2015
Edificações	7.086			(552)		6.534
Veículos	152			(53)		99
Móveis e utensílios	7.474	1.828	(54)	(1.258)	27	8.017
Equipamentos de informática	7.695	2.465	(10)	(3.335)	(1)	6.814
Máquinas e equipamentos	80.197	17.626	(316)	(16.049)	1.618	83.076
Equipamentos de segurança	464	91		(61)		494
Instalações	33.723			(5.344)		28.379
Equipamentos de comunicação	634	28	(1)	(122)	1	540
Equipamentos de refrigeração	6.099	1.603	(157)	(963)	15	6.597
Benfeitorias em imóveis de terceiros	43.517	10.392	(8)	(2.683)	4.603	55.821
Imobilizado em trânsito		5.436	(194)			5.242
Imobilizados em andamento	2.678	8.334	(3.410)		(1.648)	5.954
Benfeitorias em andamento	566	4.827	(99)		(4.615)	679
	<u>190.285</u>	<u>52.630</u>	<u>(4.249)</u>	<u>(30.420)</u>		<u>208.246</u>

As principais adições ocorridas em 2016 estão relacionadas a aquisições de máquinas e equipamentos e de benfeitorias. As aquisições de máquinas e equipamentos tiveram como finalidade a ampliação da capacidade operacional e as benfeitorias a modernização das lojas de atendimento.

10 Intangível

	Controladora					
	Vidas úteis (em anos)	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	30/09/2016	2015
					Líquido	
Ágio		6.296		6.296		
Mais valia		194	(49)	145		
Softwares	5	36.578	(16.924)	19.654		17.157
Outros		92		92		3.506
Total		<u>43.160</u>	<u>(16.973)</u>	<u>26.187</u>		<u>20.663</u>
					Consolidado	
					30/09/2016	2015
	Vidas úteis (em anos)	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido	
Ágio		118.464		118.464	118.464	
Softwares	5	39.747	(18.495)	21.252	18.701	
Marcas	5	4.010	(2.639)	1.371	2.170	
Contratos com clientes	2 a 20	2.650	(614)	2.036	2.237	
Desenvolvimento de novos exames	15	1.060	(265)	795	4.262	
Outros		329	(49)	280	227	
Total		<u>166.260</u>	<u>(22.062)</u>	<u>144.198</u>	<u>146.061</u>	

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do saldo de intangíveis é demonstrada a seguir:

	Controladora	
	30/09/2016	31/12/2015
Saldos em 1º de janeiro	20.663	13.109
Adições	4.603	9.999
Incorporações	122	
Baixas (a)	(3.567)	
Amortizações	(2.124)	(2.445)
Reclassificações dos agios por incorporação de controlada	6.296	
Reclassificação da mais valia de ativos por incorporação de controlada	194	
Saldos em 30 de setembro	<u>26.187</u>	<u>20.663</u>

	Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
Saldos em 1º de janeiro	146.061	139.535
Adições	5.038	10.562
Baixas (a)	(3.679)	
Amortizações	(3.222)	(4.036)
Saldos em 30 de setembro	<u>144.198</u>	<u>146.061</u>

a) A administração realizou avaliação dos ativos mantidos em desenvolvimento de projetos e baixou aqueles identificados como não recuperáveis nos montantes de R\$ 3.567 e R\$ 3.679 nos saldos da controladora e consolidado respectivamente.

Os ágios reconhecidos na comparação dos ativos líquidos adquiridos e as contraprestações transferidas estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	18.577	18.577
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	2.707	2.707
Laboratório Padrão S.A.	55.305	55.305
Diagpar Holding S.A.	35.344	35.344
Biocod Biotecnologia Ltda. (a)	6.296	6.296
Diagnóstika Rio - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda.	235	235
	<u>118.464</u>	<u>118.464</u>

(a) Incorporada pela Companhia conforme nota explicativa 1.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Alocação do Ágio às Unidades Geradoras de Caixa

Os ágios e as marcas foram submetidos ao teste de redução ao valor recuperável (“impairment”) e não foi identificada necessidade de ajustes aos valores dos ágios e marcas.

O teste de impairment foi realizado de acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e os valores do ágio por expectativa de rentabilidade futura (“goodwill”) foram alocados por entidade legal, sendo que no entendimento da Administração esta alocação representa o mais baixo nível no qual o ágio é monitorado em seus relatórios internos. O teste de impairment não sofreu alterações em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 11 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

A metodologia utilizada para os cálculos de impairment foi a de fluxo de caixa descontado. Os testes consistem na análise da rentabilidade dos investimentos, avaliando os resultados apurados das investidas e as projeções de orçamentos dos anos futuros disponibilizados pela administração da Companhia.

Na elaboração dos testes do valor recuperável dos ativos da Companhia, foram consideradas premissas de crescimento de receita específicas por empresas, que variam de 8,4% a 9,4% de acordo com a realidade de demanda dos seus mercados e taxas de ocupação da capacidade instalada. Essas premissas de crescimento de receita foram embasadas por iniciativas presentes no plano de negócios, assumindo um crescimento médio anual da receita líquida em decorrência de volume e preço.

Em relação ao custos e despesas, foi considerado um crescimento nominal com base na taxa de inflação para os próximos anos de 7,5% a 8,1 ao ano. Uma vez que a maior parte dos contratos de aluguel, fornecedores, serviços de manutenção e serviços de terceiros são reajustados de acordo com índices de inflação, essa premissa reflete a realidade do crescimento de custos da empresa.

A taxa de desconto utilizada foi calculada com base na taxa livre de risco, risco país, prêmio de tamanho e o beta do setor. Também é levada em consideração a estrutura de capital atual da Companhia e sua evolução ao longo do período em questão, bem como a alocação tributária de cada parcela do capital, próprio e de terceiros. A taxa calculada foi de 14,7% e foi a mesma utilizada para todas as unidades geradoras de caixa.

O período de tempo utilizado para a elaboração do fluxo de caixa foi de 7 anos uma vez que este é o período utilizado pela Companhia para sua modelagem financeira e consequentes projeções de longo prazo, adicionado um valor de perpetuidade com crescimento nominal médio de 4,5% ao ano para todas as unidades geradoras de caixa.

A Administração acredita que eventuais mudanças nas principais premissas utilizadas no teste não resultariam numa redução dos valores recuperáveis a níveis inferiores aos custos registrados destas unidades geradoras de caixa.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Fornecedores

A composição dos fornecedores pode ser assim apresentada:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Nacionais	69.348	62.642	78.706	67.494
Internacionais	2.458	8.073	2.477	8.113
Total	<u>71.806</u>	<u>70.715</u>	<u>81.183</u>	<u>75.607</u>

A Sociedade coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conformes os termos originalmente acordados.

Composto substancialmente por materiais para exames, serviços, fornecedores de informática, máquinas e equipamentos e obras de infraestrutura. Os prazos médios de pagamentos dos fornecedores é de 52 dias.

12 Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas

A composição é demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Salários e encargos sociais	33.008	22.698	39.427	27.006
Impostos retidos a recolher	1.230	1.798	1.579	2.145
Impostos sobre vendas	4.716	3.200	6.300	4.168
Impostos de renda e contribuição social a recolher	9.708	12.847	9.644	13.379
PIS e COFINS sobre receita financeira		565		565
	<u>48.662</u>	<u>41.108</u>	<u>56.950</u>	<u>47.263</u>

Os impostos e contribuições municipais, estaduais e federais incidentes sobre as operações da Sociedade estão sujeitos à fiscalização por parte das autoridades governamentais durante um prazo de cinco anos.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Capital de giro (a)	44.126	79.955	45.269	81.181
Finep	33.509	38.021	33.509	38.614
Títulos descontados	1	4.610	1	4.610
Leasing financeiro		34		34
FINAME	9.677	11.475	14.364	17.132
	<u>87.313</u>	<u>134.095</u>	<u>93.143</u>	<u>141.571</u>
Passivo circulante	28.146	32.214	30.109	33.964
Passivo não circulante	59.167	101.881	63.034	107.607

O valores justos dos empréstimos e financiamentos não diferem significativamente dos seus respectivos saldos contábeis. Informações sobre exposição ao risco de taxa, variação cambial e liquidez estão apresentadas na nota explicativa 26.

As taxas de juros dos empréstimos de capital de giro variam de CDI + juros entre 1,5% e 1,7% ao ano. Os contratos de Finep têm taxa de juros de 5% ao ano. Os títulos descontados têm taxa de juros de 19,13% ao ano. Os contratos de leasing financeiro têm taxa de juros de 16,0% ao ano. Já os contratos de FINAME têm taxas anuais de juros variando entre 3,0% e 12,76%.

- (a) Em 2013, a Sociedade contratou empréstimo com o Itaú BBA, denominado em dólares norte-americanos, no montante original de US\$22.262 mil, acrescidos de juros de 2,82% ao ano. Para proteção do risco de variação cambial sobre este empréstimo foi contratada operação de *swap*, trocando a moeda para reais e fixando a taxa de juros em CDI+1,5% ao ano. O prazo de vencimento do *swap* é o mesmo do empréstimos conforme divulgado na nota explicativa 26.

Garantias:

(i) Capital de giro:

- Cessão de direitos creditórios (SWAP) para contrato de operação em dólar 4131.
- Cessão de direitos creditórios da UNIMED-BH e Aval dos sócios para contrato de operação em Reais.

(ii) Finep:

- Fiança Bancaria

(iii) Títulos Descontados

- Cessão de direitos creditórios de títulos

(iv) Leasing e Finame:

- Alienação fiduciária dos próprios bens adquiridos, composto principalmente por equipamentos de imagens e ressonâncias magneticas.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O cronograma de pagamento dos saldos de empréstimos e financiamentos em 30 de setembro de 2016 e os respectivos valores nominais são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	Valores registrados	Desembolsos Esperados	Valores registrados	Desembolsos Esperados
2016	4.445	18.881	4.989	19.997
2017	31.850	35.893	33.737	38.150
2018	30.621	33.673	32.275	35.583
2019	8.380	9.525	9.375	10.676
Após 2019	12.017	12.778	12.767	13.706
	87.313	110.750	93.143	118.112

As movimentações resumidas dos saldos de empréstimos e financiamentos em 2015 e setembro de 2016 foram as seguintes:

	Controladora	
	2016	2015
Saldos iniciais (circulante e não circulante)	134.095	117.606
Captações		15.088
Atualização monetária	6.147	9.681
Amortizações de principal	(22.953)	(20.810)
Amortizações de juros	(12.098)	(9.448)
Variação Cambial	(13.873)	22.676
Liquidação de título descontado por contas a receber	(4.610)	
Outros - reclassificações		(698)
Incorporação de controladas	605	
Saldos finais (circulante e não circulante)	87.313	134.095
	Consolidado	
	2016	2015
Saldos iniciais (circulante e não circulante)	141.571	125.042
Captações		16.983
Atualização monetária	6.586	10.135
Amortizações de principal	(24.058)	(22.687)
Amortizações de juros	(12.473)	(10.084)
Variação Cambial	(13.873)	22.880
Liquidação de título descontado por contas a receber	(4.610)	
Outros - reclassificações		(698)
Saldos finais (circulante e não circulante)	93.143	141.571

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cláusulas restritivas:

Determinados empréstimos possuem cláusulas financeiras restritivas (“covenants”), incluindo, entre outros, garantias reais, restrições quanto à mudança, transferência ou cessão de controle societário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência do credor. Os *covenants* de índices financeiros são os seguintes:

<u>Descrição da cláusula restritiva</u>	<u>Índice requerido</u>
Dívida Líquida(i) / EBITDA (ii)	> 3,5
EBITDA (ii)/ Despesa Financeira Líquida (iii)	< 2,0

(i) Dívida Líquida - soma dos saldos de empréstimos e financiamentos menos saldo de caixa e equivalentes de caixa.

(ii) EBITDA -lucro antes do resultado financeiro, impostos sobre a renda, depreciações e amortizações.

(iii) Despesa Financeira Líquida - todas as despesas financeiras menos o total das receitas financeiras.

A administração acompanha o atendimento das cláusulas estabelecidas para o exercício e entende que a Sociedade em 30 de setembro de 2016 não possui indicativo que não cumprirá as cláusulas de covenants estabelecidas nos contratos.

14 Parcelamentos tributários

Descrição	Item	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Parcelamento ISSQN - 1998 a 2007	(a)	1.274	3.759	1.274	3.759
Parcelamento - multa referente à emissão de documento fiscal	(b)	1.894	1.859	1.894	1.859
Parcelamento ISSQN				4.054	4.260
Parcelamento - Lei nº 11.941/09	(c)	30.440	31.500	34.963	36.176
Parcelamento - Lei nº 12.996/14	(d)	670	2.202	1.161	3.669
Parcelamento Pis e COFINS 2011	(e)	800	847	800	847
Outros				1.805	1.684
		<u>35.078</u>	<u>40.167</u>	<u>45.951</u>	<u>52.254</u>
Passivo circulante		4.985	6.560	7.236	9.499
Passivo não circulante		30.093	33.607	38.715	42.755

(a) Refere-se a autos de infração lavrados pela fiscalização municipal decorrente de: (i) apuração e recolhimento, por parte da Sociedade, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN na modalidade SPL - Sociedade de Profissional Liberal, durante o período compreendido entre janeiro de 1998 a dezembro de 2002. Em 18 de janeiro de 2008, a Sociedade parcelou o referido débito em 180 meses; (ii) recolhimento a menor de ISSQN durante o período de janeiro de 2003 a julho de 2007 cujo parcelamento inicial para pagamento em 60 meses, obtido em 6 de setembro de 2007, foi renegociado em setembro de 2008, em função da compensação de parte dos valores em aberto com precatórios municipais adquiridos pela Sociedade.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Refere-se a auto de infração lavrado pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, em função de emissão de documento fiscal não autorizado pelo referido órgão no período de 1998 a 2002. Em 18 de janeiro de 2008, a Sociedade parcelou o referido débito em 180 meses. Em dezembro de 2010, houve redução do valor parcelado em função da proposição de Lei nº 306/10 da Câmara Municipal de Belo Horizonte, datada de 29 de dezembro de 2010 (transformada na Lei nº 10.082/11 em 12 de janeiro de 2011), que reduziu de 5% para 1% a multa por emissão documento fiscal diverso daquele estabelecido pela legislação tributária municipal.

(c) A Sociedade, com base na Lei Federal nº 11.941, de 27 de maio de 2009, formalizou a opção pelo programa de parcelamento instituído pela referida legislação. Dessa forma, todos os débitos incluídos em parcelamentos federais anteriores, bem como obrigações decorrentes de disputas administrativas e judiciais no que tange a processos tributários e previdenciários foram migrados para este programa. Sobre os valores foram aplicados os percentuais de redução para parcelamento em até 180 parcelas.

(d) A Sociedade, com base na Lei Federal nº 12.996, de 18 de junho de 2014, formalizou a opção pelo programa de parcelamento instituído pela referida legislação. Dessa forma, outros débitos foram incluídos em parcelamentos federais ordinários, bem como obrigações decorrentes de disputas administrativas e judiciais no que tange a processos tributários foram migrados para este programa. Sobre os valores foram aplicados os percentuais de redução para parcelamento em até 30 parcelas.

(e) Refere-se ao auto de infração lavrado pela Receita relativo a aproveitamento de créditos de PIS e COFINS considerados indevidos no ano de 2011. Em 2015, a Sociedade formalizou a opção pelo parcelamento ordinário em 60 (sessenta) parcelas.

As movimentações resumidas dos saldos de parcelamentos em 31 de dezembro de 2015 e em 30 de setembro de 2016 foram as seguintes:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Controladora		
Saldos iniciais (circulante e não circulante)	40.167	46.833
Adições		892
Atualização monetária	2.245	3.652
Amortizações de principal	(4.511)	(9.697)
Amortizações de juros	(2.823)	(1.513)
Saldos finais (circulante e não circulante)	<u>35.078</u>	<u>40.167</u>
Consolidado		
Saldos iniciais (circulante e não circulante)	52.254	60.579
Adições	233	892
Atualização monetária	3.190	4.917
Amortizações de principal	(6.156)	(11.849)
Amortizações de juros	(3.570)	(2.285)
Saldos finais (circulante e não circulante)	<u>45.951</u>	<u>52.254</u>

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Provisão para riscos

A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões de natureza fiscal, trabalhistas e cíveis. As provisões para riscos são determinadas com base em análises das ações judiciais em curso, autuações e avaliações de riscos onde os prognósticos de perda são considerados prováveis pela administração e pelos seus consultores jurídicos. A composição e a movimentação da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são assim demonstradas.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Fiscal (a)	2.647	2.819	2.828	2.819
Trabalhistas (b)	3.032	3.106	3.717	4.435
Cíveis (c)	2.898	3.589	3.100	3.711
	<u>8.577</u>	<u>9.514</u>	<u>9.645</u>	<u>10.965</u>
Depósitos judiciais (realizável a longo prazo)	1.521	4.068	3.971	6.032

Durante o período, ocorreram movimentações da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que encontram-se resumidas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Saldo inicial	9.514	6.652	10.965	8.625
Adições	3.099	7.880	3.611	8.378
Adições por incorporação de controladas	60			
Pagamentos	(2.016)	(4.135)	(2.082)	(4.178)
Reversões (d)	(2.080)	(883)	(2.952)	(1.860)
Reclassificações			103	
Saldo final	<u>8.577</u>	<u>9.514</u>	<u>9.645</u>	<u>10.965</u>

Com referência aos processos classificados como de risco de perda provável, destacam-se as seguintes discussões na Sociedade e em suas controladas.

(a) Fiscais

As provisões para riscos fiscais referem-se, principalmente a:

(i) Autos de infração lavrados pela Prefeitura Municipal de Contagem - MG, decorrentes do recolhimento a menor, entre junho de 2002 e junho de 2003 e respectivas multas por descumprimento de obrigações acessórias. O montante reconhecido em 30 de setembro de 2016 é de R\$459 (R\$709 em 31 de dezembro de 2015);

(ii) Mandado de Segurança objetivando afastar a incidência do imposto de renda retido na fonte - IRRF sobre os valores apurados a título de correção monetária dos depósitos judiciais, cujo montante é de R\$646 em 30 de setembro de 2016 (R\$ 584 em 31 de dezembro de 2015).

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Mandado de segurança objetivando promover o desembaraço aduaneiro e a liberação de bens importados, sem comprovação de recolhimento do ICMS, pelo fornecedor. Em 30 de setembro de 2016, o valor discutido monta em R\$ 469 (R\$ 424 em 31 de dezembro de 2015).

(iv) Auto de infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal de Ribeirão Preto - SP decorrentes de créditos tributários relativos a Cofins Importação – Adicional de 1%. O montante em 30 de setembro de 2016 é de R\$ 420.

(v) Liminar em Mandato de Segurança determinando ao INSS se abstenha de exigir a contribuição previdenciária incidente sobre a verba para seus empregados nos prazos 15 dias de afastamento por motivo de doença ou acidente, sobre o aviso prévio indenizado e o adicional de 1/3 de férias. Em 30 de setembro de 2016, o valor discutido monta em R\$ 616. (R\$ 1.068 em 31 de dezembro de 2015)

(b) Trabalhistas

No que diz respeito aos processos trabalhistas em geral, as matérias discutidas são: (i) horas extras; (ii) adicional de insalubridade e periculosidade; (iii) comissões; (iv) equiparação salarial; e (v) danos morais e materiais. Considerando as perdas históricas efetivamente liquidadas, a Administração do Grupo considera que a provisão constituída é suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

O total de reclamações trabalhistas nas quais a Sociedade é parte, em 30 de setembro de 2016, monta em aproximadamente R\$8.156 (R\$8.762 em 31 de dezembro de 2015), dos quais, a Administração da Sociedade, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão para riscos no montante de R\$3.032 (R\$3.106 em 31 de dezembro de 2015).

(c) Cíveis

A provisão para risco de natureza cível é constituída com base em critérios objetivos, tendo por base a análise individual das ações. O julgamento da probabilidade de desfecho desfavorável é feito com base na análise da Administração, em conjunto com os advogados da Sociedade. Em 30 de setembro de 2016, o total de reclamações de natureza cível monta em aproximadamente R\$ 15.681 (R\$18.056 em 31 de dezembro de 2015), dos quais a Administração da Sociedade constituiu provisão para riscos no montante de R\$2.898 (R\$3.589 em 31 de dezembro de 2015).

(d) Principais reversões

Nos exercícios de 2016 e 2015, as principais reversões ocorreram nas provisões trabalhistas, em função de acordos praticados.

(e) Processos com risco de perda possível

Em 30 de setembro de 2016, a Sociedade possui um montante de aproximadamente R\$ 2.257 (R\$10.647 em 31 de dezembro de 2015) referentes a outros processos classificados como risco de perda possível pelos seus assessores legais, referentes a questões tributárias.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
<u>Ativo:</u>				
Créditos constituídos sobre:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	382	2.002	333	2.359
Provisão para riscos	2.707	3.235	2.886	3.406
Provisão para tributos sobre receitas a faturar	625	478	674	516
Provisão outras despesas temporariamente indedutíveis	2.821	470	3.283	507
Provisão para perda de glosas				412
Prejuízo fiscal			1.917	1.400
Ativo fiscal diferido proveniente de ágio em incorporação reversa (i)	31.918	35.748	31.918	35.748
Provisão PLR	1.212	1.596	1.212	1.596
Atualização opção de compra de investimento	970		970	
Outros	667	1.222	757	1.310
	<u>41.302</u>	<u>44.751</u>	<u>43.950</u>	<u>47.254</u>
<u>Passivo:</u>				
Custo atribuído ao ativo imobilizado (iii)	2.233	2.618	2.706	3.133
Atualização opção de compra de investimento		717		717
	<u>2.233</u>	<u>3.335</u>	<u>2.706</u>	<u>3.850</u>
Total líquido ativo (líquido)	<u>39.069</u>	<u>41.416</u>	<u>41.244</u>	<u>43.404</u>
Impostos diferidos sobre mais valia de ativos (ii)			2.577	3.062
Total passivo			<u>2.577</u>	<u>3.062</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2012 a Sociedade incorporou a investidora GIF Aperana Participações S.A., cujo saldo do ágio anteriormente registrado na investidora foi integralmente provisionado no momento da incorporação gerando um crédito tributário no valor de 34% do valor do ágio. Referido crédito tributário foi reconhecido em reserva especial de ágio na incorporação em contrapartida de imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, que está sendo utilizado pela Companhia desde 2013 até 2022.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos em combinação de negócios, em decorrência da mais valia de ativos identificados não reconhecidos anteriormente, conforme abaixo demonstrado:

	Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
Ativos totais identificados a valor justo	36.664	36.664
(-) Ativos já reconhecidos anteriormente	(20.563)	(20.563)
(-) Realização por depreciação e amortização	(8.522)	(7.094)
Mais valia proveniente da aquisição de controladas, líquida	<u>7.579</u>	<u>9.007</u>
Impostos sobre a mais valia em combinação de negócios	<u>2.577</u>	<u>3.062</u>

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado.

Em 30 de setembro de 2016, com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo ativo de imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre diferenças intertemporais é demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2016	6.998	12.163
2017	5.654	5.626
2018	5.654	5.626
2019	5.169	5.141
2020 em diante	<u>15.594</u>	<u>12.688</u>
Total	<u>39.069</u>	<u>41.244</u>

(b) Imposto de renda e contribuição social - conciliação entre as despesas nominal e efetiva:

A conciliação entre as despesas nominal e efetiva do imposto de renda e contribuição social para os períodos é como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	121.858	102.915	124.801	104.649
Alíquotas nominais	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social calculado à alíquota nominal	<u>(41.432)</u>	<u>(34.991)</u>	<u>(42.432)</u>	<u>(35.581)</u>
Ajustes à despesa nominal:				
Resultado de equivalência patrimonial	2.140	2.558		
Imposto de renda e contribuição social de anos anteriores			2	(89)
Efeito sobre resultados de controladas tributadas pelo lucro presumido			958	1.188
Outras exclusões (adições), líquidas	<u>662</u>	<u>246</u>	<u>609</u>	<u>775</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(38.630)</u>	<u>(32.187)</u>	<u>(40.863)</u>	<u>(33.707)</u>

As declarações de rendimentos da Sociedade estão sujeitas à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Outros impostos, taxas e contribuições estão também sujeitas a estas condições, conforme legislação aplicável.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Obrigações por compra de investimentos

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	7.292	8.684
Laboratório Padrão S.A.	2.103	3.317
Diagpar Holding S.A.	<u>13.438</u>	<u>5.871</u>
	<u>22.833</u>	<u>17.872</u>
Passivo circulante	2.103	
Passivo não circulante	<u>20.730</u>	<u>17.872</u>

Na data de aquisição dos investimentos listados acima, a Companhia outorgou aos proprietários das participações não controladoras, opções para que estes a seu exclusivo critério, vendam a totalidade das ações detidas por eles nas controladas “Laboratório Padrão”; “Diagpar Holding” e “IHP Digimagem Medicina Diagnóstica”. Na mesma data, os proprietários das participações não controladoras outorgaram à Sociedade opções para que a mesma a seu exclusivo critério, compre o restante das ações detidas pelos não controladores nas empresas antes mencionadas.

As opções foram precificadas com base no valor justo das ações, com base nas condições contratadas, na data de encerramento destas demonstrações financeiras.

As opções podem ser exercidas em até 45 dias contados dos aniversários da data de assinatura de cada acordo, assim sendo:

Opções de venda que poderão ser exercidas pelos não controladores quando

i) Com a maturação dos vencimentos definidos contratualmente, apresentados a seguir;

Empresa	Vencimento		
	Primeiro	Segundo	Terceiro
Laboratório Padrão S.A.	Incorrido	04/07/2017	
Diagpar Holding S.A.	24/07/2018	24/07/2019	24/07/2020
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.		Indeterminado	

ii) Caso seja aprovada a oferta pública da Companhia, os acionistas não controladores terão direito de solicitar que sejam iniciados os procedimentos para o exercício da opção de venda do total de suas ações, podendo ser a liquidação dessa operação através de troca de ações da Companhia ou em dinheiro.

Opções de compra que poderão ser exercidas pela controladora quando

i) Determinadas obrigações assumidas em contrato não forem cumpridas pelos não controladores;

ii) Com a maturação dos vencimentos definidos contratualmente, apresentados a seguir:

Empresa	Vencimento		
	Primeiro	Segundo	Terceiro
Laboratório Padrão S.A.	04/07/2017		
Diagpar Holding S.A.	24/07/2021	24/07/2022	24/07/2023
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.		Indeterminado	

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Adiantamentos de clientes	1.722	74	4.017	1.770
Obrigações vinculadas (a)	8.903	9.311	8.903	9.311
Outros Hedge	1.384		1.384	
Outros	4.822	2.078	5.468	3.504
	16.831	11.463	19.772	14.585
Circulante	1.604	373	4.545	3.495
Não circulante	15.227	11.090	15.227	11.090

- (a) As obrigações vinculadas referem-se a retenções de valores dos pagamentos aos vendedores na compra das controladas, IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A., Biocod Biotecnologia Ltda., Diagpar Holding S.A. e Laboratório Padrão S.A., que serão disponibilizados aos vendedores após o cumprimento de determinadas cláusulas contratuais existentes em acordo de aquisição de controle societário. Essas obrigações estão garantidas por aplicações financeiras efetuadas pela Companhia, com utilização restrita.

	30/09/2016	31/12/2015
Obrigações vinculadas	8.903	9.311
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 7)	(7.423)	(7.870)
	1.480	1.441

19 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 o capital da Companhia está representado por 3.633.665 ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal. As ações do capital social são assim distribuídas:

	Ações ordinárias normativas	Participação %
AP Participações e Gestão de Negócios Eireli	825.965	22,73%
RP Participações e Gestão de Negócios Eireli	825.965	22,73%
VP Participações e Gestão de Negócios Eireli	825.965	22,73%
Aurea Maria Pardini	21.890	0,60%
Regina Pardini	21.890	0,60%
Victor Pardini	21.890	0,60%
GIF IV Fundo de Investimentos e Participações	1.090.100	30,01%
Total	3.633.665	100,00%

Na data desta demonstração, o capital social autorizado é de R\$ 2.000.000 (dois bilhões de reais).

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reserva de capital

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro 2015 está composta por:

<u>Descrição</u>	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Constituição de reserva especial de ágio na incorporação	51.069	51.069
Incorporação de controladora	21	21
	<u>51.090</u>	<u>51.090</u>

Em 31 de dezembro de 2012 a Sociedade incorporou a investidora GIF Aperana Participações S.A., cujo saldo do ágio anteriormente registrado na investidora foi integralmente provisionado no momento da incorporação gerando reserva especial de ágio na incorporação no montante de 34% sobre o valor do ágio, registrado como imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos.

(c) Destinação do resultado

- (i) Reserva legal: de acordo com o artigo nº 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal somada às reservas de capital supera em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.
- (ii) Reserva de retenção de lucros: A administração é responsável pela destinação do lucro de acordo com o estatuto social ou seu instrumento legal e pela observância da legislação societária que trata do assunto e foi dado cumprimento ao estabelecido. Os lucros excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios têm sido transferidos para a conta de reserva de retenção de lucros. Em 31 de dezembro de 2015, em decorrência do lucro auferido no exercício, as reservas de lucros superaram o capital social da Companhia. Em cumprimento ao artigo 199 da Lei 6.404/76, os acionistas da Companhia deliberaram, em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 9 de dezembro de 2016 e 30 de janeiro de 2017, pela distribuição de dividendos contra o saldo da reserva de retenção de lucros, conforme descrito na Nota 32.
- (iii) Dividendos mínimos obrigatórios: aos acionistas é assegurado o dividendo mínimo estatutário de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária brasileira, após a constituição da reserva legal, quando aplicável.

A Sociedade reconhece os dividendos a pagar em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização dos Pagamentos Dividendos, ou seja, os valores somente são registrados no passivo como dividendos a pagar quando aprovados pela Assembleia de Acionistas, exceto o dividendo mínimo obrigatório, que é reconhecido nas demonstrações financeiras ao final do exercício, independentemente de já terem sido ratificados pela referida assembleia.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se ao valor atribuído ao custo do ativo imobilizado existentes na abertura do exercício de 2009, cujos efeitos aumentaram o ativo imobilizado e tiveram como contrapartida o Patrimônio Líquido, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos. A movimentação do ajuste de avaliação patrimonial ocorrida nos períodos/exercícios findos em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 pode ser assim demonstrada:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo inicial	5.084	6.143
Realização por depreciação	<u>(750)</u>	<u>(1.059)</u>
Saldo final	<u><u>4.334</u></u>	<u><u>5.084</u></u>

(e) Participações não controladoras

As participações não controladoras reconhecidas na data de aquisição nas demonstrações financeiras consolidadas foram mensuradas inicialmente com base no valor justo dos ativos líquidos das investidas e, após a data de aquisição, através das movimentações destas empresas controladas, e totalizavam R\$3.359 em 30 de setembro 2016 (R\$2.649 em 2015).

20 Receita líquida de prestação de serviços

A conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do período é apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>			
	<u>Período de três meses findos em 30 de setembro</u>		<u>Período de nove meses findos em 30 de setembro</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita bruta de prestação de serviços	211.818	180.517	604.914	511.082
(-) Glosas	(3.098)	(338)	(7.201)	(5.142)
(-) Vendas canceladas e outros abatimentos	(371)	(627)	(1.508)	(1.487)
(-) Impostos sobre serviços	<u>(12.385)</u>	<u>(10.554)</u>	<u>(35.378)</u>	<u>(29.991)</u>
Receita líquida de prestação de serviços	<u><u>195.964</u></u>	<u><u>168.998</u></u>	<u><u>560.827</u></u>	<u><u>474.462</u></u>
	<u>Consolidado</u>			
	<u>Período de três meses findos em 30 de setembro</u>		<u>Período de nove meses findos em 30 de setembro</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita bruta de prestação de serviços	254.326	221.859	730.107	625.280
(-) Provisão para glosas	(3.699)	(440)	(9.292)	(5.595)
(-) Vendas canceladas e outros abatimentos	(434)	(1.694)	(1.632)	(2.740)
(-) Impostos sobre serviços	<u>(15.393)</u>	<u>(13.331)</u>	<u>(44.081)</u>	<u>(37.706)</u>
Receita líquida de prestação de serviços	<u><u>234.800</u></u>	<u><u>206.394</u></u>	<u><u>675.102</u></u>	<u><u>579.239</u></u>

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Informações sobre a natureza dos custos e das despesas reconhecidas na demonstração dos resultados

A Sociedade apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração dos resultados é apresentada a seguir:

	Controladora			
	Período de três meses findos em 30 de Setembro		Período de nove meses findos em 30 de Setembro	
	2016	2015	2016	2015
Material direto e de consumo	54.174	43.364	155.805	120.021
Serviços técnicos especializados	7.151	4.925	19.990	13.493
Depreciação e amortização	6.880	6.950	20.624	20.796
Despesas com salários, encargos sociais e benefícios a empregados	42.941	37.096	121.459	110.142
Despesas com aluguéis de imóveis e veículos	5.584	5.173	16.216	15.109
Despesas com consultoria e serviços	9.259	8.327	25.690	23.698
Despesas com fretes e carretos	10.742	8.962	29.917	25.184
Aluguel e manutenção de máquinas e equipamentos	5.843	3.571	17.471	11.502
Despesas com energia elétrica	1.818	2.048	6.828	5.694
Despesas com telefonia e telecomunicações	816	217	2.301	2.133
Manutenção de instalações e sistemas	2.580	1.808	6.773	4.652
Outras despesas	10.472	11.480	22.822	20.400
Total	158.260	133.921	445.896	372.824
Classificado como:				
Custo dos serviços prestados	127.322	107.804	368.115	302.315
Despesas com vendas	15.800	13.869	40.363	35.269
Despesas gerais e administrativas	15.138	12.248	37.418	35.240
Total	158.260	133.921	445.896	372.824

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	Período de três meses findos em 30 de setembro		Período de nove meses findos em 30 de setembro	
	2016	2015	2016	2015
Material direto e de consumo	58.493	47.158	168.875	132.120
Serviços técnicos especializados	6.493	6.848	26.607	18.572
Depreciação e amortização	8.704	8.806	26.207	25.977
Despesas com salários, encargos sociais e benefícios a empregados	55.113	48.788	157.314	146.054
Despesas com aluguéis de imóveis e veículos	8.262	8.061	24.347	22.975
Despesas com consultoria e serviços	14.454	12.524	33.654	35.778
Despesas com fretes e carretos	11.384	9.604	31.843	27.025
Aluguel e manutenção de máquinas e equipamentos	7.274	4.836	21.695	14.857
Despesas com energia elétrica	2.521	2.848	9.212	7.797
Despesas com telefonia e telecomunicações	1.171	748	3.374	3.335
Manutenção de instalações e sistemas	2.985	2.118	7.862	5.590
Outras despesas	17.432	12.572	33.586	24.490
Total	194.286	164.911	544.576	464.570
Classificado como:				
Custo dos serviços prestados	154.961	134.564	449.019	379.795
Despesas com vendas	21.192	15.558	50.368	40.943
Despesas gerais e administrativas	18.133	14.789	45.189	43.832
Total	194.286	164.911	544.576	464.570

22 Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

	Controladora			
	Período de três meses findos em 30 de setembro		Período de nove meses findos em 30 de setembro	
	2016	2015	2016	2015
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	791	(1.069)	1.347	(2.078)
Perda na alienação de ativo imobilizado	15	(68)	(808)	(147)
Recuperação de despesas com INSS		(511)	3.515	1.444
Gastos com pesquisas	(567)		(1.564)	
Perda com desenvolvimento de produtos (a)	1		(3.567)	
Perda com pré faturamento	(125)		(2.705)	
Outros, líquidos	62	(524)	(169)	(1.423)
	177	(2.172)	(3.951)	(2.204)

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	Período de três meses findos em 30 de setembro		Período de nove meses findos em 30 de setembro	
	2016	2015	2016	2015
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	778	(1.189)	1.773	(1.939)
Perda na alienação de ativo imobilizado	(981)	(81)	(1.892)	101
Recuperação de despesas com INSS		(511)	3.515	1.444
Gastos com pesquisas	(567)		(1.592)	
Perda com desenvolvimento de produtos (a)			(3.679)	
Perda com pré faturamento	(125)		(2.705)	
Outros, líquidos	23	(432)	(237)	(90)
	<u>(872)</u>	<u>(2.213)</u>	<u>(4.817)</u>	<u>(484)</u>

a) A administração realizou avaliação dos ativos mantidos em desenvolvimento de projetos e baixou aqueles identificados como não recuperáveis nos montantes de R\$ 3.567 e R\$3.679 nos saldos da controladora e consolidado, respectivamente.

23 Resultado financeiro, líquido

	Controladora			
	Período de três meses findos em 30 de setembro		Período de nove meses findos em 30 de setembro	
	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras				
Receita de aplicações financeiras	5.874	4.002	15.886	10.522
Atualização monetária	447	67	545	138
Receitas de mútuos	1.566	1.273	4.283	3.643
Descontos obtidos	278	35	331	88
Atualização compromisso por compra de investimento		(3.603)		154
Contribuições sobre receitas financeiras			565	
Outras receitas financeiras	885	1.006	3.953	2.130
	<u>9.050</u>	<u>2.780</u>	<u>25.563</u>	<u>16.675</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.852)	(2.547)	(6.146)	(7.300)
Juros sobre parcelamentos	(671)	(859)	(2.245)	(2.845)
Comissões bancárias	(380)	(274)	(1.164)	(811)
Atualização de passivos comerciais e tributários	(210)	(509)	(1.069)	(1.187)
Atualização monetária de provisões de riscos	(174)	(54)	(350)	(148)
Descontos concedidos	(84)	(322)	(203)	(517)
Impostos de operações financeiras	(2)	(1)	(17)	(9)
Atualização dívida por opção de compra de investimento	4.271		(4.961)	
Outras despesas financeiras	(620)	(709)	(7.108)	(1.522)
	<u>278</u>	<u>(5.275)</u>	<u>(23.263)</u>	<u>(14.339)</u>
Variação cambial				
Receita de variação cambial	131	3	3.551	1.665
Despesas de variação cambial	(188)	(4.086)	(1.268)	(8.044)
	<u>(57)</u>	<u>(4.083)</u>	<u>2.283</u>	<u>(6.379)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>9.271</u>	<u>(6.578)</u>	<u>4.583</u>	<u>(4.043)</u>

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	Período de três meses findos em 30 de setembro		Período de nove meses findos em 30 de setembro	
	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras				
Receita de aplicações financeiras	6.026	4.050	16.185	10.682
Atualização monetária	1.265	141	1.934	358
Receitas de empréstimos de mútuos	4	(3)	7	48
Descontos obtidos	307	35	404	92
Atualização compromisso por compra de investimento		(3.603)		154
Contribuições sobre receitas financeiras			565	
Outras receitas financeiras	931	1.041	4.051	2.278
	<u>8.533</u>	<u>1.661</u>	<u>23.146</u>	<u>13.612</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.984)	(2.701)	(6.586)	(7.727)
Juros sobre parcelamentos	(975)	(1.198)	(3.190)	(3.841)
Comissões bancárias	(472)	(478)	(1.422)	(1.162)
Atualização de passivos comerciais e tributários	(216)	(536)	(1.118)	(1.304)
Atualização monetária de provisões de riscos	(174)	(54)	(350)	(148)
Descontos concedidos	(287)	(328)	(1.170)	(542)
Impostos de operações financeiras	(127)	(108)	(380)	(328)
Atualização dívida por opção de compra de investimento	4.271		(4.961)	
Despesa com empréstimos de mútuo	1	14	(6)	(29)
Outras despesas financeiras	(613)	(723)	(7.144)	(1.547)
	<u>(576)</u>	<u>(6.112)</u>	<u>(26.327)</u>	<u>(16.628)</u>
Variação cambial				
Receita de variação cambial	131	3	3.569	1.713
Despesas de variação cambial	(193)	(4.160)	(1.296)	(8.233)
	<u>(62)</u>	<u>(4.157)</u>	<u>2.273</u>	<u>(6.520)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>7.895</u>	<u>(8.608)</u>	<u>(908)</u>	<u>(9.536)</u>

24 Benefícios a empregados

(a) Plano de previdência privada

A Sociedade patrocina com o propósito de suplementar a aposentadoria de seus funcionários, um plano restrito a colaboradores com vínculo empregatício, contratado com a seguradora Sul América S.A., que possui como principal característica o fato da patrocinadora não ter a obrigação legal ou constituída de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos, caracterizando-se como um plano de contribuição definida. Atualmente, a Sociedade contribui com o mesmo montante depositado pelo funcionário, limitado a 1,8% da remuneração total.

No período findo em 30 de setembro de 2016, estes pagamentos foram de R\$437 (R\$379 em 30 de setembro de 2015).

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Seguro de vida

A Sociedade possui a política de seguro de vida a todos os seus colaboradores, onde o custo é totalmente pago pela Sociedade.

No período findo em 30 de setembro de 2016, estes pagamentos foram de R\$171 (R\$171 em 30 de setembro em 2015).

(c) Seguro saúde

O seguro saúde é oferecido aos colaboradores, de acordo com os critérios definidos em política interna, onde a Sociedade é responsável pelo pagamento de todo o prêmio da apólice. O plano de saúde oferecido abarca apenas os colaboradores e para os dependentes, a Sociedade tem a política de negociar um valor diferenciado com a seguradora, com débito de todo o prêmio devido pelo colaborador em folha de pagamento. No período findo em 30 de setembro de 2016 os valores correspondentes ao custo de Seguro Saúde pagos pela Sociedade foram de R\$4.359 (R\$3.986 em 30 de setembro de 2015).

(d) Benefícios pós-emprego

A Sociedade não concede benefícios pós-emprego, tais como complemento de aposentadoria, seguro e assistência médica, nem remuneração com base em participações em ações de seus administradores.

25 Transações com partes relacionadas

Os saldos apresentados abaixo referem-se a operações realizadas entre a Companhia e empresas relacionadas, no período/exercício findos em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

(a) Saldos decorrentes de operações de prestação de serviços

Ativo circulante – contas a receber	Controladora	
	30/09/2016	31/12/2015
Biocod Biotecnologia Ltda.		73
Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A. - CDDI		171
Diagnóstika - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda	334	2.464
Diagnóstika Rio - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda.		3
Diagnóstico Por imagem Sete Lagoas Ltda	23	23
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	1.628	3.631
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	123	318
Laboratório Padrão S.A.	1.771	1.562
	<u>3.879</u>	<u>8.245</u>

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>	
	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Passivo circulante - Fornecedor		
Biocod Biotecnologia Ltda.		2.411
Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A. - CDDI		468
Diagnóstico Por imagem Sete Lagoas Ltda		53
Diagnóstika - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda	82	34
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	5	
Laboratório Padrão S.A.		2
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	484	179
	<u>571</u>	<u>3.147</u>
Outros passivos		
EIVA – Empresa de Empreendimentos Imobiliários Vista Alegre		75
		<u>75</u>
(b) Operações de prestação de serviços		
	<u>Controladora</u>	
	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Receita de serviços (i)		
Biocod Biotecnologia Ltda.		300
Diagnóstika - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda	16	9
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	3.167	2.496
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	115	91
Laboratório Padrão S.A.	4.424	3.084
	<u>7.722</u>	<u>5.980</u>
	<u>7.722</u>	<u>5.980</u>
Custos dos serviços prestados (i)		
Biocod Biotecnologia Ltda.		4
Diagnóstico Por imagem Sete Lagoas Ltda	437	135
Diagnóstika - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda.	309	
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	3	1
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	2.505	618
	<u>3.254</u>	<u>758</u>
	<u>3.254</u>	<u>758</u>

As transações com partes relacionadas, conforme acima apresentadas, são realizadas a custo e são eliminadas nas informações trimestrais consolidadas.

(i) Valores correspondentes à prestação de serviços de análises clínicas.

Instituto Hermes Pardini S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**(c) Operações de aluguel**

	Controladora	
	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Passivo circulante (ii)		
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	35	35
	<u>35</u>	<u>35</u>
	Controladora	
	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Resultado (ii)		
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	317	317
	<u>317</u>	<u>317</u>

(ii) Valores correspondentes à rateio de aluguel de imóvel

As transações com outras empresas relacionadas consistem em despesas de aluguel de imóveis de propriedade da EIVA – Empresa de Empreendimentos Imobiliários Vista Alegre, cujos cotistas são AP Participações e Gestão de Negócios Eireli, VP Participações e Gestão de Negócios Eireli, RP Participações e Gestão de Negócios Eireli, totalizando R\$7.134 no período findo em 30 de setembro de 2016 (R\$ 9.006 no período findo em 30 de setembro de 2015).

(d) Centro de serviços compartilhados (CSC)

Os serviços compartilhados incorridos e transferidos para as controladas em 30 de setembro de 2016 e 30 de setembro de 2015 estão demonstrados a seguir:

	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	3.208	3.146
Diagnóstika - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica	1.307	1.697
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica	209	201
Centro Diferenciado de Diagnóstico por Imagem		85
Diagnóstico Por imagem Sete Lagoas Ltda	95	71
Laboratório Padrão S.A.	1.200	1.061
	<u>6.019</u>	<u>6.261</u>

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Operações de mútuos

Ativo Controladora

Mutuário	30/09/2016	31/12/2015	Taxa
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	35.832	30.830	CDI + 3,5% a.a.
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica		30	CDI + 3,5% a.a.
Centro Diferenciado de Diagnóstico por Imagem		367	CDI + 3,5% a.a.
MCF Serviços Médicos Ltda.		163	2,059% ao trimestre
	<u>35.832</u>	<u>31.390</u>	

A administração considera que não são requeridas garantias para as transações de mútuos com as empresas do grupo. As vigências dos contratos de mútuos são por prazos indeterminados.

As movimentações resumidas dos saldos de mútuos em setembro de 2016 e dezembro 2015 foram as seguintes:

	30/09/2016	31/12/2015
Saldos iniciais	31.390	32.049
Captações	3.921	6.866
Atualização monetária	4.283	4.794
Amortizações de principal	(3.742)	(8.785)
Amortizações de juros	(20)	(3.534)
Saldos finais	<u>35.832</u>	<u>31.390</u>

Receitas financeiras

Mutuário	30/09/2016	30/09/2015
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	4.263	3.376
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica	7	10
Centro Diferenciado de Diagnóstico por Imagem		40
MCF Serviços Médicos Ltda.	7	19
Laboratório Padrão S.A.	6	75
Diagnóstika - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica		108
Biocod Biotecnologia Ltda.		2
	<u>4.283</u>	<u>3.630</u>

Os saldos de dividendos a receber, demonstrados no balanço patrimonial da controladora referem-se às parcelas dos dividendos mínimos obrigatórios calculados pelas seguintes controladas:

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dividendos a receber	30/09/2016	31/12/2015
Laboratório Padrão S.A.	3.254	3.254
Diagpar Holding, S.A	1.751	1.751
Centro Diferenciado de Diagnóstico por Imagem		31
Laboratório Pro Abordagem - Progenética	416	416
	<u>5.421</u>	<u>5.452</u>

Os saldos a receber com partes relacionadas não eliminados na consolidação são os seguintes:

Mutuário	Consolidado		Taxa
	30/09/2016	31/12/2015	
Mútuo MCF Serviços Médicos Ltda.		163	2,059% ao trimestre

26 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
<i>Ativos financeiros:</i>				
<u>Empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	174.483	181.356	182.849	188.701
Contas a receber de clientes	166.092	103.117	197.321	125.137
Exposição a Riscos Cambiais	12.049	29.839	12.049	29.839
Depósitos judiciais	1.521	4.068	3.971	6.032
Dividendos a receber	5.421	5.452		
Outros Hedge		1.369		1.369
Créditos com empresas ligadas	35.832	31.390		163
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Aplicações Financeiras Vinculadas	7.423	7.870	7.423	7.870
<i>Passivos financeiros:</i>				
<u>Outros passivos mensurados ao custo amortizado:</u>				
Fornecedores	71.806	70.715	81.183	75.607
Empréstimos e financiamentos	87.313	134.095	93.143	141.571
Dividendos a pagar		16.628	170	17.030
Outros Hedge	1.384		1.384	
Parcelamentos tributários	35.078	40.167	45.951	52.254
Obrigações por compra de investimentos	20.730	17.872	20.730	17.872

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estimativa do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de determinados ativos e passivos financeiros. O valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.
- Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Com exceção do instrumento financeiro derivativo (*swap*), reconhecido pelo valor justo, a Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois:

- i. As taxas contratadas dos empréstimos e financiamentos para transações similares de FINAME e FINEP são próximas às taxas de juros atualmente praticadas no mercado, e/ou;
- ii. O vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às dos balanços.

Os principais fatores de riscos inerentes às operações da Companhia são expostos a seguir:

(a) Gestão do risco de capital

O Grupo administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

O Grupo não está sujeito a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia e de suas controladas. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento.

- (b)** Exposição a riscos de taxas de juros: o Grupo está exposto a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos e financiamentos contratados vinculados, principalmente ao CDI e taxas pré-fixadas.

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou um cenário provável de variação das taxas de juros de seus passivos financeiros (CDI em 11,00% ao ano), de acordo com a data de vencimento de cada operação. Tais taxas foram estressadas em -25% e -50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora						
30/09/2016						
Efeito no resultado						
	Indexador	Risco	Valor	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Aplicações financeiras	CDI	Baixa do CDI	170.286	18.731	14.048	9.365
Empréstimos e financiamentos	CDI	Baixa do CDI	(36.519)	(4.017)	(3.013)	(2.009)
Exposição líquida			133.767	14.714	11.035	7.356
Consolidado						
30/09/2016						
Efeito no resultado						
	Indexador	Risco	Valor	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Aplicações financeiras	CDI	Baixa do CDI	176.933	19.463	14.597	9.732
Empréstimos e financiamentos	CDI	Baixa do CDI	(36.519)	(4.017)	(3.013)	(2.009)
Exposição líquida			140.414	15.446	11.584	7.723

Passivos financeiros não derivativos:

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os passivos financeiros não derivativos são: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos derivativos para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e de taxa variável de juros. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge, nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*).

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (c) **Concentração de risco de crédito:** decorre da possibilidade de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. As atividades operacionais da Companhia, principalmente em relação às contas a receber, e as atividades de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros, geram exposição da Companhia ao mencionado risco de crédito. Para mitigar esses riscos, a Administração do Grupo acompanha rigorosamente os fluxos de recebíveis, além de fazer o acompanhamento permanente das posições em aberto. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.
- (d) **Exposição a riscos cambiais:** o resultado das operações do Grupo é afetado pelo risco de oscilações das taxas de câmbio, pois uma parcela de suas obrigações é denominada em moedas estrangeiras (euro e dólar norte-americano). Estes riscos são avaliados e, se necessários, mitigados pela área financeira, que monitora periodicamente os fluxos financeiros e operacionais do Grupo.

O Grupo possui os seguintes passivos em moeda estrangeira, que podem afetar o seu resultado pelas variações das taxas de câmbio:

	Moeda	Controladora		Consolidado	
		30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Fornecedores	EUR		906	5	917
Fornecedores	USD	757	1.073	757	1.073
Empréstimos e financiamentos	USD	12.721	19.346	12.721	19.346
Swap Cambial	USD	(12.721)	(19.346)	(12.721)	(19.346)

A Companhia contratou swaps visando se proteger do aumento da cotação do dólar, que influencia diretamente nos contratos de financiamentos. Os efeitos no resultado são reconhecidos em “receitas financeiras”, em contrapartida de “Instrumentos financeiros passivos” para o saldo de diferencial a pagar e em “Instrumentos financeiros ativos” para o saldo de diferencial a receber. As principais condições contratuais são as seguintes:

Vencimento	Valor Nocial 30/09/2016	Posição ativa		Posição passiva		Valor justo 30/09/2016	
		Indexador	Taxa (% a.a.)	Indexador	Taxa (% a.a.)		
Itaú	05/07/2018	50.000	USD	2,82%	CDI	1,50	12.049

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de risco cambial do Grupo, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

Adicionalmente o Instituto Hermes Pardini possui NDF (“Non – Deriverable Foward”) contratos de proteção cambial para as compras em moeda estrangeira em dólar, que no mês de setembro de 2016 totalizavam US\$ 1,500 milhões relativos aos meses de Outubro a dezembro de 2016.

Vencimento	Valor Nocial 30/09/2016	Controladora e consolidado		Valor justo 30/09/2016
		Forward média		
Itaú e Santander	12/12/2016	48.695	4.2197	1.384

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou um cenário provável de variação das taxas de câmbio de seus passivos financeiros, de acordo com a data de vencimento de cada operação. As taxas de câmbio prováveis utilizadas foram:

<u>Moeda</u>	<u>Cotações prováveis</u>
Dólar norte-americano	R\$3,2841
Euro	R\$3,6644

Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

A seguir, é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações nas taxas de câmbio sobre a exposição cambial líquida do Grupo:

	<u>30/09/2016</u>			
	<u>Controladora</u>			
	<u>Base</u>	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Remoto</u>
Exposição líquida em USD - Fornecedores	(2.458)	(3.003)	(3.003)	(3.003)
Exposição líquida em USD – Empréstimos	(41.465)	(41.776)	(52.220)	(62.664)
Instrumentos financeiros derivativos – SWAP (ponta ativa)	27.830	28.039	34.788	41.745
Exposição ativa (passiva) líquida após derivativos	<u>(16.093)</u>	<u>(16.740)</u>	<u>(20.435)</u>	<u>(23.922)</u>
Efeito Líquido da Variação Cambial - ganho / (perda)		(647)	(4.342)	(7.829)
	<u>30/09/2016</u>			
	<u>Consolidado</u>			
	<u>Base</u>	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Remoto</u>
Exposição líquida em EUR - Fornecedores	(19)	(18)	(23)	(27)
Exposição líquida em USD - Fornecedores	(2.458)	(3.003)	(3.003)	(3.003)
Exposição líquida em USD – Empréstimos	(41.465)	(41.776)	(52.220)	(62.664)
Instrumentos financeiros derivativos – SWAP	27.830	28.039	34.788	41.745
Exposição ativa (passiva) líquida após derivativos	<u>(16.112)</u>	<u>(16.758)</u>	<u>(20.458)</u>	<u>(23.949)</u>
Efeito Líquido da Variação Cambial – ganho / (perda)		(646)	(4.346)	(7.837)

- (e) **Risco de liquidez:** o risco de liquidez consiste na eventualidade de o Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com as obrigações associadas aos passivos financeiros em função dos diferentes prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações. O Grupo estrutura os vencimentos dos seus empréstimos e financiamentos conforme demonstrado na nota explicativa nº12. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é efetuado diariamente pelas suas áreas de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos e/ou aportes de capitais dos acionistas, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora			
	até 1 ano	entre 1 e 2 anos	mais de 2 anos	Total
<i>Ativo</i>				
Contas a receber	166.092			166.092
Partes relacionadas		35.832		35.832
<i>Passivo</i>				
Fornecedores	71.806			71.806
Empréstimos e financiamentos	28.146	36.442	22.725	87.313
Parcelamento de impostos	4.985	4.431	25.662	35.078
Outras contas a pagar	1.604		15.227	
Contas a pagar - aquisição de empresas	2.103	20.730		22.833
	Consolidado			
	até 1 ano	entre 1 e 2 anos	mais de 2 anos	Total
<i>Ativo</i>				
Contas a receber	197.321			197.321
<i>Passivo</i>				
Fornecedores	81.183			81.183
Empréstimos e financiamentos	30.109	38.213	24.821	93.143
Parcelamento de impostos	7.236	6.103	32.612	45.951
Outras contas a pagar	4.545		15.227	
Contas a pagar - aquisição de empresas	2.103	20.730		22.833

27 Informações por segmentos operacionais

As atividades desenvolvidas pela Companhia dividem-se, basicamente, nas seguintes áreas:

(i) Unidades de Atendimento (PSC)

São atendimentos direto ao cliente pela Companhia através de suas Unidades de Atendimento, que engloba os serviços incluídos no segmento Unidades de Atendimento, conforme descrito no Contexto Operacional (Nota Explicativa 1).

(ii) Laboratórios de Referência (lab-to-lab)

Referem-se a serviços de apoio a laboratórios conveniados em todo o território nacional através de uma grande capilaridade logística, sistemas de TI integrados, incluindo os exames conforme descrito no Contexto Operacional (Nota Explicativa 1), através das marcas “Hermes Pardini”, “Diagnóstika” e “Progenética”.

Desta forma, a Administração do Grupo IHP efetua análises baseada em dois segmentos de negócio relevantes, quais sejam: laboratórios de referências e unidades de atendimentos.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Apoio		Unidade		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Ágio	38.286	38.286	80.178	80.178	118.464	118.464
Imobilizado	803	901	1.327	1.556	2.130	2.457
Marcas e patentes	31	56	855	1.490	886	1.546
Contratos com clientes	1.344	1.424		75	1.344	1.499
Outros	320	348			320	348
Ativos não alocados					716.732	679.609
Total do ativo					839.876	803.923

As demonstrações dos resultados consolidados por segmento operacional são como segue:

	Apoio		Unidade		Eliminações /Reclassificações		Consolidado	
	9M2016	9M2015	9M2016	9M2015	9M2016	9M2015	9M2016	9M2015
Receita Líquida	400.399	327.816	282.637	257.436	(7.933)	(6.013)	675.102	579.239
Custos	(249.185)	(201.463)	(206.636)	(182.086)	6.801	3.755	(449.019)	(379.795)
Lucro Bruto	151.214	126.353	76.001	75.350	(1.132)	(2.258)	226.083	199.444
Despesas Operacionais:								
Com Vendas	(33.033)	(30.119)	(17.335)	(10.824)			(50.368)	(40.943)
Genais, Administrativas e outras	(20.767)	(22.345)	(29.239)	(23.174)		1.203	(50.006)	(44.316)
Resultado antes das despesas, financeiras líquidas (EBIT)	97.414	73.889	29.427	41.352	(1.132)	(1.055)	125.709	114.185
Despesas financeiras, líquidas							(908)	(9.336)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social							124.801	104.649
Imposto de renda e contribuição social							(40.863)	(33.707)
Lucro líquido							83.938	70.942

	Apoio		Unidade		Eliminações /Reclassificações		Consolidado	
	3T2016	3T2015	3T2016	3T2015	3T2016	3T2015	3T2016	3T2015
Receita Líquida	145.194	118.721	92.857	89.804	(3.251)	(2.131)	234.800	206.394
Custos	(88.001)	(72.180)	(69.863)	(64.086)	2.903	1.702	(154.961)	(134.564)
Lucro Bruto	57.193	46.541	22.993	25.718	(348)	(429)	79.839	71.830
Despesas Operacionais:								
Com Vendas	(12.809)	(10.329)	(8.383)	(5.229)			(21.192)	(15.558)
Genais, Administrativas e outras	(6.561)	(8.129)	(12.447)	(8.845)	3	(28)	(19.005)	(17.002)
Resultado antes das despesas, financeiras líquidas (EBIT)	37.823	28.082	2.163	11.644	(345)	(457)	39.642	39.270
Despesas financeiras, líquidas							7.895	(8.608)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social							47.537	30.662
Imposto de renda e contribuição social							(15.202)	(9.571)
Lucro líquido							32.335	21.091

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Remuneração de administradores

A sociedade é administrada por um conselho de administração composto por cinco membros. A remuneração trimestral aprovada para o conselho de administração e alta direção durante o período está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Período de três meses findos em 30 de setembro		Período de nove meses findo em 30 de setembro	
	2016	2015	2016	2015
Conselho de Administração:				
Remuneração	105	105	316	316
Benefícios	20	18	59	52
Administração e Diretoria Executiva:				
Honorários e remuneração	793	1.062	2.388	4.636
Participação nos lucros e resultados	712		2.364	8
Benefícios	70	65	208	204
Encargos sociais	306	404	922	1.736
	<u>2.006</u>	<u>1.654</u>	<u>6.257</u>	<u>6.952</u>

29 Seguros (não auditado)

É política da Sociedade e de suas controladas manter cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 30 de setembro de 2016 a Sociedade possuía apólices de seguro com indenização máxima prevista de R\$320.815, em que estão cobertos, entre outros, incêndios, alagamentos, acidentes de trabalho, danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O).

Todas as apólices de seguros foram contratadas em Sociedades de seguros do mercado brasileiro. O prêmio total pago é conforme o quadro abaixo:

	Consolidado	
	2016	2015
Risco nomeado	226	190
D&O	37	31
	<u>263</u>	<u>221</u>

As premissas de riscos adotados, devida à sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30 Lucro líquido por ação

O resultado por ação foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas da controladora no período findo em 30 de setembro de 2016 e 30 de junho de 2016 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias da Companhia em circulação neste semestre, comparativamente com o período findo em 30 de setembro de 2015 e 30 de junho de 2015, conforme a tabela abaixo. Durante o período findo em 30 de setembro de 2016, não houve alteração na quantidade de ações ordinárias e também não existem situações que possam provocar diluição.

	Controladora			
	Período de três meses findos em 30 de setembro		Período de nove meses findos em 30 de setembro	
	2016	2015	2016	2015
Lucro líquido de período atribuível aos acionistas da controladora	31.952	20.989	83.228	70.728
Número efetivo de ações (quantidade em milhares)	3.634	3.634	3.634	3.634
Resultado por ação básico e diluído- R\$	8,79	5,78	22,90	19,46

31 Transações não envolvendo caixa

Durante os exercício/período findos em 31 de dezembro de 2015 e 30 de setembro 2016, a Sociedade realizou aplicação de recursos não envolvendo caixa, portanto, não estando estas refletidas na demonstração dos fluxos de caixa. As referidas operações são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Aumento do saldo de empréstimos e financiamentos contra outros ativos em decorrência de contrato de swap cambial	(9.955)	22.676	(9.955)	22.676
Saldos de arrendamentos mercantis transferidos da rubrica de empréstimos e financiamentos para a rubrica de fornecedores		1.927		1.927
Liquidação de título descontado por contas a receber	(4.610)		(4.610)	
	(14.565)	24.603	(14.565)	24.603

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32 Eventos subsequentes

a) Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 9 dezembro de 2016, os acionistas da Companhia decidiram pela distribuição de dividendos no valor de R\$ 214.285.714,29 (duzentos e quatorze milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, setecentos e quatorze reais e vinte e nove centavos). Em 30 de janeiro de 2017, os acionistas decidiram, em Assembleia Geral Extraordinária, pela redução do montante da distribuição dos dividendos aprovados em 9 de dezembro de 2016, para o total de R\$ 67.400.000,00 (sessenta e sete milhões e quatrocentos mil reais), a serem pagos à conta da reserva de lucros da Companhia, conforme saldo existente na conta "retenção de lucros" das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Na oportunidade, a totalidade dos acionistas presentes renunciou, expressamente e sem quaisquer restrições, ao direito de receber o pagamento dos dividendos até o encerramento do exercício social de 2016, conforme art. 205, §3º, da Lei nº 6.404/1976.

A administração considera que a liquidação destes dividendos se dará com a própria geração de caixa da Companhia. Esta iniciativa aumentará alavancagem aprimorando o financiamento das atividades com a utilização de capital de terceiros, reduzindo a exposição do capital próprio.

b) Em 31 de agosto de 2016 o Conselho de Administração do Instituto Hermes Pardini aprovou a aquisição da totalidade da participação societária nas empresas Centro de Medicina Nuclear da Guanabara Ltda. e Diagnósticos Serviços Médicos Auxiliares Ltda., ambas com sede na cidade do Rio de Janeiro. O contrato de compra e venda de quotas referente a esta aquisição foi assinado pelas partes no dia 22 de outubro de 2016 e a aprovação sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) foi publicada no dia 2 de dezembro. A aquisição é parte da estratégia do Instituto Hermes Pardini de expansão do seu segmento de Unidades de Atendimento ao Paciente (PSCs) em grandes regiões metropolitanas.

O preço de aquisição da totalidade da participação societária nas empresas foi de R\$ 120.785 (cento e vinte milhões, setecentos e oitenta e cinco mil reais), sujeito a ajustes referentes a variação do capital de giro e variação da dívida líquida até a data de 31/12/2016. Deste valor, foram pagas uma parcela à vista no valor de R\$ 65.361 (sessenta e cinco milhões, trezentos e sessenta e um mil reais), uma parcela retida no valor de R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais) e uma parcela depositada a favor da conta de garantia de ajustes no valor de R\$ 5.424 (cinco milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil reais), com todos as parcelas liquidados no dia 23/12/2016. A administração do Instituto Hermes Pardini, até a data destas informações intermediárias, ainda não havia concluído a revisão da avaliação e mensuração dos ativos e passivos assumidos a valores justos, de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinação de negócios.

c) Em dezembro de 2016, a Sociedade celebrou contrato de compra e venda de ações, tendo por objeto a aquisição do restante do capital das sociedades, conforme percentuais descritos no quadro abaixo:

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Nome da Sociedade</u>	<u>Percentual de participação adquirido</u>	<u>Valor pago</u>	<u>Data da aquisição</u>
Laboratório Padrão S.A.	5%	3.455	29/12/2016
Laboratório Pró abordagem Genômica Diagnósticos S.A.	39%	8.485	29/12/2016
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	30%	13.500	29/12/2016

Parte dos valores pagos, no montante de R\$ 9.395, já estavam registrados no passivo, na rubrica “Obrigações por compra de investimentos” (Nota Explicativa 17). A diferença será registrada como transação com acionistas não controladores no patrimônio líquido da Companhia.

* * *

DIRETORIA

Roberto Santoro Meirelles
Diretor-Presidente

Camilo De Lelis Maciel Silva
Diretor Administrativo e Financeiro

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Fernando César Sales de Faria
Contador
CRC MG - 055.016/O-2

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Instituto Hermes Pardini
S.A e Controladas
Informações contábeis trimestrais
em 30 de junho 2016
e relatório dos auditores independentes



Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Instituto Hermes Pardini S.A. e Controladas

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do Instituto Hermes Pardini S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Reapresentação das as informações contábeis intermediárias

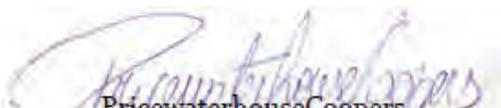
Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.1 (b) às informações contábeis intermediárias, que descreve a atualização e reemissão das informações contábeis intermediárias devido às circunstâncias descritas na referida nota explicativa. Emitimos nosso relatório de revisão anterior com data de 19 de janeiro de 2017 sobre as informações contábeis intermediárias emitidas anteriormente. Devido à atualização descrita na nota explicativa 2.1 (b), fornecemos este novo relatório de revisão sobre as informações contábeis intermediárias reemitidas.

Outros assuntos

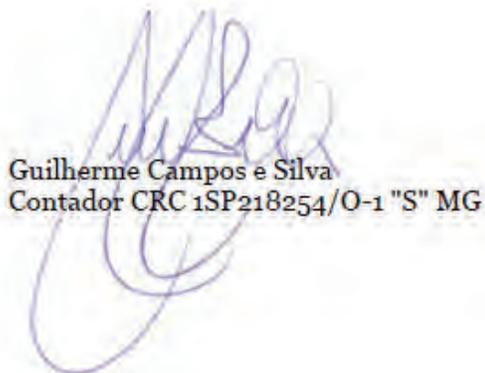
Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 30 de janeiro de 2017



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" MG



Guilherme Campos e Silva
Contador CRC 1SP218254/O-1 "S" MG

Instituto Hermes Pardini S.A.

Balanco patrimonial Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015		30/06/2016	31/12/2015		
Ativos										
Ativos circulantes										
Caixa e equivalentes de caixa	3	173.440	181.356	180.461	188.701		78.743	70.715	86.397	75.607
Contas a receber de clientes	4	157.729	103.117	190.786	125.137		38.306	41.108	46.741	47.263
Estoques	5	20.914	17.128	22.219	18.449		29.847	32.214	31.734	33.964
Impostos a recuperar	6	1.299	4.939	8.246	11.245		5.520	6.560	10.869	9.499
Dividendos a receber	25	5.421	5.452				16.628	16.628	17.089	17.030
Outros ativos circulantes	7	14.202	12.450	21.158	18.087	18	4.127	373	6.567	3.495
Total dos ativos circulantes		373.005	324.442	422.870	361.619		173.171	167.598	199.397	186.858
Ativos não circulantes										
Realizável a longo prazo:										
Depósitos judiciais	15	3.329	4.068	5.529	6.032	13	70.854	101.881	75.194	107.607
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	42.598	41.416	44.025	43.404	14	30.546	33.607	36.352	42.755
Contas a receber de partes relacionadas	25	34.608	31.390	51	163	15	9.194	9.514	10.253	10.965
Outros ativos não circulantes	7	21.822	38.031	21.822	38.038	16	27.104	17.872	2.695	3.062
Total do realizável a longo prazo		102.357	114.905	71.427	87.637	17	9.493	11.090	9.493	11.090
Total dos passivos não circulantes						18	147.191	173.964	161.091	193.351
Total dos passivos							320.362	341.562	360.488	380.209
Patrimônio líquido										
Capital social	8	143.179	146.603	367	360		148.802	148.802	148.802	148.802
Reservas de capital	9	148.471	156.014	197.448	208.246	19	51.090	51.090	51.090	51.090
Ajustes de avaliação patrimonial	10	25.691	20.663	143.693	146.061		4.562	5.084	4.562	5.084
Reservas de lucros		419.698	438.185	412.935	442.304		216.089	216.089	216.089	216.089
Lucros acumulados							51.798		51.798	
Patrimônio líquido dos acionistas da controladora							472.341	421.065	472.341	421.065
Participação dos não controladores									2.976	2.649
Total do patrimônio líquido							472.341	421.065	475.317	423.714
Total dos passivos e patrimônio líquido		792.703	762.627	835.805	803.923		792.703	762.627	835.805	803.923

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Demonstração do resultado

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora			
		Período de três meses findos em 30 de junho		Período de seis meses findos em 30 de junho	
		2016	2015	2016	2015
Receita líquida de prestação de serviços	20	191.883	157.839	364.863	305.464
Custo dos serviços prestados	21	(127.568)	(101.666)	(240.793)	(194.511)
Lucro bruto		64.315	56.173	124.070	110.953
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	21	(12.909)	(10.329)	(24.563)	(21.400)
Gerais, administrativas e outras	21	(11.005)	(12.112)	(22.280)	(22.992)
Equivalência patrimonial	8	1.862	1.644	5.938	3.977
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	1.039	463	(4.129)	(32)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		43.302	35.839	79.036	70.506
Resultado financeiro	23				
Receitas financeiras		10.447	8.288	16.513	13.895
Despesas financeiras		(9.645)	(4.417)	(23.541)	(9.064)
Variação cambial, líquida		1.065	259	2.340	(2.296)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		45.169	39.969	74.348	73.041
Imposto de renda e contribuição social	16				
Corrente		(13.205)	(10.677)	(24.203)	(20.973)
Diferido		(1.296)	(2.153)	1.131	(2.329)
		(14.501)	(12.830)	(23.072)	(23.302)
Lucro líquido do período		30.668	27.139	51.276	49.739
Lucro básico e diluído por ação – R\$		8,44	7,47	14,11	13,69

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Demonstração do resultado

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho

Em milhares de reais

	Nota	Consolidado			
		Período de três meses findos em 30 de junho		Período de seis meses findos em 30 de junho	
		2016	2015	2016	2015
Receita líquida de prestação de serviços	20	229.966	193.118	440.302	372.845
Custo dos serviços prestados	21	(155.186)	(128.010)	(294.058)	(245.231)
Lucro bruto		74.780	65.108	146.244	127.614
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	21	(15.941)	(12.418)	(29.176)	(25.385)
Gerais, administrativas e outras	21	(13.248)	(14.885)	(27.056)	(29.042)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	1.311	552	(3.945)	1.728
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		46.902	38.357	86.067	74.915
Resultado financeiro	23				
Receitas financeiras		9.739	7.393	14.613	11.951
Despesas financeiras		(10.726)	(5.089)	(25.751)	(10.516)
Variação cambial, líquida		1.063	199	2.335	(2.363)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		46.978	40.860	77.264	73.987
Imposto de renda e contribuição social	16				
Corrente		(14.334)	(11.457)	(26.548)	(22.627)
Diferido		(1.728)	(2.136)	887	(1.509)
		(16.062)	(13.593)	(25.661)	(24.136)
Lucro líquido do período		30.916	27.267	51.603	49.851
Lucro atribuível a:					
Acionistas da controladora		30.668	27.139	51.276	49.739
Participações não controladoras		248	128	327	112

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Demonstração do resultado abrangente Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho Em milhares de reais

	Controladora			
	Período de três meses findos em 30 de junho		Período de seis meses findos em 30 de junho	
	2016	2015	2016	2015
Lucro líquido do período	30.668	27.139	51.276	49.739
Outros resultados abrangentes				
Resultado abrangente total do período	<u>30.668</u>	<u>27.139</u>	<u>51.276</u>	<u>49.739</u>
	Consolidado			
	Período de três meses findos em 30 de junho		Período de seis meses findos em 30 de junho	
	2016	2015	2016	2015
Lucro líquido do período	30.916	27.267	51.603	49.851
Outros resultados abrangentes				
Resultado abrangente total do período	<u>30.916</u>	<u>27.267</u>	<u>51.603</u>	<u>49.851</u>
Resultado abrangente total atribuível a:				
Acionistas da controladora	30.668	27.139	51.276	49.739
Participações não controladoras	248	128	327	112
Resultado abrangente total do período	<u>30.916</u>	<u>27.267</u>	<u>51.603</u>	<u>49.851</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Nota	Capital Social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido dos Acionistas da controladora	Participações não controladoras	Patrimônio líquido consolidado
				Legal	Retenção de lucros	Total					
Saldos em 31 de dezembro de 2014		148.802	51.090	9.222	136.622	145.844	6.143	351.879	3.921	355.800	
Lucro líquido do período								49.739		49.851	
Transações com não controladores	19.d						(499)		(1.326)	(1.326)	
Realização do custo atribuído por depreciação								499			
Saldos em 30 de junho de 2015		148.802	51.090	9.222	136.622	145.844	5.644	50.238	2.707	404.325	
Saldos em 31 de dezembro de 2015		148.802	51.090	13.607	202.482	216.089	5.084	421.065	2.649	423.714	
Lucro líquido do período								51.276	327	51.603	
Realização do custo atribuído por depreciação	19.d						(522)	522			
Saldos em 30 de junho de 2016		148.802	51.090	13.607	202.482	216.089	4.562	472.341	2.976	475.317	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Período de seis meses findos em 30 de Junho Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido do período	51.276	49.739	51.603	49.851
Ajustes para conciliar o resultado do caixa e equivalente de caixa gerados pelas atividades operacionais:				
Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado do período	23.072	23.302	25.661	24.136
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa e glosas	1.386	1.962	2.762	2.951
Depreciações e amortizações	13.744	13.846	17.503	17.171
Valor residual de ativos imobilizado e intangível baixados	4.431	277	4.750	486
Equivalência patrimonial	(5.938)	(3.977)		
Despesas de juros de empréstimos, financiamentos, parcelamentos e mútuos	3.151	4.367	6.817	7.679
Constituição de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	1.042	1.335	652	829
Atualização de passivos por compra de investimentos	9.232	(3.757)	9.232	(3.757)
	101.396	87.094	118.980	99.346
Varição nos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber de clientes	(57.417)	(73.035)	(73.003)	(75.655)
Estoques	(3.786)	(667)	(3.770)	(711)
Impostos a recuperar	3.722	(7.619)	2.999	(8.566)
Outros ativos (circulante e não circulante)	(1.667)	(4.967)	(3.067)	(4.998)
Depósitos judiciais	739	(100)	503	(114)
Fornecedores	7.690	11.654	10.790	13.400
Obrigações fiscais, sociais, salários e parcelamentos	(16.048)	6.015	(14.963)	7.325
Outros passivos (circulante e não circulante)	1.459	(1.708)	1.534	(3.598)
	36.088	16.667	40.003	26.429
Caixa gerado pelas atividades operacionais	36.088	16.667	40.003	26.429
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:				
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e parcelamentos	(5.576)	(3.752)	(8.022)	(6.543)
Pagamento de riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(1.422)	(552)	(1.471)	(577)
Imposto de renda e contribuição social pagos durante o período	(11.266)	(5.892)	(12.102)	(6.563)
	17.824	6.471	18.408	12.746
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	17.824	6.471	18.408	12.746
Fluxo de caixa das atividades de investimento:				
Aquisição de imobilizado e intangível	(8.402)	(22.030)	(9.087)	(25.464)
Créditos com empresas ligadas	(2.581)	2.185	112	83
	(10.983)	(19.845)	(8.975)	(25.381)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(10.983)	(19.845)	(8.975)	(25.381)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:				
Empréstimos e financiamentos:				
- Captações		94		98
- Amortizações	(12.716)	(2.116)	(13.426)	(3.083)
Pagamento principal de parcelamentos	(3.166)	(4.075)	(4.247)	(5.150)
Provisão para distribuição de dividendos		353		
Dividendos pagos		(16.308)		(16.710)
Transações com não controladores				(1.326)
	(15.882)	(22.052)	(17.673)	(26.171)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(15.882)	(22.052)	(17.673)	(26.171)
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(9.041)	(35.426)	(8.240)	(38.806)
Varição no caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	181.356	161.471	188.701	170.668
Efeito líquido por incorporação	1.125			
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	173.440	126.045	180.461	131.862
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(9.041)	(35.426)	(8.240)	(38.806)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Hermes Pardini

Demonstração do valor adicionado Período de seis meses findos em 30 de junho Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas	386.718	322.993	466.475	394.580
Vendas brutas de produtos e serviços	387.856	324.901	468.990	397.220
Outras receitas	248	54	247	311
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.386)	(1.962)	(2.762)	(2.951)
Insumos adquiridos de terceiros	(191.794)	(142.033)	(219.430)	(166.655)
Custo dos serviços prestados	(140.986)	(102.168)	(150.093)	(109.108)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(50.361)	(39.482)	(68.807)	(57.154)
Perda/recuperação de valores ativos	(447)	(383)	(530)	(393)
Valor adicionado bruto	194.924	180.960	247.045	227.925
Depreciação, amortização, exaustão e <i>impairment</i>	(13.744)	(13.846)	(17.503)	(17.171)
Valor adicionado líquido gerado	181.180	167.114	229.542	210.754
Valor adicionado recebido em transferência	29.669	21.489	21.925	15.723
Participação nos lucros de controladas	5.938	3.977		
Receitas financeiras	19.368	15.557	17.486	13.661
Outras	4.363	1.955	4.439	2.062
Valor adicionado total a distribuir	210.849	188.603	251.467	226.477
Pessoal e encargos	65.274	60.801	85.436	81.276
Remuneração direta	44.250	41.107	59.094	56.414
Benefícios	16.782	15.394	20.665	19.387
F.G.T.S	4.242	4.300	5.677	5.475
Impostos, taxas e contribuições	59.598	56.401	72.575	67.362
Federais	50.205	48.566	60.312	57.224
Estaduais	19	2	19	4
Municipais	9.374	7.833	12.244	10.134
Remuneração de capitais de terceiros	34.701	21.662	41.853	27.988
Juros	24.621	13.022	26.854	14.589
Aluguéis	10.080	8.350	14.903	13.104
Outras		290	96	295
Lucros retidos	51.276	49.739	51.276	49.739
Participação dos não-controladores nos lucros retidos			327	112
Distribuição do valor adicionado	210.849	188.603	251.467	226.477

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

O Instituto Hermes Pardini S.A. (“Hermes Pardini”, “Sociedade” ou “Controladora”), em conjunto com suas controladas (“Grupo Hermes Pardini” ou “Grupo”), tem por objetivo a prestação de serviços médicos e odontológicos, laboratoriais de pesquisas, análises clínicas e auxiliares de complementação diagnóstica e terapêutica, podendo participar em outras empresas como sócio, acionista ou cotista.

A Controladora é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Fundada em 2 de fevereiro de 1977, a Sociedade possui 65 unidades próprias localizadas nas cidades de Belo Horizonte, Betim, Contagem, Pedro Leopoldo, Nova Lima, Santa Luzia, Sabará, Sete Lagoas e Vespasiano, todas localizadas no Estado de Minas Gerais. O Grupo Hermes Pardini também atua na atividade de apoio laboratorial e possui cerca de 5.300 laboratórios parceiros em 1.783 cidades localizadas no Brasil.

Em 2015, 2014, 2013 e 2012, a Sociedade celebrou contratos de compra e venda de ações / cotas, tendo por objeto a aquisição do capital social de empresas de seu ramo de atuação, conforme percentuais descritos no quadro abaixo:

<u>Nome da controlada</u>	<u>Principal atividade</u>	<u>Local de Constituição e operação</u>	<u>% de participação</u>	<u>Data do investimento</u>
2015				
Laboratório Padrão S.A.	Serviços de patologia clínica e anatômica	Brasil	15%	08/12/2015
2014				
Anatomical Lab Anatomia Patológica e Citopatologia Ltda. (alterado para Diagnóstika Rio – Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda.)	Serviços de anatomia patológica, citopatologia e imunopatologia	Brasil	71,4%	10/01/2014
2013				
Laboratório Padrão S.A.	Serviços de patologia clínica e anatômica	Brasil	80%	04/07/2013
Diagpar Holding S.A.	Participações em empresas de serviços de patologia cirúrgica e citologia	Brasil	71,40%	23/07/2013
2012				
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	Exames diagnósticos por imagem na área médica	Brasil	70%	05/10/2012
Biocod Biotecnologia Ltda.	Serviços de identificação genética	Brasil	100%	21/12/2012
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	Laboratórios clínicos	Brasil	61%	07/12/2012

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2014, 2013 e 2012, a Sociedade constituiu as seguintes empresas:

<u>Nome da controlada</u>	<u>Principal atividade</u>	<u>Local de Constituição e operação</u>	<u>% de participação</u>	<u>Data do Investimento</u>
2014				
IHP Comércio de Produtos para Saúde S.A.	Comercio Varejista de produtos farmacêuticos	Brasil	100%	17/02/2014
2013				
HP Import., Com. Loc. Prod. Máq. Equip. Diagn. Ltda.	Importação de máquinas e equipamentos	Brasil	100%	16/01/2013
Centro Diferenciado de Diagnóstico por Imagem S.A. - CDDI	Serviços de diagnóstico por imagem	Brasil	100%	06/05/2013
2012				
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda.	Análises clínicas	Brasil	70%	16/12/2012

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de janeiro de 2016, foi aprovada a incorporação das empresas Biocod Biotecnologia Ltda e Centro Diferenciado de Diagnóstico por Imagem S.A. - CDDI, subsidiárias integrais da Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação com versão da totalidade dos ativos, dos passivos e do patrimônio para a Companhia. Tal incorporação se justifica pelo fato de atender às diretrizes estratégicas da Companhia de simplificação e racionalização administrativa e financeira. O resumo dos saldos incorporados é como segue:

	<u>Biocod Biotecnologia Ltda</u>	<u>Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A. - CDDI</u>	<u>Total Incorporado</u>
<u>Aivos</u>	<u>01/01/2016</u>	<u>01/01/2016</u>	<u>01/01/2016</u>
Aivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.042	83	1.125
Contas a receber de clientes	2.595	578	3.173
Outros ativos circulantes	111	18	129
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo:			
Outros ativos não circulantes	50	4	54
Imobilizado	416	230	646
Intangível	118	4	122
Total dos ativos	4.332	917	5.249
Passivo e Patrimônio Líquido			
Passivo circulante			
Fornecedores	114	224	338
Empréstimos e financiamentos	151		151
Dividendos mínimos obrigatórios		31	31
Obrigações fiscais, sociais e salários	219	90	309
Outros passivos circulantes	692	6	698
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	454		454
Provisão para riscos	60		60
Obrigações com partes relacionadas		367	367
Patrimônio líquido			
Capital social	758	100	858
Reserva de lucros	1.884	99	1.983
Total do passivos e Patrimônio Líquido	4.332	917	5.249

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Base de elaboração, apresentação das demonstrações contábeis, e resumo das principais práticas contábeis

(a) Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) (Demonstração Intermediária) e de acordo com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

As práticas e políticas contábeis (que incluem os princípios de mensuração, reconhecimento e avaliação dos ativos e passivos) além dos principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas adotadas na elaboração destas informações trimestrais estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas na Nota 2 das demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas conforme as práticas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) e divulgadas em 30 de janeiro de 2017, e portanto, devem ser analisadas em conjunto.

As informações condensadas trimestrais estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia e moeda de apresentação.

As informações trimestrais da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 30 de janeiro de 2017.

(b) Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas. O controle é obtido quando a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma investida para auferir benefícios de suas atividades e está exposta ou tem direitos a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento com as investidas. Nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade, as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As controladas da Companhia, assim como sua participação (direta e indireta), estão demonstradas a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Controladas diretas		
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	70%	70%
Biocod Biotecnologia Ltda.		100%
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	61%	61%
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda. - CEMEDI	70%	70%
Centro Diferenciado de Diagnóstico por Imagem S.A. - CDDI		100%
Diagpar Holding S.A.	71,4%	71,4%
HP Importação, Comércio e Locação de Produtos, Máquinas e Equipamentos Diagnósticos S.A.	100%	100%
Laboratório Padrão S.A.	95%	95%
IHP Comércio de Produtos para Saúde S.A.	100%	
Controladas indiretas		
Neocode – Patologia Cirúrgica e Biologia Molecular Ltda	71,4%	71,4%
Diagnóstika - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda.	70,7%	70,7%
Diagnóstika Rio - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda.	71,4%	71,4%

As controladas indiretas são sociedades controladas pela Diagpar Holding S.A..

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detem controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retermos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 8.

Os resultados das controladas adquiridas no decorrer do exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição. O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Sociedade e às participações não controladoras, mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações.

Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora no patrimônio líquido (ou passivo a descoberto, quando aplicável) das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

A parcela relativa aos não controladores no patrimônio líquido das controladas é apresentada destacadamente no patrimônio líquido consolidado.

2.1 Reemissão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

(a) Reemissão das informações contábeis intermediárias em 19 de janeiro de 2017

Essas novas informações contábeis intermediárias da controladora e do consolidado para o período findo em 30 de junho de 2016, reapresentadas em 19 de janeiro de 2017, apresentam correções em relação àquelas divulgadas em 12 de dezembro de 2016, principalmente em virtude da complementação de determinadas notas explicativas, conforme abaixo mencionado:

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Intangível

Em relação à nota explicativa 10 “Intangível”, houve complementação das divulgações para alinhamento ao item 134 (d) do CPC 01 (R1), com a inclusão da metodologia de cálculo utilizada, das premissas de crescimento de receita específicas por empresas, do crescimento nominal dos custos e despesas, da taxa de desconto utilizada e do percentual de crescimento nominal médio ao ano para todas as unidades geradoras de caixa.

(ii) Patrimônio líquido

A nota explicativa 19 “Patrimônio Líquido”, foi complementada à luz do artigo 168, § 1º da Lei nº 6.404/76, com a divulgação do capital social autorizado aprovado no estatuto social datado de 9 de dezembro de 2016.

(iii) Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A nota explicativa 26 “Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos”, foi complementada para conter todas as divulgações requeridas no item 20 do CPC 40 (R1), bem como readequações para sua melhor apresentação.

(iv) Remuneração de administradores

A nota explicativa 28 “Remuneração de administradores”, foi complementada em virtude da inclusão dos encargos sociais e benefícios incorridos no período.

(b) Reemissão das presentes informações contábeis intermediárias em 30 de janeiro de 2017

Em 30 de janeiro de 2017, a administração da Companhia decidiu por reapresentar as novas informações contábeis intermediárias para o período de 30 de junho de 2016, antes reapresentadas em 19 de janeiro de 2017, para incluir na nota explicativa 32, de eventos subsequentes, a decisão dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária em 30 de janeiro de 2017, de reduzir o montante da distribuição dos dividendos do valor de R\$ 214.286 para o valor total de R\$ 67.400 (nota 32).

3 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem os montantes em caixa, contas de depósito bancário e aplicações financeiras e estão assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	5.993	17.310	6.264	21.683
Aplicações financeiras	167.447	164.046	174.197	167.018
Total	173.440	181.356	180.461	188.701

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário ou Compromissadas, com liquidez imediata, sujeitas a risco insignificante de mudança de valor justo, sendo consideradas, portanto, equivalentes de caixa. A Sociedade possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na data de apresentação das demonstrações financeiras não existiam diferenças entre o valor contábil de caixa e equivalentes de caixa e o valor justo.

Estes instrumentos tiveram com remuneração média de 99,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 30 de junho de 2016.

4 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Duplicatas a receber	120.906	75.192	140.845	82.879
Serviços executados a faturar (a)	40.050	35.184	60.293	54.132
	160.956	110.376	201.138	137.011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.429)	(5.888)	(3.925)	(7.221)
Provisão para perda de serviços executados a faturar	(1.798)	(1.371)	(3.451)	(1.972)
Provisão para perda de glosas			(2.976)	(2.681)
	157.729	103.117	190.786	125.137

(a) Os serviços executados a faturar referem-se a serviços prestados cujos respectivos documentos fiscais ainda não haviam sido emitidos quando dos encerramentos dos balanços.

O saldo das contas a receber por idade de vencimento em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 está distribuído conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Valores a vencer	142.054	91.461	171.799	112.669
De 1 a 60 dias	14.028	9.173	16.449	11.770
De 61 a 120 dias	1.647	2.483	5.514	3.379
Acima de 120 dias	1.429	5.888	3.925	7.221
Outros valores a vencer	1.798	1.371	3.451	1.972
	160.956	110.376	201.138	137.011

Os outros valores a vencer referem-se as contas a receber não faturadas que a Administração entende não serem recuperáveis na data das demonstrações financeiras, tendo constituído provisão para perdas para todo o montante em aberto.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída para os títulos vencidos acima de 120 dias e sua movimentação é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Saldo inicial	5.888	5.278	7.221	6.514
Constituições	1.531	7.998	3.786	9.832
Reversões	(145)	(2.156)	(1.024)	(3.645)
Baixas	(5.845)	(5.232)	(6.058)	(5.480)
Saldo final	1.429	5.888	3.925	7.221

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Material de escritório	609	599	708	702
Material direto (a)	16.422	12.764	17.219	13.719
Material auxiliar	2.425	2.344	2.705	2.534
Material de manutenção	1.018	962	1.025	962
Outros	440	459	562	532
	<u>20.914</u>	<u>17.128</u>	<u>22.219</u>	<u>18.449</u>

(a) Consiste, principalmente, de kits reagentes utilizados como insumos na realização de exames de análises clínicas.

6 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social antecipados (a)	443	430	4.514	2.925
IR e CS retidos sobre prestação de serviços (b)	324	1.065	2.583	3.976
PIS e COFINS retidos sobre prestação de serviços (b)	84	2.790	256	3.278
ISS retidos sobre prestação de serviços (b)	49	49	370	369
Imposto de renda retido sobre rendimentos de aplicações financeiras	14	14	39	45
Outros	385	591	484	652
	<u>1.299</u>	<u>4.939</u>	<u>8.246</u>	<u>11.245</u>

(a) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social recolhidos por estimativa, sobre serviços prestados no exercício corrente e em períodos anteriores.

(b) Refere-se aos impostos retidos, quando do recebimento pelos serviços prestados, que serão compensados com impostos futuros devidos.

7 Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Adiantamento a fornecedor	3.413	1.483	3.867	1.557
Despesa antecipada	3.104	3.750	3.332	3.977
Adiantamento a funcionários	1.174	4.515	1.313	4.821
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 18)	8.187	7.870	8.187	7.870
Exposição a riscos cambiais (a)	13.635	29.839	13.635	29.839
Outros ativos	6.511	3.024	12.646	8.061
	<u>36.024</u>	<u>50.481</u>	<u>42.980</u>	<u>56.125</u>
Ativo circulante	14.202	12.450	21.158	18.087
Ativo não circulante	21.822	38.031	21.822	38.038

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) Resultado do derivativo contratado para proteção contra a oscilação da taxa de câmbio no contrato de empréstimo e financiamento em moeda estrangeira, descrito nas Notas Explicativas 13 e 26 (d).

8 Investimentos

Os saldos e informações sobre os investimentos em controladas são os seguintes:

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda.	2.570	2.380
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	5.476	5.096
Laboratório Padrão S.A.	72.899	70.913
HP Import. Com. Loc. Prod. Máq. Equip. Diagn. Ltda.	998	974
Diagpar Holding S.A.	46.407	42.987
Biocod Biotecnologia Ltda.		9.132
Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A. - CDDI		199
IHP Comércio de Produtos para Saúde S.A	67	89
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	<u>14.762</u>	<u>14.833</u>
	<u>143.179</u>	<u>146.603</u>

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentada nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

Controladas						2016	
	<u>Saldos em 2015</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Incorporação</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Realização de valor justo</u>	<u>Saldos em 2016</u>	
Ativo							
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda.	2.380			190		2.570	
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagn. Ltda.	5.096			422	(42)	5.476	
Laboratório Padrão S.A.	70.913	(31)		2.369	(352)	72.899	
HP Import. Com. Loc. Prod. Máq. Equip. Diagn. Ltda.	974			24		998	
Diagpar Holding S.A.	42.987			3.493	(73)	46.407	
Biocod Biotecnologia Ltda.	9.132		(9.132)				
Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A.	199		(199)				
IHP Comercio de Produtos para Saude S.A.	89			(22)		67	
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	<u>14.833</u>			<u>(44)</u>	<u>(27)</u>	<u>14.762</u>	
	<u>146.603</u>	<u>(31)</u>	<u>(9.331)</u>	<u>6.432</u>	<u>(494)</u>	<u>143.179</u>	
						2015	
Controladas	<u>Saldos em 2014</u>	<u>Reclas-sificação</u>	<u>Aporte de capital</u>	<u>Realização de mais valia</u>	<u>Dividendos recebidos</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Saldos em 2015</u>
Ativo							
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda.	2.200					180	2.380
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagn. Ltda.	5.211			(95)	(416)	396	5.096
Laboratório Padrão S.A.	67.240	(31)		(910)	(1.067)	5.681	70.913
HP Import. Com. Loc. Prod. Máq. Equip. Diagn. Ltda.	938					36	974
Diagpar Holding S.A.	40.788			(208)	(1.053)	3.460	42.987
Biocod Biotecnologia Ltda.	8.414			(73)		791	9.132
Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A.	87	(94)			(31)	237	199
IHP Comercio de Produtos para Saude S.A.	89		100			(11)	89
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	<u>15.785</u>			<u>(437)</u>		<u>(515)</u>	<u>14.833</u>
	<u>140.663</u>	<u>(125)</u>	<u>100</u>	<u>(1.723)</u>	<u>(2.567)</u>	<u>10.255</u>	<u>146.603</u>

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os principais saldos constantes nas demonstrações financeiras das controladas em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro 2015 são os seguintes:

	<u>30/06/2016</u>					
Controladas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado líquido
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda.	1.727	2.368	424		3.671	271
Laboratório Pro-Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	4.482	1.265	1.896	170	3.681	691
Laboratório Padrão S.A.	15.149	15.349	12.795	1.504	16.199	2.369
HP Import. Com. Loc. Prod. Máq. Equip. Diagn. Ltda.	927	74	4		997	24
Diagpar Holding S.A.	13.973	2.539	6.391	987	9.134	3.493
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	22.639	29.514	13.912	42.938	(4.697)	(44)
IHP Comercio de Produtos para Saude S.A	65	4	2		67	(22)
						<u>31/12/2015</u>
Controladas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado líquido
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda.	1.240	2.507	347		3.400	257
Laboratório Pro-Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	3.801	1.296	1915	192	2.990	649
Laboratório Padrão S.A.	11.933	15.959	12.145	1.917	13.830	4.503
HP Import. Com. Loc. Prod. Máq. Equip. Diagn. Ltda.	909	88	23		974	35
Diagpar Holding S.A.	12.505	2.543	7.719	1.691	5.638	3.239
Biocod Biotecnologia Ltda.	3.748	584	1.176	514	2.642	791
Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A. - CDDI	679	238	351	367	199	237
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	18.620	31.494	11.896	42.871	(4.653)	57
IHP Comercio de Produtos para Saude S.A	85	6	1	1	89	(11)

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Imobilizado

	Controladora							
	Vidas úteis anuais		30/06/2016			31/12/2015		
			Custo	Depreciação		Custo	Depreciação	
	Máxima	Mínima		Acumulada	Líquido		Acumulada	Líquido
Edificações	40	13	9.743	(3.484)	6.259	9.743	(3.209)	6.534
Veículos	5	5	976	(903)	73	976	(882)	94
Móveis e utensílios	10	10	10.909	(5.622)	5.287	10.812	(5.157)	5.655
Equipamentos de informática	5	3	32.983	(28.517)	4.466	32.367	(27.451)	4.916
Máquinas e equipamentos	10	10	129.777	(73.659)	56.118	125.911	(67.508)	58.403
Equipamentos de segurança	10	10	604	(175)	429	599	(144)	455
Instalações	40	5	58.413	(32.874)	25.539	58.402	(30.221)	28.181
Equipamentos de comunicação	10	10	1.335	(956)	379	1.328	(906)	422
Equipamentos de refrigeração	10	4	10.164	(5.567)	4.597	10.116	(5.264)	4.852
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25	1	45.189	(9.901)	35.288	44.011	(9.014)	34.997
Imobilizado em trânsito			5.242		5.242	5.242		5.242
Imobilizado em andamento			4.710		4.710	5.926		5.926
Benfeitorias em andamentos			84		84	337		337
			<u>310.129</u>	<u>(161.658)</u>	<u>148.471</u>	<u>305.770</u>	<u>(149.756)</u>	<u>156.014</u>

	Consolidado							
	Vidas úteis anuais		30/06/2016			31/12/2015		
			Custo	Depreciação		Custo	Depreciação	
	Máxima	Mínima		Acumulada	Líquido		Acumulada	Líquido
Edificações	40	13	9.743	(3.484)	6.259	9.743	(3.209)	6.534
Veículos	5	5	1.141	(1.068)	73	1.141	(1.042)	99
Móveis e utensílios	10	10	14.970	(7.458)	7.512	14.838	(6.821)	8.017
Equipamentos de informática	5	3	37.618	(31.664)	5.954	37.202	(30.388)	6.814
Máquinas e equipamentos	10	10	171.607	(92.710)	78.897	168.075	(84.999)	83.076
Equipamentos de segurança	10	10	691	(224)	467	680	(186)	494
Instalações	40	5	58.972	(33.308)	25.664	59.044	(30.665)	28.379
Equipamentos de comunicação	10	10	1.517	(1.030)	487	1.517	(977)	540
Equipamentos de refrigeração	10	4	12.615	(6.338)	6.277	12.531	(5.934)	6.597
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25	1	70.481	(14.659)	55.822	69.084	(13.263)	55.821
Imobilizado em trânsito			5.242		5.242	5.242		5.242
Imobilizados em andamento			4.710		4.710	5.954		5.954
Benfeitorias em andamentos			84		84	679		679
			<u>389.391</u>	<u>(191.943)</u>	<u>197.448</u>	<u>385.730</u>	<u>(177.484)</u>	<u>208.246</u>

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do saldo do imobilizado é demonstrada a seguir:

	Controladora						
	2015	Adições	Baixas	Incorporação	Depreciação	Transferências	2016
Edificações	6.534				(275)		6.259
Veículos	94				(21)		73
Móveis e utensílios	5.655	122	(16)	7	(479)	(2)	5.287
Equipamentos de informática	4.916	617		5	(1.072)		4.466
Máquinas e equipamentos	58.403	2.604	(33)	467	(6.478)	1.155	56.118
Equipamentos de segurança	455	3		1	(30)		429
Instalações	28.181				(2.653)	11	25.539
Equipamentos de comunicação	422			6	(49)		379
Equipamentos de refrigeração	4.852	188	(46)	3	(378)	(22)	4.597
Benfeitorias em imóveis de terceiros	34.997	1.460	(540)	157	(911)	125	35.288
Imobilizado em trânsito	5.242						5.242
Imobilizados em andamento	5.926					(1.216)	4.710
Benfeitorias em andamentos	337	26	(228)			(51)	84
	156.014	5.020	(863)	646	(12.346)		148.471

	Controladora					
	2014	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	2015
Edificações	7.086			(552)		6.534
Veículos	136			(42)		94
Móveis e utensílios	5.330	1.243	(31)	(914)	27	5.655
Equipamentos de informática	5.769	1.698	(8)	(2.543)		4.916
Máquinas e equipamentos	55.929	14.030	(316)	(12.858)	1.618	58.403
Equipamentos de segurança	425	86		(56)		455
Instalações	33.489			(5.308)		28.181
Equipamentos de comunicação	509	20		(107)		422
Equipamentos de refrigeração	4.363	1.364	(136)	(742)	3	4.852
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25.913	6.717	(4)	(1.772)	4.143	34.997
Imobilizado em trânsito		5.436	(194)		-	5.242
Imobilizados em andamento	2.442	8.334	(3.202)		(1.648)	5.926
Benfeitorias em andamentos	336	4.203	(59)		(4.143)	337
	141.727	43.131	(3.950)	(24.894)		156.014

	Consolidado					
	2015	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	2016
Edificações	6.534			(275)		6.259
Veículos	99			(26)		73
Móveis e utensílios	8.017	131	(32)	(660)	56	7.512
Equipamentos de informática	6.814	625	(16)	(1.475)	6	5.954
Máquinas e equipamentos	83.076	2.965	(33)	(8.263)	1.152	78.897
Equipamentos de segurança	494	8		(38)	3	467
Instalações	28.379			(2.668)	(47)	25.664
Equipamentos de comunicação	540		(1)	(54)	2	487
Equipamentos de refrigeração	6.597	231	(50)	(494)	(7)	6.277
Benfeitorias em imóveis de terceiros	55.821	1.663	(711)	(1.423)	472	55.822
Imobilizado em trânsito	5.242				-	5.242
Imobilizados em andamento	5.954				(1.244)	4.710
Benfeitorias em andamento	679	26	(228)		(393)	84
	208.246	5.649	(1.071)	(15.376)		197.448

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					
	2014	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	2015
Edificações	7.086			(552)		6.534
Veículos	152			(53)		99
Móveis e utensílios	7.474	1.828	(54)	(1.258)	27	8.017
Equipamentos de informática	7.695	2.465	(10)	(3.335)	(1)	6.814
Máquinas e equipamentos	80.197	17.626	(316)	(16.049)	1.618	83.076
Equipamentos de segurança	464	91		(61)		494
Instalações	33.723			(5.344)		28.379
Equipamentos de comunicação	634	28	(1)	(122)	1	540
Equipamentos de refrigeração	6.099	1.603	(157)	(963)	15	6.597
Benfeitorias em imóveis de terceiros	43.517	10.392	(8)	(2.683)	4.603	55.821
Imobilizado em trânsito		5.436	(194)			5.242
Imobilizados em andamento	2.678	8.334	(3.410)		(1.648)	5.954
Benfeitorias em andamento	566	4.827	(99)		(4.615)	679
	<u>190.285</u>	<u>52.630</u>	<u>(4.249)</u>	<u>(30.420)</u>		<u>208.246</u>

As principais adições ocorridas no primeiro semestre de 2016 estão relacionadas a aquisições de máquinas e equipamentos e de benfeitorias. As aquisições de máquinas e equipamentos tiveram como finalidade a ampliação da capacidade operacional e as benfeitorias a modernização das lojas de atendimento.

10 Intangível

		Controladora			
		30/06/2016			2015
	Vidas úteis (em anos)	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Ágio e mais valia		6.296		6.296	
Mais valia de ativos		194	(31)	163	
Softwares	5	35.356	(16.216)	19.140	17.157
Outros		92		92	3.506
Total		<u>41.938</u>	<u>(16.247)</u>	<u>25.691</u>	<u>20.663</u>
		Consolidado			
		30/06/2016			2015
	Vidas úteis (em anos)	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Ágio		118.464		118.464	118.464
Softwares	5	38.131	(17.668)	20.463	18.701
Marcas	5	4.010	(2.436)	1.574	2.170
Contratos com clientes	2 a 20	2.650	(583)	2.067	2.237
Desenvolvimento de novos exames	15	1.060	(247)	813	4.262
Outros		343	(31)	312	227
Total		<u>164.658</u>	<u>(20.965)</u>	<u>143.693</u>	<u>146.061</u>

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do saldo de intangíveis é demonstrada a seguir:

	Controladora	
	30/06/2016	31/12/2015
Saldos em 1º de janeiro	20.663	13.109
Adições	3.382	9.999
Incorporações	122	
Amortizações	(1.398)	(2.445)
Baixas (a)	(3.568)	
Reclassificação do Ágio por Incorporação de controladas	6.296	
Reclassificação da mais valia ativos por incoação de controlada	194	
Saldos em 30 de junho	<u>25.691</u>	<u>20.663</u>
	Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
Saldos em 1º de janeiro	146.061	139.535
Adições	3.438	10.562
Amortizações	(2.127)	(4.036)
Baixas (a)	(3.679)	
Saldos em 30 de junho	<u>143.693</u>	<u>146.061</u>

a) A administração realizou avaliação dos ativos mantidos em desenvolvimento de projetos e baixou aqueles identificados como não recuperáveis nos montantes de R\$ 3.568 e R\$ 3.679 nos saldos da controladora e consolidado respectivamente.

Os ágios reconhecidos na comparação dos ativos líquidos adquiridos e as contraprestações transferidas estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	18.577	18.577
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	2.707	2.707
Laboratório Padrão S.A.	55.305	55.305
Diagpar Holding S.A.	35.344	35.344
Biocod Biotecnologia Ltda. (Incorporada pela Companhia conforme Nota 1)	6.296	6.296
Diagnóstika Rio - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda.	235	235
	<u>118.464</u>	<u>118.464</u>

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Alocação do Ágio às Unidades Geradoras de Caixa

Os ágios e as marcas foram submetidos ao teste de redução ao valor recuperável (“impairment”) e não foi identificada necessidade de ajustes aos valores dos ágios e marcas.

O teste de impairment foi realizado de acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e os valores do ágio por expectativa de rentabilidade futura (“goodwill”) foram alocados por entidade legal, sendo que no entendimento da Administração esta alocação representa o mais baixo nível no qual o ágio é monitorado em seus relatórios internos. O teste de impairment não sofreu alterações em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 11 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

A metodologia utilizada para os cálculos de impairment foi a de fluxo de caixa descontado. Os testes consistem na análise da rentabilidade dos investimentos, avaliando os resultados apurados das investidas e as projeções de orçamentos dos anos futuros disponibilizados pela administração da Companhia.

Na elaboração dos testes do valor recuperável dos ativos da Companhia, foram consideradas premissas de crescimento de receita específicas por empresas, que variam de 8,4% a 9,4% de acordo com a realidade de demanda dos seus mercados e taxas de ocupação da capacidade instalada. Essas premissas de crescimento de receita foram embasadas por iniciativas presentes no plano de negócios, assumindo um crescimento médio anual da receita líquida em decorrência de volume e preço.

Em relação aos custos e despesas, foi considerado um crescimento nominal com base na taxa de inflação para os próximos anos de 7,5% a 8,1 ao ano. Uma vez que a maior parte dos contratos de aluguel, fornecedores, serviços de manutenção e serviços de terceiros são reajustados de acordo com índices de inflação, essa premissa reflete a realidade do crescimento de custos da empresa.

A taxa de desconto utilizada foi calculada com base na taxa livre de risco, risco país, prêmio de tamanho e o beta do setor. Também é levada em consideração a estrutura de capital atual da Companhia e sua evolução ao longo do período em questão, bem como a alocação tributária de cada parcela do capital, próprio e de terceiros. A taxa calculada foi de 14,7% e foi a mesma utilizada para todas as unidades geradoras de caixa.

O período de tempo utilizado para a elaboração do fluxo de caixa foi de 7 anos uma vez que este é o período utilizado pela Companhia para sua modelagem financeira e consequentes projeções de longo prazo, adicionado um valor de perpetuidade com crescimento nominal médio de 4,5% ao ano para todas as unidades geradoras de caixa.

A Administração acredita que eventuais mudanças nas principais premissas utilizadas no teste não resultariam numa redução dos valores recuperáveis a níveis inferiores aos custos registrados destas unidades geradoras de caixa.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Fornecedores

A composição dos fornecedores pode ser assim apresentada:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Nacionais	72.036	62.642	79.646	67.494
Internacionais	6.707	8.073	6.751	8.113
Total	<u>78.743</u>	<u>70.715</u>	<u>86.397</u>	<u>75.607</u>

A Sociedade coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conformes os termos originalmente acordados.

Composto substancialmente por materiais para exames, serviços, fornecedores de informática, máquinas e equipamentos e obras de infraestrutura. Os prazos médios de pagamentos dos fornecedores são de 52 dias.

12 Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas

A composição é demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Salários e encargos sociais	25.709	22.698	31.659	27.006
Impostos retidos a recolher	1.093	1.798	1.341	2.145
Impostos sobre vendas	4.222	3.200	5.950	4.168
Impostos de renda e contribuição social a recolher	7.282	12.847	7.791	13.379
PIS e COFINS sobre receita financeira		565		565
	<u>38.306</u>	<u>41.108</u>	<u>46.741</u>	<u>47.263</u>

Os impostos e contribuições municipais, estaduais e federais incidentes sobre as operações da Sociedade estão sujeitos à fiscalização por parte das autoridades governamentais durante um prazo de cinco anos.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Capital de giro (a)	54.977	79.955	56.155	81.181
Finep	35.211	38.021	35.211	38.614
Títulos descontados	19	4.610	19	4.610
Leasing financeiro		34		34
FINAME	10.494	11.475	15.543	17.132
	<u>100.701</u>	<u>134.095</u>	<u>106.928</u>	<u>141.571</u>
Passivo circulante	29.847	32.214	31.734	33.964
Passivo não circulante	70.854	101.881	75.194	107.607

O valor justo dos empréstimos e financiamentos não diferem significativamente dos seus respectivos saldos contábeis. Informações sobre exposição ao risco de taxa, variação cambial e liquidez estão apresentadas na nota explicativa 26.

As taxas de juros dos empréstimos de capital de giro variam de CDI + juros entre 1,5% e 1,7% ao ano. Os contratos de Finep têm taxa de juros de 5% ao ano. Os títulos descontados têm taxa de juros de 19,13% ao ano. Os contratos de leasing financeiro têm taxa de juros de 16,0% ao ano. Já os contratos de FINAME têm taxas anuais de juros variando entre 3,0% e 12,76%.

- (a) Em 2013, a Sociedade contratou empréstimo com o Itaú BBA, denominado em dólares norte-americanos, no montante original de US\$22.262 mil, acrescidos de juros de 2,82% ao ano. Para proteção do risco de variação cambial sobre este empréstimo foi contratada operação de *swap*, trocando a moeda para reais e fixando a taxa de juros em CDI+1,5% ao ano. O prazo de vencimento do *swap* é o mesmo do empréstimos conforme divulgado na nota explicativa 26.

Garantias:

(i) Capital de giro:

- Cessão de direitos creditórios (SWAP) para contrato de operação em dólar 4131.
- Cessão de direitos creditórios da UNIMED-BH e Aval dos sócios para contrato de operação em Reais.

(ii) Finep:

- Fiança Bancaria

(iii) Títulos Descontados

- Cessão de direitos creditórios de títulos

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Leasing e Finame:

- Alienação fiduciária dos próprios bens adquiridos, composto principalmente por equipamentos de imagens e ressonâncias magnéticas.

O cronograma de pagamento dos saldos de empréstimos e financiamentos em 30 de junho de 2016 e os respectivos valores nominais são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	Valores registrados	Desembolsos Esperados	Valores registrados	Desembolsos Esperados
2016	17.833	18.881	18.774	19.997
2017	31.850	35.893	33.737	38.150
2018	30.621	33.673	32.275	35.583
2019	8.380	9.525	9.375	10.676
Após 2019	12.017	12.778	12.767	13.706
	<u>100.701</u>	<u>110.750</u>	<u>106.928</u>	<u>118.112</u>

As movimentações resumidas dos saldos de empréstimos e financiamentos em 2015 e junho de 2016 foram as seguintes:

	2016	2015
Controladora		
Saldos iniciais (circulante e não circulante)	134.095	117.606
Captações		15.088
Atualização monetária	4.294	9.681
Amortizações de principal	(12.716)	(20.810)
Amortizações de juros	(4.780)	(9.448)
Variação Cambial	(16.205)	22.676
Liquidação de título descontado por contas a receber	(4.592)	
Outros - reclassificações		(698)
Incorporação de controladas	605	
Saldos finais (circulante e não circulante)	<u>100.701</u>	<u>134.095</u>
Consolidado		
Saldos iniciais (circulante e não circulante)	141.571	125.042
Captações		16.983
Atualização monetária	4.602	10.135
Amortizações de principal	(13.426)	(22.687)
Amortizações de juros	(5.022)	(10.084)
Variação Cambial	(16.205)	22.880
Liquidação de título descontado por contas a receber	(4.592)	
Outros - reclassificações		(698)
Saldos finais (circulante e não circulante)	<u>106.928</u>	<u>141.571</u>

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cláusulas restritivas:

Determinados empréstimos possuem cláusulas financeiras restritivas (“covenants”), incluindo, entre outros, garantias reais, restrições quanto à mudança, transferência ou cessão de controle societário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência do credor. Os *covenants* de índices financeiros são os seguintes:

<u>Descrição da cláusula restritiva</u>	<u>Índice requerido</u>
Dívida Líquida(i) / EBITDA (ii)	> 3,5
EBITDA (ii)/ Despesa Financeira Líquida (iii)	< 2,0

(i) Dívida Líquida - soma dos saldos de empréstimos e financiamentos menos saldo de caixa e equivalentes de caixa.

(ii) EBITDA -lucro antes do resultado financeiro, impostos sobre a renda, depreciações e amortizações.

(iii) Despesa Financeira Líquida - todas as despesas financeiras menos o total das receitas financeiras.

A administração acompanha o atendimento das cláusulas estabelecidas para o exercício e entende que a Sociedade em 30 de junho de 2016 não possui indicativo que não cumprirá as cláusulas de covenants estabelecidas nos contratos.

14 Parcelamentos tributários

Descrição	Item	Controladora		Consolidado	
		30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Parcelamento ISSQN - 1998 a 2007	(a)	1.323	3.759	1.323	3.759
Parcelamento - multa referente à emissão de documento fiscal	(b)	1.919	1.859	1.919	1.859
Parcelamento ISSQN				4.132	4.260
Parcelamento - Lei nº 11.941/09	(c)	30.818	31.500	35.395	36.176
Parcelamento - Lei nº 12.996/14	(d)	1.183	2.202	2.018	3.669
Parcelamento Pis e COFINS 2011	(e)	823	847	823	847
Outros				1.611	1.684
		<u>36.066</u>	<u>40.167</u>	<u>47.221</u>	<u>52.254</u>
Passivo circulante		5.520	6.560	10.869	9.499
Passivo não circulante		30.546	33.607	36.352	42.755

(a) Refere-se a autos de infração lavrados pela fiscalização municipal decorrente de: (i) apuração e recolhimento, por parte da Sociedade, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN na modalidade SPL - Sociedade de Profissional Liberal, durante o período compreendido entre janeiro de 1998 a dezembro de 2002. Em 18 de janeiro de 2008, a Sociedade parcelou o referido débito em 180 meses; (ii) recolhimento a menor de ISSQN durante o período de janeiro de 2003 a julho de 2007 cujo parcelamento inicial para pagamento em 60 meses, obtido em 6 de setembro de 2007, foi renegociado em setembro de 2008, em função da compensação de parte dos valores em aberto com precatórios municipais adquiridos pela Sociedade.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Refere-se a auto de infração lavrado pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, em função de emissão de documento fiscal não autorizado pelo referido órgão no período de 1998 a 2002. Em 18 de janeiro de 2008, a Sociedade parcelou o referido débito em 180 meses. Em dezembro de 2010, houve redução do valor parcelado em função da proposição de Lei nº 306/10 da Câmara Municipal de Belo Horizonte, datada de 29 de dezembro de 2010 (transformada na Lei nº 10.082/11 em 12 de janeiro de 2011), que reduziu de 5% para 1% a multa por emissão documento fiscal diverso daquele estabelecido pela legislação tributária municipal.

(c) A Sociedade, com base na Lei Federal nº 11.941, de 27 de maio de 2009, formalizou a opção pelo programa de parcelamento instituído pela referida legislação. Dessa forma, todos os débitos incluídos em parcelamentos federais anteriores, bem como obrigações decorrentes de disputas administrativas e judiciais no que tange a processos tributários e previdenciários foram migrados para este programa. Sobre os valores foram aplicados os percentuais de redução para parcelamento em até 180 parcelas.

(d) A Sociedade, com base na Lei Federal nº 12.996, de 18 de junho de 2014, formalizou a opção pelo programa de parcelamento instituído pela referida legislação. Dessa forma, outros débitos foram incluídos em parcelamentos federais ordinários, bem como obrigações decorrentes de disputas administrativas e judiciais no que tange a processos tributários foram migrados para este programa. Sobre os valores foram aplicados os percentuais de redução para parcelamento em até 30 parcelas.

(e) Refere-se ao auto de infração lavrado pela Receita relativo a aproveitamento de créditos de PIS e COFINS considerados indevidos no ano de 2011. Em 2015, a Sociedade formalizou a opção pelo parcelamento ordinário em 60 (sessenta) parcelas.

As movimentações resumidas dos saldos de parcelamentos em 31 de dezembro de 2015 e 30 de junho de 2016 foram as seguintes:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Controladora		
Saldos iniciais (circulante e não circulante)	40.167	46.833
Adições		891
Atualização monetária	1.574	3.652
Amortizações de principal	(3.166)	(8.369)
Amortizações de juros	(2.509)	(2.840)
Saldos finais (circulante e não circulante)	<u>36.066</u>	<u>40.167</u>
Consolidado		
Saldos iniciais (circulante e não circulante)	52.254	60.579
Adições		892
Atualização monetária	2.215	5.002
Amortizações de principal	(4.248)	(10.387)
Amortizações de juros	(3.000)	(3.832)
Saldos finais (circulante e não circulante)	<u>47.221</u>	<u>52.254</u>

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Provisão para riscos

A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões de natureza fiscal, trabalhistas e cíveis. As provisões para riscos são determinadas com base em análises das ações judiciais em curso, autuações e avaliações de riscos onde os prognósticos de perda são considerados prováveis pela administração e pelos seus consultores jurídicos. A composição e a movimentação da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são assim demonstradas.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Fiscal (a)	2.374	2.819	2.545	2.819
Trabalhistas (b)	3.176	3.106	3.911	4.435
Cíveis (c)	3.644	3.589	3.797	3.711
	<u>9.194</u>	<u>9.514</u>	<u>10.253</u>	<u>10.965</u>
Depósitos judiciais (realizável a longo prazo)	<u>3.329</u>	<u>4.068</u>	<u>5.529</u>	<u>6.032</u>

Durante o primeiro semestre, ocorreram movimentações da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que encontram-se resumidas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Saldo inicial	9.514	6.652	10.965	8.625
Adições por incorporação de controladas	60			
Adições	2.139	7.880	2.501	8.378
Pagamentos	(1.422)	(4.135)	(1.471)	(4.178)
Reversões (d)	(1.097)	(883)	(1.849)	(1.860)
Reclassificações			107	
Saldo final	<u>9.194</u>	<u>9.514</u>	<u>10.253</u>	<u>10.965</u>

Com referência aos processos classificados como de risco de perda provável, destacam-se as seguintes discussões na Sociedade e em suas controladas.

(a) Fiscais

As provisões para riscos fiscais referem-se, principalmente a:

(i) Autos de infração lavrados pela Prefeitura Municipal de Contagem - MG, decorrentes do recolhimento a menor, entre junho de 2002 e junho de 2003 e respectivas multas por descumprimento de obrigações acessórias. O montante reconhecido em 30 de junho de 2016 é de R\$446 (R\$709 em 31 de dezembro de 2015);

(ii) Mandado de Segurança objetivando afastar a incidência do imposto de renda retido na fonte - IRRF sobre os valores apurados a título de correção monetária dos depósitos judiciais, cujo montante é de R\$624 em 30 de junho de 2016 (R\$ 584 em 31 de dezembro de 2015).

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Mandado de segurança objetivando promover o desembaraço aduaneiro e a liberação de bens importados, sem comprovação de recolhimento do ICMS, pelo fornecedor. Em 30 de junho de 2016, o valor discutido monta em R\$ 453 (R\$ 424 em 31 de dezembro de 2015).

(iv) Auto de infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal de Ribeirão Preto - SP decorrentes de créditos tributários relativos a Cofins Importação – Adicional de 1%. O montante em 30 de junho de 2016 é de R\$ 406.

(v) Liminar em Mandato de Segurança determinando ao INSS se abstenha de exigir a contribuição previdenciária incidente sobre a verba para seus empregados nos prazos 15 dias de afastamento por motivo de doença ou acidente, sobre o aviso prévio indenizado e o adicional de 1/3 de férias. Em 30 de junho de 2016, o valor discutido monta em R\$ 392 (R\$ 1.068 em 31 de dezembro de 2015).

(b) Trabalhistas

No que diz respeito aos processos trabalhistas em geral, as matérias discutidas são: (i) horas extras; (ii) adicional de insalubridade e periculosidade; (iii) comissões; (iv) equiparação salarial; e (v) danos morais e materiais. Considerando as perdas históricas efetivamente liquidadas, a Administração do Grupo considera que a provisão constituída é suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

O total de reclamações trabalhistas nas quais a Sociedade é parte, em 30 de junho de 2016, monta em aproximadamente R\$8.840 (R\$8.762 em 31 de dezembro de 2015), dos quais, a Administração da Sociedade, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão para riscos no montante de R\$3.176 (R\$3.106 em 31 de dezembro de 2015).

(c) Cíveis

A provisão para risco de natureza cível é constituída com base em critérios objetivos, tendo por base a análise individual das ações. O julgamento da probabilidade de desfecho desfavorável é feito com base na análise da Administração, em conjunto com os advogados da Sociedade. Em 30 de junho de 2016, o total de reclamações de natureza cível monta em aproximadamente R\$15.754 (R\$18.056 em 31 de dezembro de 2015), dos quais a Administração da Sociedade constituiu provisão para riscos no montante de R\$3.644 (R\$3.589 em 31 de dezembro de 2015).

(d) Principais reversões

Nos exercícios de 2016 e 2015, as principais reversões ocorreram nas provisões trabalhistas, em função de acordos praticados.

(e) Processos com risco de perda possível

Em 30 de junho de 2016, a Sociedade possui um montante de aproximadamente R\$4.891 (R\$10.647 em 31 de dezembro de 2015) referentes a outros processos classificados como risco de perda possível pelos seus assessores legais, referentes a questões tributárias.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Os créditos tributários podem ser assim demonstrados

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<u>Ativo:</u>				
Créditos constituídos sobre:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	486	2.002	530	2.359
Provisão para riscos	2.987	3.235	3.181	3.406
Provisão para tributos sobre receitas a faturar	581	478	616	516
Provisão outras despesas temporariamente indedutíveis	1.600	470	2.072	507
Provisão para perda de glosas			648	412
Prejuízo fiscal			485	1.400
Ativo fiscal diferido proveniente de ágio em incorporação reversa (i)	33.195	35.748	33.195	35.748
Provisão PLR	1.590	1.596	1.590	1.596
Atualização opção de compra de investimento	2.422		2.422	
Outros	2.088	1.222	2.124	1.310
	<u>44.949</u>	<u>44.751</u>	<u>46.863</u>	<u>47.254</u>
<u>Passivo:</u>				
Custo atribuído ao ativo imobilizado (iii)	2.351	2.618	2.838	3.133
Atualização opção de compra de investimento		717		717
	<u>2.351</u>	<u>3.335</u>	<u>2.838</u>	<u>3.850</u>
Total líquido ativo (líquido)	<u>42.598</u>	<u>41.416</u>	<u>44.025</u>	<u>43.404</u>
Impostos diferidos sobre mais valia de ativos (ii)			2.695	3.062
Total passivo			<u>2.695</u>	<u>3.062</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2012 a Sociedade incorporou a investidora GIF Aperana Participações S.A., cujo saldo do ágio anteriormente registrado na investidora foi integralmente provisionado no momento da incorporação gerando um crédito tributário no valor de 34% do valor do ágio. Referido crédito tributário foi reconhecido em reserva especial de ágio na incorporação em contrapartida de imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, que está sendo utilizado pela Companhia desde 2013 até 2023.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos em combinação de negócios, em decorrência da mais valia de ativos identificados não reconhecidos anteriormente, conforme abaixo demonstrado:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativos totais identificados a valor justo	36.664	36.664
(-) Ativos já reconhecidos anteriormente	(20.563)	(20.563)
(-) Realização por depreciação e amortização	(8.175)	(7.094)
Mais valia proveniente da aquisição de controladas, líquida	<u>7.926</u>	<u>9.007</u>
Impostos sobre a mais valia em combinação de negócios	<u>2.695</u>	<u>3.062</u>

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado.

Em 30 de junho de 2016, com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo ativo de imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre diferenças intertemporais é demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2016	8.935	11.999
2017	6.401	6.374
2018	6.401	6.374
2019	5.190	5.163
2020 em diante	<u>15.671</u>	<u>14.115</u>
Total	<u>42.598</u>	<u>44.025</u>

(b) Imposto de renda e contribuição social - conciliação entre as despesas nominal e efetiva

A conciliação entre as despesas nominal e efetiva do imposto de renda e contribuição social para os períodos é como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	74.348	73.041	77.264	73.987
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculado à alíquota nominal	<u>(25.278)</u>	<u>(24.834)</u>	<u>(26.270)</u>	<u>(25.155)</u>
Ajustes à despesa nominal:				
Resultado de equivalência patrimonial	2.019	1.352		
Efeito sobre resultados de controladas tributadas pelo lucro presumido			1.121	413
Outras exclusões (adições), líquidas	<u>187</u>	<u>180</u>	<u>(512)</u>	<u>606</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(23.072)</u>	<u>(23.302)</u>	<u>(25.661)</u>	<u>(24.136)</u>

As declarações de rendimentos da Sociedade estão sujeitas à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Outros impostos, taxas e contribuições estão também sujeitas a estas condições, conforme legislação aplicável.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Obrigações por compra de investimentos

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	12.095	8.684
Laboratório Padrão S.A.	3.021	3.317
Diagpar Holding S.A.	<u>11.988</u>	<u>5.871</u>
Não circulante	<u>27.104</u>	<u>17.872</u>

Na data de aquisição dos investimentos listados acima, a Companhia outorgou aos proprietários das participações não controladoras, opções para que estes a seu exclusivo critério, vendam a totalidade das ações detidas por eles nas controladas “Laboratório Padrão”; “Diagpar Holding” e “IHP Digimagem Medicina Diagnóstica”. Na mesma data, os proprietários das participações não controladoras outorgaram à Sociedade opções para que a mesma a seu exclusivo critério, compre o restante das ações detidas pelos não controladores nas empresas antes mencionadas.

As opções foram precificadas com base no valor justo das ações, com base nas condições contratadas, na data de encerramento destas demonstrações financeiras.

As opções podem ser exercidas em até 45 dias contados dos aniversários da data de assinatura de cada acordo, assim sendo:

Opções de venda que poderão ser exercidas pelos não controladores quando

i) Com a maturação dos vencimentos definidos contratualmente, apresentados a seguir:

Empresa	Vencimento		
	Primeiro	Segundo	Terceiro
Laboratório Padrão S.A.	Incorrido	04/07/2017	
Diagpar Holding S.A.	24/07/2018	24/07/2019	24/07/2020
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.		Indeterminado	

ii) Caso seja aprovada a oferta pública da Companhia, os acionistas não controladores terão direito de solicitar que sejam iniciados os procedimentos para o exercício da opção de venda do total de suas ações, podendo ser a liquidação dessa operação através de troca de ações da Companhia ou em dinheiro.

Opções de compra que poderão ser exercidas pela controladora quando

i) Determinadas obrigações assumidas em contrato não forem cumpridas pelos não controladores;

ii) Com a maturação dos vencimentos definidos contratualmente, apresentados a seguir:

Empresa	Vencimento		
	Primeiro	Segundo	Terceiro
Laboratório Padrão S.A.	04/07/2017		
Diagpar Holding S.A.	24/07/2021	24/07/2022	24/07/2023
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.		Indeterminado	

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Adiantamentos de clientes	522	74	2.373	1.770
Obrigações vinculadas (a)	9.627	9.310	9.686	9.310
Outros Hedge	2.428		2.428	
Outros	1.043	2.079	1.573	3.505
	<u>13.620</u>	<u>11.463</u>	<u>16.060</u>	<u>14.585</u>
Circulante	4.127	373	6.567	3.495
Não circulante	9.493	11.090	9.493	11.090

- (a) As obrigações vinculadas referem-se a retenções de valores dos pagamentos aos vendedores na compra das controladas, IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A., Biocod Biotecnologia Ltda., Diagpar Holding S.A. e Laboratório Padrão S.A., que serão disponibilizados aos vendedores após o cumprimento de determinadas cláusulas contratuais existentes em acordo de aquisição de controle societário. Essas obrigações estão garantidas por aplicações financeiras efetuadas pela Companhia, com utilização restrita:

	30/06/2016	31/12/2015
Obrigações vinculadas	9.627	9.310
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 7)	(8.187)	(7.870)
	<u>1.440</u>	<u>1.440</u>

19 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 o capital da Companhia está representado por 3.633.665 ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal. As ações do capital social são assim distribuídas:

	Ações ordinárias normativas	Participação %
AP Participações e Gestão de Negócios Eireli	825.965	22,73%
RP Participações e Gestão de Negócios Eireli	825.965	22,73%
VP Participações e Gestão de Negócios Eireli	825.965	22,73%
Aurea Maria Pardini	21.890	0,60%
Regina Pardini	21.890	0,60%
Victor Pardini	21.890	0,60%
GIF IV Fundo de Investimentos e Participações	1.090.100	30,01%
Total	<u>3.633.665</u>	<u>100,00%</u>

Na data desta demonstração, o capital social autorizado é de R\$ 2.000.000 (dois bilhões de reais).

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reserva de capital

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro 2015 está composta por:

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Constituição de reserva especial de ágio na incorporação	51.069	51.069
Incorporação de controladora	<u>21</u>	<u>21</u>
	<u>51.090</u>	<u>51.090</u>

Em 31 de dezembro de 2012 a Sociedade incorporou a investidora GIF Aperana Participações S.A., cujo saldo do ágio anteriormente registrado na investidora foi integralmente provisionado no momento da incorporação gerando reserva especial de ágio na incorporação no montante de 34% sobre o valor do ágio, registrado como imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos.

(c) Destinação do resultado

- (i) Reserva legal: de acordo com o artigo nº 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal somada às reservas de capital supera em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.
- (ii) Reserva de retenção de lucros: A administração é responsável pela destinação do lucro de acordo com o estatuto social ou seu instrumento legal e pela observância da legislação societária que trata do assunto e foi dado cumprimento ao estabelecido. Os lucros excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios têm sido transferidos para a conta de reserva de retenção de lucros. Em 31 de dezembro de 2015, em decorrência do lucro auferido no exercício, as reservas de lucros superaram o capital social da Companhia. Em cumprimento ao artigo 199 da Lei 6.404/76, os acionistas da Companhia deliberaram, em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 9 de dezembro de 2016 e 30 de janeiro de 2017, pela distribuição de dividendos contra o saldo da reserva de retenção de lucros, conforme descrito na Nota 32.
- (iii) Dividendos mínimos obrigatórios: aos acionistas é assegurado o dividendo mínimo estatutário de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária brasileira, após a constituição da reserva legal, quando aplicável.

A Sociedade reconhece os dividendos a pagar em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização dos Pagamentos Dividendos, ou seja, os valores somente são registrados no passivo como dividendos a pagar quando aprovados pela Assembleia de Acionistas, exceto o dividendo mínimo obrigatório, que é reconhecido nas demonstrações financeiras ao final do exercício, independentemente de já terem sido ratificados pela referida assembleia.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se ao valor atribuído ao custo do ativo imobilizado existentes na abertura do exercício de 2009, cujos efeitos aumentaram o ativo imobilizado e tiveram como contrapartida o Patrimônio Líquido, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos. A movimentação do ajuste de avaliação patrimonial ocorrida no período/exercício findos em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 pode ser assim demonstrada:

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo inicial	5.084	6.143
Realização por depreciação	<u>(522)</u>	<u>(1.059)</u>
Saldo final	<u><u>4.562</u></u>	<u><u>5.084</u></u>

(e) Participações não controladoras

As participações não controladoras reconhecidas na data de aquisição nas demonstrações financeiras consolidadas foram mensuradas inicialmente com base no valor justo dos ativos líquidos das investidas e, após a data de aquisição, através das movimentações destas empresas controladas, e totalizavam R\$2.976 em 30 de junho 2016 (R\$2.649 em 2015).

20 Receita líquida de prestação de serviços

A conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do período é apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>			
	<u>Período de três meses findos em 30 de junho</u>		<u>Período de seis meses findos em 30 de junho</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita bruta de prestação de serviços	206.722	170.801	393.096	330.565
(-) Glosas	(2.221)	(2.619)	(4.103)	(4.804)
(-) Vendas canceladas e outros abatimentos	(640)	(416)	(1.137)	(860)
(-) Impostos sobre serviços	<u>(11.978)</u>	<u>(9.927)</u>	<u>(22.993)</u>	<u>(19.437)</u>
Receita líquida de prestação de serviços	<u><u>191.883</u></u>	<u><u>157.839</u></u>	<u><u>364.863</u></u>	<u><u>305.464</u></u>

	<u>Consolidado</u>			
	<u>Período de três meses findos em 30 de junho</u>		<u>Período de seis meses findos em 30 de junho</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita bruta de prestação de serviços	248.471	208.757	475.781	403.421
(-) Glosas	(2.974)	(2.536)	(5.593)	(5.155)
(-) Vendas canceladas e outros abatimentos	(669)	(564)	(1.198)	(1.046)
(-) Impostos sobre serviços	<u>(14.862)</u>	<u>(12.539)</u>	<u>(28.688)</u>	<u>(24.375)</u>
Receita líquida de prestação de serviços	<u><u>229.966</u></u>	<u><u>193.118</u></u>	<u><u>440.302</u></u>	<u><u>372.845</u></u>

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Informações sobre a natureza dos custos e das despesas reconhecidas na demonstração dos resultados

A Sociedade apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração dos resultados é apresentada a seguir:

	Controladora			
	Período de três meses findos em 30 de junho		Período de seis meses findos em 30 de junho	
	2016	2015	2016	2015
Material direto e de consumo	53.485	40.061	101.631	76.657
Serviços técnicos especializados	7.162	4.111	12.839	8.568
Depreciação e amortização	6.873	7.406	13.744	13.846
Despesas com salários, encargos sociais e benefícios a empregados	40.867	37.403	78.518	73.046
Despesas com aluguéis de imóveis e veículos	5.393	5.061	10.632	9.936
Despesas com consultoria e serviços	9.001	9.026	16.431	15.371
Despesas com fretes e carretos	9.963	8.230	19.175	16.222
Aluguel e manutenção de máquinas e equipamentos	5.618	4.054	11.628	7.931
Despesas com energia elétrica	2.447	2.044	5.010	3.646
Despesas com telefonia e telecomunicações	774	884	1.485	1.916
Manutenção de instalações e sistemas	2.150	1.344	4.193	2.844
Outras despesas	7.749	4.483	12.350	8.920
Total	151.482	124.107	287.636	238.903
Classificado como:				
Custo dos serviços prestados	127.568	101.666	240.793	194.511
Despesas com vendas	12.909	10.329	24.563	21.400
Despesas gerais e administrativas	11.005	12.112	22.280	22.992
Total	151.482	124.107	287.636	238.903

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	Período de três meses findos em 30 de junho		Período de seis meses findos em 30 de junho	
	2016	2015	2016	2015
Material direto e de consumo	58.023	44.921	110.382	84.962
Serviços técnicos especializados	11.281	6.114	20.114	11.724
Depreciação e amortização	8.692	9.212	17.503	17.171
Despesas com salários, encargos sociais e benefícios a empregados	53.382	50.173	102.201	97.266
Despesas com aluguéis de imóveis e veículos	8.235	7.610	16.085	14.914
Despesas com consultoria e serviços	9.982	13.311	19.200	23.254
Despesas com fretes e carretos	10.603	8.811	20.459	17.421
Aluguel e manutenção de máquinas e equipamentos	7.070	5.154	14.421	10.021
Despesas com energia elétrica	3.257	2.735	6.691	4.949
Despesas com telefonia e telecomunicações	1.150	1.232	2.203	2.587
Manutenção de instalações e sistemas	2.537	1.546	4.877	3.472
Outras despesas	10.163	4.494	16.154	11.917
Total	184.375	155.313	350.290	299.658
Classificado como:				
Custo dos serviços prestados	155.186	128.010	294.058	245.231
Despesas com vendas	15.941	12.418	29.176	25.385
Despesas gerais e administrativas	13.248	14.885	27.056	29.042
Total	184.375	155.313	350.290	299.658

22 Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

	Controladora			
	Período de três meses findos em 30 de junho		Período de seis meses findos em 30 de junho	
	2016	2015	2016	2015
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	700	(798)	556	(1.009)
Perda na alienação de ativo imobilizado	(29)	(24)	(823)	(79)
Recuperação de despesas com INSS	3.515	1.955	3.515	1.955
Gastos com pesquisas	(522)		(997)	
Perda no desenvolvimento de produtos (a)			(3.568)	
Perda com pré-faturamento	(2.580)		(2.580)	
Outros, líquidos	(45)	(670)	(232)	(899)
	1.039	463	(4.129)	(32)

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	Período de três meses findos em 30 de junho		Período de seis meses findos em 30 de junho	
	2016	2015	2016	2015
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	1.102	(1.022)	995	(750)
Perda na alienação de ativo imobilizado	(24)	265	(911)	182
Recuperação de despesas com INSS	3.515	1.955	3.515	1.955
Gastos com pesquisa	(522)		(1.025)	
Perda com desenvolvimento de produtos (a)	(15)		(3.679)	
Perda com pré-faturamento	(2.580)		(2.580)	
Outros, líquidos	(165)	(646)	(260)	341
	<u>1.311</u>	<u>552</u>	<u>(3.945)</u>	<u>1.728</u>

a) A administração realizou avaliação dos ativos mantidos em desenvolvimento de projetos e baixou aqueles identificados como não recuperáveis nos montantes de R\$ 3.568 e R\$ 3.679 nos saldos da controladora e consolidado, respectivamente.

23 Resultado financeiro, líquido

	Controladora			
	Período de três meses findos em 30 de junho		Período de seis meses findos em 30 de junho	
	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras				
Receita de aplicações financeiras	5.020	3.205	10.012	6.520
Atualização monetária	50	42	98	71
Receitas de empréstimos de mútuos	1.340	1.211	2.717	2.370
Descontos obtidos	31	22	53	53
Atualização compromisso por compra de investimento		3.074		3.757
Contribuições sobre receitas financeiras	1.042		565	
Outras receitas financeiras	2.964	734	3.068	1.124
	<u>10.447</u>	<u>8.288</u>	<u>16.513</u>	<u>13.895</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.176)	(2.460)	(4.294)	(4.753)
Juros sobre parcelamentos	(702)	(1.162)	(1.574)	(1.986)
Comissões bancárias	(585)	(268)	(784)	(537)
Atualização de passivos comerciais e tributários	(389)	(218)	(859)	(678)
Atualização monetária de provisões para riscos	(70)	(50)	(176)	(94)
Descontos concedidos	(29)	(172)	(119)	(195)
Impostos de operações financeiras	(4)		(15)	(8)
Atualização dívida por opção de compra de investimento	(3.629)		(9.232)	
Outras despesas financeiras	(2.061)	(87)	(6.488)	(813)
	<u>(9.645)</u>	<u>(4.417)</u>	<u>(23.541)</u>	<u>(9.064)</u>
Variação cambial				
Receita de variação cambial	1.495	1.102	3.420	1.662
Despesas de variação cambial	(430)	(843)	(1.080)	(3.958)
	<u>1.065</u>	<u>259</u>	<u>2.340</u>	<u>(2.296)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>1.867</u>	<u>4.130</u>	<u>(4.688)</u>	<u>2.535</u>

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	Período de três meses findos em 30 de junho		Período de seis meses findos em 30 de junho	
	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras				
Receita de aplicações financeiras	5.121	3.233	10.159	6.632
Atualização monetária	537	185	669	217
Receitas de empréstimos de mútuos	(11)	43	3	60
Descontos obtidos	49	26	97	57
Atualização compromisso por compra de investimento		3.074		3.757
PIS e COFINS sobre receitas financeiras (reversões)	1.050		565	
Outras receitas financeiras	2.993	832	3.120	1.228
	<u>9.739</u>	<u>7.393</u>	<u>14.613</u>	<u>11.951</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.320)	(2.593)	(4.602)	(5.026)
Juros sobre parcelamentos	(1.034)	(1.477)	(2.215)	(2.643)
Comissões bancárias	(664)	(307)	(950)	(684)
Atualização de passivos comerciais e tributários	(401)	(245)	(902)	(768)
Atualização monetária de provisões de riscos	(70)	(50)	(176)	(94)
Descontos concedidos	(373)	(181)	(883)	(214)
Impostos de operações financeiras	(135)	(105)	(253)	(220)
Atualização dívida por opção de compra de investimento	(3.629)		(9.232)	
Despesa com empréstimos de mutuo	(7)	(44)	(7)	(43)
Outras despesas financeiras	(2.093)	(87)	(6.531)	(824)
	<u>(10.726)</u>	<u>(5.089)</u>	<u>(25.751)</u>	<u>(10.516)</u>
Variação cambial				
Receita de variação cambial	1.503	1.149	3.438	1.710
Despesas de variação cambial	(440)	(950)	(1.103)	(4.073)
	<u>1.063</u>	<u>199</u>	<u>2.335</u>	<u>(2.363)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>76</u>	<u>2.503</u>	<u>(8.803)</u>	<u>(928)</u>

24 Benefícios a empregados

(a) Plano de previdência privada

A Sociedade patrocina com o propósito de suplementar a aposentadoria de seus funcionários, um plano restrito a colaboradores com vínculo empregatício, contratado com a seguradora Sul América S.A., que possui como principal característica o fato da patrocinadora não ter a obrigação legal ou constituída de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos, caracterizando-se como um plano de contribuição definida. Atualmente, a Sociedade contribui com o mesmo montante depositado pelo funcionário, limitado a 1,8% da remuneração total.

No período findo em 30 de junho de 2016, estes pagamentos foram de R\$285 (R\$251 em 30 de junho de 2015).

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Seguro de vida

A Sociedade possui a política de seguro de vida a todos os seus colaboradores, onde o custo é totalmente pago pela Sociedade.

No período findo em 30 de junho de 2016, estes pagamentos foram de R\$106 (R\$121 em 30 de junho em 2015).

(c) Seguro saúde

O seguro saúde é oferecido aos colaboradores, de acordo com os critérios definidos em política interna, onde a Sociedade é responsável pelo pagamento de todo o prêmio da apólice. O plano de saúde oferecido abarca apenas os colaboradores e para os dependentes, a Sociedade tem a política de negociar um valor diferenciado com a seguradora, com débito de todo o prêmio devido pelo colaborador em folha de pagamento. No período findo em 30 de junho de 2016 os valores correspondentes ao custo de Seguro Saúde pagos pela Sociedade foram de R\$2.818 (R\$2.596 em 30 de junho de 2015).

(d) Benefícios pós-emprego

A Sociedade não concede benefícios pós-emprego, tais como complemento de aposentadoria, seguro e assistência médica, nem remuneração com base em participações em ações de seus administradores.

25 Transações com partes relacionadas

Os saldos apresentados abaixo referem-se a operações realizadas entre a Companhia e empresas relacionadas, nos período/exercício findos em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

(a) Operações de prestação de serviços

	<u>Controladora</u>	
Ativo Circulante – Contas a receber	30/06/2016	31/12/2015
Biocod Biotecnologia Ltda.		73
Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A. - CDDI		171
Diagnóstika - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda	308	2.464
Diagnóstika Rio - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda.		3
Diagnóstico Por imagem Sete Lagoas Ltda	17	23
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	1.174	3.631
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	90	318
Laboratório Padrão S.A.	1.533	1.562
	<u>3.122</u>	<u>8.245</u>

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>	
	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Passivo Circulante - Fornecedor		
Biocod Biotecnologia Ltda.		2.411
Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A. - CDDI		468
Diagnóstico Por imagem Sete Lagoas Ltda	10	53
Diagnóstika - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda	42	34
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	8	
Laboratório Padrão S.A.		2
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	368	179
	<u>428</u>	<u>3.147</u>
Outros passivos		
EIVA – Empresa de Empreendimentos Imobiliários Vista Alegre		75
		<u>75</u>
		<u>Controladora</u>
	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Resultado do Período		
Receita de serviços (i)		
Biocod Biotecnologia Ltda.		218
Diagnóstika - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda	9	5
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	2.039	1.654
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	78	64
Laboratório Padrão S.A.	2.436	2.034
	<u>4.562</u>	<u>3.975</u>
		<u>Controladora</u>
	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Custos dos serviços prestados (i)		
Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A. - CDDI		25
Diagnóstico Por imagem Sete Lagoas Ltda	283	290
Diagnóstika - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda.	184	94
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	1	3
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	1.529	1.185
	<u>1.997</u>	<u>1.597</u>

As transações com partes relacionadas, conforme acima apresentadas, são realizadas a custo e são eliminadas nas informações trimestrais consolidadas.

(i) Valores correspondentes à prestação de serviços de análises clínicas

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Operações de aluguel

	<u>Controladora</u>	
Passivo circulante (ii)	30/06/2016	31/12/2015
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	35	35
	<u>35</u>	<u>35</u>

	<u>Controladora</u>	
Resultado (ii)	30/06/2016	30/06/2015
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	211	211
	<u>211</u>	<u>211</u>

(ii) Valores correspondentes à rateio de aluguel de imóvel

As transações com outras empresas relacionadas consistem em despesas de aluguel de imóveis de propriedade da EIVA – Empresa de Empreendimentos Imobiliários Vista Alegre, cujos cotistas são AP Participações e Gestão de Negócios Eireli, VP Participações e Gestão de Negócios Eireli, RP Participações e Gestão de Negócios Eireli, totalizando R\$4.756 no semestre findo em 30 de junho de 2016 (R\$ 6.628 no semestre findo em 30 de junho de 2015).

(c) Centro de serviços compartilhados (CSC)

Os serviços compartilhados incorridos e transferidos para as controladas em 30 de junho de 2016 e 30 de junho de 2015 estão demonstrados a seguir:

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	2.063	2.215
Diagnóstika - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica	831	1.264
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica	135	134
Centro Diferenciado de Diagnóstico por Imagem		57
Diagnóstico Por imagem Sete Lagoas Ltda	61	46
Laboratório Padrão S.A.	<u>757</u>	<u>675</u>
	<u>3.847</u>	<u>4.391</u>

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Operações de mútuos

Ativo Controladora

Mutuário	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Taxa</u>
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	34.555	30.830	CDI + 3,5% a.a.
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica		30	CDI + 3,5% a.a.
Centro Diferenciado de Diagnóstico por Imagem		367	CDI + 3,5% a.a.
MCF Serviços Médicos Ltda.	53	163	2,059% ao trimestre
	<u>34.608</u>	<u>31.390</u>	

A administração considera que não são requeridas garantias para as transações de mútuos com as empresas do grupo. As vigências dos contratos de mútuos são por prazos indeterminados.

As movimentações resumidas dos saldos de mútuos em dezembro 2015 e junho de 2016 foram as seguintes:

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldos iniciais	31.390	32.049
Concessão de empréstimos	3.542	6.866
Atualização monetária	2.717	4.794
Recebimento de principal	(1.328)	(8.785)
Recebimento de juros	(1.713)	(3.534)
Saldos finais	<u>34.608</u>	<u>31.390</u>

Receitas financeiras

	<u>Controladora</u>	
Mutuário	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	2.701	2.152
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica	7	6
Centro Diferenciado de Diagnóstico por Imagem		27
Laboratório Padrão S.A.	6	75
Diagnóstika - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica		94
MCF Serviços Médicos Ltda.	3	14
Biocod Biotecnologia Ltda.		2
	<u>2.717</u>	<u>2.370</u>

Os saldos de dividendos a receber, demonstrados no balanço patrimonial da controladora referem-se às parcelas dos dividendos mínimos obrigatórios calculados pelas seguintes controladas:

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dividendos a receber	30/06/2016	31/12/2015
Laboratório Padrão S.A.	3.254	3.254
Diagpar Holding, S.A	1.751	1.751
Centro Diferenciado de Diagnóstico por Imagem		31
Laboratório Pro Abordagem - Progenética	416	416
	5.421	5.452

Os saldos a receber com partes relacionadas não eliminados na consolidação são os seguintes:

Mutuário	Consolidado		Taxa
	30/06/2016	31/12/2015	
Mútuo MCF Serviços Médicos Ltda.	53	163	2,059% ao trimestre
			Consolidado
Receita financeiras (juros sobre mútuo)		2016	2015
Mútuo MCF Serviços Médicos Ltda.		3	14

26 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Ativos financeiros:				
<u>Empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	173.440	181.356	180.461	188.701
Contas a receber de clientes	157.729	103.117	190.786	125.137
Exposição a Riscos Cambiais	13.635	29.839	13.635	29.839
Depósitos judiciais	3.329	4.068	5.529	6.032
Dividendos a receber	5.421	5.452	5.452	
Outros Hedge		1.369		1.369
Créditos com empresas ligadas	34.608	31.390	51	163
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Aplicações Financeiras Vinculadas	8.187	7.870	8.187	7.870
Passivos financeiros:				
<u>Outros passivos mensurados ao custo amortizado:</u>				
Fornecedores	78.743	70.715	86.397	75.607
Empréstimos e financiamentos	100.701	134.095	106.928	141.571
Dividendos a pagar	16.628	16.628	17.089	17.030
Outros Hedge	2.428		2.428	
Parcelamentos tributários	36.066	40.167	47.221	52.254
Obrigações por compra de investimentos	27.104	17.872	27.104	17.872

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estimativa do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de determinados ativos e passivos financeiros. O valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.
- Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Com exceção do instrumento financeiro derivativo (*swap*), reconhecido pelo valor justo, a Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois:

- i. As taxas contratadas dos empréstimos e financiamentos para transações similares de FINAME e FINEP são próximas às taxas de juros atualmente praticadas no mercado, e/ou;
- ii. O vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às dos balanços.

Os principais fatores de riscos inerentes às operações da Companhia são expostos a seguir:

(a) Gestão do risco de capital

O Grupo administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

O Grupo não está sujeito a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia e de suas controladas. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento.

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou um cenário provável de variação das taxas de juros de seus passivos financeiros (CDI em 11,25% ao ano), de acordo com a data de vencimento de cada operação. Tais taxas foram estressadas em -25% e -50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (b) Exposição a riscos de taxas de juros: o Grupo está exposto a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos e financiamentos contratados vinculados, principalmente ao CDI e taxas pré-fixadas.

Controladora						
30/06/2016						
Efeito no resultado						
	Indexador	Risco	Valor	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Aplicações financeiras	CDI	Baixa do CDI	167.447	18.838	14.128	9.419
Empréstimos e financiamentos	CDI	Baixa do CDI	(45.962)	(5.171)	(3.878)	(2.585)
Exposição líquida			121.485	13.667	10.250	6.834
Consolidado						
30/06/2016						
Efeito no resultado						
	Indexador	Risco	Valor	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Aplicações financeiras	CDI	Baixa do CDI	174.197	19.597	14.698	9.799
Empréstimos e financiamentos	CDI	Baixa do CDI	(45.962)	(5.171)	(3.878)	(2.585)
Exposição líquida			128.235	14.426	10.820	7.214

Passivos financeiros não derivativos:

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os passivos financeiros não derivativos são: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos derivativos para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e de taxa variável de juros. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge, nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*).

- (c) Concentração de risco de crédito: decorre da possibilidade de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. As atividades operacionais da Companhia, principalmente em relação às contas a receber, e as atividades de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros, geram exposição da Companhia ao mencionado risco de crédito. Para mitigar esses riscos, a Administração do Grupo acompanha rigorosamente os fluxos de recebíveis, além de fazer o acompanhamento permanente das posições em aberto. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.
- (d) Exposição a riscos cambiais: o resultado das operações do Grupo é afetado pelo risco de oscilações das taxas de câmbio, pois uma parcela de suas obrigações é denominada em moedas estrangeiras (euro e dólar norte-americano). Estes riscos são avaliados e, se necessários, mitigados pela área financeira, que monitora periodicamente os fluxos financeiros e operacionais do Grupo.

O Grupo possui os seguintes passivos em moeda estrangeira, que podem afetar o seu resultado pelas variações das taxas de câmbio:

	Moeda	Controladora		Consolidado	
		30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Fornecedores	EUR	115	906	128	917
Fornecedores	USD	1.962	1.073	1.962	1.073
Empréstimos e financiamentos	USD	15.901	19.346	15.901	19.346
Swap Cambial	USD	(15.901)	(19.346)	(15.901)	(19.346)

A Companhia contratou swaps visando se proteger do aumento da cotação do dólar, que influencia diretamente nos contratos de financiamentos. Os efeitos no resultado são reconhecidos em “receitas financeiras”, em contrapartida de “Instrumentos financeiros passivos” para o saldo de diferencial a pagar e em “Instrumentos financeiros ativos” para o saldo de diferencial a receber. As principais condições contratuais são as seguintes:

Vencimento	Valor Nominal	Controladora e Consolidado					
		Posição ativa		Posição passiva		Valor justo	
30/06/2016	Indexador	Taxa (% a.a.)	Indexador	Taxa (% a.a.)	30/06/2016		
Itaú	05/07/2018	50.000	USD	2,82%	CDI	1,50	13.635

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de risco cambial do Grupo, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente o Instituto Hermes Pardini possui NDF (“Non – Deriverable Foward”) contratos de proteção cambial para as compras em moeda estrangeira em dólar, que no mês de junho de 2016 totalizavam US\$ 3,500 milhões relativos aos meses de julho a dezembro de 2016.

	Vencimento	Controladora e consolidado		
		Valor Nocial 30/06/2016	Forward média	Valor justo 30/06/2016
Itaú e Santander	12/12/2016	48.695	4.1652	2.428

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou um cenário provável de variação das taxas de câmbio de seus passivos financeiros, de acordo com a data de vencimento de cada operação. As taxas de câmbio prováveis utilizadas foram:

Moeda	Cotações prováveis
Dólar norte-americano	R\$3,2388
Euro	R\$3,5685

Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. A Exposição líquida em Dólar referente a fornecedores possui NDF vinculada a operação, limitando o cenário possível para variações futuras.

A seguir, é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações nas taxas de câmbio sobre a exposição cambial líquida do Grupo:

	30/06/2016			
	Controladora			
	Base	Provável	Possível	Remoto
Exposição líquida em EUR - Fornecedores	(408)	(410)	(513)	(616)
Exposição líquida em USD - Fornecedores	(6.299)	(7.763)	(7.763)	(7.763)
Exposição líquida em USD – Empréstimos	(51.984)	(51.500)	(64.375)	(77.250)
Instrumentos financeiros derivativos – SWAP (ponta ativa)	38.349	37.992	47.936	57.524
Exposição líquida	<u>(20.342)</u>	<u>(21.681)</u>	<u>(24.715)</u>	<u>(28.105)</u>
Efeito Líquido da Variação Cambial - ganho / (perda)		(1.339)	(4.373)	(7.763)
	30/06/2016			
	Consolidado			
	Base	Provável	Possível	Remoto
Exposição líquida em EUR - Fornecedores	(452)	(455)	(569)	(683)
Exposição líquida em USD - Fornecedores	(6.299)	(7.763)	(7.763)	(7.763)
Exposição líquida em USD – Empréstimos	(51.984)	(51.500)	(64.375)	(77.250)
Instrumentos financeiros derivativos – SWAP	38.349	37.992	47.936	57.524
Exposição ativa (passiva) líquida após derivativos	<u>(20.386)</u>	<u>(21.726)</u>	<u>(24.771)</u>	<u>(28.172)</u>
Efeito Líquido da Variação Cambial – ganho / (perda)		(1.340)	(4.385)	(7.786)

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (e) **Risco de liquidez:** o risco de liquidez consiste na eventualidade de o Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com as obrigações associadas aos passivos financeiros em função dos diferentes prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações. O Grupo estrutura os vencimentos dos seus empréstimos e financiamentos conforme demonstrado na nota explicativa nº12. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é efetuado diariamente pelas suas áreas de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos e/ou aportes de capitais dos acionistas, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

	Controladora			
	até 1 ano	entre 1 e 2 anos	mais de 2 anos	Total
<i>Ativo</i>				
Contas a receber	157.729			157.729
Partes relacionadas		34.608		34.608
<i>Passivo</i>				
Fornecedores	78.743			78.743
Empréstimos e financiamentos	29.847	34.300	36.554	100.701
Parcelamento de impostos	5.520	4.334	26.212	36.066
Outras contas a pagar	4.127		9.493	
Contas a pagar - aquisição de empresas		27.104		27.104

	Consolidado			
	até 1 ano	entre 1 e 2 anos	mais de 2 anos	Total
<i>Ativo</i>				
Contas a receber	190.786			190.786
<i>Passivo</i>				
Fornecedores	86.397			86.397
Empréstimos e financiamentos	31.734	36.188	39.006	106.928
Parcelamento de impostos	10.869	6.382	29.970	47.221
Outras contas a pagar	6.567		9.493	
Contas a pagar - aquisição de empresas		27.104		27.104

27 Informações por segmentos operacionais

As atividades desenvolvidas pela Companhia dividem-se, basicamente, nas seguintes áreas:

(i) Unidades de Atendimento (PSC)

São atendimentos direto ao cliente pela Companhia através de suas Unidades de Atendimento, que engloba os serviços incluídos no segmento Unidades de Atendimento, conforme descrito no Contexto Operacional (Nota Explicativa 1).

(ii) Laboratórios de Referência (lab-to-lab)

Referem-se a serviços de apoio a laboratórios conveniados em todo o território nacional através de uma grande capilaridade logística, sistemas de TI integrados, incluindo os exames conforme descrito no

48 de 54

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contexto Operacional (Nota Explicativa 1), através das marcas “Hermes Pardini”, “Diagnóstika” e “Progenética”.

Desta forma, a Administração do Grupo IHP efetua análises baseada em dois segmentos de negócio relevantes, quais sejam: laboratórios de referências e unidades de atendimentos.

	Apoio		Unidade		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Ágio	38.286	38.286	80.178	80.178	118.464	118.464
Imobilizado	826	926	1.364	1.620	2.190	2.546
Marcas e patentes	37	62	979	1.631	1.016	1.693
Contratos com clientes	1.364	1.445		77	1.364	1.522
Outros	327	355			327	355
Ativos não alocados					712.444	679.343
Total do ativo					835.805	803.923

As demonstrações dos resultados consolidados por segmento operacional são como segue:

	Apoio		Unidade		Eliminações /Reclassificações		Consolidado	
	6M16	6M15	6M16	6M15	6M16	6M15	6M16	6M15
Receita Líquida	255.204	209.095	189.780	167.632	(4.682)	(3.882)	440.302	372.845
Custos	(161.183)	(129.284)	(136.773)	(118.000)	3.898	2.053	(294.058)	(245.231)
Lucro Bruto	94.021	79.811	53.007	49.632	(784)	(1.829)	146.244	127.614
Despesas Operacionais:								
Com Vendas	(20.224)	(19.790)	(8.952)	(5.595)			(29.176)	(25.385)
Gerais, Administrativas e outras	(14.206)	(14.216)	(16.792)	(14.329)	(3)	1.231	(31.001)	(27.314)
Resultado antes das despesas, financeiras líquidas (EBIT)	59.591	45.805	27.263	29.708	(787)	(598)	86.067	74.915
Despesas financeiras, líquidas							(8.803)	(928)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social							77.264	73.987
Imposto de renda e contribuição social					267	622	(25.661)	(24.136)
Lucro líquido							51.603	49.851

	Apoio		Unidade		Eliminações /Reclassificações		Consolidado	
	2T16	2T15	2T16	2T15	2T16	2T15	2T16	2T15
Receita Líquida	136.525	108.441	96.155	86.720	(2.714)	(2.043)	229.966	193.118
Custos	(86.567)	(67.421)	(70.990)	(62.217)	2.371	1.628	(155.186)	(128.010)
Lucro Bruto	49.958	41.020	25.165	24.503	(343)	(415)	74.780	65.108
Despesas Operacionais:								
Com Vendas	(10.214)	(10.343)	(5.727)	(2.075)			(15.941)	(12.418)
Gerais, Administrativas e outras	(4.311)	(7.106)	(7.610)	(7.239)	(16)	12	(11.937)	(14.333)
Resultado antes das despesas, financeiras líquidas (EBIT)	35.433	23.571	11.828	15.189	(359)	(403)	46.902	38.357
Despesas financeiras, líquidas							76	2.503
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social							46.978	40.860
Imposto de renda e contribuição social					117	141	(16.062)	(13.593)
Lucro líquido							30.916	27.267

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Remuneração de administradores

A Sociedade é administrada por um conselho de administração composto por cinco membros. A remuneração trimestral aprovada para o conselho de administração e alta direção durante o período está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Período de três meses findos em 30 de junho		Período de seis meses findo em 30 de junho	
	2016	2015	2016	2015
Conselho de Administração:				
Remuneração	105	105	210	210
Benefícios	20	17	39	35
Administração e Diretoria Executiva:				
Honorários e remuneração	836	2.687	1.595	3.574
Participação nos lucros e resultados			1.652	8
Benefícios	70	72	138	139
Encargos sociais	321	991	616	1.332
	<u>1.352</u>	<u>3.872</u>	<u>4.250</u>	<u>5.298</u>

29 Seguros (não auditado)

É política da Sociedade e de suas controladas manter cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 30 de junho de 2016 a Sociedade possuía apólices de seguro com indenização máxima prevista de R\$320.715, em que estão cobertos, entre outros, incêndios, alagamentos, acidentes de trabalho, danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O).

Todas as apólices de seguros foram contratadas em Sociedades de seguros do mercado brasileiro. O prêmio total pago é conforme o quadro abaixo:

	Consolidado	
	2016	2015
Risco nomeado	226	190
D&O	37	31
	<u>263</u>	<u>221</u>

As premissas de riscos adotados, devida à sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30 Lucro líquido por ação

O resultado por ação foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da investida no período findo em 30 de junho de 2016 e 31 de março de 2016 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias da Companhia em circulação neste semestre, comparativamente com o período findo em 30 de junho de 2015 e 31 de março de 2015, conforme a tabela abaixo. Durante o período findo em 30 de junho de 2016, não houve alteração na quantidade de ações ordinárias e também não existem situações que possam provocar diluição.

	Controladora			
	Período de três meses findos em 30 de junho		Período de seis meses findos em 30 de junho	
	2016	2015	2016	2015
Resultado do período	30.668	27.139	51.276	49.739
Lucro atribuível aos acionistas	<u>30.668</u>	<u>27.139</u>	<u>51.276</u>	<u>49.739</u>
Número efetivo de ações (quantidade em milhares)	<u>3.634</u>	<u>3.634</u>	<u>3.634</u>	<u>3.634</u>
Resultado por ação básico e diluído- R\$	<u>8,44</u>	<u>7,47</u>	<u>14,11</u>	<u>13,69</u>

31 Transações não envolvendo caixa

Durante o exercício/período findos em 31 de dezembro de 2015 e 30 de junho 2016, a Sociedade realizou aplicação de recursos não envolvendo caixa, portanto, não estando estas refletidas na demonstração dos fluxos de caixa. As referidas operações são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Aumento do saldo de empréstimos e financiamentos contra outros ativos em decorrência de contrato de swap cambial	(12.287)	22.676	(12.287)	22.676
Saldos de arrendamentos mercantis transferidos da rubrica de empréstimos e financiamentos para a rubrica de fornecedores	(4.592)	1.927	(4.592)	1.927
Liquidação de título descontado por contas a receber	<u>(16.879)</u>	<u>24.603</u>	<u>(16.879)</u>	<u>24.603</u>

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32 Eventos subsequentes

a) Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 9 dezembro de 2016, os acionistas da Companhia decidiram pela distribuição de dividendos no valor de R\$ 214.285.714,29 (duzentos e quatorze milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, setecentos e quatorze reais e vinte e nove centavos). Em 30 de janeiro de 2017, os acionistas decidiram, em Assembleia Geral Extraordinária, pela redução do montante da distribuição dos dividendos aprovados em 9 de dezembro de 2016, para o total de R\$ 67.400.000,00 (sessenta e sete milhões e quatrocentos mil reais), a serem pagos à conta da reserva de lucros da Companhia, conforme saldo existente na conta "retenção de lucros" das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Na oportunidade, a totalidade dos acionistas presentes renunciou, expressamente e sem quaisquer restrições, ao direito de receber o pagamento dos dividendos até o encerramento do exercício social de 2016, conforme art. 205, §3º, da Lei nº 6.404/1976.

A administração considera que a liquidação destes dividendos se dará com a própria geração de caixa da Companhia. Esta iniciativa aumentará alavancagem aprimorando o financiamento das atividades com a utilização de capital de terceiros, reduzindo a exposição do capital próprio.

b) Em 31 de agosto de 2016 o Conselho de Administração do Instituto Hermes Pardini aprovou a aquisição da totalidade da participação societária nas empresas Centro de Medicina Nuclear da Guanabara Ltda. e Diagnósticos Serviços Médicos Auxiliares Ltda., ambas com sede na cidade do Rio de Janeiro. O contrato de compra e venda de quotas referente a esta aquisição foi assinado pelas partes no dia 22 de outubro de 2016 e a aprovação sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) foi publicada no dia 2 de dezembro. A aquisição é parte da estratégia do Instituto Hermes Pardini de expansão do seu segmento de Unidades de Atendimento ao Paciente (PSCs) em grandes regiões metropolitanas.

O preço de aquisição da totalidade da participação societária nas empresas foi de R\$ 120.785 (cento e vinte milhões, setecentos e oitenta e cinco mil reais), sujeito a ajustes referentes a variação do capital de giro e variação da dívida líquida até a data de 31/12/2016. Deste valor, foram pagas uma parcela à vista no valor de R\$ 65.361 (sessenta e cinco milhões, trezentos e sessenta e um mil reais), uma parcela retida no valor de R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais) e uma parcela depositada a favor da conta de garantia de ajustes no valor de R\$ 5.424 (cinco milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil reais), com todas as parcelas liquidadas no dia 23/12/2016. A administração do Instituto Hermes Pardini, até a data destas informações intermediárias, ainda não havia concluído a revisão da avaliação e mensuração dos ativos e passivos assumidos a valores justos, de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinação de negócios.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Em dezembro de 2016, a Sociedade celebrou contrato de compra e venda de ações, tendo por objeto a aquisição do restante do capital das sociedades, conforme percentuais descritos no quadro abaixo:

<u>Nome da Sociedade</u>	<u>Percentual de participação adquirido</u>	<u>Valor pago</u>	<u>Data da aquisição</u>
Laboratório Padrão S.A.	5%	3.455	29/12/2016
Laboratório Pró abordagem Genômica Diagnósticos S.A.	39%	8.485	29/12/2016
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	30%	13.500	29/12/2016

Parte dos valores pagos, no montante de R\$ 9.395, já estavam registrados no passivo, na rubrica “Obrigações por compra de investimentos” (Nota Explicativa 17). A diferença será registrada como transação com acionistas não controladores no patrimônio líquido da Companhia.

* * *

DIRETORIA

Roberto Santoro Meirelles
Diretor-Presidente

Camilo De Lelis Maciel Silva
Diretor Administrativo e Financeiro

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Fernando César Sales de Faria
Contador
CRC MG - 055.016/O-2

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Instituto Hermes Pardini
S.A e Controladas
Informações contábeis trimestrais
em 31 de março de 2016
e relatório dos auditores independentes



Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Instituto Hermes Pardini S.A. e Controladas

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do Instituto Hermes Pardini S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Reapresentação das informações contábeis intermediárias

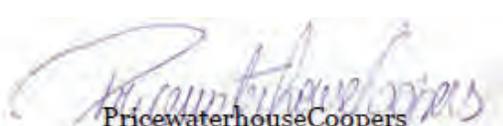
Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.1 (b) das informações contábeis intermediárias, que descreve a atualização e reemissão das informações contábeis intermediárias devido às circunstâncias descritas na referida nota explicativa. Emitimos nosso relatório de revisão anterior com data de 19 de janeiro de 2017 sobre as informações contábeis intermediárias emitidas anteriormente. Devido à atualização descrita na nota explicativa 2.1 (b), fornecemos este novo relatório de revisão sobre as informações contábeis intermediárias reemitidas.

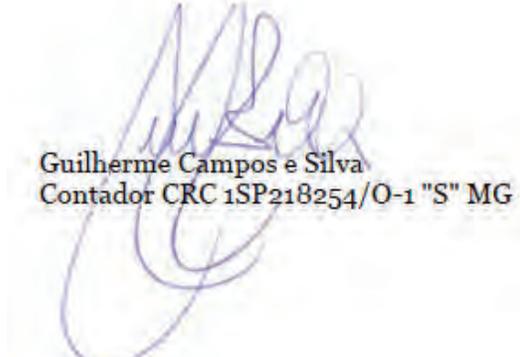
Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 30 de janeiro de 2017


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" MG


Guilherme Campos e Silva
Contador CRC 1SP218254/O-1 "S" MG

Instituto Hermes Pardini S.A.

Balanco patrimonial Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015		31/03/2016	31/12/2015		
Ativos										
Ativos circulantes										
Caixa e equivalentes de caixa	3	142.851	181.356	147.786	188.701		74.201	70.715	82.480	75.607
Contas a receber de clientes	4	157.825	103.117	188.957	125.137		31.437	41.108	38.150	47.263
Estoques	5	16.727	17.128	18.109	18.449		27.212	32.214	28.833	33.964
Impostos a recuperar	6	1.471	4.939	7.516	11.245		6.386	6.560	9.169	9.499
Dividendos a receber	25	5.421	5.452				16.628	16.628	17.089	17.030
Outros ativos circulantes	7	7.269	12.450	13.341	18.087		4.813	373	6.882	3.495
Total dos ativos circulantes		331.564	324.442	375.709	361.619		160.677	167.598	182.603	186.858
Ativos não circulantes										
Realizável a longo prazo:										
Depósitos judiciais	15	3.391	4.068	5.380	6.032	13	81.465	101.881	86.398	107.607
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	43.893	41.416	45.882	43.404	14	32.092	33.607	40.929	42.755
Contas a receber de partes relacionadas	25	33.253	31.390	110	163	15	9.824	9.514	11.286	10.965
Outros ativos não circulantes	7	28.324	38.031	28.324	38.038	16	23.476	17.872	23.476	3.062
Total do realizável a longo prazo		108.861	114.905	79.696	87.637	17	9.543	11.090	9.543	11.090
Investimentos	8	141.347	146.603	379	360		156.400	173.964	174.444	193.351
Imobilizado	9	152.302	156.014	202.646	208.246		317.077	341.562	357.047	380.209
Intangível	10	24.676	20.863	143.018	146.061					
Total dos ativos não circulantes		427.186	438.185	425.739	442.304	19	148.802	148.802	148.802	148.802
Total dos ativos		758.750	762.627	801.448	803.923		441.673	421.065	441.673	421.065
Passivos e patrimônio líquido										
Passivos não circulantes										
Empréstimos e financiamentos	13						81.465	101.881	86.398	107.607
Parcelamentos tributários	14						32.092	33.607	40.929	42.755
Provisão para riscos	15			5.380	6.032		9.824	9.514	11.286	10.965
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16			45.882	43.404				2.812	3.062
Obrigações por compra de investimentos	17			110	163		23.476	17.872	23.476	17.872
Outros passivos não circulantes	7			28.324	38.038		9.543	11.090	9.543	11.090
Total dos passivos não circulantes				79.696	87.637		156.400	173.964	174.444	193.351
Total dos passivos										
				379	360		317.077	341.562	357.047	380.209
Patrimônio líquido										
Capital social							148.802	148.802	148.802	148.802
Reservas de capital				202.646	208.246		51.090	51.090	51.090	51.090
Ajustes de avaliação patrimonial				143.018	146.061		4.833	5.084	4.833	5.084
Reservas de lucros							216.089	216.089	216.089	216.089
Lucros acumulados				425.739	442.304		20.859	20.859	20.859	20.859
Patrimônio líquido dos acionistas da controladora				441.673	421.065		441.673	421.065	441.673	421.065
Participação dos não controladores									2.728	2.649
Total do patrimônio líquido				441.673	421.065		441.673	421.065	444.401	423.714
Total dos passivos e patrimônio líquido		758.750	762.627	801.448	803.923		758.750	762.627	801.448	803.923

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Demonstração do resultado

Período de três meses findo em 31 de março

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita líquida de prestação de serviços	20	<u>172.980</u>	<u>147.625</u>	<u>210.336</u>	<u>179.727</u>
Custo dos serviços prestados	21	<u>(113.225)</u>	<u>(92.845)</u>	<u>(138.872)</u>	<u>(117.221)</u>
Lucro bruto		<u>59.755</u>	<u>54.780</u>	<u>71.464</u>	<u>62.506</u>
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	21	(11.654)	(11.071)	(13.235)	(12.967)
Gerais, administrativas e outras	21	(11.275)	(10.880)	(13.808)	(14.157)
Equivalência patrimonial	8	4.076	2.333		
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	<u>(5.168)</u>	<u>(495)</u>	<u>(5.256)</u>	<u>1.176</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>35.734</u>	<u>34.667</u>	<u>39.165</u>	<u>36.558</u>
Resultado financeiro	23				
Receitas financeiras		6.066	5.607	4.874	4.558
Despesas financeiras		(13.896)	(4.647)	(15.025)	(5.427)
Variação cambial, líquida		<u>1.275</u>	<u>(2.555)</u>	<u>1.272</u>	<u>(2.562)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>29.179</u>	<u>33.072</u>	<u>30.286</u>	<u>33.127</u>
Imposto de renda e contribuição social	16				
Corrente		(10.998)	(10.296)	(12.214)	(11.170)
Diferido		<u>2.427</u>	<u>(176)</u>	<u>2.615</u>	<u>627</u>
		<u>(8.571)</u>	<u>(10.472)</u>	<u>(9.599)</u>	<u>(10.543)</u>
Lucro líquido do período		<u>20.608</u>	<u>22.600</u>	<u>20.687</u>	<u>22.584</u>
Lucro líquido atribuível a:					
Acionistas da controladora				20.608	22.600
Participações não controladoras				<u>79</u>	<u>(16)</u>
Lucro líquido do período				<u>20.687</u>	<u>22.584</u>
Lucro básico e diluído por ação – R\$		<u>5,67</u>	<u>6,22</u>		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Demonstração do resultado abrangente Período de três meses findo em 31 de março Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do período	20.608	22.600	20.687	22.584
Outros resultados abrangentes				
Resultado abrangente total do período	<u>20.608</u>	<u>22.600</u>	<u>20.687</u>	<u>22.584</u>
Resultado abrangente total atribuível a:				
Acionistas da controladora			20.608	22.600
Participações não controladoras			79	(16)
Resultado abrangente total do período			<u>20.687</u>	<u>22.584</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Legal	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas da controladora	Participações não controladoras	Patrimônio líquido consolidado
					Retenção de lucros	Total						
Saldos em 31 de dezembro de 2014		148.802	51.090	9.222	136.622	145.844	6.143		22.600	351.879	3.921	355.800
Lucro líquido do período									22.600		(16)	22.584
Transações com não controladores											(1.240)	(1.240)
Realização do custo atribuído por depreciação	19.d						(204)	204				
Saldos em 31 de março de 2015		148.802	51.090	9.222	136.622	145.844	5.939	22.804	374.479	2.665		377.144
Saldos em 31 de dezembro de 2015		148.802	51.090	13.607	202.482	216.089	5.084		20.608	421.065	2.649	423.714
Lucro líquido do período									20.608		79	20.687
Realização do custo atribuído por depreciação	19.d						(251)	251				
Saldos em 31 de março de 2016		148.802	51.090	13.607	202.482	216.089	4.833	20.859	441.673	2.728		444.401

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Período de três meses findo em 31 de março Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido do período	20.608	22.600	20.687	22.584
Ajustes para conciliar o resultado do caixa e equivalente de caixa gerados pelas atividades operacionais:				
Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado do período	8.571	10.472	9.599	10.543
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa e glosas	651	949	777	1.470
Depreciações e amortizações	6.858	6.440	8.798	7.959
Valor residual de ativos imobilizado e intangível baixados	4.381	237	4.682	240
Equivalência patrimonial	(4.076)	(2.333)		
Variação cambial, líquida		(698)		(698)
Despesas de juros de empréstimos, financiamentos, parcelamentos e mútuos	1.612	2.043	3.463	3.599
Constituição de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	641	374	604	(95)
Atualização de passivos por compra de investimentos	5.604	(683)	5.604	(683)
	<u>44.850</u>	<u>39.401</u>	<u>54.214</u>	<u>44.919</u>
Variação nos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber de clientes	(56.743)	(64.516)	(69.154)	(65.708)
Estoques	401	802	340	1.106
Impostos a recuperar	3.550	(3.848)	3.729	(4.307)
Outros ativos (circulante e não circulante)	5.234	1.849	4.736	2.179
Depósitos judiciais	677	(37)	652	(49)
Fornecedores	3.148	5.471	6.873	5.742
Obrigações fiscais, sociais, salários e parcelamentos	(9.651)	3.356	(9.620)	3.995
Outros passivos (circulante e não circulante)	2.195	(951)	1.899	(1.770)
	<u>(6.339)</u>	<u>(18.473)</u>	<u>(6.331)</u>	<u>(13.893)</u>
Caixa aplicado nas atividades operacionais				
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:				
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos, parcelamentos e mútuos	(5.177)	(4.441)	(5.544)	(4.763)
Pagamento de riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(391)	(301)	(391)	(316)
Imposto de renda e contribuição social pagos durante o exercício	(11.326)	(3.146)	(11.712)	(3.441)
	<u>(16.894)</u>	<u>(8.888)</u>	<u>(17.647)</u>	<u>(8.520)</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	<u>(23.233)</u>	<u>(26.361)</u>	<u>(23.978)</u>	<u>(22.413)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento:				
Aquisição de imobilizado e intangível	(4.282)	(10.632)	(4.837)	(12.389)
Créditos com empresas ligadas	(860)	2.458	53	24
	<u>(5.142)</u>	<u>(8.174)</u>	<u>(4.784)</u>	<u>(12.365)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento				
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:				
Empréstimos e financiamentos:				
- Amortizações	(9.866)	(2.997)	(10.224)	(3.920)
Pagamento principal de parcelamentos	(1.389)		(1.929)	
Transações com não controladores				(1.240)
	<u>(11.255)</u>	<u>(2.997)</u>	<u>(12.153)</u>	<u>(5.160)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos				
Redução em caixa e equivalentes de caixa	<u>(39.630)</u>	<u>(37.532)</u>	<u>(40.915)</u>	<u>(39.938)</u>
Variação no caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	181.356	161.471	188.701	170.668
Efeito líquido de caixa por incorporação	1.125			
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>142.851</u>	<u>123.939</u>	<u>147.786</u>	<u>130.730</u>
Redução em caixa e equivalentes de caixa	<u>(39.630)</u>	<u>(37.532)</u>	<u>(40.915)</u>	<u>(39.938)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Hermes Pardini

Demonstração do valor adicionado Período de três meses findo em 31 de março Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas				
Vendas brutas de produtos e serviços	183.995	157.135	224.162	191.563
Outras receitas	183	48	179	23
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(651)	(949)	(777)	(1.470)
	183.527	156.234	223.564	190.116
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos serviços prestados	(65.252)	(48.639)	(69.724)	(51.642)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(25.436)	(18.658)	(34.864)	(26.751)
Perda/recuperação de valores ativos	(147)	(74)	(147)	(79)
	92.692	88.863	118.829	111.644
Valor adicionado bruto				
Depreciação, amortização, exaustão e <i>impairment</i>	(6.858)	(6.440)	(8.798)	(7.959)
	85.834	82.423	110.031	103.685
Valor adicionado líquido gerado				
Participação nos lucros de controladas	4.076	2.333		
Receitas financeiras	8.468	6.167	7.294	5.119
Outras		10	48	91
	98.378	90.933	117.373	108.895
Valor adicionado total a distribuir				
	98.378	90.933	117.373	108.895
Pessoal e encargos	31.272	29.649	40.736	39.477
Remuneração direta	21.222	20.247	28.160	27.676
Benefícios	7.955	7.296	9.798	9.194
F.G.T.S	2.095	2.106	2.778	2.607
Impostos, taxas e contribuições	26.904	26.652	32.852	31.728
Federais	22.412	22.790	27.017	26.802
Estaduais	3	1	4	1
Municipais	4.489	3.861	5.831	4.925
Remuneração de capitais de terceiros	19.594	12.032	23.098	15.106
Juros	14.546	7.762	15.688	8.541
Alugueis	5.048	4.119	7.410	6.417
Outras		151		148
Lucros retidos	20.608	22.600	20.608	22.600
Participação dos não-controladores nos lucros retidos			79	(16)
	98.378	90.933	117.373	108.895
Distribuição do valor adicionado				
	98.378	90.933	117.373	108.895

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

O Instituto Hermes Pardini S.A. (“Hermes Pardini”, “Sociedade” ou “Controladora”), em conjunto com suas controladas (“Grupo Hermes Pardini” ou “Grupo”), tem por objetivo a prestação de serviços médicos e odontológicos, laboratoriais de pesquisas, análises clínicas e auxiliares de complementação diagnóstica e terapêutica, podendo participar em outras empresas como sócio, acionista ou cotista.

A Controladora é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Fundada em 2 de fevereiro de 1977, a Sociedade possui 65 unidades próprias localizadas nas cidades de Belo Horizonte, Betim, Contagem, Pedro Leopoldo, Nova Lima, Santa Luzia, Sabará, Sete Lagoas e Vespasiano, todas localizadas no Estado de Minas Gerais. O Grupo Hermes Pardini também atua na atividade de apoio laboratorial e possui cerca de 5.300 laboratórios parceiros em 1.783 cidades localizadas no Brasil.

Em 2015, 2014, 2013 e 2012, a Sociedade celebrou contratos de compra e venda de ações / cotas, tendo por objeto a aquisição do capital social de empresas de seu ramo de atuação, conforme percentuais descritos no quadro abaixo:

<u>Nome da controlada</u>	<u>Principal atividade</u>	<u>Local de Constituição e operação</u>	<u>% de participação</u>	<u>Data do investimento</u>
2015				
Laboratório Padrão S.A.	Serviços de patologia clínica e anatômica	Brasil	15%	08/12/2015
2014				
Anatomical Lab Anatomia Patológica e Citopatologia Ltda. (alterado para Diagnóstika Rio – Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda.)	Serviços de anatomia patológica, citopatologia e imunopatologia	Brasil	71,4%	10/01/2014
2013				
Laboratório Padrão S.A.	Serviços de patologia clínica e anatômica	Brasil	80%	04/07/2013
Diagpar Holding S.A.	Participações em empresas de serviços de patologia cirúrgica e citologia	Brasil	71,40%	23/07/2013
2012				
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	Exames diagnósticos por imagem na área médica	Brasil	70%	05/10/2012
Biocod Biotecnologia Ltda.	Serviços de identificação genética	Brasil	100%	21/12/2012
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	Laboratórios clínicos	Brasil	61%	07/12/2012

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2014, 2013 e 2012, a Sociedade constituiu as seguintes empresas:

<u>Nome da controlada</u>	<u>Principal atividade</u>	<u>Local de Constituição e operação</u>	<u>% de participação</u>	<u>Data do Investimento</u>
2014				
IHP Comércio de Produtos para Saúde S.A.	Comercio Varejista de produtos farmacêuticos	Brasil	100%	17/02/2014
2013				
HP Import.. Com. Loc. Prod. Máq. Equip. Diagn. Ltda.	Importação de máquinas e equipamentos	Brasil	100%	16/01/2013
Centro Diferenciado de Diagnóstico por Imagem S.A. - CDDI	Serviços de diagnóstico por imagem	Brasil	100%	06/05/2013
2012				
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda.	Análises clínicas	Brasil	70%	16/12/2012

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de janeiro de 2016, foi aprovada a incorporação das empresas Biocod Biotecnologia Ltda e Centro Diferenciado de Diagnóstico por Imagem S.A. - CDDI, subsidiárias integrais da Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação com versão da totalidade dos ativos, dos passivos e do patrimônio para a Companhia. Tal incorporação se justifica pelo fato de atender às diretrizes estratégicas da Companhia de simplificação e racionalização administrativa e financeira. O resumo dos saldos incorporados é como segue:

	<u>Biocod Biotecnologia Ltda</u>	<u>Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A. – CDDI</u>	<u>Total Incorporado</u>
Aivos	01/01/2016	01/01/2016	01/01/2016
Aivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.042	83	1.125
Contas a receber de clientes	2.595	578	3.173
Outros ativos circulantes	111	18	129
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo:			
Outros ativos não circulantes	50	4	54
Imobilizado	416	230	646
Intangível	118	4	122
Total dos ativos	4.332	917	5.249
Passivo e Patrimônio Líquido			
Passivo circulante			
Fornecedores	114	224	338
Empréstimos e financiamentos	151		151
Dividendos mínimos obrigatórios		31	31
Obrigações fiscais, sociais e salários	219	90	309
Outros passivos circulantes	692	6	698
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	454		454
Provisão para riscos	60		60
Obrigações com partes relacionadas		367	367
Patrimônio líquido			
Capital social	758	100	858
Reserva de lucros	1.884	99	1.983
Total dos passivos e Patrimônio Líquido	4.332	917	5.249

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Base de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias, e resumo das principais práticas contábeis

(a) Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) (Demonstração Intermediária) e de acordo com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

As práticas e políticas contábeis (que incluem os princípios de mensuração, reconhecimento e avaliação dos ativos e passivos) além dos principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas adotadas na elaboração destas informações trimestrais estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas na Nota 2 das demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas conforme as práticas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) e divulgadas em 30 de janeiro de 2017, e portanto, devem ser analisadas em conjunto.

As informações condensadas trimestrais estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia e moeda de apresentação.

As informações trimestrais da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 30 de janeiro de 2017.

(b) Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas. O controle é obtido quando a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma investida para auferir benefícios de suas atividades e está exposta ou tem direitos a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento com as investidas. Nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade, as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As controladas da Companhia, assim como sua participação (direta e indireta), estão demonstradas a seguir:

	2016	2015
Controladas diretas		
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	70%	70%
Biocod Biotecnologia Ltda.		100%
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	61%	61%
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda. - CEMEDI	70%	70%
Centro Diferenciado de Diagnóstico por Imagem S.A. - CDDI		100%
Diagpar Holding S.A.	71,4%	71,4%
HP Importação, Comércio e Locação de Produtos, Máquinas e Equipamentos Diagnósticos S.A.	100%	100%
Laboratório Padrão S.A.	95%	95%
IHP Comércio de Produtos para Saúde S.A.	100%	
Controladas indiretas		
Neocode – Patologia Cirúrgica e Biologia Molecular Ltda	71,4%	71,4%
Diagnóstika - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda.	70,7%	70,7%
Diagnóstika Rio - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda.	71,4%	71,4%

As controladas indiretas são sociedades controladas pela Diagpar Holding S.A..

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detem controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retermos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 8.

Os resultados das controladas adquiridas no decorrer do exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição. O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Sociedade e às participações não controladoras, mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações.

Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora no patrimônio líquido (ou passivo a descoberto, quando aplicável) das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

A parcela relativa aos não controladores no patrimônio líquido das controladas é apresentada destacadamente no patrimônio líquido consolidado.

2.1 Reemissão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

(a) Reemissão das presentes informações contábeis intermediárias em 19 de janeiro de 2017

Essas novas informações contábeis intermediárias da controladora e do consolidado para o período findo em 31 de março de 2016, reapresentadas em 19 de janeiro de 2017, apresentam correções em relação àquelas divulgadas em 12 de dezembro de 2016, principalmente em virtude da complementação de determinadas notas explicativas, conforme abaixo mencionado:

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Intangível

Em relação à nota explicativa 10 “Intangível”, houve complementação das divulgações para alinhamento ao item 134 (d) do CPC 01 (R1), com a inclusão da metodologia de cálculo utilizada, das premissas de crescimento de receita específicas por empresas, do crescimento nominal dos custos e despesas, da taxa de desconto utilizada e do percentual de crescimento nominal médio ao ano para todas as unidades geradoras de caixa.

(ii) Patrimônio líquido

A nota explicativa 19 “Patrimônio Líquido”, foi complementada à luz do artigo 168, § 1º da Lei nº 6.404/76, com a divulgação do capital social autorizado aprovado no estatuto social datado de 9 de dezembro de 2016.

(iii) Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A nota explicativa 26 “Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos”, foi complementada para conter todas as divulgações requeridas no item 20 do CPC 40 (R1), bem como readequações para sua melhor apresentação.

(iv) Remuneração de administradores

A nota explicativa 28 “Remuneração de administradores”, foi complementada em virtude da inclusão dos encargos sociais e benefícios incorridos no período.

(b) Reemissão das presentes informações contábeis intermediárias em 30 de janeiro de 2017

Em 30 de janeiro de 2017, a administração da Companhia decidiu por rerepresentar as novas informações contábeis intermediárias para o período de 31 de março de 2016, antes rerepresentadas em 19 de janeiro de 2017, para incluir na nota explicativa 32, de eventos subsequentes, a decisão dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária em 30 de janeiro de 2017, de reduzir o montante da distribuição dos dividendos do valor de R\$ 214.286 para o valor total de R\$ 67.400 (nota 32).

3 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem os montantes em caixa, contas de depósito bancário e aplicações financeiras e estão assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	2.848	17.310	6.483	21.683
Aplicações financeiras	140.003	164.046	141.303	167.018
Total	142.851	181.356	147.786	188.701

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário ou Compromissadas, com liquidez imediata, sujeitas a risco insignificante de mudança de valor justo, sendo consideradas, portanto, equivalentes de caixa. A Sociedade possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade.

Na data de apresentação das demonstrações financeiras não existiam diferenças entre o valor contábil de caixa e equivalentes de caixa e o valor justo.

Estes instrumentos tiveram remuneração média de 99,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de março de 2016.

4 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Duplicatas a receber	120.171	75.192	135.470	82.879
Serviços executados a faturar (a)	45.716	35.184	66.985	54.132
	165.887	110.376	202.455	137.011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.539)	(5.888)	(7.998)	(7.221)
Provisão para perda de serviços executados a faturar	(1.523)	(1.371)	(2.185)	(1.972)
Provisão para perda de glosas			(3.315)	(2.681)
	157.825	103.117	188.957	125.137

(a) Os serviços executados a faturar referem-se a serviços prestados cujos respectivos documentos fiscais ainda não haviam sido emitidos quando dos encerramentos dos balanços.

O saldo das contas a receber por idade de vencimento em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 está distribuído conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Valores a vencer	147.750	91.461	175.353	112.669
De 1 a 60 dias	7.732	9.173	13.878	11.770
De 61 a 120 dias	2.343	2.483	3.041	3.379
Acima de 120 dias	6.539	5.888	7.998	7.221
Outros valores a vencer	1.523	1.371	2.185	1.972
	165.887	110.376	202.455	137.011

Os outros valores a vencer referem-se as contas a receber não faturadas que a Administração entende não serem recuperáveis na data das demonstrações financeiras, tendo constituído provisão para perdas para todo o montante em aberto.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída para os títulos vencidos acima de 120 dias e sua movimentação é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Saldo inicial	5.888	3.122	7.221	4.358
Constituições	1.228	7.998	1.565	9.832
Reversões	(577)		(788)	(1.489)
Baixas		(5.232)		(5.480)
Saldo final	6.539	5.888	7.998	7.221

5 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Material de escritório	713	599	811	702
Material direto (a)	11.831	12.764	12.698	13.719
Material auxiliar	2.782	2.344	3.069	2.534
Material de manutenção	1.018	962	1.025	962
Outros	383	459	506	532
	16.727	17.128	18.109	18.449

(a) Consiste, principalmente, de kits reagentes utilizados como insumos na realização de exames de análises clínicas.

6 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social antecipados (a)	443	430	3.008	2.925
IR e CS retidos sobre prestação de serviços (b)	361	1.065	3.286	3.976
PIS e COFINS retidos sobre prestação de serviços (b)	218	2.790	403	3.278
ISS retidos sobre prestação de serviços	49	49	370	369
Imposto de renda retido sobre rendimentos de aplicações financeiras	14	14	44	45
Outros	386	591	405	652
	1.471	4.939	7.516	11.245

(a) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social recolhidos por estimativa, sobre serviços prestados no exercício corrente e em períodos anteriores.

(b) Refere-se aos impostos retidos, quando do recebimento pelos serviços prestados, que serão compensados com impostos futuros devidos.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Outros ativos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Adiantamento a fornecedor	1.687	1.483	1.988	1.557
Despesa antecipada	3.779	3.751	4.002	3.978
Adiantamento a funcionários	860	4.515	908	4.821
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 18)	7.982	7.870	7.982	7.870
Exposição a riscos cambiais (a)	20.134	29.839	20.134	29.839
Outros ativos	1.151	3.023	6.651	8.060
	<u>35.593</u>	<u>50.481</u>	<u>41.665</u>	<u>56.125</u>
Ativo circulante	7.269	12.450	13.341	18.087
Ativo não circulante	28.324	38.031	28.324	38.038

(a) Resultado do derivativo contratado para proteção contra a oscilação da taxa de câmbio no contrato de empréstimo e financiamento em moeda estrangeira, descrito nas notas explicativas 13 e 26 (d).

8 Investimentos

Os saldos e informações sobre os investimentos em controladas são os seguintes:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda.	2.474	2.380
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	5.153	5.096
Laboratório Padrão S.A.	73.652	70.913
HP Import. Com. Loc. Prod. Máq. Equip. Diagn. Ltda.	990	974
Diagpar Holding S.A.	44.007	42.987
Biocod Biotecnologia Ltda.		9.132
Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A. - CDDI		199
IHP Comércio de Produtos para Saúde S.A	75	89
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	14.996	14.833
	<u>141.347</u>	<u>146.603</u>

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentada nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

Controladas					2016
	Saldos em 2015	Incorporação	Equivalência patrimonial	Realização de valor justo	Saldos em 2016
Ativo					
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda.	2.380		94		2.474
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagn. Ltda.	5.096		79	(22)	5.153
Laboratório Padrão S.A.	70.913		2.944	(205)	73.652
HP Import. Com. Loc. Prod. Máq. Equip. Diagn. Ltda.	974		16		990
Diagpar Holding S.A.	42.987		1.058	(38)	44.007
Biocod Biotecnologia Ltda.	9.132	(9.132)			
Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A.	199	(199)			
IHP Comercio de Produtos para Saude S.A.	89		(14)		75
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	14.833		176	(13)	14.996
	<u>146.603</u>	<u>(9.331)</u>	<u>4.353</u>	<u>(278)</u>	<u>141.347</u>

Controladas								2015
	Saldos em 2014	Reclas-sificação	Aporte de capital	Realização de mais valia	Dividendos recebidos	Equivalência patrimonial	Saldos em 2015	
Ativo								
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda.	2.200					180	2.380	
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagn. Ltda.	5.211			(95)	(416)	396	5.096	
Laboratório Padrão S.A.	67.240	(31)		(910)	(1.067)	5.681	70.913	
HP Import. Com. Loc. Prod. Máq. Equip. Diagn. Ltda.	938					36	974	
Diagpar Holding S.A.	40.788			(208)	(1.053)	3.460	42.987	
Biocod Biotecnologia Ltda.	8.414			(73)		791	9.132	
Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A.	87	(94)			(31)	237	199	
IHP Comercio de Produtos para Saude S.A.			100			(11)	89	
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	15.785			(437)		(515)	14.833	
	<u>140.663</u>	<u>(125)</u>	<u>100</u>	<u>(1.723)</u>	<u>(2.567)</u>	<u>10.255</u>	<u>146.603</u>	

Os principais saldos constantes nas demonstrações financeiras das controladas em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são os seguintes:

Controladas							31/03/2016
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado líquido	
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda.	1.452	2.437	352	3	3.534	134	
Laboratório Pro-Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	4.231	1.294	2.063	344	3.118	129	
Laboratório Padrão S.A.	15.781	15.652	12.852	1.807	16.774	2.944	
HP Import., Com. Loc. Prod. Máq. Equip. Diagn. Ltda.	1.024	80	114		990	16	
Diagpar Holding S.A.	12.701	2.642	6.972	1.672	6.699	1.061	
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	22.725	30.731	13.385	44.549	(4.478)	161	
IHP Comercio de Produtos para Saude S.A.	75	4	3		76	(13)	

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2015					
Controladas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado líquido
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda.	1.240	2.507	347		3.400	257
Laboratório Pro-Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	3.801	1.296	1.915	192	2.990	649
Laboratório Padrão S.A.	11.933	15.959	12.145	1.917	13.830	4.503
HP Import. Com. Loc. Prod. Máq. Equip. Diagn. Ltda.	909	88	23		974	35
Diagpar Holding S.A.	12.505	2.543	7.719	1.691	5.638	3.239
Biocod Biotecnologia Ltda.	3.748	584	1.176	514	2.642	791
Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A. - CDDI	679	238	351	367	199	237
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	18.620	31.494	11.896	42.871	(4.653)	57
IHP Comercio de Produtos para Saude S.A	85	6	1	1	89	(11)

9 Imobilizado

	Controladora							
	Vidas úteis anuais		31/03/2016			31/12/2015		
	Máxima	Mínima	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Edificações	40	13	9.743	(3.347)	6.396	9.743	(3.209)	6.534
Veículos	5	5	976	(892)	84	976	(882)	94
Móveis e utensílios	10	10	10.854	(5.400)	5.454	10.812	(5.157)	5.655
Equipamentos de informática	5	3	32.461	(28.008)	4.453	32.367	(27.451)	4.916
Máquinas e equipamentos	10	10	129.105	(70.770)	58.335	125.911	(67.508)	58.403
Equipamentos de segurança	10	10	603	(160)	443	599	(144)	455
Instalações	40	5	58.414	(31.548)	26.866	58.402	(30.221)	28.181
Equipamentos de comunicação	10	10	1.335	(932)	403	1.328	(906)	422
Equipamentos de refrigeração	10	4	10.069	(5.408)	4.661	10.116	(5.264)	4.852
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25	1	44.287	(9.461)	34.826	44.011	(9.014)	34.997
Imobilizado em trânsito			5.242		5.242	5.242		5.242
Imobilizado em andamento			5.080		5.080	5.926		5.926
Benfeitorias em andamentos			59		59	337		337
			<u>308.228</u>	<u>(155.926)</u>	<u>152.302</u>	<u>305.770</u>	<u>(149.756)</u>	<u>156.014</u>

	Consolidado							
	Vidas úteis anuais		31/03/2016			31/12/2015		
	Máxima	Mínima	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Edificações	40	13	9.743	(3.347)	6.396	9.743	(3.209)	6.534
Veículos	5	5	1.141	(1.056)	85	1.141	(1.042)	99
Móveis e utensílios	10	10	14.923	(7.150)	7.773	14.838	(6.821)	8.017
Equipamentos de informática	5	3	37.101	(31.015)	6.086	37.202	(30.388)	6.814
Máquinas e equipamentos	10	10	170.955	(88.932)	82.023	168.075	(84.999)	83.076
Equipamentos de segurança	10	10	687	(205)	482	680	(186)	494
Instalações	40	5	59.012	(31.990)	27.022	59.044	(30.665)	28.379
Equipamentos de comunicação	10	10	1.514	(1.003)	511	1.517	(977)	540
Equipamentos de refrigeração	10	4	12.493	(6.114)	6.379	12.531	(5.934)	6.597
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25	1	69.317	(13.935)	55.382	69.084	(13.263)	55.821
Imobilizado em trânsito			5.242		5.242	5.242		5.242
Imobilizados em andamento			5.080		5.080	5.954		5.954
Benfeitorias em andamentos			185		185	679		679

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do saldo do imobilizado é demonstrada a seguir:

	387.393 (184.747) 202.646 385.730 (177.484) 208.246						
	Controladora						
	31/12/2015	Adições	Baixas	Incorporação	Depreciação	Transferências	31/03/2016
Edificações	6.534				(138)		6.396
Veículos	94				(10)		84
Móveis e utensílios	5.655	38	(4)	7	(241)	(1)	5.454
Equipamentos de informática	4.916	72		5	(540)		4.453
Máquinas e equipamentos	58.403	1.796	(2)	467	(3.215)	886	58.335
Equipamentos de segurança	455	2		1	(16)	1	443
Instalações	28.181				(1.327)	12	26.866
Equipamentos de comunicação	422			6	(26)	1	403
Equipamentos de refrigeração	4.852	55	(39)	3	(188)	(22)	4.661
Benfeitorias em imóveis de terceiros	34.997	641	(540)	157	(469)	40	34.826
Imobilizado em trânsito	5.242						5.242
Imobilizados em andamento	5.926	21				(867)	5.080
Benfeitorias em andamentos	337		(228)			(50)	59
	<u>156.014</u>	<u>2.625</u>	<u>(813)</u>	<u>646</u>	<u>(6.170)</u>		<u>152.302</u>

	Controladora					
	31/12/2014	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	31/12/2015
Edificações	7.086			(552)		6.534
Veículos	136			(42)		94
Móveis e utensílios	5.330	1.243	(31)	(914)	27	5.655
Equipamentos de informática	5.769	1.698	(8)	(2.543)		4.916
Máquinas e equipamentos	55.929	14.030	(316)	(12.858)	1.618	58.403
Equipamentos de segurança	425	86		(56)		455
Instalações	33.489			(5.308)		28.181
Equipamentos de comunicação	509	20		(107)		422
Equipamentos de refrigeração	4.363	1.364	(136)	(742)	3	4.852
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25.913	6.717	(4)	(1.772)	4.143	34.997
Imobilizado em trânsito		5.436	(194)			5.242
Imobilizados em andamento	2.442	8.334	(3.202)		(1.648)	5.926
Benfeitorias em andamentos	336	4.203	(59)		(4.143)	337
	<u>141.727</u>	<u>43.131</u>	<u>(3.950)</u>	<u>(24.894)</u>		<u>156.014</u>

	Consolidado					
	31/12/2015	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	31/03/2016
Edificações	6.534			(138)		6.396
Veículos	99			(14)		85
Móveis e utensílios	8.017	46	(15)	(333)	58	7.773
Equipamentos de informática	6.814	72	(16)	(791)	7	6.086
Máquinas e equipamentos	83.076	2.152	(2)	(4.111)	908	82.023
Equipamentos de segurança	494	7		(19)		482
Instalações	28.379			(1.326)	(31)	27.022
Equipamentos de comunicação	540		(1)	(27)	(1)	511
Equipamentos de refrigeração	6.597	91	(44)	(245)	(20)	6.379
Benfeitorias em imóveis de terceiros	55.821	760	(712)	(727)	240	55.382
Imobilizado em trânsito	5.242					5.242
Imobilizados em andamento	5.954	21			(895)	5.080
Benfeitorias em andamento	679		(228)		(266)	185
	<u>208.246</u>	<u>3.149</u>	<u>(1.018)</u>	<u>(7.731)</u>		<u>202.646</u>

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					
	31/12/2014	Adições	Baixas	Depreciação	Transfe-rências	31/12/2015
Edificações	7.086			(552)		6.534
Veículos	152			(53)		99
Móveis e utensílios	7.474	1.828	(54)	(1.258)	27	8.017
Equipamentos de informática	7.695	2.465	(10)	(3.335)	(1)	6.814
Máquinas e equipamentos	80.197	17.626	(316)	(16.049)	1.618	83.076
Equipamentos de segurança	464	91		(61)		494
Instalações	33.723			(5.344)		28.379
Equipamentos de comunicação	634	28	(1)	(122)	1	540
Equipamentos de refrigeração	6.099	1.603	(157)	(963)	15	6.597
Benfeitorias em imóveis de terceiros	43.517	10.392	(8)	(2.683)	4.603	55.821
Imobilizado em trânsito		5.436	(194)			5.242
Imobilizados em andamento	2.678	8.334	(3.410)		(1.648)	5.954
Benfeitorias em andamento	566	4.827	(99)		(4.615)	679
	190.285	52.630	(4.249)	(30.420)		208.246

As principais adições ocorridas no primeiro trimestre de 2016 estão relacionadas a aquisições de máquinas e equipamentos e de benfeitorias. As aquisições de máquinas e equipamentos tiveram como finalidade a ampliação da capacidade operacional e as benfeitorias a modernização das lojas de atendimento.

10 Intangível

	Controladora				
		31/03/2016	31/12/2015		
	Vidas úteis (em anos)	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Ágio		6.296		6.296	
Mais valia de ativos		194	(31)	163	
Softwares	5	33.631	(15.525)	18.106	17.157
Outros		319	(208)	111	3.506
Total		40.440	(15.764)	24.676	20.663
					Consolidado
		31/03/2016	31/12/2015		
	Vidas úteis (em anos)	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Ágio		118.464		118.464	118.464
Softwares	5	36.381	(16.859)	19.522	18.701
Marcas	5	4.500	(2.614)	1.886	2.170
Contratos com clientes	2 a 20	2.810	(643)	2.167	2.237
Desenvolvimento de novos exames	15	1.060	(230)	830	4.262
Outros		149		149	227
Total		163.364	(20.346)	143.018	146.061

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do saldo de intangíveis é demonstrada a seguir:

	Controladora	
	31/03/2016	31/12/2015
Saldos em 1º de janeiro	20.663	13.109
Adições	1.657	9.999
Incorporações	122	
Baixas (a)	(3.568)	
Amortizações	(688)	(2.445)
Reclassificação do ágio por incorporação de controlada	6.296	
Reclassificação da mais valia de ativos por incorporação de controlada	194	
Saldos em 31 de março	<u>24.676</u>	<u>20.663</u>

a) A administração realizou avaliação dos ativos mantidos em desenvolvimento de projetos e baixou aqueles identificados como não recuperáveis nos montantes de R\$ 3.568 e R\$ 3.664 nos saldos da controladora e consolidado respectivamente.

	Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
Saldos em 1º de janeiro	146.061	139.535
Adições	1.688	10.562
Baixas	(3.664)	
Amortizações	(1.067)	(4.036)
Saldos em 31 de março	<u>143.018</u>	<u>146.061</u>

Os ágios reconhecidos na comparação dos ativos líquidos adquiridos e as contraprestações transferidas estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	18.577	18.577
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	2.707	2.707
Laboratório Padrão S.A.	55.305	55.305
Diagpar Holding S.A.	35.344	35.344
Biocod Biotecnologia Ltda. (a)	6.296	6.296
Diagnóstika Rio - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda.	235	235
	<u>118.464</u>	<u>118.464</u>

(a) A Biocod Biotecnologia Ltda foi incorporada em 2016 conforme nota explicativa 1.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Alocação do Ágio às Unidades Geradoras de Caixa

Os ágios e as marcas foram submetidos ao teste de redução ao valor recuperável (“impairment”) e não foi identificada necessidade de ajustes aos valores dos ágios e marcas.

O teste de impairment foi realizado de acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e os valores do ágio por expectativa de rentabilidade futura (“goodwill”) foram alocados por entidade legal, sendo que no entendimento da Administração esta alocação representa o mais baixo nível no qual o ágio é monitorado em seus relatórios internos. O teste de impairment não sofreu alterações em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 11 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

A metodologia utilizada para os cálculos de impairment foi a de fluxo de caixa descontado. Os testes consistem na análise da rentabilidade dos investimentos, avaliando os resultados apurados das investidas e as projeções de orçamentos dos anos futuros disponibilizados pela administração da Companhia.

Na elaboração dos testes do valor recuperável dos ativos da Companhia, foram consideradas premissas de crescimento de receita específicas por empresas, que variam de 8,4% a 9,4% de acordo com a realidade de demanda dos seus mercados e taxas de ocupação da capacidade instalada. Essas premissas de crescimento de receita foram embasadas por iniciativas presentes no plano de negócios, assumindo um crescimento médio anual da receita líquida em decorrência de volume e preço.

Em relação aos custos e despesas, foi considerado um crescimento nominal com base na taxa de inflação para os próximos anos de 7,5% a 8,1 ao ano. Uma vez que a maior parte dos contratos de aluguel, fornecedores, serviços de manutenção e serviços de terceiros são reajustados de acordo com índices de inflação, essa premissa reflete a realidade do crescimento de custos da empresa.

A taxa de desconto utilizada foi calculada com base na taxa livre de risco, risco país, prêmio de tamanho e o beta do setor. Também é levada em consideração a estrutura de capital atual da Companhia e sua evolução ao longo do período em questão, bem como a alocação tributária de cada parcela do capital, próprio e de terceiros. A taxa calculada foi de 14,7% e foi a mesma utilizada para todas as unidades geradoras de caixa.

O período de tempo utilizado para a elaboração do fluxo de caixa foi de 7 anos uma vez que este é o período utilizado pela Companhia para sua modelagem financeira e consequentes projeções de longo prazo, adicionado um valor de perpetuidade com crescimento nominal médio de 4,5% ao ano para todas as unidades geradoras de caixa.

A Administração acredita que eventuais mudanças nas principais premissas utilizadas no teste não resultariam numa redução dos valores recuperáveis a níveis inferiores aos custos registrados destas unidades geradoras de caixa.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Fornecedores

A composição dos fornecedores pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Nacionais	70.193	62.642	78.356	67.494
Internacionais	4.008	8.073	4.124	8.113
Total	74.201	70.715	82.480	75.607

A Sociedade coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conformes os termos originalmente acordados.

Composto substancialmente por materiais para exames, serviços, fornecedores de informática, máquinas e equipamentos e obras de infraestrutura. O prazo médio de pagamentos aos fornecedores é de 52 dias.

12 Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas

A composição é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Salários e encargos sociais	20.190	22.698	25.004	27.006
Impostos retidos a recolher	1.313	1.798	1.502	2.145
Impostos sobre vendas	4.718	3.200	6.042	4.168
Impostos de renda e contribuição social a recolher	4.174	12.847	4.552	13.379
PIS e COFINS sobre receita financeira	1.042	565	1.050	565
	31.437	41.108	38.150	47.263

Os impostos e contribuições municipais, estaduais e federais incidentes sobre as operações da sociedade estão sujeitos à fiscalização por parte das autoridades governamentais durante um prazo de cinco anos.

13 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Capital de giro (a)	60.622	79.955	61.823	81.181
Finep	36.916	38.021	36.916	38.614
Títulos descontados	53	4.610	53	4.610
Leasing financeiro		34		34
FINAME	11.086	11.475	16.439	17.132
	108.677	134.095	115.231	141.571
Passivo circulante	27.212	32.214	28.833	33.964
Passivo não circulante	81.465	101.881	86.398	107.607

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valores justos dos empréstimos e financiamentos não diferem significativamente dos seus respectivos saldos contábeis. Informações sobre exposição ao risco de taxa, variação cambial e liquidez estão apresentadas na nota explicativa 26.

As taxas de juros dos empréstimos de capital de giro variam de CDI + juros entre 1,5% e 1,7% ao ano. Os contratos de Finep têm taxa de juros de 5% ao ano. Os títulos descontados têm taxa de juros de 19,13% ao ano. Os contratos de leasing financeiro têm taxa de juros de 16,0% ao ano. Já os contratos de FINAME têm taxas anuais de juros variando entre 3,0% e 12,76%.

- (a) Em 2013, a Sociedade contratou empréstimo com o Itaú BBA, denominado em dólares norte-americanos, no montante original de US\$22.262 mil, acrescidos de juros de 2,82% ao ano. Para proteção do risco de variação cambial sobre este empréstimo foi contratada operação de *swap*, trocando a moeda para reais e fixando a taxa de juros em CDI+1,5% ao ano. O prazo de vencimento do *swap* é o mesmo do empréstimos conforme divulgado na nota explicativa 26.

Garantias:

(i) Capital de giro:

- Cessão de direitos creditórios (SWAP) para contrato de operação em dólar 4131.
- Cessão de direitos creditórios da UNIMED-BH e Aval dos sócios para contrato de operação em Reais.

(ii) Finep:

- Fiança Bancaria

(iii) Títulos Descontados

- Cessão de direitos creditórios de títulos

(iv) Leasing e Finame:

- Alienação fiduciária dos próprios bens adquiridos, composto principalmente por equipamentos de imagens e ressonâncias magneticas.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O cronograma de pagamento dos saldos de empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2016 e os respectivos valores nominais são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	Valores registrados	Desembolsos Esperados	Valores registrados	Desembolsos Esperados
2016	21.514	22.539	22.810	24.039
2017	34.062	35.892	35.940	38.150
2018	32.756	33.673	34.405	35.583
2019	8.351	9.525	9.342	10.676
Após 2019	11.994	12.778	12.734	13.705
	<u>108.677</u>	<u>114.407</u>	<u>115.231</u>	<u>122.153</u>

As movimentações resumidas dos saldos de empréstimos e financiamentos em 2015 e março de 2016 foram as seguintes:

	Controladora	
	2016	2015
Saldos iniciais (circulante e não circulante)	134.095	117.606
Captações		15.088
Atualização monetária	2.118	9.681
Amortizações de principal	(9.866)	(20.810)
Amortizações de juros	(4.013)	(9.448)
Variação cambial	(9.705)	22.676
Liquidação de título descontado por contas a receber	(4.557)	
Outros - reclassificações		(698)
Incorporação de controladas	<u>605</u>	
Saldos finais (circulante e não circulante)	<u>108.677</u>	<u>134.095</u>
	Consolidado	
	2015	2016
Saldos iniciais (circulante e não circulante)	141.571	125.042
Captações		16.983
Atualização monetária	2.282	10.135
Amortizações de principal	(10.224)	(22.687)
Amortizações de juros	(4.136)	(10.084)
Variação cambial	(9.705)	22.880
Liquidação de título descontado por contas a receber	(4.557)	
Outros - reclassificações		(698)
Saldos finais (circulante e não circulante)	<u>115.231</u>	<u>141.571</u>

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cláusulas restritivas:

Determinados empréstimos possuem cláusulas financeiras restritivas (“covenants”), incluindo, entre outros, garantias reais, restrições quanto à mudança, transferência ou cessão de controle societário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência do credor. Os *covenants* de índices financeiros são os seguintes:

<u>Descrição da cláusula restritiva</u>	<u>Índice requerido</u>
Dívida Líquida(i) / EBITDA (ii)	> 3,5
EBITDA (ii)/ Despesa Financeira Líquida (iii)	< 2,0

(i) Dívida Líquida - soma dos saldos de empréstimos e financiamentos menos saldo de caixa e equivalentes de caixa.

(ii) EBITDA -lucro antes do resultado financeiro, impostos sobre a renda, depreciações e amortizações.

(iii) Despesa Financeira Líquida - todas as despesas financeiras menos o total das receitas financeiras.

A administração acompanha o atendimento das cláusulas estabelecidas para o exercício e entende que a Sociedade em 31 de março de 2016 não possui indicativo que não cumprirá as cláusulas de covenants estabelecidas nos contratos.

14 Parcelamentos tributários

Descrição	Item	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Parcelamento ISSQN - 1998 a 2007	(a)	2.808	3.759	2.808	3.759
Parcelamento - multa referente à emissão de documento fiscal	(b)	1.900	1.859	1.900	1.859
Parcelamento ISSQN				4.184	4.260
Parcelamento - Lei nº 11.941/09	(c)	31.178	31.500	35.806	36.176
Parcelamento - Lei nº 12.996/14	(d)	1.747	2.202	2.907	3.669
Parcelamento Pis e COFINS 2011	(e)	845	847	845	847
Outros				1.648	1.684
		<u>38.478</u>	<u>40.167</u>	<u>50.098</u>	<u>52.254</u>
Passivo circulante		6.386	6.560	9.169	9.499
Passivo não circulante		32.092	33.607	40.929	42.755

(a) Refere-se a autos de infração lavrados pela fiscalização municipal decorrente de: (i) apuração e recolhimento, por parte da Sociedade, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN na modalidade SPL - Sociedade de Profissional Liberal, durante o período compreendido entre janeiro de 1998 a dezembro de 2002. Em 18 de janeiro de 2008, a Sociedade parcelou o referido débito em 180 meses; (ii) recolhimento a menor de ISSQN durante o período de janeiro de 2003 a julho de 2007 cujo parcelamento inicial para pagamento em 60 meses, obtido em 6 de setembro de 2007, foi renegociado em setembro de 2008, em função da compensação de parte dos valores em aberto com precatórios municipais adquiridos pela Sociedade.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Refere-se a auto de infração lavrado pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, em função de emissão de documento fiscal não autorizado pelo referido órgão no período de 1998 a 2002. Em 18 de janeiro de 2008, a Sociedade parcelou o referido débito em 180 meses. Em dezembro de 2010, houve redução do valor parcelado em função da proposição de Lei nº 306/10 da Câmara Municipal de Belo Horizonte, datada de 29 de dezembro de 2010 (transformada na Lei nº 10.082/11 em 12 de janeiro de 2011), que reduziu de 5% para 1% a multa por emissão documento fiscal diverso daquele estabelecido pela legislação tributária municipal.

(c) A Sociedade, com base na Lei Federal nº 11.941, de 27 de maio de 2009, formalizou a opção pelo programa de parcelamento instituído pela referida legislação. Dessa forma, todos os débitos inclusos em parcelamentos federais anteriores, bem como obrigações decorrentes de disputas administrativas e judiciais no que tange a processos tributários e previdenciários foram migrados para este programa. Sobre os valores foram aplicados os percentuais de redução para parcelamento em até 180 parcelas.

(d) A Sociedade, com base na Lei Federal nº 12.996, de 18 de junho de 2014, formalizou a opção pelo programa de parcelamento instituído pela referida legislação. Dessa forma, outros débitos foram inclusos em parcelamentos federais ordinários, bem como obrigações decorrentes de disputas administrativas e judiciais no que tange a processos tributários foram migrados para este programa. Sobre os valores foram aplicados os percentuais de redução para parcelamento em até 30 parcelas.

(e) Refere-se ao auto de infração lavrado pela Receita relativo a aproveitamento de créditos de PIS e COFINS considerados indevidos no ano de 2011. Em 2015, a Sociedade formalizou a opção pelo parcelamento ordinário em 60 (sessenta) parcelas.

As movimentações resumidas dos saldos de parcelamentos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de março de 2016 foram as seguintes:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Controladora		
Saldos iniciais (circulante e não circulante)	40.167	46.833
Adições		892
Atualização monetária	872	3.652
Amortizações de principal	(1.389)	(9.697)
Amortizações de juros	(1.172)	(1.513)
Saldos finais (circulante e não circulante)	<u>38.478</u>	<u>40.167</u>
Consolidado		
Saldos iniciais (circulante e não circulante)	52.254	60.579
Adições		892
Atualização monetária	1.181	4.917
Amortizações de principal	(1.929)	(11.849)
Amortizações de juros	(1.408)	(2.285)
Saldos finais (circulante e não circulante)	<u>50.098</u>	<u>52.254</u>

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Provisão para riscos

A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões de natureza fiscal, trabalhistas e cíveis. As provisões para riscos são determinadas com base em análises das ações judiciais em curso, autuações e avaliações de riscos onde os prognósticos de perda são considerados prováveis pela administração e pelos seus consultores jurídicos. A composição e a movimentação da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são assim demonstradas.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Fiscal (a)	3.162	2.819	3.299	2.819
Trabalhistas (b)	3.069	3.106	4.308	4.435
Cíveis (c)	3.593	3.589	3.679	3.711
	<u>9.824</u>	<u>9.514</u>	<u>11.286</u>	<u>10.965</u>
Depósitos judiciais (realizável a longo prazo)	3.391	4.068	5.380	6.032
	<u>3.391</u>	<u>4.068</u>	<u>5.380</u>	<u>6.032</u>

Durante o primeiro trimestre, ocorreram movimentações da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que encontram-se resumidas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Saldo inicial	9.514	6.652	10.965	8.625
Adições por incorporação de controladas	60			
Adições	991	7.880	1.089	8.378
Pagamentos	(391)	(4.135)	(391)	(4.178)
Reversões (d)	(350)	(883)	(485)	(1.860)
Reclassificação			108	
Saldo final	<u>9.824</u>	<u>9.514</u>	<u>11.286</u>	<u>10.965</u>

Com referência aos processos classificados como de risco de perda provável, destacam-se as seguintes discussões na Sociedade e em suas controladas:

(a) Fiscais

As provisões para riscos fiscais referem-se, principalmente a:

(i) Autos de infração lavrados pela Prefeitura Municipal de Contagem - MG, decorrentes do recolhimento a menor, entre junho de 2002 e junho de 2003 e respectivas multas por descumprimento de obrigações acessórias. O montante reconhecido em 31 de março de 2016 é de R\$432 (R\$709 em 31 de dezembro de 2015).

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Mandado de Segurança objetivando afastar a incidência do imposto de renda retido na fonte - IRRF sobre os valores apurados a título de correção monetária dos depósitos judiciais, cujo montante é de R\$604 em 31 de março de 2016 (R\$ 584 em 31 de dezembro de 2015).

(iii) Mandado de segurança objetivando promover o desembaraço aduaneiro e a liberação de bens importados, sem comprovação de recolhimento do ICMS, pelo fornecedor. Em 31 de março de 2016, o valor discutido monta em R\$ 439 (R\$ 424 em 31 de dezembro de 2015).

(iv) Auto de infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal de Ribeirão Preto – SP decorrentes de créditos tributários relativos a Cofins Importação – Adicional de 1%. O montante em 31 de março de 2016 é de R\$ 392.

(v) Liminar em Mandato de Segurança determinando ao INSS se abstenha de exigir a contribuição previdenciária incidente sobre a verba para seus empregados nos prazos 15 dias de afastamento por motivo de doença ou acidente, sobre o aviso prévio indenizado e o adicional de 1/3 de férias. Em 31 de março de 2016 o valor discutido monta em R\$ 1.251 (R\$1.068 em 31 de dezembro de 2015).

(b) Trabalhistas

No que diz respeito aos processos trabalhistas em geral, as matérias discutidas são: (i) horas extras; (ii) adicional de insalubridade e periculosidade; (iii) comissões; (iv) equiparação salarial; e (v) danos morais e materiais. Considerando as perdas históricas efetivamente liquidadas, a Administração do Grupo considera que a provisão constituída é suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

O total de reclamações trabalhistas nas quais a Sociedade é parte, em 31 de março de 2016, monta em aproximadamente R\$8.451 (R\$8.762 em 31 de dezembro de 2015), dos quais, a Administração da Sociedade, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão para riscos no montante de R\$3.069 (R\$3.106 em 31 de dezembro de 2015).

(c) Cíveis

A provisão para risco de natureza cível é constituída com base em critérios objetivos, tendo por base a análise individual das ações. O julgamento da probabilidade de desfecho desfavorável é feito com base na análise da Administração, em conjunto com os advogados da Sociedade. Em 31 de março de 2016, o total de reclamações de natureza cível monta em aproximadamente R\$15.397 (R\$18.056 em 31 de dezembro de 2015), dos quais a Administração da Sociedade constituiu provisão para riscos no montante de R\$3.593 (R\$3.589 em 31 de dezembro de 2015).

(d) Principais reversões

Nos exercícios de 2016 e 2015, as principais reversões ocorreram nas provisões trabalhistas, em função de acordos praticados.

(e) Processos com risco de perda possível

Em 31 de março de 2016, a Sociedade possui um montante de aproximadamente R\$4.881 (R\$10.647 em 31 de dezembro de 2015) referentes a outros processos classificados como risco de perda possível pelos seus assessores legais, referentes a questões tributárias.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos tributários podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Ativo:				
Créditos constituídos sobre:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.223	2.002	2.346	2.359
Provisão para riscos	2.912	3.235	3.049	3.406
Provisão para tributos sobre receitas a faturar	591	478	635	516
Atualização opção de compra de investimento	1.188		1.188	
Provisão outras despesas temporariamente indedutíveis	3.446	470	4.115	507
Provisão para perda de glosas			511	412
Prejuízo fiscal			596	1.400
Ativo fiscal diferido proveniente de ágio em incorporação reversa (i)	34.471	35.748	34.471	35.748
Provisão PLR	933	1.596	934	1.596
Outros	618	1.222	1.027	1.310
	<u>46.382</u>	<u>44.751</u>	<u>48.872</u>	<u>47.254</u>
Passivo:				
Custo atribuído ao ativo imobilizado (iii)	2.489	2.618	2.990	3.133
Atualização opção de compra de investimento		717		717
	<u>2.489</u>	<u>3.335</u>	<u>2.990</u>	<u>3.850</u>
Total líquido ativo	<u>43.893</u>	<u>41.416</u>	<u>45.882</u>	<u>43.404</u>
Impostos diferidos sobre mais valia de ativos (ii)			2.812	3.062
Total passivo			<u>2.812</u>	<u>3.062</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2012 a Sociedade incorporou a investidora GIF Aperana Participações S.A., cujo saldo do ágio anteriormente registrado na investidora foi integralmente provisionado no momento da incorporação gerando um crédito tributário no valor de 34% do valor do ágio. Referido crédito tributário foi reconhecido em reserva especial de ágio na incorporação em contrapartida de imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, que está sendo utilizado pela Companhia desde 2013 até 2022.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos em combinação de negócios, em decorrência da mais valia de ativos identificados não reconhecidos anteriormente, conforme abaixo demonstrado:

	Consolidado	
	2016	2015
Ativos totais identificados a valor justo	36.664	36.664
(-) Ativos já reconhecidos anteriormente	(20.563)	(20.563)
(-) Realização por depreciação e amortização	(7.831)	(7.094)
Mais valia proveniente da aquisição de controladas, líquida	<u>8.270</u>	<u>9.007</u>
Impostos sobre a mais valia em combinação de negócios	<u>2.812</u>	<u>3.062</u>

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado.

Em 31 de março de 2016, com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo ativo de imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre diferenças intertemporais é demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2016	11.681	13.978
2017	6.405	6.371
2018	6.405	6.371
2019	5.159	5.126
2020 em diante	14.243	14.036
Total	43.893	45.882

(b) Imposto de renda e contribuição social - conciliação entre as despesas nominal e efetiva

A conciliação entre as despesas nominal e efetiva do imposto de renda e contribuição social para os períodos é como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	29.179	33.072	30.286	33.127
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculado à alíquota nominal	(9.921)	(11.244)	(10.297)	(11.263)
Ajustes à despesa nominal:				
Resultado de equivalência patrimonial	1.386	793		
Imposto de renda e contribuição social de anos anteriores			(2)	(85)
Efeito sobre resultados de controladas tributadas pelo lucro presumido			869	548
Outras exclusões (adições), líquidas	(36)	(21)	(169)	257
Imposto de renda e contribuição social	<u>(8.571)</u>	<u>(10.472)</u>	<u>(9.599)</u>	<u>(10.543)</u>

As declarações de rendimentos da Sociedade estão sujeitas à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Outros impostos, taxas e contribuições estão também sujeitas a estas condições, conforme legislação aplicável.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Obrigações por compra de investimentos

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	11.541	8.684
Laboratório Padrão S.A.	3.686	3.317
Diagpar Holding S.A.	<u>8.249</u>	<u>5.871</u>
	<u>23.476</u>	<u>17.872</u>

Na data de aquisição dos investimentos listados acima, a Companhia outorgou aos proprietários das participações não controladoras, opções para que estes a seu exclusivo critério, vendam a totalidade das ações detidas por eles nas controladas “Laboratório Padrão”; “Diagpar Holding” e “IHP Digimagem Medicina Diagnóstica”. Na mesma data, os proprietários das participações não controladoras outorgaram à Sociedade opções para que a mesma a seu exclusivo critério, compre o restante das ações detidas pelos não controladores nas empresas antes mencionadas.

As opções foram precificadas com base no valor justo das ações, com base nas condições contratadas, na data de encerramento destas demonstrações financeiras.

As opções podem ser exercidas em até 45 dias contados dos aniversários da data de assinatura de cada acordo, assim sendo:

Opções de venda que poderão ser exercidas pelos não controladores quando

i) Com a maturação dos vencimentos definidos contratualmente, apresentados a seguir;

Empresa	Vencimento		
	Primeiro	Segundo	Terceiro
Laboratório Padrão S.A.	Incorrido	04/07/2017	
Diagpar Holding S.A.	24/07/2018	24/07/2019	24/07/2020
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.		Indeterminado	

ii) Caso seja aprovada a oferta pública da Companhia, os acionistas não controladores terão direito de solicitar que sejam iniciados os procedimentos para o exercício da opção de venda do total de suas ações, podendo ser a liquidação dessa operação através de troca de ações da Companhia ou em dinheiro.

Opções de compra que poderão ser exercidas pela controladora quando

i) Determinadas obrigações assumidas em contrato não forem cumpridas pelos não controladores;

ii) Com a maturação dos vencimentos definidos contratualmente, apresentados a seguir:

Empresa	Vencimento		
	Primeiro	Segundo	Terceiro
Laboratório Padrão S.A.	04/07/2017		
Diagpar Holding S.A.	24/07/2021	24/07/2022	24/07/2023
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.		Indeterminado	

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Adiantamentos de clientes	352	74	2.562	1.770
Obrigações vinculadas (a)	9.423	9.311	9.423	9.311
Outros Hedge	3.347		3.347	
Outros	1.234	2.078	1.093	3.504
	<u>14.356</u>	<u>11.463</u>	<u>16.425</u>	<u>14.585</u>
Circulante	4.813	373	6.882	3.495
Não circulante	9.543	11.090	9.543	11.090

- (a) As obrigações vinculadas referem-se a retenções de valores dos pagamentos aos vendedores na compra das controladas, IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A., Biocod Biotecnologia Ltda., Diagpar Holding S.A. e Laboratório Padrão S.A., que serão disponibilizados aos vendedores após o cumprimento de determinadas cláusulas contratuais existentes em acordo de aquisição de controle societário. Essas obrigações estão garantidas por aplicações financeiras efetuadas pela Companhia, com utilização restrita.

	31/03/2016	31/12/2015
Obrigações vinculadas	9.423	9.311
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 7)	(7.982)	(7.870)
	<u>1.441</u>	<u>1.441</u>

19 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 o capital da Companhia está representado por 3.633.665 ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal. As ações do capital social são assim distribuídas:

	Ações ordinárias normativas	Participação %
AP Participações e Gestão de Negócios Eireli	825.965	22,73%
RP Participações e Gestão de Negócios Eireli	825.965	22,73%
VP Participações e Gestão de Negócios Eireli	825.965	22,73%
Aurea Maria Pardini	21.890	0,60%
Regina Pardini	21.890	0,60%
Victor Pardini	21.890	0,60%
GIF IV Fundo de Investimentos e Participações	1.090.100	30,01%
Total	<u>3.633.665</u>	<u>100,00%</u>

Na data desta demonstração, o capital social autorizado é de R\$ 2.000.000 (dois bilhões de reais).

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reserva de capital

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 está composta por:

<u>Descrição</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Constituição de reserva especial de ágio na incorporação	51.069	51.069
Incorporação de controladora	21	21
	<u>51.090</u>	<u>51.090</u>

Em 31 de dezembro de 2012 a Sociedade incorporou a investidora GIF Aperana Participações S.A., cujo saldo do ágio anteriormente registrado na investidora foi integralmente provisionado no momento da incorporação gerando reserva especial de ágio na incorporação no montante de 34% sobre o valor do ágio, registrado como imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos.

(c) Destinação do resultado

- (i) Reserva legal: de acordo com o artigo nº 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal somada às reservas de capital supera em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.
- (ii) Reserva de retenção de lucros: A administração é responsável pela destinação do lucro de acordo com o estatuto social ou seu instrumento legal e pela observância da legislação societária que trata do assunto e foi dado cumprimento ao estabelecido. Os lucros excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios têm sido transferidos para a conta de reserva de retenção de lucros. Em 31 de dezembro de 2015, em decorrência do lucro auferido no exercício, as reservas de lucros superaram o capital social da Companhia. Em cumprimento ao artigo 199 da Lei 6.404/76, os acionistas da Companhia deliberaram, em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 9 de dezembro de 2016 e 30 de janeiro de 2017, pela distribuição de dividendos contra o saldo da reserva de retenção de lucros, conforme descrito na Nota 32.
- (iii) Dividendos mínimos obrigatórios: aos acionistas é assegurado o dividendo mínimo estatutário de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária brasileira, após a constituição da reserva legal, quando aplicável.

A Sociedade reconhece os dividendos a pagar em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização dos Pagamentos Dividendos, ou seja, os valores somente são registrados no passivo como dividendos a pagar quando aprovados pela Assembleia de Acionistas, exceto o dividendo mínimo obrigatório, que é reconhecido nas demonstrações financeiras ao final do exercício, independentemente de já terem sido ratificados pela referida assembleia.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se ao valor atribuído ao custo do ativo imobilizado existentes na abertura do exercício de 2009, cujos efeitos aumentaram o ativo imobilizado e tiveram como contrapartida o Patrimônio Líquido, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos. A movimentação do ajuste de avaliação patrimonial ocorrida em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 pode ser assim demonstrada:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo inicial	5.084	6.143
Realização por depreciação	<u>(251)</u>	<u>(1.059)</u>
Saldo final	<u>4.833</u>	<u>5.084</u>

(e) Participações não controladoras

As participações não controladoras reconhecidas na data de aquisição nas demonstrações financeiras consolidadas foram mensuradas inicialmente com base no valor justo dos ativos líquidos das investidas e, após a data de aquisição, através das movimentações destas empresas controladas, e totalizavam R\$2.728 em 31 de março de 2016 (R\$2.649 em 2015).

20 Receita líquida de prestação de serviços

A conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício é apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Receita bruta de prestação de serviços	186.374	159.764	227.310	194.664
(-) Glosas	(1.882)	(2.185)	(2.619)	(2.619)
(-) Vendas canceladas e outros abatimentos	(497)	(444)	(529)	(482)
(-) Impostos sobre serviços	<u>(11.015)</u>	<u>(9.510)</u>	<u>(13.826)</u>	<u>(11.836)</u>
Receita líquida de prestação de serviços	<u>172.980</u>	<u>147.625</u>	<u>210.336</u>	<u>179.727</u>

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Informações sobre a natureza dos custos e das despesas reconhecidas na demonstração dos resultados

A Sociedade apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração dos resultados é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Material direto e de consumo	48.146	36.596	52.359	40.041
Serviços técnicos especializados	5.677	4.457	8.833	5.610
Depreciação e amortização	6.858	6.440	8.798	7.959
Despesas com salários, encargos sociais e benefícios a empregados	37.651	35.643	48.819	47.093
Despesas com alugueis de imóveis e veículos	5.239	4.875	7.850	7.304
Despesas com consultoria e serviços	7.430	6.345	9.218	9.943
Despesas com fretes e carretos	9.212	7.992	9.856	8.610
Aluguel e manutenção de máquinas e equipamentos	6.010	3.877	7.351	4.867
Despesas com energia elétrica	2.563	1.602	3.434	2.214
Despesas com telefonia e telecomunicações	711	1.032	1.053	1.355
Manutenção de instalações e sistemas	2.043	1.500	2.340	1.926
Outras despesas	4.614	4.437	6.004	7.423
Total	136.154	114.796	165.915	144.345
Classificado como:				
Custo dos serviços prestados	113.225	92.845	138.872	117.221
Despesas com vendas	11.654	11.071	13.235	12.967
Despesas gerais e administrativas	11.275	10.880	13.808	14.157
Total	136.154	114.796	165.915	144.345

22 Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(144)	(211)	(107)	272
Perda na alienação de ativo imobilizado	(794)	(55)	(887)	(83)
Gastos com pesquisa	(475)		(503)	
Perda com desenvolvimento de produtos (a)	(3.568)		(3.664)	
Outros, líquidos	(187)	(229)	(95)	987
	(5.168)	(495)	(5.256)	1.176

a) A administração realizou avaliação dos ativos mantidos em desenvolvimento de projetos e baixou aqueles identificados como não recuperáveis nos montantes de R\$ 3.568 e R\$ 3.664 nos saldos da controladora e consolidado respectivamente.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Receitas financeiras				
Receita de aplicações financeiras	4.992	3.315	5.038	3.399
Atualização monetária	48	29	132	32
Receitas de mútuos	1.378	1.144	14	17
Atualização dívida por opção de compra de investimento		683		683
Descontos obtidos	22	31	48	31
Contribuições sobre receitas financeiras	(477)		(485)	
Outras receitas financeiras	103	405	127	396
	<u>6.066</u>	<u>5.607</u>	<u>4.874</u>	<u>4.558</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.118)	(2.293)	(2.282)	(2.433)
Juros sobre parcelamentos	(872)	(824)	(1.181)	(1.166)
Comissões bancárias	(199)	(269)	(286)	(377)
Atualização de passivos comerciais e tributários	(470)	(460)	(501)	(523)
Atualização monetária de provisões para riscos	(106)	(44)	(106)	(44)
Descontos concedidos	(90)	(23)	(510)	(33)
Impostos de operações financeiras	(11)	(8)	(118)	(115)
Atualização dívida por opção de compra de investimento	(5.603)		(5.603)	
Outras despesas financeiras	(4.427)	(726)	(4.438)	(736)
	<u>(13.896)</u>	<u>(4.647)</u>	<u>(15.025)</u>	<u>(5.427)</u>
Variação cambial				
Receita de variação cambial	1.925	560	1.935	561
Despesas de variação cambial	(650)	(3.115)	(663)	(3.123)
	<u>1.275</u>	<u>(2.555)</u>	<u>1.272</u>	<u>(2.562)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(6.555)</u>	<u>(1.595)</u>	<u>(8.879)</u>	<u>(3.431)</u>

24 Benefícios a empregados

(a) Plano de previdência privada

A Sociedade patrocina com o propósito de suplementar a aposentadoria de seus funcionários, um plano restrito a colaboradores com vínculo empregatício, contratado com a seguradora Sul América S.A., que possui como principal característica o fato da patrocinadora não ter a obrigação legal ou constituída de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos, caracterizando-se como um plano de contribuição definida. Atualmente, a Sociedade contribui com o mesmo montante depositado pelo funcionário, limitado a 1,8% da remuneração total.

No período findo em 31 de março de 2016, estes pagamentos foram de R\$141 (R\$126 em 31 de março de 2015).

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seguro de vida

A Sociedade possui a política de seguro de vida a todos os seus colaboradores, onde o custo é totalmente pago pela Sociedade.

No exercício findo em 31 de março de 2016, estes pagamentos foram de R\$41 (R\$86 em 31 de março em 2015).

(b) Seguro saúde

O seguro saúde é oferecido aos colaboradores, de acordo com os critérios definidos em política interna, onde a Sociedade é responsável pelo pagamento de todo o prêmio da apólice. O plano de saúde oferecido abarca apenas os colaboradores e para os dependentes, a Sociedade tem a política de negociar um valor diferenciado com a seguradora, com débito de todo o prêmio devido pelo colaborador em folha de pagamento. No período findo em 31 de março de 2016 os valores correspondentes ao custo de Seguro Saúde pagos pela Sociedade foram de R\$ 1.359 (R\$1.256 em 31 de março de 2015).

(c) Benefícios pós-emprego

A Sociedade não concede benefícios pós-emprego, tais como complemento de aposentadoria, seguro e assistência médica, nem remuneração com base em participações em ações de seus administradores.

25 Transações com partes relacionadas

Os saldos apresentados abaixo referem-se a operações realizadas entre a Companhia e empresas relacionadas, nos período/exercício findos em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

(a) Saldos decorrentes de operações de prestação de serviços

	Controladora	
	31/03/2016	31/12/2015
Ativo circulante – Contas a receber		
Biocod Biotecnologia Ltda.		73
Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A. - CDDI		171
Diagnóstika - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda	1.126	2.464
Diagnóstika Rio - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda.	3	3
Diagnóstico Por imagem Sete Lagoas Ltda	23	23
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	3.606	3.631
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	413	318
Laboratório Padrão S.A.	2.781	1.562
	<u>7.952</u>	<u>8.245</u>

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Passivo circulante - Fornecedor		
Biocod Biotecnologia Ltda.		2.411
Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A. - CDDI		468
Diagnóstico Por imagem Sete Lagoas Ltda		53
Diagnóstika - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda	25	34
Laboratório Padrão S.A.		2
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	300	179
	<u>325</u>	<u>3.147</u>
Outros passivos		
EIVA – Empresa de Empreendimentos Imobiliários Vista Alegre		75
		<u>75</u>
(b) Operações de prestação de serviços		
	<u>Controladora</u>	
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Receita de serviços (i)		
Biocod Biotecnologia Ltda.		121
Diagnóstika - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda	8	4
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	1.020	891
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	48	31
Laboratório Padrão S.A.	895	992
	<u>1.971</u>	<u>2.039</u>
Custos dos serviços prestados (i)		
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Biocod Biotecnologia Ltda.		4
Diagnóstico Por imagem Sete Lagoas Ltda	134	135
Diagnóstika - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda.	83	
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	1	1
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	704	618
	<u>922</u>	<u>758</u>

As transações com partes relacionadas, conforme acima apresentadas, são realizadas a custo e são eliminadas nas informações trimestrais consolidadas.

(i) Valores correspondentes à prestação de serviços de análises clínicas.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Operações de aluguel

	Controladora	
Passivo circulante (ii)	31/03/2016	31/12/2015
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	35	35
	35	35

	Controladora	
Resultado (ii)	31/03/2016	31/03/2015
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	106	106
	106	106

(ii) Valores correspondentes à rateio de aluguel de imóvel

As transações com outras empresas relacionadas consistem em despesas de aluguel de imóveis de propriedade da EIVA – Empresa de Empreendimentos Imobiliários Vista Alegre, cujos cotistas são AP Participações e Gestão de Negócios Eireli, VP Participações e Gestão de Negócios Eireli, RP Participações e Gestão de Negócios Eireli, totalizando R\$2.378 no período findo em 31 de março de 2016 (R\$ 2.202 no período findo em 31 de março de 2015).

(d) Centro de serviços compartilhados (CSC)

Os serviços compartilhados incorridos e transferidos para as controladas em 31 de março de 2016 e 31 de março de 2015 estão demonstrados a seguir:

	31/03/2016	31/03/2015
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	929	1.084
Diagnóstica - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica	382	690
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica	68	67
Centro Diferenciado de Diagnóstico por Imagem		27
Diagnóstico Por imagem Sete Lagoas Ltda	31	24
Laboratório Padrão S.A.	370	326
	1.780	2.218

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Operações de mútuos

Mutuário	Ativo Controladora		
	31/03/2016	31/12/2015	Taxa
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	32.968	30.830	CDI + 3,5% a.a.
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica	175	30	CDI + 3,5% a.a.
Centro Diferenciado de Diagnóstico por Imagem		367	CDI + 3,5% a.a.
MCF Serviços Médicos Ltda.	110	163	2,059% ao trimestre
	<u>33.253</u>	<u>31.390</u>	

A administração considera que não são requeridas garantias para as transações de mútuos com as empresas do grupo. As vigências dos contratos de mútuos são por prazos indeterminados.

As movimentações resumidas dos saldos de mútuos em março de 2016 e dezembro 2015 foram as seguintes:

	31/03/2016	31/12/2015
Saldos iniciais	31.390	32.049
Concessão de empréstimos	736	6.866
Atualização monetária	1.378	4.794
Recebimento de principal	(243)	(8.785)
Recebimento de juros	(8)	(3.534)
Saldos finais	<u>33.253</u>	<u>31.390</u>

Receitas financeiras

Mutuário	Controladora	
	31/03/2016	31/03/2015
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	1.371	1.011
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica	4	
Centro Diferenciado de Diagnóstico por Imagem		18
MCF Serviços Médicos Ltda.	3	
Laboratório Padrão S.A.		58
Diagnóstika - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica		56
Biocod Biotecnologia Ltda.		1
	<u>1.378</u>	<u>1.144</u>

Os saldos de dividendos a receber, demonstrados no balanço patrimonial da controladora referem-se às parcelas dos dividendos mínimos obrigatórios calculados pelas seguintes controladas:

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dividendos a receber	31/03/2016	31/12/2015
Laboratório Padrão S.A.	3.254	3.254
Diagpar Holding. S.A	1.751	1.751
Centro Diferenciado de Diagnóstico por Imagem		31
Laboratório Pro Abordagem - Progenética	416	416
	<u>5.421</u>	<u>5.452</u>

Os saldos a receber com partes relacionadas não eliminados na consolidação são os seguintes:

Mutuário	Consolidado		Taxa
	31/03/2016	31/12/2015	
Mútuo MCF Serviços Médicos Ltda.	110	163	2,059% a.t.

26 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/16	31/12/2015
Ativos financeiros:				
<u>Empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	142.851	181.356	147.786	188.701
Contas a receber de clientes	157.825	103.117	188.957	125.137
Exposição a Riscos Cambiais	20.134	29.839	20.134	29.839
Depósitos judiciais	3.391	4.068	5.380	6.032
Dividendos a receber	5.421	5.452		
Outros Hedge		1.369		1.369
Créditos com empresas ligadas	33.253	31.390	110	163
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Aplicações Financeiras Vinculadas	7.982	7.870	7.982	7.870
Passivos financeiros:				
<u>Outros passivos mensurados ao custo amortizado:</u>				
Fornecedores	74.201	70.715	82.480	75.607
Empréstimos e financiamentos	108.677	134.095	115.231	141.571
Dividendos a pagar	16.628	16.628	17.089	17.030
Outros Hedge	3.347		3.347	
Parcelamentos tributários	38.478	40.167	50.098	52.254
Obrigações por compra de investimentos	23.476	17.872	23.476	17.872

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estimativa do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de determinados ativos e passivos financeiros. O valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.
- Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Com exceção do instrumento financeiro derivativo (*swap*), reconhecido pelo valor justo, a Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois:

- i. As taxas contratadas dos empréstimos e financiamentos para transações similares de FINAME e FINEP são próximas às taxas de juros atualmente praticadas no mercado, e/ou;
- ii. O vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às dos balanços.

Os principais fatores de riscos inerentes às operações da Companhia são expostos a seguir:

(a) Gestão do risco de capital

O Grupo administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

O Grupo não está sujeito a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia e de suas controladas. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento.

(b) Exposição a riscos de taxas de juros: o Grupo está exposto a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos e financiamentos contratados vinculados, principalmente ao CDI e taxas pré-fixadas.

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou um cenário provável de variação das taxas de juros de seus passivos financeiros (CDI em 12,50% ao ano), de acordo com a data de vencimento de cada operação. Tais taxas foram estressadas em -25% e -50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora						
31/03/2016						
Efeito no resultado						
Indexador	Risco	Valor	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto	
Aplicações financeiras	CDI	Baixa do CDI	140.003	17.500	13.125	8.750
Empréstimos e financiamentos	CDI	Baixa do CDI	(45.084)	(5.635)	(4.227)	(2.818)
Exposição líquida			94.919	11.865	8.898	5.932
Consolidado						
31/03/2016						
Efeito no resultado						
Indexador	Risco	Valor	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto	
Aplicações financeiras	CDI	Baixa do CDI	141.303	17.663	13.247	8.831
Empréstimos e financiamentos	CDI	Baixa do CDI	(45.084)	(5.635)	(4.227)	(2.818)
Exposição líquida			96.219	12.028	9.020	6.013

Passivos financeiros não derivativos:

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os passivos financeiros não derivativos são: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos derivativos para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e de taxa variável de juros. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge, nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*).

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (c) **Concentração de risco de crédito:** decorre da possibilidade de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. As atividades operacionais da Companhia, principalmente em relação às contas a receber, e as atividades de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros, geram exposição da Companhia ao mencionado risco de crédito. Para mitigar esses riscos, a Administração do Grupo acompanha rigorosamente os fluxos de recebíveis, além de fazer o acompanhamento permanente das posições em aberto. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.
- (d) **Exposição a riscos cambiais:** o resultado das operações do Grupo é afetado pelo risco de oscilações das taxas de câmbio, pois uma parcela de suas obrigações é denominada em moedas estrangeiras (euro e dólar norte-americano). Estes riscos são avaliados e, se necessários, mitigados pela área financeira, que monitora periodicamente os fluxos financeiros e operacionais do Grupo.

O Grupo possui os seguintes passivos em moeda estrangeira, que podem afetar o seu resultado pelas variações das taxas de câmbio:

	Moeda	Controladora		Consolidado	
		31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Fornecedores	EUR	640	906	640	917
Fornecedores	USD	476	1073	476	1.073
Empréstimos e financiamentos	USD	15.901	19.346	15.901	19.346
Swap Cambial	USD	(15.901)	(19.346)	(15.901)	(19.346)

A Companhia contratou swaps visando se proteger do aumento da cotação do dólar, que influencia diretamente nos contratos de financiamentos. Os efeitos no resultado são reconhecidos em “receitas financeiras”, em contrapartida de “Instrumentos financeiros passivos” para o saldo de diferencial a pagar e em “Instrumentos financeiros ativos” para o saldo de diferencial a receber. As principais condições contratuais são as seguintes:

Controladora e Consolidado							
	Vencimento	Valor Nominal 31/03/2016	Posição ativa		Posição passiva		Valor justo 31/03/2016
			Indexador	Taxa (% a.a.)	Indexador	Taxa (% a.a.)	
Itaú	05/07/2018	50.000	USD	2,82%	CDI	1,50	20.134

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de risco cambial do Grupo, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

Adicionalmente o Instituto Hermes Pardini possui NDF (“Non – Deriverable Foward”) contratos de proteção cambial para as compras em moeda estrangeira em dólar, que no mês de março de 2016 totalizavam US\$ 9,000 milhões relativos aos meses de abril a dezembro de 2016.

	Vencimento	Controladora e consolidado	
		Valor Nominal 31/03/2016	Valor justo 31/03/2016
Itaú e Santander	12/12/2016	48.695	3.347

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou um cenário provável de variação das taxas de câmbio de seus passivos financeiros, de acordo com a data de vencimento de cada operação. As taxas de câmbio prováveis utilizadas foram:

<u>Moeda</u>	<u>Cotações prováveis</u>
Dólar norte-americano	R\$3,6002
Euro	R\$3,7165

Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. A Exposição líquida em Dólar referente a fornecedores possui NDF vinculada a operação, limitando o cenário possível para variações futuras.

A seguir, é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações nas taxas de câmbio sobre a exposição cambial líquida do Grupo:

	<u>31/03/2016</u>			
	<u>Controladora</u>			
	<u>Base</u>	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Remoto</u>
Exposição líquida em EUR - Fornecedores	(2.594)	(2.379)	(2.973)	(3.568)
Exposição líquida em USD - Fornecedores	(1.414)	(1.622)	(1.622)	(1.622)
Exposição líquida em USD - Empréstimos	(57.099)	(57.246)	(71.557)	(85.869)
Instrumentos financeiros derivativos – SWAP (ponta ativa)	36.966	37.061	46.326	55.592
Exposição ativa (passiva) líquida após derivativos	<u>(24.141)</u>	<u>(24.186)</u>	<u>(29.826)</u>	<u>(35.467)</u>
Efeito Líquido da Variação Cambial - ganho / (perda)		(45)	(5.685)	(11.326)
	<u>31/03/2016</u>			
	<u>Consolidado</u>			
	<u>Base</u>	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Remoto</u>
Exposição líquida em EUR - Fornecedores	(2.594)	(2.379)	(2.973)	(3.568)
Exposição líquida em USD - Fornecedores	(1.414)	(1.622)	(1.622)	(1.622)
Exposição líquida em USD - Empréstimos	(57.099)	(57.246)	(71.557)	(85.869)
Instrumentos financeiros derivativos – SWAP	36.966	37.061	46.326	55.592
Exposição ativa (passiva) líquida após derivativos	<u>(24.141)</u>	<u>(24.186)</u>	<u>(29.826)</u>	<u>(35.467)</u>
Efeito Líquido da Variação Cambial – ganho / (perda)		(45)	(5.685)	(11.326)

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (e) **Risco de liquidez:** o risco de liquidez consiste na eventualidade de o Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com as obrigações associadas aos passivos financeiros em função dos diferentes prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações. O Grupo estrutura os vencimentos dos seus empréstimos e financiamentos conforme demonstrado na nota explicativa nº15. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é efetuado diariamente pelas suas áreas de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos e/ou aportes de capitais dos acionistas, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

	Controladora			
	até 1 ano	entre 1 e 2 anos	mais de 2 anos	Total
<i>Ativo</i>				
Contas a receber	157.825			157.825
Partes relacionadas		33.253		33.253
<i>Passivo</i>				
Fornecedores	74.201			74.201
Empréstimos e financiamentos	27.212	39.717	41.748	108.677
Parcelamento de impostos	6.386	5.476	26.616	38.478
Outras contas a pagar	4.813		9.543	14.356
Contas a pagar - aquisição de empresas		23.476		23.476

	Consolidado			
	até 1 ano	entre 1 e 2 anos	mais de 2 anos	Total
<i>Ativo</i>				
Contas a receber	188.957			188.957
Partes Relacionadas		110		110
<i>Passivo</i>				
Fornecedores	82.480			82.480
Empréstimos e financiamentos	28.833	41.457	44.941	115.231
Parcelamento de impostos	9.169	6.941	33.988	50.098
Outras contas a pagar	6.882		9.543	16.425
Contas a pagar - aquisição de empresas		23.476		23.476

27 Informações por segmentos operacionais

As atividades desenvolvidas pela Companhia dividem-se, basicamente, nas seguintes áreas:

- (i) Unidades de Atendimento (PSC)

São atendimentos direto ao cliente pela Companhia através de suas Unidades de Atendimento, que engloba os serviços incluídos no segmento Unidades de Atendimento, conforme descrito no Contexto Operacional (Nota Explicativa 1).

45 de 50

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Laboratórios de Referência (lab-to-lab)

Referem-se a serviços de apoio a laboratórios conveniados em todo o território nacional através de uma grande capilaridade logística, sistemas de TI integrados, incluindo os exames conforme descrito no Contexto Operacional (Nota Explicativa 1), através das marcas “Hermes Pardini”, “Diagnóstika” e “Progenética”.

Desta forma, a Administração do Grupo IHP efetua análises baseada em dois segmentos de negócio relevantes, quais sejam: laboratórios de referências e unidades de atendimentos.

	Apoio		Unidade		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Ágio	38.286	38.286	80.178	80.178	118.464	118.464
Imobilizado	850	952	1.399	1.685	2.249	2.637
Marcas e patentes	44	69	1.069	1.767	1.113	1.836
Contratos com clientes	1.384	1.464		79	1.384	1.543
Outros	334	362			334	362
Ativos não alocados					677.904	679.081
Total do ativo					801.448	803.923

As demonstrações dos resultados consolidados por segmento operacional são como segue:

	Apoio		Unidade		Eliminações /Reclassificações		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Receita Líquida	118.678	100.654	93.626	80.912	(1.968)	(1.839)	210.336	179.727
Custos	(74.616)	(61.863)	(65.783)	(55.783)	1.527	425	(138.872)	(117.221)
Lucro Bruto	44.062	38.791	27.843	25.129	(441)	(1.414)	71.464	62.506
Despesas Operacionais:								
Com Vendas	(10.010)	(9.447)	(3.225)	(3.520)			(13.235)	(12.967)
Gerais, Administrativas e outras	(9.895)	(7.109)	(9.182)	(7.091)	13	1.219	(19.064)	(12.981)
Resultado antes das despesas, financeiras líquidas (EBIT)	24.157	22.235	15.436	14.518	(428)	(195)	39.165	36.558
Despesas financeiras, líquidas							(8.879)	(3.431)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social							30.286	33.127
Imposto de renda e contribuição social							(9.599)	(10.543)
Lucro líquido							20.687	22.584

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Remuneração de administradores

A Sociedade é administrada por um conselho de administração composto por cinco membros. A remuneração trimestral aprovada para o conselho de administração e alta direção durante o período está demonstrada a seguir:

	Controladora	
	31/03/2016	31/03/2015
Conselho de Administração:		
Remuneração	105	105
Benefícios	20	17
Administração e Diretoria Executiva:		
Honorários e remuneração	760	887
Participação nos lucros e resultados	1.652	8
Benefícios	68	67
Encargos sociais	294	341
	<u>2.899</u>	<u>1.425</u>

29 Seguros (não auditado)

É política da Sociedade e de suas controladas manter cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de março de 2016 a Sociedade possuía apólices de seguro com indenização máxima prevista de R\$320.715, em que estão cobertos, entre outros, incêndios, alagamentos, acidentes de trabalho, danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O).

Todas as apólices de seguros foram contratadas em Sociedades de seguros do mercado brasileiro.

O prêmio total pago é conforme o quadro abaixo:

	Consolidado	
	2016	2015
Risco nomeado	226	190
D&O	37	31
	<u>263</u>	<u>221</u>

As premissas de riscos adotados, devida à sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30 Lucro líquido por ação

O resultado por ação foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas da controladora no período findo em 31 de março de 2016 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias da Companhia em circulação neste trimestre, comparativamente com o período findo em 31 de março de 2015, conforme a tabela abaixo. Durante o período findo em 31 de março de 2016, não houve alteração na quantidade de ações ordinárias e também não existem situações que possam provocar diluição.

	Controladora	
	31/03/2016	31/03/2015
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas da controladora	20.608	22.600
Número efetivo de ações (quantidade em milhares)	3.634	3.634
Resultado por ação básico e diluído- R\$	5,67	6,22

31 Transações não envolvendo caixa

Durante os períodos findos em 31 de março de 2016 e de 2015, a Sociedade realizou aplicação de recursos não envolvendo caixa, portanto, não estando estas refletidas na demonstração dos fluxos de caixa. As referidas operações são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Aumento do saldo de empréstimos e financiamentos contra outros ativos em decorrência de contrato de swap cambial	(5.787)	22.676	(5.787)	22.676
Saldos de arrendamentos mercantis transferidos da rubrica de empréstimos e financiamentos para a rubrica de fornecedores		1.927		1.927
Liquidação de título descontado por contas a receber	(4.557)		(4.557)	
	(10.344)	24.603	(10.344)	24.603

32 Eventos subsequentes

a) Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 9 dezembro de 2016, os acionistas da Companhia decidiram pela distribuição de dividendos no valor de R\$ 214.285.714,29 (duzentos e quatorze milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, setecentos e quatorze reais e vinte e nove centavos). Em 30 de janeiro de 2017, os acionistas decidiram, em Assembleia Geral Extraordinária, pela redução do montante da distribuição dos dividendos aprovados em 9 de dezembro de 2016, para o total de R\$ 67.400.000,00 (sessenta e sete milhões e quatrocentos mil reais), a serem pagos à conta da reserva de lucros da Companhia, conforme saldo existente na conta "retenção de lucros" das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na oportunidade, a totalidade dos acionistas presentes renunciou, expressamente e sem quaisquer restrições, ao direito de receber o pagamento dos dividendos até o encerramento do exercício social de 2016, conforme art. 205, §3º, da Lei nº 6.404/1976.

A administração considera que a liquidação destes dividendos se dará com a própria geração de caixa da Companhia. Esta iniciativa aumentará alavancagem aprimorando o financiamento das atividades com a utilização de capital de terceiros, reduzindo a exposição do capital próprio.

b) Em 31 de agosto de 2016 o Conselho de Administração do Instituto Hermes Pardini aprovou a aquisição da totalidade da participação societária nas empresas Centro de Medicina Nuclear da Guanabara Ltda. e Diagnósticos Serviços Médicos Auxiliares Ltda., ambas com sede na cidade do Rio de Janeiro. O contrato de compra e venda de quotas referente a esta aquisição foi assinado pelas partes no dia 22 de outubro de 2016 e a aprovação sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) foi publicada no dia 2 de dezembro. A aquisição é parte da estratégia do Instituto Hermes Pardini de expansão do seu segmento de Unidades de Atendimento ao Paciente (PSCs) em grandes regiões metropolitanas.

O preço de aquisição da totalidade da participação societária nas empresas foi de R\$ 120.785 (cento e vinte milhões, setecentos e oitenta e cinco mil reais), sujeito a ajustes referentes a variação do capital de giro e variação da dívida líquida até a data de 31/12/2016. Deste valor, foram pagas uma parcela à vista no valor de R\$ 65.361 (sessenta e cinco milhões, trezentos e sessenta e um mil reais), uma parcela retida no valor de R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais) e uma parcela depositada a favor da conta de garantia de ajustes no valor de R\$ 5.424 (cinco milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil reais), com todos as parcelas liquidados no dia 23/12/2016. A administração do Instituto Hermes Pardini, até a data destas informações intermediárias, ainda não havia concluído a revisão da avaliação e mensuração dos ativos e passivos assumidos a valores justos, de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinação de negócios.

c) Em dezembro de 2016, a Sociedade celebrou contrato de compra e venda de ações, tendo por objeto a aquisição do restante do capital das sociedades, conforme percentuais descritos no quadro abaixo:

Nome da Sociedade	Percentual de participação adquirido	Valor pago	Data da aquisição
Laboratório Padrão S.A.	5%	3.455	29/12/2016
Laboratório Pró abordagem Genômica Diagnósticos S.A.	39%	8.485	29/12/2016
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	30%	13.500	29/12/2016

Parte dos valores pagos, no montante de R\$ 9.395, já estavam registrados no passivo, na rubrica “Obrigações por compra de investimentos” (Nota Explicativa 17). A diferença será registrada como transação com acionistas não controladores no patrimônio líquido da Companhia.

* * *

DIRETORIA

Roberto Santoro Meirelles
Diretor-Presidente

Camilo De Lelis Maciel Silva
Diretor Administrativo e Financeiro

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Fernando César Sales de Faria
Contador
CRC MG - 055.016/O-2

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia Referente aos Exercícios Sociais
Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Instituto Hermes Pardini S.A e Controladas

**Demonstrações financeiras de acordo
com as práticas contábeis adotadas
no Brasil e com o IFRS em
31 de dezembro de 2015**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Instituto Hermes Pardini S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Instituto Hermes Pardini S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas do Instituto Hermes Pardini S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Hermes Pardini S.A. e do Instituto Hermes Pardini S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Ênfase

Reapresentação das Demonstrações financeiras

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.2 (c) às demonstrações financeiras, que descreve a atualização e reemissão das demonstrações financeiras devido às circunstâncias descritas na referida nota explicativa. Emitimos nosso relatório do auditor independente anterior com data de 19 de janeiro de 2017 sobre as demonstrações financeiras emitidas anteriormente. Devido à atualização descrita na nota explicativa 2.2 (c), fornecemos este novo relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras reemitidas.

Outros assuntos

Informação suplementar - Demonstrações do Valor Adicionado

Examinamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Instituto Hermes Pardini S.A.

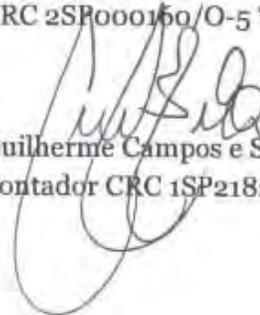
**Auditoria dos valores correspondentes
ao exercício anterior**

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 19 de janeiro de 2017, sem ressalvas.

Belo Horizonte, 30 de janeiro de 2017



PriceWaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000169/O-5 "F" MG



Guilherme Campos e Silva
Contador CRC 1SP218254/O-1 "S" MG

Relatório da Administração

Senhores acionistas,

O Instituto Hermes Pardini S.A. (“**Companhia**”) apresenta a seguir o seu Relatório da Administração com relação às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

1 Mensagem da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apesar da crise econômica do Brasil, apresentamos expressivos crescimentos nos segmentos de unidades de atendimento (“PSC” Patient Service Center) e de laboratórios de referência (lab-to-lab). A Administração da Companhia efetua análises baseada em dois segmentos de negócio relevantes, quais sejam: laboratórios de referência (lab-to-lab) e unidades de atendimento (“PSC”). A Companhia presta os serviços de diagnóstico por imagem, análises clínicas, anatomia patológica e imunização, em seus segmentos de (i) Unidades de Atendimento (PSC) e (ii) Laboratório de Referência (*lab-to-lab*).

(i) Unidades de Atendimento (PSC)

Atendimento direto ao cliente pela Companhia através de suas Unidades de Atendimento, que engloba os serviços incluídos no segmento Unidades de Atendimento. A Companhia atua nas áreas de análises clínicas diretamente, executando os exames através de seu Núcleo Técnico Operacional (NTO) e na área de diagnósticos por imagem, métodos gráficos e medicina nuclear, na qual os laudos são realizados por médicos especializados, contratados pela Companhia. A Companhia atua no setor de PSC através das seguintes marcas: *Hermes Pardini*, *Padrão*, *Progenética*, *Diagnóstika*, *CEMEDI*. Oferecemos aos nossos clientes uma relação única de custo e qualidade, oferecendo serviços de primeira linha a baixos custos, o que gera grande atratividade por uma parcela significativa dos consumidores do mercado de PSC. Em 2015 realizamos 18,9 milhões de exames no segmento de Unidades de Atendimento.

(ii) Laboratório de Referência (*lab-to-lab*)

Serviços de apoio a laboratórios conveniados em todo o território nacional através de uma grande capilaridade logística, sistemas de TI integrados, através das marcas “Hermes Pardini”, “Diagnóstika” e “Progenética”. Dentre o menu dos exames disponibilizados, a Companhia tem por estratégia oferecer exames de alta complexidade e testes esotéricos, que usualmente não são oferecidos por laboratórios que atuam em larga escala. A Companhia consegue oferecer esses exames em escala graças a seu sistema de logística integrado e à eficiência de seu Núcleo Técnico Operacional (NTO). Em 2015 realizamos 41,7 milhões de exames no segmento de Laboratório de Referência.

Contando, atualmente, com a cobertura de mais de 5.500 clientes em 1.783 cidades brasileiras no segmento de serviços de Laboratório de Referência (lab-to-lab), bem como nossa forte presença no segmento de Unidades de Atendimento ao Paciente, com 113 PSCs, nos estados de Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro, buscamos cada vez mais consolidar nossas vantagens competitivas, atingindo, de forma contundente, nossas estratégias de crescimento.

Em 2015, consolidamos nossa posição como um dos maiores grupos de medicina diagnóstica com sede nos estados de Minas Gerais e Goiás em Unidades de Atendimento ao Paciente (“PSC”) em termos de receita líquida e número de exames. Adicionalmente apresentamos forte crescimento nos maiores mercados de saúde do Brasil, como Rio de Janeiro e São Paulo, trazendo vantagens competitivas em termos de escala, sinergias e reconhecimento de marca.

Agradecemos a todos nossos colaboradores, parceiros, clientes e acionistas, pela confiança depositada na Hermes Pardini. Juntos, continuaremos a desenvolver a indústria de medicina diagnóstica no Brasil, sempre pautados por respeito, compromisso e qualidade, objetivando propiciar boas experiências aos nossos clientes.

2 Desempenho financeiro geral (consolidado)

Nossa receita líquida consolidada total foi de R\$771,8 milhões em 2015 e representou um aumento de R\$75,3 milhões em relação a receita líquida de 2014 que foi de R\$696,5 milhões, apresentando um crescimento de 9,76% em relação ao ano anterior.

A tabela abaixo apresenta a receita líquida de prestação de serviços de acordo como o conceito do negócio da Companhia.

(Em milhares de reais – R\$)	31.12.2015	31.12.2014
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS POR UNIDADE DE NEGÓCIOS		
Unidades de Atendimento (“PSC”)	339.937	303.445
Laboratório de Referência (“lab-to-lab”)	439.938	398.553
Eliminações ¹	(8.089)	(5.469)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	771.786	696.529

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o segmento de Unidades de Atendimento (“PSC”) apresentou um incremento de R\$36,5 milhões na receita líquida, representando um aumento de 10,73% em comparação com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, principalmente em função do aumento da representatividade dos exames de imagem na receita da Companhia.

O mesmo ocorreu no seguimento de Laboratório de Referência (lab-to-lab), que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 apresentou um aumento de R\$41,4 milhões na receita líquida em comparação com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, aumento de 9,41%.

Os principais custos da Companhia são compostos por materiais diretos de consumo e gastos com pessoal, com menor representatividade temos a depreciação do imobilizado e serviços contratados. Ainda que nossos custos totais tenham aumentando de R\$ 457,7 milhões em 2014 para R\$ 507,3 milhões em 2015, representando um aumento de 10,8%, a representatividade do custo sobre a receita líquida permaneceu estável em 66% nos dois exercícios comparativos

O lucro bruto da Companhia aumentou 9,7%, passando de R\$ 238,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 264,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. A margem bruta se manteve estável entre 2015 e 2014, representando 34% da receita líquida em ambos os períodos, devido aos controles sobre os custos e plano de contenção dos mesmos, adicionado às melhorias na eficiência operacional.

Adicionalmente ao nosso crescimento de receita líquida e margem bruta no ano de 2015 nossos indicadores de EBITDA e ROIC demonstram forte geração de caixa aliado a um substancial retorno sobre o capital investido. O EBITDA alcançou R\$183,9 milhões em 2015 comparado a R\$172,2 milhões em 2014 aumentando em R\$11,7 milhões. A margem EBITDA atingiu 23,8% da Receita Líquida, em 2015, uma das maiores do setor. A margem de retorno sobre o capital investido (ROIC sem considerar o ágio) sobre a receita líquida anual alcançou 34,7% em 31/12/15.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o patrimônio líquido da Companhia aumentou 16% quando comparado ao mesmo período em 2014, saindo de R\$355,8 milhões para R\$423,7, representando um aumento líquido de R\$67,9 milhões. Esse aumento foi motivado, principalmente, pela destinação do lucro líquido de R\$ 90,0 milhões referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, que foi deduzido dos dividendos creditados no passivo circulante em R\$20,8 milhões

3 Política de destinação de dividendos

Os lucros apurados devem seguir o disposto no Estatuto Social e a destinação proposta pela Diretoria e Conselho de Administração para a Assembléia Geral Ordinária, observados os limites da lei societária. Durante o exercício de 2015, foram creditados R\$20.8 milhões aos acionistas da Companhia.

4 Negócios sociais e principais fatos administrativos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015

Nossos principais investimentos foram:

- (i) Projeto de expansão das unidades (R\$ 31,0 milhões), dos quais R\$ 16,4 milhões se referiram a ampliação de imagem.
- (ii) R\$ 9,6 milhões à expansão do NTO;
- (iii) R\$ 3,9 milhões em operações, principalmente em manutenção das instalações e;

- (iv) R\$ 9,5 milhões em TI, R\$8,3 milhões em equipamentos produtivos que estavam como comodato com fornecedores.

5 Relação dos investimentos relevantes em sociedades coligadas e controladas

A Companhia celebrou contratos de compra e venda de ações / cotas, tendo por objeto a aquisição do capital social de empresas de seu ramo de atuação, conforme percentuais descritos no quadro abaixo:

<u>Nome da controlada</u>	<u>Principal atividade</u>	<u>Local de Constituição e operação</u>	<u>% de participação</u>	<u>Data do investimento</u>
2015				
Laboratório Padrão S.A.	Serviços de patologia clínica e anatômica	Brasil	15%	08/12/2015
2014				
AnatomicalLab Anatomia Patológica e Citopatologia Ltda. (alterado para Diagnóstika Rio – Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda.)	Serviços de anatomia patológica, citopatologia e imunopatologia	Brasil	71,4%	10/01/2014
2013				
Laboratório Padrão S.A.	Serviços de patologia clínica e anatômica	Brasil	80%	04/07/2013
Diagpar Holding S.A.	Participações em empresas de serviços de patologia cirúrgica e citologia	Brasil	71,40%	23/07/2013
2012				
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	Exames diagnósticos por imagem na área médica	Brasil	70%	05/10/2012
Biocod Biotecnologia Ltda.	Serviços de identificação genética	Brasil	100%	21/12/2012
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	Laboratórios clínicos	Brasil	61%	07/12/2012

Conforme demonstrado em 2015, realizamos aquisição adicional de mais 15% do capital social da controlada Laboratório Padrão S.A. aumentando nossa participação de 80% para 95%, reforçando nossa já consolidada posição no estado de Goiás.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 01 de janeiro de 2016, foi aprovada a incorporação das empresas Biocod Biotecnologia Ltda e Centro Diferenciado de Diagnóstico por Imagem S.A. - CDDI, subsidiárias integrais da Companhia. Tal incorporação se justifica pelo fato de atender às diretrizes estratégicas da Companhia de simplificação e racionalização administrativa e financeira.

6 Relacionamento com auditores independentes

A Companhia adota a prática de não contratar serviços de consultoria dos auditores externos para evitar conflitos de interesse que possam eventualmente afetar a independência dos auditores. A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC AI) é a firma contratada para proceder a auditoria das demonstrações financeiras anuais e revisão das demonstrações financeiras intermediárias trimestrais preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Descrição dos serviços contratados:

i) Auditoria das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Os honorários desses serviços foram de R\$200 mil.

(ii) Prestação de outros serviços pelos auditores independentes relacionados ao setor de fusões e aquisições da Companhia nos exercícios de 2015. Os honorários pela prestação desses serviços foram de R\$56 mil.

O início da prestação de serviços se deu em 01 de janeiro de 2015.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Balanco patrimonial Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014		2015	2014	2015	2014
Ativos										
Ativos circulantes										
Caixa e equivalentes de caixa	4	181.356	161.471	188.701	170.668	12	70.715	57.493	75.607	62.932
Contas a receber de clientes	5	103.117	73.026	125.137	96.786	13	41.108	25.200	47.263	31.370
Estoques	6	17.128	16.362	18.449	17.783	14	32.214	23.053	33.964	25.136
Impostos a recuperar	7	4.939	5.892	11.245	10.992	15	6.560	6.626	9.499	9.342
Dividendos a receber	26	5.452	3.353			20	16.628	16.308	17.030	16.908
Outros ativos circulantes	8	12.450	11.300	18.087	16.153	18		11.085		11.085
Total dos ativos circulantes		324.442	271.404	361.619	312.382	19	373	2.219	3.495	7.461
Ativos não circulantes										
Realizável a longo prazo:										
Depósitos judiciais	16	4.068	1.941	6.092	3.889	14	101.881	94.553	107.607	99.906
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	41.416	41.869	43.404	44.132	15	33.607	40.207	42.755	51.237
Contas a receber de partes relacionadas	26	31.390	32.044	163	363	16	9.514	6.652	10.965	8.625
Outros ativos não circulantes	8	38.031	14.996	38.098	14.996	17			3.062	3.598
Total do realizável a longo prazo		114.905	90.850	87.637	63.380	18	17.872	12.813	17.872	12.813
						19	11.090	9.665	11.090	9.665
Investimentos	9	146.603	140.663	360	236		173.964	163.890	193.351	185.784
Imobilizado	10	156.014	141.727	208.246	190.285		341.562	305.874	380.209	350.018
Intangível	11	20.663	13.109	146.061	139.535					
Total dos ativos não circulantes		438.185	386.349	442.304	393.436	20	148.802	148.802	148.802	148.802
							51.090	51.090	51.090	51.090
							5.084	6.143	5.084	6.143
							216.089	145.844	216.089	145.844
Patrimônio líquido dos acionistas da controladora							421.065	351.879	421.065	351.879
Participação não controladores									2.649	3.921
Total do patrimônio líquido							421.065	351.879	423.714	355.800
Total dos passivos e patrimônio líquido		762.627	657.753	803.923	705.818		762.627	657.753	803.923	705.818

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Receita líquida de prestação de serviços	21	633.471	569.011	771.786	696.529
Custo dos serviços prestados	22	<u>(406.357)</u>	<u>(360.568)</u>	<u>(507.325)</u>	<u>(457.670)</u>
Lucro bruto		227.114	208.443	264.461	238.859
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	22	(47.409)	(40.045)	(54.658)	(41.346)
Gerais, administrativas e outras	22	(48.697)	(45.080)	(60.287)	(58.674)
Equivalência patrimonial	9	8.531	3.103		
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	23	<u>(2.102)</u>	<u>605</u>	<u>(2)</u>	<u>(2.993)</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>137.437</u>	<u>127.026</u>	<u>149.514</u>	<u>135.846</u>
Resultado financeiro	24				
Receitas financeiras		24.051	19.915	20.058	17.323
Despesas financeiras		(24.007)	(17.801)	(28.162)	(21.282)
Variação cambial, líquida		<u>(6.047)</u>	<u>(444)</u>	<u>(6.176)</u>	<u>(442)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>131.434</u>	<u>128.696</u>	<u>135.234</u>	<u>131.445</u>
Imposto de renda e contribuição social	17				
Corrente		(40.965)	(38.345)	(44.506)	(42.534)
Diferido		<u>(454)</u>	<u>(6.315)</u>	<u>104</u>	<u>(4.519)</u>
		<u>(41.419)</u>	<u>(44.660)</u>	<u>(44.402)</u>	<u>(47.053)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>90.015</u>	<u>84.036</u>	<u>90.832</u>	<u>84.392</u>
Lucro líquido atribuível a:					
Acionistas da controladora				90.015	84.036
Participações não controladoras				<u>817</u>	<u>356</u>
				<u>90.832</u>	<u>84.392</u>
Lucro básico e diluído por ação – R\$		<u>24,77</u>	<u>23,12</u>		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro líquido do exercício	90.015	84.036	90.832	84.392
Outros resultados abrangentes				
Resultado abrangente total do exercício	<u>90.015</u>	<u>84.036</u>	<u>90.832</u>	<u>84.392</u>
Resultado abrangente total atribuível a:				
Proprietários da controladora			90.015	84.036
Participações não controladoras			817	356
Resultado abrangente total do exercício			<u>90.832</u>	<u>84.392</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Reserva de Capital	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas da controladora	Participações não controladoras	Patrimônio líquido consolidado
				Legal	Retenção de lucros	Total					
Saldos em 31 de dezembro de 2013		148.802	51.090	4.904	76.363	81.267	9.772	290.931	3.565	294.496	
Lucro líquido do exercício								84.036		84.392	
Baixa líquida de ativos com custo atribuído	20.c						(2.579)	(2.579)		(2.579)	
Realização do custo atribuído por depreciação	20.c						(1.050)	1.050			
Destinação do lucro líquido do exercício:											
Reserva legal	20.b			4.318		4.318		(4.318)		(4.201)	
Dividendos intercalares	20.b							(4.201)		(4.201)	
Dividendos mínimos obrigatórios relativos ao resultado de 2014	20.b							(16.308)		(16.308)	
Destinação para reserva de retenção de lucros					60.259	60.259		(60.259)			
Saldos em 31 de dezembro de 2014		148.802	51.090	9.222	136.622	145.844	6.143	351.879	3.921	355.800	
Lucro líquido do exercício								90.015		90.832	
Transações com não controladores									817	817	
Realização do custo atribuído por depreciação	20.c						(1.059)	1.059	(2.089)	(2.089)	
Destinação do lucro líquido do exercício:											
Reserva legal	20.b			4.365		4.365		(4.365)		(4.201)	
Dividendos intercalares	20.b							(4.201)		(4.201)	
Dividendos mínimos obrigatórios relativos ao resultado de 2015	20.b							(16.628)		(16.628)	
Destinação para reserva de retenção de lucros					65.860	65.860		(65.860)			
Saldos em 31 de dezembro de 2015		148.802	51.090	13.607	202.482	216.089	5.084	421.065	2.649	423.714	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	90.015	84.036	90.832	84.392
Ajustes para conciliar o resultado do caixa e equivalente de caixa gerados pelas atividades operacionais:				
Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado do exercício	41.419	44.660	44.402	47.053
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa e glosas	5.842	4.923	6.187	4.781
Depreciações e amortizações	27.339	28.670	34.456	36.417
Valor residual de ativos imobilizado e intangível baixados	3.950	1.824	4.249	4.093
Equivalência patrimonial	(8.531)	(3.103)		
Variação cambial, líquida		444		442
Despesas de juros de empréstimos, financiamentos e parcelamentos	9.681	8.668	10.135	9.254
Constituição de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	6.997	3.784	6.518	4.641
Atualização de passivos por compra de investimentos	5.059	(5.582)	5.059	(5.582)
	181.771	168.324	201.838	185.491
Variação nos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber de clientes	(35.933)	15.599	(34.538)	8.369
Estoques	(766)	10.113	(666)	9.732
Impostos a recuperar	953	(427)	(253)	(856)
Outros ativos (circulante e não circulante)	(3.578)	(3.726)	(2.220)	(5.215)
Depósitos judiciais	(2.127)	322	(2.143)	324
Fornecedores	13.222	(18.800)	12.675	(16.701)
Obrigações fiscais, sociais, salários e parcelamentos	(20.721)	(19.042)	(24.210)	(22.202)
Outros passivos (circulante e não circulante)	(12.110)	1.021	(13.922)	2.308
Caixa gerado pelas atividades operacionais	120.711	153.384	136.561	161.250
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:				
Dividendos recebidos		38		
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(9.448)	(7.868)	(10.084)	(8.298)
Pagamento de riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(4.135)	(2.672)	(4.178)	(2.921)
Imposto de renda e contribuição social pagos durante o exercício	(11.003)	(18.985)	(12.372)	(20.487)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	96.125	123.897	109.927	129.544
Fluxo de caixa das atividades de investimento:				
Aplicações de títulos e valores mobiliários		(1.097)		(1.097)
Aquisições de controladas, líquidas dos caixas adquiridos				(192)
Aquisição de investimento, ágio e mais valia	(100)	(193)		(8)
Aquisição de imobilizado e intangível	(53.130)	(36.460)	(63.192)	(53.044)
Dividendos a receber de controladas	2.567			
Créditos com empresas ligadas	654	(12.948)	200	185
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(50.009)	(50.698)	(62.992)	(54.156)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:				
Empréstimos e financiamentos:				
- Captações	15.088	36.668	16.983	39.626
- Amortizações	(20.810)	(6.701)	(22.687)	(8.558)
Dividendos e juros sobre o capital pagos	(20.509)	(13.000)	(21.109)	(12.684)
Transações com não controladores			(2.089)	
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(26.231)	16.967	(28.902)	18.384
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	19.885	90.166	18.033	93.772
Variação no caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	161.471	71.305	170.668	76.896
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	181.356	161.471	188.701	170.668
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	19.885	90.166	18.033	93.772

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Hermes Pardini

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receitas				
Vendas brutas de produtos e serviços	673.502	605.264	822.180	741.999
Outras receitas	344	3.437	600	4.139
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.842)	(3.566)	(6.187)	(3.424)
	<u>668.004</u>	<u>605.135</u>	<u>816.593</u>	<u>742.714</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos serviços prestados	(216.677)	(187.828)	(231.873)	(202.473)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(83.148)	(77.257)	(120.397)	(115.392)
Perda/recuperação de valores ativos	(651)	(569)	(1.608)	(756)
Valor adicionado bruto	367.528	339.481	462.715	424.093
Depreciação, amortização, exaustão e <i>impairment</i>	(27.339)	(28.670)	(34.456)	(36.417)
Valor adicionado líquido gerado	340.189	310.811	428.259	387.676
Participação nos lucros de controladas	8.531	3.103		
Receitas financeiras	26.377	28.848	22.446	26.263
Outras	1.709	120	2.219	156
Valor adicionado total a distribuir	376.806	342.882	452.924	414.095
Pessoal	125.548	111.930	164.809	149.624
Remuneração direta	85.892	77.678	115.257	105.902
Benefícios	30.495	25.963	37.846	33.056
F.G.T.S	9.161	8.289	11.706	10.666
Impostos, taxas e contribuições	110.610	105.335	132.512	125.606
Federais	94.393	90.603	111.487	106.498
Estaduais	2	4	5	3
Municipais	16.215	14.728	21.020	19.105
Remuneração de capitais de terceiros	50.633	41.581	64.771	54.473
Juros	32.380	27.178	36.716	30.664
Aluguéis	18.013	14.384	27.800	23.778
Outras	240	19	255	31
Lucros retidos	90.015	84.036	90.015	84.036
Participação dos não-controladores nos lucros retidos			817	356
Distribuição do valor adicionado	376.806	342.882	452.924	414.095

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

O Instituto Hermes Pardini S.A. (“Hermes Pardini”, “Sociedade” ou “Controladora”), em conjunto com suas controladas (“Grupo Hermes Pardini” ou “Grupo”), tem por objetivo a prestação de serviços médicos e odontológicos, laboratoriais de pesquisas, análises clínicas e auxiliares de complementação diagnóstica e terapêutica, podendo participar em outras empresas como sócio, acionista ou cotista.

A Controladora é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Fundada em 2 de fevereiro de 1977, a Sociedade possui 65 unidades próprias localizadas nas cidades de Belo Horizonte, Betim, Contagem, Pedro Leopoldo, Nova Lima, Santa Luzia, Sabará, Sete Lagoas e Vespasiano, todas localizadas no Estado de Minas Gerais. O Grupo Hermes Pardini também atua na atividade de apoio laboratorial e possui cerca de 5.300 laboratórios parceiros em 1.783 cidades localizadas no Brasil.

Em 2015, 2014, 2013 e 2012, a Sociedade celebrou contratos de compra e venda de ações / cotas, tendo por objeto a aquisição do capital social de empresas de seu ramo de atuação, conforme percentuais descritos no quadro abaixo:

<u>Nome da controlada</u>	<u>Principal atividade</u>	<u>Local de Constituição e operação</u>	<u>% de participação</u>	<u>Data do investimento</u>
2015				
Laboratório Padrão S.A.	Serviços de patologia clínica e anatômica	Brasil	15%	08/12/2015
2014				
Anatomical Lab Anatomia Patológica e Citopatologia Ltda. (alterado para Diagnóstika Rio – Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda.)	Serviços de anatomia patológica, citopatologia e imunopatologia	Brasil	71,4%	10/01/2014
2013				
Laboratório Padrão S.A.	Serviços de patologia clínica e anatômica	Brasil	80%	04/07/2013
Diagpar Holding S.A.	Participações em empresas de serviços de patologia cirúrgica e citologia	Brasil	71,40%	23/07/2013
2012				
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	Exames diagnósticos por imagem na área médica	Brasil	70%	05/10/2012
Biocod Biotecnologia Ltda.	Serviços de identificação genética	Brasil	100%	21/12/2012
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	Laboratórios clínicos	Brasil	61%	07/12/2012

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2014, 2013 e 2012, a Sociedade constituiu as seguintes empresas:

<u>Nome da controlada</u>	<u>Principal atividade</u>	<u>Local de Constituição e operação</u>	<u>% de participação</u>	<u>Data do Investimento</u>
2014				
IHP Comércio de Produtos para Saúde S.A.	Comercio Varejista de produtos farmacêuticos	Brasil	100%	17/02/2014
2013				
HP Import., Com. Loc. Prod. Máq. Equip. Diagn. Ltda.	Importação de máquinas e equipamentos	Brasil	100%	16/01/2013
Centro Diferenciado de Diagnóstico por Imagem S.A. - CDDI	Serviços de diagnóstico por imagem	Brasil	100%	06/05/2013
2012				
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda.	Análises clínicas	Brasil	70%	16/12/2012

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pelo Conselho de Administração em 30 de janeiro de 2017.

2 Base de elaboração, apresentação das demonstrações financeiras, e resumo das principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa 3.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Reapresentação das demonstrações financeiras comparativas e consequentes ajustes em relação às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015, preparadas e divulgadas pela administração da Companhia em 1º de março de 2016, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A companhia divulgou no dia 19 de janeiro de 2017, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014, de 2013 e em 1º de janeiro de 2013, contendo ajustes em relação às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014, originalmente divulgadas em 31 de março de 2015. As novas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014, de 2013 e em 1º de janeiro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de janeiro de 2017 e contém modificações implementadas pela administração, submetidas aos auditores anteriores, visando aprimoramentos requeridos pela legislação societária brasileira para companhias abertas, incluindo os IFRS.

O principal ajuste realizado nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 foi o complemento das provisões para perdas com créditos de liquidação duvidosa de serviços prestados a faturar e faturados, no montante de R\$ 3.513 e o respectivo impacto tributário no montante de R\$ 1.194. Referidos ajustes tiveram impacto no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, considerando que a perda efetiva desses créditos havia sido contabilizada no segundo trimestre desse ano.

Como consequência, a reapresentação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 gerou os seguintes impactos em 2015:

	Demonstração do Resultado – 31 de dezembro de 2015					
	Controladora			Consolidado		
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Receita líquida de prestação de serviços	632.114	1.357	633.471	770.429	1.357	771.786
Custo dos serviços prestados	(406.357)		(406.357)	(507.325)		(507.325)
Lucro bruto	225.757	1.357	227.114	263.104	1.357	264.461
Despesas com vendas	(49.565)	2.156	(47.409)	(52.544)	(2.114)	(54.658)
Despesas gerais e administrativas	(48.697)		(48.697)	(64.557)	4.270	(60.287)
Equivalência patrimonial	8.531		8.531			
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(2.102)		(2.102)	(2)		(2)
Resultado antes do resultado financeiro	133.924	3.513	137.437	146.001	3.513	149.514
Resultado financeiro líquido	(6.003)		(6.003)	(14.280)		(14.280)
Lucro antes dos tributos (IR e CS)	127.921	3.513	131.434	131.721	3.513	135.234
IR e CS	(40.225)	(1.194)	(41.419)	(43.208)	(1.194)	(44.402)
Lucro líquido do exercício	87.696	2.319	90.015	88.513	2.319	90.832

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reemissão das demonstrações financeiras em 19 de janeiro de 2017

As demonstrações financeiras da controladora e do consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, reapresentadas em 19 de janeiro de 2017, apresentam correções em relação àquelas divulgadas em 12 de dezembro de 2016, principalmente em virtude da complementação de determinadas notas explicativas, conforme abaixo mencionado:

(i) Intangível

Em relação à nota explicativa 11 “Intangível”, houve complementação das divulgações para alinhamento ao item 134 (d) do CPC 01 (R1), com a inclusão da metodologia de cálculo utilizada, das premissas de crescimento de receita específicas por empresas, do crescimento nominal dos custos e despesas, da taxa de desconto utilizada e do percentual de crescimento nominal médio ao ano para todas as unidades geradoras de caixa.

(ii) Empréstimos e financiamentos

O montante de R\$ 29.839 na nota explicativa 14 “Empréstimos e Financiamentos”, alocados na linha de FINAME, foi reclassificado para Capital de Giro, em virtude da melhor apresentação deste saldo que está relacionado ao empréstimo com o Itaú BBA, denominado em dólares norte-americanos, no montante original de US\$22.262 mil.

(iii) Patrimônio líquido

A nota explicativa 20 “Patrimônio Líquido”, foi complementada à luz do artigo 168, § 1º da Lei nº 6.404/76, com a divulgação do capital social autorizado aprovado no estatuto social datado de 9 de dezembro de 2016.

(iv) Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A nota explicativa 27 “Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos”, foi complementada para conter todas as divulgações requeridas no item 20 do CPC 40 (R1), bem como readequações para sua melhor apresentação.

(v) Remuneração de administradores

O montante de R\$ 7.231 na nota explicativa 29 “Remuneração de administradores”, foi complementada em virtude da inclusão dos encargos sociais e benefícios passando a ser apresentado no montante de R\$9.445.

(c) Reemissão das presentes demonstrações financeiras em 30 de janeiro de 2017

Em 30 de janeiro de 2017, a administração da Companhia decidiu por reapresentar as demonstrações financeira de 31 de dezembro de 2015, antes reapresentadas em 19 de janeiro de 2017, para incluir na nota explicativa 34, de eventos subsequentes, a decisão dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária em 30 de janeiro de 2017, de reduzir o montante da distribuição dos dividendos do valor de R\$ 214.286 para o valor total de R\$ 67.400 (nota 34).

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Sociedade e suas controladas a seguir relacionadas:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Controladas diretas		
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	70%	70%
Biocod Biotecnologia Ltda.	100%	100%
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	61%	61%
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda. - CEMEDI	70%	70%
Centro Diferenciado de Diagnóstico por Imagem S.A. - CDDI	100%	100%
Diagpar Holding S.A.	71,4%	71,4%
HP Importação, Comércio e Locação de Produtos, Máquinas e Equipamentos Diagnósticos S.A.	100%	100%
Laboratório Padrão S.A.	95%	80%
IHP Comércio de Produtos para Saúde S.A.	100%	-
Controladas indiretas		
Neocode – Patologia Cirúrgica e Biologia Molecular Ltda	71,4%	71,4%
Diagnóstika - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda.	70,5%	70%
Diagnóstika Rio - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda.	71,4%	71,4%

As controladas indiretas são sociedades controladas pela Diagpar Holding S.A..

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detem controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retermos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 9.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os resultados das controladas adquiridas no decorrer do exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição. O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Sociedade e às participações não controladoras, mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações.

Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora no patrimônio líquido (ou passivo a descoberto, quando aplicável) das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

A parcela relativa aos não controladores no patrimônio líquido das controladas é apresentada destacadamente no patrimônio líquido consolidado.

2.4. Infomações sobre segmentos operacionais

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As informações sobre segmentos operacionais estão descritas na Nota Explicativa 28.

2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua (“a moeda funcional”).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Sociedade, e também, a moeda de apresentação do Grupo.

2.6. Combinações de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos e passivos de uma controlada são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do período em que ocorre a aquisição.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais a Companhia incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

2.7. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de modo consistente na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.7.1. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

(ii) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive valores a receber de clientes) são mensurados pelo valor de custo amortizado, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

(iii) Dedução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) **Baixa de ativos e passivos financeiros**

A Sociedade baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou quando o ativo é transferido, junto com substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, para outra Sociedade. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado.

A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações da Sociedade são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

(v) **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros (incluindo empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.7.2. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. O método de avaliação dos estoques é a média ponderada móvel. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

2.7.3. Ativos intangíveis

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, conforme demonstrados na Nota Explicativa 11, são amortizados pelo método linear, levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis. Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida são representados por marcas, patentes e ágio por rentabilidade futura, os quais não sofrem amortizações e são testados no mínimo anualmente por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Os encargos de amortização são reconhecidos em “custos dos serviços prestados”, “despesas com vendas” e “despesas gerais e administrativas”, na demonstração do resultado do exercício, conforme a natureza e alocação de cada item do intangível.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, que é equivalente ao seu custo.

Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que se beneficiarão das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

2.7.4. Imobilizado

Está registrado ao custo, deduzido das depreciações acumuladas e provisão para perda do valor de recuperação dos ativos, quando aplicável.

A Sociedade optou por avaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na abertura do exercício de 2009, cujos efeitos aumentaram o ativo imobilizado e tiveram como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais.

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas descritas na Nota Explicativa 10, que levam em consideração a vida útil econômica estimada dos bens. Os terrenos e as construções em andamento não são depreciados. A vida útil econômica estimada, os valores residuais estimados e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os encargos de depreciação são reconhecidos em “custos dos serviços prestados”, “despesas com vendas” e “despesas gerais e administrativas”, na demonstração do resultado do exercício, conforme a natureza e alocação de cada item do imobilizado.

2.7.5. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, e no caso de ágio, anualmente, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.7.6. Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

- (i) Arrendamento financeiro: determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Sociedade os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo, conforme a Nota Explicativa 10. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Arrendamento operacional: os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como custo ou despesa pelo método linear no período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Quando são recebidos incentivos para a contratação de um arrendamento operacional, tais incentivos são reconhecidos como passivo e, posteriormente, reconhecidos como redução da despesa de aluguel pelo método linear, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

2.7.7. Provisões

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Os passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do exercício, esses passivos contingentes são mensurados pelo maior valor entre o valor que seria reconhecido de acordo com a IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25) e o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada reconhecida de acordo com a IFRS 3 – Business Combinations (equivalente ao CPC 15 (R1)).

2.7.8. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social, apresentada na demonstração do resultado, representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, pois exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Adicionalmente, passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante de reconhecimento inicial de ágio.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Grupo espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos são originados da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

2.7.9. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas cancelamentos, descontos comerciais e/ou glosas e outras deduções similares.

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas mensalmente mediante a efetividade da prestação dos serviços e quando benefícios econômicos decorrentes da transação são considerados prováveis, independentemente se faturados ou não. Os serviços prestados e não faturados são registrados na rubrica "Receita líquida de prestação de serviços", conforme mencionado na nota explicativa nº 5.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.7.10. Transações em moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data de encerramento das demonstrações financeiras e os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio são registrados no resultado.

2.8. Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada das normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substituiu a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.
- IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substituiu a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" - com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substituiu a IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas apresentadas

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade e que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Companhia julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado, ativo intangível, ágio gerado na combinação de negócios e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos.
- (ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado e intangível com vida útil definida, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são julgadas representativas das vidas úteis dos mesmos.
- (iii) Provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisão para perdas em serviços a faturar: referidas provisões são constituídas com base no julgamento da Administração e em valores suficientes para cobrir perdas futuras estimadas no recebimento de clientes.
- (iv) Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis: a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.
- (v) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são reconhecidos até o limite dos lucros tributáveis futuros, cuja estimativa realizada pela Administração leva em consideração o histórico de lucros tributáveis, aumento no volume de análise de exames, premissas de mercado tais como taxa de juros, câmbio, crescimento econômico, entre outras.
- (vi) Avaliação dos instrumentos financeiros: a Nota Explicativa 27 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem os montantes em caixa, contas de depósito bancário e aplicações financeiras e estão assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Caixa e bancos	17.310	12.177	21.683	18.653
Aplicações financeiras	164.046	149.294	167.018	152.015
Total	181.356	161.471	188.701	170.668

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário ou Compromissadas, com liquidez imediata, sujeitas a risco insignificante de mudança de valor justo, sendo consideradas, portanto, equivalentes de caixa. A Sociedade possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade.

Na data de apresentação das demonstrações financeiras não existiam diferenças entre o valor contábil de caixa e equivalentes de caixa e o valor justo.

Estes instrumentos tiveram com remuneração média de 99,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2015.

5 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Duplicatas a receber	75.192	53.476	82.879	67.277
Serviços executados a faturar (a)	35.184	27.167	54.132	40.732
	<u>110.376</u>	<u>80.643</u>	<u>137.011</u>	<u>108.009</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.888)	(5.278)	(7.221)	(6.514)
Provisão para perda de serviços executados a faturar	(1.371)	(2.339)	(1.972)	(4.709)
Provisão para perda de glosas			(2.681)	
	<u>103.117</u>	<u>73.026</u>	<u>125.137</u>	<u>96.786</u>

(a) Os serviços executados a faturar referem-se a serviços prestados cujos respectivos documentos fiscais ainda não haviam sido emitidos quando dos encerramentos dos balanços.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo das contas a receber por idade de vencimento em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 está distribuído conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Valores a vencer	91.461	56.345	112.669	75.407
De 1 a 60 dias	9.173	14.607	11.770	18.033
De 61 a 120 dias	2.483	2.074	3.379	3.346
Acima de 120 dias	5.888	5.278	7.221	6.514
Outros valores a vencer	1.371	2.339	1.972	4.709
	<u>110.376</u>	<u>80.643</u>	<u>137.011</u>	<u>108.009</u>

Os outros valores a vencer referem-se as contas a receber não faturadas que a Administração entende não serem recuperáveis na data das demonstrações financeiras, tendo constituído provisão para perdas para todo o montante em aberto.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída para os títulos vencidos acima de 120 dias e sua movimentação é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Saldo inicial	5.278	4.713	6.514	6.091
Constituições	7.998	3.566	9.832	4.344
Reversões	(2.156)		(3.645)	(920)
Baixas	(5.232)	(3.001)	(5.480)	(3.001)
Saldo final	<u>5.888</u>	<u>5.278</u>	<u>7.221</u>	<u>6.514</u>

6 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2015
Material de escritório	599	712	702	854
Material direto	12.764	11.600	13.719	12.576
Material auxiliar	2.344	2.474	2.534	2.670
Material de manutenção	962	904	962	922
Estoques em trânsito	45	173	45	173
Outros	414	499	487	588
	<u>17.128</u>	<u>16.362</u>	<u>18.449</u>	<u>17.783</u>

Os estoques em trânsito referem-se a importações de materiais diretos e materiais auxiliares a serem aplicados nas análises clínicas.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Impostos a recuperar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Imposto de renda e contribuição social antecipados (a)	430	1.893	2.925	4.143
IR e CS retidos sobre prestação de serviços (b)	1.065	882	3.976	3.297
PIS e COFINS retidos sobre prestação de serviços (b)	2.790	2.556	3.278	2.565
ISS retidos sobre prestação de serviços (b)	49	49	369	373
Imposto de renda retido sobre rendimentos de aplicações financeiras	14	5	45	58
Outros	<u>591</u>	<u>507</u>	<u>652</u>	<u>556</u>
	<u>4.939</u>	<u>5.892</u>	<u>11.245</u>	<u>10.992</u>

(a) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social recolhidos por estimativa, sobre serviços prestados no exercício corrente e em períodos anteriores.

(b) Refere-se aos impostos retidos, quando do recebimento pelos serviços prestados, que serão compensados com tributos futuros devidos.

8 Outros ativos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Adiantamento a fornecedor	1.483	2.376	1.557	3.482
Despesa antecipada	3.750	2.703	3.977	2.879
Adiantamento a funcionários	4.515	2.562	4.821	2.775
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 19)	7.870	7.360	7.870	7.360
Exposição a riscos cambiais (a)	29.839	7.163	29.839	7.163
Outros ativos	<u>3.024</u>	<u>4.132</u>	<u>8.061</u>	<u>7.490</u>
	<u>50.481</u>	<u>26.296</u>	<u>56.125</u>	<u>31.149</u>
Ativo circulante	12.450	11.300	18.087	16.153
Ativo não circulante	38.031	14.996	38.038	14.996

(a) Resultado do derivativo contratado para proteção contra a oscilação da taxa de câmbio no contrato de empréstimo e financiamento em moeda estrangeira, descritos nas Notas Explicativas 14 e 27 (d).

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Investimentos

Os saldos e informações sobre os investimentos em controladas são os seguintes:

	Controladora	
	2015	2014
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda.	2.380	2.200
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	5.096	5.211
Laboratório Padrão S.A.	70.913	67.240
HP Import. Com. Loc. Prod. Máq. Equip. Diagn. Ltda.	974	938
Diagpar Holding S.A.	42.987	40.788
Biocod Biotecnologia Ltda.	9.132	8.414
Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A. - CDDI	199	87
IHP Comércio de Produtos para Saúde S.A.	89	
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	14.833	15.785
	<u>146.603</u>	<u>140.663</u>

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentada nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

Controladas	Saldos em 2014	Reclas-sificação	Aporte de capital	Realização de mais valia	Dividendos recebidos/a receber	Equivalência patrimonial	Saldos em 2015
Ativo							
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda.	2.200					180	2.380
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagn. Ltda.	5.211			(95)	(416)	396	5.096
Laboratório Padrão S.A.	67.240	(30)		(910)	(1.067)	5.680	70.913
HP Import. Com. Loc. Prod. Máq. Equip. Diagn. Ltda.	938					36	974
Diagpar Holding S.A.	40.788			(208)	(1.053)	3.460	42.987
Biocod Biotecnologia Ltda.	8.414			(73)		791	9.132
Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A.	87	(94)			(31)	237	199
IHP Comercio de Produtos para Saude S.A.			100			(11)	89
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	15.785			(437)		(515)	14.833
	<u>140.663</u>	<u>(124)</u>	<u>100</u>	<u>(1.723)</u>	<u>(2.567)</u>	<u>10.254</u>	<u>146.603</u>

Controladas	Saldos em 2013	Aporte de capital	Realização de mais valia	Dividendos a receber	Equivalência patrimonial	Saldos em 2014
Ativo						
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda.	2.208				(8)	2.200
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagn. Ltda.	5.064		(210)	(324)	681	5.211
Laboratório Padrão S.A.	62.762		88	(1.461)	5.851	67.240
HP Import. Com. Loc. Prod. Máq. Equip. Diagn. Ltda.	992				(54)	938
Diagpar Holding S.A.	40.947		(93)	(698)	632	40.788
Biocod Biotecnologia Ltda.	8.809		(126)		(269)	8.414
Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A.	(158)	193			52	87
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	19.226		(300)		(3.141)	15.785
	<u>139.850</u>	<u>193</u>	<u>(641)</u>	<u>(2.483)</u>	<u>3.744</u>	<u>140.663</u>

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os principais saldos constantes nas demonstrações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são os seguintes:

	2015					
Controladas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado líquido
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda.	1.240	2.507	347		3.400	257
Laboratório Pro-Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda. Laboratório Padrão S.A.	3.801	1.296	1.915	192	2.990	649
HP Import. Com. Loc. Prod. Máq. Equip. Diagn. Ltda. Diagpar Holding S.A.	11.933	15.959	12.145	1.917	13.830	4.503
Biocod Biotecnologia Ltda.	909	88	23		974	35
Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A. - CDDI	12.505	2.543	7.719	1.691	5.638	3.239
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	3.748	584	1.176	514	2.642	791
IHP Comercio de Produtos para Saude S.A.	679	238	351	367	199	237
	18.620	31.494	11.896	42.871	(4.653)	57
	85	6	1	1	89	(11)
	2014					
Controladas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado líquido
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda.	605	2.809	271		3.143	(12)
Laboratório Pro-Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda. Laboratório Padrão S.A.	4.449	580	1.845	162	3.022	1.116
HP Import. Com. Loc. Prod. Máq. Equip. Diagn. Ltda. Diagpar Holding S.A.	12.945	12.880	10.322	5050	10.453	7.305
Biocod Biotecnologia Ltda.	835	115	12		938	(53)
Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A. - CDDI	11.232	2.415	5.726	4.063	3.858	885
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	3.884	780	2.242	571	1.851	(269)
	559	243	205	510	87	51
	14.394	30.975	10.758	39.376	(4.765)	(4.301)

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Imobilizado

	Controladora							
	Vidas úteis anuais		2015			2014		
	Máxima	Mínima	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Edificações	40	13	9.743	(3.209)	6.534	9.743	(2.657)	7.086
Veículos	5	5	976	(882)	94	996	(860)	136
Móveis e utensílios	10	10	10.812	(5.157)	5.655	9.621	(4.291)	5.330
Equipamentos de informática	5	3	32.367	(27.451)	4.916	30.715	(24.946)	5.769
Máquinas e equipamentos	10	10	125.911	(67.508)	58.403	111.015	(55.086)	55.929
Equipamentos de segurança	10	10	599	(144)	455	513	(88)	425
Instalações	40	5	58.402	(30.221)	28.181	58.402	(24.913)	33.489
Equipamentos de comunicação	10	10	1.328	(906)	422	1.308	(799)	509
Equipamentos de refrigeração	10	4	10.116	(5.264)	4.852	9.059	(4.696)	4.363
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25	1	44.011	(9.014)	34.997	33.377	(7.464)	25.913
Imobilizado em trânsito			5.242		5.242			
Imobilizado em andamento			5.926		5.926	2.442		2.442
Benfeitorias em andamentos								
			<u>337</u>		<u>337</u>	<u>336</u>		<u>336</u>
			<u>305.770</u>	<u>(149.756)</u>	<u>156.014</u>	<u>267.527</u>	<u>(125.800)</u>	<u>141.727</u>

	Consolidado							
	Vidas úteis anuais		2015			2014		
	Máxima	Mínima	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Edificações	40	13	9.743	(3.209)	6.534	9.743	(2.657)	7.086
Veículos	5	5	1.141	(1.042)	99	1.161	(1.009)	152
Móveis e utensílios	10	10	14.838	(6.821)	8.017	13.100	(5.626)	7.474
Equipamentos de informática	5	3	37.202	(30.389)	6.813	34.789	(27.094)	7.695
Máquinas e equipamentos	10	10	168.075	(84.998)	83.077	149.580	(69.384)	80.196
Equipamentos de segurança	10	10	680	(186)	494	589	(125)	464
Instalações	40	5	59.044	(30.664)	28.380	59.044	(25.321)	33.723
Equipamentos de comunicação	10	10	1.517	(976)	541	1.490	(855)	635
Equipamentos de refrigeração	10	4	12.531	(5.935)	6.596	11.266	(5.167)	6.099
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25	1	69.084	(13.264)	55.820	54.318	(10.801)	43.517
Imobilizado em trânsito			5.242		5.242			
Imobilizados em andamento			5.954		5.954	2.678		2.678
Benfeitorias em andamentos			679		679	566		566
			<u>385.730</u>	<u>(177.484)</u>	<u>208.246</u>	<u>338.324</u>	<u>(148.039)</u>	<u>190.285</u>

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do saldo do imobilizado é demonstrada a seguir:

	Controladora					
	2014	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	2015
Edificações	7.086			(552)		6.534
Veículos	136			(42)		94
Móveis e utensílios	5.330	1.243	(31)	(914)	27	5.655
Equipamentos de informática	5.769	1.698	(8)	(2.543)		4.916
Máquinas e equipamentos	55.929	14.030	(316)	(12.858)	1.618	58.403
Equipamentos de segurança	425	86		(56)		455
Instalações	33.489			(5.308)		28.181
Equipamentos de comunicação	509	20		(107)		422
Equipamentos de refrigeração	4.363	1.364	(136)	(742)	3	4.852
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25.913	6.717	(4)	(1.772)	4.143	34.997
Imobilizado em trânsito		5.436	(194)			5.242
Imobilizados em andamento	2.442	8.334	(3.202)		(1.648)	5.926
Benfeitorias em andamentos	336	4.203	(59)		(4.143)	337
	<u>141.727</u>	<u>43.131</u>	<u>(3.950)</u>	<u>(24.894)</u>		<u>156.014</u>

	Controladora					
	2013	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	2014
Edificações	7.637			(551)		7.086
Veículos	183	70		(117)		136
Móveis e utensílios	5.966	1.155	(942)	(861)	12	5.330
Equipamentos de informática	6.897	2.530	(98)	(4.154)	594	5.769
Máquinas e equipamentos	57.527	12.011	(3.272)	(11.952)	1.615	55.929
Equipamentos de segurança	209	198	(3)	(41)	62	425
Instalações	39.555		(31)	(5.323)	(712)	33.489
Equipamentos de comunicação	717	181	(42)	(106)	(241)	509
Equipamentos de refrigeração	3.575	930	(14)	(616)	488	4.363
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20.096	6.258	(1)	(2.221)	1.781	25.913
Imobilizados em andamento	1.414	2.845			(1.817)	2.442
Benfeitorias em andamentos	500	1.618			(1.782)	336
	<u>144.276</u>	<u>27.796</u>	<u>(4.403)</u>	<u>(25.942)</u>		<u>141.727</u>

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Sociedade mantém bens do ativo imobilizado dados em garantia a operações de arrendamento mercantil no montante de R\$34 (R\$1.784 em 31 de dezembro de 2014).

	Consolidado					
	2014	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	2015
Edificações	7.086			(552)		6.534
Veículos	152			(53)		99
Móveis e utensílios	7.474	1.828	(54)	(1.258)	27	8.017
Equipamentos de informática	7.695	2.465	(10)	(3.335)	(1)	6.814
Máquinas e equipamentos	80.197	17.626	(316)	(16.049)	1.618	83.076
Equipamentos de segurança	464	91		(61)		494
Instalações	33.723			(5.344)		28.379
Equipamentos de comunicação	634	28	(1)	(122)	1	540
Equipamentos de refrigeração	6.099	1.603	(157)	(963)	15	6.597
Benfeitorias em imóveis de terceiros	43.517	10.392	(8)	(2.683)	4.603	55.821
Imobilizado em trânsito		5.436	(194)			5.242
Imobilizados em andamento	2.678	8.334	(3.410)		(1.648)	5.954
Benfeitorias em andamento	566	4.827	(99)		(4.615)	679
	190.285	52.630	(4.249)	(30.420)		208.246

	Consolidado					
	2013	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	2014
Edificações	7.637			(551)		7.086
Veículos	231	70	(26)	(123)		152
Móveis e utensílios	7.373	1.407	(1.144)	(1.146)	984	7.474
Equipamentos de informática	8.516	3.204	(430)	(4.779)	1.184	7.695
Máquinas e equipamentos	75.456	14.415	(4.410)	(16.214)	10.950	80.197
Equipamentos de segurança	242	203	(4)	(48)	71	464
Instalações	40.608	19	(54)	(5.357)	(1.493)	33.723
Equipamentos de comunicação	748	256	(44)	(121)	(205)	634
Equipamentos de refrigeração	3.824	1.013	(14)	(802)	2.078	6.099
Benfeitorias em imóveis de terceiros	24.681	8.859	(530)	(2.928)	13.435	43.517
Imobilizado em trânsito		25			(25)	
Imobilizados em andamento	1.414	7.432	(2)		(6.166)	2.678
Benfeitorias em andamento	14.018	7.375	(14)		(20.813)	566
	184.748	44.278	(6.672)	(32.069)		190.285

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Intangível

					Controladora	
					2015	2014
	Vidas úteis (em anos)	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido	
Softwares	5	31.923	(14.766)	17.157	11.470	
Outros		3.506		3.506	1.639	
Total		35.429	(14.766)	20.663	13.109	
					Consolidado	
					2015	2014
	Vidas úteis (em anos)	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido	
Ágio		118.464		118.464	118.464	
Softwares	5	34.761	(16.060)	18.701	13.029	
Marcas	5	4.500	(2.330)	2.170	3.070	
Contratos com clientes	2 a 20	2.810	(573)	2.237	2.372	
Desenvolvimento de novos exames	15	4.474	(212)	4.262	2.485	
Outros		227		227	115	
Total		165.236	(19.175)	146.061	139.535	

A movimentação do saldo de intangíveis é demonstrada a seguir:

			Controladora	
			2015	2014
Saldos em 1º de janeiro			13.109	7.173
Adições			9.999	8.664
Amortizações			(2.445)	(2.728)
Saldos em 31 de dezembro			20.663	13.109
			Consolidado	
			2015	2014
Saldos em 1º de janeiro			139.535	135.117
Adições			10.562	8.766
Amortizações			(4.036)	(4.348)
Saldos em 31 de dezembro			146.061	139.535

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ágios reconhecidos na comparação dos ativos líquidos adquiridos e as contraprestações transferidas estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2015	2014
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	18.577	18.577
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	2.707	2.707
Laboratório Padrão S.A.	55.305	55.305
Diagpar Holding S.A.	35.344	35.344
Biocod Biotecnologia Ltda.	6.296	6.296
Diagnóstika Rio - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda.	235	235
	<u>118.464</u>	<u>118.464</u>

Alocação do Ágio às Unidades Geradoras de Caixa

Os ágios e as marcas foram submetidos ao teste de redução ao valor recuperável (“impairment”) e não foi identificada necessidade de ajustes aos valores dos ágios e marcas.

O teste de impairment foi realizado de acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e os valores do ágio por expectativa de rentabilidade futura (“goodwill”) foram alocados por entidade legal, sendo que no entendimento da Administração esta alocação representa o mais baixo nível no qual o ágio é monitorado em seus relatórios internos.

A metodologia utilizada para os cálculos de impairment foi a de fluxo de caixa descontado. Os testes consistem na análise da rentabilidade dos investimentos, avaliando os resultados apurados das investidas e as projeções de orçamentos dos anos futuros disponibilizados pela administração da Companhia.

Na elaboração dos testes do valor recuperável dos ativos da Companhia, foram consideradas premissas de crescimento de receita específicas por empresas, que variam de 8,4% a 9,4% de acordo com a realidade de demanda dos seus mercados e taxas de ocupação da capacidade instalada. Essas premissas de crescimento de receita foram embasadas por iniciativas presentes no plano de negócios, assumindo um crescimento médio anual da receita líquida em decorrência de volume e preço.

Em relação aos custos e despesas, foi considerado um crescimento nominal com base na taxa de inflação para os próximos anos de 7,5% a 8,1 ao ano. Uma vez que a maior parte dos contratos de aluguel, fornecedores, serviços de manutenção e serviços de terceiros são reajustados de acordo com índices de inflação, essa premissa reflete a realidade do crescimento de custos da empresa.

A taxa de desconto utilizada foi calculada com base na taxa livre de risco, risco país, prêmio de tamanho e o beta do setor. Também é levada em consideração a estrutura de capital atual da Companhia e sua evolução ao longo do período em questão, bem como a alocação tributária de cada parcela do capital, próprio e de terceiros. A taxa calculada foi de 14,7% e foi a mesma utilizada para todas as unidades geradoras de caixa.

O período de tempo utilizado para a elaboração do fluxo de caixa foi de 7 anos uma vez que este é o período utilizado pela Companhia para sua modelagem financeira e consequentes projeções de longo prazo, adicionado um valor de perpetuidade com crescimento nominal médio de 4,5% ao ano para todas as unidades geradoras de caixa.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração acredita que eventuais mudanças nas principais premissas utilizadas no teste não resultariam numa redução dos valores recuperáveis a níveis inferiores aos custos registrados destas unidades geradoras de caixa.

12 Fornecedores

A composição dos fornecedores pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Nacionais	62.642	47.511	67.494	52.907
Internacionais	8.073	9.982	8.113	10.025
Total	<u>70.715</u>	<u>57.493</u>	<u>75.607</u>	<u>62.932</u>

A Sociedade coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conformes os termos originalmente acordados.

13 Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas

A composição é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Salários e encargos sociais	22.698	17.454	27.006	21.880
Impostos retidos a recolher	1.798	1.271	2.145	1.697
Impostos sobre vendas	3.200	5.269	4.168	6.057
Impostos de renda e contribuição social a recolher	12.847	1.206	13.379	1.736
PIS e COFINS sobre receita financeira	565		565	
	<u>41.108</u>	<u>25.200</u>	<u>47.263</u>	<u>31.370</u>

Os impostos e contribuições municipais, estaduais e federais incidentes sobre as operações da Sociedade estão sujeitos à fiscalização por parte das autoridades governamentais durante um prazo de cinco anos.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Capital de giro (a)	79.955	66.210	81.181	67.564
Finep	38.021	34.542	38.614	35.232
Títulos descontados	4.610	7.129	4.610	7.129
Leasing financeiro	34	1.784	34	2.542
FINAME	11.475	7.941	17.132	12.575
	<u>134.095</u>	<u>117.606</u>	<u>141.571</u>	<u>125.042</u>
Passivo circulante	32.214	23.053	33.964	25.136
Passivo não circulante	101.881	94.553	107.607	99.906

O valor justo dos empréstimos e financiamentos não diferem significativamente dos seus respectivos saldos contábeis. Informações sobre exposição ao risco de taxa, variação cambial e liquidez estão apresentadas na Nota Explicativa 27.

As taxas de juros dos empréstimos de capital de giro variam de CDI + juros entre 1,5% e 1,7% ao ano. Os contratos de Finep têm taxa de juros de 5% ao ano. Os títulos descontados têm taxa de juros de 19,13% ao ano. Os contratos de leasing financeiro têm taxa de juros de 16,0% ao ano. Já os contratos de FINAME têm taxas anuais de juros variando entre 3,0% e 12,76%.

- (a) Em 2013, a Sociedade contratou empréstimo com o Itaú BBA, denominado em dólares norte-americanos, no montante original de US\$22.262 mil, acrescidos de juros de 2,82% ao ano. Para proteção do risco de variação cambial sobre este empréstimo foi contratada operação de *swap*, trocando a moeda para reais e fixando a taxa de juros em CDI+1,5% ao ano. O prazo de vencimento do *swap* é o mesmo do empréstimos conforme divulgado na nota explicativa 27.

Garantias:

(i) Capital de giro:

- Cessão de direitos creditórios (SWAP) para contrato de operação em dólar 4131.
- Cessão de direitos creditórios da UNIMED-BH e Aval dos sócios para contrato de operação em Reais.

(ii) Finep:

- Fiança Bancaria

(iii) Títulos Descontados

- Cessão de direitos creditórios de títulos

(iv) Leasing e Finame:

- Alienação fiduciária dos próprios bens adquiridos, composto principalmente por equipamentos de imagens e ressonâncias magnéticas.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O cronograma de pagamento dos saldos de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2015 e os respectivos valores nominais são como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Valores registrados</u>	<u>Desembolsos Esperados</u>	<u>Valores registrados</u>	<u>Desembolsos Esperados</u>
2016	32.214	39.635	33.965	41.846
2017	37.695	42.547	39.708	44.888
2018	33.789	36.882	35.566	38.930
2019	18.147	19.134	19.266	20.478
Após 2019	12.250	12.843	13.066	14.055
	<u>134.095</u>	<u>151.041</u>	<u>141.571</u>	<u>160.197</u>

As movimentações resumidas dos saldos de empréstimos e financiamentos em 2015 e 2014 foram as seguintes:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Controladora		
Saldos iniciais (circulante e não circulante)	117.606	79.676
Captações	15.088	36.668
Atualização monetária	9.681	8.668
Amortizações de principal	(20.810)	(6.701)
Amortizações de juros	(9.448)	(7.868)
Variação Cambial	22.676	7.163
Outros - reclassificação	(698)	
Saldos finais (circulante e não circulante)	<u>134.095</u>	<u>117.606</u>
Consolidado		
Saldos iniciais (circulante e não circulante)	125.042	85.830
Captações	16.983	39.651
Atualização monetária	10.135	9.254
Amortizações de principal	(22.687)	(8.558)
Amortizações de juros	(10.084)	(8.298)
Variação Cambial	22.880	7.163
Outros - reclassificação	(698)	
Saldos finais (circulante e não circulante)	<u>141.571</u>	<u>125.042</u>

Cláusulas restritivas:

Determinados empréstimos possuem cláusulas financeiras restritivas (“covenants”), incluindo, entre outros, garantias reais, restrições quanto à mudança, transferência ou cessão de controle societário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência do credor. Os *covenants* de índices financeiros são os seguintes:

<u>Descrição da cláusula restritiva</u>	<u>Índice requerido</u>
Dívida Líquida(i) / EBITDA (ii)	> 3,5
EBITDA (ii)/ Despesa Financeira Líquida (iii)	< 2,0

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Dívida Líquida - soma dos saldos de empréstimos e financiamentos menos saldo de caixa e equivalentes de caixa.
- (ii) EBITDA -lucro antes do resultado financeiro, impostos sobre a renda, depreciações e amortizações.
- (iii) Despesa Financeira Líquida - todas as despesas financeiras menos o total das receitas financeiras.

A Administração acompanha o atendimento das cláusulas estabelecidas e entende que a Sociedade atendeu todas as cláusulas restritivas mencionadas acima em 31 de dezembro de 2015.

15 Parcelamentos tributários

Descrição	Item	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Parcelamento ISSQN - 1998 a 2007	(a)	3.759	8.672	3.759	13.250
Parcelamento - multa referente à emissão de documento fiscal	(b)	1.859	1.712	1.859	1.712
Parcelamento ISSQN				4.260	
Parcelamentos PIS e COFINS			465		465
Parcelamento - Lei nº 11.941/09	(c)	31.500	32.208	36.176	37.033
Parcelamento - Lei nº 12.996/14	(d)	2.202	3.776	3.669	6.302
Parcelamento Pis e COFINS 2011	(e)	847		847	
Outros				1.684	1.817
		<u>40.167</u>	<u>46.833</u>	<u>52.254</u>	<u>60.579</u>
Passivo circulante		6.560	6.626	9.499	9.342
Passivo não circulante		33.607	40.207	42.755	51.237

(a) Refere-se a autos de infração lavrados pela fiscalização municipal decorrente de: (i) apuração e recolhimento, por parte da Sociedade, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN na modalidade SPL - Sociedade de Profissional Liberal, durante o período compreendido entre janeiro de 1998 a dezembro de 2002. Em 18 de janeiro de 2008, a Sociedade parcelou o referido débito em 180 meses; (ii) recolhimento a menor de ISSQN durante o período de janeiro de 2003 a julho de 2007 cujo parcelamento inicial para pagamento em 60 meses, obtido em 6 de setembro de 2007, foi renegociado em setembro de 2008, em função da compensação de parte dos valores em aberto com precatórios municipais adquiridos pela Sociedade.

(b) Refere-se a auto de infração lavrado pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, em função de emissão de documento fiscal não autorizado pelo referido órgão no período de 1998 a 2002. Em 18 de janeiro de 2008, a Sociedade parcelou o referido débito em 180 meses. Em dezembro de 2010, houve redução do valor parcelado em função da proposição de Lei nº 306/10 da Câmara Municipal de Belo Horizonte, datada de 29 de dezembro de 2010 (transformada na Lei nº 10.082/11 em 12 de janeiro de 2011), que reduziu de 5% para 1% a multa por emissão documento fiscal diverso daquele estabelecido pela legislação tributária municipal.

(c) A Sociedade, com base na Lei Federal nº 11.941, de 27 de maio de 2009, formalizou a opção pelo programa de parcelamento instituído pela referida legislação. Dessa forma, todos os débitos incluídos em parcelamentos federais anteriores, bem como obrigações decorrentes de disputas administrativas e judiciais no que tange a processos tributários e previdenciários foram migrados para este programa. Sobre os valores foram aplicados os percentuais de redução para parcelamento em até 180 parcelas.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) A Sociedade, com base na Lei Federal nº 12.996, de 18 de junho de 2014, formalizou a opção pelo programa de parcelamento instituído pela referida legislação. Dessa forma, outros débitos foram incluídos em parcelamentos federais ordinários, bem como obrigações decorrentes de disputas administrativas e judiciais no que tange a processos tributários foram migrados para este programa. Sobre os valores foram aplicados os percentuais de redução para parcelamento em até 30 parcelas.

(e) Refere-se ao auto de infração lavrado pela Receita relativo a aproveitamento de créditos de PIS e COFINS considerados indevidos no ano de 2011. Em 2015, a Sociedade formalizou a opção pelo parcelamento ordinário em 60 (sessenta) parcelas.

16 Provisão para riscos

A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões de natureza fiscal, reclamações trabalhistas e processos cíveis. As provisões para riscos são determinadas com base em análises das ações judiciais em curso, autuações e avaliações de riscos onde os prognósticos de perda são considerados prováveis pela administração e pelos seus consultores jurídicos. A composição e a movimentação da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são assim demonstradas.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Fiscal (a)	2.819	1.548	2.819	1.548
Trabalhistas (b)	3.106	2.979	4.435	4.786
Cíveis (c)	3.589	2.125	3.711	2.291
	<u>9.514</u>	<u>6.652</u>	<u>10.965</u>	<u>8.625</u>
Depósitos judiciais (realizável a longo prazo)	<u>4.068</u>	<u>1.941</u>	<u>6.032</u>	<u>3.889</u>

A movimentação da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Saldo inicial	6.652	5.540	8.625	6.905
Adições	7.880	4.585	8.378	5.615
Pagamentos	(4.135)	(2.672)	(4.178)	(2.921)
Reversões (d)	(883)	(801)	(1.860)	(974)
Saldo final	<u>9.514</u>	<u>6.652</u>	<u>10.965</u>	<u>8.625</u>

Com referência aos processos classificados como de risco de perda provável, destacam-se as seguintes discussões na Sociedade e em suas controladas.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Fiscais

As provisões para riscos fiscais referem-se, principalmente a:

- (i) Autos de infração lavrados pela Prefeitura Municipal de Contagem - MG, decorrentes do recolhimento a menor, entre junho de 2002 e junho de 2003 e respectivas multas por descumprimento de obrigações acessórias. O montante reconhecido em 31 de dezembro de 2015 é de R\$709 (R\$629 em 31 de dezembro de 2014);
- (ii) Mandado de Segurança objetivando afastar a incidência do imposto de renda retido na fonte - IRRF sobre os valores apurados a título de correção monetária dos depósitos judiciais, cujo montante é de R\$584 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 514 em 31 de dezembro de 2014).
- (iii) Mandado de segurança objetivando promover o desembaraço aduaneiro e a liberação de bens importados, sem comprovação de recolhimento do ICMS pelo fornecedor. Em 31 de dezembro de 2015, o valor discutido monta em R\$ 424 (R\$ 379 em 31 de dezembro de 2014).
- (iv) Liminar em Mandato de Segurança determinando ao INSS se abstenha de exigir a contribuição previdenciária incidente sobre a verba para seus empregados nos prazos 15 dias de afastamento por motivo de doença ou acidente, sobre o aviso prévio indenizado e o adicional de 1/3 de férias. Em 31 de dezembro de 2015, o valor discutido monta em R\$ 1.068.

(b) Trabalhistas

No que diz respeito aos processos trabalhistas em geral, as matérias discutidas são: (i) horas extras; (ii) adicional de insalubridade e periculosidade; (iii) comissões; (iv) equiparação salarial; e (v) danos morais e materiais. Considerando as perdas históricas efetivamente liquidadas, a Administração do Grupo considera que a provisão constituída é suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

O total de reclamações trabalhistas nas quais a Sociedade é parte, em 31 de dezembro de 2015, monta em aproximadamente R\$8.762 (R\$8.373 em 31 de dezembro de 2014), dos quais, a Administração da Sociedade, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão para riscos no montante de R\$3.106 (R\$2.979 em 31 de dezembro de 2014).

(c) Cíveis

A provisão para risco de natureza cível é constituída com base em critérios objetivos, tendo por base a análise individual das ações. O julgamento da probabilidade de desfecho desfavorável é feito com base na análise da Administração, em conjunto com os advogados da Sociedade. Em 31 de dezembro de 2015, o total de reclamações de natureza cível monta em aproximadamente R\$18.056 (R\$20.593 em 31 de dezembro de 2014), dos quais a Administração da Sociedade constituiu provisão para riscos no montante de R\$3.589 (R\$2.125 em 31 de dezembro de 2014).

(d) Principais reversões

Nos exercícios de 2015 e 2014, as principais reversões ocorreram nas provisões trabalhistas, em função de acordos praticados.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Processos com risco de perda possível

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui um montante de aproximadamente R\$10.647 (R\$2.265 em 2014) referentes a outros processos classificados como risco de perda possível pelos seus assessores legais, referentes a questões tributárias.

17 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Os créditos tributários podem ser assim demonstrados

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Ativo:				
Créditos constituídos sobre:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.002	1.795	2.359	2.017
Provisão para riscos	3.235	2.262	3.406	2.556
Provisão para tributos sobre receitas a faturar	478	368	516	414
Provisão outras despesas temporariamente indedutíveis	470	1.064	507	1.736
Provisão para perda de glosas			412	
Prejuízo fiscal			1.400	
Ativo fiscal diferido proveniente de ágio em incorporação reversa (i)	35.748	40.855	35.748	40.855
Provisão PLR	1.596		1.596	
Outros	1.222	587	1.310	2.187
	<u>44.751</u>	<u>46.931</u>	<u>47.254</u>	<u>49.765</u>
Passivo:				
Custo atribuído ao ativo imobilizado (iii)	2.618	3.164	3.133	3.735
Atualização opção de compra de investimento	717	1.898	717	1.898
	<u>3.335</u>	<u>5.062</u>	<u>3.850</u>	<u>5.633</u>
Total ativo (líquido)	<u>41.416</u>	<u>41.869</u>	<u>43.404</u>	<u>44.132</u>
Impostos diferidos sobre ágio alocado (ii)			3.062	3.538
Total passivo (consolidado)			<u>3.062</u>	<u>3.538</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2012 a Sociedade incorporou a investidora GIF Aperana Participações S.A., cujo saldo do ágio anteriormente registrado na investidora foi integralmente provisionado no momento da incorporação gerando um crédito tributário no valor de 34% do valor do ágio. Referido crédito tributário foi reconhecido em reserva especial de ágio na incorporação em contrapartida de imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, que está sendo utilizado pela companhia desde 2013 até 2018.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos em combinação de negócios, em decorrência da mais valia de ativos identificados não reconhecidos anteriormente, conforme abaixo demonstrado:

	Consolidado	
	2015	2014
Ativos totais identificados a valor justo	36.664	36.664
(-) Ativos já reconhecidos anteriormente	(20.563)	(20.563)
(-) Realização por depreciação e amortização	(7.094)	(5.696)
Mais valia proveniente da aquisição de controladas, líquida	<u>9.007</u>	<u>10.405</u>
Impostos sobre a mais valia em combinação de negócios (34%)	<u>3.062</u>	<u>3.538</u>

(iii) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado, conforme mencionado na Nota Explicativa 2.7.4.

Em 31 de dezembro de 2015, com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo ativo de imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre diferenças intertemporais é demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
2015	10.588	12.886
2016	4.820	4.786
2017	5.179	5.144
2018	5.179	5.144
2019 em diante	<u>15.650</u>	<u>15.444</u>
Total	<u>41.416</u>	<u>43.404</u>

As declarações de rendimentos da Sociedade estão sujeitas à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Outros impostos, taxas e contribuições estão também sujeitas a estas condições, conforme legislação aplicável.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Imposto de renda e contribuição social - conciliação entre as despesas nominal e efetiva

A conciliação entre as despesas nominal e efetiva do imposto de renda e contribuição social para os exercícios é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	131.434	128.696	135.234	131.445
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculado à alíquota nominal	(44.688)	(43.757)	(45.980)	(44.691)
Ajustes à despesa nominal:				
Resultado de equivalência patrimonial	2.901	760		
Efeito sobre resultados de controladas tributadas pelo lucro presumido			769	609
Gratificações a diretores		(1.091)		(1.091)
Doações indedutíveis	(415)	(148)	(415)	(148)
Outras exclusões (adições), líquidas	783	(424)	1.224	(1.732)
Imposto de renda e contribuição social	(41.419)	(44.660)	(44.402)	(47.053)

18 Obrigações por compra de investimentos

	2015	2014
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	8.684	5.575
Laboratório Padrão S.A.	3.317	14.780
Diagpar Holding S.A.	5.871	3.543
	17.872	23.898
Circulante		11.085
Não circulante	17.872	12.813

Na data de aquisição dos investimentos listados acima, a Companhia outorgou aos proprietários das participações não controladoras, opções para que estes a seu exclusivo critério, vendam a totalidade das ações detidas por eles nas controladas “Laboratório Padrão”; “Diagpar Holding” e “IHP Digimagem Medicina Diagnóstica”. Na mesma data, os proprietários das participações não controladoras outorgaram à Sociedade opções para que a mesma a seu exclusivo critério, compre o restante das ações detidas pelos não controladores nas empresas antes mencionadas.

As opções foram precificadas com base no valor justo das ações, com base nas condições contratadas, na data de encerramento destas demonstrações financeiras.

Em 08 de dezembro de 2015, a sociedade adquiriu, 15% da participação do Laboratório Padrão S.A, restando ao sócio minoritário parcela de 5% de participação.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As opções podem ser exercidas em até 45 dias contados dos aniversários da data de assinatura de cada acordo, assim sendo:

Opções de venda que poderão ser exercidas pelos não controladores quando

i) Com a maturação dos vencimentos definidos contratualmente, apresentados a seguir:

Empresa	Vencimento		
	Primeiro	Segundo	Terceiro
Laboratório Padrão S.A.	Incorrido	04/07/2017	
Diagpar Holding S.A.	24/07/2018	24/07/2019	24/07/2020
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.		Indeterminado	

ii) Caso seja aprovada a oferta pública da Companhia, os acionistas não controladores terão direito de solicitar que sejam iniciados os procedimentos para o exercício da opção de venda do total de suas ações, podendo ser a liquidação dessa operação através de troca de ações da Companhia ou em dinheiro.

Opções de compra que poderão ser exercidas pela controladora quando

i) Determinadas obrigações assumidas em contrato não forem cumpridas pelos não controladores;
ii) Com a maturação dos vencimentos definidos contratualmente, apresentados a seguir:

Empresa	Vencimento		
	Primeiro	Segundo	Terceiro
Laboratório Padrão S.A..	04/07/2017		
Diagpar Holding S.A.	24/07/2021	24/07/2022	24/07/2023
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.		Indeterminado	

19 Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Adiantamentos de clientes	74	1.254	1.770	3.089
Obrigações vinculadas (a)	9.311	8.546	9.311	8.546
Outros	2.078	2.084	3.504	5.491
	11.463	11.884	14.585	17.126
Circulante	373	2.219	3.495	7.461
Não circulante	11.090	9.665	11.090	9.665

(a) As obrigações vinculadas referem-se a retenções de valores dos pagamentos aos vendedores na compra das controladas, IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A., Biocod Biotecnologia Ltda., Diagpar Holding S.A. e Laboratório Padrão S.A., que serão disponibilizados aos vendedores após o cumprimento de determinadas cláusulas contratuais existentes em acordo de aquisição de controle societário. Essas obrigações estão garantidas por aplicações financeiras efetuadas pela Companhia, com utilização restrita.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Obrigações vinculadas	9.311	8.546
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 8)	<u>(7.870)</u>	<u>(7.360)</u>
	<u>1.441</u>	<u>1.186</u>

20 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o capital da Companhia está representado por 3.633.665 ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal. As ações do capital social são assim distribuídas:

	<u>Ações ordinárias normativas</u>	<u>Participação %</u>
AP Participações e Gestão de Negócios Eireli	825.965	22,73%
RP Participações e Gestão de Negócios Eireli	825.965	22,73%
VP Participações e Gestão de Negócios Eireli	825.965	22,73%
Aurea Maria Pardini	21.890	0,60%
Regina Pardini	21.890	0,60%
Victor Pardini	21.890	0,60%
GIF IV Fundo de Investimentos e Participações	<u>1.090.100</u>	<u>30,01%</u>
Total	<u><u>3.633.665</u></u>	<u><u>100,00%</u></u>

Na data desta demonstração, o capital social autorizado é de R\$ 2.000.000 (dois bilhões de reais).

(b) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está composta por:

<u>Descrição</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Constituição de reserva especial de ágio na incorporação	51.069	51.069
Incorporação de controladora	<u>21</u>	<u>21</u>
	<u>51.090</u>	<u>51.090</u>

Em 31 de dezembro de 2012 a Sociedade incorporou a investidora GIF Aperana Participações S.A., cujo saldo do ágio anteriormente registrado na investidora foi integralmente provisionado no momento da incorporação gerando reserva especial de ágio na incorporação no montante de 34% sobre o valor do ágio, registrado como imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Destinação do resultado

- (i) **Reserva legal:** de acordo com o artigo nº 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal somada às reservas de capital supera em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos. Em 2015 foi constituída reserva legal no valor de R\$4.385 (R\$4.318 em 2014), conforme demonstrado no quadro em (iii), abaixo.
- (ii) **Reserva de retenção de lucros:** A administração é responsável pela destinação do lucro de acordo com o estatuto social ou seu instrumento legal e pela observância da legislação societária que trata do assunto e foi dado cumprimento ao estabelecido. Os lucros excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios têm sido transferidos para a conta de reserva de retenção de lucros. Em 31 de dezembro de 2015, em decorrência do lucro auferido no exercício, as reservas de lucros superaram o capital social da Companhia. Em cumprimento ao artigo 199 da Lei 6.404/76, os acionistas da Companhia deliberaram, em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 9 de dezembro de 2016 e 30 de janeiro de 2017, pela distribuição de dividendos contra o saldo da reserva de retenção de lucros, conforme descrito na Nota 34.
- (iii) **Dividendos mínimos obrigatórios:** aos acionistas é assegurado o dividendo mínimo estatutário de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária brasileira, após a constituição da reserva legal, quando aplicável.

A Sociedade reconhece os dividendos a pagar em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização dos Pagamentos Dividendos, ou seja, os valores somente são registrados no passivo como dividendos a pagar quando aprovados pela Assembleia de Acionistas, exceto o dividendo mínimo obrigatório, que é reconhecido nas demonstrações financeiras ao final do exercício, independentemente de já terem sido ratificados pela referida assembleia.

Os cálculos dos dividendos mínimos obrigatórios relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro líquido do exercício	90.015	84.036
Efeito líquido de reversão de PCLD de 2014 (refazimento em 2014)	<u>(2.319)</u>	<u>2.319</u>
Lucro líquido base para efeitos estatutários	87.696	86.355
Reserva legal (5%)	<u>(4.385)</u>	<u>(4.318)</u>
Base de cálculo dos dividendos obrigatórios	83.311	82.037
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R\$ 5,78 por ação (2014- R\$ 5,64 por ação))	20.829	20.509
Dividendos intercalares	<u>(4.201)</u>	<u>(4.201)</u>
Dividendos a pagar	<u>16.228</u>	<u>16.308</u>

Em 2015, a Sociedade antecipou R\$ 4.201 (R\$ 4.201 em 2014), a título dividendos sobre o resultado deste exercício.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se ao valor atribuído ao custo do ativo imobilizado mencionado na Nota Explicativa 2.7.4, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos. A movimentação do ajuste de avaliação patrimonial ocorrida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 pode ser assim demonstrada:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldo inicial	6.143	9.772
Baixa líquida de ativos		(2.579)
Realização por depreciação	<u>(1.059)</u>	<u>(1.050)</u>
Saldo final	<u><u>5.084</u></u>	<u><u>6.143</u></u>

(e) Participações não controladoras

As participações não controladoras reconhecidas na data de aquisição nas demonstrações financeiras consolidadas foram mensuradas inicialmente com base no valor justo dos ativos líquidos das investidas e, após a data de aquisição, através das movimentações destas empresas controladas, e totalizavam R\$2.649 em 31 de dezembro de 2015 (R\$3.921 em 2014).

21 Receita líquida de prestação de serviços

A conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício é apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita bruta de prestação de serviços	674.548	607.220	825.857	745.204
(-) Provisão para glosas	969	(330)	56	(1.521)
(-) Vendas canceladas e outros abatimentos	(2.014)	(1.626)	(3.733)	(1.684)
(-) Impostos sobre serviços	<u>(40.031)</u>	<u>(36.253)</u>	<u>(50.394)</u>	<u>(45.470)</u>
Receita líquida de prestação de serviços	<u><u>633.471</u></u>	<u><u>569.011</u></u>	<u><u>771.786</u></u>	<u><u>696.529</u></u>

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Informações sobre a natureza dos custos e das despesas reconhecidas na demonstração dos resultados

A Sociedade apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração dos resultados é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Material direto e de consumo	161.524	140.348	175.977	155.203
Serviços técnicos especializados	18.578	14.804	22.537	20.531
Depreciação e amortização	27.339	28.670	34.456	36.417
Despesas com salários, encargos sociais e benefícios a empregados	150.666	130.827	197.773	175.485
Despesas com aluguéis de imóveis e veículos	20.359	18.627	30.604	28.373
Despesas com consultoria e serviços	33.282	30.806	47.813	45.674
Despesas com fretes e carretos	34.538	33.156	36.979	34.818
Aluguel e manutenção de máquinas e equipamentos	17.303	12.391	21.090	15.768
Despesas com energia elétrica	8.088	4.946	11.114	6.621
Despesas com telefonia e telecomunicações	3.490	3.275	5.063	4.291
Manutenção de instalações e sistemas	6.774	6.259	7.914	7.442
Outras despesas	20.522	21.584	30.950	27.067
Total	502.463	445.693	622.270	557.690
Classificado como:				
Custo dos serviços prestados	406.357	360.568	507.325	457.670
Despesas com vendas	47.409	40.045	54.658	41.346
Despesas gerais e administrativas	48.697	45.080	60.287	58.674
Total	502.463	445.693	622.270	557.690

23 Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(1.095)	(994)	(596)	(1.583)
Perda na alienação de ativo imobilizado	(345)	(221)	(38)	(1.829)
Taxa de coleta domiciliar e outras	1.598	3.235	1.573	3.390
Multas fiscais		(635)		(1.188)
Outros, líquidos	(2.260)	(780)	(941)	(1.783)
	(2.102)	605	(2)	(2.993)

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receitas financeiras				
Receita de aplicações financeiras	15.260	9.138	15.539	9.413
Atualização monetária	206	330	510	640
Receitas de empréstimos de mútuos	4.801	3.518	32	63
Descontos obtidos	125	371	136	615
Atualização compromisso por compra de investimento	1.586	5.582	1.586	5.582
Outras receitas financeiras	2.073	976	2.255	1.010
	<u>24.051</u>	<u>19.915</u>	<u>20.058</u>	<u>17.323</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(9.681)	(10.451)	(10.135)	(11.208)
Comissões bancárias	(1.202)	(827)	(1.629)	(996)
Atualização de passivos comerciais e tributários	(4.794)	(5.564)	(6.256)	(7.621)
Descontos concedidos	(602)	(876)	(1.959)	(891)
Impostos de operações financeiras	(12)	(10)	(435)	(408)
Atualização dívida por opção de compra de investimento	(5.059)		(5.059)	
Despesa com empréstimos de mutuo			(7)	
Outras despesas financeiras	(2.657)	(73)	(2.682)	(158)
	<u>(24.007)</u>	<u>(17.801)</u>	<u>(28.162)</u>	<u>(21.282)</u>
Variação cambial				
Receita de variação cambial	2.326	1.770	2.388	1.777
Despesas de variação cambial	(8.373)	(2.214)	(8.564)	(2.219)
	<u>(6.047)</u>	<u>(444)</u>	<u>(6.176)</u>	<u>(442)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(6.003)</u>	<u>1.670</u>	<u>(14.280)</u>	<u>(4.401)</u>

25 Benefícios a empregados

(a) Plano de previdência privada

A Sociedade patrocina com o propósito de suplementar a aposentadoria de seus funcionários, um plano restrito a colaboradores com vínculo empregatício, contratado com a seguradora Sul América S.A., que possui como principal característica o fato da patrocinadora não ter a obrigação legal ou constituída de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos, caracterizando-se como um plano de contribuição definida. Atualmente, a Sociedade contribui com o mesmo montante depositado pelo funcionário, limitado a 1,8% da remuneração total.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, estes pagamentos foram de R\$533 (R\$441 em 31 de dezembro de 2014).

Seguro de vida

A Sociedade possui a política de seguro de vida a todos os seus colaboradores, onde o custo é totalmente pago pela Sociedade.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, estes pagamentos foram de R\$226 (R\$296 em 31 de dezembro em 2014).

(b) Seguro saúde

O seguro saúde é oferecido aos colaboradores, de acordo com os critérios definidos em política interna, onde a Sociedade é responsável pelo pagamento de todo o prêmio da apólice. O plano de saúde oferecido abarca apenas os colaboradores e para os dependentes, a Sociedade tem a política de negociar um valor diferenciado com a seguradora, com débito de todo o prêmio devido pelo colaborador em folha de pagamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 os valores correspondentes ao custo de Seguro Saúde pagos pela Sociedade foram de R\$5.379 (R\$4.573 em 31 de dezembro de 2014).

(c) Benefícios pós-emprego

A Sociedade não concede benefícios pós-emprego, tais como complemento de aposentadoria, seguro e assistência médica, nem remuneração com base em participações em ações de seus administradores.

26 Transações com partes relacionadas

Os saldos a receber de partes relacionadas, e suas respectivas taxas de remuneração em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são os seguintes:

Mutuário	Controladora		Taxa
	2015	2014	
Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	30.830	26.790	CDI + 3,5% a.a.
Laboratório Pro Abordagem Progenética	30		CDI + 3,5% a.a.
Centro Diferenciado de Diagnóstico por Imagem	367	522	CDI + 3,5% a.a.
Laboratório Padrão S.A.		2.489	CDI + 3,5% a.a.
Diagnostika Uni Diag.em Pat. Cir. e Cit. Ltda.		1.880	CDI + 3,5% a.a.
Mútuo MCF Serviços Médicos Ltda.	163	363	2,059% ao trimestre
	<u>31.390</u>	<u>32.044</u>	

A administração considera que não são requeridas garantias para as transações de mutuos com as empresas do grupo. As vigências dos contratos de mutuos são por prazos indeterminados.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os saldos de dividendos a receber, demonstrados no balanço patrimonial da controladora referem-se às parcelas dos dividendos mínimos obrigatórios calculados pelas seguintes controladas:

Dividendos a receber	2015	2014
Laboratório Padrão S.A.	3.254	2.184
Diagpar Holding. S.A	1.751	699
Centro Diferenciado de Diagnóstico por Imagem	31	
Laboratório Pro Abordagem - Progenética	416	470
	<u>5.452</u>	<u>3.353</u>

Os saldos a receber com partes relacionadas não eliminados na consolidação são os seguintes:

Mutuário	Consolidado		
	2015	2014	Taxa
Mútuo MCF Serviços Médicos Ltda.	163	363	2,059% a.t.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade realizou as seguintes transações com partes relacionadas:

Controladora	Receita de serviços prestados	Receitas financeiras
Laboratório Pro Abordagem - Progenética	129	10
Biocod Biotecnologia Ltda.	354	2
Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	3.287	4.517
Centro Diferenciado de Diagnóstico por Imagem		56
Laboratório Padrão S.A.	4.015	76
Diagnóstika - Unidade Diagnóstica Patologia Cirúrgica Citologia	11	109
	<u>7.796</u>	<u>4.770</u>

As receitas de serviços prestados têm registros contábeis correspondentes como custos pelas empresas tomadoras de serviços, não havendo lucro não realizado nas transações entre as empresas do Grupo.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Operações de aluguel (ii)

	Controladora	
Ativo circulante – outros ativos	31/12/2015	31/12/2014
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	35	35
	<u>35</u>	<u>35</u>

	Controladora	
Outras receitas operacionais	31/12/2015	31/12/2014
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	422	352
	<u>422</u>	<u>352</u>

(ii) Valores correspondentes à rateio de aluguel de imóvel

(b) Centro de serviços compartilhados (CSC)

Os serviços compartilhados incorridos e transferidos para as controladas em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 estão demonstrados a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	4.034	3.586
Diagnóstika - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica	2.118	1.937
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica	269	249
Centro Diferenciado de Diagnóstico por Imagem	103	91
Diagnóstico Por imagem Sete Lagoas Ltda	93	69
Laboratório Padrão S.A.	1.408	1.062
	<u>8.025</u>	<u>6.994</u>

Além das transações acima, há transações com outras partes relacionadas, que não fazem parte do Grupo, as quais consistem em despesas de aluguel de imóveis de propriedade da EIVA - Empresa de Empreendimentos Imobiliários Vista Alegre, cujos cotistas são AP Participações e Gestão de Negócios Eireli, VP Participações e Gestão de Negócios Eireli, RP Participações e Gestão de Negócios Eireli, totalizando R\$9.007 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (R\$8.497 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014).

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<i>Ativos financeiros:</i>				
<u>Empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	181.356	161.471	188.701	170.668
Contas a receber de clientes	103.117	73.026	125.137	96.786
Exposição a Riscos Cambiais	29.839	7.163	29.839	7.163
Depósitos judiciais	4.068	1.941	6.032	3.889
Dividendos a receber	5.452	3.353		
Outros Hedge	1.369		1.369	
Créditos com empresas ligadas	31.390	32.044	163	363
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Aplicações Financeiras Vinculadas	7.870	7.360	7.870	7.360
<i>Passivos financeiros:</i>				
<u>Outros passivos mensurados ao custo amortizado:</u>				
Fornecedores	70.715	57.493	75.607	62.932
Empréstimos e financiamentos	134.095	117.606	141.571	125.042
Dividendos a pagar	16.628	16.308	17.030	16.908
Débitos com empresas ligadas		741		741
Parcelamentos tributários	40.167	46.833	52.254	60.579
Obrigação por compra de investimentos	17.872	23.398	17.872	23.898

Estimativa do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de determinados ativos e passivos financeiros. O valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.
- Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Com exceção do instrumento financeiro derivativo (*swap*), reconhecido pelo valor justo, a Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois:

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- i. As taxas contratadas dos empréstimos e financiamentos para transações similares de FINAME e FINEP são próximas às taxas de juros atualmente praticadas no mercado, e/ou;
- ii. O vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às dos balanços.

Os principais fatores de riscos inerentes às operações da Companhia são expostos a seguir:

(a) Gestão do risco de capital

O Grupo administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

O Grupo não está sujeito a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia e de suas controladas. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento.

- (b)** Exposição a riscos de taxas de juros: o Grupo está exposto a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos e financiamentos contratados vinculados, principalmente ao CDI e taxas pré-fixadas.

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou um cenário provável de variação das taxas de juros de seus passivos financeiros (CDI em 14,25% ao ano), de acordo com a data de vencimento de cada operação. Tais taxas foram estressadas em -25% e -50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

			Controladora			
			2015			
			Efeito no resultado			
	Indexador	Risco	Valor	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Aplicações financeiras	CDI	Baixa do CDI	164.046	23.377	17.532	11.688
Empréstimos e financiamentos	CDI	Baixa do CDI	(54.639)	(7.786)	(5.840)	(3.893)
Exposição líquida			109.407	15.591	11.692	7.795

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado						
2015						
Efeito no resultado						
	Indexador	Risco	Valor	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Aplicações financeiras	CDI	Baixa do CDI	167.018	23.800	17.850	11.900
Empréstimos e financiamentos	CDI	Baixa do CDI	(54.639)	(7.786)	(5.840)	(3.893)
Exposição líquida			112.379	16.014	12.010	8.007

Passivos financeiros não derivativos:

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os passivos financeiros não derivativos são: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos derivativos para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e de taxa variável de juros. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge, nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*).

- (c) Concentração de risco de crédito: decorre da possibilidade de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. As atividades operacionais da Companhia, principalmente em relação às contas a receber, e as atividades de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros, geram exposição da Companhia ao mencionado risco de crédito. Para mitigar esses riscos, a Administração do Grupo acompanha rigorosamente os fluxos de recebíveis, além de fazer o acompanhamento permanente das posições em aberto. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.
- (d) Exposição a riscos cambiais: o resultado das operações do Grupo é afetado pelo risco de oscilações das taxas de câmbio, pois uma parcela de suas obrigações é denominada em moedas estrangeiras (euro e dólar norte-americano). Estes riscos são avaliados e, se necessários, mitigados pela área financeira, que monitora periodicamente os fluxos financeiros e operacionais do Grupo.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo possui os seguintes passivos em moeda estrangeira, que podem afetar o seu resultado pelas variações das taxas de câmbio:

	Moeda	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Fornecedores	EUR	906	2.369	917	2.383
Fornecedores	USD	1.073	868	1.073	868
Empréstimos e financiamentos	USD	19.346	22.576	19.346	22.576
Swap Cambial	USD	(19.346)	(22.576)	(19.346)	(22.576)

A Companhia contratou swaps visando se proteger do aumento da cotação do dólar, que influencia diretamente nos contratos de financiamentos. Os efeitos no resultado são reconhecidos em “receitas financeiras”, em contrapartida de “Instrumentos financeiros passivos” para o saldo de diferencial a pagar e em “Instrumentos financeiros ativos” para o saldo de diferencial a receber. As principais condições contratuais são as seguintes:

	Vencimento	Valor Nominal 31/12/2015	Posição ativa		Posição passiva		Controladora e Consolidado Valor justo 31/12/2015
			Indexador	Taxa (% a.a.)	Indexador	Taxa (% a.a.)	
Itaú	05/07/2018	50.000	USD	2,82%	CDI	1,50	29.839

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de risco cambial do Grupo, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

Adicionalmente o Instituto Hermes Pardini possui NDF (“Non – Deriverable Foward”) contratos de proteção cambial para as compras em moeda estrangeira em dólar, que no mês de dezembro de 2015 totalizavam US\$12.000 milhões relativos aos meses de janeiro a dezembro de 2016.

	Vencimento	Valor Nominal 31/12/2015	Controladora e consolidado		Valor justo 31/12/2015
			Forward média		
Itaú e Santander	12/12/2016	48.695	4,0579	1.369	

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou um cenário provável de variação das taxas de câmbio de seus passivos financeiros, de acordo com a data de vencimento de cada operação. As taxas de câmbio prováveis utilizadas foram:

Moeda	Cotações prováveis
Dólar norte-americano	R\$ 3,9977
Euro	R\$ 4,4108

Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir, é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações nas taxas de câmbio sobre a exposição cambial líquida do Grupo:

	31/12/2015			
	Controladora			
	Base	Provável	Possível	Remoto
Exposição líquida em EUR – Fornecedores	(3.865)	(3.996)	(4.995)	(5.994)
Exposição líquida em USD – Fornecedores	(4.208)	(4.062)	(4.062)	(4.062)
Exposição líquida em USD – Empréstimos	(75.895)	(77.340)	(96.675)	(116.010)
Instrumentos financeiros derivativos – SWAP (ponta ativa)	<u>46.056</u>	<u>46.933</u>	<u>58.666</u>	<u>70.400</u>
Exposição ativa (passiva) líquida após derivativos	<u>(37.912)</u>	<u>(38.465)</u>	<u>(47.066)</u>	<u>(55.666)</u>
Efeito líquido da variação cambial – ganho / (perda)		(553)	(9.154)	(17.754)
				31/12/2015
				Consolidado
	Base	Provável	Possível	Remoto
Exposição líquida em EUR – Fornecedores	(3.905)	(4.045)	(5.056)	(6.068)
Exposição líquida em USD - Fornecedores	(4.208)	(4.062)	(4.062)	(4.062)
Exposição líquida em USD – Empréstimos	(75.895)	(77.340)	(96.675)	(116.010)
Instrumentos financeiros derivativos – SWAP	<u>46.056</u>	<u>46.933</u>	<u>58.666</u>	<u>70.400</u>
Exposição ativa (passiva) líquida após derivativos	<u>(37.952)</u>	<u>(38.514)</u>	<u>(47.127)</u>	<u>(55.740)</u>
Efeito líquido da variação cambial – ganho / (perda)		(562)	(9.175)	(17.788)

- (e) **Risco de liquidez:** o risco de liquidez consiste na eventualidade de o Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com as obrigações associadas aos passivos financeiros em função dos diferentes prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações. O Grupo estrutura os vencimentos dos seus empréstimos e financiamentos conforme demonstrado na nota explicativa nº14. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é efetuado diariamente pelas suas áreas de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos e/ou aportes de capitais dos acionistas, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

	Controladora			
	até 1 ano	entre 1 e 2 anos	mais de 2 anos	Total
<i>Ativo</i>				
Contas a receber	103.117			103.117
Partes relacionadas		31.390		31.390
<i>Passivo</i>				
Fornecedores	70.715			70.715
Empréstimos e financiamentos	32.214	42.028	59.853	134.095
Parcelamento de impostos	6.560	5.016	28.591	40.167
Outras contas a pagar	373		11.090	
Contas a pagar - aquisição de empresas		17.872		17.872

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	até 1 ano	entre 1 e 2 anos	mais de 2 anos	Total
<i>Ativo</i>				
Contas a receber	125.137			125.137
Partes Relacionadas		163		163
<i>Passivo</i>				
Fornecedores	75.607			75.607
Empréstimos e financiamentos	33.964	44.031	63.576	141.571
Parcelamento de impostos	9.499	6.683	36.072	52.254
Outras contas a pagar	3.495		11.090	
Contas a pagar - aquisição de empresas		17.872		17.872

28 Informações por segmentos operacionais

As atividades desenvolvidas pela Companhia dividem-se, basicamente, nas seguintes áreas:

(i) Unidades de Atendimento (PSC)

São atendimentos direto ao cliente pela Companhia através de suas Unidades de Atendimento, que engloba os serviços incluídos no segmento Unidades de Atendimento, conforme descrito no Contexto Operacional (Nota Explicativa 1).

(ii) Laboratórios de Referência (lab-to-lab)

Referem-se a serviços de apoio a laboratórios conveniados em todo o território nacional através de uma grande capilaridade logística, sistemas de TI integrados, incluindo os exames conforme descrito no Contexto Operacional (Nota Explicativa 1), através das marcas “Hermes Pardini”, “Diagnóstika” e “Progenética”.

Desta forma, a Administração do Grupo IHP efetua análises baseada em dois segmentos de negócio relevantes, quais sejam: laboratórios de referências e unidades de atendimentos.

	Apoio		Unidade		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Ágio	38.286	38.286	80.178	80.178	118.464	118.464
Imobilizado	875	1.008	1.489	2.194	2.364	3.202
Marcas e patentes	50	76	1.320	2.058	1.370	2.134
Contratos com clientes	1.404	1.518	72	82	1.476	1.600
Outros	341	369			341	369
Ativos não alocados					679.908	580.049
Total do ativo					803.923	705.818

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações dos resultados consolidados por segmento operacional são como segue:

	Apoio		Unidade		Eliminações /Reclassificações		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Receita Líquida	439.938	398.552	339.937	303.445	(8.089)	(5.468)	771.786	696.529
Custos	(269.881)	(249.133)	(242.921)	(210.982)	5.477	2.445	(507.325)	(457.670)
Lucro Bruto	170.057	149.419	97.016	92.463	(2.612)	(3.023)	264.461	238.859
Despesas Operacionais:								
Com Vendas	(39.834)	(30.212)	(14.825)	(11.134)			(54.658)	(41.346)
Gerais, Administrativas e outras	(29.971)	(25.802)	(31.593)	(36.582)	1.276	717	(60.289)	(61.667)
Resultado antes das despesas, financeiras líquidas (EBIT)	<u>100.252</u>	<u>93.405</u>	<u>50.598</u>	<u>44.747</u>	<u>(1.336)</u>	<u>(2.306)</u>	<u>149.514</u>	<u>135.846</u>
Despesas financeiras, líquidas							(14.280)	(4.401)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social							135.234	131.445
Imposto de renda e contribuição social							(44.402)	(47.053)
Lucro líquido							<u>90.832</u>	<u>84.392</u>

29 Remuneração de administradores

A Sociedade é administrada por um conselho de administração composto por cinco membros. A remuneração anual aprovada para o conselho de administração e alta direção durante o exercício está demonstrada a seguir:

	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014
Conselho de Administração:		
Remuneração	421	421
Benefícios	72	63
Administração e Diretoria Executiva:		
Honorários e remuneração	5.661	3.607
Participação nos lucros e resultados	892	1.152
Benefícios	272	254
Encargos sociais	2.127	1.790
	<u>9.445</u>	<u>7.287</u>

30 Seguros (não auditado)

É política da Sociedade e de suas controladas manter cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Sociedade possuía apólices de seguro com indenização máxima prevista de R\$320.715, em que estão cobertos, entre outros, incêndios, alagamentos, acidentes de trabalho, danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O).

Todas as apólices de seguros foram contratadas em Sociedades de seguros do mercado brasileiro.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As premissas de riscos adotados, devida à sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

31 Lucro líquido por ação

O resultado por ação foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da investida no período findo em 31 de dezembro de 2015 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias da Companhia em circulação neste período, comparativamente com o período findo em 31 de dezembro de 2014, conforme a tabela abaixo. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015, não houve alteração na quantidade de ações ordinárias e também não existem situações que possam provocar diluição.

	Controladora	
	2015	2014
Lucro líquido do exercício	90.015	84.036
Número efetivo de ações (quantidade em milhares)	3.634	3.634
Resultado por ação básico e diluído- R\$	24,77	23,12

32 Compromissos futuros

- (a) Contratos de aluguéis: a Sociedade possui contratos de aluguel de imóveis relacionados às suas unidades de atendimentos, postos de coletas e unidades administrativas. Em sua grande maioria estes contratos são mantidos com a parte relacionada Empreendimentos Imobiliários Vista Alegre.

Os contratos de aluguéis são, em geral, por prazo indeterminado e sofrem correção anual com base no IGP-M.

Os montantes estimados a serem pagos para os próximos 5 anos dos aluguéis contratados até 31 de dezembro de 2015 são como segue:

	Cronograma de pagamento	
	Controladora	Consolidado
2016	9.669	18.675
2017	10.194	19.685
2018	10.712	20.682
2019	11.236	21.692
2020	11.775	22.731
	<u>53.586</u>	<u>103.465</u>

- (b) Contratos de manutenção de máquinas: no curso normal das operações, a empresa tem por prática manter contratos de aluguéis e manutenção de equipamentos de alta tecnologia para uso na prestação de serviços. Alguns contratos são por prazo indeterminado, não sendo, por isso, possível estabelecer o montante total de desembolsos futuros.

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os montantes estimados a serem pagos para os próximos 5 anos dos contratos de aluguéis e manutenção contratados até 31 de dezembro de 2015 são como segue:

	<u>Cronograma de pagamento</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2016	15.669	19.485
2017	16.520	20.541
2018	17.359	21.583
2019	18.208	22.637
2020	19.082	23.724
	<u>86.838</u>	<u>107.970</u>

- (c) Contratos de locação de veículos: a Sociedade possui contratos de locação de veículos para toda sua frota. Os contratos são assinados para períodos não superiores a 24 meses de modo a permitir a renegociação dos valores cobrados pelas locadoras. Atualmente, a Sociedade possui contratos assinados com dois grandes fornecedores.

Os contratos de locação de veículos são cobrados com base em uma tabela fixa mais custos variáveis decorrentes de excesso de quilometragem. A correção dos valores acontece no momento da renegociação do contrato.

Os montantes dos aluguéis contratados até 31 de dezembro de 2015 são como segue:

	<u>Cronograma de pagamento</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2016	3.501	3.746
2017	3.691	3.950
2018	3.879	4.152
2019	4.069	4.356
2020	4.264	4.565
	<u>19.404</u>	<u>20.769</u>

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

33 Transações não envolvendo caixa

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Sociedade realizou aplicação de recursos não envolvendo caixa, portanto, não estando estas refletidas na demonstração dos fluxos de caixa. As referidas operações são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Aumento do saldo de empréstimos e financiamentos contra outros ativos em decorrência de contrato de swap cambial	22.676	7.163	22.676	7.163
Saldos de arrendamentos mercantis transferidos da rubrica de empréstimos e financiamentos para a rubrica de fornecedores	1.927		1.927	
Baixa de ativos imobilizados contra a rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial		2.579		2.579
	<u>24.603</u>	<u>9.742</u>	<u>24.603</u>	<u>9.742</u>

34 Eventos subsequentes

a) Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 9 dezembro de 2016, os acionistas da Companhia decidiram pela distribuição de dividendos no valor de R\$ 214.285.714,29 (duzentos e quatorze milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, setecentos e quatorze reais e vinte e nove centavos). Em 30 de janeiro de 2017, os acionistas decidiram, em Assembleia Geral Extraordinária, pela redução do montante da distribuição dos dividendos aprovados em 9 de dezembro de 2016, para o total de R\$ 67.400.000,00 (sessenta e sete milhões e quatrocentos mil reais), a serem pagos à conta da reserva de lucros da Companhia, conforme saldo existente na conta "retenção de lucros" das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Na oportunidade, a totalidade dos acionistas presentes renunciou, expressamente e sem quaisquer restrições, ao direito de receber o pagamento dos dividendos até o encerramento do exercício social de 2016, conforme art. 205, §3º, da Lei nº 6.404/1976.

A administração considera que a liquidação destes dividendos se dará com a própria geração de caixa da Companhia. Esta iniciativa aumentará alavancagem aprimorando o financiamento das atividades com a utilização de capital de terceiros, reduzindo a exposição do capital próprio.

b) Em 31 de agosto de 2016 o Conselho de Administração do Instituto Hermes Pardini aprovou a aquisição da totalidade da participação societária nas empresas Centro de Medicina Nuclear da Guanabara Ltda. e Diagnósticos Serviços Médicos Auxiliares Ltda., ambas com sede na cidade do Rio de Janeiro. O contrato de compra e venda de quotas referente a esta aquisição foi assinado pelas partes no dia 22 de outubro de 2016 e a aprovação sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) foi publicada no dia 2 de dezembro. A aquisição é parte da estratégia do Instituto Hermes Pardini de expansão do seu segmento de Unidades de Atendimento ao Paciente (PSCs) em grandes regiões metropolitanas.

O preço de aquisição da totalidade da participação societária nas empresas foi de R\$ 120.785 (cento e vinte milhões, setecentos e oitenta e cinco mil reais), sujeito a ajustes referentes a variação do capital de giro e variação da dívida líquida até a data de 31/12/2016. Deste valor, foram pagas uma parcela à vista no valor de R\$ 65.361 (sessenta e cinco milhões, trezentos e sessenta e um mil reais), uma parcela retida no valor de R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais) e uma parcela depositada a favor da conta de garantia de ajustes no valor de R\$ 5.424 (cinco milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil reais), com todos as parcelas liquidados no dia 23/12/2016. A administração do Instituto Hermes Pardini, até a

Instituto Hermes Pardini S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

data destas demonstrações financeiras, ainda não havia concluído a revisão da avaliação e mensuração dos ativos e passivos assumidos a valores justos, de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinação de negócios.

c) Em dezembro de 2016, a Sociedade celebrou contrato de compra e venda de ações, tendo por objeto a aquisição do restante do capital das sociedades, conforme percentuais descritos no quadro abaixo:

Nome da Sociedade	Percentual de participação adquirido	Valor pago	Data da aquisição
Laboratório Padrão S.A.	5%	3.455	29/12/2016
Laboratório Pró abordagem Genômica Diagnósticos S.A.	39%	8.485	29/12/2016
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	30%	13.500	29/12/2016

Parte dos valores pagos, no montante de R\$ 9.395, já estavam registrados no passivo, na rubrica “Obrigações por compra de investimentos” (Nota Explicativa 18). A diferença será registrada como transação com acionistas não controladores no patrimônio líquido da Companhia.

* * *

DIRETORIA

Roberto Santoro Meirelles
Diretor-Presidente

Camilo De Lelis Maciel Silva
Diretor Administrativo e Financeiro

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Fernando César Sales de Faria
Contador
CRC MG - 055.016/O-2

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia Referente aos Exercícios Sociais
Findo em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Instituto Hermes Pardini S.A. e controladas

Demonstrações Financeiras referentes aos
exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de
2013 e Relatório dos Auditores Independentes

(REAPRESENTAÇÃO)

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores do
Instituto Hermes Pardini S.A.
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Instituto Hermes Pardini S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos, e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 12 de dezembro de 2016, emitimos relatórios de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras do Instituto Hermes Pardini S.A. referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013. Conforme descrito na nota explicativa nº 2.9, essas demonstrações financeiras estão sendo reapresentadas para refletir divulgações adicionais, as quais estão detalhadas na referida nota explicativa. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

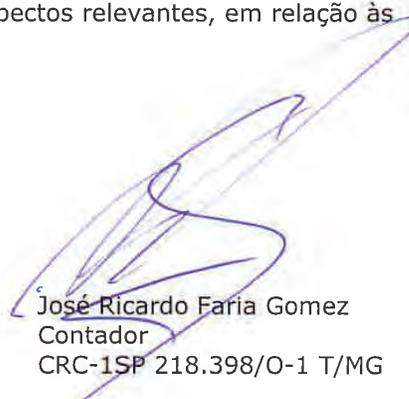
Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, como informação suplementar, por não ser requerida pela legislação societária, já que a referida demonstração somente é obrigatória para companhias de capital aberto. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 19 de janeiro de 2017


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG


José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC-1SP 218.398/O-1 T/MG

INSTITUTO HERMES PARDINI S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
RECEITA LÍQUIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	19	569.011	501.878	696.529	581.728
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	20	(360.568)	(326.451)	(457.670)	(381.455)
LUCRO BRUTO		208.443	175.427	238.859	200.273
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Com vendas	20	(40.045)	(33.954)	(41.346)	(36.013)
Gerais e administrativas	20	(45.080)	(59.776)	(58.674)	(72.700)
Resultado de equivalência patrimonial	8	3.103	4.713	-	-
Outras receitas(despesas) operacionais, líquidas	21	605	(568)	(2.993)	123
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		127.026	85.842	135.846	91.683
RESULTADO FINANCEIRO	22				
Receitas financeiras		27.078	11.297	24.486	10.609
Despesas financeiras		(17.801)	(10.372)	(21.282)	(13.727)
Variação cambial, líquida		(7.607)	(1.837)	(7.605)	(1.942)
		1.670	(912)	(4.401)	(5.060)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		128.696	84.930	131.445	86.623
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16				
Correntes		(38.345)	(20.978)	(42.534)	(23.362)
Diferidos		(6.315)	(3.850)	(4.519)	(1.844)
		(44.660)	(24.828)	(47.053)	(25.206)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		84.036	60.102	84.392	61.417
Lucro atribuível a:					
Proprietários da Sociedade				84.036	60.102
Participações não controladoras				356	1.315
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO - R\$	18	23,127	16,540		
LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	18	23,127	16,540		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO HERMES PARDINI S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Lucro líquido do exercício	84.036	60.102	84.392	61.417
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>84.036</u>	<u>60.102</u>	<u>84.392</u>	<u>61.417</u>
Resultado abrangente total atribuível a:				
Proprietários da controladora	-	-	84.036	60.102
Participações não controladoras	-	-	356	1.315
Resultado abrangente total do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>84.392</u>	<u>61.417</u>
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO - R\$	<u>23,1271</u>	<u>16,5403</u>		
LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	<u>23,1271</u>	<u>16,5403</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

INSTITUTO HERMES PARDINI S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ - exceto os dividendos por ação)

Nota explicativa	Reservas de capital		Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido dos proprietários da controladora	Participações não controladoras	Patrimônio líquido consolidado
	Capital social	Reserva especial de ação na incorporação	Reserva de capital na incorporação	Dividendos adicionais propostos	Retenção de lucros					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	148.802	51.069	21	1.964	37.010	-	38.974	250.425	2.250	252.675
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	60.102	1.315	61.417
Resultado abrangente total do exercício	-	-	-	-	-	-	-	60.102	1.315	61.417
Realização do valor atribuído ao custo do ativo imobilizado	18 d	-	-	-	(1.787)	-	(1.787)	-	-	-
Reversão de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(37.010)	37.010	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	2.940	-	2.940	-	(2.940)	-	-
Juros sobre capital próprio relativos ao resultado de 2012 (R\$1,55 por ação)	18.c	-	-	-	-	-	-	(5.630)	-	(5.630)
Dividendos mínimos obrigatórios relativos ao resultado de 2013 (R\$3,84 por ação)	18.c	-	-	-	-	-	-	(13.966)	-	(13.966)
Destinação para reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	39.353	39.353	-	(39.353)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	148.802	51.069	21	4.904	-	76.363	81.267	290.931	3.565	294.496
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	84.036	356	84.392
Resultado abrangente total do exercício	-	-	-	-	-	-	-	84.036	356	84.392
Baixa líquida de ativos com custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-	84.036	-	-
Realização do custo atribuído por depreciação	18 d	-	-	-	-	-	-	(2.579)	-	(2.579)
Destinação do lucro líquido do exercício:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	1.050	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios relativos ao resultado de 2014 (R\$5,64 por ação)	18.c	-	-	4.318	-	4.318	-	(4.318)	-	-
Destinação para reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	60.259	60.259	(20.509)	-	(20.509)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	148.802	51.069	21	9.222	-	136.622	145.844	351.879	3.921	355.800

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

INSTITUTO HERMES PARDINI S.A. E SUAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
Lucro líquido do exercício	84.036	60.102	84.392	61.417
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado do exercício	44.660	24.828	47.053	25.206
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa e glosas	4.923	12.578	4.781	11.585
Depreciações e amortizações	28.670	27.829	36.417	33.232
(Perda) ganho na baixa de ativos	1.824	647	4.093	752
Resultado de equivalência patrimonial	(3.103)	(4.713)	-	-
Ganho com instrumento financeiro derivativo	(7.163)	-	(7.163)	-
Varição cambial, líquida	7.607	1.837	7.605	1.942
Despesas de juros de empréstimos, financiamentos e parcelamentos	8.668	6.952	9.254	8.843
Constituição de provisão para riscos	3.784	2.241	4.641	2.434
Ganho proveniente de liquidação antecipada de arrendamento	-	(1.344)	-	(1.344)
Atualização de passivos por compra de investimentos	(5.582)	-	(5.582)	-
	<u>168.324</u>	<u>130.957</u>	<u>185.491</u>	<u>144.067</u>
Varição nos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber de clientes	15.599	(18.948)	8.369	(19.161)
Estoques	10.113	(7.157)	9.732	(8.171)
Impostos a recuperar	(427)	(3.456)	(856)	(6.349)
Outros ativos (circulante e não circulante)	(3.726)	(2.724)	(5.215)	(2.706)
Depósitos judiciais	322	80	324	(1.725)
Fornecedores	(18.800)	16.965	(16.701)	13.878
Obrigações fiscais, sociais, salários e parcelamentos	(19.042)	(16.487)	(22.202)	(16.537)
Outros passivos (circulante e não circulante)	1.021	1.254	2.309	(4.634)
Caixa proveniente das operações	<u>153.384</u>	<u>100.484</u>	<u>161.251</u>	<u>98.662</u>
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:				
Dividendos recebidos	38	-	-	-
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e parcelamentos	(7.868)	(2.266)	(8.298)	(3.719)
Pagamento de provisões para riscos	(2.672)	(3.465)	(2.921)	(4.863)
Imposto de renda e contribuição social pagos durante o exercício	(18.985)	(10.576)	(20.487)	(11.375)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>123.897</u>	<u>84.177</u>	<u>129.545</u>	<u>78.705</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Aplicações financeiras	(1.097)	(2.126)	(1.097)	(2.126)
Aquisições de controladas, líquidas dos caixas adquiridos	-	(192)	(192)	(71.928)
Aquisição de investimento	(193)	(79.720)	(8)	-
Valores a receber de partes relacionadas	(36.460)	(47.032)	(53.044)	(63.297)
Caixa recebido na alienação de ativos	(12.948)	(12.855)	185	874
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(50.698)</u>	<u>(141.424)</u>	<u>(54.156)</u>	<u>(928)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Empréstimos e financiamentos:				
- Captações				
Dividendos e juros sobre o capital pagos	36.668	65.352	39.626	67.271
- Pagamento do principal das obrigações de empréstimos e financiamentos	(6.701)	(9.179)	(8.558)	(9.749)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	<u>(13.000)</u>	<u>(15.630)</u>	<u>(12.684)</u>	<u>(15.346)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>16.967</u>	<u>40.543</u>	<u>18.384</u>	<u>42.176</u>
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>90.166</u>	<u>(16.704)</u>	<u>93.773</u>	<u>(14.668)</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	<u>71.305</u>	<u>88.009</u>	<u>76.895</u>	<u>91.563</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	<u>161.471</u>	<u>71.305</u>	<u>170.668</u>	<u>76.895</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>90.166</u>	<u>(16.704)</u>	<u>93.773</u>	<u>(14.668)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO HERMES PARDINI S.A. E SUAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
RECEITA				
Receita de serviços prestados	605.264	532.321	741.999	618.204
Outras receitas	3.437	1.137	4.139	1.232
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.566)	(4.210)	(3.424)	(4.905)
INSUMOS ADQUIRIDOS POR TERCEIROS				
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados	(187.826)	(165.740)	(202.474)	(186.999)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(77.257)	(82.710)	(115.391)	(104.562)
Perda / Recuperação de valores ativos	(569)	(6.332)	(756)	(5.863)
VALOR ADICIONADO BRUTO	339.483	274.466	424.093	317.107
Depreciação e amortização	(28.670)	(27.829)	(36.417)	(33.232)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	310.813	246.637	387.676	283.875
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	3.103	4.713	-	-
Receitas financeiras	27.078	11.297	24.486	10.609
Outras	119	87	156	130
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	341.113	262.734	412.318	294.614
VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO	341.113	262.734	412.318	294.614
Pessoal	77.678	69.790	105.902	79.344
Remuneração direta	25.963	21.140	33.056	23.539
Benefícios	8.289	6.405	10.666	7.377
FGTS				
Impostos, taxas e contribuições	90.603	64.728	106.498	72.409
Federais	4	-	4	-
Estaduais	14.728	11.520	19.105	14.052
Municipais				
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	25.408	12.209	28.887	15.669
Aluguéis	14.384	16.239	23.778	20.434
Outras	20	601	30	373
Remuneração de capitais próprios				
Juros sobre capital próprio	-	5.630	-	5.630
Dividendos	20.509	13.966	20.509	13.966
Lucros e/ou prejuízos do exercício	63.527	40.506	63.527	40.506
Participação dos acionistas não controladores	-	-	356	1.315

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO HERMES PARDINI S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Hermes Pardini S.A. (“Hermes Pardini”, “Companhia” ou “Controladora”), em conjunto com suas controladas (“Grupo Hermes Pardini” ou “Grupo”), tem por objetivo a prestação de serviços médicos e odontológicos, laboratoriais de pesquisas, análises clínicas e auxiliares de complementação diagnóstica e terapêutica, podendo participar em outras empresas como sócio, acionista ou cotista.

A Controladora é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Fundada em 2 de fevereiro de 1977, a Companhia possui 62 unidades próprias localizadas nas cidades de Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Pedro Leopoldo, Nova Lima, Santa Luzia, Sabará, Sete Lagoas e Vespasiano, todas localizadas no Estado de Minas Gerais. O Grupo Hermes Pardini atua na atividade de apoio laboratorial e possui cerca de 4.737 laboratórios parceiros em 1.596 cidades localizadas no Brasil.

Em 2014 e 2013, a Companhia celebrou contratos de compra e venda de ações / cotas, tendo por objeto a aquisição do capital social de empresas de seu ramo de atuação, conforme percentuais descritos no quadro abaixo:

<u>Nome da controlada</u>	<u>Principal atividade</u>	<u>Local de constituição e operação</u>	<u>% de participação</u>	<u>Data do investimento</u>
Anatomical Lab Anatomia Patológica e Citopatologia Ltda.	Serviços de anatomia patológica, citopatologia e imunopatologia	Brasil	71,4%	10/01/2014
Laboratório Padrão S.A.	Serviços de patologia clínica e anatômica	Brasil	80%	04/07/2013
Diagpar Holding S.A.	Participações em empresas de serviços de patologia cirúrgica e citologia	Brasil	71,40%	23/07/2013

No momento da aquisição da Anatomical Lab. Anatomia Patológica e Citopatologia Ltda. foi deliberada pela alteração da razão social da empresa para Diagnóstika Rio - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda..

Em 2013 a Companhia constituiu as seguintes empresas:

<u>Nome da controlada</u>	<u>Principal atividade</u>	<u>Local de constituição e operação</u>	<u>% de participação</u>	<u>Data do investimento</u>
HP Import.. Com. Loc. Prod. Máq. Equip. Diagn. Ltda.	Importação de máquinas e equipamentos	Brasil	100%	16/01/2013
Centro Diferenciado de Diagnóstico por Imagem S.A. - CDDI	Serviços de diagnóstico por imagem	Brasil	100%	06/05/2013

2. BASE DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 - Pagamentos Baseados em Ações (equivalente ao CPC 10 (R1)), operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IAS 17 - Arrendamentos (equivalente ao CPC 06 (R1)) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido realizável mencionado na IAS 2 Estoques (equivalente ao CPC 16 (R1)) ou valor em uso na IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente ao CPC 01 (R1)).

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- tem poder sobre a investida;
- está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e suas controladas a seguir relacionadas:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<u>Controladas diretas</u>		
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	70%	70%
Biocod Biotecnologia Ltda.	100%	100%
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	61%	61%
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda. - CEMEDI	70%	70%
Centro Diferenciado de Diagnóstico por Imagem S.A. - CDDI	100%	100%
Diagpar Holding S.A.	71,4%	71,4%
HP Importação, Comércio e Locação de Produtos, Máquinas e Equipamentos Diagnósticos S.A.	100%	100%
Laboratório Padrão S.A.	80%	80%
<u>Controladas indiretas</u>		
Diagnóstika Plus - Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda.	71,4%	71,4%
Diagnóstika - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda.	70%	70%
Diagnóstika Rio - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda.	71,4%	-

As controladas indiretas são sociedades controladas pela Diagpar Holding S.A..

Os resultados das controladas adquiridas no decorrer do exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição. O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações.

A Companhia apresenta, nas demonstrações financeiras consolidadas, sua participação nas controladas usando o método de consolidação. As participações nos ativos, passivos e resultados das controladas são combinadas com os correspondentes itens nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, linha a linha.

Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora no patrimônio líquido (ou passivo a descoberto, quando aplicável) das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

A parcela relativa aos não controladores no patrimônio líquido das controladas é apresentada destacadamente no patrimônio líquido consolidado.

2.4. Moeda de apresentação e moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5. Apresentação de relatórios por segmentos operacionais

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.6. Combinações de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pelo Grupo, dos passivos incorridos pelo Grupo na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pelo Grupo em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por:

- ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 - *Impostos sobre a Renda* e IAS 19 - *Benefícios aos Empregados (equivalentes aos CPC 32 e CPC 33)*, respectivamente;
- passivos ou instrumentos de patrimônio relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações de Grupo celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da adquirida são mensurados de acordo com a IFRS 2 - *Pagamento Baseado em Ações* (equivalentes ao CPC 10(R1)) na data de aquisição; e
- ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 - *Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas* (equivalente ao CPC 31) são mensurados conforme essa Norma.

O ágio é mensurado como o excesso das somas das contrapartidas transferidas, dos valores das participações não controladoras nas empresas adquiridas sobre os valores líquidos nas datas das aquisições dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis nas datas de aquisição forem superiores às somas das contrapartidas transferidas, dos valores das participações não controladoras nas adquiridas, o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

As participações não controladoras que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da

entidade, no caso de liquidação, poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação. Outros tipos de participações não controladoras são mensurados pelo valor justo ou, quando aplicável, conforme descrito em outra IFRS e CPC.

Quando a contrapartida transferida pelo Grupo em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contrapartida contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes no ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o “período de mensuração” (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição) relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

A contabilização subsequente das variações no valor justo da contrapartida contingente não classificadas como ajustes do período de mensuração depende da forma de classificação da contrapartida contingente. A contrapartida contingente classificada como patrimônio não é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes e sua correspondente liquidação é contabilizada no patrimônio. A contrapartida contingente classificada como ativo ou passivo é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes de acordo com a IAS 39 (equivalente ao CPC 38), ou a IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25), conforme aplicável, sendo o correspondente ganho ou perda reconhecido no resultado.

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pelo Grupo na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de aquisição (ou seja, na data em que o Grupo adquire o controle) e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na adquirida antes da data de aquisição que foram anteriormente reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” são reclassificados no resultado, na medida em que tal tratamento seja adequado caso essa participação seja alienada.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, o Grupo registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração, ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICPC - 09, que requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que se beneficiarão das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

2.7. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais da controladora e consolidadas.

2.7.1. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas forem parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) pelo valor justo por meio de resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Os principais ativos financeiros mantidos pela companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, depósitos judiciais e créditos com empresas ligadas.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são: (i) considerações contingentes que podem ser pagas pelo adquirente como parte de uma combinação de negócios conforme CPC 15; (ii) mantidos para negociação, (iii) ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo;
- no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; e
- for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de hedge efetivo.

Ativos financeiros além dos mantidos para negociação e considerações contingentes que podem ser pagas pelo adquirente como parte de uma combinação de negócios, podem ser designados ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria;
- o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos;
- seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento do Grupo, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; e
- fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica "Outros ganhos e perdas", na demonstração do resultado. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa nº 25.

Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa, em que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado

ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o efeito do desconto com base na taxa de juros efetiva é imaterial.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no fim de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- dificuldade financeira significativa do emissor ou da contraparte;
- violação de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal;
- probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e
- extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos são avaliados coletivamente, mesmo se não apresentarem evidências de que estão registrados por valor superior ao recuperável quando avaliados de forma individual. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso após o período médio de dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Quando um ativo financeiro classificado como disponível para venda é considerado irrecuperável, os ganhos e as perdas acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros mantidos pela Companhia são: empréstimos, financiamentos, fornecedores e contas a pagar por aquisição de empresas. Esses passivos são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

O Grupo baixa passivos financeiros somente quando as obrigações do Grupo são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Baixa de ativos financeiros

O Grupo baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para um terceiro. Se o Grupo não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, o Grupo reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro transferido, o Grupo continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela contrapartida recebida.

Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulado que foi reconhecido em "Outros resultados abrangentes" e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado.

Na baixa de um ativo financeiro que não seja em sua totalidade (por exemplo, quando o Grupo retém uma opção de recompra de parte de um ativo transferido ou retém participação residual que não resulte na retenção de substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e o Grupo retém o controle), o Grupo aloca o valor contábil anterior do ativo financeiro entre a parte que ele continua a reconhecer devido ao envolvimento contínuo e a parte que ele não mais reconhece, com base no valor justo relativo a essas partes na data da transferência. A diferença entre o valor contábil alocado à parte que não é mais reconhecida, a soma da contrapartida recebida pela parte que não é

mais reconhecida e qualquer ganho ou perda acumulado alocado e reconhecido em "Outros resultados abrangentes" é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda acumulado reconhecido em "Outros resultados abrangentes" é alocado entre a parte que continua a ser reconhecida e a parte que não é mais reconhecida com base no valor justo relativo a essas partes.

2.7.2. Estoques: os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

2.7.3. Imobilizado: está registrado ao custo, deduzido das depreciações acumuladas e provisão para perda do valor de recuperação dos ativos, quando aplicável.

A Companhia optou por avaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na abertura do exercício de 2009, cujos efeitos aumentaram o ativo imobilizado e tiveram como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais.

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas descritas na nota explicativa nº 9, que levam em consideração a vida útil econômica estimada dos bens. As construções em andamento não são depreciadas. A vida útil econômica estimada, os valores residuais estimados e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Os encargos de depreciação são reconhecidos em "custos dos serviços prestados", "despesas com vendas" e "despesas gerais e administrativas", na demonstração do resultado do exercício, conforme a natureza e alocação de cada item do imobilizado.

2.7.4. Arrendamentos: os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

(i) Arrendamento financeiro: determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo, conforme a nota explicativa nº 9. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

(ii) Arrendamento operacional: os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como custo ou despesa pelo método linear no

período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Quando são recebidos incentivos para a contratação de um arrendamento operacional, tais incentivos são reconhecidos como passivo e, posteriormente, reconhecidos como redução da despesa de aluguel pelo método linear, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

2.7.5. Intangível: estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, conforme demonstrados na nota explicativa nº 10, são amortizados pelo método linear, levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis. Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida são representados pelos ágios por rentabilidade futura, os quais não sofrem amortizações e são testados no mínimo anualmente por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Os encargos de amortização são reconhecidos em “custos dos serviços prestados”, “despesas com vendas” e “despesas gerais e administrativas”, na demonstração do resultado do exercício, conforme a natureza e alocação de cada item do intangível.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, que é equivalente ao seu custo.

2.7.6. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio:

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

- 2.7.7. Provisões: são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios

Os passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do exercício, esses passivos contingentes são mensurados pelo maior valor entre o valor que seria reconhecido de acordo com a IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25) e o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada reconhecida de acordo com a IAS 18 - Receita (equivalente ao CPC 30 (R1)).

- 2.7.8. Imposto de renda e contribuição social: a despesa com imposto de renda e contribuição social, apresentada na demonstração do resultado, representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, pois exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Adicionalmente, passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante de reconhecimento inicial de ágio.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Grupo espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos são originados da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

- 2.7.9. Reconhecimento de receita: a receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas mediante a efetividade da prestação dos serviços, realização dos exames, e quando benefícios econômicos decorrentes da transação são considerados prováveis, independentemente se faturados ou não. Os serviços prestados e não faturados são registrados na rubrica "Receita líquida de prestação de serviços", conforme demonstrado na nota explicativa nº 19.

- 2.7.10. Transações em moeda estrangeira: na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são

registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data de encerramento das demonstrações financeiras e os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio são registrados no resultado.

- 2.7.11. Demonstração de valor adicionado (“DVA”): Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de controladas, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

- 2.7.12. Lucro (prejuízo) por ação:

Básico: O lucro (prejuízo) por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuído aos detentores de ações da controladora pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, se houver.

Diluído: O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido ajustado atribuído aos detentores de ações da controladora pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício mais a quantidade de ações que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

2.8. Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

i) Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre as demonstrações financeiras intermediárias.

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2016. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no período atual nem em períodos anteriores.

- IFRS 14 - Contas regulatórias diferidas.
- Modificações à IFRS 11 - Contabilizações de aquisições de participações em operações conjuntas ("Joint Operation").
- Modificações à IAS 16 e IAS 41 - Ativo imobilizado, ativo biológico e produto agrícola.
- Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os métodos aceitos de depreciação e amortização.
- Modificações à IAS 27 - Opção para utilização do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.
- Modificações às IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34 - Ciclos de melhorias anuais 2012-2014.
- Modificações à IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das demonstrações financeiras.
- Modificações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Aplicação de exceções de consolidação de entidades de investimento.

ii) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2014.

A Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não efetivas:

- Modificações à IAS 7 - Necessidade de inclusão de divulgação de mudanças nos passivos oriundos de atividades de financiamento (a).
- Modificação à IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas (a).
- IFRS 9 - Instrumentos financeiros (b).
- Modificações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou contribuição de ativos entre investidor e seu associado ou "Joint Venture" (d).
- IFRS 15 - Receita de contratos com clientes (b).
- IFRS 16 - Arrendamento mercantil (c).
- Modificações à IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações (b).

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

- (a) 1º de janeiro de 2017;
- (b) 1º de janeiro de 2018;
- (c) 1º de janeiro de 2019; e
- (d) Data de vigência adiada indefinidamente.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRS anteriormente citadas, com data de adoção efetiva em 2018 e 2019, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC e CVM.

A Companhia e suas controladas em conjunto não adotaram de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e de 2013. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 e IFRS 16 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros e dos arrendamentos operacionais, respectivamente.

2.9. Reapresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, apresentadas em 12 de dezembro de 2016, estão sendo reapresentadas para contemplar complementos das notas explicativas e aprimoramentos requeridos pela legislação societária brasileira para companhias abertas. As principais notas explicativas alteradas são: (i) nota nº 2.7 Principais políticas contábeis; (ii) nota nº 2.9 Reapresentação das demonstrações financeiras; (iii) nota nº 12 Empréstimos e financiamentos; (iv) nota nº 18 Patrimônio líquido; (v) nota nº 24 Transações com partes relacionadas, (vi) nota nº 25 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos, (vii) nota nº 27 Seguros e (viii) nota nº 31 Eventos subsequentes.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS APRESENTADAS

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Companhia julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado, ativo intangível e ágio gerado na combinação de negócios.
- (ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado e intangível com vida útil definida, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são julgadas representativas das vidas úteis dos mesmos.
- (iii) Provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisão para perdas em serviços a faturar: referidas provisões são constituídas com base no julgamento da Administração e em valores suficientes para cobrir perdas futuras estimadas no recebimento de clientes.
- (iv) Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis: a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas

circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

- (v) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são reconhecidos até o limite dos lucros tributáveis futuros, cuja estimativa realizada pela Administração leva em consideração o histórico de lucros tributáveis, aumento no volume de análise de exames, premissas de mercado tais como taxa de juros, câmbio, crescimento econômico, entre outras.
- (vi) Avaliação dos instrumentos financeiros: a nota explicativa nº 25 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

O caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras estão compostos conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	12.177	5.912	18.653	9.329
Aplicações financeiras	149.294	65.393	152.015	67.566
Aplicações financeiras vinculadas	7.360	6.263	7.360	6.263
Total	168.831	77.568	178.028	83.158
Caixa e equivalentes de caixa	161.471	71.305	170.668	76.895
Aplicações financeiras vinculadas	7.360	6.263	7.360	6.263

As aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário, com liquidez imediata, sujeitas a risco insignificante de mudança de valor justo, sendo consideradas, portanto, equivalentes de caixa. A rentabilidade obtida durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 aproximou-se da variação do CDI - Certificado de Depósito Interfinanceiro e teve média de 10,77% (8,05% em 31 de dezembro de 2013).

As aplicações financeiras vinculadas, que são aplicações financeiras vinculadas ao cumprimento de determinadas cláusulas contratuais existentes em acordo de aquisição de controle societário, estão classificadas em sua totalidade no ativo não circulante e possuem remuneração que varia de 97% a 98% do CDI.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Duplicatas a receber	53.476	82.441	67.085	93.093
Serviços executados a faturar (a)	27.167	17.829	40.732	26.122
	<u>80.643</u>	<u>100.270</u>	<u>107.817</u>	<u>119.215</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.278)	(4.713)	(6.514)	(6.091)
Provisão para perda de serviços executados a faturar	(2.339)	(2.009)	(4.517)	(3.188)
	<u>73.026</u>	<u>93.548</u>	<u>96.786</u>	<u>109.936</u>

(a) Os serviços executados a faturar referem-se a serviços prestados cujos respectivos documentos fiscais ainda não haviam sido emitidos quando dos encerramentos dos balanços.

As provisões são constituídas considerando os critérios abaixo:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa: análise individual de eventos extraordinários e vencidos acima de 120 dias;
- Glosa: análise individual de eventos extraordinários e exames realizados a mais de 120 dias que ainda não foram faturados.

O saldo das contas a receber por idade de vencimento em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 está distribuído conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Valores a vencer	56.345	84.120	75.407	98.989
Vencidos				
De 1 a 60 dias	14.607	6.226	18.033	7.445
De 61 a 120 dias	2.074	3.202	3.346	3.502
Acima de 120 dias	5.278	4.713	6.514	6.091
Outros	2.339	2.009	4.517	3.188
	<u>80.643</u>	<u>100.270</u>	<u>107.817</u>	<u>119.215</u>

Os outros valores a vencer referem-se as contas a receber não faturadas que a Administração entende não serem recuperáveis na data das demonstrações financeiras.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	4.713	1.216	6.091	1.900
Constituições	3.566	4.571	4.344	5.624
Reversões	-	(361)	(920)	(719)
Baixas	(3.001)	(713)	(3.001)	(714)
Saldo final	<u>5.278</u>	<u>4.713</u>	<u>6.514</u>	<u>6.091</u>

6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Material direto (a)	11.600	17.881	12.576	18.430
Material auxiliar	2.474	2.325	2.670	2.412
Material de manutenção	904	713	922	723
Estoques em trânsito (b)	173	4.434	173	4.434
Outros	1.211	1.122	1.442	1.516
	<u>16.362</u>	<u>26.475</u>	<u>17.783</u>	<u>27.515</u>

- (a) Os Consiste, principalmente, a kits reagentes utilizados como insumos na realização de exames de análises clínicas.
- (b) Os estoques em trânsito se referem a importações de materiais diretos e materiais auxiliares a serem aplicados nas análises clínicas.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda e contribuição social antecipados (a)	1.893	1.571	4.143	3.561
IR e CS retidos sobre prestação de serviços (b)	882	932	3.297	3.126
PIS e COFINS retidos sobre prestação de serviços (b)	2.556	999	2.565	1.168
ISS retidos sobre prestação de serviços (b)	49	17	373	274
Imposto de renda retido sobre rendimentos de aplicações financeiras	5	1.692	58	1.743
Outros	507	254	556	264
	<u>5.892</u>	<u>5.465</u>	<u>10.992</u>	<u>10.136</u>

- (a) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social recolhidos por estimativa, sobre serviços prestados no exercício corrente e em períodos anteriores.
- (b) Refere-se aos impostos retidos, quando do recebimento pelos serviços prestados, que serão compensados com futuros lucros tributáveis.

8. INVESTIMENTOS (NA CONTROLADORA)

Os saldos e informações sobre os investimentos em controladas são os seguintes:

	31/12/2014	31/12/2013
<u>Ativo:</u>		
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda.	2.200	2.208
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	1.843	1.486
Laboratório Padrão S.A.	9.216	4.826
HP Import. Com. Loc. Prod. Máq. Equip. Diagn. Ltda.	938	992
Diagpar Holding S.A.	3.132	3.198
Biocod Biotecnologia Ltda.	1.851	2.120
Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A. - CDDI	87	-
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	(4.138)	(997)
Valor justo alocado	7.305	7.946
Ágio (<i>goodwill</i>) (a)	<u>118.229</u>	<u>118.229</u>
	<u>140.663</u>	<u>140.008</u>
<u>Passivo:</u>		
Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A. - CDDI	-	(158)
	-	(158)

- (a) A composição do ágio é demonstrada como segue:

	31/12/2014	31/12/2013
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	18.577	18.577
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	2.707	2.707
Laboratório Padrão S.A.	55.305	55.305
Diagpar Holding S.A.	35.344	35.344
Biocod Biotecnologia Ltda.	6.296	6.296
	<u>118.229</u>	<u>118.229</u>

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentada nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

<u>Controladas</u>	<u>Saldos em 31/12/2013</u>	<u>Aporte de capital</u>	<u>Dividendos recebidos</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Transferência</u>	<u>Saldos em 31/12/2014</u>
<u>Ativo</u>						
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda.	2.208	-	-	(8)	-	2.200
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	1.486	-	(324)	681	-	1.843
Laboratório Padrão S.A.	4.826	-	(1.461)	5.851	-	9.216
HP Import. Com. Loc. Prod. Máq. Equip. Diagn. Ltda.	992	-	-	(54)	-	938
Diagpar Holding S.A.	3.198	-	(698)	632	-	3.132
Biocod Biotecnologia Ltda.	2.120	-	-	(269)	-	1.851
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	(997)	-	-	(3.141)	-	(4.138)
Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A. - CDDI	-	-	-	-	87	87
Valor justo alocado	7.946	-	-	(641)	-	7.305
Ágio	<u>118.229</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>118.229</u>
	<u>140.008</u>	<u>-</u>	<u>(2.483)</u>	<u>3.051</u>	<u>87</u>	<u>140.663</u>
<u>Passivo</u>						
Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A. - CDDI	<u>(158)</u>	<u>193</u>	<u>-</u>	<u>52</u>	<u>(87)</u>	<u>-</u>
	<u>(158)</u>	<u>193</u>	<u>-</u>	<u>52</u>	<u>(87)</u>	<u>-</u>

<u>Controladas</u>	<u>Saldos em 31/12/2012</u>	<u>Aporte de capital</u>	<u>Aquisição de participação</u>	<u>Dividendos recebidos</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Saldos em 31/12/2013</u>
<u>Ativo</u>						
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda.	2.243	-	-	-	(35)	2.208
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	337	-	-	(146)	1.295	1.486
Laboratório Padrão S.A.	-	-	4.462	(762)	1.126	4.826
HP Import. Com. Loc. Prod. Máq. Equip. Diagn. Ltda.	-	1.001	-	-	(9)	992
Diagpar Holding S.A.	-	-	1.527	-	1.671	3.198
Biocod Biotecnologia Ltda.	(217)	-	-	-	2.337	2.120
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	(1.544)	-	-	-	547	(997)
Valor justo alocado	4.021	-	5.986	-	(2.061)	7.946
Ágio	<u>27.580</u>	<u>-</u>	<u>90.649</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>118.229</u>
	<u>32.420</u>	<u>1.001</u>	<u>102.624</u>	<u>(908)</u>	<u>4.871</u>	<u>140.008</u>
<u>Passivo</u>						
Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A. - CDDI	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(158)</u>	<u>(158)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(158)</u>	<u>(158)</u>

Os principais saldos constantes nas demonstrações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são os seguintes:

31/12/2014					
<u>Controladas</u>	<u>Ativo circulante</u>	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda.	605	2.809	271	-	3.143
Laboratório Pro-Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	4.449	580	1.845	162	3.022
Laboratório Padrão S.A.	12.945	12.880	10.322	5.050	10.453
HP Import. Com. Loc. Prod. Máq. Equip. Diagn. Ltda.	835	115	12	-	938
Diagpar Holding S.A.	11.232	2.415	5.726	4.063	3.858
Biocod Biotecnologia Ltda.	3.884	780	2.242	571	1.851
Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A. - CDDI	559	243	205	510	87
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	14.394	30.975	10.758	39.376	(4.765)
31/12/2013					
<u>Controladas</u>	<u>Ativo circulante</u>	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda.	800	3.135	213	568	3.154
Laboratório Pro-Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	5.125	545	2.348	886	2.436
Laboratório Padrão S.A.	6.604	4.263	5.755	196	4.916
HP Import. Com. Loc. Prod. Máq. Equip. Diagn. Ltda.	889	114	2	9	992
Diagpar Holding S.A.	6.209	2.951	2.712	2.580	3.868
Biocod Biotecnologia Ltda.	5.248	917	2.696	1.349	2.120
Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A. - CDDI	147	198	56	447	(158)
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	10.098	29.417	10.164	29.631	(280)

31/12/2014

<u>Controladas</u>	Receita <u>Bruta</u>	Custos e <u>Despesas</u>	Lucro	Lucro	Lucro
			(prejuízo) antes do resultado <u>financeiro</u>	(prejuízo) antes dos <u>impostos</u>	(prejuízo) <u>líquido</u>
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda.	1.951	(1.755)	65	(14)	(12)
Laboratório Pro-Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	8.822	(6.245)	1.807	1.664	1.116
Laboratório Padrão S.A.	55.363	(41.970)	9.661	9.349	7.305
HP Import. Com. Loc. Prod. Máq. Equip. Diagn. Ltda.	-	(155)	(152)	(81)	(53)
Diagpar Holding S.A.	25.394	(21.620)	2.077	1.685	900
Biocod Biotecnologia Ltda.	1.754	(1.857)	(220)	(400)	(269)
Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A. - CDDI	1.644	(1.388)	151	76	51
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	51.738	(47.552)	842	(4.122)	(4.301)

31/12/2013

<u>Controladas</u>	Receita <u>Bruta</u>	Custos e <u>Despesas</u>	Lucro	Lucro	Lucro
			(prejuízo) antes do resultado <u>financeiro</u>	(prejuízo) antes dos <u>impostos</u>	(prejuízo) <u>líquido</u>
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda.	1.180	(1.135)	(34)	(69)	(50)
Laboratório Pro-Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	6.861	(3.497)	2.751	2.809	2.112
Laboratório Padrão S.A.	47.797	(39.202)	5.283	5.258	3.810
HP Import. Com. Loc. Prod. Máq. Equip. Diagn. Ltda.	-	(36)	(36)	(13)	(9)
Biocod Biotecnologia Ltda.	6.541	(3.858)	2.187	2.244	1.853
Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A. - CDDI	500	(668)	(197)	(218)	(158)
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	46.115	(37.909)	3.878	(80)	781

Combinações de negócios

A principais participações societárias adquiridas em 2014 e 2013 são:

<u>Nome da controlada</u>	<u>Atividade principal</u>	<u>Data da aquisição</u>	<u>Proporção das participações em ações com direito a voto (%)</u>	<u>Contrapartidas transferidas R\$</u>
Diagnóstika Rio - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda. ("Diagnóstika Rio")	Serviços de anatomia patológica, citopatologia e imunopatologia	10/01/2014	99,995%	213
Laboratório Padrão S.A. ("Laboratório Padrão")	Serviços de patologia clínica e anatômica	04/07/2013	80%	50.659
Diagpar Holding S.A. ("Diagpar")	Participações em empresas de serviços de patologia cirúrgica e citologia	23/07/2013	71,4%	28.060

A Diagnóstika Rio é uma empresa que atua em praticamente todas as áreas médicas, têm capacidade para examinar todos os tecidos do corpo humano e tem como missão desenvolver e aplicar um modelo único em patologia cirúrgica, global e reprodutível.

O Laboratório Padrão presta serviços de patologia clínica e anatomia patológica e tem operações no Estado de Goiás.

A Diagpar é uma empresa de participações e é controladora das empresas Diagnóstika Plus - Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda. e Diagnóstika - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda., que atuam em praticamente todas as áreas médicas, têm capacidade para examinar todos os tecidos do corpo humano e tem como missão desenvolver e aplicar um modelo único em patologia cirúrgica, global e reprodutível. As empresas têm unidades nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Ativos e passivos adquiridos reconhecidos nas datas de aquisição

Os valores justos dos ativos líquidos adquiridos podem ser assim demonstrados:

	<u>Diagnóstika Rio</u>	<u>Laboratório Padrão</u>	<u>Diagpar</u>
<i>Ativos</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	21	4.656	635
Contas a receber de clientes	-	5.101	3.241
Investimentos	-	228	-
Imobilizado	-	5.532	3.457
Intangível	-	3.700	2.768
Outros ativos	2	259	906
<i>Passivos</i>			
Fornecedores	-	(1.808)	(498)
Empréstimos e financiamentos	(25)	(58)	(1.734)
Obrigações fiscais, sociais e salários	-	(3.391)	(1.004)
Parcelamentos tributários	-	-	(26)
Outros passivos	(20)	(4.368)	(1.997)
Impostos diferidos passivos	-	(1.832)	(1.268)
Passivos contingentes	-	-	(524)
Ativos líquidos adquiridos (passivos assumidos)	<u>(22)</u>	<u>8.019</u>	<u>3.956</u>

Participações não controladoras

As participações não controladoras nas datas de aquisição nas demonstrações financeiras consolidadas foram mensuradas com base no valor justo das participações não controladoras.

Ágio apurado nas aquisições

	<u>Diagnóstika Rio</u>	<u>Laboratório Padrão</u>	<u>Diagpar</u>
Contrapartidas transferidas	213	49.159	28.060
Contraprestações a transferir (a)	-	14.165	11.240
Total das contraprestações	<u>213</u>	<u>63.324</u>	<u>39.300</u>
Menos: Valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos	<u>(22)</u>	<u>8.019</u>	<u>3.956</u>
Total	<u><u>235</u></u>	<u><u>55.305</u></u>	<u><u>35.344</u></u>

(a) As contraprestações a transferir referem-se aos valores que foram retidos e às opções de venda oferecidas aos acionistas minoritários, conforme nota explicativa nº 17.

Foram gerados ágios nas aquisições considerando que o custo da combinação incluiu o montante pago pelo prêmio de controle. Adicionalmente, as contrapartidas pagas pelas combinações incluíram valores em relação aos benefícios das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados e mão de obra. Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

Saída de caixa líquida na aquisição das controladas

	<u>Diagnóstika Rio</u>	<u>Laboratório Padrão</u>	<u>Diagpar</u>
Contrapartidas transferidas em caixa	213	49.159	28.060
Menos: Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(21)	(4.656)	(635)
Efeitos da aquisição apresentados na demonstração dos fluxos de caixa	<u>192</u>	<u>44.503</u>	<u>27.425</u>

O resultado consolidado do exercício de 2013 inclui lucro de R\$3.796 atribuíveis aos negócios adicionais gerados pelo Laboratório Padrão e pela Diagpar. As receitas consolidadas do exercício de 2013 incluem R\$21.965 referentes ao Laboratório Padrão e R\$10.091 à Diagpar.

9. IMOBILIZADO

Controladora							
	Taxa % Média Depreciação	31/12/2014			31/12/2013		
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Edificações	5	9.743	(2.657)	7.086	9.743	(2.106)	7.637
Veículos	20	996	(860)	136	1.056	(873)	183
Móveis e utensílios	14	9.621	(4.291)	5.330	11.000	(5.034)	5.966
Equipamentos de informática	25	30.715	(24.946)	5.769	29.632	(22.735)	6.897
Máquinas e equipamentos	10	111.015	(55.086)	55.929	108.933	(51.406)	57.527
Equipamentos de segurança	20	513	(88)	425	249	(40)	209
Instalações	10	58.402	(24.913)	33.489	60.063	(20.508)	39.555
Equipamentos de comunicação	10	1.308	(799)	509	1.645	(928)	717
Equipamentos de refrigeração	6	9.059	(4.696)	4.363	8.153	(4.578)	3.575
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4	33.377	(7.464)	25.913	25.339	(5.243)	20.096
Imobilizado em andamento		2.442	-	2.442	1.414	-	1.414
Benfeitorias em andamentos		336	-	336	500	-	500
		<u>267.527</u>	<u>(125.800)</u>	<u>141.727</u>	<u>257.727</u>	<u>(113.451)</u>	<u>144.276</u>

Consolidado							
	Taxa % Média Depreciação	31/12/2014			31/12/2013		
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Edificações	5	9.743	(2.657)	7.086	9.743	(2.106)	7.637
Veículos	20	1.161	(1.009)	152	1.240	(1.009)	231
Móveis e utensílios	14	13.100	(5.626)	7.474	13.754	(6.381)	7.373
Equipamentos de informática	25	34.789	(27.094)	7.695	33.091	(24.575)	8.516
Máquinas e equipamentos	10	149.580	(69.384)	80.196	141.625	(66.169)	75.456
Equipamentos de segurança	20	589	(125)	464	284	(42)	242
Instalações	10	59.044	(25.321)	33.723	61.504	(20.896)	40.608
Equipamentos de comunicação	10	1.490	(855)	635	1.783	(1.035)	748
Equipamentos de refrigeração	6	11.266	(5.167)	6.099	8.414	(4.590)	3.824
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4	54.318	(10.801)	43.517	32.925	(8.244)	24.681
Imobilizados em andamento		2.678	-	2.678	1.414	-	1.414
Benfeitorias em andamentos		566	-	566	14.018	-	14.018
		<u>338.324</u>	<u>(148.039)</u>	<u>190.285</u>	<u>319.795</u>	<u>(135.047)</u>	<u>184.748</u>

A movimentação do saldo do imobilizado é demonstrada a seguir:

Controladora						
	31/12/2013	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	31/12/2014
Edificações	7.637	-	-	(551)	-	7.086
Veículos	183	70	-	(117)	-	136
Móveis e utensílios	5.966	1.155	(942)	(861)	12	5.330
Equipamentos de informática	6.897	2.530	(98)	(4.154)	594	5.769
Máquinas e equipamentos	57.527	12.011	(3.272)	(11.952)	1.615	55.929
Equipamentos de segurança	209	198	(3)	(41)	62	425
Instalações	39.555	-	(31)	(5.323)	(712)	33.489
Equipamentos de comunicação	717	181	(42)	(106)	(241)	509
Equipamentos de refrigeração	3.575	930	(14)	(616)	488	4.363
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20.096	6.258	(1)	(2.221)	1.781	25.913
Imobilizados em andamento	1.414	2.845	-	-	(1.817)	2.442
Benfeitorias em andamentos	500	1.618	-	-	(1.782)	336
	<u>144.276</u>	<u>27.796</u>	<u>(4.403)</u>	<u>(25.942)</u>	<u>-</u>	<u>141.727</u>

Controladora

	31/12/2012	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	31/12/2013
Edificações	7.373	815	-	(551)	-	7.637
Veículos	350	-	-	(167)	-	183
Móveis e utensílios	5.157	1.725	(12)	(904)	-	5.966
Equipamentos de informática	9.496	1.825	-	(4.424)	-	6.897
Máquinas e equipamentos	45.372	23.596	(252)	(11.189)	-	57.527
Equipamentos de segurança	25	192	-	(8)	-	209
Instalações	44.948	84	-	(5.477)	-	39.555
Equipamentos de comunicação	840	15	-	(138)	-	717
Equipamentos de refrigeração	3.629	444	-	(498)	-	3.575
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10.570	5.765	-	(2.497)	6.258	20.096
Imobilizados em andamento	134	1.280	-	-	-	1.414
Benfeitorias em andamentos	411	7.039	(692)	-	(6.258)	500
	<u>128.305</u>	<u>42.780</u>	<u>(956)</u>	<u>(25.853)</u>	<u>-</u>	<u>144.276</u>

A Companhia mantém bens do ativo imobilizado dados em garantia a operações de arrendamento mercantil no montante de R\$1.784 (R\$4.425 em 31 de dezembro de 2013).

Consolidado

	31/12/2013	Adições	Baixas	Depreciação	Transfe- rências	31/12/2014
Edificações	7.637	-	-	(551)	-	7.086
Veículos	231	70	(26)	(123)	-	152
Móveis e utensílios	7.373	1.407	(1.144)	(1.146)	984	7.474
Equipamentos de informática	8.516	3.204	(430)	(4.779)	1.184	7.695
Máquinas e equipamentos	75.456	14.415	(4.410)	(16.214)	10.949	80.196
Equipamentos de segurança	242	203	(4)	(48)	71	464
Instalações	40.608	19	(54)	(5.357)	(1.493)	33.723
Equipamentos de comunicação	748	256	(44)	(121)	(204)	635
Equipamentos de refrigeração	3.824	1.013	(14)	(802)	2.078	6.099
Benfeitorias em imóveis de terceiros	24.681	8.859	(530)	(2.928)	13.435	43.517
Imobilizado em trânsito	-	25	-	-	(25)	-
Imobilizados em andamento	1.414	7.432	(2)	-	(6.166)	2.678
Benfeitorias em andamento	14.018	7.375	(14)	-	(20.813)	566
	<u>184.748</u>	<u>44.278</u>	<u>(6.672)</u>	<u>(32.069)</u>	<u>-</u>	<u>190.285</u>

	Consolidado						31/12/2013
	31/12/2012	Adições	Baixas	Depreciação	Transfe- rências	Combinação de negócios	
Edificações	7.376	812	-	(551)	-	-	7.637
Veículos	350	-	-	(182)	-	63	231
Móveis e utensílios	5.456	1.776	(13)	(1.052)	27	1.179	7.373
Equipamentos de informática	9.630	2.118	(46)	(4.682)	52	1.444	8.516
Máquinas e equipamentos	63.364	24.634	(926)	(14.912)	(50)	3.346	75.456
Equipamentos de segurança	25	219	-	(10)	-	8	242
Instalações	45.073	114	(6)	(5.497)	-	924	40.608
Equipamentos de comunicação	855	17	-	(142)	-	18	748
Equipamentos de refrigeração	3.686	444	-	(510)	-	204	3.824
Benfeitorias em imóveis de terceiros	13.228	6.058	-	(2.798)	6.390	1.803	24.681
Imobilizado em trânsito	-	141	-	-	(141)	-	-
Imobilizados em andamento	666	748	-	-	-	-	1.414
Benfeitorias em andamento	472	20.513	(689)	-	(6.278)	-	14.018
Softwares e sistemas em andamento	29	-	-	(29)	-	-	-
	<u>150.210</u>	<u>57.594</u>	<u>(1.680)</u>	<u>(30.365)</u>	<u>-</u>	<u>8.989</u>	<u>184.748</u>

10. INTANGÍVEL

	Taxa % Média amortização	Controladora			
		31/12/2014		31/12/2013	
		Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Softwares	20	23.791	(12.321)	11.470	6.542
Outros	-	1.639	-	1.639	631
Total		<u>25.430</u>	<u>(12.321)</u>	<u>13.109</u>	<u>7.173</u>

	Taxa % Média amortização	Consolidado			
		31/12/2014		31/12/2013	
		Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Softwares	20	26.158	(13.129)	13.029	8.577
Marcas	20	4.500	(1.430)	3.070	3.970
Contratos com clientes	16	2.810	(438)	2.372	2.626
Desenvolvimento de novos exames	6,67	2.627	(142)	2.485	989
Ágio	-	118.464	-	118.464	118.229
Outros	-	115	-	115	491
Total		<u>154.958</u>	<u>(15.139)</u>	<u>139.535</u>	<u>134.882</u>

A movimentação do saldo de intangíveis é demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2014	2013
Saldos em 1º de janeiro	7.173	4.897
Adições	8.664	4.252
Amortizações	<u>(2.728)</u>	<u>(1.976)</u>
Saldos em 31 de dezembro	<u>13.109</u>	<u>7.173</u>

	Consolidado	
	2014	2013
Saldos em 1º de janeiro	134.882	34.929
Adições	8.766	5.703
Ágio reconhecido em combinação de negócios	235	90.649
Adições por combinações de negócios	-	6.468
Amortizações	(4.348)	(2.867)
Saldos em 31 de dezembro	<u>139.535</u>	<u>134.882</u>

Os ágios reconhecidos na comparação dos ativos líquidos adquiridos e as contraprestações transferidas estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	18.577	18.577
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	2.707	2.707
Laboratório Padrão S.A.	55.305	55.305
Diagpar Holding S.A.	35.344	35.344
Biocod Biotecnologia Ltda.	6.296	6.296
Diagnóstika Rio - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirurgica e Citologia Ltda.	235	-
	<u>118.464</u>	<u>118.229</u>

Alocação do Ágio às Unidades Geradoras de Caixa

Os ágios e as marcas foram submetidos ao teste de redução ao valor recuperável ("impairment") e não foi identificada necessidade de ajustes aos valores dos ágios e marcas.

O teste de impairment foi realizado de acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e os valores do ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill") foram alocados por entidade legal, sendo que no entendimento da Administração esta alocação representa o mais baixo nível no qual o ágio é monitorado em seus relatórios internos.

A metodologia utilizada para os cálculos de *impairment* foi a de fluxo de caixa descontado. Os testes consistem na análise da rentabilidade dos investimentos, avaliando os resultados apurados das investidas e as projeções de orçamentos dos anos futuros disponibilizados pela administração da Companhia.

Na elaboração dos testes do valor recuperável dos ativos da Companhia, foram consideradas premissas de crescimento de receita específicas por empresas, que variam de 7,4% a 7,7%, de acordo com a realidade de demanda dos seus mercados e taxas de ocupação da capacidade instalada. Essas premissas de crescimento de receita foram embasadas por iniciativas presentes no plano de negócios, assumindo um crescimento médio anual da receita líquida em decorrência de volume e preço.

Em relação aos custos e despesas, foi considerado um crescimento nominal com base na taxa de inflação para os próximos anos de 7,1% a 7,4% ao ano. Uma vez que a maior parte dos contratos de aluguel, fornecedores, serviços de manutenção e serviços de terceiros são reajustados de acordo com índices de inflação, essa premissa reflete a realidade do crescimento de custos da empresa.

A taxa de desconto utilizada foi calculada com base na taxa livre de risco, risco país, prêmio de tamanho e o beta do setor. Também é levada em consideração a estrutura de capital atual da Companhia e sua evolução ao longo do período em questão, bem como a alocação tributária de cada parcela do capital, próprio e de terceiros. A taxa calculada foi de 15,1% e foi a mesma utilizada para todas as unidades geradoras de caixa.

O período de tempo utilizado para a elaboração do fluxo de caixa foi de 7 anos uma vez que este é o período utilizado pela Companhia para sua modelagem financeira e consequentes projeções de longo prazo, adicionado um valor de perpetuidade com crescimento nominal médio de 6,75% ao ano para todas as unidades geradoras de caixa.

A Administração acredita que eventuais mudanças nas principais premissas utilizadas no teste não resultariam numa redução dos valores recuperáveis a níveis inferiores aos custos registrados destas unidades geradoras de caixa.

11. FORNECEDORES

A composição dos fornecedores pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Nacionais	47.511	61.540	52.907	64.882
Internacionais	9.982	14.309	10.025	14.309
Total	<u>57.493</u>	<u>75.849</u>	<u>62.932</u>	<u>79.191</u>

O saldo de fornecedores é composto substancialmente por aluguéis, fornecedores de materiais para exames, máquinas e equipamentos, serviços e materiais de consumo.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Capital de giro (a)	66.210	75.251	67.564	77.737
Finep (b)	34.542	-	35.232	-
Títulos descontados (c)	7.129	-	7.129	-
Leasing financeiro	1.784	3.821	2.542	5.535
FINAME (d)	7.941	604	12.575	2.538
Cédula de crédito comercial	-	-	-	20
	<u>117.606</u>	<u>79.676</u>	<u>125.042</u>	<u>85.830</u>
Passivo circulante	23.053	4.297	25.136	6.337
Passivo não circulante	94.553	75.379	99.906	79.493

Resumo das principais características:

As principais características dos empréstimos e financiamentos são como segue:

As taxas de juros dos empréstimos de capital de giro variam de CDI + juros entre 1,5% e 3,0% ao ano. Os contratos de Finep têm taxa de juros de 5% ao ano. Os títulos descontados têm taxa de juros de 15,24% ao ano. Os contratos de leasing financeiro têm taxa de juros entre 5,72% e 16,35% ao ano. Já os contratos de FINAME têm taxas anuais de juros variando entre 5,5% e 11,20%.

- (a) Refere-se principalmente, a empréstimo contratado em 2013 junto ao Itaú BBA, denominado em dólares norte-americanos, no montante original de US\$22.262, acrescidos de juros de 2,82% ao ano. Para proteção do risco de variação cambial sobre este empréstimo foi contratada operação de *swap*, no valor de R\$ 50.000, trocando a moeda para reais e fixando a taxa de juros em CDI+1,5% ao ano.
- (b) Contrato de financiamento concedido pela Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, com linha de R\$50.382. Até 31 de dezembro de 2014, a Companhia utilizou aproximadamente R\$34.400 do montante total disponibilizado. O contrato prevê carência de 24 meses para pagamento do principal e o período de amortização é de 73 meses, vencendo a primeira em 15 de agosto de 2015. Os recursos são destinados para financiamento de despesas incorridas na elaboração de projetos de eficiência da cadeia produtiva de medicina diagnóstica. O financiamento tem como garantia cartas de fiança bancária, no valor de cada parcela mais os encargos incidentes.
- (c) A Companhia realizou com o Itaú Unibanco S.a. operações de cessão de direitos creditórios com coobrigação parcial, ao longo do ano de 2014. As cessões realizadas abrangem todo o valor do principal, juros, juros de mora e demais encargos. A Companhia responsabiliza-se na qualidade de coobrigada e devedora solidária, pelo pagamento dos direitos creditórios até o montante correspondente a 15% do valor de face total dos direitos creditórios acrescidos dos juros e outros encargos.
- (d) As principais operações de FINAME são:

Cédula de Crédito Bancário modalidade FINAME com o Banco ITAU BBA no montante de R\$2.239, emitido em 28 de março de 2014 com vencimento final em 15 de abril de 2019, incluindo 24 meses de carência, juros trimestrais a partir 15 de julho de 2014 a taxa prefixada de 6%a.a., e amortização do principal em periodicidade mensal a partir de 15 de maio de 2016. As garantias estão compostas por alienação fiduciária de equipamentos do ativo imobilizado da Companhia.

Cédula de Crédito Bancário modalidade FINAME com o Banco ITAU BBA no montante de R\$2.163, emitido em 24 de abril de 2013, com vencimento final em 15 de maio de 2018, incluindo 24 meses de carência, juros trimestrais a partir 15 de agosto de 2013 a taxa prefixada de 3%a.a., e amortização do principal em periodicidade mensal a partir de 15 de junho de 2015. As garantias estão compostas por alienação fiduciária de equipamentos do ativo imobilizado da Companhia.

Cédula de Crédito Bancário modalidade FINAME com o Banco ITAU BBA no montante de R\$1.058, emitido em 19 de março de 2013, com vencimento final em 15 de abril de 2018, incluindo 24 meses de carência, juros trimestrais a partir 15 de agosto de 2013 a taxa prefixada de 3%a.a., e amortização do principal em periodicidade mensal a partir de 15 de maio de 2015. As garantias estão compostas por alienação fiduciária de equipamentos do ativo imobilizado da Companhia.

Garantias:

- (a) Notas promissórias, sem aval, no valor de US\$22.262 e US\$2.230;
- (b) Cessão de direitos creditórios e alienação fiduciária de quotas de fundo de investimentos de propriedade dos acionistas controladores.
- (c) Alienação fiduciária dos próprios bens adquiridos.

O cronograma de pagamento dos saldos de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2014 e os respectivos valores nominais são como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2014		2014	
	<u>Valores registrados</u>	<u>Desembolsos Esperados</u>	<u>Valores registrados</u>	<u>Desembolsos Esperados</u>
2015	23.053	27.404	25.136	29.954
2016	22.065	29.537	23.602	31.327
2017	24.210	29.110	25.685	30.779
2018	21.572	24.134	22.849	25.559
Após 2018	<u>26.706</u>	<u>21.223</u>	<u>27.770</u>	<u>22.587</u>
	<u>117.606</u>	<u>131.408</u>	<u>125.042</u>	<u>140.206</u>

As movimentações resumidas dos saldos de empréstimos e financiamentos em 2014 e 2013 foram as seguintes:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Controladora</u>		
Saldos iniciais (circulante e não circulante)	79.676	26.857
Captações	36.668	65.352
Atualização monetária	15.831	3.574
Amortizações de principal	(6.701)	(9.179)
Transferências para fornecedores	-	(4.662)
Amortizações de juros	<u>(7.868)</u>	<u>(2.266)</u>
Saldos finais (circulante e não circulante)	<u>117.606</u>	<u>79.676</u>
<u>Consolidado</u>		
Saldos iniciais (circulante e não circulante)	85.830	31.282
Captações	39.651	69.053
Atualização monetária	16.417	2.814
Amortizações de principal	(8.558)	(9.749)
Transferências para fornecedores	-	(4.662)
Amortizações de juros	<u>(8.298)</u>	<u>(2.908)</u>
Saldos finais (circulante e não circulante)	<u>125.042</u>	<u>85.830</u>

Cláusulas restritivas:

Determinados empréstimos possuem cláusulas financeiras restritivas ("*covenants*"), incluindo, entre outros, garantias reais, restrições quanto à mudança, transferência ou cessão de controle societário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência do credor. Os *covenants* de índices financeiros são os seguintes:

<u>Descrição da cláusula restritiva</u>	<u>Índice requerido</u>
(i) Dívida Líquida / EBITDA (ii)	< 3,5
(ii) EBITDA / Despesa Financeira Líquida (iii)	> 2,0

- (i) Dívida Líquida - soma dos saldos de empréstimos e financiamentos menos saldo de caixa e equivalentes de caixa.
- (ii) EBITDA -lucro antes do resultado financeiro, impostos sobre a renda, depreciações e amortizações.
- (iii) Despesa Financeira Líquida - todas as despesas financeiras menos o total das receitas financeiras.

A Administração acompanha o atendimento das cláusulas estabelecidas e entende que a Companhia atendeu todas as cláusulas restritivas mencionadas acima em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

13. OBRIGAÇÕES FISCAIS, SOCIAIS E SALÁRIOS

A composição é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Salários e encargos sociais	17.454	16.081	21.880	20.495
Impostos retidos a recolher	1.271	1.247	1.697	1.530
Impostos sobre vendas	5.269	5.228	6.057	7.729
Impostos de renda e contribuição social a recolher	1.206	-	1.736	199
	<u>25.200</u>	<u>22.556</u>	<u>31.370</u>	<u>29.953</u>

14. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

Descrição	Item	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Parcelamento ISSQN - 1998 a 2007	(a)	8.672	11.337	13.250	16.067
Parcelamento - multa referente à emissão de documento fiscal	(b)	1.712	1.587	1.712	1.587
Parcelamentos PIS e COFINS		465	1.108	465	1.108
Parcelamento - Lei nº 11.941/09	(c)	32.208	33.226	37.033	38.174
Parcelamento - Lei nº 12.996/14	(d)	3.776	-	6.302	-
Outros		-	573	1.817	2.694
		<u>46.833</u>	<u>47.831</u>	<u>60.579</u>	<u>59.630</u>
Passivo circulante		6.626	4.915	9.342	6.295
Passivo não circulante		40.207	42.916	51.237	53.335

- (a) Refere-se a autos de infração lavrados pela fiscalização municipal decorrente de: (i) apuração e recolhimento, por parte da Companhia, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN na modalidade SPL - Sociedade de Profissional Liberal, durante o período compreendido entre janeiro de 1998 a dezembro de 2002. Em 18 de janeiro de 2008, a Companhia parcelou o referido débito em 180 meses; (ii) recolhimento a menor de ISSQN durante o período de janeiro de 2003 a julho de 2007 cujo parcelamento inicial para pagamento em 60 meses, obtido em 6 de setembro de 2007, foi renegociado em setembro de 2008, em função da compensação de parte dos valores em aberto com precatórios municipais adquiridos pela Companhia.
- (b) Refere-se a auto de infração lavrado pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, em função de emissão de documento fiscal não autorizado pelo referido órgão no período de 1998 a 2002. Em 18 de janeiro de 2008, a Companhia parcelou o referido débito em 180 meses. Em dezembro de 2010, em função da proposição de Lei nº 306/10 da Câmara Municipal de Belo Horizonte, datada de 29 de dezembro de 2010 (transformada na Lei nº 10.082/11 em 12 de janeiro de 2011), que reduziu de 5% para 1% a multa por emissão documento fiscal diverso daquele estabelecido pela legislação tributária municipal.
- (c) A Companhia, com base na Lei Federal nº 11.941, de 27 de maio de 2009, formalizou a opção pelo programa de parcelamento instituído pela referida legislação. Dessa forma, todos os débitos inclusos em parcelamentos federais anteriores, bem como obrigações decorrentes de disputas administrativas e judiciais no que tange a processos tributários e previdenciários foram migrados para este programa. Sobre os

valores foram aplicados os percentuais de redução para parcelamento em até 180 parcelas.

- (d) A Companhia, com base na Lei Federal nº 12.996, de 18 de junho de 2014, formalizou a opção pelo programa de parcelamento instituído pela referida legislação. Dessa forma, os débitos inclusos em parcelamentos federais anteriores, bem como obrigações decorrentes de disputas administrativas e judiciais no que tange a processos tributários foram migrados para este programa. Sobre os valores foram aplicados os percentuais de redução para parcelamento em até 30 parcelas.

15. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões de natureza fiscal, reclamações trabalhistas e processos cíveis. As provisões para riscos são determinadas com base em análises das ações judiciais em curso, autuações e avaliações de riscos onde os prognósticos de perda são considerados prováveis pela administração e pelos seus consultores jurídicos. A composição e a movimentação da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são assim demonstradas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Fiscal (a)	1.548	581	1.548	1.105
Trabalhistas (b)	2.979	3.105	4.786	3.860
Cíveis (c)	2.125	1.854	2.291	1.940
	<u>6.652</u>	<u>5.540</u>	<u>8.625</u>	<u>6.905</u>
Depósitos judiciais	(1.941)	(2.263)	(3.889)	(4.213)
	<u>4.711</u>	<u>3.277</u>	<u>4.736</u>	<u>2.692</u>

A movimentação da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	5.540	6.764	6.905	8.810
Adições	4.585	3.851	5.615	4.678
Pagamentos	(2.672)	(3.465)	(2.921)	(4.863)
Reversões (d)	(801)	(1.610)	(974)	(1.720)
Saldo final	<u>6.652</u>	<u>5.540</u>	<u>8.625</u>	<u>6.905</u>

Com referência aos processos classificados como de risco de perda provável, destacam-se as seguintes discussões na Companhia e em suas controladas.

(a) Fiscais

As provisões para riscos fiscais referem-se, principalmente a:

- (i) Autos de infração lavrados pela Prefeitura Municipal de Contagem - MG, decorrentes do recolhimento a menor, entre junho de 2002 e junho de 2003 e respectivas multas por descumprimento de obrigações acessórias. O montante reconhecido em 31 de dezembro de 2014 é de R\$629 (R\$493 em 31 de dezembro de 2013);
- (ii) Mandado de Segurança objetivando afastar a incidência do imposto de renda retido na fonte - IRRF sobre os valores apurados a título de correção monetária dos

depósitos judiciais, cujo montante é de R\$514 em 31 de dezembro de 2014, sendo que nenhum valor havia sido reconhecido em 2013, visto que no entendimento da administração e de seus assessores jurídicos, não haviam evidências que demonstrassem o desembolso de caixa.

- (iii) Mandado de segurança objetivando promover o desembaraço aduaneiro e a liberação de bens importados, sem comprovação de recolhimento do ICMS, pelo fornecedor. Em 31 de dezembro de 2014, o valor discutido monta em R\$ 379 e no entendimento da administração e de seus assessores jurídicos, não haviam evidências que demonstrassem o desembolso de caixa em 2013.

(b) Trabalhistas

No que diz respeito aos processos trabalhistas em geral, as matérias discutidas são: (i) horas extras; (ii) adicional de insalubridade e periculosidade; (iii) comissões; (iv) equiparação salarial; e (v) danos morais e materiais. Considerando as perdas históricas efetivamente liquidadas, a Administração do Grupo considera que a provisão constituída é suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

O total de reclamações trabalhistas nas quais a Companhia é parte, em 31 de dezembro de 2014, monta em aproximadamente R\$8.373 (R\$9.404 em 31 de dezembro de 2013), dos quais, a Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão para riscos no montante de R\$2.979 na controladora e R\$4.786 no consolidado (R\$3.105 na controladora e R\$3.860 no consolidado em 31 de dezembro de 2013).

(c) Cíveis

A provisão para risco de natureza cível é constituída com base em critérios objetivos, tendo por base a análise individual das ações. O julgamento da probabilidade de desfecho desfavorável é feito com base na análise da Administração, em conjunto com os advogados da Companhia. Em 31 de dezembro de 2014, o total de reclamações de natureza cível monta em aproximadamente R\$20.593 (R\$19.051 em 31 de dezembro de 2013), dos quais a Administração da Companhia constituiu provisão para riscos no montante de R\$2.125 (R\$1.854 em 31 de dezembro de 2013).

(d) Principais reversões

Nos exercícios de 2014 e 2013, as principais reversões ocorreram nas provisões trabalhistas, em função de acordos praticados.

Processos classificados como de risco de perda possível

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui um montante de aproximadamente R\$2.972 (R\$3.340 em 2013) referentes a outros processos classificados como risco de perda possível pelos seus assessores legais, substancialmente referentes a questões tributárias envolvendo contribuição previdenciária.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

Os créditos tributários podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<u>Ativo:</u>				
Créditos constituídos sobre:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.255	1.602	2.478	1.833
Provisão para riscos	2.262	1.884	2.556	2.170
Provisão para tributos sobre serviços executados				
a faturar	368	196	414	227
Provisão outras despesas temporariamente indedutíveis	604	620	1.275	636
Ativo fiscal diferido proveniente de ágio em incorporação reversa (i)	40.855	45.962	40.855	45.962
Outros	587	1.626	2.187	2.838
	<u>46.931</u>	<u>51.890</u>	<u>49.765</u>	<u>53.666</u>
<u>Passivo:</u>				
Impostos diferidos sobre ágio alocado (ii)	-	-	3.538	4.566
Custo atribuído ao ativo imobilizado (iii)	3.164	5.034	3.735	6.508
Atualização opção de compra de investimento	1.898	-	1.898	-
	<u>5.062</u>	<u>5.034</u>	<u>9.171</u>	<u>11.074</u>
Total líquido ativo	41.869	46.856	44.132	47.158
Total passivo	-	-	3.538	4.566

- (i) Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia incorporou a investidora GIF Aperana Participações S.A., cujo saldo do ágio anteriormente registrado na investidora foi integralmente provisionado no momento da incorporação gerando um crédito tributário no valor de 34% do valor do ágio. Referido crédito tributário foi reconhecido em reserva especial de ágio na incorporação em contrapartida de imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos.
- (ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos em combinação de negócios, em decorrência da mais valia de ativos identificados não reconhecidos anteriormente, conforme abaixo demonstrado:

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Ativos totais identificados a valor justo	36.664	36.664
(-) Ativos já reconhecidos anteriormente	(20.563)	(20.563)
(-) Realização por depreciação e amortização	<u>(5.696)</u>	<u>(2.671)</u>
Mais valia proveniente da aquisição de controladas, líquida	<u>10.405</u>	<u>13.430</u>
Impostos sobre a mais valia em combinação de negócios	3.538	4.566

- (iii) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado, conforme mencionado na nota explicativa nº 18.d.

Imposto de renda e contribuição social - conciliação entre as despesas nominal e efetiva.

A conciliação entre as despesas nominal e efetiva do imposto de renda e contribuição social para os exercícios é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	128.696	84.930	131.445	86.623
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculado à alíquota nominal	(43.757)	(28.876)	(44.691)	(29.452)
Ajustes à despesa nominal:				
Resultado de equivalência patrimonial	760	1.602	-	-
Juros sobre capital próprio	-	1.914	-	1.914
Registro inicial de créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	-	-	-	1.118
Efeito sobre resultados de controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	609	901
Gratificações a diretores	(1.091)	-	(1.091)	-
Doações indedutíveis	(148)	-	(148)	-
Outras exclusões (adições), líquidas	(424)	532	(1.732)	313
Imposto de renda e contribuição social	<u>(44.660)</u>	<u>(24.828)</u>	<u>(47.053)</u>	<u>(25.206)</u>

Em 31 de dezembro de 2014, com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo ativo de imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre diferenças intertemporais é demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
2014	7.600	10.113
2015	4.110	4.083
2016	5.059	5.032
2017	5.059	5.032
2018	<u>20.041</u>	<u>19.872</u>
Total	<u>41.869</u>	<u>44.132</u>

As declarações de rendimentos da Companhia estão sujeitas à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Outros impostos, taxas e contribuições estão também sujeitas a estas condições, conforme legislação aplicável.

17. OBRIGAÇÕES POR COMPRA DE INVESTIMENTOS

	31/12/2014	31/12/2013
<u>Opcões de vendas</u>		
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	5.575	5.575
Laboratório Padrão S.A.	14.780	12.665
Diagpar Holding S.A.	3.543	11.240
	<u>23.898</u>	<u>29.480</u>
<u>Outros valores a pagar</u>		
IHP Digimagem Medicina Diagnostica S.A.	4.078	3.821
Laboratório Padrão S.A.	1.734	1.565
Biocod Biotecnologia Ltda.	480	500
Diagnóstika - Unidade Diagnóstica Patologia Cirúrgica Citologia	2.254	2.026
	<u>8.546</u>	<u>7.912</u>
<u>Classificadas como:</u>		
Obrigações por compra de investimentos - Circulante	11.085	-
Obrigações por compra de investimentos - Não circulante	12.813	29.480
Outros passivos não circulantes	8.546	7.912

Opções de vendas

Na data de aquisição dos investimentos listados acima, a Companhia outorgou aos proprietários das participações não controladoras opções para que estes, a seu exclusivo critério, vendam a totalidade das ações detidas por eles nas controladas “Laboratório Padrão”; “Diagpar Holding” e “IHP Digimagem Medicina Diagnóstica”. As opções de venda foram registradas com base no valor justo das ações e posteriormente foram precificadas com base nas condições contratadas, na data de encerramento destas demonstrações financeiras.

As opções de venda podem ser exercidas em até 45 dias contados (i) do primeiro aniversário da data de assinatura de cada acordo; ou (ii) do segundo aniversário da data de assinatura dos referidos acordos.

Caso seja aprovada oferta pública de ações da Companhia, os acionistas não controladores terão direito de solicitar que sejam iniciados os procedimentos para o exercício da opção de venda do total de suas ações, podendo ser a liquidação dessa operação, a critério exclusivo da Companhia, através de troca de ações da Companhia ou em dinheiro.

As parcelas do resultado do exercício atribuíveis às participações não controladoras foram destacadas nas demonstrações do resultado, visto que as referidas opções não foram exercidas e estes são detentores dos benefícios gerados pelas operações dos investimentos, até a efetiva transferência das ações ordinárias das controladas.

Outros valores a pagar

Referem-se às parcelas retidas para garantia de parte da obrigação dos vendedores de indenizar a Companhia em caso de passivos não conhecidos, que serão pagas ao final dos contratos.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o capital social autorizado da Companhia é R\$148.802, dos quais R\$3.168 foram integralizados.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, as ações ordinárias, sem valor nominal, são assim distribuídas:

	<u>Ações</u> <u>Ordinárias</u>	<u>Participação</u> <u>%</u>
AP Participações e Gestão de Negócios Eireli	825.965	22,73%
RP Participações e Gestão de Negócios Eireli	825.965	22,73%
VP Participações e Gestão de Negócios Eireli	825.965	22,73%
Aurea Maria Pardini	21.890	0,60%
Regina Pardini	21.890	0,60%
Victor Pardini	21.890	0,60%
GIF IV Fundo de Investimentos e Participações	1.090.100	30,01%
Total	<u>3.633.665</u>	<u>100,00%</u>

(b) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 está composta por:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Constituição de reserva especial de ágio na incorporação	51.069	51.069
Incorporação de controladora	21	21
	51.090	51.090

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia incorporou a investidora GIF Aperana Participações S.A., cujo saldo do ágio anteriormente registrado na investidora foi integralmente provisionado no momento da incorporação gerando reserva especial de ágio na incorporação no montante de 34% sobre o valor do ágio, registrado como imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos.

(c) Destinação do resultado

- (i) Reserva legal: de acordo com o artigo nº 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal somada às reservas de capital supera em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos. Em 2014 foi constituída reserva legal no valor de R\$4.318 (R\$2.940 em 2013), conforme demonstrado no quadro abaixo.
- (ii) Dividendos mínimos obrigatórios: aos acionistas é assegurado o dividendo mínimo estatutário de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária brasileira, após a constituição da reserva legal, quando aplicável.

A Companhia reconhece os dividendos a pagar em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização dos Pagamentos Dividendos, ou seja, os valores somente são registrados no passivo como dividendos a pagar quando aprovados pela Assembleia de Acionistas, exceto o dividendo mínimo obrigatório, que é reconhecido nas demonstrações financeiras independentemente de já terem sido ratificados pela referida assembleia.

Os cálculos dos dividendos mínimos obrigatórios relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são como segue:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	84.036	60.102
Efeitos das reapresentações das demonstrações financeiras	2.319	(1.297)
Lucro líquido base para efeitos estatutários	86.355	58.805
Reserva legal (5%)	(4.318)	(2.940)
Base de cálculo dos dividendos obrigatórios	82.037	55.865
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	20.509	13.966

Em 2014, a Companhia antecipou R\$13.000 (R\$10.000 em 2013), a título de dividendos sobre o resultado deste exercício.

(d) Ajuste de avaliação patrimonial (controladora e consolidado)

Na controladora, refere-se ao valor atribuído ao custo do ativo imobilizado mencionados na nota explicativa nº 9, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos. A movimentação do ajuste de avaliação patrimonial ocorrida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 pode ser assim demonstrada:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo inicial	9.772	11.559
Baixa líquida de ativos	(2.579)	-
Realização por depreciação	<u>(1.050)</u>	<u>(1.787)</u>
Saldo final	<u><u>6.143</u></u>	<u><u>9.772</u></u>

(e) Participações não controladoras

As participações não controladoras reconhecidas na data de aquisição nas demonstrações financeiras consolidadas foram mensuradas inicialmente com base no valor justo dos ativos líquidos das investidas e, após a data de aquisição, através das movimentações destas empresas controladas, e totalizavam R\$3.921 em 31 de dezembro de 2014 (R\$3.565 em 2013).

(f) Lucro (prejuízo) por ação

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o lucro (prejuízo) líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído.

<u>Básico e diluído</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	84.036	60.102
Quantidade média das ações em circulação (ações em milhares)	<u>3.634</u>	<u>3.634</u>
Lucro (prejuízo) por ação (em R\$) - básico	<u><u>23,127</u></u>	<u><u>16,540</u></u>

19. RECEITA LÍQUIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício é apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receita bruta de prestação de serviços	608.247	533.035	745.238	619.023
(-) Vendas canceladas e outros abatimentos	(2.983)	(714)	(3.239)	(819)
(-) Impostos sobre serviços	<u>(36.253)</u>	<u>(30.443)</u>	<u>(45.470)</u>	<u>(36.476)</u>
Receita líquida de prestação de serviços	<u><u>569.011</u></u>	<u><u>501.878</u></u>	<u><u>696.529</u></u>	<u><u>581.728</u></u>

20. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Material direto e de consumo	140.348	127.657	155.203	135.722
Serviços técnicos especializados	14.804	11.520	20.531	16.772
Depreciação e amortização	28.670	27.829	36.417	33.232
Despesas com salários, encargos sociais e benefícios a empregados	130.827	115.728	175.485	149.240
Despesas com aluguéis de imóveis e veículos	18.627	16.286	28.373	22.077
Despesas com consultoria e serviços	30.806	30.188	45.674	39.762
Despesas com fretes e carretos	33.156	29.627	34.818	30.855
Aluguel e manutenção de máquinas e equipamentos	12.391	19.563	15.768	22.966
Despesas com energia elétrica	4.946	3.996	6.621	5.183
Despesas com telefonia e telecomunicações	3.275	3.025	4.291	3.862
Manutenção de instalações e sistemas	6.259	5.069	7.442	5.696
Outras despesas	21.584	29.693	27.067	24.801
Total	445.693	420.181	557.690	490.168
<u>Classificado como:</u>				
Custo dos serviços prestados	360.568	326.451	457.670	381.455
Despesas com vendas	40.045	33.954	41.346	36.013
Despesas gerais e administrativas	45.080	59.776	58.674	72.700
Total	445.693	420.181	557.690	490.168

21. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(994)	(483)	(1.583)	(665)
Perda na alienação de ativo imobilizado	(221)	(647)	(1.829)	(752)
Taxa de coleta domiciliar e outras	3.235	416	3.390	514
Multas fiscais	(635)	-	(1.188)	-
Outros, líquidos	780	146	(1.783)	1.026
Total	605	(568)	(2.993)	123

22. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<u>Receitas financeiras</u>				
Receita de aplicações financeiras	9.138	5.113	9.413	5.222
Atualização monetária	330	3.129	640	3.535
Receitas de empréstimos a partes relacionadas	3.518	1.332	63	-
Ganho com instrumento derivativo	7.163	-	7.163	-
Descontos obtidos	371	455	615	549
Atualização compromisso por compra de investimento	5.582	-	5.582	-
Outras receitas financeiras	976	1.268	1.010	1.303
Total	27.078	11.297	24.486	10.609
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(10.451)	(3.551)	(11.208)	(4.263)
Comissões bancárias	(827)	(529)	(996)	(567)
Atualização de passivos comerciais e tributários	(5.564)	(3.601)	(7.621)	(5.283)
Descontos concedidos	(876)	(2.001)	(891)	(1.994)
Impostos de operações financeiras	(10)	(16)	(408)	(148)
Outras despesas financeiras	(73)	(674)	(158)	(1.472)
Total	(17.801)	(10.372)	(21.282)	(13.727)
<u>Variação cambial</u>				
Receita de variação cambial	1.770	1.651	1.777	1.651
Despesas de variação cambial	(9.377)	(3.488)	(9.382)	(3.593)
Total	(7.607)	(1.837)	(7.605)	(1.942)
Resultado financeiro, líquido	1.670	(912)	(4.401)	(5.060)

23. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Plano de previdência privada

A Companhia patrocina com o propósito de suplementar a aposentadoria de seus funcionários, um plano restrito a funcionários com vínculo empregatício, contratado com o segurador Sul América S.A., que possui como principal característica o fato da patrocinadora não ter a obrigação legal ou constituída de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos, caracterizando-se como um plano de contribuição definida. Atualmente, a Companhia contribui com o mesmo montante depositado pelo funcionário, limitado a 1,8% da remuneração total.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, estes pagamentos foram de R\$441 (R\$377 em 31 de dezembro de 2013).

(b) Seguro de vida

A Companhia possui a política de seguro de vida a todos os seus funcionários, onde o custo é totalmente pago pela Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, estes pagamentos foram de R\$296 (R\$277 em 31 de dezembro em 2013).

(c) Seguro saúde

O seguro saúde é oferecido aos funcionários, de acordo com os critérios definidos na política da Companhia, onde a Companhia contribui com a maior parte do custo no plano completo e o colaborador contribui com um valor simbólico, que varia conforme a remuneração individual. O plano de saúde oferecido abarca apenas os colaboradores, para os dependentes a Companhia tem a política de negociar um valor diferenciado com débito em folha de pagamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 os valores correspondentes ao custo de Seguro Saúde pagos pela Companhia foram de R\$4.573 (R\$4.223 em 31 de dezembro de 2013).

(d) Benefícios pós-emprego

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, tais como complemento de aposentadoria, seguro e assistência médica, nem remuneração com base em participações em ações de seus administradores.

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os valores a receber de partes relacionadas, e suas respectivas taxas de remuneração em 31 de dezembro de 2014 e 2013, são os seguintes:

<u>Mutuário</u>	<u>Controladora</u>		<u>Taxa</u>
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	26.790	15.882	CDI + 3,5% a.a.
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda.	-	568	CDI + 3,5% a.a.
Laboratório Pro Abordagem-Progenética	-	723	CDI + 3,5% a.a.
Biocod Biotecnologia Ltda.	-	585	CDI + 3,5% a.a.
Centro Diferenciado de Diagnóstico por Imagem	522	382	CDI + 3,5% a.a.
Diagpar Holding S.A.	-	206	CDI + 3,5% a.a.
HP Trading	-	8	CDI + 3,5% a.a.
Laboratório Padrão S.A.	2.489	194	CDI + 3,5% a.a.
Diagnostika Uni Diag.em Pat. Cir. e Cit. Ltda.	1.880	-	CDI + 3,5% a.a.
MCF Serviços Médicos Ltda.	363	548	2,05853% a.t.
	<u>32.044</u>	<u>19.096</u>	

As operações referem-se basicamente a operações de mútuo entre empresas do grupo, cujos contratos não estabelecem montantes, datas de vencimentos e vigência dos contratos, bem como não são requeridas garantias.

Os valores a receber com partes relacionadas não eliminados na consolidação são os seguintes:

<u>Mutuário</u>	<u>Consolidado</u>		<u>Taxa</u>
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	
MCF Serviços Médicos Ltda.	363	548	2,05853% a.t.

Os saldos de dividendos a receber, demonstrados na controladora, referem-se às parcelas dos dividendos mínimos obrigatórios calculados pelas seguintes controladas:

<u>Dividendos a receber</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Laboratório Padrão S.A.	2.184	762
Diagpar Holding. S.A	699	-
Laboratório Pro Abordagem - Progenética	470	146
	<u>3.353</u>	<u>908</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, a Companhia realizou as seguintes transações com partes relacionadas:

<u>Controladora</u>	<u>2014</u>		
	<u>Receita de serviços prestados</u>	<u>Rateios (*)</u>	<u>Receitas financeiras</u>
Laboratório Pro Abordagem - Progenética	138	249	112
Biocod Biotecnologia Ltda.	548	-	110
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	1.648	3.938	2.910
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda.	-	69	63
Centro Diferenciado de Diagnóstico por Imagem	-	91	52
Laboratório Padrão S.A.	2.790	1.062	95
Diagnóstika - Unidade Diagnóstica Patologia Cirúrgica Citologia	9	1.937	111
	<u>5.133</u>	<u>7.346</u>	<u>3.453</u>

(*) Referem-se aos rateios das despesas do centro de serviços compartilhados. O valor da Digimagem inclui o valor de R\$352 referente à rateio de aluguel de imóvel, dos quais R\$35 encontravam-se em aberto em 31 de dezembro de 2014.

<u>Controladora</u>	<u>2013</u>	
	<u>Receita de serviços prestados</u>	<u>Receitas financeiras</u>
Laboratório Pro Abordagem - Progenética	2.884	34
Biocod Biotecnologia Ltda.	3.052	51
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	-	1.079
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda.	-	28
Centro Diferenciado de Diagnóstico por Imagem	-	15
Laboratório Padrão S.A.	-	25
Diagnóstika - Unidade Diagnóstica Patologia Cirúrgica Citologia	183	-
	<u>6.119</u>	<u>1.232</u>

As receitas de serviços prestados têm registros contábeis correspondentes como custos pelas empresas tomadoras de serviços, não havendo lucro não realizado nas transações entre as empresas do Grupo.

As transações com outras partes relacionadas consistem em despesas de aluguel de imóveis de propriedade da EIVA - Empresa de Empreendimentos Imobiliários Vista Alegre, cujos cotistas são AP Participações e Gestão de Negócios Eireli, VP Participações e Gestão de Negócios Eireli, RP Participações e Gestão de Negócios Eireli, totalizando R\$8.497 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (R\$7.793 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013).

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<u>Ativos financeiros:</u>				
<u>Empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	161.471	71.305	170.668	76.895
Aplicações financeiras vinculadas	7.360	6.263	7.360	6.263
Contas a receber de clientes	73.026	93.548	96.786	109.936
Depósitos judiciais	1.941	2.263	3.889	4.213
Dividendos a receber	3.353	908	-	-
Valores a receber de partes relacionadas	32.044	19.096	363	548
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Instrumento financeiro derivativo	7.163	-	7.163	-
<u>Passivos financeiros:</u>				
<u>Outros passivos mensurados ao custo amortizado:</u>				
Fornecedores	57.493	75.849	62.932	79.191
Empréstimos e financiamentos	117.606	79.676	125.042	85.830
Dividendos a pagar	16.308	8.799	16.908	9.083
Parcelamentos tributários	46.833	47.831	60.579	59.630
Obrigação por compra de investimentos	32.444	37.392	32.444	37.392

Estimativa do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de determinados ativos e passivos financeiros. O valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.
- Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Com exceção do instrumento financeiro derivativo (*swap*), reconhecido pelo valor justo - nível 2, a Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois:

- (a) As taxas contratadas dos empréstimos e financiamentos para transações similares de FINAME e FINEP são próximas às taxas de juros atualmente praticadas no mercado, e/ou;
- (b) O vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às dos balanços.

Os principais fatores de riscos inerentes às operações da Companhia são expostos a seguir:

(a) Gestão do risco de capital

O Grupo administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

O Grupo não está sujeito a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia e de suas controladas. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento.

- (b) Exposição a riscos de taxas de juros: o Grupo está exposto a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos e financiamentos contratados vinculados, principalmente ao CDI e taxas pré-fixadas.

Para a realização da análise de sensibilidade demonstrada no quadro a seguir, a Administração utilizou como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes por ocasião do encerramento do exercício, por entender que, devido à volatilidade de mercado, o cenário provável (cenário base) seria equiparado ao de 31 de dezembro de 2014, para aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos atrelados a taxas pós-fixadas, consideradas para essa análise de sensibilidade como a variável de risco. Assim, a Companhia estima no cenário base o CDI em 12,00% ao ano. Já o "Cenário possível" contempla uma redução de 25% nas taxas em questão e o "Cenário remoto" uma redução de 50%.

		Controladora			
		31/12/2014			
	Indexador	Valor	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Aplicações financeiras	CDI	156.654	18.798	14.099	9.399
Empréstimos e financiamentos	CDI	(59.047)	(7.086)	(5.314)	(3.543)
Exposição líquida		97.607	11.713	8.785	5.856
Redução das receitas financeiras em relação ao cenário base			-	(2.928)	(5.856)

		Consolidado			
		31/12/2014			
	Indexador	Valor	Cenário base	Cenário possível	Cenário remoto
Aplicações financeiras	CDI	159.375	19.125	14.344	9.563
Empréstimos e financiamentos	CDI	(59.047)	(7.086)	(5.314)	(3.543)
Exposição líquida		100.328	12.039	9.030	6.020
Redução das receitas financeiras em relação ao cenário base			-	(3.010)	(6.020)

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os passivos financeiros não derivativos são: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos derivativos para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e de taxa variável de juros. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge, nos casos de adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting).

- (c) Concentração de risco de crédito: decorre da possibilidade de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. As atividades operacionais da Companhia, principalmente em relação às contas a receber, e as atividades de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros, geram exposição da Companhia ao mencionado risco de crédito. Para mitigar esses riscos, a Administração do Grupo acompanha rigorosamente os fluxos de recebíveis, além de fazer o acompanhamento permanente das posições em aberto. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.
- (d) Exposição a riscos cambiais: o resultado das operações do Grupo é afetado pelo risco de oscilações das taxas de câmbio, pois uma parcela de suas obrigações é denominada em moedas estrangeiras (euro e dólar norte-americano). Estes riscos são avaliados e, se necessários, mitigados pela área financeira, que monitora periodicamente os fluxos financeiros e operacionais do Grupo.

O Grupo possui os seguintes passivos em moeda estrangeira, que podem afetar o seu resultado pelas variações das taxas de câmbio:

	Moeda	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Fornecedores	EUR	2.369	2.652	2.383	2.652
Fornecedores	USD	868	2.805	868	2.805
Empréstimos e financiamentos	USD	22.576	22.576	22.576	23.004

A Companhia contratou swap visando se proteger do aumento da cotação do dólar, que influencia diretamente nos contratos de financiamentos. Os efeitos no resultado são reconhecidos em "receitas financeiras", em contrapartida de "Instrumentos financeiros passivos" para o saldo de diferencial a pagar e em "Instrumentos financeiros ativos" para o saldo de diferencial a receber. As principais condições contratuais são as seguintes:

Controladora e Consolidado							
Vencimento	Valor Nocial 31/12/2014	Posição ativa		Posição passiva		Valor justo	
		Indexador	Taxa (% a.a.)	Indexador	Taxa (% a.a.)	31/12/2014	
Itaú	05/07/2018	50.000	USD	2,82%	CDI	1,50	7.163

O valor justo do swap, incluído na categoria Nível 2, foi determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, com base em uma análise do fluxo de caixa descontado, e a informação mais significativa é a taxa de desconto que reflete o risco de crédito de contrapartes.

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de risco cambial do Grupo, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou um cenário base de variação das taxas de câmbio de seus passivos financeiros, de acordo com a data de vencimento de cada operação. As taxas de câmbio prováveis utilizadas foram:

Moeda	Cotações prováveis
Dólar norte-americano	R\$2,7026
Euro	R\$3,3996

Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

A seguir, é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações nas taxas de câmbio sobre a exposição cambial líquida do Grupo:

	31.12.2014			
	Controladora			
	Valor	Base	Possível	Remoto
Exposição líquida em EUR	(7.645)	(8.054)	(10.068)	(12.081)
Exposição líquida em USD - Fornecedores	(2.306)	(2.346)	(2.933)	(3.519)
Exposição líquida em USD - Empréstimos	(60.225)	(61.014)	(76.268)	(91.521)
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP (ponta ativa)	53.062	53.757	67.196	80.636
Exposição líquida após derivativos	(17.113)	(17.657)	(22.073)	(26.485)
Efeito Líquido da Variação Cambial - (perda)		(544)	(4.960)	(9.372)

	31.12.2014			
	Consolidado			
	Valor	Base	Possível	Remoto
Exposição líquida em EUR	(7.690)	(8.101)	(10.126)	(12.152)
Exposição líquida em USD - Fornecedores	(2.306)	(2.346)	(2.933)	(3.519)
Exposição líquida em USD - Empréstimos	(60.225)	(61.014)	(76.268)	(91.521)
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP (ponta ativa)	<u>53.062</u>	<u>53.757</u>	<u>67.196</u>	<u>80.636</u>
Exposição líquida após derivativos	(17.159)	(17.704)	(22.131)	(26.556)
Efeito Líquido da Variação Cambial - (perda)		<u>(545)</u>	<u>(4.972)</u>	<u>(9.397)</u>

- (e) **Risco de liquidez:** o risco de liquidez consiste na eventualidade de o Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com as obrigações associadas aos passivos financeiros em função dos diferentes prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações. O Grupo estrutura os vencimentos dos seus empréstimos e financiamentos conforme demonstrado na nota explicativa nº12. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é efetuado diariamente pelas suas áreas de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos e/ou aportes de capitais dos acionistas, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

	Controladora			
	até 1 ano	entre 1 e 2 anos	mais de 2 anos	Total
<i>Ativo</i>				
Contas a receber	73.026	-	-	73.026
Partes relacionadas	-	32.044	-	32.044
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	7.163	7.163
<i>Passivo</i>				
Fornecedores	57.493	-	-	57.493
Empréstimos e financiamentos	23.053	22.065	72.488	117.606
Parcelamento de impostos	6.626	6.626	33.581	46.833
Contas a pagar - aquisição de empresas	11.085	21.359	-	32.444

	Consolidado			
	até 1 ano	entre 1 e 2 anos	mais de 2 anos	Total
<i>Ativo</i>				
Contas a receber	96.786	-	-	96.786
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	7.163	7.163
<i>Passivo</i>				
Fornecedores	62.932	-	-	62.932
Empréstimos e financiamentos	25.136	23.602	76.304	125.042
Parcelamento de impostos	9.342	9.342	41.895	60.579
Contas a pagar - aquisição de empresas	11.085	21.359	-	32.444

26. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES

O pessoal-chave da administração inclui quatro membros do conselho de administração e, seis diretores executivos. Os membros do Conselho de Administração não têm direito ao recebimento de participação nos lucros e bônus, para exercer tais funções.

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Remuneração do Conselho de Administração	421	421
Remuneração da Diretoria Executiva	3.607	2.842
Bônus	1.141	840
Participação nos lucros e resultados	11	4
Benefícios Indiretos (*)	318	270
Encargos sociais	1.790	1.407
Total	<u>7.288</u>	<u>5.784</u>

(*) Estes benefícios referem-se ao plano de saúde, plano odontológico, previdência privada e seguro de vida.

A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado.

27. SEGUROS

É política da Companhia e de suas controladas manter cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia possuía apólices de seguro com indenização máxima prevista de R\$320.715, em que estão cobertos, entre outros, incêndios, alagamentos, acidentes de trabalho, danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O).

Todas as apólices de seguros foram contratadas em Sociedades de seguros do mercado brasileiro.

A Companhia pagou prêmio de seguro no montante total de R\$174 em 2014 e 2013.

As premissas de riscos adotados, devida à sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Administração do Grupo efetua análises baseada em dois segmentos de negócio relevantes: Laboratório de referência e Unidades de atendimento. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são considerados pela administração da companhia como unidades de negócio estratégicas.

Os segmentos podem ser assim descritos:

(i) Unidades de Atendimento (PSC)

Atendimento direto ao cliente pela Companhia através de suas Unidades de Atendimento, que engloba os serviços incluídos no segmento Unidades de Atendimento. A Companhia atua nas áreas de análises clínicas diretamente, executando os exames através de seu Núcleo Técnico Operacional (“NTO”) e de seus Núcleos Técnicos Avançados (“NTA”), e na área de diagnósticos por imagem, métodos gráficos e medicina nuclear.

(ii) Laboratório de Referência (lab-to-lab)

Serviços de apoio a laboratórios conveniados em todo o território nacional através de uma grande capilaridade logística, sistemas de TI integrados, através das marcas “Hermes Pardini”, “Diagnóstika” e “Progenética”.

Instituto Hermes Pardini S.A.

	Laboratórios de referência		Unidades de atendimento		Eliminações/Reclassificações (*)		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Receita Líquida	398.553	325.785	303.445	258.039	(5.469)	(2.096)	696.529	581.728
Custos	(249.134)	(208.749)	(210.982)	(172.131)	2.446	(575)	(457.670)	(381.455)
Lucro Bruto	149.419	117.036	92.463	85.908	(3.023)	(2.671)	238.859	200.273
Despesas Operacionais:								
Com Vendas	(30.212)	(26.584)	(11.134)	(9.429)	-	-	(41.346)	(36.013)
Gerais, Administrativas e outras	(25.802)	(33.133)	(36.582)	(38.047)	717	(1.397)	(61.667)	(72.557)
Resultado antes das despesas, financeiras líquidas (EBIT)	93.405	57.319	44.747	38.432	(2.306)	(4.068)	135.846	91.683
Despesas financeiras, líquidas							(4.401)	(5.060)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social							131.445	86.623
Imposto de renda e contribuição social					1.028	888	(47.053)	(25.206)
Lucro líquido							84.392	61.417

(*) As eliminações e reclassificações referem-se a transações entre os segmentos operacionais.

	Laboratórios de referência		Unidade de atendimento		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Ágio	38.286	38.051	80.178	80.178	118.464	118.229
Imobilizado	1.008	1.103	2.194	2.468	3.202	3.571
Marcas e patentes	76	115	2.058	2.103	2.134	2.218
Contratos com clientes	1.518	1.642	82	102	1.600	1.744
Outros	369	413	-	-	369	413
Ativos não alocados					580.049	487.756
Total do ativo					705.818	613.931

29. COMPROMISSOS FUTUROS

- (a) Contratos de aluguéis: a Companhia possui contratos de aluguel de imóveis relacionados às suas unidades de atendimentos, postos de coletas e unidades administrativas. Em sua grande maioria estes contratos são mantidos com a parte relacionada Empreendimentos Imobiliários Vista Alegre.

Os contratos de aluguéis são, em geral, por prazo indeterminado e sofrem correção anual com base no IGP-M.

Os montantes estimados a serem pagos para os próximos 5 anos dos aluguéis contratados até 31 de dezembro de 2014 são como segue:

	<u>Cronograma de pagamento</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2015	8.997	17.577
2016	9.487	18.537
2017	9.978	19.499
2018	10.488	20.495
2019	11.009	21.514
	<u>49.959</u>	<u>97.622</u>

- (b) Contratos de manutenção de máquinas: no curso normal das operações, a empresa tem por prática manter contratos de aluguéis e manutenção de equipamentos de alta tecnologia para uso na prestação de serviços. Alguns contratos são por prazo indeterminado, não sendo, por isso, possível estabelecer o montante total de desembolsos futuros.

Os montantes estimados a serem pagos para os próximos 5 anos dos contratos de de aluguéis e manutenção de máquinas, contratados até 31 de dezembro de 2014 são como segue:

	<u>Cronograma de pagamento</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2015	9.674	11.992
2016	10.201	12.644
2017	10.729	13.297
2018	11.277	13.975
2019	11.837	14.668
	<u>53.718</u>	<u>66.576</u>

- (c) Contratos de locação de veículos: a Companhia possui contratos de locação de veículos para toda sua frota. Os contratos são assinados para períodos não superiores a 24 meses de modo a permitir a renegociação dos valores cobrados pelas locadoras. Atualmente, a Companhia possui contratos assinados com dois grandes fornecedores.

Os contratos de locação de veículos são cobrados com base em uma tabela fixa mais custos variáveis decorrentes de excesso de quilometragem. A correção dos valores acontece no momento da renegociação do contrato.

Os montantes dos aluguéis contratados até 31 de dezembro de 2014 são como segue:

	<u>Cronograma de pagamento</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2015	3.759	3.898
2016	3.964	4.111
2017	4.169	4.324
2018	4.382	4.545
2019	4.600	4.772
	<u>20.874</u>	<u>21.650</u>

30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia realizou aplicação de recursos não envolvendo caixa, portanto, não estando estas refletidas na demonstração dos fluxos de caixa. As referidas operações são como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Aumento do saldo de empréstimos e financiamentos contra outros ativos em decorrência de contrato de swap cambial	7.163	-	7.163	-
Saldos de arrendamentos mercantis transferidos da rubrica de empréstimos e financiamentos para a rubrica de fornecedores	-	4.662	-	4.662
Contraprestações a transferir decorrentes da aquisição de investimentos	-	23.905	-	23.905
Baixa de ativos imobilizados contra a rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial	<u>2.579</u>	<u>-</u>	<u>2.579</u>	<u>-</u>
	<u>9.742</u>	<u>28.567</u>	<u>9.742</u>	<u>28.567</u>

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aquisição de participação societária

Em 8 de dezembro de 2015, a Companhia firmou contrato de compra e venda de 60.000 ações, correspondentes a 15% do capital social, detidas por outros acionistas na controlada Laboratório Padrão S.A., pelo valor de R\$10.366. O valor foi pago mediante transferência bancária e registrado em contrapartida a rubrica de obrigações por compra de investimentos, no passivo não circulante.

Aquisição de participação societária

Em 31 de agosto de 2016 o Conselho de Administração do Instituto Hermes Pardini aprovou a aquisição da totalidade da participação societária nas empresas Centro de Medicina Nuclear da Guanabara Ltda. e Diagnósticos Serviços Médicos Auxiliares Ltda., ambas com sede na cidade do Rio de Janeiro. O contrato de compra e venda de quotas referente a esta aquisição foi assinado pelas partes no dia 22 de outubro de 2016 e a aprovação sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) foi publicada no dia 2 de dezembro. A aquisição é parte da estratégia do Instituto Hermes Pardini de expansão do seu segmento de Unidades de Atendimento ao Paciente (PSCs) em grandes regiões metropolitanas.

O preço de aquisição da totalidade da participação societária nas empresas foi de R\$120.785, sujeito a ajustes referentes a variação do capital de giro e variação da dívida líquida até 31 de dezembro de 2016. Deste valor, foram pagas uma parcela à vista no valor de R\$65.361 e uma parcela retida no valor de R\$ 50.000 e uma parcela depositada a

favor da conta de garantia de ajustes no valor de R\$ 5.424. A administração do Instituto Hermes Pardini, até a data destas demonstrações financeiras, ainda não havia concluído a revisão da avaliação e mensuração dos ativos e passivos assumidos a valores justos, de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de negócios.

Distribuição de dividendos

Os acionistas da Companhia, através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 dezembro de 2016, decidiram pela distribuição de dividendos no valor de R\$ 214.286, sendo: (a) R\$11.803 relativos à distribuição intermediária de lucros acumulados durante o exercício de 2016 e apurados em balanço especialmente levantado em 30 de setembro de 2016 (ficando consignada a existência de reservas de capital em montante superior ao da distribuição, para os fins do §1º do Artigo 204 da Lei 6.404/76); e (b) R\$ 202.482 referentes às reservas de lucros da Companhia, conforme saldo credor na conta “Retenção de Lucros” das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a serem distribuídos proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social da Companhia. Os dividendos constituirão créditos dos acionistas contra a Companhia e deverão ser pagos da seguinte forma: (i) R\$100.000 até o dia 31 de janeiro de 2017; e (ii) o saldo, no valor de R\$ 114.286, até o dia 30 de abril de 2017 ou na data de divulgação do anúncio de início de distribuição de ações da oferta pública inicial de ações da Companhia, o que ocorrer primeiro. Na oportunidade, a totalidade dos acionistas presentes renunciou, expressamente e sem quaisquer restrições, ao direito de receber o pagamento dos dividendos até o encerramento do exercício social de 2016, conforme art. 205, §3º, da Lei nº 6.404/1976.

A administração considera que a liquidação destes dividendos se dará com a própria geração de caixa da Companhia e captação de recursos junto a instituições financeiras onde possui linhas pré-aprovadas com custos dentro das expectativas da Administração. Esta iniciativa aumentará alavancagem aprimorando o financiamento das atividades com a utilização de capital de terceiros, reduzindo a exposição do capital próprio.

Capital social autorizado

Mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia, em assembleia geral extraordinária realizada em 9 de dezembro de 2016, o capital social da Companhia poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$2.000.000.

Aquisição de participação societária

Durante o exercício de 2016, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações, tendo por objeto a aquisição do restante do capital das controladas, conforme descrito no quadro abaixo:

<u>Nome da Controlada</u>	<u>% de participação adquirido</u>	<u>Valor</u>	<u>Data da aquisição</u>
Laboratório Padrão S.A.	5%	3.455	29/12/2016
Laboratório Pró abordagem Genômica Diagnósticos S.A.	39%	8.485	29/12/2016
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	30%	13.500	29/12/2016

Parte dos valores pagos, no montante de R\$9.395, já estavam registrados no passivo, na rubrica “Obrigações por compra de investimentos”.

32. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pelo conselho de administração em 18 de janeiro de 2017.

DIRETORIA

Roberto Santoro Meirelles
Presidente Executivo

Camilo De Lelis Maciel Silva
Diretor Administrativo e Financeiro

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Fernando César Sales de Faria
Contador
CRC MG - 055.016/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Auditores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as informações financeiras (Controladora e Consolidado) relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2014.

Belo Horizonte, 19 de janeiro de 2017.

Diretor Presidente - Roberto Santoro Meirelles

Diretor Administrativo e Financeiro - Camilo de Lelis Maciel Silva

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no parecer dos Auditores Independentes, datado em 19 de janeiro de 2017, relativo às informações financeiras (Controladora e Consolidado) referente ao período findo em 31 de dezembro de 2014.

Belo Horizonte, 19 de janeiro de 2017.

Diretor Presidente - Roberto Santoro Meirelles

Diretor Administrativo e Financeiro - Camilo de Lelis Maciel Silva

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Formulário de Referência da Companhia nos Termos da Instrução CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Formulário de Referência da Companhia nos Termos da Instrução CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	5
2.3 - Outras informações relevantes	7

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	8
3.2 - Medições não contábeis	9
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	13
3.4 - Política de destinação dos resultados	14
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	16
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	17
3.7 - Nível de endividamento	18
3.8 - Obrigações	19
3.9 - Outras informações relevantes	20

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	21
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	39
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	45
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	48
4.5 - Processos sigilosos relevantes	51
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	52
4.7 - Outras contingências relevantes	55

Índice

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	56
5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Política de gerenciamento de riscos	57
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	60
5.3 - Descrição dos controles internos	63
5.4 - Alterações significativas	66
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	67
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	68
6.3 - Breve histórico	69
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	72
6.6 - Outras informações relevantes	73
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	74
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	82
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	85
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	98
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	99
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	109
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	111
7.8 - Políticas socioambientais	113
7.9 - Outras informações relevantes	115
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Negócios extraordinários	116
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	117
8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	118

Índice

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	119
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	120
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	121
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	125
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	138
9.2 - Outras informações relevantes	143
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	145
10.2 - Resultado operacional e financeiro	181
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	184
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	186
10.5 - Políticas contábeis críticas	188
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	190
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	192
10.8 - Plano de Negócios	193
10.9 - Outros fatores com influência relevante	196
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	197
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	198
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	199
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	204
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	209
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	212
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	213
12.7/8 - Composição dos comitês	217

Índice

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	218
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	219
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	245
12.12 - Práticas de Governança Corporativa	246
12.13 - Outras informações relevantes	249
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	251
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	255
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	259
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	261
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	266
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	267
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	268
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	269
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	270
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	271
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	273
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	274
13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	275
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	276
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	277
13.16 - Outras informações relevantes	278
14. Recursos humanos	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	279

Índice

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	283
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	284
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	286
14.5 - Outras informações relevantes	288
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	289
15.3 - Distribuição de capital	295
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	296
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	297
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	306
15.7 - Principais operações societárias	307
15.8 - Outras informações relevantes	313
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	314
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	315
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	324
16.4 - Outras informações relevantes	325
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	326
17.2 - Aumentos do capital social	327
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	328
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	329
17.5 - Outras informações relevantes	330
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	331

Índice

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	332
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	334
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	335
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	336
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	337
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	338
18.8 - Títulos emitidos no exterior	339
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	340
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	341
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	342
18.12 - Outras informações relevantes	343
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	344
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	345
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	346
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	347
20.2 - Outras informações relevantes	348
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	349
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	350
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	354
21.4 - Outras informações relevantes	355

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Roberto Santoro Meirelles

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Camilo de Lelis Maciel Silva

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

- a. reviram o formulário de referência
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

1.1 Declaração do Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário Roberto Santoro Meirelles
Cargo do responsável Diretor Presidente

O Diretor Presidente acima qualificado declara que:

- a. reviu o formulário de referência.
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



Roberto Santoro Meirelles
Diretor Presidente

1.2 Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Camilo de Lelis Maciel Silva
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

O Diretor de Relações com Investidores acima qualificado declara que:

- a. reviu o formulário de referência.
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



Camilo de Lelis Maciel Silva
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

O Diretor Presidente e o Diretor de Relações com Investidores da Companhia já prestaram suas declarações individuais nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	385-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes		
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11		
Período de prestação de serviço	01/01/2013 a 31/12/2014		
Descrição do serviço contratado	<p>(i) Auditoria das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013;</p> <p>(ii) Auditoria das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014;</p> <p>(iii) Revisão das informações financeiras intermediárias (ITR);</p> <p>(iv) Prestação de serviços no âmbito da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia em 2016, incluindo a emissão da carta de conforto; (v) Reemissão das demonstrações financeiras dos exercício financeiros findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.</p> <p>Até a data deste Formulário de Referência, não foram contratados outros serviços, além dos acima informados.</p> <p>Não houve pagamento de remuneração aos auditores em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.</p>		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Em 2015, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi substituída pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, por rodízio voluntário.		
Justificativa da substituição	Não aplicável, tendo em vista que houve concordância da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para a substituição de auditores independentes.		
Razão apresentada pelo auditor em caso de discordância da justificativa do emissor			
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
José Ricardo Faria Gomez	01/01/2013 a 31/12/2014	144.346.268-33	Rua Parailba, nº 1.122 - 21º andar, Savassi, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30130-145

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20
Período de prestação de serviço	01/01/2015
Descrição do serviço contratado	<p>(i) Auditoria das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015;</p> <p>(ii) Revisão das informações financeiras trimestrais da Companhia, relativas aos trimestres encerrados em 31 de março de 2015, 30 de junho de 2015 e 30 de setembro de 2015;</p> <p>(iii) Revisão das informações financeiras trimestrais da Companhia, relativas aos trimestres encerrados em 31 de março de 2016, 30 de junho de 2016 e 30 de setembro de 2016;</p> <p>(iv) Emissão do relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 de acordo com o IFRS;</p> <p>(v) Prestação de serviços no âmbito da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia em 2016, incluindo a emissão da carta de conforto.</p> <p>(vi) Prestação de outros serviços pelos auditores independentes relacionados ao setor de fusões e aquisições da Companhia nos exercícios de 2015 e 2016.</p> <p>Até a data deste Formulário de Referência, não foram contratados outros serviços, além dos acima informados.</p> <p>São devidos aos auditores os seguintes valores como remuneração pelos serviços descritos acima:</p> <p>(i) Auditoria das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015: R\$ 200.000,00 ;</p> <p>(ii) Revisão das informações financeiras trimestrais da Companhia, relativas aos trimestres encerrados em 31 de março de 2015, 30 de junho de 2015 e 30 de setembro de 2015: R\$180.000,00;</p> <p>(iii) Revisão das informações financeiras trimestrais da Companhia, relativas aos trimestres encerrados em 31 de março de 2016, 30 de junho de 2016 e 30 de setembro de 2016: R\$210.000,00;</p> <p>(iv) Reemissão do relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 de acordo com o IFRS: R\$66.000,00;</p> <p>(v) Prestação de serviços no âmbito da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia em 2016, incluindo a emissão da carta de conforto: R\$ 690.000,00;</p> <p>(vi) Prestação de outros serviços pelos auditores independentes relacionados ao setor de fusões e aquisições da Companhia nos exercícios de 2015 e 2016: R\$ 290.555,30 .</p> <p>Não houve substituição dos auditores independentes.</p> <p>Não houve substituição dos auditores independentes.</p>
Justificativa da substituição	
Razão apresentada pelo auditor em caso de discordância da justificativa do emissor	
Nome responsável técnico	Guilherme Campos e Silva
Período de prestação de serviço	01/01/2015
CPF	714.114.966-04
Endereço	Rua dos Inconfidentes, 911, 17º e 18º andares, Savassi, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30140-128

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia entende que todas as informações relevantes foram incluídas nos demais itens desta Seção 2 do Formulário de Referência.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (30/09/2016)	Exercício social (31/12/2015)	Exercício social (31/12/2014)	Exercício social (31/12/2013)
Patrimônio Líquido	507.652.000,00	423.714.000,00	355.800.000,00	294.496.000,00
Ativo Total	839.876.000,00	803.923.000,00	705.818.000,00	613.931.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	675.102.000,00	771.786.000,00	696.529.000,00	581.728.000,00
Resultado Bruto	226.083.000,00	264.461.000,00	238.859.000,00	200.273.000,00
Resultado Líquido	83.938.000,00	90.832.000,00	84.392.000,00	61.417.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	3.633.665	3.633.665	3.633.665	3.633.665
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	139,710000	116,610000	97,920000	81,050000
Resultado Básico por Ação	22,900000	24,770000	23,130000	16,540000
Resultado Diluído por Ação	22,90	24,77	23,13	16,54

3.2 - Medições não contábeis

EBITDA

O EBITDA é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 (“**Instrução CVM 527**”), conciliada com suas demonstrações financeiras, que consiste no resultado líquido do período acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e das despesas de depreciação e amortização do mesmo período. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA do período pela receita líquidas de vendas do mesmo período.

O EBITDA e a margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser consideradas como alternativa ao lucro líquido, ao fluxo de caixa operacional, assim como não devem ser consideradas como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia.

Não obstante o EBITDA possuir um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado considerado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA preparado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 527 por companhias que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527.

O EBITDA apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade ou geração de caixa, em razão de não considerar determinadas custos e despesas decorrentes dos negócios da Companhia, que poderiam afetar de maneira significativa os lucros da Companhia, tais como: despesas financeiras, tributos e custos de depreciação e amortização.

EBIT

O EBIT consiste no resultado líquido do período, acrescido do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro do mesmo período. A margem EBIT do período é calculada pela divisão do EBIT pela receita líquida de prestação de serviços do mesmo período.

O EBIT e a margem EBIT não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser consideradas como alternativa ao lucro líquido, ao fluxo de caixa operacional, assim como não devem ser consideradas como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia.

ROIC sem ágio

O ROIC sem ágio (*return over invested capital without goodwill*) é a taxa de retorno sobre o capital investido e consiste no EBIT do período, líquido de dedução do imposto de renda teórico, calculado pela multiplicação da rubrica EBIT por uma alíquota estimada 34% dividido pelo capital investido médio. O capital investido médio, por sua vez, consiste na média entre o período atual e o período anterior da somatória das contas de capital de giro, imobilizado e intangível, deduzido do ágio registrado no intangível.

3.2 - Medições não contábeis

O ROIC sem ágio não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido, ao fluxo de caixa operacional, assim como não deve ser considerado como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia.

O ROIC sem ágio não possui significado padrão e outras companhias podem calculá-lo de maneira diferente da Companhia. Porém, uma vez que o ROIC sem ágio não considera certos ativos, passivos, receitas e despesas intrínsecos aos nossos negócios que poderiam, por sua vez, afetar significativamente nossos lucros, o ROIC sem ágio apresenta limitações que afetam seu uso como indicador de nossa rentabilidade.

Consolidado (em R\$ milhares, exceto %)	Período de 9 meses findo em 30/09/2016	Período de 9 meses findo em 30/09/2015	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013
EBITDA	151.916	140.162	183.970	172.263	124.915
Margem EBITDA	22,50%	24,20%	23,84%	24,73%	21,47%
EBIT	125.709	114.185	149.514	135.846	91.683
Margem EBIT	18,62%	19,71%	19,37%	19,50%	15,76%
ROIC sem ágio	34,69%	n.m	36,98%	36,22%	27,25%

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas auditadas

EBITDA

Consolidado (em R\$ milhares, exceto %)	Período de 9 meses findo em 30/09/2016	Período de 9 meses findo em 30/09/2015	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013
Lucro líquido	83.938	70.942	90.832	84.392	61.417
(+) Resultado financeiro líquido	908	9.536	14.280	4.401	5.060
(+) Imposto de renda e contribuição social	40.863	33.707	44.402	47.053	25.206
(+) Depreciação e amortização	26.207	25.977	34.456	36.417	33.232
EBITDA	151.916	140.162	183.970	172.263	124.915
Receitas líquidas de prestação de serviços	675.102	579.239	771.786	696.529	581.728
Margem EBITDA	22,50%	24,20%	23,84%	24,73%	21,47%

EBIT

Consolidado (em R\$ milhares, exceto %)	Período de 9 meses findo em 30/09/2016	Período de 9 meses findo em 30/09/2015	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013
Lucro líquido	83.938	70.942	90.832	84.392	61.417
(+) Resultado financeiro líquido	908	9.536	14.280	4.401	5.060
(+) Imposto de renda e contribuição social	40.863	33.707	44.402	47.053	25.206

3.2 - Medições não contábeis

EBIT	125.709	114.185	149.514	135.846	91.683
Receita líquida de prestação de serviços	675.102	579.239	771.786	696.529	581.728
Margem EBIT	18,62%	19,71%	19,37%	19,50%	15,76%

ROIC sem ágio

Consolidado (em R\$ milhares, exceto %)	Período de 9 meses findo em 30/09/2016	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2015	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2014	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2013
EBIT (LTM) (1)	161.037	149.514	135.846	91.683
NOPLAT (EBIT-34%) (2)	106.285	98.679	89.658	60.511
Capital Investido Médio (3)	306.384	266.852	247.564	222.021
ROIC sem ágio (4)	34,69%	36,98%	36,22%	27,25%

(1) **EBIT (LTM)**: consiste no resultado líquido do período, acrescido do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro considerando um resultado de 12 meses. Para o 3º trimestre findo em 30/09/2016 foi considerado 9 meses no exercício / período acrescido ao resultado obtido nos últimos 3 meses do exercício / período que o antecede.

(2) **NOPLAT**: corresponde ao valor do EBIT líquido da dedução do imposto de renda teórico que é calculado pela multiplicação da rubrica EBIT por uma alíquota estimada de 34%.

(3) **Capital Investido Médio**: corresponde a média entre o período atual e o período anterior, da somatória das rubricas capital de giro, imobilizado e intangível, deduzido o ágio registrado no intangível. Para o 3º trimestre findo em 30/09/2016 foi considerado como base de cálculo a média dos 9 últimos meses que o antecede, tendo com base inicial o Exercício social findo 31 de dezembro 2015.

(4) **ROIC sem ágio**: corresponde a divisão do NOPLAT pelo Capital Investido Médio.

A tabela abaixo demonstra as contas que compõem o capital de giro, bem como a conciliação do Capital Investido Médio com as informações contábeis da Companhia.

Consolidado (em R\$ milhares, exceto %)	Período de 9 meses findo em 30/09/2016	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013
Capital investido médio (3)	306.384	266.852	247.564	222.021
Capital investido (c)+(d)+(e)	330.371	282.396	251.307	243.821
Capital de Giro (5) (c)=(a)-(b)	108.525	46.553	39.951	42.420
Ativos circulantes (a)	251.203	172.918	141.714	156.552
Contas a receber de clientes	197.321	125.137	96.786	109.936
Estoques	19.482	18.449	17.783	27.515
Impostos a recuperar	9.425	11.245	10.992	10.136
Outros ativos circulantes	24.975	18.087	16.153	8.965
Passivos circulantes (b)	142.678	126.365	101.763	114.132
Fornecedores	81.183	75.607	62.932	79.191
Obrigações fiscais	56.950	47.263	31.370	29.953

3.2 - Medições não contábeis

Outros passivos circulantes	4.545	3.495	7.461	4.988
Imobilizado (d)	196.112	208.246	190.285	184.748
Intangível (sem ágio) (e)	25.734	27.597	21.071	16.653
Ágio (f)	118.464	118.464	118.464	118.229

(3) **Capital Investido Médio:** corresponde a média entre o período atual e o período anterior, da somatória das rubricas capital de giro, imobilizado e intangível, deduzido o ágio registrado no intangível. Para o 3º trimestre findo em 30/09/2016 foi considerado como base de cálculo a média dos 9 últimos meses que o antecedem, tendo com base inicial o Exercício social findo 31 de dezembro 2015.

(5) **Capital de Giro:** Total das rubricas de contas a receber de clientes, estoques, impostos a recuperar e outros ativos, do ativo circulante, subtraído das rubricas de fornecedores, obrigações fiscais e outros passivos circulantes.

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA

A Companhia utiliza o EBITDA para medir nosso desempenho operacional e de nosso fluxo de caixa. O EBITDA é uma medição não contábil elaborada por sua administração e conciliada com as demonstrações financeiras e não é uma medida de desempenho financeiro segundo as BR GAAP ou as IFRS. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do lucro líquido ou do lucro operacional, não mede o fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento de dívida da Companhia, mas funciona como indicador do desempenho econômico geral da Companhia, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização.

Adicionalmente, a Companhia utiliza o EBITDA como base para algumas das suas decisões administrativas. Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA oferece aos acionistas um indicador da sua capacidade de cumprir com suas obrigações e da capacidade de obter novos financiamentos para seus investimentos e capital de giro. Contudo, o EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Companhia, uma vez que não levam em conta certos custos relevantes decorrentes de seus negócios, que, embora controlados, poderiam afetar adversamente seus lucros, tais como despesas financeiras, tributos e custos de depreciação.

ROIC sem ágio

O ROIC sem ágio é um indicador de desempenho utilizado pelo mercado financeiro para avaliação do retorno que os investimentos proporcionaram às companhias investidoras, independente da origem dos recursos (capital próprio ou de terceiros). Portanto, o ROIC sem ágio independe da estrutura de capital das companhias, que é uma estratégia interna de cada entidade, permitindo assim melhor comparabilidade. Nesse sentido, a Companhia utiliza o ROIC sem ágio como um indicador adicional de sua eficiência operacional. A Companhia também considera relevante o uso do ROIC sem ágio em suas decisões de investimento.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Aquisição do Centro de Medicina Nuclear da Guanabara Ltda. e Diagnósticos Serviços Médicos Auxiliares Ltda.

Em 31 de agosto de 2016, o Conselho de Administração do Instituto Hermes Pardini aprovou a aquisição da totalidade da participação societária nas empresas Centro de Medicina Nuclear da Guanabara Ltda. e Diagnósticos Serviços Médicos Auxiliares Ltda., ambas com sede na cidade do Rio de Janeiro. O contrato de compra e venda de quotas referente a esta aquisição foi assinado pelas partes no dia 22 de outubro de 2016 e a aprovação, sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), foi publicada no dia 2 de dezembro, tendo o fechamento da operação ocorrido em 23 de dezembro de 2016. A aquisição é parte da estratégia do Instituto Hermes Pardini de expansão do seu segmento de Unidades de Atendimento ao Paciente (PSCs) em grandes regiões metropolitanas.

O preço de aquisição da totalidade da participação societária nas empresas foi de R\$ 112,6 milhões, sujeito a ajustes referentes a variação do capital de giro e variação da dívida líquida até a data de fechamento da transação. Deste valor, serão pagas uma parcela à vista no valor de R\$ 62,6 milhões e uma parcela retida no valor de R\$ 50,0 milhões. A administração do Instituto Hermes Pardini, até a data destas informações intermediárias, ainda não havia concluído a revisão da avaliação e mensuração dos ativos e passivos assumidos a valores justos, de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de negócios.

Pagamento de Dividendos

Em assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia realizada em 30 de janeiro de 2017, os acionistas aprovaram a redução da distribuição de dividendos deliberada na assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 9 de dezembro de 2016, reduzindo o montante total da distribuição dos dividendos de R\$ 214,3 milhões para R\$67,4 milhões, a ser pago integralmente à conta de reservas de lucros da Companhia, conforme saldo existente na conta "retenção de lucros" das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, cujo relatório de auditoria foi reemitido em 30 de janeiro de 2017. Os dividendos constituirão créditos dos acionistas contra a Companhia e deverão ser pagos até o dia 15 de fevereiro de 2017. Os acionistas também consignaram que pretendem aprovar a distribuição do saldo da reserva de lucros da Companhia após a conclusão da oferta pública inicial de ações da Companhia.

3.4 - Política de destinação dos resultados

As regras não sofreram alterações nos três últimos exercícios sociais e constam no Estatuto Social da Companhia.

	2015	2014	2013
a. regras sobre retenção de lucros	<p>A administração é responsável pela destinação do lucro de acordo com o estatuto social e pela observância da legislação societária que trata do assunto.</p> <p>As retenções nos lucros são:</p> <p>(i) <u>Reserva legal</u>: de acordo com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, a sociedade deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal somada às reservas de capital supera em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.</p> <p>(ii) Os lucros excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios são transferidos para a conta de reserva de retenção de lucros.</p>	<p>A administração é responsável pela destinação do lucro de acordo com o estatuto social e pela observância da legislação societária que trata do assunto.</p> <p>As retenções nos lucros são:</p> <p>(i) <u>Reserva legal</u>: de acordo com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, a sociedade deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal somada às reservas de capital supera em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.</p> <p>(ii) Os lucros excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios são transferidos para a conta de reserva de retenção de lucros.</p>	<p>A administração é responsável pela destinação do lucro de acordo com o estatuto social e pela observância da legislação societária que trata do assunto.</p> <p>As retenções nos lucros são:</p> <p>(i) <u>Reserva legal</u>: de acordo com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, a sociedade deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal somada às reservas de capital supera em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.</p> <p>(ii) Os lucros excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios são transferidos para a conta de reserva de retenção de lucros.</p>
a.i. valores das retenções de lucros	<p>(i) Foi constituída reserva legal no valor de R\$4.385.000,00.</p> <p>(ii) Foi constituída reserva de retenção de lucros no montante de R\$65.860.000,00.</p>	<p>(i) Foi constituída reserva legal no valor de R\$4.318.000,00.</p> <p>(ii) Foi constituída reserva de retenção de lucros no montante de R\$60.259.000,00.</p>	<p>(i) Foi constituída reserva legal no valor de R\$2.940.000,00.</p> <p>(ii) Foi constituída reserva de retenção de lucros no montante de R\$39.353.000,00.</p>
b. regras sobre distribuição de dividendos	<p><u>Dividendos mínimos obrigatórios</u>: aos acionistas é assegurado o dividendo mínimo estatutário de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária brasileira, após a constituição da reserva legal, quando aplicável.</p>	<p><u>Dividendos mínimos obrigatórios</u>: aos acionistas é assegurado o dividendo mínimo estatutário de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária brasileira, após a constituição da reserva legal, quando aplicável.</p>	<p><u>Dividendos mínimos obrigatórios</u>: aos acionistas é assegurado o dividendo mínimo estatutário de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária brasileira, após a constituição da reserva legal, quando aplicável.</p>
c. periodicidade das distribuições de dividendos	<p>Os dividendos são pagos anualmente após a decisão da Assembleia Geral Ordinária que aprova as demonstrações financeiras anuais. A Companhia pode ainda, por deliberação do Conselho de Administração e ad referendum da Assembleia Geral da Companhia: (a) distribuir dividendos com base nos lucros apurados nos balanços semestrais, (b) levantar</p>	<p>Os dividendos são pagos anualmente após a decisão da Assembleia Geral Ordinária que aprova as demonstrações financeiras anuais. A Companhia pode ainda, por deliberação do Conselho de Administração e ad referendum da Assembleia Geral da Companhia: (a) distribuir dividendos com base nos lucros apurados nos balanços semestrais, (b) levantar</p>	<p>Os dividendos são pagos anualmente após a decisão da Assembleia Geral Ordinária que aprova as demonstrações financeiras anuais. A Companhia pode ainda, por deliberação do Conselho de Administração e ad referendum da Assembleia Geral da Companhia: (a) distribuir dividendos com base nos lucros apurados nos balanços semestrais, (b) levantar</p>

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2015	2014	2013
	<p>balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos com base nos lucros neles apurados, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre não exceda o montante das reservas de capital, (c) distribuir dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, e (d) creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor do dividendo obrigatório, passando a integrá-los para todos os efeitos legais.</p>	<p>balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos com base nos lucros neles apurados, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre não exceda o montante das reservas de capital, (c) distribuir dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, e (d) creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor do dividendo obrigatório, passando a integrá-los para todos os efeitos legais.</p>	<p>balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos com base nos lucros neles apurados, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre não exceda o montante das reservas de capital, (c) distribuir dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, e (d) creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor do dividendo obrigatório, passando a integrá-los para todos os efeitos legais.</p>
<p>d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</p>	<p>Não há restrições a distribuição de dividendos na Companhia.</p>	<p>Não há restrições a distribuição de dividendos na Companhia.</p>	<p>Não há restrições a distribuição de dividendos na Companhia.</p>

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Últ. Inf. Contábil 30/09/2016	Exercício social 31/12/2015		Exercício social 31/12/2014		Exercício social 31/12/2013	
Lucro líquido ajustado		83.311.000,00		82.037.000,00		55.865.000,00	
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado		25.000.000,00		25.000.000,00		25.000.000,00	
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor		21.380.000,00		23.880.000,00		20.660.000,00	
Dividendo distribuído total		20.829.000,00		20.509.000,00		19.596.000,00	
Lucro líquido retido		65.860.000,00		60.259.000,00		39.353.000,00	
Data da aprovação da retenção		09/12/2016		17/04/2015		29/05/2014	

	Montante	Pagamento dividendos	Montante	Pagamento dividendos	Montante	Pagamento dividendos
Lucro líquido retido						
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	20.829.000,00	09/09/2016	20.509.000,00	04/05/2015	13.000.000,00	20/06/2014
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária					5.630.000,00	

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não aplicável, tendo em vista que nos 3 últimos exercícios sociais, não foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
30/09/2016	332.224.000,00	Índice de Endividamento	0,650000000	
31/12/2015	380.209.000,00	Índice de Endividamento	0,900000000	

3.8 - Obrigações

Últ. Inf. Contábil (30/09/2016)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		14.773.000,00	30.203.000,00	6.414.000,00	83.000,00	51.473.000,00
Financiamento	Garantia Real		14.773.000,00	30.203.000,00	6.414.000,00	83.000,00	51.473.000,00
Total			30.109.000,00	56.537.000,00	6.414.000,00	83.000,00	93.143.000,00

Observação

As obrigações incluídas no item de Financiamento se referem a FINEP/FINAME/leasing/capital de giro.

As obrigações incluídas no item de Empréstimos se referem a capital de giro/títulos descontados.

As informações acima se referem às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Não obstante a recomendação constante do Ofício-Circular/CVM/SEP/002/2016, o item "Soma do passivo circulante e do passivo não circulante" do quadro 3.7 e o item "Total das obrigações" deste item 3.8 não coincidem tendo em vista que o item 3.7 considera outros passivos que não relacionados a empréstimos, financiamentos e títulos de dívida da Companhia (e.g. salários, encargos ou tributos).

Exercício social (31/12/2015)

Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		13.563.000,00	34.436.000,00	13.033.000,00	33.000,00	61.065.000,00
Empréstimo	Quirografárias		20.401.000,00	60.105.000,00	0,00	0,00	80.506.000,00
Total			33.964.000,00	94.541.000,00	13.033.000,00	33.000,00	141.571.000,00

Observação

As obrigações incluídas no item de Financiamento se referem a FINEP/FINAME/leasing/capital de giro.

As obrigações incluídas no item de Empréstimos se referem a capital de giro/títulos descontados.

As informações acima se referem às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Não obstante a recomendação constante do Ofício-Circular/CVM/SEP/002/2016, o item "Soma do passivo circulante e do passivo não circulante" do quadro 3.7 e o item "Total das obrigações" deste item 3.8 não coincidem tendo em vista que o item 3.7 considera outros passivos que não relacionados a empréstimos, financiamentos e títulos de dívida da Companhia (e.g. salários, encargos ou tributos).

3.9 - Outras informações relevantes

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia entende que todas as informações relevantes foram incluídas nos demais itens desta Seção 3 do Formulário de Referência.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder todo ou parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia adversamente e de forma relevante. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados menos relevantes pela Companhia também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e de suas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens desta seção “4. Fatores de Risco”.

(a) Riscos relacionados à Companhia

A Companhia pode não ser capaz de expandir seus negócios através da abertura de novas unidades de atendimento ou manter as Unidades de Atendimento atuais.

A expansão dos negócios da Companhia em mercados atuais e em novos mercados poderá resultar na necessidade de novas adaptações de seus recursos e depender substancialmente da capacidade da Companhia de implementar e gerir a expansão de tais recursos, com o objetivo de manter todas as unidades integradas.

A Companhia pretende expandir suas atividades nos mercados em que atua, bem como em outras regiões ainda não exploradas, para o que as medidas descritas acima serão necessárias. Contudo, a Companhia poderá não ser capaz de aumentar ou manter, no futuro, níveis de crescimento similares àqueles apresentados nos últimos anos, ou de abrir novas unidades com a performance esperada, e, em razão disso, seus futuros resultados operacionais podem não ser condizentes com aqueles obtidos nos últimos exercícios sociais.

Caso a Companhia não seja capaz de manter ou aumentar seus níveis históricos de crescimento, o negócio, os resultados operacionais e o valor de mercado das ações de emissão da Companhia poderão vir a ser adversamente afetados.

A Companhia pode não ser capaz de realizar associações e/ou aquisições no momento e em condições, termos ou preços desejados. Adicionalmente, tais associações e/ou

4.1 - Descrição dos fatores de risco

aquisições podem não trazer os resultados que a Companhia espera e/ou a Companhia pode não ser capaz de integrá-las com sucesso aos seus negócios.

O sucesso das associações e/ou aquisições que a Companhia realiza depende, principalmente, da sua capacidade de identificar oportunidades de novos prestadores de SADs (conforme definido no item 7.1 deste Formulário de Referência), seja em novos mercados ou em mercados nos quais a Companhia já atua, negociar aquisições, associações ou parcerias com tais prestadores, e de integrá-los de forma satisfatória aos seus negócios. A Companhia pode não ser capaz de identificar novos prestadores de SADs que correspondam às suas expectativas, seja em razão de condições e preços não aceitáveis ou menos favoráveis, ou em virtude da ausência de oportunidades estratégicas em dado momento (inclusive em decorrência de consolidação no setor), devido a restrições regulatórias, dentre outros fatores. Adicionalmente, a geração de caixa oriunda de atividades operacionais pode não ser suficiente para suportar os planos de expansão da Companhia, sendo necessário que a Companhia incorra em dívidas adicionais ou emita ações adicionais para financiar seu crescimento. Caso a Companhia não seja capaz de obter financiamentos, ou de obtê-los em condições aceitáveis, existe risco de que os planos de negócios e de crescimento da Companhia tenham que ser revisados, afetando adversamente os resultados operacionais e condições financeiras da Companhia, bem como o valor de mercado das ações de emissão da Companhia.

A integração de novos prestadores de SADs aos negócios da Companhia apresenta uma série de riscos e desafios, incluindo: (i) a absorção de diversas operações, serviços, processos e tecnologias das sociedades adquiridas, com a exclusão de estruturas redundantes; (ii) a possibilidade de perda ou não absorção de clientes, empregados, colaboradores, e distribuidores das sociedades adquiridas; (iii) a manutenção das operações, serviços, processos e unidades de atendimento, especialmente em decorrência da situação das locações e propriedades das unidades estabelecidas anteriormente à associação e/ou aquisição, que, em determinados casos, estão pendentes de regularização quanto a titularidade dos imóveis e regularidade do contrato de locação; (iv) o comprometimento com a gestão dos negócios existentes, inclusive se determinada integração se apresentar mais complexa do que o esperado, consumindo mais recursos e demandando esforços e tempo adicionais da administração da Companhia; (v) a possibilidade de surgimento de contingências relevantes não identificadas no processo de auditoria legal e financeira, ou de excessivos processos propostos por empregados e colaboradores dispensados no contexto da associação e/ou aquisição, e outras obrigações de indenização nos termos dos respectivos contratos; (vi) a impossibilidade ou limitação para aproveitar o ágio gerado em tais aquisições para fins fiscais ou o eventual questionamento de tal aproveitamento por autoridades fiscais; e (vi) necessidade de adoção de procedimentos de controles internos ou de revisão de procedimentos internos considerados inadequados.

Ainda, os resultados de eventual sinergia decorrente das aquisições de novos prestadores de SADs ou dos benefícios gerados por essas aquisições podem ficar aquém do esperado. Além disso, caso as integrações de novos SADs não tragam os benefícios esperados e/ou caso se verifique qualquer dos demais fatores descritos acima, ou outros não antecipados, os negócios e a qualidade dos serviços da Companhia poderão ser prejudicados, com o consequente impacto negativo em seus resultados e no valor de mercado das ações de emissão da Companhia.

Caso os médicos solicitantes dos exames não aprovem a qualidade dos laudos e/ou exames de imagem produzidos pela Companhia, poderão recomendar os serviços dos concorrentes da Companhia, o que pode afetar de forma adversa o resultado financeiro operacional e a situação financeira da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia acredita que, ao recomendarem a seus pacientes um laboratório ou clínica de SAD, os médicos solicitantes levam em consideração fatores como a qualidade do atendimento, a qualificação e competência dos médicos que prestam os serviços, a conveniência de agendamento, a localização da unidade e, principalmente, a qualidade dos laudos e/ou exames de imagem.

Caso os médicos solicitantes, entre outros motivos, considerem insuficiente a qualidade dos laudos e/ou exames de imagem produzidos pela Companhia ou pelos prestadores de serviço por ela contratados ou entendam que a Companhia deixou de atender a qualquer das exigências acima, poderão recomendar a seus pacientes que procurem um concorrente da Companhia para a prestação de SAD ou serviços similares, o que pode impactar adversamente os resultados financeiros e operacionais da Companhia e, conseqüentemente, o valor de mercado das ações de sua emissão.

A Companhia pode não ser capaz de expandir a prestação de serviços de exames laboratoriais.

O plano de negócios da Companhia contempla crescimento substancial na prestação de serviços de exames laboratoriais, que representaram, respectivamente, 83,8%, 85,1%, 84,2% e 84,5% de sua receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2014 e 2015, e no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2016. No entanto, a capacidade de crescimento e realização de prestação de serviços de exames laboratoriais nas unidades da Companhia depende de uma série de fatores que está fora de seu controle, tais como aumento do endividamento dos consumidores, desemprego, diminuição dos beneficiários e maior regulamentação para acesso ao serviço por parte dos planos de saúde.

Caso a Companhia não seja capaz de expandir a prestação de serviços de exames laboratoriais, os resultados e/ou a condição financeira da Companhia poderão ser significativa e adversamente afetados, impactando negativamente o valor de mercado das ações de sua emissão.

A Companhia depende, na prestação de serviços de imagem e anatomia patológica, da expansão da oferta de serviços específicos, incluindo a contratação de médicos qualificados para a realização desses serviços e pode não ser capaz de executar expansões e contratações na velocidade adequada ou com os investimentos estimados.

Os serviços de imagem e anatomia patológica e de processamento e análise de apoio diagnóstico prestados pela Companhia são realizados por médicos. Dada a crescente concorrência por mão de obra qualificada no Brasil, especialmente quando relacionada ao setor de saúde, e à necessidade de projetos para ampliação da área existente, a Companhia pode não dispor de mão de obras qualificada para conseguir realizar a expansão da oferta desses serviços na velocidade adequada para atender à demanda por estes serviços ou dentro dos investimentos estimados, o que pode vir a afetar adversamente a operação e, conseqüentemente, a capacidade de geração de receita da Companhia e o valor de mercado das ações de sua emissão.

Os negócios da Companhia dependem, em larga escala, da reputação de suas marcas junto a clientes, fontes pagadoras e comunidade médica das áreas geográficas em que atua e pretende expandir. Caso a Companhia não seja capaz de manter a reputação das marcas por ela utilizadas, os seus negócios poderão ser adversamente afetados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Atualmente, a Companhia depende do reconhecimento de suas marcas: Hermes Pardini, Padrão, CMNG, Diagnóstika, Progenética e CEMEDI. A reputação da Companhia associada às suas marcas é fundamental para a manutenção de sua posição no segmento de SAD, de sua capacidade de atrair e manter clientes e fontes pagadoras, bem como de estabelecer parcerias com empresas, instituições, universidades e centros de pesquisas, e de sua capacidade de expandir geograficamente. Assim, eventos que afetem negativamente as marcas da Companhia, incluindo efeitos decorrentes de eventos anteriores à aquisição de tais marcas pela Companhia, podem levar a descredenciamentos por pagadores de serviços médicos, à redução da procura por parte dos pacientes e de recomendações por parte dos médicos solicitantes e a outras consequências similares não antecipadas.

Qualquer evento que possa causar dano à reputação da Companhia e/ou das marcas que a Companhia opera podem afetar os negócios da Companhia de maneira adversa e, conseqüentemente, seus resultados operacionais e condição financeira e o valor de mercado das ações de sua emissão.

As futuras aquisições e/ou associações da Companhia podem sofrer restrições ou podem não ser aprovadas pelo Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

Os atos de concentração econômica em que, cumulativamente: (i) pelo menos um dos grupos envolvidos na operação tenha registrado, no último balanço, faturamento bruto anual ou volume de negócios no país, no ano anterior à operação, equivalente ou superior a R\$ 750,0 milhões; e (ii) pelo menos outro grupo envolvido na operação tenha registrado, no último balanço, faturamento bruto anual ou volume de negócios no país, no ano anterior à operação, equivalente ou superior a R\$75,0 milhões, devem ser submetidos à análise do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”). A Lei n.º 12.529 (“Lei de Defesa da Concorrência”) também estabelece um regime prévio de análise de atos de concentração, de forma que a operação apenas poderá ser consumada após a aprovação pelo CADE, devendo ser preservadas as condições concorrenciais entre as empresas envolvidas até o julgamento final.

Desta forma, o CADE pode determinar que uma potencial aquisição e/ou associação da Companhia poderá afetar negativamente as condições de concorrência nos mercados em que a Companhia atua. Nestes casos, o CADE pode rejeitar operações que a Companhia vier a realizar ou, ainda, aprová-las com restrições contrárias aos interesses da Companhia, as quais podem ser estruturais (como, por exemplo, a alienação de ativos de empresas ou a retirada de marcas do mercado) ou comportamentais (como a proibição da participação em reuniões de Diretoria ou Conselho de Administração e a manutenção da oferta de determinados produtos e/ou serviços). Qualquer dessas decisões pode afetar adversamente os resultados das operações da Companhia e o valor de mercado das ações de sua emissão.

Disputas societárias na Companhia ou suas controladas podem afetar adversamente o resultado operacional e situação financeira da Companhia.

Desde 2011, a Companhia possui um plano de expansão com foco em fusões e aquisições. O eventual ingresso de novos acionistas na Companhia poderá tornar o processo decisório da Companhia mais longo e complexo. A Companhia está sujeita ao risco do surgimento de disputas societárias envolvendo os acionistas controladores atuais ou eventuais novos acionistas que venham a ingressar na Companhia como resultado do seu plano de expansão com foco em fusões e aquisições. Tais disputas poderão implicar em custos à Companhia ou suas controladas, desviar atenção da administração e acarretar interrupções, suspensão e/ou cancelamento nos negócios de tais sociedades. Adicionalmente, disputas societárias poderão

4.1 - Descrição dos fatores de risco

acarretar em perda de oportunidades de novas parcerias estratégicas, o que pode afetar adversamente o crescimento da Companhia e o valor de mercado das ações de sua emissão.

Falhas no funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação da Companhia podem comprometer as suas operações e afetá-la adversamente.

As operações da Companhia são altamente informatizadas. Os sistemas de tecnologia da informação da Companhia estão presentes na esfera administrativa de seus negócios e em cada etapa de suas operações, compreendendo não só o agendamento de exames e procedimentos, como o transporte de amostras, as análises técnicas dos resultados e a divulgação desses resultados, a contabilização das receitas da Companhia e custos, dentre outras etapas. O regular funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação da Companhia pode ser comprometido em virtude de caso fortuito, falhas humanas e de programação, bem como em razão da infraestrutura da Companhia e/ou dos prestadores de serviços de processamento de dados, além de eventos de força maior, como incêndios, explosões, desastres, e quaisquer outros fatores ou incidentes alheios ao controle da Companhia.

Adicionalmente, a segurança dos sistemas de tecnologia da informação da Companhia pode ser corrompida por programadores experientes ou hackers, que podem não só prejudicar o regular funcionamento de tais sistemas como apropriar-se indevidamente das informações confidenciais da Companhia e/ou de seus clientes e fontes pagadoras. A ocorrência de qualquer dos fatores acima pode impactar negativamente o valor de mercado das ações de emissão da Companhia e suas atividades operacionais, resultado e/ou, ainda, sua imagem.

As apólices de seguros mantidas pela Companhia podem não ser suficientes para cobrir eventuais sinistros.

Desastres naturais, condições meteorológicas adversas, falhas humanas e outros eventos podem causar danos físicos e perda da vida, interrupção dos negócios da Companhia, danos a equipamentos, poluição, dano ao meio ambiente, dentre outros. A Companhia não pode garantir que as apólices de seguro mantidas por ela serão adequadas e/ou suficientes em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos. A ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, pode implicar em dispêndio significativo de valores pela Companhia. Além disso, a Companhia não pode garantir se no futuro conseguirá manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Todas as situações descritas acima podem provocar impactos adversos para a Companhia, afetando negativamente o seu negócio eo valor de mercado das ações de sua emissão.

A Companhia pode ser adversamente afetada por litígios relacionados à responsabilidade civil em razão da execução e/ou resultados de exames de diagnóstico por imagem ou análises clínicas que realiza.

De um modo geral, prestadores de serviços envolvidos na execução de exames diagnósticos podem ser réus em processos judiciais nos quais se alega negligência, imprudência, imperícia, dentre outros casos de imputação de responsabilidade civil profissional. Ademais, em grande parte dos casos, os clientes da Companhia podem se valer das normas de proteção ao consumidor, especialmente com base na Lei n.º 8.078/1990 (“**Código de Defesa do Consumidor**”) e regras processuais especiais, tais como a inversão do ônus da prova, a responsabilização objetiva e a responsabilidade solidária por danos causados por empresas prestadoras de serviços médicos contratadas pela Companhia. Caso seja condenada em tais processos, a Companhia poderá ser obrigada a indenizar perdas e danos determináveis

4.1 - Descrição dos fatores de risco

conforme o caso, o que pode acarretar perdas financeiras consideráveis para a Companhia. Ações judiciais relacionadas a questões de responsabilidade civil profissional poderão afetar financeiramente, de modo adverso, a Companhia, além de afetar significativamente sua reputação e levando a uma diminuição do seu volume de clientes e fontes pagadoras e, conseqüentemente, à redução da sua receita operacional bruta, afetando adversamente os negócios e resultados e o valor de mercado das ações de emissão da Companhia.

Decisões judiciais e administrativas desfavoráveis podem afetar adversamente a condição financeira, os resultados operacionais ou a reputação da Companhia

A Companhia é e pode vir a ser ré em diversas ações judiciais e administrativas, nas esferas fiscais, cíveis e trabalhistas. Em 30 de setembro de 2016, o valor total estimado de contingências legais era de aproximadamente R\$ 99,2 milhões, para processos com chance de perda provável, possível e remota, para os quais a Companhia registrou apenas R\$9,6 milhões de provisão referente a processo com chance de perda provável. Tal valor pode sofrer aumento substancial no futuro, inclusive superior ao histórico da Companhia. Não há garantia de que a Companhia não será alvo de novas ações de valor considerado relevante e que possam impactar adversamente a Companhia. Nesse caso, as provisões existentes ou que venham a ser constituídas podem ser insuficientes para fazer frente ao custo total decorrente dos processos, especialmente se a Companhia for alvo de novas ações envolvendo valores relevantes. Adicionalmente, a Companhia pode estar sujeita a contingências de outra natureza que a obriguem a dispender valores significativos. No caso de decisões judiciais desfavoráveis à Companhia, especialmente em processos envolvendo valores relevantes, causas conexas e ações coletivas, que alcancem valores substanciais ou impeçam a realização de negócios conforme inicialmente planejados, e estas poderão causar um efeito adverso nos resultados da Companhia e, conseqüentemente, no valor de mercado das ações de sua emissão.

Os resultados da Companhia poderão ser afetados em virtude de contratos de locação vigentes por prazo indeterminado, bem como pela não obtenção ou não renovação, em prazo adequado, de licenças, alvarás e demais autorizações aplicáveis, necessárias para o desenvolvimento das atividades em seus estabelecimentos.

A Companhia exerce atividades em imóveis de terceiros, ocupados mediante a celebração de contratos de locação, sendo que alguns destes contratos estão vigentes por prazo indeterminado. Nestes casos, o locador poderá denunciar o contrato mediante prévia comunicação por escrito, concedendo à Companhia o prazo de 30 dias para desocupação. A Companhia não pode assegurar que todos os contratos vigentes por prazo indeterminado serão renovados. As atividades desenvolvidas pela Companhia, bem como os imóveis que ela ocupa ou pode vir a ocupar estão sujeitos à obtenção de licenças, alvarás e demais autorizações aplicáveis, dentre outros, a depender da atividade desempenhada, bem como do município em que a unidade está ou pretende ser instalada. A Companhia não pode assegurar que obterá todas as licenças ou a renovação de licenças existentes nos prazos adequados. A Companhia também não pode assegurar que a obtenção destas licenças ocorrerá dentro do cronograma previsto para abertura de novos estabelecimentos ou que terá todas as licenças exigidas para os estabelecimentos já existentes. A falta de qualquer destas licenças ou o indeferimento da sua obtenção ou renovação pode implicar penalidades que variam desde a aplicação de multas até o encerramento das atividades desenvolvidas no respectivo imóvel ou, no caso de novos estabelecimentos, a Companhia pode ser impedida de iniciar suas atividades. A ocorrência de quaisquer das situações descritas acima, em especial o fechamento de determinadas unidades consideradas relevantes, podem ter efeito adverso nos resultados operacionais da Companhia e, conseqüentemente, no valor de mercado das ações de emissão da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O comprometimento das operações da principal central de processamento de amostras da Companhia poderá afetar a sua capacidade de processamento de exames de análises clínicas e de alta complexidade.

A principal central de processamento de amostras da Companhia está localizada no distrito industrial do município de Vespasiano, no estado de Minas Gerais. Essa central de processamento de amostras é destinada ao processamento de mais de 90% dos exames de análises clínicas realizados nas Unidades de Atendimento da região de Belo Horizonte, e de mais de 90% dos exames de análises clínicas de alta complexidade realizados nas Unidades de Atendimento (conforme definido no item 7.1 deste Formulário e Referência) de todo o Brasil, o que correspondeu, em conjunto, a aproximadamente 95% do total de exames processados mensalmente pela Companhia no exercício social de 2016.

Caso essa central de processamento de amostras deixe de funcionar total ou parcialmente, o processamento de exames de análises clínicas e de alta complexidade pela Companhia poderá ser afetado ou suspenso por tempo indeterminado, inclusive, o que poderá impactar adversamente nosso negócio e nosso resultado operacional da Companhia e, conseqüentemente, o valor de mercado das ações de sua emissão.

Os titulares das ações de emissão da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto social da Companhia, os acionistas fazem jus a um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido anual ajustado. O ajuste do lucro líquido para os fins de cálculo da base dos dividendos inclui contribuições à reserva legal e outras deduções que reduzem o valor disponível para a deliberação de dividendos. O lucro líquido também pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações, assim também ficando indisponível para a deliberação de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Nesse sentido, a Companhia pode não pagar dividendos acima da distribuição obrigatória prevista em seu estatuto social, ou mesmo não distribuir quaisquer dividendos aos seus acionistas, em qualquer exercício fiscal, caso o Conselho de Administração da Companhia informe que essas distribuições não seriam aconselháveis em vista da condição financeira da Companhia, sendo que esta deliberação deve ser objeto de apreciação pela Assembleia Geral.

A captação de recursos adicionais por meio de uma oferta de ações ou títulos conversíveis em ações poderá diluir a participação acionária dos acionistas.

A Companhia pode no futuro captar recursos por meio da emissão pública ou privada de ações, títulos de dívida ou outros valores mobiliários conversíveis em ações. A captação de recursos adicionais por meio de oferta pública de ações ou de títulos de dívida ou outros valores mobiliários conversíveis em ações pode ser feita com exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e poderá, portanto, diluir a participação acionária dos investidores em suas ações. Adicionalmente, nos casos em que haja direito de preferência, investidores podem não considerar o preço de emissão vantajoso e deixar de subscrever as ações ou de títulos conversíveis em ações objeto da emissão, o que também pode levar à sua diluição.

A Companhia pode ser obrigada a recorrer a endividamento para atender à distribuição de dividendos aprovada nas assembleias gerais realizadas em 9 de dezembro de 2016 e 30 de janeiro de 2017.

A Assembleia Geral da Companhia aprovou, em 9 de dezembro, a distribuição de R\$ 214,3 milhões a título de dividendos. Em assembleia geral da Companhia realizada em 30 de janeiro

4.1 - Descrição dos fatores de risco

de 2017, os acionistas aprovaram redução da distribuição de dividendos deliberada na assembleia geral da Companhia realizada em 9 de dezembro de 2016, de forma que a referida distribuição de dividendos passou a ser no valor de R\$67,3 milhões, referentes às reservas de lucros da Companhia, conforme saldo existente na conta “retenção de lucros” das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a serem distribuídos proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social da Companhia. Os acionistas também consignaram a intenção de distribuir o saldo remanescente em suas reservas de lucros da Companhia, após o anúncio de encerramento da sua oferta pública inicial de distribuição de ações.. A Companhia poderá ser obrigada a recorrer a empréstimos, financiamentos ou outras formas de endividamento a fim de suportar o referido pagamento ou seu refinanciamento no futuro, e a contratação de dívidas para esse fim pode aumentar suas despesas financeiras. Adicionalmente, a distribuição de dividendos consumiu reservas de lucros que poderiam suportar distribuições aos acionistas no futuro. Estas circunstâncias poderão impactar negativamente os resultados e situação financeira da Companhia, bem como o valor de mercados das ações de sua emissão.

Os diretores estatutários, gerentes e gestores de controladas da Companhia fazem jus à uma remuneração variável à título de participação nos lucros e resultados, que pode variar de 0 até 21 vezes o valor de seu salário fixo mensal.

Conforme descrito no item 13.1 deste Formulário de Referência, os diretores estatutários, gerentes e gestores de controladas da Companhia fazem jus à uma remuneração variável à título de participação nos lucros e resultados, que pode variar de 0 até 21 vezes o valor de seu salário fixo mensal (“PLR”). O valor atribuído como PLR a cada um dos diretores estatutários, gerentes e gestores de controladas da Companhia, são definidos mediante o alcance de metas pessoais e corporativas.

Com o objetivo de buscar a maior remuneração variável possível de acordo com o plano de remuneração da Companhia, os diretores estatutários, gerentes e gestores de controladas da Companhia poderão ter interesses divergentes com relação aos demais *stakeholders* da Companhia e poderão agir exclusivamente de forma a alcançar suas metas pessoais. Tais atos poderão, inclusive, estar em divergência aos interesses da própria Companhia e seus acionistas, o que poderá afetar negativamente a gestão da Companhia e de suas controladas, e, conseqüentemente, seus resultados.

(b) aos controladores, diretos e indiretos, ou ao grupo de controle da Companhia

Os interesses dos acionistas controladores da Companhia poderão conflitar entre si e/ou com os interesses dos demais acionistas.

Os acionistas controladores da Companhia têm poderes para, entre outras matérias, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado final das matérias cuja deliberação seja de competência dos acionistas, incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições e alienações de ativos e o montante e a ocasião para distribuição de dividendos ou remunerações de capital similares que excederem o dividendo obrigatório, nos termos da Lei n.º 6.404/1976 (“**Lei das Sociedades por Ações**”). Os acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienar ativos, obter financiamentos ou realizar outras operações que possam estar em conflito com seus interesses recíprocos, com os interesses da Companhia e/ou de seus outros acionistas.

O acordo de acionistas celebrado entre os acionistas controladores da Companhia, em 15 de dezembro de 2011, conforme aditado em 31 de agosto de 2016, 9 de dezembro de 2016 e 19 de janeiro de 2017, bem como o acordo de acionistas celebrado entre os acionistas controladores e o GIF IV Fundo de Investimento em Participações, em 15 de dezembro de

4.1 - Descrição dos fatores de risco

2011, conforme aditado em 9 de dezembro de 2016, preveem, ainda, (i) a necessidade de unanimidade de voto entre os controladores para aprovação de determinadas matérias e (ii) que os membros do Conselho de Administração eleitos pelos acionistas controladores da Companhia deverão exercer seu voto em qualquer reunião do Conselho de Administração e assembleias gerais, como um único bloco, após a devida realização de reuniões prévias entre os acionistas controladores para a uniformização dos votos (“**Voto do Bloco Majoritário**”).

A Companhia não pode assegurar que tal unanimidade de voto entre os controladores e os Votos do Bloco Majoritário proferidos em reuniões do Conselho de Administração e assembleias gerais, bem como os atos praticados pelos acionistas controladores, serão consistentes com os melhores interesses da Companhia e dos acionistas minoritários.

Para mais informações sobre o grupo de controle da Companhia e os acordos de acionistas em vigor entre os acionistas do grupo de controle, veja a Seção 15 deste Formulário de Referência.

(c) aos acionistas da Companhia

A Companhia acredita não estar exposta, atualmente, a quaisquer riscos relacionados aos seus acionistas.

(d) às controladas e coligadas da Companhia

A Companhia depende da distribuição de resultados de suas controladas e pode ser afetada adversamente caso suas controladas tenham o seu desempenho prejudicado.

A Companhia é controladora de sociedades que desenvolvem atividades específicas. A capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações financeiras e de pagar dividendos aos seus acionistas está diretamente relacionada ao fluxo de caixa e lucros de suas controladas, as quais estão sujeitas, dentre outros, aos mesmos riscos operacionais, societários e regulamentares a que a Companhia está sujeita, conforme descritos neste item 4.1. Não há garantia de que o fluxo de caixa e os lucros das controladas da Companhia serão positivos ou que serão suficientes para o cumprimento das obrigações financeiras da Companhia e para a deliberação de dividendos aos seus acionistas, o que pode afetar seu resultado e o valor das ações emitidas pela Companhia.

A Companhia pode não conseguir integrar as operações das empresas adquiridas às suas operações na velocidade esperada, ou não alcançar os benefícios esperados das aquisições.

A integração das operações de empresas já adquiridas e das que a Companhia venha a adquirir no futuro pode não ocorrer com a velocidade ou benefícios esperados, incluindo o risco de perda dos principais clientes ou empregados da empresa adquirida e o risco de alcançar níveis de sinergia ou de redução de custos ou despesas inferiores aos esperados.

Adicionalmente, o tempo e o esforço necessários à avaliação e negociação de uma aquisição proposta, e a necessidade de análise e prévia aprovação de tais aquisições por órgãos governamentais, como o CADE, podem resultar em incertezas substanciais quanto à efetivação com sucesso de tais aquisições. Tais incertezas podem, por sua vez, afetar o valor das ações emitidas pela Companhia.

(e) aos fornecedores da Companhia

A Companhia conta com número limitado de fabricantes/fornecedores de equipamentos médicos e insumos necessários aos serviços de imagem prestados pela Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Em relação aos serviços de imagem, muitos dos equipamentos médicos usados nas unidades de atendimento da Companhia são altamente complexos e produzidos por um número limitado de fabricantes de equipamentos. Qualquer interrupção no fornecimento de aparelhos médicos ou serviços a partir destes fabricantes, incluindo como resultado de falha por qualquer um desses fabricantes na obtenção de consentimentos de terceiros necessários e licenças para a propriedade intelectual utilizadas no equipamento que fabricam, pode retardar o desenvolvimento de novas unidades de atendimento ou afetar negativamente o funcionamento das Unidades de Atendimento existentes, podendo afetar adversamente e de forma relevante os negócios da Companhia e o valor das ações de sua emissão.

A Companhia utiliza insumos produzidos ou fabricados no exterior em suas operações, que poderão sofrer atrasos em sua entrega e que estão sujeitos a variação cambial.

Uma parcela dos insumos que a Companhia utiliza em suas operações, tais como reagentes, filmes e outros materiais, é produzida ou fabricada no exterior e importada por seus fornecedores para revenda no mercado nacional. Desta forma, eventuais greves, acidentes, incêndios, casos fortuitos e casos de força maior nas alfândegas, portos, aeroportos, e na Receita Federal ou na Polícia Federal podem afetar a disponibilidade desses insumos, o que pode afetar adversamente a capacidade da Companhia de desenvolver seus negócios e gerar resultados operacionais, podendo impactar negativamente valor das ações de sua emissão. Adicionalmente, o preço destes insumos é fixado em moeda estrangeira, o que expõe a Companhia a risco de variação cambial. Para maiores informações, vide item 4.2 deste Formulário de Referência.

O código de conduta e os controles internos da Companhia, bem como os contratos celebrados com os fornecedores, podem falhar ou não ser suficientes para evitar violações de leis de combate a corrupção e fraudes e práticas irregulares por parte de seus administradores, empregados e fornecedores, o que pode gerar multas regulatórias, indenizações trabalhistas, condenações ambientais e danos à reputação da Companhia.

A Companhia está sujeita a violações de seu código de conduta, em decorrência de conduta nos negócios e ocorrências de comportamento fraudulento e desonesto por parte de seus administradores, empregados, fornecedores e demais colaboradores. A Companhia não possui política específica de anticorrupção referente a funcionários públicos e não dispõe de política de identificação de Pessoas Politicamente Expostas (PPE), e promove treinamento de compliance e anticorrupção com seus funcionários e terceiros apenas na admissão ou contratação. O descumprimento das leis aplicáveis, dos contratos celebrados e de outras normas por parte dos administradores, empregados, fornecedores e demais colaboradores da Companhia pode resultar em multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal, em indenizações trabalhistas, ambientais, quarteirização da cadeia produtiva e condições de segurança impróprias, bem como na perda de licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária da Companhia, e prejuízos à sua reputação. Todas as circunstâncias descritas acima podem impactar negativamente os negócios, resultados e situação financeira da Companhia, bem como o valor de mercados das ações de sua emissão.

A Companhia concentra a terceirização das atividades de transporte de amostras em um número reduzido de fornecedores.

A Companhia terceiriza o serviço de transporte de amostra, o qual é contratado junto a um número reduzido de fornecedores, enquanto permanece como responsável direta pela gestão da logística das suas operações. Caso os contratos celebrados com estes fornecedores sejam interrompidos ou cancelados, ou os fornecedores deixem de cumprir suas obrigações de forma

4.1 - Descrição dos fatores de risco

adequada e tempestiva, a Companhia poderá não ser capaz de contratar novos fornecedores com a rapidez necessária ou desejada para evitar interrupções em sua cadeia produtiva, o que poderá impactar negativamente suas operações. Adicionalmente, caso a renegociação dos contratos atualmente em vigor importem em custos adicionais pela Companhia, a margem bruta operacional da Companhia será afetada, o que poderá impactar negativamente seus resultados e situação financeira, bem como o valor de mercados das ações de sua emissão.

(f) aos clientes da Companhia

Parcela significativa da receita da Companhia decorre dos contratos celebrados com operadoras de planos de saúde, laboratórios conveniados e empresas e, ainda, entidades governamentais.

O resultado das operações da Companhia depende significativamente dos contratos que a Companhia mantém com operadoras de planos de saúde, hospitais, laboratórios conveniados e empresas. Nesse sentido, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (“ANS”), no âmbito de suas atribuições, regulamenta determinadas condições aplicáveis às relações contratuais entre operadoras de planos de assistência à saúde e prestadores de serviços de saúde, como a Companhia. A ANS poderá determinar a rescisão de contratos celebrados em afronta a sua regulamentação, o que pode vir a afetar adversamente as operações da Companhia e, conseqüentemente sua capacidade de geração de receita.

O setor de saúde no Brasil é dividido em público e privado. O setor público de saúde oferece gratuitamente assistência à saúde a todos os cidadãos brasileiros por meio do Sistema Único de Saúde (“SUS”). O setor privado de saúde, também chamado de setor de saúde suplementar, compreende uma variedade de participantes, incluindo operadoras de planos de saúde, prestadores de serviços e clientes particulares. Dentre os prestadores de serviços, destacam-se hospitais, clínicas médicas, laboratórios de análises clínicas e centros de diagnósticos por imagem.

Quanto ao setor privado de saúde, adota-se amplamente contratos com prazo indeterminado de duração, que por definição são passíveis de encerramento a qualquer momento por qualquer das partes, geralmente após encaminhamento de simples notificação prévia sem imposição de penalidade. Esse modelo de negócio confere considerável poder de negociação às operadoras de planos de saúde, especialmente em relação aos preços dos serviços que a Companhia presta quando das renegociações destes contratos, que geralmente ocorrem anualmente. Além disso, as operadoras de planos de saúde, hospitais, laboratório conveniados e empresas têm concentrado esforços para reduzir os seus custos operacionais. A Companhia não pode garantir que será capaz de suportar as pressões que eventualmente sofrerá das operadoras de planos de saúde para reduzir ou não reajustar os preços praticados, ou reajustá-los de maneira que não seja compatível com seus custos.

Ainda, caso a ANS imponha maiores restrições a esses reajustes, as operadoras de planos de saúde poderão criar pressões sobre os valores que a Companhia pratica para proteger as suas margens de lucro. Caso, por qualquer razão, a Companhia não seja capaz de manter os contratos com as operadoras de planos de saúde, hospitais e empresas, ou até mesmo de substituí-los por contratos semelhantes, ou renegociá-los em condições favoráveis ou ao menos compatíveis com seus negócios, os seus resultados podem ser adversamente afetados e, conseqüentemente, o mesmo pode ocorrer em relação ao valor de mercado das ações de emissão da Companhia.

A Companhia também presta serviços a entidades governamentais, inclusive a hospitais integrantes do SUS. A participação da iniciativa privada na execução de ações e serviços de saúde para o setor público pode se dar de diferentes formas, como, por exemplo, por meio da

4.1 - Descrição dos fatores de risco

contratação de prestação de serviços regida pela Lei nº 8.666/1993. De acordo com tal Lei, a contratação de serviços deverá ser precedida de licitação, ressalvadas as hipóteses de contratação direta pelo Poder Público. A Companhia detém contratos administrativos celebrados mediante licitação (em sua maioria, por meio de sistema de registro de preços, em que fornecedores e produtos são cadastrados para eventual e futura contratação pelo Poder Público), e celebrados diretamente, em decorrência de inexigibilidade ou dispensa de licitação. Em qualquer caso a fonte pagadora é o Poder Público, havendo o risco de atraso nos pagamentos devidos ou ainda dificuldades adicionais na cobrança de tais valores em razão de contingenciamento de verbas públicas, agravado pela crise econômica e política atual. O atraso no pagamento e a inadimplência do Poder Público podem vir a afetar adversamente a capacidade de geração de receita da Companhia, os seus negócios e os seus resultados e, conseqüentemente, o valor de mercado das ações de emissão da Companhia.

Atrasos ou recusas generalizadas de fontes pagadoras públicas ou privadas para realizar os pagamentos que são devidos à Companhia, bem como a dificuldade em renegociar com tais fontes pagadoras públicas ou privadas reajustes decorrentes de inflação, podem afetar adversamente a Companhia.

A cobrança pelos prestadores de SAD no Brasil é operacionalmente complexa. Na maioria dos casos, as fontes pagadoras do setor no qual a Companhia atua exigem a apresentação, juntamente com os instrumentos de cobrança, de relatórios e documentos sobre os serviços prestados, cujo conteúdo, muitas vezes, varia de forma significativa. No caso da Companhia, essa cobrança torna-se ainda mais complexa pelo número expressivo de fontes pagadoras que atualmente atende. Além disso, a correção de certas informações depende de outras informações que não estão sob o controle da Companhia, como, por exemplo, o tipo de plano de saúde adquirido pelos beneficiários, clientes de operadoras de planos de saúde. Em razão disso, a Companhia não pode garantir que será capaz de processar e encaminhar às suas fontes pagadoras, em tempo hábil e em volume significativo, os instrumentos de cobrança e os relatórios que os acompanham, ou, ainda, que as suas fontes pagadoras não questionarão, em volume significativo, os valores cobrados e/ou os serviços prestados.

Além disso, a Companhia não pode garantir que conseguirá repassar às fontes pagadoras os reajustes decorrentes de inflação. Tais dificuldades poderão ocasionar atrasos ou recusas, bem como diminuição na realização de pagamentos, total ou parcialmente. Adicionalmente, a Companhia não pode garantir que esses atrasos ou recusas não decorrerão de anomalias relevantes nos negócios de operadoras de planos de saúde que motivem a ANS a determinar a alienação das respectivas carteiras de beneficiários, a imposição de regimes de direção fiscal ou técnica, a sua liquidação extrajudicial ou, em casos mais graves, a sua falência ou liquidação judicial.

Atrasos ou recusas generalizadas por parte das fontes pagadoras da Companhia quanto ao pagamento dos valores que lhe são devidos podem afetar adversamente os negócios da Companhia, com conseqüente impacto no valor de mercado das ações de sua emissão.

(g) aos setores da economia nos quais a Companhia atue

A Companhia enfrenta concorrência significativa, incluindo a concorrência por preços, o que poderá vir a afetar adversamente a participação da Companhia no mercado e o resultado de suas operações.

A Companhia enfrenta grande concorrência na captação de clientes, bem como na contratação com operadoras de planos de saúde e com hospitais, em concorrências públicas e na manutenção do reconhecimento de suas marcas entre a classe médica. O mercado de análises clínicas e de diagnósticos por imagem apresenta intensa concorrência, tanto em termos de

4.1 - Descrição dos fatores de risco

preço como em termos de serviço. De acordo com a ANS, em junho de 2016 havia mais de 18.500 prestadores atuantes no mesmo segmento da Companhia, vários dos quais estão estabelecidos em regiões metropolitanas nas quais a Companhia opera.

No mercado brasileiro de serviços de apoio médico, clientes que possuem cobertura de planos privados de saúde geralmente podem escolher livremente qualquer empresa prestadora de SAD com a qual o seu plano de saúde tenha contrato para a realização de exames. Se a Companhia não for capaz de manter a fidelidade de seus clientes às suas marcas, ou se a Companhia não conseguir manter o padrão nos serviços prestados, a preços competitivos de mercado, ela pode vir a perder participação de mercado e o resultado de suas operações poderá ser adversamente afetado, com consequente impacto no valor de mercado de suas ações.

Adicionalmente, no que se refere aos contratos com planos de saúde celebrados pela Companhia, além da qualidade do serviço, o preço é um fator extremamente importante na escolha das empresas prestadoras de SAD pelas operadoras de planos de saúde. Grandes empresas prestadoras de SAD, como as que competem com a Companhia em seus mercados, podem ser capazes de aumentar a eficiência econômica, entre outros meios, por meio da realização de exames automatizados realizados em grande escala, aumentando o seu potencial competitivo na concorrência por preços. Conforme a competição aumenta no segmento de atuação da Companhia, outras empresas poderão procurar expandir seus negócios, criando uma maior pressão para a elevação dos preços de aquisições de sociedades e uma maior pressão para a diminuição no preço dos serviços, e estas empresas podem dispor de mais recursos próprios ou de terceiros que a Companhia. Essa expansão se verifica também na verticalização das operações dessas empresas, principalmente, por meio da aquisição de prestadores de serviços de medicina diagnóstica, e instalação de novos hospitais com capacidade para prestar serviços de medicina diagnóstica e de análises clínicas.

Em razão disso, caso a Companhia não seja capaz de aumentar sua eficiência econômica de maneira proporcional ao crescimento do mercado, o resultado de suas operações poderá ser adversamente afetado em decorrência da concorrência de preços, com consequente impacto no valor de mercado de suas ações.

Além disso, se um ou mais planos de saúde rescindirem os contratos que a Companhia mantém, por entenderem que a política de preços da Companhia não seja competitiva, o resultado das operações da Companhia também poderá ser adversamente afetado, com consequente impacto no valor de mercado das ações de sua emissão.

Eventual consolidação do setor poderá afetar futuras aquisições a serem realizadas pela Companhia.

O setor de medicina diagnóstica no Brasil está em processo de crescimento e consolidação, sendo que neste processo a Companhia compete com concorrentes com grande disponibilidade de recursos financeiros, incluindo hospitais e operadoras de planos de saúde, que têm se dedicado, em maior ou menor grau, a verticalizar suas operações, principalmente por meio da aquisição de prestadores de serviços de medicina diagnóstica, preventiva e terapêutica e instalação de novos hospitais com capacidade para prestar serviços de medicina diagnóstica, preventiva e terapêutica. Além disso, a Companhia sofre a concorrência de hospitais não governamentais filantrópicos, os quais apresentam uma estrutura de custos privilegiada por conta dos regimes tributários de isenção e imunidade. Adicionalmente, a Companhia não pode garantir que não vai sofrer a concorrência de empresas estrangeiras.

Caso os concorrentes da Companhia sejam mais bem-sucedidos na implementação de suas estratégias de expansão de atividades, isso pode afetar a capacidade da Companhia de

4.1 - Descrição dos fatores de risco

concluir novas associações com as empresas alvo que identificar, trazendo como consequência uma série de riscos e dificuldades para os negócios da Companhia, incluindo, mas não se limitando a: (i) a dificuldade em integrar operações, sistemas de gerenciamento de informações, pessoal, pesquisa e desenvolvimento, *marketing*, operações, logística, vendas e suporte; (ii) eventual alteração da estratégia de crescimento e geração de negócios; (iii) a possível perda de funcionários-chave da Companhia ou de qualquer das suas sociedades controladas; (iv) a possível perda de clientes; (v) a existência de custos e contingências não previstos inicialmente; (vi) questões adversas de caráter contábil; e (vii) a intensificação do poder de mercado destes concorrentes, com impacto adverso sobre a capacidade de a Companhia competir neste mercado.

Qualquer processo de integração pode demandar tempo e recursos relevantes, e a Companhia (ou qualquer adquirente do controle de nossa Companhia) pode não conseguir conduzir este processo com êxito. Caso a Companhia não consiga se integrar satisfatoriamente aos novos negócios ou operações adquiridas, as receitas e os resultados envolvendo tais operações podem ser afetados de maneira adversa. Ademais, se os clientes e demais pacientes que a Companhia atende tiverem incerteza quanto à sua capacidade de operar de forma integrada, eles podem deixar de utilizar esses serviços e os negócios e o resultado das operações da Companhia podem ser adversamente afetados, com consequente impacto no valor de mercado das ações de sua emissão.

Caso a Companhia não consiga se antecipar às tendências do setor em relação a novos serviços, processos e tecnologias em medicina diagnóstica e medicina preventiva e terapêutica, ou ao menos acompanhá-las, poderá ser adversamente afetada.

O setor de serviços de medicina diagnóstica e de medicina preventiva e terapêutica está sujeito à constante introdução e desenvolvimento de novos serviços, processos e tecnologias, e ao aperfeiçoamento dos existentes. Para manter sua posição no setor, a Companhia deve se antecipar ou acompanhar as exigências e as necessidades dos seus clientes e fontes pagadoras por meio de investimentos em pesquisas e tecnologias para o desenvolvimento de novos serviços e o aprimoramento dos existentes, com o fim de melhorar o seu desempenho.

Caso utilize critérios ou tecnologias equivocados para desenvolver serviços e processos que não permitam à Companhia competir de forma eficiente no futuro, ou deixe de antecipar as tendências do setor, ou não consiga introduzir ou desenvolver serviços e tecnologias ao menos no mesmo momento em que seus concorrentes, seus clientes e fontes pagadoras poderão deixar de utilizar seus serviços, o que pode afetar adversamente a Companhia com consequente impacto no valor de mercado das ações de sua emissão.

Os resultados operacionais da Companhia poderão ser impactados por alterações na legislação tributária brasileira.

A legislação tributária brasileira é alterada regularmente pelos Governos Federal, Estadual e Municipal. Tais alterações incluem criação de novos tributos, alterações nas alíquotas e, por vezes, criação de tributos temporários destinados a determinados propósitos governamentais específicos. Algumas dessas medidas poderão resultar em aumento da carga tributária, o que, consequentemente, terá impactos na lucratividade e até nos preços dos produtos inseridos no mercado de saúde. A Companhia não pode garantir que, diante de alterações que aumentem a carga tributária, será capaz de manter o preço de seus produtos, seu fluxo de caixa projetado ou sua lucratividade.

Os resultados da Companhia podem ser adversamente impactados por modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

As principais práticas contábeis adotadas no Brasil são emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). O CPC possui um calendário para aprovação de pronunciamentos contábeis, o qual pode sofrer alterações a qualquer momento e sobre o qual a Companhia não possui qualquer ingerência. Assim, a Companhia não consegue prever quais e quando serão aprovados novos pronunciamentos contábeis que possam de alguma forma impactar nas futuras demonstrações contábeis elaboradas pela Companhia. Portanto, existe o risco de que as futuras demonstrações contábeis da Companhia sejam alteradas em razão de novos pronunciamentos contábeis previstos pelo CPC e normatizados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

(h) à regulação dos setores em que a Companhia atue

O setor brasileiro de serviços de medicina diagnóstica e medicina preventiva está sujeito a legislações e regulamentações específicas.

O setor brasileiro de serviços de medicina diagnóstica, preventiva e terapêutica está sujeito à extensa legislação e regulamentação, incluindo as relacionadas a meio ambiente, vigilância sanitária e segurança do trabalho, de diversas autoridades federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal. O funcionamento regular das Unidades de Atendimento e das centrais de processamento de amostras depende, entre outros, da obtenção e manutenção de licenças e alvarás válidos (ou protocolos) de instalação e funcionamento, bem como para a coleta, depósito ou armazenamento, utilização de equipamentos, importação de mercadorias e materiais biológicos, manuseio, tratamento, transporte, descarte de resíduos contaminantes, materiais radioativos e produtos químicos controlados, além dos sanitários das competentes autoridades brasileiras.

Adicionalmente, a expansão das operações pode exigir que a Companhia obtenha novas licenças e alvarás. Além disso, a Companhia pode ser obrigada a avaliar mudanças em suas operações de forma a restringir o impacto atual ou potencial ao meio ambiente e à saúde e à segurança dos seus empregados e colaboradores. Eventuais empresas contratadas pela Companhia para realizar a coleta, o tratamento, transporte e disposição final dos seus resíduos contaminantes e materiais radioativos também devem estar regulares quanto ao seu licenciamento ambiental. A coleta, transporte, tratamento e destinação final adequados de um resíduo dependem da classe a que ele pertence e os projetos nesse sentido estão sujeitos à prévia aprovação do órgão ambiental competente. Além disso, todas as centrais de processamento de amostras, Unidades de Atendimento, centros de medicina diagnóstica ou postos de coleta de materiais humanos devem estar sob responsabilidade técnica de profissional legalmente habilitado perante o órgão de classe competente, sujeito à fiscalização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“ANVISA”) e/ou dos demais órgãos de vigilância, controle e fiscalização sanitária, nos Estados e Municípios onde a Companhia atua. Em segurança do trabalho, a Companhia é obrigada a, dentre outras obrigações, munir seus empregados e colaboradores alocados em suas Unidades de Atendimento e laboratórios de análises clínicas com roupas e equipamentos que minimizem sua exposição a doenças infectocontagiosas.

A Companhia não pode garantir que a legislação e regulamentação brasileira aplicável ao setor de atuação não se tornará mais severa ou a sujeitará a encargos mais onerosos no futuro, ou que as autoridades ou agências reguladoras brasileiras, em todos os níveis da federação, adotem interpretações mais restritivas ou mais rigorosas sobre essas leis e regulamentos, inclusive no tocante à obtenção das licenças, alvarás e registros para o desenvolvimento de suas atividades. Ademais, a Companhia não pode garantir que as taxas, encargos e

4.1 - Descrição dos fatores de risco

contribuições devidas às autoridades competentes e aos órgãos de classe profissional não serão reajustados ou sofrerão majoração decorrente da implantação de novas medidas legais ou administrativas. Qualquer um desses fatores pode fazer com que a Companhia seja penalizada e incorra em custos adicionais não previstos, afetando adversamente seus negócios e resultados operacionais e, conseqüentemente, o preço de mercado das ações de sua emissão.

Mudanças ou alteração na interpretação na legislação e regulamentação aplicável à Companhia e a determinados aspectos de suas operações podem causar um efeito adverso para a Companhia.

O setor brasileiro de SAD está sujeito à aplicação de legislação e regulamentação específica, bem como supervisão e envolvimento de autoridades ou agências reguladoras brasileiras, nas esferas federal, estadual e municipal no que se refere, dentre outros, à regulamentação relacionada à vigilância sanitária, meio ambiente, regulamentação profissional específica e regulamentação de funcionamento das instalações da Companhia.

Adicionalmente, as atividades da Companhia estão sujeitas a abrangente legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor à Companhia sanções administrativas e penais por eventual inobservância da legislação, bem como responsabilidade pela reparação do dano ambiental causado na esfera cível. Os terceiros contratados pela Companhia para realizar a coleta, o tratamento, o transporte e a disposição final de resíduos contaminantes e materiais radioativos também devem estar regulares quanto ao seu licenciamento ambiental. A regulamentação de tais atividades depende da classe a que pertencem os resíduos em questão e os projetos nesse sentido estão sujeitos à prévia aprovação do órgão ambiental competente. A contratação de terceiros para realizar essas atividades não exime a responsabilidade da contratante por eventuais danos ambientais causados por tais terceiros.

Com relação aos órgãos de regulamentação profissional, todas as unidades de laboratórios de análises clínicas e patologia clínica, postos de coleta descentralizados e centros de diagnósticos devem ser registrados junto ao conselho profissional que regula a atividade e devem manter um profissional legalmente habilitado como responsável técnico, estando sujeitos à fiscalização da ANVISA e/ou dos demais órgãos de vigilância, controle e fiscalização sanitária, nos estados e municípios em que a Companhia atua.

Em segurança do trabalho, a Companhia deve, dentre outras obrigações, munir seus empregados e colaboradores alocados em suas Unidades de Atendimento e laboratórios de análises clínicas com roupas e equipamentos que minimizem sua exposição a doenças infectocontagiosas.

Adicionalmente, o regular funcionamento dos imóveis que a Companhia ocupa ou pode vir a ocupar está sujeito à obtenção e manutenção de licenças e alvarás de instalação e funcionamento, bem como para a coleta, depósito ou armazenamento, utilização de equipamentos, importação de mercadorias e materiais biológicos, manuseio, tratamento, transporte, descarte de resíduos contaminantes, produtos perigosos, materiais radioativos e produtos químicos controlados, além dos resíduos sanitários, conforme determinado pelas autoridades ou agências reguladoras brasileiras.

A Companhia não pode garantir que a legislação e regulamentação brasileira aplicável ao setor de atuação não se tornará mais severa ou a sujeitará a encargos mais onerosos no futuro, ou que as autoridades ou agências reguladoras brasileiras, em todos os níveis da federação, adotem interpretações mais restritivas ou mais rigorosas sobre essas leis e regulamentos, inclusive no tocante à obtenção das licenças, alvarás e registros para o desenvolvimento de

4.1 - Descrição dos fatores de risco

suas atividades. Ademais, a Companhia não pode garantir que as taxas, encargos e contribuições devidas às autoridades competentes e aos órgãos de classe profissional não serão reajustados ou sofrerão majoração decorrente da implantação de novas medidas legais ou administrativas. Qualquer um desses fatores pode fazer com que a Companhia seja penalizada e incorra em custos adicionais

Caso autoridades ou agências reguladoras brasileiras adotem interpretações mais restritivas ou mais rigorosas ou alterações sobre essas leis e regulamentos, tais interpretações mais restritivas ou alterações podem impactar de forma desfavorável o setor de atuação da Companhia. A imposição de normas e a eventual incapacidade da Companhia de cumprir integralmente as leis e regulamentos aplicáveis às suas atividades podem afetar negativamente seus negócios, resultados e situação financeira e, conseqüentemente, o valor de mercado de suas ações.

A Companhia pode ser afetada pela imposição de leis e normas regulamentares proibindo ou restringindo as atividades de terceirização.

No Brasil, há discussões judiciais acerca da possibilidade de terceirização da atividade-fim das tomadoras de serviços. A Súmula n.º 331 do Tribunal Superior do Trabalho ("TST") consolidou o entendimento que considera regular a terceirização de atividades quando essas não estão inseridas na atividade-fim da tomadora de serviços. Ainda que se trate de terceirização regular, conforme a Súmula n.º 331 do TST, ou seja, da atividade-meio, a empresa tomadora de serviços é considerada responsável subsidiária pelos débitos trabalhistas não quitados pela empresa prestadora com relação aos seus empregados. Na área de imagem e anatomia patológica, a Companhia celebra contratos com empresas médicas, que prestam serviços nas áreas de diagnósticos por imagem. Essa prática já foi e continua sendo alvo de questionamentos, conforme descrito no item 4.3 deste Formulário de Referência, e eventuais decisões desfavoráveis ou alterações legais e/ou regulatórias, podem afetar negativamente a Companhia. Adicionalmente, a Companhia não pode garantir que empregados ou sócios de tais sociedades não tentarão reconhecer vínculo empregatício por meio do ajuizamento de reclamações trabalhistas, como não pode garantir que o Ministério Público do Trabalho não promova ações coletivas para referido reconhecimento, ou ainda que o Ministério do Trabalho e Emprego não autue a Companhia tendo por objeto referido conhecimento de vínculo de emprego e reflexos de natureza previdenciária, o que pode afetar negativamente os resultados da Companhia.

(i) aos países estrangeiros em que a Companhia atue

Não aplicável, uma vez que a Companhia não atua em outros países.

(j) a questões socioambientais

Eventuais acidentes relacionados a descarte de resíduos sólidos podem resultar em multas e indenizações significativas à Companhia e afetar sua imagem e reputação.

As atividades da Companhia geram resíduos potencialmente infectantes, radioativos e químicos que necessitam de tratamento e descarte específicos. O descarte de materiais que possuam identificação e informações sigilosas dos clientes, bem como a disposição de eletroeletrônicos, também merecem atenção especial. A Companhia pode sofrer multas e sanções na esfera administrativa, por conta do descumprimento da legislação ambiental, e penal, em um eventual acidente que venha a causar contaminação do meio ambiente e afete a população, além de responsabilidade pela reparação do dano causado na esfera cível e do comprometimento de sua imagem e reputação.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Com relação especificamente a resíduos sólidos, ainda que o acidente seja causado por alguma empresa contratada pela Companhia para fazer a coleta, transporte e destinação adequada desse tipo de material, a Companhia pode vir a ser objetiva e solidariamente responsabilizada por eventuais danos ambientais causados pelos terceiros contratados, de forma que os negócios da Companhia poderão ser adversamente afetados.

Os processos de descarte de resíduos estão sujeitos às fiscalizações dos órgãos ambientais e sanitários, e também são foco de avaliação nas auditorias internas e externas. O não cumprimento dos requisitos relacionados pode gerar autuações e multas e impactar as certificações obtidas pela Companhia.

A escassez de recursos naturais ocasionada por fatores climáticos ou antrópicos pode afetar as operações da Companhia, implicando na necessidade de adoção de medidas de contingência complementares.

A falta de recursos como água e energia, ocasionada por alterações climáticas associadas ao aquecimento global ou à atuação do homem sobre o ambiente pode impactar as operações da Companhia, dependentes destes recursos, com destaque para o uso de água para análise das amostras nos laboratórios centrais. A imprevisibilidade dos regimes de chuvas e a sazonalidade do clima e das temperaturas nas diferentes estações do ano impactam as estimativas de consumo dos recursos. As recentes crises hídrica e energética demonstram ser este um tema atual e ponto de preocupação para os diferentes segmentos econômicos brasileiros. Caso qualquer dos riscos apontados acima se materializem, a Companhia poderá sofrer impactos relevantes tanto em suas operações nas Unidades de Atendimento quanto no Laboratório de Referência, o que poderá impactar negativamente suas operações.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Risco cambial

A moeda brasileira tem sofrido desvalorizações recorrentes em relação ao dólar norte-americano e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (nas quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o real e o dólar norte-americano, assim como entre o real e outras moedas fortes. Apesar de o real ter apresentado valorização em relação ao dólar nos anos de 2005, 2006, 2007 e 2009, entre 2010 e 2015, o real sofreu recorrentes desvalorizações frente ao dólar. Ao final de 2012, 2013, 2014 e 2015, as cotações do dólar em relação ao real foram de R\$ 2,0435, R\$ 2,3426, R\$ 2,656 e R\$ 3,9048, respectivamente, o que representou uma desvalorização de 8,9%, 14,6%, 13,4% e 47,0%, respectivamente em relação aos anos imediatamente anteriores. Nos três primeiros trimestres de 2016, o real flutuou consideravelmente e foi cotado a R\$ 3,2462 em 30 de setembro de 2016. Em razão disso, não se pode garantir que o real não será desvalorizado ou apreciado em relação ao dólar novamente. As desvalorizações do real com relação ao dólar podem criar pressões inflacionárias no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como o valor de mercado das ações de emissão da Companhia.

A Companhia e suas controladas possuem contas a pagar a fornecedores contratados em moeda estrangeira (principalmente, o dólar norte-americano e o euro). O risco vinculado a estes passivos decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas pelas flutuações nas taxas de câmbio. Os passivos em moeda estrangeira expostos a esse risco em 30 de setembro de 2016 representam 1,4% do total do passivo circulante consolidado, equivalente a aproximadamente R\$2,5 milhões.

Adicionalmente, a Companhia efetua mensalmente a compra de insumos que direta ou indiretamente estão expostos à variação cambial.

Assim, as desvalorizações do real frente ao dólar norte-americano e/ou a outras moedas expostas a variação cambial podem afetar de modo negativo os negócios e os resultados da Companhia.

Riscos relacionados à flutuação de taxas de juros

Especialmente no que tange à remuneração de aplicações financeiras, dívidas e demais ativos e passivos, assim como aquisições de equipamentos médicos e financiamentos, a Companhia apresenta certa exposição a taxas de juros flutuantes. Em 30 de setembro de 2016, aproximadamente 39,2% do endividamento total da Companhia, ou R\$36,5 milhões, estava indexado à variação das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("Taxa DI"). A variação da Taxa DI também era de 14,1% em setembro de 2016, indexadora de R\$176,9 milhões, referentes ao caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários da Companhia, bem como parte das aplicações financeiras da Companhia.

No mesmo sentido, a Companhia também apresenta exposição indireta ao risco de variação da taxa de juros, uma vez que suas controladas e coligadas obtêm empréstimos tanto com taxas de juros prefixadas como com pós-fixadas.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

O risco de taxas de juros decorre da parcela da dívida, caixa e aplicações financeiras referenciadas à Taxa DI, as quais podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros. A elevação das taxas de juros poderá impactar (i) na elevação do custo dos empréstimos da Companhia; (ii) na redução da demanda pelos serviços da Companhia; ou (iii) significativamente nas despesas financeiras e resultados operacionais da Companhia.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos e ativos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais, as quais foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos ativos e passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

	Consolidado (em milhares de Reais)			
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Mais de 2 anos	Total
Ativo				
Contas a receber	197.321	-	-	197.321
Partes relacionadas	-	-	-	-
Passivo				
Fornecedores	81.183	-	-	81.183
Empréstimos e financiamentos	30.109	38.213	24.821	93.143
Outras contas a pagar	4.545	-	15.227	19.772
Parcelamento de impostos	7.236	6,103	32.612	45.951
Contas a pagar – aquisição de empresas	2.103	20.730		22.833

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos de caixa e equivalente de caixa, o que levaria ao prejuízo financeiro. As atividades operacionais da Companhia, principalmente em relação ao contas a receber, e as atividades de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros, geram exposição da Companhia ao mencionado risco de crédito.

A exposição máxima ao risco de crédito é demonstrada na tabela abaixo:

	Consolidado (em milhares de Reais)			
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Risco máximo				
Caixa e equivalentes de caixa	182.849	188.701	170.668	76.895
Contas a receber de clientes	197.321	125.137	96.786	109.936
Depósitos judiciais	3.971	6.032	3.889	4.213
Valores a receber	-	163	363	548

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

partes relacionadas				
Total	384.141	320.033	271.706	191.592

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações. No contexto das operações da Companhia e de suas controladas, pode ser definido pela possibilidade de não cumprir com as obrigações associadas aos passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista, tais como o saldo de empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar.

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2016, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o montante total de empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar era de R\$332,2 milhões, R\$380,2 milhões, R\$350,0 milhões e R\$319,4 milhões, respectivamente.

O índice de liquidez geral da Companhia, medido pela soma dos ativos circulantes e não circulantes dividido pela soma do passivo circulante e do não circulante era de 2,53, em 30 de setembro de 2016, 2,11, em 31 de dezembro de 2015, 2,02, em 31 de dezembro de 2014 e 1,92, em 31 de dezembro de 2013.

Riscos relacionados a fatores macroeconômicos

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos acionistas da Companhia de venderem ações de sua emissão pelo valor e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tal investimento considerado, em geral, de natureza mais especulativa. Além disso, o mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado que os mercados de países mais desenvolvidos, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. Por conseguinte, a capacidade dos acionistas da Companhia de venderem ações de sua emissão pelo valor e no momento desejado poderá ficar substancialmente afetada, o que poderá, ainda, afetar negativamente o preço de negociação das ações de sua emissão. Adicionalmente, vendas ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial de suas ações poderão prejudicar o valor de negociação das ações de sua emissão.

As atividades e a negociação das ações de emissão da Companhia estão sujeitas a riscos inerentes ao mercado de valores mobiliários brasileiro, como a volatilidade e falta de liquidez do mercado.

Mercados emergentes de valores mobiliários, como o brasileiro, envolvem, com frequência, investimentos de maior risco quando comparados a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa.

Sobre os riscos econômicos e políticos, os investidores podem ter sua capacidade obter retorno, total ou parcial, de seus investimentos afetada por mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político. Especificamente com relação aos investidores estrangeiros, existe o risco de que os mesmos enfrentem restrições relacionadas ao repatriamento do capital investido ou à criação ou majoração de alíquotas de impostos existentes sobre o investimento estrangeiro.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Por ser um mercado substancialmente menor, menos líquido, mais concentrado e potencialmente mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais, o mercado brasileiro de valores mobiliários poderá limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de emissão da Companhia nas condições por eles desejadas.

A comparação entre alguns dados do mercado brasileiro de valores mobiliários e alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos, permite ilustrar as características descritas acima. Como exemplo, em setembro de 2016, a BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“**BM&FBOVESPA**”) apresentou uma capitalização bursátil de aproximadamente R\$ 2,4 trilhões, com um volume diário de negociação de R\$ 6,6 bilhões durante o mês de setembro de 2016. No mesmo mês, a *New York Stock Exchange* teve uma capitalização de mercado de aproximadamente US\$ 19,5 trilhões e um volume diário médio de negociação de US\$ 44,1 bilhões. Com relação à concentração, as cinco principais ações negociadas na BM&FBOVESPA foram responsáveis por, aproximadamente, 34% do volume diário médio de ações negociadas na BM&FBOVESPA em setembro de 2016.

Portanto, o tamanho, liquidez, concentração e potencialmente volatilidade do mercado de capitais brasileiro poderão se transformar em obstáculos para os investidores de ações de emissão da Companhia que desejarem vender as ações, pelo preço e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no mercado das ações de emissão da Companhia. Na hipótese de as ações em negociação da Companhia não se transformarem e permanecerem como um mercado ativo e líquido de negociação, o preço de negociação das ações de emissão da Companhia pode ser negativamente impactado.

A inflação e os esforços do Governo Federal de combate à inflação podem afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira da Companhia.

O Brasil já experimentou no passado índices de inflação extremamente elevados. Durante esse período, a economia brasileira foi negativamente impactada por medidas adotadas pelo Governo Federal com o intuito de controlar a inflação ou até mesmo por receio e especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas. Esse cenário contribuiu diretamente para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

Após um período de controle das taxas de inflação, mais recentemente, a taxa anual de inflação medida pelo Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas aumentou significativamente, de 5,5257%, em 2013, para 10,5443%, em 2015. Em resposta a este crescimento, o Governo Federal tem adotado medidas de controle da inflação que, frequentemente, têm incluído a manutenção de política monetária restritiva, com altas taxas de juros, restringindo assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Uma das consequências deste combate à inflação é a variação significativa das taxas de juros oficiais no Brasil, que variaram de 9,90% em 2013 a 14,15% em 2015, e era de 14,25% em 30 de setembro de 2016, conforme estabelecido pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil – COPOM.

Nesse sentido, o Brasil continua sujeito a um aumento de inflação como consequência da intervenção do Governo Federal, inclusive mediante a redução ou aumento das taxas de juros e a intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do real. O risco para a Companhia é o de que caso o Brasil volte a experimentar índices de inflação elevada, não há garantia de que a Companhia será capaz de reajustar os preços que cobra de seus clientes e fontes pagadoras para compensar os efeitos da inflação sobre a sua estrutura de custos, o que poderá desencadear em um aumento dos custos e redução da margem operacional líquida da Companhia.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

A atual crise econômica e política no Brasil pode afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira da Companhia.

A recente instabilidade econômica no Brasil causada pelo aumento da inflação, a desaceleração do crescimento do PIB e a incerteza sobre se o governo brasileiro vai conseguir promulgar as reformas econômicas necessárias, para melhorar a deterioração das contas públicas e da economia levaram a um declínio da confiança do mercado na economia brasileira e a uma crise no governo.

Em 26 de outubro de 2014, a Presidente Dilma Rousseff foi reeleita após uma acirrada campanha eleitoral à Presidência. O segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff foi marcado pela insatisfação de determinados segmentos da população, conforme evidenciado pelos diversos protestos populares. Essa insatisfação é atribuída a acontecimentos como o agravamento do cenário econômico (incluindo o aumento da inflação e dos preços dos combustíveis, bem como o aumento dos índices de desemprego), a percepção de corrupção generalizada (incluindo acusações relativas ao escândalo de corrupção amplamente noticiado envolvendo a Petrobras), bem como outros fatores. Além disso, a economia brasileira continua sujeita aos efeitos do resultado do processo de impeachment que, após julgamento pelo Senado em 31 de agosto de 2016, resultou no impeachment da, então presidente, Dilma Rousseff e na posse do vice-presidente, Michel Temer, do cargo de presidente do Brasil. O presidente do país tem poder para determinar políticas e atos governamentais relativos à economia brasileira e, conseqüentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. O processo de impeachment afetou e poderá continuar afetando adversamente os mercados brasileiros e preços de negociação dos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, incluindo a Companhia. A Companhia não é capaz de estimar plenamente o impacto dos acontecimentos políticos e macroeconômicos globais e brasileiros em seus negócios. Além disso, em virtude da atual instabilidade política, há uma incerteza substancial sobre as políticas econômicas futuras e a Companhia não pode prever quais políticas serão adotadas pelo governo brasileiro e se essas políticas afetarão negativamente a economia, seus negócios ou condição financeira. A instabilidade política e econômica atual levou a uma percepção negativa da economia brasileira e um aumento na volatilidade no mercado de valores mobiliários brasileiro, que também podem afetar adversamente nossos negócios e nossas ações. Qualquer instabilidade econômica recorrente e incertezas políticas podem afetar adversamente os nossos negócios.

A influência do Governo Federal sobre a economia brasileira, bem como as condições políticas e econômicas brasileiras, podem afetar adversamente as atividades da Companhia e o preço de mercado das ações de sua emissão.

A interferência do Governo Federal na economia brasileira abrange, historicamente, aprovação de medidas de controle da inflação, aumento nas taxas de juros, controle de preços, controles de capital, desvalorizações de moeda, limites sobre importações, aumento das taxas de importação e bloqueio ao acesso de contas correntes, entre outras. Com os acontecimentos recentes descritos no item anterior e o aumento da pressão sobre o Governo Federal por modificações e reformas na economia nacional por meio de mudanças nas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias, além da própria regulamentação setorial, podem trazer impactos adversos que a Companhia não pode prever no momento. Frente ao momento imprevisível, não é possível antever o impacto das reformas nos negócios da Companhia. Os negócios da Companhia, sua posição financeira, o resultado de suas operações, suas perspectivas de negócios, bem como o valor de mercado das ações de sua emissão podem ser impactados negativamente por novas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores como:

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

- instabilidade social, econômica e política;
- expansão ou contração da economia brasileira;
- controles cambiais e restrições de remessas ao exterior;
- inflação;
- taxas de juros;
- flutuação cambial;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- política fiscal, política monetária e alterações na legislação tributária;
- alteração na política de importação;
- racionamento de água e energia;
- risco de variações de preço de insumos;
- desapropriação de propriedades;
- leis e regulamentos aplicáveis ao setor no qual a Companhia atua;
- interpretação de leis trabalhistas e previdenciárias; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para o aumento da volatilidade no mercado brasileiro e de capitais. Assim, tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão eventualmente prejudicar as atividades da Companhia e, conseqüentemente, seus resultados operacionais, podendo inclusive afetar adversamente a negociação das ações de emissão da Companhia.

O preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros está sujeito a acontecimentos e percepções riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos.

O mercado de valores mobiliários brasileiro sofre grande influência de fatores e percepções externas. As condições econômicas e de mercados de países da América Latina, Ásia, Estados Unidos, Europa e outros, exercem, em diferentes escalas, impacto no valor de mercados dos valores mobiliários negociados aqui no Brasil e nos títulos de empresas brasileiras negociados em mercados estrangeiros. A percepção de investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar impacto adverso sobre o mercado de valores mobiliários brasileiros.

O comportamento de investidores pode sofrer alterações e, conseqüentemente, impactar na decisão de manter capital investido valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, por exemplo, em momento de crise em países que exercem influência sobre o mercado brasileiro. O Brasil já experimentou a redução de recursos externos investidos no Brasil no passado, especialmente em momentos em que outros países considerados como mercados emergentes passavam por condições econômicas adversas.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais no desenvolvimento normal de suas atividades. Tais processos dizem respeito principalmente a demandas de natureza cível, tributária e trabalhista. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processo com chance de perda provável.

Foram considerados nos números abaixo (quantidade de processos e total do risco econômico estimado), os processos judiciais e administrativos de sociedades adquiridas pela Companhia, cuja responsabilidade por tal contingência é exclusiva dos vendedores de tais sociedades nos termos das obrigações contratuais estabelecidas entre as partes.

O critério de relevância adotado para o detalhamento individualizado de processos judiciais e administrativos neste Formulário de Referência foi a existência: (i) de processos judiciais e/ou administrativos com valor envolvido superior a R\$7,7 milhões; (ii) de processos judiciais e/ou administrativos que têm potencial de atingir ou superar, no curto prazo, o valor de R\$7,7 milhões em discussão, em virtude de qualquer atualização; (iii) de processos judiciais e/ou administrativos que, mesmo sem valor da causa, poderiam causar impacto patrimonial negativo relevante para a Companhia; e/ou (iv) processos que, independentemente do impacto financeiro, possam vir a impactar adversamente a imagem, estratégias ou, de maneira relevante, as atividades da Companhia.

Neste sentido, a Companhia descreve abaixo o único processo judicial que, de acordo com os critérios de relevância acima descritos, entende ser **individualmente relevante**, em 30 de setembro de 2016.

Questões Trabalhistas

PROCESSO Nº. 0118800-97.2006.5.02.0065 (01188.2006.065.02.00-1)	
Juízo	Justiça do Trabalho da 02ª Região-SP / 65ª Vara do Trabalho de São Paulo.
Instância	2ª
Data de instauração	17 de agosto de 2006
Partes no processo	Ministério Público do Trabalho DIGIMAGEM, Caetano e Galelli Técnicos em Diagnósticos por Imagem S/C, W. L. C. e F.L.A.G. ("Réus")
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor dado à causa de R\$50.000,00, com provisionamento de R\$250.000,00. Há um depósito judicial indicado no valor de R\$1.689.622,13, datado de Maio/2013, cujo valor atualizado é de aproximadamente R\$2,2 milhões.
Principais fatos	Houve condenação gesda IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A. a abster-se de contratar empresas interpostas para realização de serviços que, realizados de forma não eventual, onerosa e subordinada, sejam essenciais à consecução de seus objetivos sociais, notadamente para técnicos de raio-x , devendo executar tais serviços através de pessoal próprio, contratando diretamente e que usufruam os direitos sociais da categoria, sob pena de multa diária de R\$10.000,00, por dia de atraso no cumprimento e por empregado encontrado em situação irregular. Além disso, foram impostas outras obrigações de fazer à 2ª Reclamada (Caetano e Galelli Técnicos em Diagnósticos por Imagem), tais como registrar todos os "sócios" constantes em seu contrato social como seus empregados em CTPS, efetuando o pagamento dos depósitos fundiários retroativos ao "ingresso na sociedade" e os recolhimentos de INSS de todo o período, também sob pena de multa diária de R\$10.000,00, por dia de atraso no cumprimento e por empregado encontrado em situação irregular. Por fim, os réus foram condenados, de forma solidária, ao pagamento de multa de R\$50.000,00 em favor do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) decorrente de indenização por danos morais coletivos. A sentença foi mantida pelo Tribunal Regional do Trabalho, sendo que os autos retornaram para a 1ª Instância para início da execução (pagamento

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	da condenação e respectivo cumprimento da obrigação de fazer) Em maio de 2013, as Rés foram intimadas em 1ª instância a efetuar o pagamento da quantia de R\$1.689.622,13, valor este depositado em garantia da execução, o qual, atualizado para os dias de hoje, corresponde à quantia aproximada de R\$2,2MM
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro, tendo em vista que há um valor depositado nos autos de R\$2,2 milhões derivado da condenação imposta, além da constituição de precedente negativo para defesa dos interesses da Companhia em processos semelhantes, principalmente no que tange ao à proibição de contratação de empresas interpostas para prestação de serviços ligados a seu objeto social, o que pode alterar o modelo de negócio e as rotinas trabalhistas atualmente adotadas pela Companhia.
Questões Tributárias	
PROCESSOS NºS. 8293119-10.2005.8.13.0024/5998302-98.2007.8.13.0024	
Juízo	Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais / 4ª Tributários Estado
Instância	Superior Tribunal de Justiça (aguardando julgamento de Recurso Especial interposto pelo Estado de Minas Gerais)
Data de instauração	15/09/2005
Partes no processo	Estado de Minas Gerais
Valores, bens ou direitos envolvidos	O valor envolvido é R\$ 7.464.590,75
Principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal e respectivos Embargos, discutindo a exigência pelo Estado de Minas Gerais de ICMS incidente sobre importação de mercadorias estrangeiras via leasing (CDA n. 01.000144678-93). A Execução Fiscal está sobrestada, aguardando o julgamento dos Embargos. Por sua vez, foi proferido Acórdão favorável à Companhia, nos autos dos Embargos, e o processo está pendente de julgamento do Recurso Especial interposto pelo Estado de Minas Gerais (REsp 1256538/MG).
Chance de perda	Remota, conforme informado pelos patronos da causa
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro, tendo em vista o expressivo valor envolvido.

Além disto, a Companhia e suas controladas aderiram a parcelamentos de débitos tributários cujos saldos devedores, em 31 de outubro de 2016, correspondiam a um total de R\$ 43.768.373,44.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3.1 – Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

Em linha com o acima informado, com base na análise da Companhia e nas informações de seus assessores jurídicos, em relação aos processos descritos no item 4.3., a Companhia constituiu provisão no montante de R\$ 0,3 milhão, em 30 de setembro de 2016, para fazer frente a eventuais resultados adversos. A administração da Companhia acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes dos processos, considerando a avaliação de seus advogados quanto aos riscos envolvidos.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não aplicável, considerando que na data de apresentação deste Formulário de Referência, não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos nos quais a Companhia ou controladas fossem parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.4.1 – Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável, considerando que na data de apresentação deste Formulário de Referência, não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos nos quais a Companhia ou controladas fossem parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não aplicável, considerando que na data de apresentação deste Formulário de Referência, não havia processos sigilosos relevantes nos quais a Companhia ou controladas fossem parte.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Conforme anteriormente exposto, a Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais no desenvolvimento normal de suas atividades. Tais processos dizem respeito principalmente a demandas de natureza cível, tributária e trabalhista. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processo com chance de perda provável.

Foram considerados nos números abaixo (quantidade de processos e total do risco econômico estimado), os processos judiciais e administrativos de sociedades adquiridas pela Companhia, cuja responsabilidade por tal contingência é exclusiva dos vendedores de tais sociedades nos termos das obrigações contratuais estabelecidas entre as partes. Em virtude da existência de garantias e obrigações contratuais de ressarcimento das contingências pelos vendedores, a Companhia não constituiu provisão e para estes processos.

O critério de relevância adotado para o detalhamento individualizado de processos judiciais e administrativos neste Formulário de Referência foi a existência: (i) de processos judiciais e/ou administrativos com valor envolvido superior a R\$7,7 milhões; (ii) de processos judiciais e/ou administrativos que têm potencial de atingir ou superar, no curto prazo, o valor de R\$7,7 milhões em discussão, em virtude de qualquer atualização; (iii) de processos judiciais e/ou administrativos que, mesmo sem valor da causa, poderiam causar impacto patrimonial negativo relevante para a Companhia; e/ou (iv) processos que, independentemente do impacto financeiro, possam vir a impactar adversamente a imagem, estratégias ou, de maneira relevante, as atividades da Companhia.

Neste sentido, a Companhia descreve abaixo os processos judiciais e administrativos que, de acordo com os critérios de relevância acima descritos, entende serem **relevantes em conjunto**, em 30 de setembro de 2016, segregados conforme sua natureza.

Questões Cíveis

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia e suas controladas eram parte em 92 processos judiciais e administrativos cíveis, envolvendo um risco econômico total estimado para processos com chance de perda provável, possível e remota de, aproximadamente, R\$18,9 milhões, para os quais foram provisionados R\$ 3,1 milhões, referentes a processos com chance de perda provável.

Destes processos, a Companhia figura no polo passivo de 76 ações indenizatórias, que envolvem, majoritariamente, as seguintes matérias: (i) erro laboratorial; (ii) perda ou extravio de material para exame; (iii) atendimento; (iv) descumprimento contratual; (v) negativação indevida; e (vi) plágio.

Questões Tributárias

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia e suas controladas eram parte em 21 processos judiciais e administrativos tributários, envolvendo um risco total estimado de, aproximadamente, R\$26,2 milhões dentre processos com chance de perda provável, possível e remota, para os quais foram provisionados R\$ 2,8 milhões referentes a processos com chance de perda provável.

Questões Trabalhistas

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia e suas controladas eram parte em 118 processos judiciais e administrativos trabalhistas envolvendo um risco econômico total estimado de, aproximadamente, R\$11,7 milhões, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota, para os quais foram provisionados R\$3,7 milhões referentes a processos com chance de perda provável.

Destes processos a Companhia figura no polo passivo de 118 reclamações, que envolvem, majoritariamente, as seguintes matérias: (i) horas extras; (ii) adicional de insalubridade e periculosidade; (iii) comissões; (iv) equiparação salarial; e (v) danos morais e materiais.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto**4.6.1 – Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6**

Em linha com o acima informado, com base na análise da Companhia e nas informações de seus assessores jurídicos, a Companhia, juntamente com suas controladas, constituiu provisão no montante total de R\$9,6 milhões em 30 de setembro de 2016, para fazer frente a eventuais resultados adversos em processos com chance de perda provável, destacando-se R\$3,1 milhões para contingências cíveis, R\$2,8 milhões para contingências tributárias e R\$3,7 milhões para contingências trabalhistas. A administração da Companhia acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes dos processos, considerando a avaliação de seus advogados quanto aos riscos envolvidos.

4.7 - Outras contingências relevantes

Parcelamentos Federais

Algumas de nossas subsidiárias aderiram a anistias perante a Receita Federal do Brasil e perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com o intuito de obter descontos, utilizar créditos de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa da CSLL e parcelar débitos federais, em conformidade com as Leis nº 11.941/2009 e 12.996/2014.

O descumprimento das regras instituídas pelos programas de parcelamento pode ocasionar a sua rescisão, o consequente cancelamento dos benefícios concedidos e a apuração do valor original do débito, com a incidência dos acréscimos legais, até a data da rescisão. Em 30 de setembro de 2016 o saldo de referidos programas de parcelamento, que leva em consideração os descontos concedidos pela anistia, era de aproximadamente R\$36,1 milhões.

Parcelamento Estadual

Uma de nossas subsidiárias também incluiu débitos relativos ao ICMS devido no Estado de São Paulo em um programa de parcelamento de débitos estaduais denominado PEP, cujo saldo, em 30 de setembro de 2016 era de R\$1,8 milhão.

Parcelamentos Municipais

Uma de nossas subsidiárias também incluiu débitos relativos ao ISS devido no Município de São Paulo em um programa de parcelamento de débitos municipais denominado PPI, cujo saldo, em 30 de setembro de 2016 era de R\$4,0 milhões.

Por fim, uma de nossas subsidiárias também incluiu débitos relativos ao ISS devido no Município de Belo Horizonte, cujo saldo em 30 de setembro de 2016 era de R\$3,2 milhões.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

(a) restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(b) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(c) hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(d) Hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(d) outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia não adota uma política formalizada de gerenciamento de riscos, mas atua de forma preventiva e contínua através de monitoramentos dos departamentos de Qualidade, Controladoria, Contabilidade, Assessoria Jurídica, Controles Internos e Assuntos Regulatórios. Todos os pontos e potenciais riscos, mapeados, apontados, auditados e remediados, são reportados pelas áreas supracitadas à Diretoria Administrativa Financeira e à Presidência executiva, sendo abordados nas pautas das reuniões do Conselho de Administração. Além destas podemos citar algumas ações que foram tomadas e que remetem a este tema, como:

- 1) **Realização de auditorias externas anuais para certificações de Qualidade, como por exemplo ISO;**
- 2) **Realização de auditorias externas contábeis anuais;**
- 3) **Adoção do Código de Conduta e Ética.** A elaboração do Código de Conduta e Ética Empresarial da Companhia consolida os princípios por ela adotados e formaliza a referência de conduta da Companhia no relacionamento entre os colaboradores e com clientes e fornecedores, abordando as Políticas abaixo descritas. O Código de Conduta e Ética da Companhia foi elaborado pelo setor de Desenvolvimento Humano da Companhia e aprovado pela Administração.
 - a. **Conflito de Interesses:** Baseada no princípio que o colaborador deverá tomar decisões e agir sempre de maneira idônea, sem se deixar influenciar por questões particulares, de familiares ou de amigos que possam afetar seu julgamento em relação à atividade na qual ele esteja envolvido, ou seja, deve-se recusar a promover qualquer forma de favorecimento ou agir contra os interesses da Companhia.
 - b. **Anticorrupção:** Principalmente ao tratar dos relacionamentos institucionais público e privados. Sendo que toda e qualquer situação em que o contrato se faça com a participação do Poder Público deverá ser acompanhada pela Assessoria Jurídica, visto que abordam regras especiais e legislações específicas. Em hipótese alguma será admitido suborno ou pagamento a facilitadores.
 - c. **Canal de Denúncia:** Qualquer atitude que não respeita as orientações do Código de Conduta e Ética e viole os princípios éticos da Companhia, deve ser comunicada ao superior imediato ou à Consultoria Interna (Departamento de Desenvolvimento Humano), que tem dentre as suas atribuições, a competência de receber e dar o tratamento adequado ao assunto.
 - d. **Segurança da Informação:** Limitado ao permitido por Lei, a Companhia se reserva ao direito, quando necessário, monitorar e inspecionar como seus ativos são utilizados pelos colaboradores, incluindo inspeção de todos os e-mails, dados, relatórios contábeis, e todos os arquivos mantidos nos terminais de rede da empresa. A utilização de dados particulares do negócio de se restringir, exclusivamente, a execução dos serviços e que no se refere as funções de cada um.
 - e. **Fornecedores:** A Companhia e demais sociedades do seu Grupo assumem o compromisso de valorizar seus fornecedores, respeitando os prazos e demais condições de acordo. A relação da Companhia com seus fornecedores deve se basear nos seguintes aspectos: (i) igualdade no tratamento, condução de processos e oferta de oportunidades, sendo que antes de qualquer restrição a um fornecedor, deve ser apresentado um embasamento técnico profissional para tal; e

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

(ii) avaliação das propostas deve ser realizada por meio de critérios objetivos. Quando a contratação de um fornecedor acarretar a necessidade de divulgação de informações confidenciais, o acordo de confidencialidade deverá ser assinado por ambas as partes.

- 4) **Gestão de documentos:** A gestão documental da Companhia é realizada pelo software de gestão (Se Suite), um componente para gerenciamento corporativo de documentos que integra as tecnologias de workflow colaborativo, indexação e recuperação, visualização de conteúdo, etc. em uma única aplicação. Isto promove a padronização e organização do acervo de documentos, conforme as regras definidas pela Gestão de Documentos da Qualidade, proporcionando um mecanismo eficaz para identificação, recuperação e controle de documentos.
- 5) **Adequações de Controles Internos:** A partir de 2015 foi iniciado um processo de mapeamento de processos onde são identificadas as oportunidades de melhorias/Gaps, cujo resultado é utilizado para a revisão, atualização e criação de políticas, normas e procedimentos. Por meio de uma matriz de risco é feita a classificação do mesmos, contendo os planos de remediação, auditorias pontuais e/ou programadas.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

As políticas e práticas adotadas pela Companhia buscam a adequação, nos próximos 2 anos, às melhores práticas de gerenciamento de riscos do mercado, em especial aquelas praticadas no setor de saúde, e nas relações da Companhia com os seus acionistas.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Riscos inerentes às atividades exercidas pela Companhia que possam afetar adversamente os negócios da Companhia. Em geral, os riscos monitorados são de esfera contábil, legal, de imagem e confidencialidade.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

Os instrumentos utilizados para a proteção são as Políticas, Normas, Procedimentos e Instrumentos adotados pela Companhia, em especial o Código de Conduta e Ética. O gerenciamento de tais documentos é realizado pelo software de gestão (Se Suite), um componente para o gerenciamento corporativo de documentos que promove a padronização e organização do acervo, conforme as regras definidas pelo setor Gestão de Documentos da Qualidade, proporcionando um mecanismo eficaz para identificação, recuperação e controle de documentos. Além disso, este sistema permite maior autonomia da área no controle de documentos, possibilitando maior agilidade na publicação dos mesmos em uma plataforma 100% web.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O setores de Qualidade, Relação com Investidores, Controladoria, Controles Internos, Contabilidade, Assuntos Regulatórios, Assessoria Jurídica, Departamento Pessoal, Comitê de Glosas e contratações tempestivas de empresas de auditoria externa são responsáveis pelas verificações, monitoramentos e planos de remediação para riscos inerentes aos assuntos internos e externos da Companhia.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

A Companhia entende que consegue monitorar os riscos inerentes ao negócio, exercendo a hierarquização das atividades de avaliação de riscos, através de um planejamento de

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

demandas realizado pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, com atuação dos setores supracitados no item (iii) de Estrutura Organizacional de Gerenciamento de Riscos.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

Apesar de não adotar uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, a Companhia adota as seguintes políticas e procedimentos relacionados aos riscos de mercado. O setor Financeiro monitora os riscos desta natureza, que são inerentes aos negócios da Companhia.

a. Política de Contratação e Gestão de Seguros

A contratação de seguros visa a proteção dos ativos e fluxos operacionais da Companhia contra riscos relevantes, visando reduzir perdas e promover a preservação do seu patrimônio e a continuidade das suas operações.

b. Política de Contas a Pagar

Estabelece as normas para o processo de pagamento aos fornecedores da Companhia.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Oscilações nas taxas de juros

A Companhia e suas controladas não têm contrato pactuado de derivativos por praticar política conservadora de exposição a empréstimos, mantendo o montante de dívida líquida em patamares adequados a sua geração de caixa. Como estratégia para minimizar as variações à taxa DI, a Companhia mantém suas aplicações financeiras atreladas pela variação da DI.

a. Risco de câmbio:

Este risco é avaliado e, se necessário, mitigado pela área financeira, que monitora periodicamente os fluxos financeiros e operacionais da Companhia.

A Companhia contratou empréstimo em moeda estrangeira no valor de US\$ 22,3 milhões, junto com um instrumento financeiro derivativo de *swap* cambial para reais (e atualizado por um percentual do CDI), ambos com o Banco Itaú BBA. A operação de *swap* tem a finalidade de proteger o resultado da Companhia da exposição ao risco cambial por meio da troca da variação do dólar norte americano por variação indexada ao CDI, com mesmos prazos de amortização das parcelas e os prazos de vencimentos correspondentes ao contrato de empréstimo em moeda estrangeira.

b. Risco de crédito:

Para mitigar esse risco, a administração da Companhia acompanha rigorosamente os fluxos de recebíveis, além de fazer o acompanhamento permanente das posições em aberto nos bancos. Caso a Companhia e/ou suas controladas identifiquem risco de não realização de ativos de crédito aos quais estão expostas, a Companhia registra provisões para mitigar tal risco em sua integralidade.

Em relação ao Contas a receber, a Companhia realiza provisões conforme abaixo:

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

Risco de crédito (em milhares de Reais)	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.436	7.221	6.514	6.091
Provisão para perda de serviços executados a faturar	1.731	1.972	4.517	3.188
Provisão para perda de glosas	0	2.681	0	0
Total	7.167	11.874	11.031	9.279

c. Risco de liquidez:

A Companhia estrutura os vencimentos dos seus empréstimos e visando não “pressionar” os recursos de caixa. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas suas áreas de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos e/ou aportes de capitais dos acionistas, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

(ii) **Estratégia de proteção patrimonial (*Hedge*)**

O resultado das operações da Companhia é afetado pelo risco de oscilações das taxas de câmbio, pois uma parcela de suas obrigações é denominada em moedas estrangeiras (euro e dólar norte-americano). Para se proteger de tais variações a Companhia utiliza, principalmente, instrumentos derivativos de *swap* cambial. Os riscos cambiais são avaliados e, se necessários, mitigados pela área financeira, que monitora periodicamente os fluxos financeiros e operacionais da Companhia.

(iii) **Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*Hedge*)**

Em 2013 a Companhia contratou empréstimo junto ao Itaú BBA, denominado em dólares norte-americanos, no montante original de US\$ 22,3 milhões, acrescidos de juros fixos de 2,82% ao ano, com vencimento em julho de 2018. Para proteção de risco de variação cambial sobre este empréstimo, foi contratada a operação de *swap*, trocando a moeda para reais e fixando a taxa de juros em CDI + 1,5% ao ano, com vencimento em julho de 2018.

As transações de *hedge accounting* da Companhia em aberto em 30 de setembro de 2016 tinham o valor total de R\$12,0 milhões, enquanto as transações de *swap* cambial possuíam o valor total de US\$ 12,8 milhões.

(iv) **Parâmetros utilizados para gerenciamento de riscos**

Mencionado nos itens (ii) e (iii).

(v) **Se o emissor operar instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*Hedge*) e quais são estes objetivos**

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos à proteção patrimonial. Desta forma, a Companhia não contrata instrumentos financeiros derivativos para especulação no mercado financeiro.

(vi) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração e a Diretoria Administrativa Financeira monitoram periodicamente a exposição da Companhia aos riscos cambiais e taxas de câmbio.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A programação periódica de auditorias é realizada com o objetivo de validar e monitorar a efetividade dos controles.

5.3 - Descrição dos controles internos

(a) principais práticas de controles internos e grau de eficiência de tais controles

A Companhia tem investido nos últimos 5 anos para consolidar a área de controles internos, através da contratação de pessoal para a identificação, mapeamento e revisão dos processos críticos como, por exemplo, a atualização de processos, sistemas, procedimentos de gestão e operacionais. A Companhia também tem buscado, por meio de Benchmarking, ferramentas mais eficientes, tanto para o monitoramento e manuseio, quanto para divulgação das informações financeiras e econômicas. Os setores de Controladoria e Controles Internos, a partir do ano de 2016, vêm adaptando os processos e controles utilizando como base teórica os guias de boas práticas do IBGC, ABNT NBR ISO31000 Gestão de Riscos Princípios e diretrizes e COSO, como balizadores das melhorias a serem implantadas para aumentar a aderências às melhores práticas do mercado.

Destacamos abaixo algumas das principais ações implementadas com o objetivo de aumento do controle e transparência nos processos supracitados.

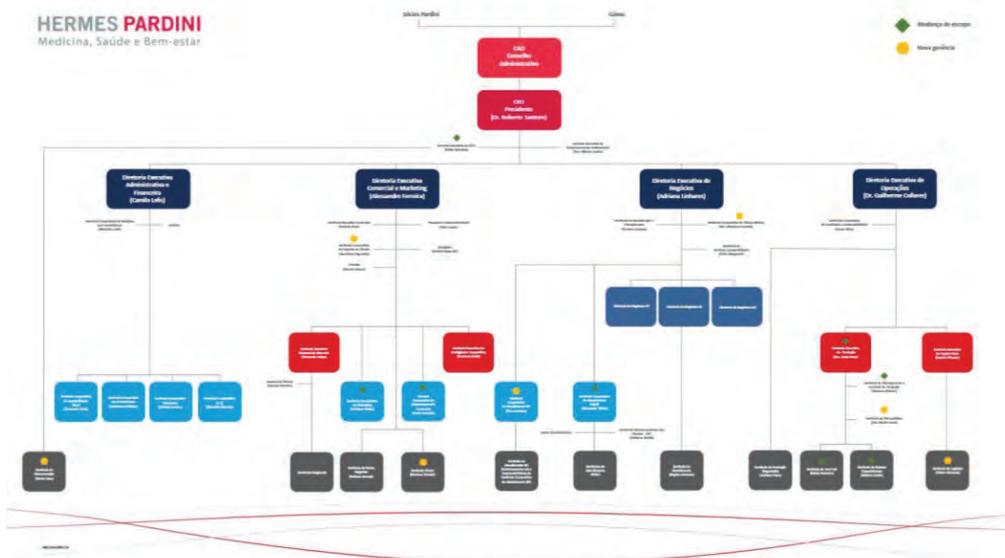
1. **Criação do Comitê de Glosas:** Em 24 de junho de 2016, foi aprovada pela Diretoria Comercial, Financeira e Negócios a criação do comitê de glosas com objetivo de monitorar e atuar semanalmente nas principais causas de glosa com a discussão e definições de ações preventivas e corretivas envolvendo os gerentes das áreas Comercial, de Atendimento e Controladoria. O controle passa a ser mais efetivo uma vez que são tomadas ações antes do encerramento do período, o que contribui para alcance dos objetivos de reduzir as glosas de pagamentos. A atuação do Comitê traz maior celeridade nas ações operacionais junto ao atendimento aos clientes por meio do setor comercial e na apuração e realização de melhorias dos processos de conciliação de glosas por meio da controladoria.
2. **Execução de Auditorias internas pontuais:** Realização de auditorias internas pontuais, nas quais o setor de controles internos, por meio de mapeamentos e análise de base de dados, elabora relatórios com os riscos e pontos de controles, e não apenas recomenda, como suporta e monitora a implantação das ações propostas. O critério para seleção destes processos pode ocorrer (i) por recomendação/solicitação da Diretoria e das Gerências, (ii) por meio de Auditorias Externas ou (iii) como resultado da priorização da matriz de risco elaborada com os riscos identificados e analisados até então.
3. **Criação de Matriz de Risco, Mapeamentos de Processos e Diagnósticos:** São realizados mapeamentos, revisão de processos e procedimentos, priorizando processos mais estratégicos na geração de informações relevantes para a elaboração dos demonstrativos de resultados. Um exemplo desta prática pode ser observado no setor de faturamento da Companhia, onde foi feito um diagnóstico, após o qual foram atualizados os procedimentos e iniciados 2 projetos inovadores: (i) adequação sistêmica para validação de profissionais liberais e validação dos registros nos respectivos conselhos profissionais, e (ii) automatização do processo de gestão de glosas. Além disso, em 2015, a Companhia desenvolveu um estudo para centralizar o faturamento com o objetivo de melhorar os processos, os sistemas e a qualidade das informações. Este projeto também irá trazer celeridade, segurança e confiabilidade nas informações, além de criar uma trilha de auditoria para as atividades de Auditoria de Receitas.
4. **Setor Auditoria de Receitas:** Em função do crescente aparelhamento dos convênios para efetuar as chamadas auditorias de despesas, que resultam em glosas sobre os faturamentos da Companhia, foi criado em 2015 e está sendo estruturado, o setor de Auditoria de Receitas, que tem a função de providenciar junto aos convênios os relatórios com os detalhamentos das glosas de faturamento, conciliação, conferência, análise e

5.3 - Descrição dos controles internos

consolidação das informações para suportar as ações e decisões que vão contribuir com a diminuição destas ocorrências.

5. **Adoção de BI para Divulgar Resultados:** Na busca por ferramentas e sistemas mais eficientes para gestão e melhorias na qualidade das informações, a Companhia disponibiliza, via seu Sistema de Análise de Dados e indicadores Estratégicos designado “Business Intelligence”, a divulgação dos resultados do período. Esta prática também confere celeridade e tempestividade na disponibilização das informações para alta direção da Companhia. Além da transparência, esta prática também confere mobilidade aos diretores no acompanhamento dos resultados, uma vez que o Business Intelligence é disponibilizado via móbile.

(b) **Estruturas organizacionais envolvidas**



(c) **se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

O setor de controles internos é supervisionado pelo Gerente de Controladoria e pela Diretoria Administrativa e Financeira, responsável pela aprovação das ações e demandas desenvolvidas.

O setor de Controles Internos é composto por dois analistas de Controles Internos Sênior que efetuam os levantamentos, analisam e emitem diagnósticos e planos de remediação. Todos os resultados dos levantamentos e constatações são reportados imediatamente ao Gerente de Controladoria ou à Diretoria Financeira e Administrativa.

(d) **deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.**

Em correspondências recebidas dos auditores independentes da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2014 e 2015, não foram reportadas deficiências significativas. A Companhia recebeu em referidas cartas diversas recomendações de melhoria em seus procedimentos, que individualmente não foram considerados relevantes pela Companhia.

5.3 - Descrição dos controles internos

(e) comentários dos Diretores sobre as deficiências apontadas no relatório do auditor independente.

Em correspondências recebidas dos auditores independentes da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2014 e 2015, não foram reportadas deficiências significativas. Os Diretores da Companhia avaliaram as recomendações dos auditores e elaboraram planos de ação definidos em relação a cada um dos pontos. No entendimento da Companhia esses planos são suficientes para endereçar as recomendações dos auditores independentes. O acompanhamento dos planos de ação é feito pela área de Controles Internos que reporta diretamente seus resultados à Gerência de Controladoria.

Não foram identificadas, no último exercício social, alterações significativas com relação aos principais riscos da Companhia.

5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Entende-se que os pontos abordados nos itens 5.1, 5.2, 5.3 e 5.4 contemplam as informações relevantes necessárias para o gerenciamento de riscos e controles internos da Companhia.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	02/02/1977
Forma de Constituição do Emissor	Constituída sob a forma de sociedade civil por quotas de responsabilidade limitada e transformada em sociedade por ações em 04/11/2011.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve histórico

A Companhia foi fundada pelo Dr. Hermes Pardini e constituída em 1977 sob a forma de sociedade civil por quotas de responsabilidade limitada e transformada em sociedade por ações em 04 de novembro de 2011. Atualmente, a família Pardini permanece como a principal acionista da Companhia, através dos irmãos Victor Pardini, Regina Pardini e Áurea Pardini, os quais possuem, diretamente ou indiretamente (através de veículos próprios), participação agregada de 70% do capital social da Companhia. A sede da Companhia está localizada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Seguindo os avanços do setor médico no Brasil e no mundo, a Companhia iniciou, em 1994, a atividades de anatomia patológica. Em 1997, a Companhia lançou uma variedade de serviços com foco no segmento *lab-to-lab*, os quais impulsionaram o crescimento da Companhia nos anos seguintes, e em 1998, foi criado o departamento especializado em genética humana.

Em 2007, a Companhia contratou a Fundação Dom Cabral para elaborar um projeto com o objetivo de fortalecer a governança corporativa, o qual foi implementado no mesmo período, através da criação do Conselho de Administração da Companhia.

O ano de 2010 foi fundamental para o crescimento da Companhia, com a inauguração do Núcleo Técnico Operacional ("**NTO**"), localizado no Distrito Industrial de Vespasiano, estado de Minas Gerais, a cerca de 16 km do Aeroporto Internacional de Confins. O NTO da Companhia é considerado por fornecedores relevantes, tais como Beckman Coulter, uma das maiores plantas especializadas em análises clínicas do mundo, reduzindo custos logísticos e aumentando a rapidez e eficiência das análises de amostras, o que a Companhia acredita conferir importante vantagem competitiva em relação aos serviços de Laboratório de Referência.

Em 2011, com o objetivo de intensificar a sua estratégia de expansão geográfica e implementar o seu plano de negócios, a Companhia celebrou acordo de investimento com a GIF Aperana Participações S.A., sucedida pelo GIF IV Fundo de Investimento e Participações após sua incorporação na Companhia, por meio do qual tornou-se detentor de 30% das ações de emissão da Companhia.

Em 5 de outubro de 2012, a Companhia adquiriu 50,9% das ações representativas do capital social da IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A. ("**Digimagem**"), com o objetivo estratégico de entrar no mercado de São Paulo. A Digimagem possuía foco em exames de imagem (US, CT, PET-CT, MRI, medicina nuclear, endoscopia) e também oferecia exames de análises clínicas e vacinas. Atualmente a Companhia detém 100% do capital da Digimagem.

Em seguida, em 7 de dezembro de 2012, a Companhia adquiriu 61% das ações de emissão da Laboratórios Pró Abordagem Genômica Diagnósticos S.A. ("**Progenética**"), laboratório com foco em genética baseado no Rio de Janeiro e fundado em 1999. A Progenética foi uma das primeiras instituições a desenvolver exames moleculares de alta complexidade no Brasil e possuía experiência em sequenciamento genético, o que possibilitou à Companhia o fortalecimento da sua posição em oncogenética no mercado do Rio de Janeiro, combinado com uma estrutura logística e comercial capazes de atingir outras regiões do Brasil.

Em 21 de dezembro de 2012, a Companhia também adquiriu 100% das quotas representativas do capital social da Biocod Biotecnologia Ltda., fundada em 2000 e que atua no segmento de biotecnologia. A Biocod possuía presença relevante na realização de testes de paternidade na cidade de Belo Horizonte.

Com o objetivo de fortalecer a sua presença no segmento de diagnósticos por imagem e análises clínicas na região de Sete Lagoas, a Companhia constituiu, em 16 de agosto de 2012,

6.3 - Breve histórico

a Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda., sociedade na qual a Companhia possui 70,0% das quotas representativas de seu capital social.

Em 23 julho de 2013, a Companhia adquiriu 71,4% das ações de emissão da Diagpar Holding S.A., controladora direta das sociedades Diagnóstika – Unidade Diagnóstica em Patologia e Citologia Ltda. e Neocode – Patologia Cirúrgica e Biologia Molecular Ltda. (anteriormente denominada Diagnóstika Plus - Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda.), laboratórios especializados em anatomia patológica fundados em 1984, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. Esta aquisição atendeu a estratégia da Companhia de possuir um núcleo técnico com grande capacidade técnica e escala na cidade de São Paulo, processando em média cerca de 400 mil exames por mês no ano de 2016.

Dando continuidade a seus planos de expansão, em 4 julho de 2013, a Companhia adquiriu 80,0% das ações de emissão do Laboratório Padrão S.A., com o objetivo de fortalecer a sua presença na região Centro-Oeste. Fundado em 1985, o Laboratório Padrão possui liderança de mercado no Estado de Goiás, segundo informações fontes pagadoras (dados provenientes de gastos de fontes pagadoras com IPASGO e UNIMED, Pesquisa realizada pelo Jornal “O Popular” – Premio Pop List nos anos de 2009 a 2013), prestando serviços para clientes nos mercados *lab-to-lab* e Unidades de Atendimento. Em outubro de 2015, a Companhia adquiriu uma participação adicional de 15,0% no Laboratório Padrão, detendo atualmente 95,0% das ações de sua emissão.

No ano de 2013, a Companhia fundou (i) o Centro Diferenciado de Diagnósticos por Imagem S.A. – CDDI, sediado em Belo Horizonte, com o objetivo de realizar exames de imagem de alta complexidade e valor clínico para clientes particulares e (ii) as companhias HP Importação, Comércio e Locação de Produtos e Equipamentos para Diagnóstico S.A e IHP Comércio de Produtos para a Saúde S.A., ambas com sede em Belo Horizonte, com o objetivo de distribuir insumos hospitalares para alguns de seus clientes e realizar a importação direta de alguns produtos.

Em janeiro de 2014, a Companhia, através da sua controlada Diagpar Holding S.A., adquiriu a Diagnóstika Rio - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda., (nova denominação da Anatomical Lab Anatomia Patológica e Citopatologia Ltda.), com sede na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia detém, indiretamente, a participação de 71,4% do capital social da Diagnóstika Rio. Entre 2013 e 2015, a Companhia abriu 50 novas unidades de atendimento, sendo 32 com a marca “Hermes Pardini”, 3 com a marca “Digimagem” e 15 com a marca “Padrão”, atingindo a marca de 115 PSCs em Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo. Das unidades abertas no período, destaca-se a unidade de Santana, em São Paulo, com capacidade para atender até 500 pacientes/dia.

Em 22 de outubro de 2016, a Companhia adquiriu (i) 100% do capital social da Centro de Medicina Nuclear da Guanabara Ltda. – CMNG; e (ii) 100% do capital social da Diagnósticos Serviços Médicos Auxiliares Ltda. – DSMA, ambas situadas no Rio de Janeiro. Com estas aquisições, a Companhia busca aumentar sua relevância neste importante mercado. A aprovação sem restrições da aquisição da CMNG pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) foi publicada no dia 2 de dezembro de 2016, tendo o fechamento da transação ocorrido em 23 de dezembro de 2016..

Como resultado do planejamento de expansão hoje a Companhia atende, no setor de Laboratório de Referência, 5.300 laboratórios conveniados em 1.783 cidades. Em relação às Unidades de Atendimento (conforme descritas no item 7.1 do Formulário de Referência), a Companhia possui 111 Unidades de Atendimento ao Paciente (PSCs), nos estados de Minas

6.3 - Breve histórico

Gerais, Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo, sendo líder de mercado em Belo Horizonte e Goiânia, onde as Unidades de Atendimento atendem a mais de 10.000 pacientes todos os dias.

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia fundado em valor relevante.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia entende que todas as informações relevantes foram incluídas nos demais itens desta Seção 6 do Formulário de Referência.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Visão Geral

Acreditamos ser o laboratório de referência líder e de maior crescimento no segmento *Lab-to-Lab*, o segundo maior em produção de análises clínicas no mercado privado, e um dos quatro maiores grupos em termos de receita líquida no segmento de medicina diagnóstica no Brasil, de acordo com os dados fornecidos por nossos clientes e com base em uma análise interna a partir de dados públicos divulgados pelo Datasus, CNES e IESS. Somos a maior empresa de medicina diagnóstica nos estados de Minas Gerais e Goiás em Unidades de Atendimento ao Paciente (“PSC”), com 97 unidades, sendo a maior também em termos de receita líquida e em número de exames, com crescente presença nos maiores mercados de saúde do Brasil, como Rio de Janeiro e São Paulo. Esta posição de liderança nacional no segmento de Laboratório de Referência (“*Lab-to-Lab*”) e de liderança nos estados de Minas Gerais e Goiás no segmento de PSC nos confere fortes vantagens competitivas em termos de escala, sinergias e reconhecimento de marca, oferecendo um substancial retorno sobre o capital investido (“ROIC”) e múltiplas possibilidades de crescimento.

Com quase 60 anos de história, acreditamos que a marca Hermes Pardini tornou-se referência nacional em termos de qualidade, confiabilidade e excelência operacional, sendo associada a um amplo portfólio de exames com alta especialização e diversificação, incluindo testes esotéricos, todos processados em nossos núcleos técnicos e unidades de atendimento. Acreditamos que nossa posição de liderança foi alcançada por meio de investimentos em tecnologia, pesquisa e desenvolvimento (“P&D”), foco contínuo na satisfação do cliente, confiabilidade, reconhecimento de marca e em nosso modelo de negócios, o qual nos proporciona economias de escala por meio de nosso Laboratório Central (Núcleo Técnico Operacional - “NTO”) em Minas Gerais.

Estrategicamente localizado a 16km de distância do aeroporto internacional de Confins, na área metropolitana de Belo Horizonte, o nosso NTO é uma das maiores plantas especializadas em análises clínicas do mundo, de acordo com nossos fornecedores. Nosso NTO centraliza a produção de aproximadamente 90% dos nossos exames o que nos permite manter a alta qualidade e a rapidez de processamento com custos reduzidos e nos proporciona importantes vantagens competitivas no segmento de *Lab-to-Lab*, com maior qualidade e rapidez de processamento e menores custos. No NTO processamos mais de 6 milhões de exames por mês em uma área construída de mais de 18 mil metros quadrados que comporta, ainda, substancial expansão com baixo investimento.

A Companhia e suas controladas atuam no setor de saúde, especificamente no segmento de serviços auxiliares de apoio diagnóstico (“SAD”), prioritariamente no setor privado.

Objeto Social

O objeto social da Companhia é a prestação de serviços médicos e odontológicos, laboratoriais de pesquisas, análises clínicas e auxiliares de complementação diagnóstica e terapêutica, em todas as suas modalidades, tais como: Citologia, Anatomia Patológica, Patologia Clínica, Radiologia, Mamografia, Ressonância Magnética, Ultrassonografia, Tomografia Computadorizada e demais estudos e diagnósticos por imagens (com e sem o uso de radiação ionizante), serviços de diagnóstico por registro gráfico (ECG, EEG e outros exames análogos), Medicina Veterinária, Genética Humana, Banco de Sangue e serviços de Hemoterapia, Criopreservação de sangue, tecidos, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie, terapia celular, atividades de reprodução humana assistida, vacinação e imunização humana; bem como assessoria, consultoria e treinamento na área da saúde, pesquisa e desenvolvimento

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

experimental em ciências sociais e humanas, treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial e outras atividades profissionais, científicas e técnicas.

Segmentos de Negócios

A Companhia atua no setor de SAD, através de dois segmentos de negócios distintos:

Unidades de Atendimento (PSC): Operamos 111 unidades, nos estados de Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro. Somos líderes nos mercados de Minas Gerais (com a marca Hermes Pardini), com 66 unidades e 70% de participação de mercado na região metropolitana de Belo Horizonte, e Goiás (com a marca Padrão), com 31 unidades e 51% de participação de mercado na região metropolitana de Goiânia, conforme informações fornecidas por nossos clientes e com base em uma análise interna a partir de dados públicos divulgados pelo Datasus, CNES e IESS. Nossas unidades atendem diretamente aproximadamente 10 mil clientes por dia, oferecendo exames de análise clínica, diagnóstico por imagem, vacinas, check-up e outros serviços de diagnóstico. Os serviços de PSC foram responsáveis por 41,9% e 44,0% da receita líquida da Companhia no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2016 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, respectivamente, sendo que 60,0% e 62,0%, respectivamente, corresponderam a serviços decorrentes de análises clínicas e 34,0%, em ambos os períodos, corresponderam a serviços decorrentes de imagem.

Laboratório de Referência (Lab-to-Lab): Acreditamos ser líderes de mercado em serviços de *Lab-to-Lab* no Brasil, cobrindo aproximadamente 5.300 clientes em 1.783 cidades brasileiras. Oferecemos um grande portfólio de exames especializados para outros laboratórios em todo o território nacional, bem como serviços de consultoria, treinamento e suporte aos nossos clientes. Operamos no segmento principalmente por meio de três marcas: Hermes Pardini, Progenética (associada a exames de alta complexidade de oncogenética e genética), no Estado do Rio de Janeiro, e Diagnóstika (associada a exames de alta complexidade em patologia clínica), no Estado de São Paulo. Os serviços *Lab-to-Lab* foram responsáveis por 59,3% e 57,0% da receita líquida da Companhia no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2016 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, respectivamente.

Serviços Prestados

Dentre os serviços prestados pela Companhia, tanto no segmento de Unidades de Atendimento (PSC) quanto no segmento de Laboratório de Referência, destacam-se os de diagnóstico por imagem, análises clínicas, anatomia patológica e imunização.

- **Diagnósticos por Imagem.** Os serviços de diagnóstico por imagem são oferecidos predominantemente para os clientes das Unidades de Atendimento (PSC), e também, em menor escala, no Laboratório de Referência, na modalidade de teleradiologia. Tais serviços englobam: (i) ressonância magnética, tomografia computadorizada, ultrassom, raio-x, densitometria óssea, mamografia, cintilografia, PET-CT (tomografia computadorizada por emissão de pósitrons), dentre outros; e (ii) os exames de métodos gráficos, tais quais: eletrocardiograma, holter (monitoração contínua), testes ergométricos e cardiopulmonares, dentre outros.

Os exames de imagem acima referidos envolvem a captura de imagens, que são posteriormente analisadas pelo médico qualificado para emissão de laudo. Já com relação aos exames de métodos gráficos, estes compreendem o monitoramento de

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

sinais vitais e seu registro por meio de representações gráficas, que são posteriormente interpretadas por médico qualificado para emissão de laudo.

A combinação destes dois serviços de exames prestados pela Companhia foi responsável por 14,5% da sua receita líquida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, e por 13,8%, 14,3% e 15,5% da sua receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2014 e 2015, respectivamente.

Para os serviços de diagnóstico por imagem, a Companhia conta ainda com centrais de laudagem, nas quais são feitas a análise das imagens recebidas das Unidades de Atendimento. Assim que o laudo fica pronto, é disponibilizado para acesso via internet ou retirado pelo cliente nas Unidades de Atendimento.

- **Análises Clínicas.** Os exames de análises clínicas são oferecidos tanto para nossos clientes diretos, através das Unidades de Atendimento, quanto para os laboratórios conveniados, no segmento *lab-to-lab*. Tais serviços consistem na realização de exames laboratoriais, tais como: hemograma, análise de urina e fezes, exames bioquímicos, análises hormonais, exames toxicológicos, genética especializada, identificação de doenças sexualmente transmissíveis, dentre outros. O menu de exames comportava em 30 de setembro de 2016 mais de 4.000 tipos diferentes de exames dentre exames usuais, especializados e esotéricos. Os exames de análise clínica envolvem a coleta de amostras e posterior análise por profissional habilitado, com o uso de equipamentos automatizados ou através de técnicas manuais.

A Companhia conta com um Núcleo Técnico Operacional (NTO), em Vespasiano – MG, três Núcleos Técnicos Avançados (NTAs), em Belo Horizonte, São Paulo e Goiânia e dois núcleos técnicos especializados em São Paulo e Rio de Janeiro, com equipamentos de última geração para a realização de exames. Com exceção de 3 unidades que são dedicadas exclusivamente aos serviços de imagem, todas as unidades da Companhia oferecem serviços de análises clínicas, os quais responderam por 84,6% da sua receita líquida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, e por 84,7%, 85,0% e 84,1% da sua receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2014 e 2015, respectivamente.

O procedimento para a realização de exames de análises clínicas passa pela coleta das amostras nas Unidades de Atendimento ou recolhimento das amostras já coletadas em laboratórios conveniados e posterior envio dessas amostras para os núcleos técnicos da Companhia. No Laboratório de Referência, o tempo médio de chegada das amostras vindas de todo país para o NTO gira em torno de 19 horas, e após a chegada os exames que são realizados nas áreas totalmente automatizadas (cerca de 60% do volume de exames) podem ser acessados, com segurança, pela internet, em até 6h. Nas Unidades de Atendimento, cerca de 90% dos exames podem ser retirados nas unidades ou acessados, via internet, em até 24h após a coleta.

- **Citologia e Anatomia Patológica.** Estes exames são oferecidos tanto para nossos clientes diretos, através das Unidades de Atendimento, quanto para os laboratórios conveniados, no segmento *lab-to-lab*. Neste grupo os exames correspondem à análise de tecidos ou líquidos corporais. Estes materiais são encaminhados aos núcleos operacionais para análise por profissionais especializados.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

- **Imunização.** O procedimento relacionado às vacinas é oferecido exclusivamente aos clientes diretos da Companhia, através de suas Unidades de Atendimento. Nesse grupo, incluem-se os procedimentos de aplicação de vacinas com a finalidade de fornecer ao indivíduo uma defesa contra determinadas doenças. Em 30 de setembro de 2016, a Companhia oferecia 28 tipos diferentes de vacinas destinadas a adultos e crianças.

Principais Vetores de Crescimento dos Mercados em que a Companhia atua

Como prestadora de serviços de medicina diagnóstica, a Companhia atua primariamente no setor de saúde suplementar e privada, atendendo (i) beneficiários de planos de saúde e pacientes particulares e (ii) laboratórios conveniados, através do Laboratório de Referência. O principal indicador de volume da atividade da Companhia é o número de exames realizados por período, que por sua vez é função do número de beneficiários de planos de saúde (e particulares), e do número médio de exames por paciente.

O mercado privado de medicina diagnóstica apresentou crescimento histórico de 14,2% ao ano no período entre 2009 e 2015, de acordo com a Agência Nacional de Saúde Suplementar (“ANS”). A Companhia entende que este crescimento se deveu a uma conjunção de certos fatores, e espera que tais fatores continuem a sustentar o contínuo crescimento deste mercado. Dentre estes fatores, destacam-se os seguintes:

- **Mudança do perfil demográfico da população brasileira.** O número médio de exames por beneficiário é positivamente impactado pelo envelhecimento da população. O IBGE estima que a parcela da população acima de 60 anos deve aumentar em 80% nos próximos 30 anos e representar cerca de 20,0% da população; por sua vez, dados da ANS apontam que este público tende a gastar até 3 vezes mais com cuidados com a saúde, quando comparado à um público mais jovem.
- **Mudança do perfil do consumo em saúde com foco na medicina preventiva/preditiva.** O aumento na realização de exames, de acordo com a visão da Companhia, decorre também da transição do modelo de medicina, passando de um enfoque curativo ou paliativo para um enfoque preventivo, voltado à identificação precoce de doenças. Esta mudança é impulsionada pelo aumento do nível sócio educacional da população e pelos planos de saúde, que buscam reduzir dispêndios com doentes crônicos, internações e hospitais.
- **Implementação de novas tecnologias e aumento no escopo de cobertura por planos de saúde.** O avanço tecnológico leva ao desenvolvimento de novas modalidades de métodos diagnósticos, que passam a ser adotados pela classe médica, e por consequência, tornam-se objeto de cobertura por parte dos planos de saúde suplementar, os principais clientes da Companhia.
- **Crescimento e aumento de penetração dos segmentos de saúde suplementar e privada.** O número de pessoas que buscam atendimento no setor privado, embora cresça de forma consistente ao longo do tempo (crescimento médio de 3% ao ano entre 2002 e 2015, segundo dados da ANS), ainda representa uma parcela pequena da população (24,9% em setembro/2016, segundo dados da ANS) quando comparada a países mais desenvolvidos. Ainda que o acesso a planos de saúde seja fortemente correlacionado ao nível de emprego e à atividade econômica e, portanto, suscetível a quedas no curto prazo, a Companhia acredita que o número de beneficiários deve continuar a crescer, pois os planos de saúde oferecem alternativa de qualidade ao

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

serviço público e são tidos como objeto de desejo pela população. Pesquisa do IBOPE/IESS de junho de 2015 indica que planos de saúde são a terceira prioridade de compra das famílias, após educação e imóvel residencial próprio. Ainda, segundo a ANS, o número de brasileiros cobertos por planos de saúde privados e planos de autogestão, tem crescido nos últimos anos, passando de aproximadamente 33,8 milhões em 2004, para 49,4 milhões em 2015, e alcançando aproximadamente 25,6% da população total.

- **Oportunidades de consolidação em um mercado fragmentado.** De acordo com dados da ANS e dados divulgados pelas companhias listadas que atuam no setor de medicina diagnóstica, em 2015 havia cerca de 18,5 mil clínicas privadas no Brasil atuantes no setor de medicina diagnóstica, faturando um total de aproximadamente R\$25,2 bilhões, sendo que as quatro principais prestadoras de serviço de medicina diagnóstica responderam por apenas cerca de 21% deste faturamento. A Companhia acredita que a consolidação do mercado de medicina diagnóstica prosseguirá, o que poderá proporcionar oportunidades de crescimento à Companhia nos mercados geográficos em que atua, bem como de expansão para novos mercados.

Vantagens Competitivas

Liderança no segmento Lab-to-Lab.

Oferecemos mais de 3.450 tipos de exames especializados para aproximadamente 5.300 clientes em 1.783 cidades brasileiras. Nossa escala, alcance nacional e a eficiência de nossas operações nos permitem oferecer um amplo e sofisticado portfólio de exames em todo o Brasil. O contínuo investimento em tecnologia e P&D promove a confiabilidade de resultados, rápido tempo de resposta e constante inovação de portfólio e serviços, valorizando nossas marcas. Também oferecemos uma ampla gama de produtos e serviços para os nossos laboratórios conveniados, incluindo consultoria, treinamento e serviços de suporte operacional e financeiro, que acreditamos serem fundamentais para a lealdade e retenção destes clientes e o sucesso de nossa estratégia no segmento de *Lab-to-Lab*. Nossa proposta também é centrada em uma plataforma de tecnologia da informação totalmente integrada com nossos consumidores, o que promove maior segurança e confiabilidade e permite o rastreamento dos exames. Da mesma maneira, esta plataforma permite o compartilhamento das bases de dados por meio de uma interface de manejo simples e um suporte abrangente para nossos laboratórios conveniados o que fortalece a relação com nossos clientes. Nosso posicionamento estratégico e experiência, aliados a uma extensa malha logística, resulta em serviços eficientes para nossos clientes em todo o Brasil. Operamos uma sólida e extensa rede de vendas e distribuição em todo o Brasil com uma operação logística integrada. Nossa extensa plataforma de distribuição é composta por uma equipe comercial de mais de 100 pessoas e organizada por seis gerentes regionais e uma equipe especializada apoiada por 13 técnicos de laboratório especializados. Esta abordagem promove a confiabilidade de nossos serviços.

Combinação das vantagens competitivas proporcionadas por nosso NTO com a agilidade e especialização de nossos Laboratórios Regionais (Núcleo Técnico Avançado – “NTA”).

Nosso NTO propicia as seguintes vantagens competitivas: (i) capacidade para aproximadamente 6 milhões de testes por mês, que resultam em ganhos de escala e diluição dos custos operacionais; (ii) oferta de nosso portfólio de produtos, inclusive testes esotéricos, em todo o território nacional; e (iii) viabiliza a utilização de equipamentos de alta tecnologia, diluindo o custo fixo por exame. A localização estratégica de nosso NTO promove eficiência

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

logística e permite a centralização de aproximadamente 90% dos nossos exames. Atualmente processamos cerca de 60% dos nossos exames com a utilização da tecnologia *Total Lab Automation* (“TLA”), implementada pioneiramente no Brasil por nossa Companhia em 2010 e por meio da qual os exames são processados sem nenhuma intervenção humana, aumentando a confiabilidade dos resultados. Combinamos a operação de nosso NTO com nossos cinco NTAs localizados em Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Goiânia. Nossos NTAs em Belo Horizonte e Goiânia processam testes comuns, com resultados rápidos e otimização da utilização de nossa capacidade produtiva e nossos NTAs em São Paulo e Rio de Janeiro, por sua vez, oferecem uma gama de exames especializados. A combinação das vantagens competitivas do nosso NTO com a rapidez e especialização dos nossos NTAs nos permite, na nossa visão, fornecer exames, tanto no segmento de *Lab-to-Lab*, quanto no segmento de PSC, de forma eficiente.

Entrada em novos mercados e processo de integração eficiente e comprovado de novas aquisições em curto prazo.

Possuímos um histórico bem sucedido de expansão, que acreditamos ser o resultado de mais de 50 anos de compromisso com mercados regionais, especialmente nos estados de Minas Gerais e Goiás. Desde a nossa fundação, expandimos nossas atividades para quatro estados diferentes, com um alcance atual de aproximadamente 10.000 clientes diários por meio de nossa plataforma de varejo, integrada com nossos NTAs e o NTO. Nosso alcance nacional por meio do segmento *Lab-to-Lab* nos permite identificar novos mercados e ser competitivos em aquisições. Em muitos casos, as empresas adquiridas já eram clientes do nosso negócio de *Lab-to-Lab* e integradas no fluxo de trabalho oferecido por nosso NTO e o que nos possibilita uma maior visibilidade do potencial de mercado pré-aquisição e sinergias significativas pós-aquisição. Desde 2012, concluímos uma *joint venture* e cinco aquisições de laboratórios com um investimento total de aproximadamente R\$100 milhões no período. Nossa forte capacidade de executar e integrar novas aquisições, inclusive por meio da unificação de sistemas, como por exemplo, de tecnologia da informação, financeiro e de atendimento, bem como nosso amplo conhecimento do setor nos proporciona um significativo controle de nossas operações, resultando no aumento de nossa receita líquida e redução de custos em curto prazo.

Alto reconhecimento de nosso portfólio de marcas fortes.

Nossas marcas locais têm alto grau de reconhecimento em seus mercados correspondentes, como é o caso da marca Padrão em Goiás e Hermes Pardini em Minas Gerais. A Hermes Pardini, nossa maior marca em termos de receita líquida, tem um reconhecimento histórico nos segmentos *Lab-to-Lab* e PSC, possuindo uma forte reputação de qualidade e confiabilidade, conforme Mercado Lógica *Report*, 2013. A marca Hermes Pardini é *top of mind*, segundo levantamento realizado com clientes e produzido pela revista Mercado Comum, 2016, figurando como o primeiro nome que vem à mente dos clientes quando questionados sobre marcas de laboratório de diagnóstico na região metropolitana de Belo Horizonte, em relação ao segmento PSC, e em todo o país, em relação ao segmento *Lab-to-Lab*, conforme as pesquisas Mercadológica, 2014; Pesquisa Sfnets, 2015 e Instituto Ver 2016. Além disso, 98% dos clientes entrevistados declararam que os nossos laudos são confiáveis, nos segmentos de *Lab-to-Lab* e PSC. A marca Hermes Pardini é complementada por uma carteira de marcas locais bem estabelecidas, o que nos permite atender diferentes áreas geográficas e ofertar uma grande variedade de produtos especializados. Nossa marca Padrão, por exemplo, tem forte presença na região metropolitana de Goiânia e atingiu 51% de participação de mercado, conforme dados fornecidos por nossos clientes e com base em uma análise interna a partir de dados públicos divulgados pelo Datasus, CNES e IESS. Nossas marcas no segmento de *Lab-to-Lab*,

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Progenética e Diagnóstika, são altamente respeitadas na comunidade médica em suas áreas de especialização, que incluem oncogenética, testes genéticos e exames de anatomia patológica, respectivamente, conforme o Instituto Ver, 2015.

Inovações resultantes do investimento em P&D.

Investimos, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2016 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, aproximadamente R\$855 mil e R\$1,3 milhões, respectivamente, em P&D. Nosso departamento de P&D utiliza estes investimentos na busca de inovações laboratoriais para nossos atuais segmentos de negócio e portfólio de produtos, objetivando qualidade, confiabilidade, economias de escala e aumento de nossas vendas. Nossas recentes conquistas em P&D incluem o desenvolvimento de novos testes, como, por exemplo, os exames relacionados ao vírus Zika e Chikungunya, para os quais fomos o primeiro laboratório brasileiro a desenvolver um teste molecular capaz de detectar o vírus Zika. Adicionalmente, destacamos o desenvolvimento de biomarcadores para classificação de leucemia aguda e haplótipos. As inovações alcançadas por nosso departamento de P&D incluem o desenvolvimento em serviços de telemedicina, especialmente com relação ao nosso segmento de *Lab-to-Lab*, em que nossos contínuos avanços nos permitem aumentar nosso portfólio de exames.

Equipe de pesquisa altamente qualificada e auxiliada por uma equipe administrativa experiente.

Acreditamos que nossa equipe de P&D é uma das mais qualificadas do mercado brasileiro de laboratórios diagnósticos. Nossa equipe é composta por 12 pesquisadores, incluindo quatro mestres, um doutor e quatro pós-doutores. A alta qualificação de nosso corpo de pesquisa contribui diretamente para os resultados positivos observados por nosso departamento de P&D. Nossos pesquisadores são reconhecidos pela comunidade médica, tendo feito publicações no *British Journal of Hematology*, *Journal Stem Cell Research & Therapy* e *American Journal of Medical Genetics*. Possuímos uma equipe com grande experiência em exames laboratoriais para diagnósticos, com mais de 15 anos de atuação no setor. Nosso Diretor Presidente, Dr. Roberto Santoro, está em nossa Companhia desde o ano de 2003 e seu alinhamento com nossa estratégia, seu conhecimento, experiência e liderança ajudaram significativamente nossa trajetória de crescimento. Além de nosso Diretor Presidente, contamos com um experiente corpo administrativo, com alto conhecimento do nosso mercado de atuação e comprovado histórico no setor de medicina diagnóstica. Acreditamos estar bem posicionados para continuar a atrair força de trabalho qualificada.

Estratégia da Companhia

Buscar ativamente oportunidades de crescimento em novos mercados de PSC e expandir nossa liderança em Minas Gerais e Goiás.

Com 70% de participação de mercado na região metropolitana de Belo Horizonte (com a marca Hermes Pardini), e 51% de participação de mercado na região metropolitana de Goiânia (com a marca Padrão) no segmento PSC, de acordo com os dados fornecidos por nossos clientes e com base em uma análise interna a partir de dados públicos divulgados pelo Datasus, CNES e IESS, acreditamos que nossa posição de liderança nos proporciona vantagens competitivas no processo de expansão para novos e atrativos mercados regionais. Nossa experiência na identificação de laboratórios disponíveis e conhecimento operacional nos posicionam de maneira favorável para realizar aquisições nos setores que atuamos. Da mesma maneira, acreditamos que nossa experiência em realizar a integração de sociedades adquiridas, representa vantagem para a entrada de nossas operações em regiões em que existam

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

consumidores carentes por serviços de qualidade e com preços adequados. Como parte de nossa estratégia de expansão, buscamos também oferecer um portfólio cada vez mais amplo de serviços, inclusive com a implementação de exames de diagnóstico por imagem em locais onde atualmente oferecemos apenas análises clínicas. Objetivamos o crescimento constante de nossa participação de mercado, bem como a manutenção de nossa posição nas regiões nas quais já figuramos como líderes, principalmente por meio do aperfeiçoamento e reprodução de um modelo bem sucedido de vendas, distribuição e logística.

Expandir nossa liderança no segmento Lab-to-Lab.

Acreditamos que nossa posição de liderança no segmento *Lab-to-Lab* poderá ser expandida principalmente em decorrência de nosso foco em qualidade, confiabilidade e excelência, que devem nos proporcionar a retenção dos nossos atuais clientes e a captura de um número maior dos exames por eles terceirizados, bem como com a conquista e fidelização de novos laboratórios clientes, tanto dentro das rotas logísticas existentes como em novas rotas logísticas a serem desenvolvidas. Nossa oferta de uma ampla gama de exames laboratoriais para diagnósticos de alta qualidade, com agilidade e preços adequados, aliados ao nosso potencial de expansão e inovação, por meio de nosso corpo médico e administrativo experiente e nossos investimentos em P&D, nos possibilitarão atingir tais objetivos.

Contínua melhoria de nossas operações.

Estamos em constante processo de melhoria das operações de nosso NTO, com o objetivo de aumentar sua capacidade de produção e, conseqüentemente, diluição dos nossos custos operacionais. Nos próximos 3 anos, objetivamos reduzir os custos de produção marginal do nosso NTO e melhorar a agilidade de processamento dos exames, com foco na redução do preço médio de entrega dos exames. Acreditamos que o contínuo aprimoramento das operações em nosso NTO permitirá a ampliação de nossa vantagem competitiva, especialmente em relação à disponibilização dos resultados em menores prazos, o que é essencial para nossa estratégia de manutenção dos atuais clientes e fidelização de novos laboratórios.

Aumento na participação de exames especializados (medicina de precisão, exames esotéricos)

O Grupo Hermes Pardini, no intuito de ampliar sua atuação no mercado de medicina personalizada e genômica, está em processo de criação de uma nova unidade de negócio, chamada medicina de precisão, com objetivo de reforçar o portfólio de serviços especializados da empresa. Esse novo segmento tem como características o uso da genética, exposição ambiental e outros dados para definir padrões individuais de doença. Desta forma, os pacientes com uma determinada doença podem ser divididos em subgrupos, baseados em características individuais semelhantes, possibilitando ao médico a indicação de um medicamento e/ou tratamento personalizado, diminuindo riscos secundários. Acreditamos que nosso grupo tem um posicionamento único para liderar esse novo segmento, dadas as suas capacidades de P&D equipe médica diferenciada.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(a) produtos e serviços comercializados

A Companhia presta os serviços de diagnóstico por imagem, análises clínicas, anatomia patológica e imunização, descritos no item 7.1 deste Formulário de Referência, em seus segmentos de (i) Unidades de Atendimento (PSC) e (ii) Laboratório de Referência (*lab-to-lab*).

(i) Unidades de Atendimento (“PSC”)

Atendimento direto ao cliente pela Companhia através de suas Unidades de Atendimento, que engloba os serviços incluídos no segmento Unidades de Atendimento, conforme descritos no item 7.1 deste Formulário de Referência. A Companhia atua nas áreas de análises clínicas diretamente, executando os exames através de seu NTO e de seus NTAs, e na área de diagnósticos por imagem, métodos gráficos e medicina nuclear, na qual os laudos são realizados por médicos especializados, contratados pela Companhia.

A Companhia atua no setor de PSC através das seguintes marcas:

Hermes Pardini. Nossa marca principal, atuando majoritariamente no estado de Minas Gerais e com unidades também em São Paulo. Seu reconhecimento é muito significativo também no setor *lab-to-lab*.

Padrão. Aproximadamente 30% do *market share* do setor PSC em Goiás, conforme dados de pesquisa interna e projeção de mercado em setembro de 2016, acreditamos que o Padrão é o maior laboratório clínico do estado, tendo sido adquirido pela Companhia em 2013. Considerando o forte reconhecimento da marca no estado de Goiás, com mais de 30 anos de história, a Companhia optou por manter a marca Padrão implementando uma completa integração com as operações centralizadas da Companhia.

Progenética. É uma marca local da cidade do Rio de Janeiro, cuja aquisição pela Companhia se deu no ano de 2012, como parte da aquisição do laboratório Progenética. A marca é associada com oncogenética e testes genéticos de alta complexidade.

CMNG. Marca local da cidade do Rio de Janeiro, cuja aquisição pela Companhia se deu no ano de 2016, como parte da aquisição pela companhia do Centro de Medicina Nuclear da Guanabara.

Diagnóstika. É uma marca local da cidade de São Paulo, cuja aquisição pela Companhia se deu no ano de 2012, como parte da aquisição do laboratório Diagnóstika. A marca é associada com exames clínicos patológicos e alta complexidade.

CEMEDI. É uma marca local no estado de Minas Gerais, associada primariamente com diagnóstico de imagens. A CEMEDI é o resultado de uma bem sucedida *joint-venture*, e a Unidade de Atendimento de Sete Lagoas é operada pela Companhia e seus parceiros.

A Companhia oferece uma relação custo e qualidade atraente para os consumidores do mercado de PSC, uma vez que oferece serviços de primeira linha a baixos custos. Os serviços oferecidos pelas Unidades de Atendimento responderam por 41,4% da receita líquida da Companhia (antes de eliminações de operações entre empresas do grupo) no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, e por 44,4%, 43,6% e 43,6% da sua receita líquida antes das eliminações das operações entre empresas do grupo nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2014 e 2015, respectivamente.

(ii) Laboratório de Referência (“*Lab-to-Lab*”)

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Serviços de apoio a laboratórios conveniados em todo o território nacional através de uma grande capilaridade logística, sistemas de TI integrados, incluindo os exames descritos no item 7.1 deste Formulário de Referência, através das marcas “Hermes Pardini”, “Diagnóstika” e “Progenética”.

Na linha de negócios “Laboratório de Referência” a Companhia oferece os serviços para mais de 5.300 clientes (base 30 de setembro de 2016), respondendo por 58,6% da receita líquida da Companhia (antes de eliminações de operações entre empresas do grupo) no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2016, e por 55,8%, 56,8% e 56,4% da sua receita líquida antes das eliminações das operações entre empresas do grupo nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2014 e 2015, respectivamente.

Dentre o menu dos exames disponibilizados, a Companhia tem por estratégia oferecer exames de alta complexidade e testes esotéricos, que usualmente não são oferecidos por laboratórios que atuam em larga escala. A Companhia consegue oferecer esses exames em escala graças a seu sistema de logística integrado e à eficiência de seu NTO.

Além dos segmentos acima, a Companhia está em estudos para iniciar o desenvolvimento de atividades no segmento da medicina de precisão, que terá como principais características o uso da genética, epigenética, exposição ambiental, dentre outros dados, para definir padrões individuais de doença e a divisão dos pacientes com as mesmas características específicas em subgrupos. Estes estudos poderão ser usados pelos médicos como um indicativo para buscar uma melhor resposta do paciente a um medicamento específico ou o melhor tratamento para cada paciente. A Companhia definiu que, inicialmente, as seguintes áreas serão desenvolvidas neste novo segmento de negócios: oncologia, neurociência (neurologia e psiquiatria), cardiologia e bem-estar (nutrição, dermatologia e fitness/desempenho esportivo).

(b) receita proveniente dos segmentos e sua participação na receita líquida da Companhia

100% da receita líquida da Companhia, após deduzidas as eliminações entre os segmentos correspondentes a operações realizadas entre as empresas do grupo, advém de seus 2 (dois) segmentos operacionais: (i) Unidades de Atendimento; e (ii) Laboratório de Referência, cuja representatividade na receita total da Companhia está demonstrada abaixo:

(Em milhares de reais, exceto %)	Período de 9 meses findo em 30.09.2016	%	31.12.2015	%	31.12.2014	%	31.12.2013	%
Receita líquida de prestação de serviços por unidade de negócios								
Unidades de Atendimento	282.637	41,4	339.937	43,6	303.445	43,2	258.039	44,2
Laboratório de Referência	400.399	58,6	439.938	56,4	398.553	56,8	325.785	55,8
Receita líquida de prestação de serviços antes de eliminações	683.035	100,0	779.875	100,0	701.997	100,0	583.824	100,0
Eliminações ¹	(7.933)	(1,2)	(8.089)	(1,0)	(5.469)	(0,8)	(2.096)	(0,4)
Receita líquida de prestação de serviços	675.102	98,8	771.786	99,0	696.529	99,2	581.728	99,6

¹ As eliminações entre os segmentos correspondem a operações realizadas entre as empresas do grupo

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(c) Lucro ou prejuízo resultante dos segmentos e sua participação no lucro líquido da Companhia

A Companhia não calcula o lucro ou prejuízo separadamente para cada um dos segmentos em que atua.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) Características do processo de produção

Os serviços de auxílio de diagnóstico compreendem a realização de diversas modalidades de exames, objetivando auxiliar o profissional da saúde na realização de diagnósticos, prevenção, definição prognóstica, monitoramento e acompanhamento de doenças, previamente diagnosticadas ou na análise da possibilidade de desenvolvimento de doenças futuras.

As atividades desenvolvidas pela Companhia dividem-se, basicamente, nas seguintes áreas: (i) análises clínicas; (ii) citologia e anatomia patológica; (iii) diagnóstico por imagem e métodos gráficos; e (iv) imunização.

(i) Análises clínicas: Nesse grupo, os exames são provenientes de coleta de sangue, urina, fezes ou outros fluídos corporais. As amostras colhidas são transportadas, para análise, para um dos núcleos operacionais da Companhia.

(ii) Citologia e Anatomia Patológica: Neste grupo os exames correspondem à análise de tecidos ou líquidos corporais. Estes materiais são encaminhados aos núcleos operacionais para análise por profissionais especializados.

(iii) Diagnóstico por imagem e métodos gráficos: Nesse grupo, as imagens corporais são captadas por aparelhos específicos e, por meio da internet ou mídias físicas, são analisadas por uma equipe médica. Os métodos gráficos correspondem aos exames pelos quais sinais elétricos provenientes de equipamentos são traduzidos em sinais gráficos e interpretados por médicos. Nesse âmbito, a Companhia disponibiliza também os exames de medicina nuclear, que são realizados mediante a utilização de substâncias, que, em razão de suas propriedades, emitem radiação e seus sinais são captados por aparelhos, cujos resultados são interpretados para a emissão de laudo.

(iv) Imunização: Nesse grupo, incluem-se os procedimentos de aplicação de vacinas com a finalidade de fornecer ao indivíduo uma defesa contra determinadas doenças. Em 30 de setembro de 2016, a Companhia oferecia 28 tipos diferentes de vacinas destinadas a adultos e crianças.

Os serviços do Laboratório de Referência têm início com o recebimento de solicitação do profissional da área de saúde para a realização de exames dentro das áreas mencionadas acima. Após a realização dos exames, os resultados provenientes das análises e/ou procedimentos de imagem ou métodos gráficos são direcionados aos clientes e/ou ao profissional solicitante.

A produção desses exames depende de: (i) conhecimento médico, técnico e científico; (ii) equipamentos adequados; (iii) profissionais habilitados; (iv) insumos específicos para cada área de atuação; (v) processos definidos, (vi) cumprimento à legislação e (vii) controle de qualidade.

O processo de realização dos exames relacionados aos SAD compreende as seguintes etapas:

1. Informação e preparo do cliente para a realização do exame

É uma etapa de fundamental importância para o correto resultado do exame. Fatores como dieta, atividade física, jejum, tabagismo, influenciam os resultados de diversos exames. Para que o cliente seja orientado da melhor maneira possível, a Companhia dispõe de centrais de relacionamento (call centers), sites na internet e aplicativos, além da própria unidade de atendimento, que fornecem ao cliente informações necessárias para a realização dos exames.

2. Cadastro, coleta e execução do exame

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Os clientes, previamente informados e preparados, comparecem a uma das unidades de atendimento da Companhia onde é realizado um cadastro contendo informações pessoais básicas e informações clínicas relevantes. Na sequência, o cliente deve apresentar, caso necessário, a solicitação do profissional da saúde com descrição dos exames que devem ser coletados e/ou executados.

Existem dois procedimentos distintos, de acordo com o tipo de exame a ser realizado pelo cliente: (i) nos casos de exames de análises clínicas e anatomia patológica, as amostras são recebidas ou coletadas na unidade de atendimento e, posteriormente, encaminhadas a uma das unidades de produção da Companhia para processamento, análise das amostras e liberação dos resultados e (ii) nos casos de exames de imagem e métodos gráficos, o cliente realiza os exames na unidade de atendimento, com emissão do respectivo relatório na própria unidade e/ou após análise em uma das centrais de laudo da Companhia.

No caso do Laboratório de Referência, a amostra é colhida pelo laboratório conveniado seguindo orientações da Companhia, os dados referentes a esta amostra são enviados a Companhia via integração de sistema, que recolhe a amostra através de sua operação logística e a remete aos laboratórios centrais da Companhia, para realização do teste.

3. Liberação do laudo (resultado do exame realizado pelo cliente) e sua respectiva entrega ao cliente ou ao profissional solicitante.

Os exames são realizados de acordo com elevados padrões de qualidade, e tem sua responsabilidade técnica assegurada na forma da legislação vigente. Todas as pessoas que realizam os exames e elaboram os laudos são habilitadas para tanto. Após sua elaboração, cada laudo é assinado por um profissional capacitado e devidamente registrado no conselho profissional competente. Os laudos podem acessados via internet, retirados nas Unidades de Atendimento, entregues no domicílio do cliente (caso seja assim contratado), ou enviados ao profissional solicitante.

No caso do Laboratório de Referência, os laudos são publicados no sistema de cada laboratório conveniado ou podem ser acessados via internet.

Quanto ao parque de equipamentos, a Companhia utiliza equipamentos de última geração, utilizados nos melhores laboratórios de análises clínicas. Os principais fornecedores desses equipamentos de análises clínicas são Siemens Healthcare Diagnostics, Roche Diagnostics, Abbott Diagnostics, Beckman Coulter, bioMérieux Clinical Diagnostics e Thermo Fisher. Esses equipamentos são adquiridos nas modalidades de compra, comodato ou aluguel e são atualizados regularmente pelos fornecedores.

Os principais fornecedores de equipamentos de imagens são Siemens, Philips, GE, Toshiba, Samsung e Lorad, enquanto os principais fornecedores de equipamentos de anatomia patológica são Dako, Sakura, Roche e Nikon.

4. Recursos

Em 30 de setembro de 2016, esses equipamentos de diagnóstico estavam disponíveis em 6 núcleos centrais.

Na área de imagem e métodos gráficos, a Companhia possui, atualmente, 45 equipamentos de ressonância magnética, 21 tomógrafos, 97 aparelhos de ultrassonografia, 27 mamógrafos, 19 gama câmaras, além de 4 PET CT e centenas de outros equipamentos relacionados à cardiologia diagnóstica e densitometria, raio-x, dentre outros.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Para suportar o processo produtivo, a Companhia dispõe de recursos, tecnologia e práticas de gestão e serviços ao cliente que promovem performance operacional e experiência positiva dos pacientes, onde destacam-se:

- (i) *Ocupação otimizada de agendas*: centrais de agendamento com atuação receptiva e ativa com foco na conversão de chamadas em agendamento, visando maximizar o preenchimento de agendas no curto prazo;
- (ii) *Gestão de filas*: sistema que permite monitorar o fluxo de clientes nas unidades de atendimento, o que permite a redução do tempo de espera para o atendimento.
- (iii) *Serviços digitais*: Interação constante com paciente durante o ciclo de atendimento através de plataformas multicanais, desde a marcação, o envio de instruções de preparo, confirmação de presença e da disponibilidade de resultados que são acessíveis pelo portal do paciente e médico solicitante ou através de aplicativo;
- (iv) *Acreditação da qualidade e segurança dos pacientes*: parcela significativa de Unidades de Atendimento possuem acreditação ISO 9001, DICQ e PALC, que certificam os processos operacionais que visam a segurança dos pacientes;
- (v) *Gestão da satisfação de pacientes*: sistema *online* de gerenciamento da satisfação dos pacientes (*Net Promoter Score – NPS*) capaz de medir o grau de satisfação em todas as unidades e em todas as fases do processo;
- (vi) *Eficiência operacional*: Organização da força produtiva e administrativa com aplicação da metodologia de orçamento base zero e “lean thinking”, para combinar melhoria de índices de eficiência com qualidade de atendimento;
- (vii) *Qualidade Médica*: programas permanentes de qualidade com avaliação do desempenho médico e da qualidade técnica dos laudos aplicado em todas as empresas da Companhia;
- (viii) *Tecnologia da informação*: ambiente integrado de aplicações computacionais que cuidam de todo o processo produtivo da empresa do atendimento ao paciente até o processamento dos resultados (LIS), atuando em interface com o sistema ERP para suportar as atividades de *back office*, gestão de pessoas através do sistema Sênior e gerenciamento de todas as empresas e informações da Companhia via sistema *Business Intelligence - BI*;
- (ix) *Gestão total do desempenho*: monitoramento permanente do desempenho das operações por meio de um sistema de BI, num painel central com visualização dos principais indicadores operacionais e financeiros;
- (x) *Gestão de recursos e suprimentos*: controle geral dos ativos da companhia visando alta disponibilidade e contratos corporativos de aquisições e insumos, que capturam ganhos de escala pela força de negociação da Companhia; e
- (xi) *Planejamento Estratégico e Orçamentário*: a Companhia realiza anualmente seu Planejamento Estratégico que resulta no Orçamento e indicadores do exercício seguinte, que são acompanhados de acordo com a metodologia de *balanced score card* e utilizados também para avaliar e remunerar de forma variável as pessoas chave da Companhia.

(b) Características do processo de distribuição

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia dispunha de 111 Unidades de Atendimento distribuídas da seguinte forma, dentre os estados brasileiros e suas respectivas marcas:

Estado	Marca	Número de Unidades
Minas Gerais	HERMES PARDINI	65
Minas Gerais	CEMEDI	1
São Paulo	HERMES PARDINI	4
São Paulo	Diagnostika	1
Rio de Janeiro	Progenetica	1
Rio de Janeiro	CMNG	8
Goiás	Padrão	31
TOTAL		111

Os maiores pólos produtivos da Companhia, considerando o volume de exames realizados, estão localizados nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Goiás, com as marcas Hermes Pardini e Padrão.

As atividades da Companhia e de suas controladas são organizadas por meio das seguintes áreas:

(i) Núcleo Técnico Operacional

O NTO e os NTAs da Companhia processam as amostras das Unidades de Atendimento e dos laboratórios conveniados. O NTO está localizado estrategicamente em Belo Horizonte, Vespasiano (a 16 km do aeroporto internacional), e os NTAs estão localizados em São Paulo, Rio de Janeiro, e Goiânia. No NTO e NTAs, todos os exames são processados com equipamentos organizados em módulos flexíveis conectados por esteiras, promovendo maior liberdade de movimentação das amostras clínicas, além de facilitar a comunicação entre a equipe laboratorial.

O NTO e os NTAs da Companhia possuem alto padrão de qualidade, segurança do trabalho e meio ambiente, condizentes com os padrões determinados pelos processos de certificação brasileira e internacional que possuímos, tais como Programa de Acreditação para Laboratórios Clínicos da Sociedade Brasileira de Patologia Clínica / Medicina Laboratorial (SBPC/ML), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), Organização Nacional de Acreditação (ONA), DICQ Sistema Nacional de Acreditação ISO 9001.

(ii) Transporte de amostras – atendimento ambulatorial.

A Companhia viabiliza o transporte de amostras biológicas e insumos para a realização de exames de análises clínicas por meio de uma frota de veículos (alugados) devidamente equipados com os kits de segurança e emergências, conforme legislação. Todas as rotas são estabelecidas de acordo com as características de abertura e fechamento de cada unidade, respeitando o tempo de estabilidade das amostras.

(iii) Transporte de amostras – Laboratório de Referência (lab-to-lab)

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Companhia realiza o transporte de amostras oriundas de todos os Estados até o NTO para o atendimento a laboratórios por meio do seu segmento de apoio. Essa atividade, gerenciada diretamente pela Companhia, conta com o apoio de terceiros que viabilizam centros logísticos, frota de veículos e equipe técnica qualificada, sempre observando a adequada conservação e transporte das amostras nos termos da legislação vigente. As amostras são monitoradas pela Companhia durante todo o processo através de sistema de informática dedicado, que também oferece suporte aos clientes. As equipes de terceiros são devidamente treinadas e preparadas pela Companhia para o transbordo de cargas e acondicionamento das amostras, conforme as normas da Agência Nacional de Transporte Terrestre (“**ANTT**”), *International Air Transport Association* (“**IATA**”) e as autoridades brasileiras de vigilância sanitária. Em geral, as amostras coletadas são processadas e os resultados são disponibilizados eletronicamente aos clientes no prazo de 24 a 48 horas a partir da coleta do material.

(iv) Entrega de resultados

Os resultados dos exames podem ser obtidos pelos clientes nas Unidades de Atendimento, via internet, correio ou mediante o envio direto ao profissional de saúde solicitante. Os laboratórios centrais da Companhia entregam em até 24 horas aproximadamente 90% dos resultados dos exames de rotina, podendo tornar essa entrega ainda mais rápida em situações de emergência.

Os exames de imagem são realizados em Unidades de Atendimento da Companhia e seus resultados geralmente consistem na imagem gerada, acompanhada de um laudo preparado por profissionais especializados, devidamente habilitados e capacitados. O prazo de liberação dos resultados depende da complexidade técnica na geração das imagens, podendo variar entre dois dias úteis até cinco dias úteis.

Para agilizar o recebimento de resultados com alteração que sugira a necessidade de intervenção clínica, a Companhia conta com um sistema operacional interno, apto a identificar os "resultados críticos", ou seja, os resultados de exames de análises clínicas ou exames de diagnósticos por imagem que revelem um quadro em que o paciente precise de cuidados médicos imediatos. Nesses casos, a equipe da Companhia contata o cliente ou o profissional solicitante o mais breve possível, ao invés de aguardar a retirada dos resultados pelo cliente.

Em determinadas situações, a equipe médica da Companhia entra em contato com os médicos solicitantes para informar resultados que não são classificados como “crítico”, mas que necessitam de um acompanhamento ou conduta compartilhada entre laboratório e médico prescritor.

(v) Tecnologia de Informação

Operacionalmente, as amostras para exames de análises clínicas são identificadas com código de barras, o que possibilita o fácil rastreamento durante a realização do exame, transporte e seu armazenamento. O sistema de informações da Companhia permite um controle rigoroso dos processos analíticos, bem como o rastreamento das amostras, o que torna o processo como um todo muito mais seguro. O sistema centralizado de informação, utilizado pela Companhia, permite registrar o atendimento aos clientes em todas as Unidades de Atendimento.

O controle de estoque e de insumos necessários para a realização de exames também é centralizado e coordenado pelo sistema de informação da Companhia. No almoxarifado, a Companhia dispõe de um sistema de controle que consiste no recebimento, inspeção, armazenamento, separação e distribuição dos insumos para todas as Unidades de Atendimento, laboratórios conveniados bem como para os núcleos técnicos operacionais (NTO)

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

e NTAs), por meio de requisições diárias enviadas aos armazéns da Companhia para atendimento regional. Esse sistema, denominado Warehouse Management System "WMS", possibilita à Companhia controlar todos os insumos por meio de uma política de estoque adotada para cada item. Vale lembrar que o WMS, contempla o controle de lotes e validades, os quais a Companhia julga importantes para a rastreabilidade de seus destinos. O WMS é a base para a Companhia realizar a gestão dos estoques e o controle do atendimento para realização de seus exames no prazo. O sistema centralizado de informação utilizado pela Companhia permite registrar o atendimento aos clientes em todas unidades de atendimento da Companhia.

(vi) Centros de atendimento telefônico (*call centers*)

A Companhia possui centros de atendimento telefônico (*call centers*) nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, para o atendimento da maior parte das marcas sob as quais opera, de forma a auxiliar clientes a agendar exames, respondem perguntas sobre procedimentos de exames e confirmam o agendamento de exames. O atendimento no Estado de Goiás é realizado pelos centros de atendimento telefônico (*call centers*) localizados no Estado de Minas Gerais.

Além dos referidos centros de atendimento telefônico (*call centers*), a Companhia opera ainda uma linha de atendimento especial, por meio da qual os médicos de sua equipe auxiliam médicos prescritores a analisar e interpretar os resultados de seus exames.

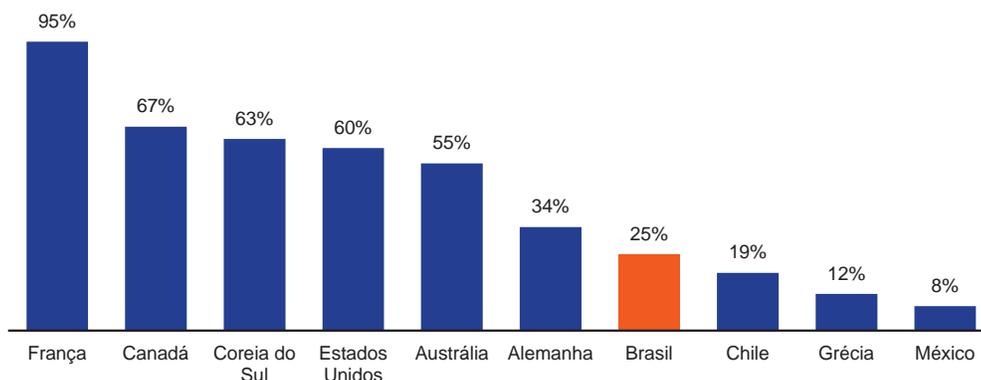
(c) Características dos mercados de atuação, em especial:

(i) Participação em cada um dos mercados

1. Mercado de Saúde Suplementar no Brasil

Em 2005, segundo a ANS, o Brasil possuía cerca de 35,4 milhões de beneficiários em planos de saúde privados. Este número cresceu, em apenas 10 anos, em 39,5%, totalizando 49,4 milhões de beneficiários em 2015. O crescimento expressivo ao longo da última década fez com que a taxa de cobertura por planos de saúde privados no Brasil, calculada como o percentual da população coberta por plano privado, passasse de 19,3% em junho de 2006 para 25,0% em junho de 2016. Contudo, apesar deste crescimento, a parcela da população com plano de saúde privado é considerada pequena quando comparada a outros países como França (95%), Estados Unidos (60%) ou Austrália (55%), conforme dados da OCDE em 2014.

Gráfico I: População com Plano de Saúde Privado (% do total)

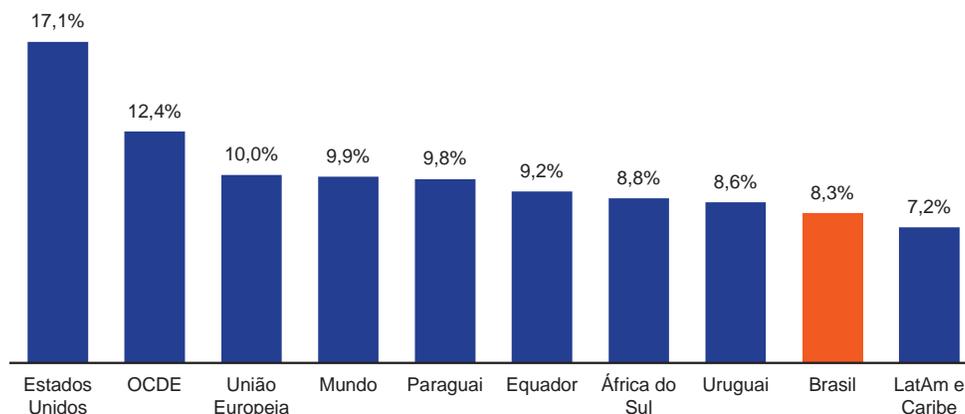


7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Fonte: OCDE¹

De acordo com a publicação Conta-Satélite de Saúde Brasil 2010-2013, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgada no final de 2015, os gastos com saúde no país alcançaram R\$ 424 bilhões em 2013, o que representa 8,0% do PIB, dos quais 77,6% são referentes a serviços de saúde, que englobam os planos e seguros de saúde, consultas com profissionais legalmente habilitados, serviços hospitalares, ambulatoriais e de apoio diagnóstico; outros 20,6% foram consumidos com medicamentos, e 1,8%, com o consumo de outros materiais médicos, óticos e odontológicos. As despesas de famílias e de instituições sem fins lucrativos a serviços das famílias representam 52,6% (R\$ 223 bilhões) e as despesas de consumo do governo, 44,8% (R\$190 bilhões). Observa-se uma propensão relevante das famílias no consumo com saúde, em termos per capita: enquanto o consumo anual do governo é de R\$ 946,21, o das famílias é de R\$ 1.162,14, sendo reflexo direto da priorização que gastos com saúde possuem no orçamento familiar. Segundo pesquisa realizada em 2015 pelo Ibope a pedido do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS), saúde é o terceiro item prioritário na cesta de consumo do brasileiro, sendo superada apenas por educação e casa própria. A pesquisa ainda revela que da parcela da população que não possui plano de saúde, 74% gostariam de tê-lo. Entretanto, ainda observa-se um gasto baixo como percentual do PIB, apesar da prioridade atribuída à saúde, em comparação com o resto do mundo. Segundo o Banco Mundial, o país ocupa a 51ª posição, atrás da média da OCDE, da média mundial e de outros países latino-americanos, como o Paraguai, Equador e Uruguai, e países em desenvolvimento como a África do Sul.

Gráfico II: Gastos com Saúde como Percentual do Produto Interno Bruto (2014)



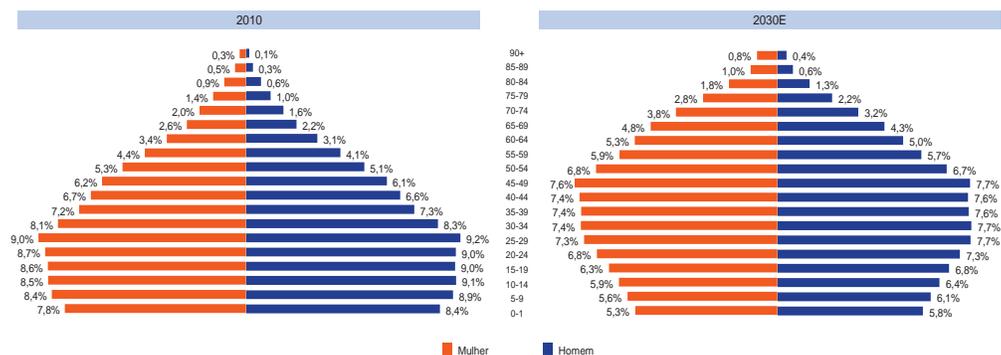
Fonte: Banco Mundial

Soma-se aos fatores acima a expectativa de mudança na pirâmide etária brasileira com o envelhecimento da população, gerando um aumento com gastos médico-hospitalares. Segundo estimativas do IBGE, a população brasileira deverá ser composta em 2030 por cerca de 19% de pessoas com mais de 60 anos, enquanto em 2010, quando do último Censo Populacional, esse número era de aproximadamente 11%.

¹ Os dados referentes ao mercado brasileiro foram levantados em 2012.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Gráfico III: Pirâmide Etária da População Brasileira (2010 e 2030E)

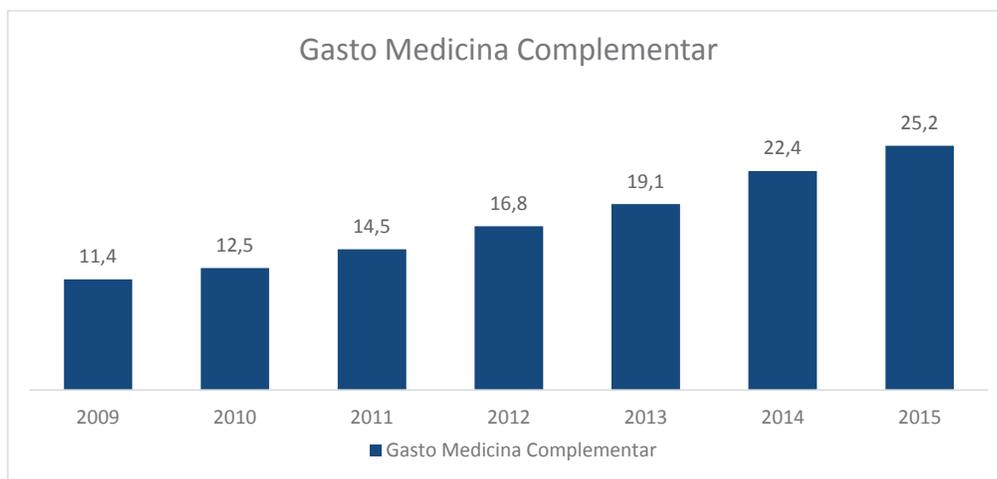


Fonte: IBGE

O Segmento de Medicina Diagnóstica

Com o aumento da renda familiar disponível, além do envelhecimento da população brasileira, a demanda por planos de saúde privados aumentou. Além disso, o maior acesso à informação tem encorajado a população a buscar maneiras de prevenir doenças, favorecendo o setor de medicina diagnóstica. Como meio de reduzir gastos com hospitais e medicamentos, planos de saúde também têm incentivado a prevenção, migrando da medicina paliativa para a medicina preventiva. Uma evidência deste movimento é o crescimento do gasto privado com medicina diagnóstica, que passou de R\$ 11,4 bilhões em 2009 para R\$ 25,2 bilhões em 2015, representando um crescimento médio anual de 14,1%, segundo a ANS e o IESS.

Gráfico IV: Gasto Privado com Medicina Complementar (R\$ bilhões)

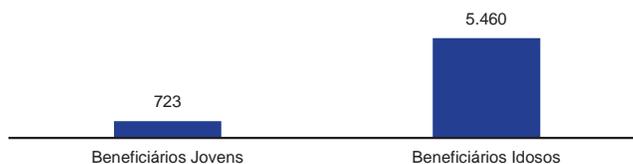


Outro ponto favorável ao setor de medicina diagnóstica é o envelhecimento da população brasileira evidenciado anteriormente com a mudança significativa da estrutura etária do país. As despesas médicas aumentam para uma pessoa conforme ela envelhece, pois idosos são usuários mais frequentes de serviços médicos mais complexos.

Um estudo publicado em 2013 pelo Instituto de Estudos de Saúde Suplementar mostra que a despesa médica per capita de beneficiários idosos (mais de 59 anos) é de R\$ 5.460 por ano, enquanto de beneficiários jovens (0-18 anos) é de R\$ 723.

Gráfico V: Despesas Médicas por Faixa Etária (R\$ per capita)

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Fonte: IESS

No Brasil, o setor de medicina diagnóstica é dividido em três segmentos:

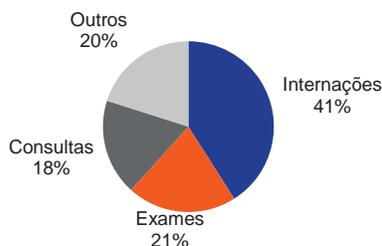
Ambulatorial: unidades em que são realizados exames laboratoriais e de imagem mediante um pedido médico;

Hospitalar: deriva da necessidade de resultados imediatos para atendimento de casos de urgência; possui unidades dentro dos complexos hospitalares, que se baseiam em parcerias entre os hospitais e os prestadores de serviços de medicina diagnóstica;

Apoio a laboratórios: prestação de serviços de medicina diagnóstica para outros laboratórios.

O mercado brasileiro de medicina diagnóstica é dependente do setor privado, responsável pela maioria dos estabelecimentos operacionais atualmente. Isso é explicado pelo fato de as operadoras de planos de saúde serem elo na cadeia de valor do mercado privado de saúde, pois atuam como importantes fontes pagadoras intermediárias. É importante destacar que, segundo o IBGE, 90% da população que utiliza equipamentos privados de diagnóstico são beneficiários de planos de saúde e que, segundo o Datasus, 84% dos procedimentos de alta complexidade são realizados na rede privada.

Gráfico VI: *Breakdown* de Custos em Saúde em Planos Privados no Brasil (%)



Fonte: ABRAMGE

Segundo informações divulgadas em 2016 pela Associação Brasileira de Planos de Saúde (ABRAMGE), exames médicos correspondem a 20,7% dos custos em saúde dos planos privados, equivalentes a R\$17,4 bilhões. No país, os serviços públicos de medicina diagnóstica são prestados dentro de complexos hospitalares, não existindo muitos estabelecimentos que atuem no segmento ambulatorial.

O mercado privado é ainda bastante fragmentado, sendo que os quatro maiores players possuem juntos aproximadamente 21% de market share. Mais de 18.500 estabelecimentos de serviço de apoio à diagnósticos e terapia atendem a planos privados de saúde, conforme dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde.

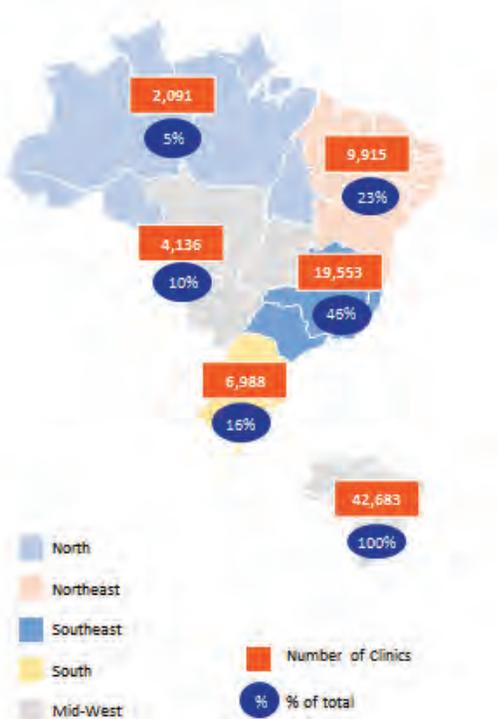
Além de fragmentado, o mercado brasileiro de diagnóstico apresenta forte potencial de crescimento considerando a disponibilidade de equipamentos de diagnóstico *per capita*. Com

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

base em dados da OCDE, conclui-se que a disponibilidade (número de equipamentos para cada 100 mil habitantes) de equipamentos de ressonância magnética e tomógrafos computadorizados ainda é baixa no Brasil quando comparada aos principais países da organização e à média de todos eles.

Setor Clínico

De acordo com o dados do CNES de outubro de 2016, existem no Brasil 42.683 clínicas especializadas, sendo que 45,8% destas estão localizadas na região Sudeste, seguido por 23,2% na região Nordeste e 16,4% na região Sul. Nota-se ainda que, apesar de a região Sudeste ser a mais representativa do país em números de clínicas e ambulatórios especializados, essa é a que apresenta o terceiro maior crescimento no período de outubro de 2011 até outubro de 2016, com uma taxa anual média de 3,9%, atrás apenas da região Norte com 9,1% e Nordeste, com 8,0% e acima da média do país, de 4,6%.



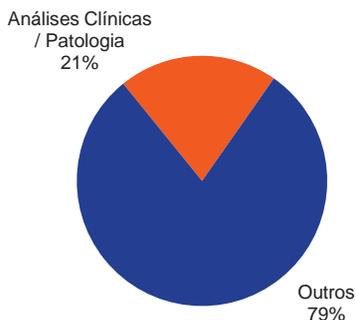
No que tange o segmento de citopatologia, o Brasil possui 4.090 estabelecimentos que oferecem esse tipo de serviço, segundo o CNES em outubro de 2016. Desses, 35,6% se concentram na região sudeste e 33,0% na região nordeste, a segunda maior do país.

Em hematologia e hemostasia, é possível perceber uma fragmentação muito maior, com 13.060 estabelecimentos, em outubro de 2016, os quais 4.154 (31,8%) estão na região Sudeste.

As clínicas especializadas, mencionadas acima, são responsáveis pela execução de serviços complementares médicos no Brasil, dos quais, de acordo com a CNS, 20,6% representam Análises Clínicas e de Patologia, os demais 79,4% sendo, primordialmente, exames de imagens, incluindo Radiologia, Ressonâncias e Ultrassonografia.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Gráfico VII: Breakdown de Serviços Complementares Médicos no Brasil (%)



Fonte: CNS

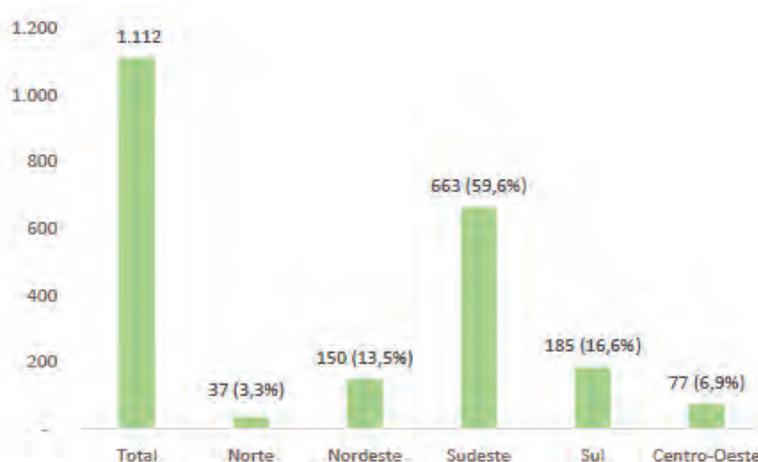
Os principais mercados nos quais a Companhia atua são:

- (i) *Unidades de Atendimento (PSC)*: a Companhia atende o público do mercado ambulatorial principalmente por meio de três marcas (“Hermes Pardini”, em Belo Horizonte e São Paulo, “Padrão” em Goiás e “CMNG” no Rio de Janeiro) realizando análises clínicas, anatomia patológica e procedimentos por imagem em suas diversas unidades ambulatoriais.
- (ii) *Laboratório de Referência (Lab-to-Lab)*: com relação aos serviços de apoio prestados, a Companhia utiliza suas marcas da seguinte forma: a marca Hermes Pardini realiza o apoio em âmbito nacional para exames de análises clínicas, a marca Diagnóstika realiza apoio em âmbito nacional para exames de Anatomia Patológica, e a marca Progenética realiza apoio também em âmbito nacional para exames de genômica e oncogenética. A referida atividade conta com uma completa estrutura para a prestação de serviços de apoio a outros laboratórios, de modo que as amostras são recolhidas em diversas localidades do Brasil para que sejam processadas.

A quantificação da participação de mercado da Companhia (*market share*) é de difícil caracterização devido aos muitos competidores do setor e do fato de que muitos desses competidores não divulgam informações sobre a sua respectiva participação no mercado. De acordo com as entidades responsáveis e órgãos de classe como, por exemplo, a ANS, existem aproximadamente 18.500 prestadores atuantes no mesmo segmento da Companhia em setembro de 2015, conforme última atualização de estatísticas disponível. Também de acordo com os últimos dados disponíveis sobre gastos dos planos de saúde com apoio a medicina diagnóstica, divulgados pela ANS no periódico “Mapa Assistencial de Saúde Suplementar 2016”, em 2015 a Companhia possuía cerca de 3,3% de *market share*, no mercado dito “coberto” ou seja, aquele cuja fonte pagadora são as operadoras de saúde. Entretanto vale ressaltar que não existem meios ou fontes oficiais para analisar todo o mercado de medicina diagnóstica, incluindo o público e o particular sem cobertura de planos de saúde.

De acordo com a Publicação “Caderno de Informação de Saúde Suplementar” da ANS, datada de Junho de 2016, cerca de 48,5 Milhões de Brasileiros possuem Plano de Saúde. Essa população coberta é atendida por 1112 planos de saúde que atuam em todo Brasil de acordo com o gráfico abaixo:

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Fonte: Saúde Suplementar em Número. Ed. 12. 2016 - Instituto de Estudo de Saúde Suplementar.

Em relação ao mercado de Laboratório de Referência, a Companhia, (baseada em dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, da Base de Dados do Sistema Único de Saúde - DATASUS e em pesquisas internas) estima possuir 18,4% do mercado total de Laboratório de Referência, sendo o restante do mercado dividido em mais de 80 Laboratórios de Referência já mapeados pela Companhia.

(ii) Condições de competição nos mercados

O mercado no qual a Companhia atua é livre para a entrada de qualquer competidor. Contudo, os principais obstáculos enfrentados pelas sociedades atuantes neste segmento correspondem à aquisição da tecnologia atualizada e aos procedimentos relacionados ao credenciamento de tais sociedades junto às fontes pagadoras, como, por exemplo, seguradoras de saúde, cooperativas médicas, dentre outras. O mercado de análises clínicas tem sofrido mudanças significativas como resultado da aceleração do desenvolvimento tecnológico e da implementação de novas técnicas e serviços capazes de processar testes diagnósticos com alta precisão, eficiência e em volumes maiores.

O uso dos recursos da robótica e da computação tem sido um importante diferencial nas estratégias competitivas. O montante de investimento necessário para a implantação de tais tecnologias aumentou a importância de se alcançar economias de escala, consequentemente conduzindo o movimento de integração do mercado.

Um dos critérios que aumentam a competitividade da Companhia, em relação aos demais players do mercado, é o ganho de escala que a Companhia possui em análises clínicas, resultado das sinergias provenientes das negociações com fornecedores de insumos e do aumento da capacidade da utilização do NTO e os NTAs da Companhia, em razão do alto volume de exames processados diariamente.

Como uma das líderes no mercado nacional, a Companhia acredita ter vantagens nas condições de negociações com os principais fornecedores de insumos. Além disso, o ganho de escala permite a obtenção de melhores indicadores de produtividade na utilização dos equipamentos, mão de obra e área física, processando com eficiência e baixo custo os exames.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Adicionalmente, o credenciamento das empresas atuantes no mercado de saúde depende da credibilidade, qualidade e custo que o prestador pode oferecer como diferenciais às sociedades tomadoras de tais serviços (fontes pagadoras).

Os principais concorrentes da Companhia são grandes empresas prestadoras de SAD em âmbito nacional. No segmento de Unidades de Atendimento (PSC), os principais concorrentes são Laboratório São Marcos (Belo Horizonte), Atalaia/DASA (Goiania), DASA e Salomão e Zoppi (São Paulo). No segmento de Laboratório de Referência (lab-to-lab), os principais concorrentes são Alvaro/DASA e Diagnósticos do Brasil. Em menor escala, a Companhia também enfrenta concorrência de laboratórios regionais de menor porte e laboratórios especializados.

(d) Eventual sazonalidade

O volume de atendimento da Companhia costuma variar no decorrer dos diferentes meses do ano, sem que esta sazonalidade afete o resultado anual. Os meses de janeiro, fevereiro, julho e dezembro apresentam um volume menor de atendimento devido aos feriados e férias escolares.

Por outro lado, surtos epidêmicos e comoções da população relacionadas à saúde levam a um aumento considerável de atendimento. Usualmente, os meses de março, agosto e outubro são os que apresentam maior movimento, em decorrência de maior número de dias úteis.

(e) Principais insumos e matérias primas, informando:

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

As relações da Companhia com seus fornecedores se dão em bases estritamente comerciais. Os principais contratos celebrados estão relacionados aos equipamentos empregados nas atividades desempenhadas pela Companhia, seja na modalidade de compra, aluguel, leasing, comodato ou empréstimo. Nos contratos de comodato de equipamentos, os reagentes empregados devem ser adquiridos do fornecedor que tem a propriedade dos respectivos ativos. Adicionalmente, a aquisição de insumos e equipamentos está sujeita à análise, pela Companhia, dos registros exigidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

De modo geral, a Companhia possui baixo nível de dependência em relação aos seus fornecedores. Dentre os 10 principais fornecedores estratégicos da Companhia, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2016, o maior fornecedor representou 9% do valor total pago referente à compra de insumos na área de produção. Em razão disso, tais fornecedores propiciam à Companhia a possibilidade de aquisição de produtos e serviços a preços de mercado, reduzindo, assim, os eventuais impactos em suas atividades pela ausência ou atraso por parte de seus fornecedores.

(iii) Eventual volatilidade em seus preços

Os contratos celebrados pela Companhia com os seus fornecedores de insumos são pagos em reais, apesar de serem negociados em dólar, motivo pelo qual os seus preços podem sofrer variação cambial, ocasionando significativa volatilidade.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Nos exercícios de 2013, 2014, 2015 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 nenhum cliente concentrava uma receita acima de 10%.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Considerando que nos exercícios de 2013, 2014, 2015 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 não existia concentração de qualquer cliente superior a 10% da receita líquida total, acreditamos que nenhum segmento operacional da Companhia é afetado pelas receitas de qualquer dos seus clientes.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações:

As empresas do SAD são regidas por uma série de regulamentações, grande parte estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("**ANVISA**").

Nos termos da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, conforme alterada, cabe à ANVISA:

- (i) coordenar as ações das diversas autoridades responsáveis pela vigilância sanitária em todos os três níveis de governo;
- (ii) estabelecer normas e executar as políticas e ações relativas à vigilância sanitária em todos os níveis de governo;
- (iii) autorizar o funcionamento de empresas de fabricação, distribuição e importação de produtos sujeitos à vigilância e de comercialização de medicamentos;
- (iv) conceder registros de produtos sujeitos à vigilância sanitária;
- (v) conceder e cancelar o certificado de cumprimento de boas práticas de fabricação;
- (vi) atuar e aplicar penalidades em caso de violação da legislação pertinente ou de risco iminente à saúde;
- (vii) monitorar e auditar os órgãos e entidades estaduais, distrital e municipais que integram o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária; e
- (viii) monitorar a evolução dos preços de medicamentos, equipamentos, componentes, insumos e serviços de saúde.

Adicionalmente, a ANVISA tem poderes para inspecionar os serviços de saúde, inclusive serviços hospitalares, terapêuticos e de exames diagnósticos, assim como as instalações físicas, equipamentos, localizações e procedimentos usados ou empregados na prestação de serviços de saúde, inclusive a disposição de resíduos decorrentes dessas atividades.

Para os laboratórios de análises clínicas e os postos de coleta, a ANVISA publicou as seguintes Resoluções da Diretoria Colegiada ("**RDC**"):

- RDC 50/02 – Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.
- RDC 306/04 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
- RDC 302/05 – Regulamento Técnico para o funcionamento de Laboratórios Clínicos.
- RDC 20/14 – Dispõe sobre – regulamento sanitário para o transporte de material biológico humano.

No âmbito estadual, distrital ou municipal, os departamentos de vigilância sanitária locais ("**VISA**") são os responsáveis pela fiscalização das ações sanitárias, atuando em conjunto ao controle sanitário federal realizado pela ANVISA, de forma descentralizada. Assim, com o objetivo de eliminar, diminuir ou prevenir possíveis riscos à saúde humana, é exigido pela VISA que cada estabelecimento que pratique atividades sujeitas ao controle sanitário obtenha junto a

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

elas seu licenciamento sanitário consistente na emissão de Alvará Sanitário que autoriza seu funcionamento ou operação, de acordo com a atividade desenvolvida.

O descumprimento das determinações dos regulamentos mencionados acima constitui infração de natureza sanitária sujeitando o infrator, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil cabíveis, a processo administrativo e as seguintes penalidades previstas na Lei nº. 6437, de 20 de agosto de 1977 (“**Lei nº 6.437/77**”): (i) advertência; (ii) multa (que pode variar de R\$ 2.000 a R\$ 1.5 milhões); (iii) interdição parcial ou total do estabelecimento; (iv) cancelamento de autorização para funcionamento da empresa; (v) cancelamento do alvará de licenciamento de estabelecimento; (vi) intervenção no estabelecimento que receba recursos públicos de qualquer esfera; (vii) suspensão de propaganda e publicidade, entre outros.

Outra norma relevante para empresas do segmento de SAD é a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005, que dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências, a qual foi sancionada pelo Ministério do Meio Ambiente para validar a Resolução ANVISA nº306, de 7 de dezembro de 2004.

Além disso, o gerenciamento inadequado dos resíduos dos serviços de saúde poderá sujeitar o infrator às penalidades e sanções previstas na Lei nº. 9.605/1998 (“**Lei de Crimes Ambientais**”) e no Decreto Federal nº. 6.514/2008, sem prejuízo da reparação dos danos ambientais na esfera civil.

Além da regulamentação sanitária, as atividades de medicina nuclear e radiomunoensaio desenvolvidas pela Companhia estão sujeitas ao controle da Comissão Nacional de Energia Nuclear (“**CNEN**”). Esta autarquia, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, atua (i) no licenciamento de instalações nucleares e radioativas; (ii) na fiscalização de atividades relacionadas à extração e à manipulação de matérias-primas e minerais de interesse para a área nuclear; (iii) no estabelecimento de normas e regulamentos; (iv) na fiscalização das condições de proteção radiológica de trabalhadores nas instalações nucleares e radioativas; (v) no atendimento a solicitações de auxílio, denúncias e emergências envolvendo fontes de radiações ionizantes; (vi) no desenvolvimento de estudos e na prestação de serviços em metrologia das radiações ionizantes. Qualquer alteração nas condições das atividades previamente autorizadas deverá ser comunicada à CNEN para análise e anuência prévia. Também o agente manipulador da fonte radioativa deverá ser credenciado pela comissão para tal exercício laboral. Na hipótese da realização de atividades nucleares ou radiológicas sem a devida autorização, a CNEN poderá determinar a suspensão das atividades do estabelecimento, bem como a incapacidade de obtenção ou renovação das licenças sanitárias.

Ainda, as atividades desempenhadas pela Companhia podem envolver produtos ou substâncias químicas com propriedades destrutivas, tóxicas, corrosivas, inflamáveis, explosivas, entre outras características, sujeitas ao controle, regulação e fiscalização pelo Exército Brasileiro, bem como pelos Departamentos da Polícia Federal e da Polícia Civil. Por essa razão, todas as pessoas físicas e jurídicas que exercem atividades relacionadas à fabricação, armazenamento, transformação, embalagem, comercialização, transporte, distribuição, importação e exportação de produtos ou substâncias químicas controladas são obrigadas a regularizar suas atividades junto aos órgãos competentes.

Dessa forma, as pessoas jurídicas que desempenhem atividades com produtos químicos controlados devem requerer as seguintes licenças, a depender da classificação do produto: (i) Certificado de Registro, emitido pelo Exército Brasileiro; (ii) Certificado de Registro Cadastral e Certificado de Licença de Funcionamento, emitidos pelo Departamento da Polícia Federal; e

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(iii) Alvará de Licença e Certificado de Vistoria/Inspeção, emitidos pelo Departamento da Polícia Civil Estadual.

A operação de um estabelecimento sem os devidos certificados e alvarás supramencionados, bem como qualquer violação às leis e aos regulamentos relativos ao controle/fiscalização de produtos químicos controlados pelo Exército Brasileiro, pela Polícia Federal e pela Polícia Civil Estadual, independentemente da imposição de responsabilidade civil e penal após a conclusão do processo administrativo, poderá sujeitar a Companhia a sanções administrativas, aplicadas cumulativa ou isoladamente, tais como: (i) advertência; (ii) multa, que pode variar em cerca de R\$2,1 mil a R\$1,0 milhão; (iii) apreensão dos produtos; e (iv) suspensão ou cancelamento de seus alvarás ou certificados.

Tendo em vista que os produtos químicos controlados podem representar riscos para a saúde das pessoas, para a segurança pública ou para o meio ambiente, o transporte, embarque e expedição de tais produtos sujeitam-se às regras específicas estabelecidas pela Agência Nacional de Transporte Terrestre (“**ANTT**”). As regras do transporte de cargas perigosas estabelecidas pela ANTT se diferenciam, em relação ao transporte de cargas regulares, por impor obrigações referentes a sinalização e equipagem técnica e operacional dos veículos, que devem ser compatíveis com os produtos transportados, além de prever normas mais rígidas de inspeção dos veículos por autoridades governamentais e qualificação específica dos condutores dos veículos.

Também, os estabelecimentos de saúde, incluindo estabelecimentos privados, não vinculados ao SUS, que executam serviços de patologia clínica, radiologia, terapia renal substitutiva, radioterapia, quimioterapia, hemoterapia, ressonância magnética, medicina nuclear, radiologia intervencionista e tomografia computadorizada devem requerer o Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (“**CNES**”).

Adicionalmente, os Conselhos Profissionais foram criados com a finalidade de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício de determinadas categorias profissionais. Dessa forma, o registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados junto às entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões são condições obrigatórias ao regular desempenho das atividades empresárias.

Tendo em vista que a Companhia presta serviços de saúde, oferecendo serviços médicos e hospitalares de diagnóstico e/ou tratamento, serviços de enfermagem e farmacêuticos e serviços técnicos radiológicos, que fazem uso de radiações e matérias nucleares, para o seu regular exercício deve ser registrada no (i) Conselho Regional de Medicina (“**CRM**”); (ii) Conselho Regional de Enfermagem (“**COREN**”); (iii) Conselho Regional de Farmácia (“**CRF**”); (iv) Conselho Regional de Técnicos de Radiologia (“**CRTR**”); e (v) Conselho Regional de Biomedicina (“**CRBM**”); e (vi) Conselho Regional de Biologia (“**CRBio**”).

Além do registro de pessoa jurídica junto ao Conselho Profissional competente, é necessário profissional técnico responsável, dotado de documento intitulado Anotação de Responsabilidade Técnica (“**ART**”), emitido por conselho profissional competente.

A Companhia acredita manter relação harmoniosa com os órgãos públicos competentes pela outorga das autorizações necessárias ao seu funcionamento e desempenho de suas atividades.

De acordo com as exigências legais, a Companhia e suas filiais, em especial todas as centrais de processamento de amostras, unidades de atendimento, centros de medicina diagnóstica ou postos de coleta de materiais humanos, podem estar sujeitas à obtenção das seguintes

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

licenças, autorizações e permissões para o seu funcionamento a depender da atividade desenvolvida:

- Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, concedida pela Receita Federal do Brasil – RFB;
- Inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES;
- Certificado de Registro para uso, comércio e transporte de produtos controlados, expedida pelo exército brasileiro;
- Certificado de Licença de Funcionamento para uso, comércio e transporte de produtos controlados, expedida pelo departamento de polícia federal;
- Alvará de Licença e Certificado de Vistoria/Inspeção licença de funcionamento para uso, comércio e transporte de produtos controlados, expedida pelo departamento de polícia civil;
- Licença ambiental expedida pelo órgão ambiental municipal e/ou estadual competente, conforme aplicável;
- Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme aplicável;
- Autorização para operação expedida pela Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, para fins de licenciamento de instalações de rádio imuno ensaio;
- Inscrição junto a prefeitura local (“CCM”);
- ART de profissional técnico responsável, emitido por conselho profissional competente para todos os núcleos técnicos operacionais, unidades hospitalares, unidades de atendimento e centros de medicina diagnóstica;
- Alvará de funcionamento expedido pela prefeitura local, autorizando o seu funcionamento;
- Alvará Sanitário expedido pela vigilância sanitária local para os estabelecimentos e equipamentos – quando licenciáveis;
- Auto de vistoria expedido pelo corpo de bombeiros local; e
- Auto de conclusão da edificação e respectivo projeto aprovado, ambos expedidos pela prefeitura local.

A Companhia possui políticas estabelecidas no seu sistema de gestão para monitorar e gerenciar a documentação e os procedimentos descritos acima.

(b) Política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Companhia possui um sistema de gerenciamento ambiental para monitorar e gerenciar o cumprimento das leis e regulamentos ambientais e o monitoramento é realizado periodicamente, visando o sucesso do processo.

As seguintes políticas adotadas pela Companhia são elaboradas visando a mitigar os impactos ambientais causados por suas atividades::

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- (i) Política de Coleta Seletiva;
- (ii) Política de Gerenciamento de Resíduos;
- (iii) Política para Especificações de Abrigos de Resíduos;
- (iv) Política para o Lançamento de Efluentes;
- (v) Política para o Gerenciamento de Produtos Químicos Controlados; e
- (vi) Política de Requisitos Legais de Meio Ambiente relacionados aos Negócios da Companhia.

Alinhada a boas práticas de sustentabilidade, a Companhia, no desempenho de suas atividades, visa a eliminar ao máximo os impactos ambientais de suas operações. Sua gestão no aspecto da sustentabilidade está relacionada não só à mensuração dos resíduos, mas também às normas para sua manipulação, além da adequada utilização de energia e dos recursos hídricos.

Licenças e Autorizações Ambientais

A Política Nacional do Meio Ambiente, delineada na Lei Federal nº 6.938/1981, determina que a instalação, operação, modificação ou ampliação de empreendimentos considerados efetiva ou potencialmente poluidores, que se utilizem de recursos naturais ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente está condicionada ao prévio licenciamento ambiental.

Esse procedimento pode ser necessário para as fases de localização, instalação e operação do empreendimento, sendo, geralmente, composto por 3 (três) estágios subsequentes: Licença Prévia (“LP”), Licença de Instalação (“LI”) e Licença de Operação (“LO”).

Ademais, as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente. No caso das licenças de operação, a Resolução do CONAMA nº 237/1997 determina que sua renovação deva ser solicitada com antecedência mínima de 120 dias da expiração de seu prazo de validade, para que esse fique automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente acerca do pedido de revalidação. Esse prazo pode ser reduzido em determinados casos licenciados em âmbito municipal, e a ausência de licenças ambientais válidas pode representar riscos de sanções administrativas, tais como advertências e multas.

Ainda que a maioria das atividades da Companhia, atualmente, possuam certificado de dispensa de licenciamento ambiental, a Companhia pode eventualmente se deparar com os seguintes cenários: (i) unidades em fase de regularização do licenciamento ambiental - inclusive em virtude de alterações legislativas que transfiram a competência estadual, antes enquadrada como dispensa de licença, para os municípios, que passam a exigir a obtenção da licença -, ou, ainda, (ii) unidades que, por motivos alheios (especialmente relacionados aos entraves burocráticos da Administração Pública, alterações de procedimentos e de sistemas online de licenciamento), não formalizaram o pedido de renovação da licença ambiental no prazo legal aplicável de antecedência mínima.

Para os empreendimentos de impacto ambiental regional e demais possibilidades previstas na Lei Complementar n.º 140/2011, a competência para licenciar é atribuída ao IBAMA. Nos demais casos, com exceção daqueles com impacto local, cuja competência é municipal, a competência é dos órgãos ambientais estaduais, para a análise das atividades e emissão de licenças ambientais, bem como a imposição de condições, restrições e medidas de controle de poluição pertinentes. Para as atividades da Companhia, o licenciamento ambiental se dá,

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

quando aplicável, em âmbito municipal, e a ausência de licenças ambientais válidas pode representar riscos de sanções administrativas, tais como advertências e multas.

Ainda que a maioria das atividades da Companhia, atualmente, possuam certificado de dispensa de licenciamento ambiental, a Companhia pode eventualmente se deparar com os seguintes cenários: (i) unidades em fase de regularização do licenciamento ambiental - inclusive em virtude de alterações legislativas que transfiram a competência estadual, antes enquadrada como dispensa de licença, para os municípios, que passam a exigir a obtenção da licença -, ou, ainda, (ii) unidades que, por motivos alheios (especialmente relacionados aos entraves burocráticos da Administração Pública, alterações de procedimentos e de sistemas online de licenciamento), não formalizaram o pedido de renovação da licença ambiental no prazo legal aplicável de antecedência mínima.

Além das licenças ambientais, a Companhia também precisa obter para seus estabelecimentos licença municipal de funcionamento e a aprovação do corpo de bombeiros local, em atendimento a normas municipais e estaduais, respectivamente.

Responsabilização Ambiental

A responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas diversas e independentes: (i) administrativa; (ii) cível; e (iii) criminal.

Diz-se que as três esferas de responsabilidade mencionadas acima são “diversas e independentes” porque, por um lado, uma única ação do agente econômico pode gerar-lhe responsabilização ambiental nos três níveis, com a aplicação de três sanções diversas.

Por outro lado, a ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isenta necessariamente o agente da responsabilidade nas demais.

(i) *Responsabilidade Administrativa*

No que se refere à responsabilidade administrativa, toda ação ou omissão que importe na violação de norma de preservação ao meio ambiente decorrente de culpa ou dolo, independentemente da efetiva ocorrência de dano ambiental, é considerada infração administrativa ambiental.

De acordo com a legislação brasileira (Decreto Federal nº. 6.514/2008), as infrações administrativas são punidas com: advertência; multa simples no valor de até R\$ 50 milhões; multa diária; apreensão dos produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração; destruição ou inutilização do produto; suspensão de venda e fabricação do produto; embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; demolição de obra; suspensão parcial ou total das atividades; e restritiva de direitos.

(ii) *Responsabilidade Civil*

A responsabilização civil objetiva por danos causados ao meio ambiente e a terceiros está prevista nos artigos 3º, 10 e 14 da Lei Federal nº 6.938/1981, bem como no parágrafo 3º do art. 225 da Constituição Federal de 1988.

A caracterização da responsabilidade civil ambiental como objetiva significa que sua imputação ao agente econômico depende tão somente da constatação de que uma ação ou omissão sua gerou dano ao meio ambiente (nexo de causalidade), independentemente da verificação de culpa (negligência, imperícia ou imprudência) ou dolo do agente. Desta maneira, a responsabilidade civil ambiental é atribuída, em princípio, ao responsável, direta ou

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

indiretamente, pela atividade causadora de degradação ambiental (art. 3º, IV, da Lei Federal nº 6.938/1981).

Ademais, a responsabilidade civil ambiental é solidária entre os agentes causadores do dano ambiental. De acordo com a teoria da responsabilidade solidária, um dos agentes poderá responder pelo dano de forma integral, cabendo-lhe ação de regresso contra os demais causadores do dano, com base nos princípios que regem o direito ambiental brasileiro.

Dessa forma, tanto as atividades potencialmente poluidoras do meio ambiente desenvolvidas diretamente pela Companhia, assim como a contratação de terceiros para proceder qualquer serviço em nossos empreendimentos, incluindo, por exemplo, a supressão de vegetação, a realização de terraplanagens e o tratamento e a destinação final de resíduos sólidos, não isentam a Companhia de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pelos terceiros contratados, caso estes não desempenhem suas atividades em conformidade com as normas ambientais.

Adicionalmente, a Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, relativamente à pessoa jurídica causadora da infração ambiental, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento dos danos causados ao meio ambiente.

(iii) *Responsabilidade Criminal*

Caso as autoridades competentes comprovem a operação sem as devidas licenças ambientais, poderemos estar sujeitos ao crime ambiental previsto no art. 60 da Lei Federal nº 9.605/1998 (“**Lei de Crimes Ambientais**”), punível com pena de detenção dos diretores ou executivos responsáveis pelo ato, de um a seis meses, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

A Lei de Crimes Ambientais prevê, ainda, outros tipos penais como, por exemplo, causar poluição de qualquer natureza ou danificar vegetação especialmente protegida, sujeitos a sanções penais, tais como:

- suspensão total ou parcial de atividades do respectivo empreendimento;
- perda de benefícios e incentivos fiscais, a suspensão de financiamentos e proibição para contratar com a administração pública; e
- aprisionamento dos diretores ou executivos responsáveis pelo ato.

Os diretores, administradores e outras pessoas físicas que atuem como prepostos ou mandatários da Companhia, e concorram para a prática de crimes ambientais a essa atribuídos, estão também sujeitos, na medida de sua culpabilidade, a penas restritivas de direitos e privativas de liberdade.

Multas

Apesar de todos os cuidados e as medidas tomadas para mitigar os possíveis impactos ao meio ambiente, nos anos de 2013, 2014, 2015 e até 30 de setembro de 2016 a Companhia recebeu as seguintes multas, na esfera de responsabilização administrativa, referentes ao não atendimento de leis e regulamentos ambientais aplicáveis às atividades por ela desenvolvidas:

- Multa da Secretaria Municipal do Meio Ambiente do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, no valor de R\$ 1.000,00, em 16.05.2016;
- Multa da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Contagem, Minas Gerais, no valor de R\$ 7.001,00 (posteriormente reduzida em 50%), em 29.07.2016.

Certificados Nacionais

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A Companhia melhora continuamente os requisitos para o gerenciamento das suas atividades quanto à qualidade, meio ambiente e segurança no trabalho, de acordo com padronizações nacionais.

A título exemplificativo, a Companhia obteve as seguintes certificações:

- ISO 9001.
- ISO 17025.
- Programa de Acreditação de Laboratórios Clínicos – PALC.
- Sistema Nacional de Acreditação – DICQ.

Por sua vez, as controladas da Companhia também obtiveram as seguintes certificações relevantes:

- ISO 9001.
- ONA.
- Programa de Acreditação de Laboratórios Clínicos – PALC.
- Sistema Nacional de Acreditação – DICQ.

Até a data de conclusão do presente Formulário de Referência, a Companhia não havia aderido a Padrões Internacionais de Proteção Ambiental (ex.: ISO 14001).

Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Conforme sua composição e características, os resíduos sólidos podem ser classificados em: a) Classe I – perigosos; b) Classe II A – não inertes; e c) Classe II B – inertes. A periculosidade de um resíduo é definida em função de suas propriedades físicas, químicas ou infectocontagiosas, e da possibilidade de apresentar risco à saúde pública e/ou riscos ao meio ambiente, quando manuseado ou destinado de forma inadequada. Alguns resíduos potencialmente perigosos, ditos especiais, sofrem regulamentações específicas, tais como, resíduos de serviços de saúde, pilhas e baterias, lâmpadas fluorescentes e resíduos da construção civil.

O transporte, tratamento e destinação final adequados de um resíduo dependem da classe a que ele pertence e os planos de gerenciamento de resíduos nesse sentido estão sujeitos à prévia aprovação do órgão ambiental competente. Vale observar que a atividade de tratamento de resíduos é passível de licenciamento, de maneira que as empresas contratadas para realizar essa atividade devem demonstrar sua regularidade quanto ao licenciamento ambiental, sob pena de, inclusive, o gerador de resíduos ser responsabilizado administrativamente, caso não destine os resíduos para entidade devidamente licenciada, sem prejuízo da responsabilidade civil em caso de danos ao meio ambiente, à vida e à saúde da população.

Apesar de a Companhia contratar empresas especializadas no descarte de resíduos, ainda permanece responsável pela cadeia de gerenciamento desses materiais, desde sua geração até a destinação final, sendo responsável solidária pelos danos ambientais eventualmente causados.

A destinação inadequada, bem como os acidentes decorrentes do transporte de resíduos sólidos, pode causar danos ao meio ambiente, à vida e à saúde da população, e portanto, ensejar a aplicação de sanções nas esferas administrativa e penal, além da responsabilidade pela reparação do dano causado na esfera cível. As penalidades administrativas aplicáveis

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

podem ser: advertência, multa (podendo variar de R\$ 5.000,00 a R\$ 50.000.000,00), embargo, suspensão de financiamentos e benefícios fiscais, dentre outras.

Os resíduos sólidos gerados pela Companhia são destinados de acordo com a legislação vigente, sendo observadas todas as normas relativas à sua correta destinação, transporte e descarte em suas unidades. Adicionalmente, a Companhia observa normas e procedimentos específicos presentes nos Planos de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde ("PGRSS"), desenvolvidos para as unidades, que definem os procedimentos para coleta, transporte e destinação final de cada tipo de resíduo, com base na Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 306, de 7 de dezembro de 2004 ("**Resolução ANVISA – RDC nº 306/04**"), na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal n.º 12.305/2010), na Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005, bem como nas demais disposições das legislações federais, estaduais e municipais aplicáveis.

Os resíduos sólidos gerados nas unidades clínicas, bem como nas Unidades de Atendimento, são destinados segundo a classificação dos Resíduos de Serviços de Saúde ("**RSS**"), que consiste no agrupamento dos resíduos em função dos riscos potenciais à saúde pública e ao meio ambiente, de acordo com a legislação vigente.

Nos PGRSS também são definidos os recipientes próprios para o acondicionamento e a coleta de cada tipo de resíduo, tais como: (i) lixeiras; (ii) caixas de papelão rígidas para objetos perfurocortantes; (iii) sacos plásticos de diferentes cores, conforme aplicável; (iv) carro coletor para transporte interno de resíduos infectantes, como aqueles produzidos nas unidades clínicas; e (v) bombonas para acondicionamento de resíduos químicos. Além disso, a Companhia observa a obrigatoriedade de utilização de Equipamentos de Proteção Individual ("**EPIs**") pelos colaboradores que possuam qualquer espécie de contato com os resíduos gerados.

As unidades clínicas da Companhia possuem locais próprios para o armazenamento de resíduos comuns, recicláveis, infectantes e químicos, visando a segregação de acordo com a legislação e a possibilidade de reciclagem do material.

Adicionalmente, o PGRSS da Companhia também define procedimentos para manejo, acondicionamento, coleta interna/externa e disposição final dos resíduos, em observância às preocupações da Companhia em seguir a legislação aplicável acerca da destinação de resíduos, bem como visando à implementação de práticas de sustentabilidade.

A Companhia observa a legislação aplicável nos procedimentos utilizados para os resíduos infectantes, especialmente a Resolução ANVISA – RDC nº 306/04.

Todo o rigor da Companhia com os procedimentos de abrigo, acondicionamento e manejo se repetem também na mensuração da quantidade de resíduos que gera. Além disso, o treinamento de colaboradores nos laboratórios centrais e nas Unidades de Atendimento da Companhia também segue um conjunto de normas e procedimentos, abordando os seguintes aspectos:

- (i) conhecimento da legislação em vigor;
- (ii) definição, tipo e classificação dos resíduos e o potencial risco destes;
- (iii) sistema de gerenciamento adotado internamente no estabelecimento;
- (iv) formas de reduzir a geração de resíduos;
- (v) conhecimento das responsabilidades e de tarefas;

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- (vi) reconhecimento dos símbolos de identificação das classes de resíduos existentes;
- (vii) orientação dos colaboradores quanto ao uso de EPIs; e
- (viii) orientação sobre biossegurança e higiene pessoal e dos ambientes de trabalho.

Energia

No que tange o consumo de energia, a Companhia realiza o levantamento das contas de energia de suas Unidades de Atendimento e laboratórios centrais, para que seja possível identificar quais delas apresentam maior consumo de energia. São realizadas campanhas com orientação para a redução do consumo de energia visando à sustentabilidade do negócio.

Combustíveis

O consumo de combustíveis não é fator significativo nas operações da Companhia, uma vez que a frota de veículos utilizada para o transporte dos materiais coletados das Unidades de Atendimento para os laboratórios centrais é locada e/ou terceirizada.

Água

Por meio da implantação de procedimento semelhante ao levantamento do consumo de energia de seus estabelecimentos, a Companhia realiza o levantamento das contas de água de suas Unidades de Atendimento e laboratórios centrais, para que seja possível identificar quais delas apresentam maior consumo de água. Com base nos resultados, a Companhia desenvolve projetos para a reutilização nos seus processos produtivos (nos laboratórios centrais) e a diminuição do consumo, evitando o desperdício.

A maioria das unidades da Companhia não realiza descarte de efluentes em corpos d'água (rio, lagoas, mar, dentre outros) e nem no solo, utilizando-se de estações de tratamento de efluentes das concessionárias estaduais. A água utilizada nos laboratórios centrais (efluente) é tratada segundo parâmetros estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 430, de 13 de maio de 2011, para que possa ser descartada.

(c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas

O registro de marcas, quando concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI") tem validade pelo período de 10 anos. A Companhia poderá em até 12 meses antes ao término do prazo de validade de cada marca, efetuar requerimento visando à prorrogação dos registros pelo mesmo prazo.

A Companhia possui dependência de suas marcas, uma vez que desempenham um importante papel na manutenção de sua posição competitiva. Os direitos de propriedade intelectual relevantes da Companhia são as marcas de suas Unidades de Atendimento e do Laboratório de Referência, quais sejam: (i) "Hermes Pardini", (ii) "Padrão", (iii) "Diagnóstika", (iv) "Progenética" e (v) "CEMEDI".

O gerenciamento das marcas da Companhia é realizado de forma sistemática, respeitadas as características de cada marca e a padronização de suas operações e serviços. Para maiores informações, vide item 9.1 deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

- (a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não obtém receitas em outros países que não o Brasil.

- (b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui atividades operacionais no exterior.

- (c) Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui atividades operacionais no exterior.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui atividades operacionais no exterior.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

7.8 - Políticas socioambientais

(a) se a Companhia divulga informações sociais e ambientais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

(b) a metodologia seguida na elaboração dessas informações

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

(c) se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

(d) a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

7.8 - Políticas socioambientais

7.9 - Outras informações relevantes

A Companhia contrata um fornecedor para a prestação dos serviços de logística de suas operações, como recolhimento, transporte e entrega de materiais biológicos. O acordo prevê o recolhimento, transporte e entrega de materiais biológicos pela contratada conforme demanda designada pela Companhia, atendendo tanto a Companhia e suas controlada.

A contratada se obriga a utilizar meios de transportes adequados, garantindo as adequadas condições de conservação, utilização, limpeza e atendimento à regulamentação sanitária para transporte de material biológico humano. Adicionalmente, a contratada se responsabiliza pelo acondicionamento adequado dos materiais recolhidos.

Atualmente, o contrato da Companhia com o fornecedor para prestação destes serviços é vigente até junho de 2017 e os valores da contratação são ajustados anualmente entre as partes. Este contrato é considerado relevante para as operações da Companhia, devido ao elevado volume de amostras concentrado neste fornecedor, representando mais de 70% das amostras transportadas mensalmente.

Política de Doação

A Companhia possui uma Política de Doação que tem por objetivo orientar seus colaboradores quanto ao procedimento para realização de doações às instituições filantrópicas. Nos termos de tal Política, a área de Responsabilidade Social/DHO é responsável pela recepção da demanda e análise das possíveis doações e acompanhamento de todo o processo de doação.

Diante da demanda apresentada, avalia-se a viabilidade de adesão à proposta considerando a disponibilidade de recursos financeiros e/ou mobilização dos colaboradores por meio de campanhas internas. Uma vez que seja verificado os recursos e o interesse de adesão à campanha social, é solicitado à instituição filantrópica a documentação comprobatória para checagem prévia de sua condição.

8.1 - Negócios extraordinários

Não aplicável, tendo em vista que não houve nenhuma aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2014 e 2015, bem como no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2014 e 2015, bem como no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não aplicável, tendo em vista que não foram celebrados contratos relevantes pela Companhia e/ou suas controladas que não estejam diretamente relacionados com suas atividades operacionais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2014 e 2015, bem como no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia entende que todas as informações relevantes foram incluídas nos demais itens desta Seção 8 do Formulário de Referência.

Não existem outros bens do ativo não-circulante que a Companhia julgue relevantes, além dos descritos nos itens abaixo.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Laboratório/ Unidade de Atendimento/Sul	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Alípio de Melo	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Barreiro	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Barreiro DI	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Barroca	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Belvedere	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Bernardo Monteiro	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Bernardo MonteiroDI	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Betânia Point	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Betim	Brasil	MG	Betim	Alugada
Unidade de Atendimento/Betim DI	Brasil	MG	Betim	Alugada
Unidade de Atendimento/Betim Fiat	Brasil	MG	Betim	Alugada
Unidade de Atendimento/Butis 02º Andar	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Caeté	Brasil	MG	Caeté	Alugada
Unidade de Atendimento/Caixa	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Carijós	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Castelo	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Centro BH	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Céu Azul	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Cidade Jardim	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Cidade Nova	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Contagem - Centro	Brasil	MG	Contagem	Alugada
Unidade de Atendimento/Contorno	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Administrativo/Contorno CRC	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Coração Eucarístico	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Eldorado I	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Eldorado II	Brasil	MG	Contagem	Alugada
Unidade de Atendimento/Fiat Posto de Coleta*	Brasil	MG	Contagem	Alugada
Unidade de Atendimento/Floramir	Brasil	MG	Betim	Alugada
Unidade de Atendimento/Floresta	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Unidade de Atendimento/Grajaú	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Guarani	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Ibirité	Brasil	MG	Ibirité	Alugada
Unidade de Atendimento/Industrial - LJ 01 e02	Brasil	MG	Contagem	Alugada
Unidade de Atendimento/Ipiranga	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Justinópolis	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Lagoa Santa	Brasil	MG	Lagoa Santa	Alugada
Unidade de Atendimento/Lagoinha	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Life Center - 3º A	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Mangabeiras	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Milionários	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Niquelina	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Nova Lima	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Laboratório/NTO - São Paulo	Brasil	MG	Nova Lima	Alugada
Laboratório/NTO - Vespasiano	Brasil	MG	São Paulo	Alugada
Unidade de Atendimento/Ouro Preto	Brasil	MG	Vespasiano	Alugada
Unidade de Atendimento/Padre Eustáquio	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Palmares	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Pampulha	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Pedro II	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Pedro Leopoldo	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Petrolândia	Brasil	MG	Pedro Leopoldo	Alugada
Unidade de Atendimento/Pio XII	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Planalto	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Ressaca	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Ribeirão das Neves	Brasil	MG	Ribeirão das Neves	Alugada
Unidade de Atendimento/Sabará	Brasil	MG	Sabará	Alugada
Unidade de Atendimento/Santa Amélia	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Santa Inês	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Santa Luzia II	Brasil	MG	Santa Luzia	Alugada

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Unidade de Atendimento/Santa Mônica	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Santo Agostinho	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Santo Agostinho	Brasil	MG	Santa Luzia	Alugada
Unidade de Atendimento/São Paulo	Brasil	MG	São Paulo	Alugada
Unidade de Atendimento/Savassi	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Sete Lagoas	Brasil	MG	Sete Lagoas	Alugada
Unidade de Atendimento/Sion	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Tirol	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Unidade de Atendimento/Venda Nova	Brasil	MG	Venda Nova	Alugada
Unidade de Atendimento/Vespasiano	Brasil	MG	Vespasiano	Alugada
Unidade de Atendimento/Administração	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Unidade de Atendimento/Aeroporto	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Unidade de Atendimento/Buriti	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Unidade de Atendimento/Caldas Novas	Brasil	GO	Caldas Novas	Alugada
Unidade de Atendimento/Cardoso	Brasil	GO	Aparecida de Goiânia	Alugada
Unidade de Atendimento/Cidade Jardim	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Unidade de Atendimento/Cidade Livre	Brasil	GO	Aparecida de Goiânia	Alugada
Unidade de Atendimento/Coimbra	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Unidade de Atendimento/Eldorado	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Unidade de Atendimento/Goianésia	Brasil	GO	Goianésia	Alugada
Unidade de Atendimento/Gravelo	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Unidade de Atendimento/Guanabara	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Unidade de Atendimento/Imagem Sul	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Unidade de Atendimento/Itumbiara	Brasil	GO	Itumbiara	Alugada
Unidade de Atendimento/Jardim América	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Unidade de Atendimento/Marista	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Unidade de Atendimento/Maysa	Brasil	GO	Trindade	Alugada
Unidade de Atendimento/Morada do Sol	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Unidade de Atendimento/Negrão de Lima	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Unidade de Atendimento/Novo Horizonte	Brasil	GO	Goiânia	Alugada

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Unidade de Atendimento/Novo Mundo	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Unidade de Atendimento/Paranaíba	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Unidade de Atendimento/Passo das águas	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Unidade de Atendimento/Pedroso	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Unidade de Atendimento/Piracanjuba	Brasil	GO	Piracanjuba	Alugada
Unidade de Atendimento/Pires do Rio	Brasil	GO	Pires do Rio	Alugada
Unidade de Atendimento/Planalto	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Unidade de Atendimento/Portugal	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Unidade de Atendimento/Redenção	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Unidade de Atendimento/Senador Canedo	Brasil	GO	Senador Canedo	Alugada
Laboratório/ Unidade de Atendimento/Sul	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Unidade de Atendimento/T-1	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Unidade de Atendimento/T-4	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Unidade de Atendimento/T-7	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Unidade de Atendimento/Trindade	Brasil	GO	Trindade	Alugada
Unidade de Atendimento/Carrão	Brasil	SP	Carrão	Alugada
Unidade de Atendimento/Itaim	Brasil	SP	Itaim	Alugada
Unidade de Atendimento/Santana	Brasil	SP	Santana	Alugada
Laboratório/Tatuapé	Brasil	SP	Tatuapé	Alugada
Unidade de Atendimento/Pres. Vargas - Matriz	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Laboratório/DK Und - Matriz	Brasil	SP	São Paulo	Alugada

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Hermes Pardini (Registros 830384367, 830384375,830416218)	22/05/2022	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tal ativo são: (I) expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; (II) renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; (III) caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; (IV) utilização da marca com alteração significativa que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a cinco anos, contados da data da concessão do registro ou (V) declaração de nulidade do registro, obtida por terceiro. No âmbito judicial, embora as empresas do Grupo sejam titulares do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que as empresas do Grupo estão violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Considerando que o Grupo atua em diversos segmentos e regiões através de diversas marcas regionais, os riscos decorrentes da perda de determinada marca impactará a regional a qual referida marca está vinculada. A perda de uma de nossas marcas ocasionará a perda de reconhecimento e valor percebido por nossos clientes e, conseqüentemente, custos adicionais à regional, em razão da necessidade de implementação de nova marca, marketing local, dentre outros custos. A receita do Grupo também poderá ser afetada em razão da necessidade de troca de uma marca por outra, dependendo do contrato existente com as operadoras de planos de saúde.
Marcas	Marca de Grupo Hermes Pardini (Pedidos de registro 840868219; 840868227; 840868200)	Aguardando exame do mérito	Pedidos de registro de marca podem ser indeferidos pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, a Lei de Propriedade Industrial confere o direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI, a quem utilize determinada marca há pelo menos 6 (seis) meses.	Considerando que o Grupo atua em diversos segmentos e regiões através de diversas marcas regionais, os riscos decorrentes da perda de determinada marca impactará a regional a qual referida marca está vinculada. A perda de uma de nossas marcas ocasionará a perda de reconhecimento e valor percebido por nossos clientes e, conseqüentemente, custos adicionais à regional, em razão da necessidade de implementação de nova marca, marketing local, dentre outros custos. A receita do Grupo também poderá ser afetada em razão da necessidade de troca de uma marca por outra, dependendo do contrato existente com as operadoras de planos de saúde.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Progenética (Registro 821106899)	20/12/2021	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tal ativo são: (I) expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; (II) renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; (III) caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; (IV) utilização da marca com alteração significativa que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a cinco anos, contados da data da concessão do registro ou (V) declaração de nulidade do registro, obtida por terceiro. No âmbito judicial, embora as empresas do Grupo sejam titulares do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que as empresas do Grupo estão violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtêm alguma vitória.	Considerando que o Grupo atua em diversos segmentos e regiões através de diversas marcas regionais, os riscos decorrentes da perda de determinada marca impactará a regional a qual referida marca está vinculada. A perda de uma de nossas marcas ocasionará a perda de reconhecimento e valor percebido por nossos clientes e, conseqüentemente, custos adicionais à regional, em razão da necessidade de implementação de nova marca, marketing local, dentre outros custos. A receita do Grupo também poderá ser afetada em razão da necessidade de troca de uma marca por outra, dependendo do contrato existente com as operadoras de planos de saúde.
Marcas	Padrão (Pedido de registro 910399557)	Aguardando exame do mérito	Pedidos de registro de marca podem ser indeferidos pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, a Lei de Propriedade Industrial confere o direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI, a quem utilize determinada marca há pelo menos 6 (seis) meses.	Considerando que o Grupo atua em diversos segmentos e regiões através de diversas marcas regionais, os riscos decorrentes da perda de determinada marca impactará a regional a qual referida marca está vinculada. A perda de uma de nossas marcas ocasionará a perda de reconhecimento e valor percebido por nossos clientes e, conseqüentemente, custos adicionais à regional, em razão da necessidade de implementação de nova marca, marketing local, dentre outros custos. A receita do Grupo também poderá ser afetada em razão da necessidade de troca de uma marca por outra, dependendo do contrato existente com as operadoras de planos de saúde.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Diagnóstika (Registro 829642145)	02/08/2021	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tal ativo são: (I) expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; (II) renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; (III) caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; (IV) utilização da marca com alteração significativa que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a cinco anos, contados da data da concessão do registro ou (V) declaração de nulidade do registro, obtida por terceiro. No âmbito judicial, embora as empresas do Grupo sejam titulares do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que as empresas do Grupo estão violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Considerando que o Grupo atua em diversos segmentos e regiões através de diversas marcas regionais, os riscos decorrentes da perda de determinada marca impactará a regional a qual referida marca está vinculada. A perda de uma de nossas marcas ocasionará a perda de reconhecimento e valor percebido por nossos clientes e, conseqüentemente, custos adicionais à regional, em razão da necessidade de implementação de nova marca, marketing local, dentre outros custos. A receita do Grupo também poderá ser afetada em razão da necessidade de troca de uma marca por outra, dependendo do contrato existente com as operadoras de planos de saúde.
Marcas	Biocod (823441660)	05/12/2016	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tal ativo são: (I) expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; (II) renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; (III) caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; (IV) utilização da marca com alteração significativa que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a cinco anos, contados da data da concessão do registro ou (V) declaração de nulidade do registro, obtida por terceiro. No âmbito judicial, embora as empresas do Grupo sejam titulares do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que as empresas do Grupo estão violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Considerando que o Grupo atua em diversos segmentos e regiões através de diversas marcas regionais, os riscos decorrentes da perda de determinada marca impactará a regional a qual referida marca está vinculada. A perda de uma de nossas marcas ocasionará a perda de reconhecimento e valor percebido por nossos clientes e, conseqüentemente, custos adicionais à regional, em razão da necessidade de implementação de nova marca, marketing local, dentre outros custos. A receita do Grupo também poderá ser afetada em razão da necessidade de troca de uma marca por outra, dependendo do contrato existente com as operadoras de planos de saúde.
Patentes	Pedido de Registro de Patente Internacional	Aguardando exame do mérito	Pedidos de registro de patente podem ser indeferidos pelo órgão de registro. De acordo com a legislação brasileira, os direitos relativos à patente, dentre os quais se destaca a exclusividade, só podem ser exercidos pelo titular após a efetiva concessão da patente. No entanto, após concedida a patente, o período de proteção conferida será contado a partir da data de depósito do pedido.	Caso o pedido de registro de patente seja indeferido, a invenção desenvolvida pela Companhia por meio de relevantes investimentos em P&D não estará protegida e a Companhia não terá direito exclusivo à sua exploração.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	CDDI (Pedido de registro 840868235)	Aguardando exame do mérito	Pedidos de registro de marca podem ser indeferidos pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, a Lei de Propriedade Industrial confere o direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI, a quem utilize determinada marca há pelo menos 6 (seis) meses.	Considerando que o Grupo atua em diversos segmentos e regiões através de diversas marcas regionais, os riscos decorrentes da perda de determinada marca impactará a regional a qual referida marca está vinculada. A perda de uma de nossas marcas ocasionará a perda de reconhecimento e valor percebido por nossos clientes e, conseqüentemente, custos adicionais à regional, em razão da necessidade de implementação de nova marca, marketing local, dentre outros custos. A receita do Grupo também poderá ser afetada em razão da necessidade de troca de uma marca por outra, dependendo do contrato existente com as operadoras de planos de saúde.
Marcas	Criovida (Registro 827573855)	06/11/2017	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tal ativo são: (I) expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; (II) renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; (III) caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; (IV) utilização da marca com alteração significativa que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a cinco anos, contados da data da concessão do registro ou (V) declaração de nulidade do registro, obtida por terceiro. No âmbito judicial, embora as empresas do Grupo sejam titulares do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que as empresas do Grupo estão violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Considerando que o Grupo atua em diversos segmentos e regiões através de diversas marcas regionais, os riscos decorrentes da perda de determinada marca impactará a regional a qual referida marca está vinculada. A perda de uma de nossas marcas ocasionará a perda de reconhecimento e valor percebido por nossos clientes e, conseqüentemente, custos adicionais à regional, em razão da necessidade de implementação de nova marca, marketing local, dentre outros custos. A receita do Grupo também poderá ser afetada em razão da necessidade de troca de uma marca por outra, dependendo do contrato existente com as operadoras de planos de saúde.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Digimagem (Pedido de registro 840867808)	Aguardando exame do mérito	<p>Pedidos de registro de marca podem ser indeferidos pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, a Lei de Propriedade Industrial confere o direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI, a quem utilize determinada marca há pelo menos 6 (seis) meses.</p>	<p>Considerando que o Grupo atua em diversos segmentos e regiões através de diversas marcas regionais, os riscos decorrentes da perda de determinada marca impactará a regional a qual referida marca está vinculada. A perda de uma de nossas marcas ocasionará a perda de reconhecimento e valor percebido por nossos clientes e, conseqüentemente, custos adicionais à regional, em razão da necessidade de implementação de nova marca, marketing local, dentre outros custos. A receita do Grupo também poderá ser afetada em razão da necessidade de troca de uma marca por outra, dependendo do contrato existente com as operadoras de planos de saúde.</p>
Marcas	Neocode (Pedidos de registro 908389167; 908389361; 908389655)	Aguardando exame do mérito	<p>Pedidos de registro de marca podem ser indeferidos pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, a Lei de Propriedade Industrial confere o direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI, a quem utilize determinada marca há pelo menos 6 (seis) meses.</p>	<p>Considerando que o Grupo atua em diversos segmentos e regiões através de diversas marcas regionais, os riscos decorrentes da perda de determinada marca impactará a regional a qual referida marca está vinculada. A perda de uma de nossas marcas ocasionará a perda de reconhecimento e valor percebido por nossos clientes e, conseqüentemente, custos adicionais à regional, em razão da necessidade de implementação de nova marca, marketing local, dentre outros custos. A receita do Grupo também poderá ser afetada em razão da necessidade de troca de uma marca por outra, dependendo do contrato existente com as operadoras de planos de saúde.</p>
Marcas	Personna (Pedidos de registro 911631968; 911631984)	Aguardando prazo de apresentaç	<p>Pedidos de registro de marca podem ser indeferidos pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, a Lei de Propriedade Industrial confere o direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI, a quem utilize determinada marca há pelo menos 6 (seis) meses.</p>	<p>Considerando que o Grupo atua em diversos segmentos e regiões através de diversas marcas regionais, os riscos decorrentes da perda de determinada marca impactará a regional a qual referida marca está vinculada. A perda de uma de nossas marcas ocasionará a perda de reconhecimento e valor percebido por nossos clientes e, conseqüentemente, custos adicionais à regional, em razão da necessidade de implementação de nova marca, marketing local, dentre outros custos. A receita do Grupo também poderá ser afetada em razão da necessidade de troca de uma marca por outra, dependendo do contrato existente com as operadoras de planos de saúde.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pra você (Pedido de registro 911293337)	Aguardando exame do mérito	<p>Pedidos de registro de marca podem ser indeferidos pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, a Lei de Propriedade Industrial confere o direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI, a quem utilize determinada marca há pelo menos 6 (seis) meses.</p>	<p>Considerando que o Grupo atua em diversos segmentos e regiões através de diversas marcas regionais, os riscos decorrentes da perda de determinada marca impactará a regional a qual referida marca está vinculada. A perda de uma de nossas marcas ocasionará a perda de reconhecimento e valor percebido por nossos clientes e, conseqüentemente, custos adicionais à regional, em razão da necessidade de implementação de nova marca, marketing local, dentre outros custos. A receita do Grupo também poderá ser afetada em razão da necessidade de troca de uma marca por outra, dependendo do contrato existente com as operadoras de planos de saúde.</p>
Marcas	Prevent Code (Pedido de registro 906000335)	Aguardando exame do mérito	<p>Pedidos de registro de marca podem ser indeferidos pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, a Lei de Propriedade Industrial confere o direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI, a quem utilize determinada marca há pelo menos 6 (seis) meses.</p>	<p>Considerando que o Grupo atua em diversos segmentos e regiões através de diversas marcas regionais, os riscos decorrentes da perda de determinada marca impactará a regional a qual referida marca está vinculada. A perda de uma de nossas marcas ocasionará a perda de reconhecimento e valor percebido por nossos clientes e, conseqüentemente, custos adicionais à regional, em razão da necessidade de implementação de nova marca, marketing local, dentre outros custos. A receita do Grupo também poderá ser afetada em razão da necessidade de troca de uma marca por outra, dependendo do contrato existente com as operadoras de planos de saúde.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	VetCell (Registro 830623035; 830623043)	05/03/2023	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tal ativo são: (I) expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; (II) renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; (III) caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; (IV) utilização da marca com alteração significativa que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a cinco anos, contados da data da concessão do registro ou (V) declaração de nulidade do registro, obtida por terceiro. No âmbito judicial, embora as empresas do Grupo sejam titulares do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que as empresas do Grupo estão violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Considerando que o Grupo atua em diversos segmentos e regiões através de diversas marcas regionais, os riscos decorrentes da perda de determinada marca impactará a regional a qual referida marca está vinculada. A perda de uma de nossas marcas ocasionará a perda de reconhecimento e valor percebido por nossos clientes e, conseqüentemente, custos adicionais à regional, em razão da necessidade de implementação de nova marca, marketing local, dentre outros custos. A receita do Grupo também poderá ser afetada em razão da necessidade de troca de uma marca por outra, dependendo do contrato existente com as operadoras de planos de saúde.
Nome de domínio na internet	hermespardini.com.br	28/06/2018	(i) expiração do prazo de vigência, sem o Devido e tempestivo pagamento das taxas Oficiais para renovação; (ii) renúncia do direito por ser titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios. Considerando que as empresas do Grupo mantêm controle sobre suas marcas, eventuais contestações de domínios possuem baixo risco.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda de nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	grupopardini.com.br	11/03/2017	(i) expiração do prazo de vigência, sem o Devido e tempestivo pagamento das taxas Oficiais para renovação; (ii) renúncia do direito por ser titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios. Considerando que as empresas do Grupo mantêm controle sobre suas marcas, eventuais contestações de domínios possuem baixo risco.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda de nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	padrao.com.br	06/07/2021	(i) expiração do prazo de vigência, sem o Devido e tempestivo pagamento das taxas Oficiais para renovação; (ii) renúncia do direito por ser titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios. Considerando que as empresas do Grupo mantêm controle sobre suas marcas, eventuais contestações de domínios possuem baixo risco.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda de nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	progenetica.com.br	24/09/2018	(i) expiração do prazo de vigência, sem o Devido e tempestivo pagamento das taxas Oficiais para renovação; (ii) renúncia do direito por ser titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios. Considerando que as empresas do Grupo mantêm controle sobre suas marcas, eventuais contestações de domínios possuem baixo risco.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda de nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	diagnostika.med.br	28/06/2017	(i) expiração do prazo de vigência, sem o Devido e tempestivo pagamento das taxas Oficiais para renovação; (ii) renúncia do direito por ser titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios. Considerando que as empresas do Grupo mantêm controle sobre suas marcas, eventuais contestações de domínios possuem baixo risco.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda de nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	biocod.com.br	03/04/2017	(i) expiração do prazo de vigência, sem o Devido e tempestivo pagamento das taxas Oficiais para renovação; (ii) renúncia do direito por ser titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios. Considerando que as empresas do Grupo mantêm controle sobre suas marcas, eventuais contestações de domínios possuem baixo risco.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda de nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	clinicapravoce.com.br	05/09/2017	(i) expiração do prazo de vigência, sem o Devido e tempestivo pagamento das taxas Oficiais para renovação; (ii) renúncia do direito por ser titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios. Considerando que as empresas do Grupo mantêm controle sobre suas marcas, eventuais contestações de domínios possuem baixo risco.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda de nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	criovida.com.br	16/09/2018	(i) expiração do prazo de vigência, sem o Devido e tempestivo pagamento das taxas Oficiais para renovação; (ii) renúncia do direito por ser titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios. Considerando que as empresas do Grupo mantêm controle sobre suas marcas, eventuais contestações de domínios possuem baixo risco.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda de nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	dnaanimal.com.br	16/07/2018	(i) expiração do prazo de vigência, sem o Devido e tempestivo pagamento das taxas Oficiais para renovação; (ii) renúncia do direito por ser titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios. Considerando que as empresas do Grupo mantêm controle sobre suas marcas, eventuais contestações de domínios possuem baixo risco.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda de nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	dhaemcasa.com.br	02/09/2019	(i) expiração do prazo de vigência, sem o Devido e tempestivo pagamento das taxas Oficiais para renovação; (ii) renúncia do direito por ser titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios. Considerando que as empresas do Grupo mantêm controle sobre suas marcas, eventuais contestações de domínios possuem baixo risco.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda de nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	eadpardini.com.br	05/01/2017	(i) expiração do prazo de vigência, sem o Devido e tempestivo pagamento das taxas Oficiais para renovação; (ii) renúncia do direito por ser titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios. Considerando que as empresas do Grupo mantêm controle sobre suas marcas, eventuais contestações de domínios possuem baixo risco.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda de nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	grupopardini.com.br	11/03/2017	(i) expiração do prazo de vigência, sem o Devido e tempestivo pagamento das taxas Oficiais para renovação; (ii) renúncia do direito por ser titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios. Considerando que as empresas do Grupo mantêm controle sobre suas marcas, eventuais contestações de domínios possuem baixo risco.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda de nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	hermespardiniimagem.com.br	11/07/2018	(i) expiração do prazo de vigência, sem o Devido e tempestivo pagamento das taxas Oficiais para renovação; (ii) renúncia do direito por ser titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios. Considerando que as empresas do Grupo mantêm controle sobre suas marcas, eventuais contestações de domínios possuem baixo risco.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda de nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	labhpardini.com.br	11/04/2019	(i) expiração do prazo de vigência, sem o Devido e tempestivo pagamento das taxas Oficiais para renovação; (ii) renúncia do direito por ser titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios. Considerando que as empresas do Grupo mantêm controle sobre suas marcas, eventuais contestações de domínios possuem baixo risco.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda de nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	medicinadeprecisaobra.sil.com.br	05/09/2017	(i) expiração do prazo de vigência, sem o Devido e tempestivo pagamento das taxas Oficiais para renovação; (ii) renúncia do direito por ser titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios. Considerando que as empresas do Grupo mantêm controle sobre suas marcas, eventuais contestações de domínios possuem baixo risco.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda de nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	meuvizinhopadrao.com.br	24/10/2017	(i) expiração do prazo de vigência, sem o Devido e tempestivo pagamento das taxas Oficiais para renovação; (ii) renúncia do direito por ser titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios. Considerando que as empresas do Grupo mantêm controle sobre suas marcas, eventuais contestações de domínios possuem baixo risco.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda de nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	meuvizinhopardini.com.br	23/03/2017	(i) expiração do prazo de vigência, sem o Devido e tempestivo pagamento das taxas Oficiais para renovação; (ii) renúncia do direito por ser titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios. Considerando que as empresas do Grupo mantêm controle sobre suas marcas, eventuais contestações de domínios possuem baixo risco.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda de nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	neocodiagnostico.com.br	16/10/2018	(i) expiração do prazo de vigência, sem o Devido e tempestivo pagamento das taxas Oficiais para renovação; (ii) renúncia do direito por ser titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios. Considerando que as empresas do Grupo mantêm controle sobre suas marcas, eventuais contestações de domínios possuem baixo risco.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda de nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	pardinipravoce.com.br	21/10/2018	(i) expiração do prazo de vigência, sem o Devido e tempestivo pagamento das taxas Oficiais para renovação; (ii) renúncia do direito por ser titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios. Considerando que as empresas do Grupo mantêm controle sobre suas marcas, eventuais contestações de domínios possuem baixo risco.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda de nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	personnaonco.com.br	29/09/2017	(i) expiração do prazo de vigência, sem o Devido e tempestivo pagamento das taxas Oficiais para renovação; (ii) renúncia do direito por ser titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios. Considerando que as empresas do Grupo mantêm controle sobre suas marcas, eventuais contestações de domínios possuem baixo risco.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda de nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	portalmedicopardini.co m.br	13/01/2017	(i) expiração do prazo de vigência, sem o Devido e tempestivo pagamento das taxas Oficiais para renovação; (ii) renúncia do direito por ser titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios. Considerando que as empresas do Grupo mantêm controle sobre suas marcas, eventuais contestações de domínios possuem baixo risco.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda de nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	pravoceclinica.com.br	05/09/2017	(i) expiração do prazo de vigência, sem o Devido e tempestivo pagamento das taxas Oficiais para renovação; (ii) renúncia do direito por ser titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios. Considerando que as empresas do Grupo mantêm controle sobre suas marcas, eventuais contestações de domínios possuem baixo risco.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda de nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	digimagem.com	26/06/2017	(i) expiração do prazo de vigência, sem o Devido e tempestivo pagamento das taxas Oficiais para renovação; (ii) renúncia do direito por ser titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios. Considerando que as empresas do Grupo mantêm controle sobre suas marcas, eventuais contestações de domínios possuem baixo risco.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda de nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	pravocesau.de.com.br	em processo de registro	(i) expiração do prazo de vigência, sem o Devido e tempestivo pagamento das taxas Oficiais para renovação; (ii) renúncia do direito por ser titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios. Considerando que as empresas do Grupo mantêm controle sobre suas marcas, eventuais contestações de domínios possuem baixo risco.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda de nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Diagnóstico Por Imagem Sete Lagoas Ltda.	16.891.885/0001-04	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	A sociedade tem por objetivo social a prestação de serviços médicos, odontológicos, laboratoriais de pesquisas, análises clínicas e auxiliares de complementação diagnóstica e terapêutica, podendo participar em empresas como sócio, acionista ou cotista	70,000000
30/09/2016	13,150000	0,000000		Valor mercado				
31/12/2015	8,180000	0,000000		Valor contábil	30/09/2016	2.693.000,00		
31/12/2014	0,360000	0,000000						
31/12/2013	-1,560000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Diagnóstico Por Imagem Sete Lagoas Ltda foi adquirida em 07 de dezembro de 2012 para atender ao plano de expansão da Companhia e consolidação de mercado.								
Diagnóstika - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda.	55.578.504/0001-85	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	A sociedade tem por objetivo social a prestação de serviços médicos, odontológicos, laboratoriais de pesquisas, análises clínicas e auxiliares de complementação diagnóstica e terapêutica, podendo participar em empresas como sócio, acionista ou cotista	70,700000
30/09/2016	66,250000	0,000000		Valor mercado				
31/12/2015	64,390000	0,000000		Valor contábil	30/09/2016	12.450.458,00		
31/12/2014	35,190000	0,000000						
31/12/2013	100,000000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Diagpar Holding S.A foi adquirida em 23 de julho de 2013, por consequência a aquisição da participação na Diagnóstika foi na mesma data. Os valores desta tabela se referem à participação direta detida pela Diagpar. A aquisição da Diagpar foi realizada para atender ao plano de expansão da Companhia e consolidação de mercado.								
Diagnóstika Rio - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda	10.310.667/0001-44	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	A sociedade tem por objetivo social a prestação de serviços médicos, odontológicos, laboratoriais de pesquisas, análises clínicas e auxiliares de complementação diagnóstica e terapêutica, podendo participar em empresas como sócio, acionista ou cotista.	71,400000
30/09/2016	0,018411	0,000000		Valor mercado				
31/12/2015	-24,120000	0,000000		Valor contábil	30/09/2016	217.305,00		

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/1/2014	100,000000	0,000000	0,00					
31/1/2013	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Diagpar Holding S.A foi adquirida em 23 de julho de 2013, por consequência a aquisição da participação na Diagnostika Rio foi na mesma data. Os valores desta tabela se referem à participação direta detida pela Diagpar. A aquisição da Diagpar foi realizada para atender ao plano de expansão da Companhia e consolidação de mercado. Em 2013 esta sociedade estava com o patrimônio líquido negativo.								
Diagpar Holding S.A.	18.345.120/0001-96	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	A sociedade tem por objetivo a participação em outras sociedades, simples ou empresárias, como sócia, acionista ou quotista. A Diagpar é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Fundada em 20 de maio de 2013.	71,400000
30/09/2016								
	13,170000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/1/2015	5,390000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2016	48.648.000,00		
31/1/2014	-2,060000	0,000000	698.000,00					
31/1/2013	100,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Diagpar Holding S.A foi adquirida em 23 de julho de 2013 para atender ao plano de expansão da Companhia e consolidação de mercado.								
HP Importação, Comércio, Locação de Máquinas, Equipamentos e Diagnósticos Ltda.	17.489.560/0001-54	-	Controlada	Brasil	MG	Belo Horizonte	A sociedade tem por objetivo social a prestação de serviços médicos, odontológicos, laboratoriais de pesquisas, análises clínicas e auxiliares de complementação diagnóstica e terapêutica, podendo participar em empresas como sócio, acionista ou cotista	100,000000
30/09/2016								
	3,490000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/1/2015	0,000384	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2016	1.008.000,00		
31/1/2014	-5,440000	0,000000	0,00					
31/1/2013	100,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O HP Importação, Comércio, Máquinas e Equipamentos Diagnósticos Ltda. foi adquirido em 16 de janeiro de 2013 para atender ao plano de expansão da Companhia e consolidação de mercado.								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
IHP Comércio de Produtos para Saúde S.A.	02.033.732/6001-16	-	Controlada	Brasil	MG	Belo Horizonte	A sociedade tem por objeto social o comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria, cosméticos, artigos médicos, ópticos e ortopédicos.	100,000000
30/09/2016	-34,830000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2015	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2016	58.000,00		
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O IHP Comércio e Produtos para Saúde S.A. foi adquirido em 17 de fevereiro de 2014 para atender ao plano de expansão da Companhia e consolidação de mercado.								
IHP Digmagem Medicina Diagnóstica S.A.	54.283.775/0001-40	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	A sociedade tem por objetivo a prestação de serviços médicos e odontológicos, laboratoriais de pesquisas, análises clínicas e auxiliares de complementação diagnóstica e terapêutica, em todas as suas modalidades. Diagnostico e reabilitação em medicina esportiva e outras inovações da competência médica a que venham ampliar e sejam aplicáveis no apoio diagnóstico, bem como assessoria, consultoria e treinamento na área da saúde, pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas, treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial e outras atividades profissionais científicas e técnicas.	70,000000
30/09/2016	-3,390000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2015	-6,030000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2016	14.330.000,00		
31/12/2014	-35,000000	0,000000	0,00					
31/12/2013	-23,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O IHP Digmagem Medicina Diagnóstica S.A. foi adquirida em 05 de outubro de 2012 para atender ao plano de expansão da Companhia e consolidação de mercado.								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Laboratório Padrão S.A.	01.588.888/0001-98	-	Controlada	Brasil	GO	Goiás	A sociedade tem por objeto a prestação de serviços de laboratórios de pesquisas, análises clínicas e auxiliares de complementação diagnóstica e terapêutica.	95,000000
30/09/2016	-0,120000	0,000000		Valor mercado				
31/12/2015	5,460000	0,000000		Valor contábil	30/09/2016	70.826.000,00		
31/12/2014	7,130000	0,000000						
31/12/2013	100,000000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O Laboratório Padrão S.A. foi adquirido em 04 de julho de 2013 para atender ao plano de expansão da Companhia e consolidação de mercado.								
Laboratório Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	11.589.216/0001-50	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	A sociedade tem por objeto social a prestação de serviços de laboratório de análises clínicas, serviços de diagnóstico moleculares em medicina, nas áreas de citogenética, citometria de fluxo, genética, hematologia clínica, infectologia, oncogenética, oncohematologia, oncologia, e patologia molecular	61,000000
30/09/2016	17,820000	0,000000		Valor mercado				
31/12/2015	-2,210000	0,000000		Valor contábil	30/09/2016	6.004.000,00		
31/12/2014	24,000000	0,000000						
31/12/2013	341,000000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O Laboratório Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda foi adquirido em 07 de dezembro de 2012 para atender ao plano de expansão da Companhia e consolidação de mercado.								
Neocode - Patologia Cirúrgica e Biologia Molecular Ltda	04.260.939/0001-46	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	A sociedade tem por objetivo social a prestação de serviços médicos, odontológicos, laboratoriais de pesquisas, análises clínicas e auxiliares de complementação diagnóstica e terapêutica, podendo participar em empresas como sócio, acionista ou colista.	71,400000
30/09/2016	58,190000	0,000000		Valor mercado				
31/12/2015	63,860000	0,000000		Valor contábil	30/09/2016	1.448.551,00		
31/12/2014	6,270000	0,000000						

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	Pais sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2013	100,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Diagpar Holding S.A foi adquirida em 23 de julho de 2013, por consequência a aquisição da participação na Neocode foi na mesma data. Os valores desta tabela se referem à participação direta detida pela Diagpar. A aquisição da Diagpar foi realizada para atender ao plano de expansão da Companhia e consolidação de mercado.								

Além dos bens descritos nos subitens “a”, “b” e “c” deste item, a Companhia possui, na data deste Formulário de Referência, licenças de software consideradas relevantes. Tendo em vista as limitações de sistema para preenchimento do item “b” de ativos intangíveis, a Companhia optou por descrever suas licenças de software na tabela abaixo:

Licenças de Software				
Fabricante	Licença Nominal	Tipo	Quantidade	Duração
Microsoft	Licenciamento por volume de diversos produtos (Office, Office 365, Project, Visio, SharePoint, Windows, Windows Server, etc.) no modelo MPSA	Unitárias		Perpétua + Anual
Veritas	Netbackup	Capacidade	24	Perpétua
McAfee	Endpoint Security	Unitárias	2400	31/03/2017
McAfee	Web filter	Unitárias	2400	31/03/2017
McAfee	Antispam	Unitárias	1	31/03/2017
Senior Sistemas	Gestão de Pessoas e Acesso			
Vmware	Vsphere Enterprise	Unitárias		Perpétua
Vmware	Vcenter Standard	Unitárias		Perpétua
Oracle	Licença para um banco Standard Edition	Unitárias		Perpétua
Totvs	Caché Enterprise Multi Server	Usuários simultâneos	2950	17/06/2044
Totvs	SMS FULL	Usuários simultâneos	231	Perpétua
Totvs	ASP COLABORAÇÃO 10000 DOC	Por documento	10000	Perpétua
Totvs	SMS COLABORAÇÃO	Usuários simultâneos	1	Perpétua
Totvs	E- LEARNING	Ilimitado	1	Perpétua
Progress	PROG OPED STUDIO ND USR MNT	Usuários simultâneos	4	Perpétua
Progress	OPENEDGEENTREDBMSMNTCONC USERS	Usuários simultâneos	18	Perpétua
Fortnet	Bundle Full UTM	Unitárias	1	17/12/2016

9.2 - Outras informações relevantes

Citrix	Xendesktop Ent. Edit	Usuários simultâneos	1000	Perpétua
Citrix	Netscaler Vpx 200Mb Ent. Soft	Capacidade	200	Perpétua
Softexpert	SE Suíte			Perpétua
LanDesigners	Business Desk	Usuários nomeados	80	31/12/2016
Qlikview	Qlikview Enterprise Edition Server 20 Named User Cals 65 Document Cals	Usuários nomeados	20	Perpétua
Qlikview	Qlik Sense (5 Tokens)	Unitárias	5	Perpétua
Hermes Pardini	LIS Pardini	NA	NA	NA

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os valores constantes neste item 10.1 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 e aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que possui as condições de geração de caixa, patrimoniais e financeiras suficientes para (i) implementar os seus planos de negócios e investimentos e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo.

Em 30 de setembro de 2016, o ativo circulante da Companhia era de R\$434,1 milhões, e superava em R\$251,8 milhões o passivo circulante, que foi de R\$182,3 milhões, representando um índice de liquidez corrente (índice que relaciona a liquidez de curto prazo da Companhia, calculado por meio da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) de 2,4. Em 31 de dezembro de 2015, o índice de liquidez corrente foi 1,9.

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o índice de endividamento total (representado pela soma do passivo circulante e do passivo não circulante dividido pelo patrimônio líquido) foi de 0,65 e 0,90, respectivamente. A diminuição de 27,8% ocorrida entre 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 deveu-se, principalmente, em razão da amortização dos principais contratos de dívida ocorridas nos nove primeiros meses do ano de 2016.

Em assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia realizada em 30 de janeiro de 2017, os acionistas aprovaram a redução da distribuição de dividendos deliberada na assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 9 de dezembro de 2016, reduzindo o montante total da distribuição dos dividendos de R\$ 214,3 milhões para R\$67,4 milhões, a ser pago integralmente à conta de reservas de lucros da Companhia, conforme saldo existente na conta “retenção de lucros” das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, cujo relatório de auditoria foi reemitido em 30 de janeiro de 2017. Os dividendos constituirão créditos dos acionistas contra a Companhia e deverão ser pagos até o dia 15 de fevereiro de 2017. (“**Distribuição de Dividendos**”). Os acionistas também consignaram que pretendem aprovar a distribuição do saldo da reserva de lucros da Companhia após a conclusão da oferta pública inicial de ações da Companhia.

Considerando o efeito da Distribuição de Dividendos, o patrimônio líquido consolidado da Companhia estimado em 30 de setembro de 2016 seria de aproximadamente R\$440,2 milhões, com um valor patrimonial de R\$3,63 por ação ordinária de sua emissão, resultando em um índice de endividamento de 0,75¹, representando uma variação aproximada de 15%, quando comparado com o índice de endividamento da Companhia em 30 de setembro de 2016, de 0,65.

No período base de análise, iniciado em 1º de janeiro de 2013 e encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentou uma taxa de crescimento médio composto anual (CAGR) elevada, equivalente a um aumento na receita líquida de 32,7% no período base. No período de nove meses encerrado 30 de setembro de 2016, a receita líquida da Companhia cresceu 16,6%, comparado com o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2015.

Esse crescimento pode ser observado na evolução da receita líquida da Companhia que passou de R\$581,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, para

¹ Considerando o pagamento até o dia 15 de fevereiro de 2017, com o caixa próprio da Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

R\$771,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, a receita líquida alcançou R\$675,1 milhões, comparada com R\$579,2 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2015, representando um aumento de 16,5 %.

A Diretoria ressalta que essa melhora na receita líquida é decorrente do crescimento no segmento de Unidades de Atendimento (PSCs), bem como da evolução do segmento de Laboratório de Referência (*Lab-to-Lab*). Nosso crescimento nas Unidades de Atendimento decorre da abertura de novas lojas, da curva de maturação das lojas existentes e das aquisições realizadas pela Companhia.

- (i) **Laboratório de Referência (Lab-to-Lab):** Acreditamos ser líderes de mercado em serviços de Lab-to-Lab no Brasil, cobrindo aproximadamente 5.300 clientes em 1.783 cidades brasileiras. Oferecemos um grande portfólio de exames especializados para outros laboratórios em todo o território nacional, com alta qualidade, confiabilidade e preços competitivos, bem como serviços de consultoria, treinamento e suporte aos nossos clientes. Operamos no segmento principalmente por meio de três marcas: Hermes Pardini, Progenética (associada a exames de alta complexidade de oncogenética e genética), no Estado do Rio de Janeiro, e Diagnóstika (associada a exames de alta complexidade em patologia clínica), no Estado de São Paulo. Os serviços Lab-to-Lab foram responsáveis por 59,3% e 57,0% da receita líquida de prestação de serviços (após as eliminações de transações entre empresas do grupo) da Companhia no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2016 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, respectivamente.
- (ii) **Unidades de Atendimento ao Paciente (PSC):** Operamos 111 unidades, nos estados de Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro. Somos líderes nos mercados de Minas Gerais (com a marca Hermes Pardini), com 66 unidades e 70% de participação de mercado na região metropolitana de Belo Horizonte, e Goiás (com a marca Padrão), com 31 unidades e 51% de participação de mercado na região metropolitana de Goiânia, conforme informações fornecidas por nossos clientes e com base em uma análise interna a partir de dados públicos divulgados pelo Datasus, CNES e IESS. Nossas unidades atendem diretamente aproximadamente 10 mil clientes por dia, oferecendo exames de análise clínica, diagnóstico por imagem, vacinas, check-up e outros serviços de diagnóstico. Os serviços de PSC foram responsáveis por 41,9% e 44,0% da receita líquida de prestação de serviços (após as eliminações de transações entre empresas do grupo) da Companhia no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2016 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, respectivamente, sendo que 60,0% e 62,0%, respectivamente, corresponderam a serviços decorrentes de análises clínicas e 34,0%, em ambos os períodos, corresponderam a serviços decorrentes de imagem.

Desde 1º de janeiro de 2012, a Companhia realizou seis aquisições, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Nome da controlada	Principal atividade	Constituição e operação	% de Participação Adquirido	Data do investimento
2016 IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	Exames diagnósticos por imagem na área médica	Brasil	30,0%	29/12/2016

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda	Laboratórios clínicos	Brasil	39,0%	29/12/2016
Laboratório Padrão S.A.	Serviços de patologia clínica e Anatômica	Brasil	5,0%	29/12/2016
Centro de Medicina Nuclear da Guanabara Ltda. – CMNG	Exames diagnósticos por imagem na área médica	Brasil	100%	23/12/2016
Diagnósticos Serviços Médicos Auxiliares Ltda. – DSMA	Exames diagnósticos por imagem na área médica	Brasil	100%	23/12/2016
2015				
Laboratório Padrão S.A.	Serviços de patologia clínica e Anatômica	Brasil	15,0%	08/12/2015
2014				
AnatomicalLab Anatomia Patológica e Citopatologia Ltda. (alterado para Diagnóstika Rio – Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda.)	Serviços de anatomia patológica, citopatologia e imunopatologia	Brasil	71,40%	10/01/2014
2013				
Laboratório Padrão S.A.	Serviços de patologia clínica e Anatômica	Brasil	80,0%	04/07/2013
Diagpar Holding S.A.	Participações em empresas de serviços de patologia cirúrgica e citologia	Brasil	71,40%	23/07/2013
2012				
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	Exames diagnósticos por imagem na área médica	Brasil	70,0%	05/10/2012
Biocod Biotecnologia Ltda.	Serviços de identificação genética	Brasil	100%	21/12/2012
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	Laboratórios clínicos	Brasil	61,0%	07/12/2012

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia contava com 80 Unidades de Atendimento próprias e tinha como clientes 4.469 laboratórios localizados em 2.252 cidades. Em 30 de setembro de 2016, a Companhia contava com 111 Unidades de Atendimento e tinha como clientes 5.522 laboratórios, situados em 2.536 cidades, consolidando nossa cobertura em 27 estados do Brasil.

Maiores informações sobre o resultado operacional da Companhia estão apresentadas no item 3.2 deste Formulário de Referência, que descreve o cálculo do EBITDA e do ROIC sem ágio da Companhia.

(b) Estrutura de capital

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender as demandas e necessidades das operações e continuar executando seu plano de crescimento, seja por meio de expansão orgânica ou da realização de novas aquisições.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$294,5 milhões, passando para R\$355,8 milhões em 31 de dezembro de 2014, resultando numa variação positiva de R\$61,3 milhões, principalmente em função da destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para a reserva de lucro da Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 31 de dezembro de 2014, o patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$355,8 milhões, passando para R\$ 423,7 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esta variação positiva de 19,1% decorreu principalmente da destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 à reserva de lucro da Companhia, no montante de R\$65,9 milhões.

Em 31 de dezembro de 2015, o patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$423,7 milhões, passando para R\$ 507,7 milhões em 30 de setembro de 2016. Esta variação positiva de R\$ 83,9 milhões decorreu do lucro líquido apurado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, no montante de R\$ 83,9 milhões. Esses acréscimos sucessivos refletem a alta lucratividade da Companhia ao longo dos anos e reforçam a diminuição da dependência de capitais de terceiros, demonstrado como segue:

(Em milhares de reais – R\$)	30.09.2016	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2013
Capital de Terceiros (Passivo Circulante + Capital de Terceiros a Longo Prazo)	332.224	380.209	350.018	319.435
Capital Próprio (Patrimônio Líquido)	507.652	423.714	355.800	294.496
Capital Total (Terceiros + Próprio)	839.876	803.923	705.818	613.931
Capital de Terceiros/Capital Total	39,6 %	47,3%	49,6%	52,0%
Capital Próprio/Capital Total	60,4%	52,7%	50,4%	48,0%

A Companhia vem reforçando sua estrutura de capital de modo a diminuir a dependência de capital de terceiros para financiar suas operações, tendo sido notada uma diminuição da representatividade do capital de terceiros de 4,7% no período compreendido entre 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2015. Na posição de 30 de setembro de 2016 comparada à posição em 31 de dezembro de 2015, houve redução de 7,7% da representatividade do capital de terceiros.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista o seu nível de geração de caixa operacional e a capacidade da Companhia de acessar no mercado recursos provenientes de empréstimos e financiamentos, a Diretoria acredita ter plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos, sendo possível ainda a captação de recursos adicionais caso haja necessidade.

Considerando o perfil de endividamento bancário da Companhia em 30 de setembro de 2016, de R\$ 30,1 milhões no passivo circulante e R\$ 63,0 milhões no passivo não circulante, bem como sua posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$182,8 milhões em 30 de setembro de 2016, a Companhia apresenta plena capacidade de pagamento de todas suas obrigações financeiras e continuar operando. Adicionalmente, a Companhia apresenta fluxo de caixa e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas e outras dívidas a serem pagos nos próximos anos.

A Companhia pretende continuar utilizando recursos próprios para cobertura de seus compromissos de curto prazo e recorrendo ao mercado de dívida somente caso necessário.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulante com os utilizadas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Para realizar os investimentos em ativos não-circulantes e no capital de giro, a Companhia se utiliza da própria geração de caixa operacional e de financiamentos de terceiros, conforme descritos no item (f).

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Diretoria acredita que a geração de caixa operacional, somada à possibilidade de captação de recursos de terceiros e de emissão de novas ações, suportam a eventual necessidade de recursos para o financiamento do capital de giro e para a realização de investimentos em ativos não-circulantes, como expansão orgânica, compra de equipamentos e novas aquisições.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i./ii. Contratos de empréstimos e financiamentos e outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Diretoria da Companhia acredita que a evolução do endividamento bancário ao longo dos últimos anos refletiu a sua estratégia de negócios focada no crescimento acelerado através da expansão orgânica e através de fusões e aquisições.

A tabela abaixo mostra a evolução do endividamento por ano:

Empréstimos	30.09.2016	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2013
(em R\$ milhares)				
CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	30.109	33.964	25.136	6.337
Total do endividamento circulante	<u>30.109</u>	<u>33.964</u>	<u>25.136</u>	<u>6.337</u>
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	63.034	107.607	99.906	79.493
Total do endividamento não circulante	<u>63.034</u>	<u>107.607</u>	<u>99.906</u>	<u>79.493</u>
Total do endividamento	<u>93.143</u>	<u>141.571</u>	<u>125.042</u>	<u>85.830</u>

Até o ano de 2014, a Companhia buscou reforçar seu caixa com financiamento captado ainda em 2013, com o empréstimo descrito no item (i) abaixo.

A partir de 2014, as empresas fabricantes de máquinas para realização de exames de imagem passaram a nacionalizar sua produção e, com isso, tornou-se possível o financiamento por intermédio de bancos de fomento nacionais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, tendo a Companhia obtido linhas de crédito no FINAME e FINEP e, em menor escala, se utilizado da modalidade de *leasing* financeiro.

Abaixo, seguem as principais características dos empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia no consolidado:

- (i) Financiamento contratado junto ao Banco Itaú BBA S.A., filial Nassau, em 05 de julho de 2013, nos termos da Lei 4.131, no valor total de US\$22,3 milhões e com vencimento final em 05 de julho de 2018, com amortizações intermediárias do principal e juros a taxa de 2,82% ao ano, a cada 6 (seis) meses. As garantias são compostas por notas promissórias sem aval no valor de US\$22,3 milhões e US\$2,2 milhões e cessão fiduciária de direitos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

creditórios do contrato de *swap*. Em 30 de setembro de 2016, o saldo era de R\$12,0 milhões.

- (ii) Concomitantemente a essa operação de captação em dólares norte americanos a Companhia celebrou com o Banco Itaú BBA S.A., contrato visando a proteção do risco de variação cambial sobre o empréstimo. Dessa forma, contratou operação de swap de fluxo de caixa também com o Banco Itaú BBA, no valor de R\$50,0 milhões e com taxa de juros pré-fixada em 1,5% ao ano, acrescidos da variação de 100% do CDI e imposto de renda sobre os juros remetidos ao exterior de 33,33%. O período de amortização é de 5 anos, em parcelas semestrais. Os recursos foram destinados para reforço do capital de giro. Em 30 de setembro de 2016, o saldo era de R\$ 29,6 milhões.
- (iii) Contrato de financiamento celebrado com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) no valor de R\$40,3 milhões, datado de 13 de setembro de 2009, com taxa de juros de 5% ao ano e com o objetivo de custear o projeto de "Soluções Inovadoras para Eficientização da Cadeia Produtiva de Medicina Diagnóstica". Houve carência de 24 meses e a amortização iniciou-se em 15 de agosto de 2015. O contrato está sendo quitado em 73 prestações, com vencimentos iniciados em 15 de agosto de 2015 que se estendem até 15 de agosto de 2021. Este financiamento é garantido por fiança bancária. Em 30 de setembro de 2016, o saldo era de R\$ 33,5 milhões.
- (iv) Operação de crédito mútuo concedido pelo Banco SICOOB CREDICOM, em 23 de outubro de 2012, no valor total de R\$8,0 milhões, com vencimento em 16 de outubro de 2017, a taxa de juros de 100% do CDI acrescido de 1,5712% ao ano O período de amortização é de aproximadamente 5 anos, e o valor será pago em 60 parcelas mensais. Os recursos foram destinados para reforço do capital de giro. As garantias são compostas aval e penhor de direitos creditórios da Companhia junto à cliente UNIMED no valor de R\$2,0 milhões. Em 30 de setembro de 2016, o saldo era de R\$ 2,5 milhões.
- (v) Cédula de Crédito Bancário modalidade FINAME com o Banco Itaú BBA S.A. no montante de R\$2,2 milhões, emitida em 24 de abril de 2013, com vencimento final em 15 de maio de 2018, incluindo 24 meses de carência, juros trimestrais a partir 15 de agosto de 2013 a taxa prefixada de 3% ao ano, e amortização do principal em periodicidade mensal a partir de 15 de junho de 2015. A garantia está composta por alienação fiduciária dos equipamentos a serem adquiridos com os recursos provenientes da Cédula de Crédito Bancário pela Companhia (um aparelho de ressonância magnética e um aparelho de tomografia computadorizada). Em 30 de setembro de 2016, o saldo era de R\$1,2 milhões.
- (vi) Cédula de Crédito Bancário modalidade FINAME com o Banco Itaú BBA S.A. no montante de R\$2,2 milhões, emitida em 28 de março de 2014 com vencimento final em 15 de abril de 2019, incluindo 24 meses de carência, juros trimestrais a partir 15 de julho de 2014 a taxa prefixada de 6% ao ano, e amortização do principal em periodicidade mensal a partir de 15 de maio de 2016. A garantia está composta por alienação fiduciária dos equipamentos a serem adquiridos com os recursos provenientes da Cédula de Crédito Bancário pela Companhia (um aparelho de ressonância magnética e um aparelho de tomografia computadorizada). Em 30 de setembro de 2016, o saldo era de R\$1,9 milhões
- (vii) Cédula de Crédito Bancário modalidade FINAME com o Banco Itaú BBA S.A. no montante de R\$2,5 milhões, emitida em 10 de julho de 2015 com vencimento final em 15 de julho de 2020, incluindo 12 meses de carência, juros trimestrais a partir 15 de outubro de 2015, sendo R\$1,4 milhões a taxa prefixada de 9,5% ao ano e R\$1,1 milhões a taxa de juros SELIC, acrescida da taxa prefixada de 3,7% ao ano, e amortização do principal em periodicidade mensal a partir de 15 de agosto de 2016. A garantia está composta por alienação fiduciária dos equipamentos a serem adquiridos com os recursos provenientes da Cédula de Crédito Bancário pela Companhia (um aparelho de ressonância magnética e

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

um aparelho de tomografia computadorizada). Em 30 de setembro de 2016, o saldo era de R\$2,5 milhões

(viii) Adicionalmente, o grupo possui mais 23 contratos com valores unitários inferiores a R\$2 milhões, detalhados por empresa como segue, os quais possuíam, em 30 de setembro de 2016, saldo total agregado de R\$9,9 milhões:

- Instituto Hermes Pardini: 12 contratos FINAME com o Banco Itaú BBA S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A. no valor agregado de R\$4,0 milhões, contratados entre 2010 e 2015, com taxas médias de 6,4% ao ano, cujos vencimentos se estendem até novembro de 2020. As garantias prestadas são (i) aval; e (ii) os próprios bens do nosso ativo imobilizado que são objeto desses financiamentos.
- Digimagem: 4 contratos no valor agregado de R\$2,8 milhões de reais na modalidade FINAME, contratados entre junho de 2013 e julho de 2015, com taxas médias de 7,6% ao ano, cujos vencimentos se estendem até agosto de 2020. As garantias prestadas são os próprios bens do nosso ativo imobilizado que são objeto desses financiamentos.
- Padrão: 5 contratos no valor agregado de R\$1,9 milhões na modalidade FINAME, com o Itaú Unibanco S.A., com taxas de 6% ao ano, com vencimentos até 2019. As garantias prestadas são os próprios (i) aval; e (ii) bens do nosso ativo imobilizado que são objeto desses financiamentos.
- Diagnóstika: possui 2 contratos no valor agregado de R\$1,2 milhões, sendo mais de 96% da dívida representada por financiamento na modalidade Cédula de Crédito Bancário (CCB) – Financiamento a Indústria Paulista (FIP) com a Nossa Caixa Banco de Desenvolvimento, atrelado à taxa do IPC da FIPE, acrescido de uma taxa efetiva de 7% ao ano, cujos vencimentos se estendem até o ano 2022. As garantias prestadas são os próprios bens do nosso ativo imobilizado que são (i) aval; (ii) os próprios bens do nosso ativo imobilizado que são objeto desse financiamento; e (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios.

A tabela abaixo mostra a posição atual endividamento atual da Companhia, em 30 de setembro de 2016. Ressalta-se no entanto, que o valor em moeda estrangeira também refere-se capital de giro:

	<u>30/09/2016</u>
(Em milhares de reais - R\$)	
<u>Moeda nacional</u>	
Capital de giro	3.599
FINAME	14.364
FINEP	33.509
Total Endividamento em moeda nacional	<u>51.472</u>
<u>Moeda estrangeira USD</u>	
Endividamento em moeda estrangeira	29.622
Instrumentos financeiros derivativos – SWAP (4131) ²	12.049
Total Endividamento em moeda estrangeira	<u>41.671</u>
Total da dívida	<u>93.143</u>
Circulante	30.109
Não circulante	63.034

²Refere-se à conta de compensação, não tendo efeito caixa. A dívida bancária, sem o valor do swapa pagar, que tem efeito de conta de compensação nos balanços, perfaz em R\$81.094 mil em 30 de setembro de 2016.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Pelo fato de a Companhia ter linhas de crédito com bancos de fomento, é possível manter o perfil da dívida bastante concentrado no longo prazo. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2016, 67,7% do endividamento da Companhia estava concentrado no longo prazo enquanto 32,3% eram contratos de curto prazo.

Em 30 de setembro de 2016, o custo médio das dívidas em moeda nacional da Companhia era de 9,3% ao ano, incluindo os instrumentos de proteção patrimonial contratados nas operações de swap com o Banco Itaú BBA, enquanto o custo médio das dívidas em moeda estrangeira (dólares americanos) era de 2,82% ao ano.

A Companhia também possui em 30 de setembro de 2016 as seguintes obrigações de natureza contratual:

Obrigações contratuais	Menos de um ano	Um a três anos	Mais de três anos	Total
(em R\$ milhares)				
Empréstimos e financiamentos	19.997	73.733	24.382	118.112
Aluguéis de Imóveis	4.669	40.367	44.423	89.459
Parcelamento de impostos	7.236	12.232	26.483	45.951
Total	31.902	126.332	95.288	253.522

iii grau de Subordinação

Determinados contratos preveem garantias reais por parte da Companhia. Dentre os contratos que incluem garantias reais, destaca-se o contrato de financiamento celebrado com a SICCOB CREDICON, que estabelece como garantia cessão fiduciária dos recebíveis de contrato celebrado com planos de saúde.

Neste contrato, a Companhia, titular dos recebíveis do contrato celebrado com a UNIMED- BH, transfere a titularidade dos referidos direitos creditórios a um terceiro, em garantia ao cumprimento de suas obrigações. Dessa forma, o terceiro garantido detém a propriedade resolúvel dos recebíveis, de modo que o inadimplemento da obrigação garantida acarreta a consolidação deles em seu patrimônio, podendo, inclusive, receber os respectivos pagamentos diretamente de seus devedores.

Os créditos fiduciariamente cedidos aos referidos credores correspondem aos valores na tabela abaixo:

CONVÊNIO	EMPRESA	Valor da garantia
UNIMED- BH	Instituto Hermes Pardini	R\$2.047 mil

iv Covenants e Demais Restrições Contratuais

Dentre os contratos de financiamentos firmados com terceiros, alguns foram elaborados com cláusulas restritivas (*covenants*), dentre os quais destaca-se:

Contrato Financiamento, nos termos da Lei 4.131 contratado junto ao Itaú BBA: Tanto a parcela do empréstimo contabilizada em reais como a parcela atrelada ao dólar apresentam os seguintes covenants financeiros, apurados anualmente ao final do exercício: (i) dívida líquida / EBITDA ajustado com um índice máximo de 3,5; e (ii) EBITDA / despesa financeira líquida com um índice mínimo de 2,0.

A Companhia acompanha o atendimento das cláusulas estabelecidas e entende que atendeu todas as cláusulas restritivas e covenants financeiros mencionados acima em 31 de dezembro

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

de 2015, 2014 e 2013. A posição de caixa permite a Companhia ter uma folga considerável nesses covenants financeiros, visto que, em 31 de dezembro de 2015, a Companhia contava com os seguintes índices: (i) dívida líquida / EBITDA de -0,26 e (ii) EBITDA / despesa financeira líquida de 12,9.

A Companhia não possui outros limites de endividamento e contratação de novas dívidas além destes citados.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Adicionalmente às informações citadas no item 10.1 (f), a Companhia, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, possuía uma linha pré-aprovada com repasse do BNDES através de Instituições financeiras, no valor de R\$ 20,0 milhões. A Companhia tem a possibilidade de utilizar essa linha até 2018. Até a data de divulgação deste formulário, este limite não havia sido utilizado. Além destas, existe um limite de conta garantida/LIS disponível em montante a R\$1,2 milhões.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015, de 2014, e de 2013, respectivamente, e para os nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e de 2015.

Descrição das Principais Linhas das Nossas Demonstrações de Resultado

Receita Bruta de Serviços

A receita bruta de prestação de serviços da Companhia é composta principalmente pelos serviços de apoio diagnóstico, desenvolvidos no segmento Unidades de Atendimento (PSCs) e no segmento Laboratório de Referência (*lab-to-lab*), pagos por operadoras de planos de saúde, empresas e clientes particulares.

Deduções

As deduções da receita bruta de serviços da Companhia são compostas pelos tributos federais PIS e COFINS às alíquotas de 0,65% e 3,0% respectivamente e pelo ISS, um imposto municipal sobre serviços com alíquotas variando entre 2,0% e 5,0%, sendo que a maioria dos serviços são tributados à alíquota de 2,0%.

Além dos impostos são deduzidos da receita bruta, glosas por irregularidades nos atendimentos e ajustes das negociações comerciais com nossos clientes.

Receita Líquida de Prestação de Serviços

A receita líquida de prestação de serviços está representada pela receita bruta após as deduções dos impostos e glosas nos segmentos de Unidades de Atendimento ("PSC") e no segmento Laboratório de Referência (*lab-to-lab*), faturados contra nossos clientes operadoras de planos de saúde, empresas e clientes particulares.

Custo dos Serviços Prestados

Nossos custos dos serviços prestados compreendem principalmente custos variáveis (mão de obra, materiais, reagentes e serviços médicos, entre outros) e custos fixos (aluguéis, logística, energia elétrica e manutenção das instalações, entre outros) relacionados às operações das nossas Unidades de Atendimento e do Laboratório de Referência.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Custo de captação das Unidades de Atendimento. Os principais custos de captação consistem em custo de pessoal, logística, aluguéis, propaganda de publicidade e manutenção das instalações.

Os procedimentos de diagnósticos por imagem e de outras especialidades são realizados nas nossas Unidades de Atendimento, onde estão localizados nossos equipamentos e equipes médica e técnica. Os custos com manutenção de equipamentos, aluguéis, pessoal e demais serviços variam conforme a quantidade de Unidades de Atendimento que oferecem serviços de diagnósticos por imagem e de outras especialidades.

Custos de captação do Laboratório de Referência. Os principais custos de captação relacionados à realização de exames e procedimentos consistem, custos de pessoal, logística, manutenção e máquinas e equipamentos e serviços de TI.

Os exames de análises clínicas são processados de maneira centralizada em nosso Núcleo Técnico Operacional (NTO) e demais centrais de processamento de amostras.

Os custos com materiais e serviços médicos são variáveis conforme o volume de exames.

Despesas Operacionais

Nossas despesas operacionais consistem, principalmente, de (i) despesas com vendas; (ii) despesas gerais e administrativas; e (iii) outras despesas líquidas.

Despesas com vendas. As despesas com vendas se referem a despesas com salários, encargos, comissões e benefícios do pessoal designado para os setores comerciais e de marketing, Central de Relacionamento com o Cliente (CRC), *Call Center* e provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Despesas gerais e administrativas. As principais despesas gerais e administrativas se referem a despesas com salários, encargos e benefícios do pessoal lotado nos setores administrativos (como RH, financeiro, presidência, conselheiros, entre outros), serviços de auditoria, advogados e consultorias.

Outras despesas líquidas. Compõem as outras despesas líquidas da Companhia principalmente provisões para contingências de possíveis ações judiciais trabalhistas, cíveis e tributárias nas quais assessores jurídicos entendam como prováveis perdas e como receita a taxa de coleta domiciliar para exames de análises clínicas.

Resultado financeiro

No resultado financeiro da Companhia estão registradas despesas financeiras com juros e encargos de empréstimos e financiamentos, taxas e *fees* de cartões de crédito e resultados líquidos da variação cambial sobre o endividamento em moeda estrangeira. As receitas financeiras decorrentes de rendimentos sobre aplicações financeiras do excedente de caixa da Companhia completam a constituição do resultado financeiro.

Nossa principal receita financeira decorre de rendimento de aplicação do excedente de caixa em fundos exclusivos constituídos por cotas que se enquadram na categoria renda fixa e em operações compromissadas, ambos os instrumentos contratados junto a instituições financeiras. Nossas principais despesas financeiras decorrem de juros e encargos, empréstimos e financiamentos.

Comparação entre os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e de 2015:

CONTAS DE RESULTADO

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (Em milhares de reais – R\$)	30.09.2016	%V	30.09.2015	%V	%H
RECEITA LÍQUIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	675.102	100,0%	579.239	100,0%	16,5%
Custo dos serviços prestados	(449.019)	66,5%	(379.795)	65,6%	18,2%
LUCRO BRUTO	226.083	33,5%	199.444	34,4%	13,4%
(DESPESAS) RECEITAS					
Com vendas	(50.368)	7,5%	(40.943)	7,1%	23%
Despesas gerais e administrativas	(45.189)	6,7%	(43.832)	7,6%	3,1%
Outras despesas, líquidas	(4.817)	0,7%	(484)	0,1	895,2%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	125.709	18,6%	114.185	19,7%	10,1%
Receitas financeiras	23.146	3,4%	13.612	2,3%	70,0%
Despesas financeiras	(26.327)	3,9%	(16.628)	2,9%	58,3%
Variação cambial líquida	2.273	0,3%	(6.520)	1,1%	134,9%
	(908)	0,1%	(9.536)	1,6%	-90,5%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E	124.801	18,5%	104.649	18,1%	19,3%
	(40.863)	6,1%	(33.707)	5,8%	21,2%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	83.938	12,4%	70.942	12,2%	18,3%

Receita Líquida de Prestação de Serviços

Para análise do crescimento da receita líquida de prestação de serviços da Companhia, a Diretoria acredita ser útil a segregação entre a receita em Unidades de Atendimento (PSC) e Laboratório de Referência (*lab-to-lab*) conforme tabela abaixo:

(Em milhares de reais – R\$)	30.09.2016	30.09.2015
RECEITA LÍQUIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		
Unidades de atendimento (“PSC”)	282.637	257.436
Laboratório de Referência (“ <i>lab-to-lab</i> ”)	400.399	327.816
Eliminações ¹	(7.934)	(6.013)
RECEITA LÍQUIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	675.102	579.239

¹ As eliminações entre os segmentos correspondem a operações realizadas entre as empresas do grupo

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, a receita líquida da Companhia aumentou 16,5%, passando de R\$579,2 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 para R\$675,1 milhões no período de nove meses findo em 30 setembro de 2016, representando uma aumento de R\$95,9 milhões.

A receita líquida das Unidades de Atendimento (“PSC”) aumentou em R\$25,2 milhões, representando 9,8%, devido principalmente ao aumento do volume de exames que alcançou 15,2 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 comparado com 14,4 milhões em 30 de setembro de 2015, representando um aumento de 5,6%. Adicionalmente, colaborou para esse aumento a elevação do ticket médio (resultado da divisão entre total da receita bruta de prestação de serviços dividido pelo volume de exames processados) em 5,0%.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A receita líquida do Laboratório de Referência (“*lab-to-lab*”) atingiu R\$400,4 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, aumentando 22,1% comparado com o mesmo período de 2015. Esse aumento foi devido, principalmente, ao aumento do volume de 30,8% de exames processados, que aumentou de 31,2 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 para 40,8 milhões em no mesmo período de 2016.

O aumento da receita em ambos os segmentos de negócios nos quais a Companhia atua fazem parte do plano de expansão da Companhia, através da extensão do menu de exames oferecidos e da ampliação da carteira de clientes no segmento lab-to-lab.

Custo dos serviços prestados, despesas de vendas, administrativas e gerais

A composição do custo dos serviços prestados da Companhia e sua evolução até 30 de setembro 2016 em relação ao mesmo período de 2015 pode ser observada na tabela abaixo:

Custos dos Serviços Prestados (Em milhares de reais – R\$)	30.09.2016	30.09.2015
Material direto e de consumo	168.875	132.120
Serviços técnicos especializados	26.607	18.572
Depreciação e amortização	26.207	25.977
Salários, encargos sociais e benefícios a empregados	157.314	146.054
Aluguéis de imóveis e veículos	24.347	22.975
Consultoria e serviços	33.654	35.778
Fretes e carretos	31.843	27.025
Aluguéis e manutenção de máquinas e equipamentos	21.695	14.857
Energia Elétrica	9.212	7.797
Telefonia e telecomunicações	3.374	3.335
Manutenção e instalações de sistemas	7.862	5.590
Outras despesas	33.586	24.490
Total	544.576	464.570
Custo dos serviços prestados	449.019	379.795
Despesas de vendas	50.368	40.943
Despesas gerais e administrativas	45.189	43.832
Total	544.576	464.570

O custo dos serviços prestados pela Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 foi de R\$449,0 milhões, representando um aumento de 18,2% comparado com R\$379,8 milhões do mesmo período de 2015. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, ainda que os custos totais de serviços prestados tenham aumentado em 18,2% em relação ao mesmo período findo em 30 de setembro de 2015, a representatividade desses custos sobre a receita líquida se manteve em linha em ambos exercícios sociais, representado 66,5% e 65,6% em 30 de setembro de 2016 e 2015, respectivamente.

No período comparado, a rubrica material direto e de consumo (que inclui insumos, reagentes, kits para realização de exames, entre outros) apresentou um incremento de 27,8%, passando de R\$132,1 milhões, no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2015, para R\$168,9 milhões, no mesmo período de 2016. Este aumento foi principalmente devido ao aumento do volume de vendas e efeito câmbio dos materiais importados.

Os custos com pessoal são compostos por salários, encargos e benefícios e passaram de R\$146,1 milhões no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2015, para R\$157,3 milhões no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2016, representando um aumento percentual de 7,7%.

Esse acréscimo é devido principalmente ao aumento do quadro de colaboradores em 4,2%, passando de 3.503 em 30 de setembro de 2015 para 3.649 em 30 de setembro de 2016, e

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

ainda aos reajustes salariais decorrentes de acordos coletivos de trabalho e convenção coletiva indexados ao INPC.

A linha de custos referente à energia elétrica aumentou 18,1% de R\$ 7,8 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 para R\$ 9,2 milhões no mesmo período de 2016, principalmente devido ao alto reajuste das tarifas ocorrido ao longo do ano de 2016 e da abertura de novas unidades.

Lucro bruto

Em decorrência dos fatores descritos acima, o lucro bruto da Companhia cresceu 13,4% ou R\$26,6 milhões, passando de R\$199,4 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, para R\$226,1 milhões no mesmo período de 2016. A margem bruta se manteve estável nos dois períodos comparativos, representando 34,4% da receita líquida no período findo 30 de setembro de 2015 e 33,5% da receita líquida no período findo 30 de setembro de 2016.

Despesas de vendas

As despesas de vendas aumentaram em R\$9,4 milhões, alcançando R\$50,4 milhões em 30 de setembro de 2016, comparado com o R\$40,9 milhões no mesmo período em 2015. As nossas despesas de venda cresceram em razão do aumento das vendas do período e foram impactadas por maiores gastos com: (i) comissionamento à equipe de vendas, no valor de R\$2,6 milhões referente a gastos, (R\$ 1,7 milhão em 30 de setembro de 2015); (ii) despesas de marketing no valor de R\$9,4 milhões (R\$ 7,2 milhões em 30 de setembro de 2015); e (iii) provisões para créditos liquidação duvidosa no valor de R\$ 6,5 milhões (R\$4,5 milhões em 30 de setembro de 2015).

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram de R\$ 43,8 milhões, em 30 de setembro de 2015, para R\$ 45,2 milhões, em 30 de setembro de 2016. Tal variação se deveu em razão do extraordinário incremento em provisões de perda de faturamento e estoque, na ordem de R\$0,9 milhão, e do aumento nos gastos com tecnologia da informação, no montante de R\$0,7 milhão.

Lucro operacional antes do resultado financeiro

Em decorrência dos fatores descritos acima, o lucro operacional antes do resultado financeiro aumentou de R\$114,2 milhões para R\$125,7 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 comparado ao mesmo período de 2015, representando um aumento de 10,1%. O percentual da receita líquida não sofreu alterações significativas no período analisado, ficando em 18,6% em 30 de setembro 2016 e 19,7% em 30 de setembro de 2015.

Resultado financeiro

A tabela abaixo demonstra o resultado financeiro da Companhia nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 30 de setembro de 2016, respectivamente:

(Em milhares de reais – R\$)	30/09/2016	30/09/2015
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	16.185	10.682
Atualização monetária	1.934	358
Receitas de empréstimos de mútuos	7	48
Descontos obtidos	404	92
Atualização compromisso por compra de investimento	-	154

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Contribuições sobre receitas financeiras	565	-
Outras receitas financeiras	4.051	2.278
Total de receitas financeiras	23.146	13.612
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(6.586)	(7.727)
Juros sobre parcelamentos	(3.190)	(3.841)
Comissões bancárias	(1.422)	(1.162)
Atualização de passivos comerciais e tributários	(1.118)	(1.304)
Atualização monetária de provisões de riscos	(350)	(148)
Descontos concedidos	(1.170)	(542)
Impostos de operações financeiras	(380)	(328)
Atualização dívida por opção de compra de investimento	(4.961)	-
Despesa com empréstimos de mútuo	(6)	(29)
Outras despesas financeiras	(7.144)	(1.547)
Total das despesas financeiras	(26.327)	(16.628)
Variação cambial		
Receita de variação cambial	3.569	1.713
Despesas de variação cambial	(1.296)	(8.233)
Total da variação cambial, líquida	2.273	(6.520)
Resultado financeiro, líquido	(908)	(9.536)

O resultado financeiro líquido no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 comparado ao mesmo período em 2015 teve um acréscimo de R\$8,6 milhões de reais, em razão principalmente do efeito positivo da variação cambial, além do aumento do saldo das aplicações financeiras em R\$ 5,5 milhões (incremento de 51,5%), em razão dos rendimentos das aplicações de recursos do caixa e equivalentes de caixa da Companhia.

O ganho referente à variação cambial se deu pela diminuição de compras no mercado externo. Considerando que diversos equipamentos que antes necessariamente precisavam ser importados passaram a ser produzidos no Brasil, as compras de materiais diretos e insumos passaram a ser adquiridos diretamente de fornecedores estabelecidos no mercado nacional.

Adicionalmente, a apreciação do real frente ao dólar colaborou para a variação cambial positiva em 30 de setembro de 2016 (R\$3,24 por US\$1.00) comparado com 30 de setembro de 2015 (R\$3,97 por US\$1.00) representando uma valorização de 22,5% no período analisado.

Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social

Em decorrência dos fatores descritos acima, o lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social aumentou 19,3% saltando de R\$104,6 milhões no período findo em 30 de setembro de 2015 para R\$124,8 milhões em 30 de setembro de 2016.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa do imposto de renda e contribuição social aumentou 21,2% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 comparado ao mesmo período de 2015. Esse aumento foi motivado principalmente pelo acréscimo do lucro operacional em 19,3%, que é base para cálculo dos tributos.

Lucro líquido do exercício

Em decorrência dos fatores descritos acima, o lucro líquido da Companhia apurado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 aumentou 18,3% passando de R\$70,9 milhões para R\$83,9 milhões quando comparado com o mesmo período findo em 30 de setembro de 2015.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comparação entre os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

CONTAS DE RESULTADO

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (Em milhares de reais – R\$)	31.12.2015	%V	31.12.2014	%V	%H
RECEITA LÍQUIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	771.786	100,0%	696.529	100,0%	10,8%
Custo dos serviços prestados	(507.325)	65,7%	(457.670)	65,7%	10,8%
LUCRO BRUTO	264.461	34,3%	238.859	34,3%	10,7%
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Com vendas	(54.658)	7,1%	(41.346)	5,9%	32,2%
Despesas gerais e administrativas	(60.287)	7,8%	(58.674)	8,4%	2,7%
Outras despesas, líquidas	(2)	0,0%	(2.993)	0,4%	99,9%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	149.514	19,4%	135.846	19,5%	10,1%
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	20.058	2,6%	24.486	3,5%	18,1%
Despesas Financeiras	(28.162)	3,64%	(21.282)	3,1%	32,3%
Variação cambial líquida	(6.176)	0,8%	(7.605)	1,1%	-18,8%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	135.234	17,5%	131.445	18,9%	-2,9%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(44.402)	5,8%	(47.053)	6,8%	-5,6%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	90.832	11,8%	84.392	12,1%	7,6%

Receita líquida

A tabela abaixo apresenta a receita líquida de prestação de serviços de acordo como o conceito do negócio.

(Em milhares de reais – R\$)	31.12.2015	31.12.2014
RECEITA LÍQUIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR UNIDADE DE NEGÓCIOS		
Unidades de Atendimento (“PSC”)	339.937	303.445
Laboratório de Referência (“lab-to-lab”)	439.938	398.552
Eliminações ¹	(8.089)	(5.468)
RECEITA LÍQUIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	771.786	696.529

¹ As eliminações entre os segmentos correspondem a operações realizadas entre as empresas do grupo

Comparando o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentou um incremento na receita líquida consolidada de 10,8% sendo justificado, principalmente, pelo aumento nos volumes de vendas em relação às análises clínicas, passando de 54,8 milhões de exames realizados para 59,7 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o segmento de Unidades de Atendimento (“PSC”) apresentou um incremento de R\$36,5 milhões na receita líquida, representando um aumento de 12,0% em comparação com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, principalmente em função do aumento da representatividade dos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

exames de imagem, exames com alto ticket médio, na receita da Companhia e um aumento de volume de testes processados, passando de 17,6 milhões, em 2014 para 18,9 milhões, em 2015. Colaborou para esse aumento, o acréscimo de 20,0% na receita líquida de prestação de serviços com imagens, que partiu de R\$100 milhões, em 31 de dezembro de 2014 e alcançou R\$120 milhões, em 31 de dezembro de 2015.

O mesmo ocorreu no seguimento de Laboratório de Referência (lab-to-lab), que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 apresentou um aumento de R\$41,4 milhões na receita líquida em comparação com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, representado pelo aumento nos exames realizados, que passaram de 38,0 milhões para 41,7 milhões, influenciados pelo crescimento de laboratórios conveniados, que passaram de 4.668 para 5.045.

Custo dos serviços prestados, despesas de vendas, administrativas e gerais

A composição do custo dos serviços prestados da Companhia e sua evolução entre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 e exercício social encerrado de 31 de dezembro de 2014 pode ser observada na tabela abaixo:

Custos dos Serviços Prestados (Em milhares de reais – R\$)	31.12.2015	31.12.2014
Material direto e de consumo	175.977	155.203
Serviços técnicos especializados	22.537	20.531
Depreciação e amortização	34.456	36.417
Salários, encargos sociais e benefícios a empregados	197.773	175.485
Aluguéis de imóveis e veículos	30.604	28.373
Consultoria e serviços	47.813	45.674
Fretes e carretos	36.979	34.818
Aluguéis e manutenção de máquinas e equipamentos	21.090	15.768
Energia Elétrica	11.114	6.621
Telefonia e telecomunicações	5.063	4.291
Manutenção e instalações de sistemas	7.914	7.442
Outras despesas	30.950	27.067
Total	622.270	557.690
Custo dos serviços prestados	507.325	457.670
Despesas de vendas	54.658	41.346
Despesas gerais e administrativas	60.287	58.674
Total	622.270	557.690

Os principais custos da Companhia são compostos por materiais diretos de consumo e gastos com pessoal, com menor representatividade temos a depreciação do imobilizado e serviços contratados. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, ainda que os custos totais de serviços prestados tenham aumentado em 10,8% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, a representatividade desses custos sobre a receita líquida se manteve em linha em ambos exercícios sociais, representando 65,7%.

No período comparado, a rubrica material direto e de consumo (que inclui insumos, reagentes, kits para realização de exames, entre outros) apresentou um incremento de 13,4%, passando de R\$155,2 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, para R\$176,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Este aumento se deu principalmente pelo aumento do volume de vendas e ao custo médio dos materiais diretos, totalizando R\$10,9 milhões em 2014 e R\$12,4 milhões para o ano de 2015.

Os custos com pessoal são compostos por salários, encargos e benefícios, e passaram de R\$175,5 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, para R\$197,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

aumento percentual de 12,7%. Tal aumento foi devido aos acordos coletivos de trabalho e convenção coletiva, que representaram um aumento de cerca de 8,1%, à nova política de PLR (participação dos colaboradores no resultado da Companhia), e outros ajustes da categoria.

A linha de custos referente à energia elétrica aumentou de R\$ 6,6 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 11,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, principalmente devido ao alto reajuste das tarifas ocorrido ao longo do ano de 2015 e da abertura de novas unidades.

Lucro bruto

Em decorrência dos fatores descritos acima, o lucro bruto da Companhia aumentou 10,7%, passando de R\$ 238,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 264,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. A margem bruta quando comparada a receita líquida se manteve estável entre 2015 e 2014, representando 34,3% da receita líquida em 2015 e 34,3% em 2014.

Despesas de vendas

As despesas de vendas aumentaram em R\$13,3 milhões, alcançando R\$54,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 comparado com R\$41,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Tal aumento foi motivado pelo aumento das vendas em 2015 e com maiores gastos com: (i) com comissionamento à equipe de vendas no valor de R\$7,4 milhões; (ii) despesas de marketing no valor de R\$3,1 milhões; e (iii) reforço de provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$2,6 milhões.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram de R\$58,7 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, para R\$60,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de 2,7% ou R\$1,6 milhões. Tal variação pode ser justificada pelo incremento em provisões cíveis, na ordem de R\$1,5 milhões, bem como em gastos com tecnologia da informação, na ordem de R\$1,3 milhão. Em contra partida, houve reduções em alguns gastos, tais como com serviços de consultorias e viagens, representando reduções na ordem de R\$0,8 milhão e R\$0,4 milhão, respectivamente.

Lucro operacional antes do resultado financeiro

Em decorrência dos fatores descritos acima, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o lucro operacional antes do resultado financeiro atingiu R\$149,5 milhões, comparado com o R\$135,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o que representou um crescimento de 10,1%, podendo ser explicado principalmente pela redução da conta de Outras Despesas Líquidas (que inclui, entre outros, riscos fiscais). Como percentual da receita líquida, o lucro operacional antes do resultado financeiro se manteve estável, representando 19,4% da receita líquida em 2015 e 19,5% da receita líquida em 2014.

Resultado financeiro

(Em milhares de reais – R\$)	2015	2014
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	15.539	9.413
Atualização monetária	510	640
Receitas de empréstimos de mútuos	32	63
Ganho com instrumento derivativo	-	7.163
Descontos obtidos	136	615

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	Atualização compromisso por compra de investimento	1.586	5.582
	Outras receitas financeiras	<u>2.255</u>	<u>1.010</u>
	Total de receitas financeiras	<u>20.058</u>	<u>24.486</u>
	Despesas financeiras		
	Juros sobre empréstimos e financiamentos	(10.135)	(11.208)
	Comissões bancárias	(1.629)	(996)
No	Atualização de passivos comerciais e tributários	(6.256)	(7.621)
	Descontos concedidos	(1.959)	(891)
	Impostos de operações financeiras	(435)	(408)
	Atualização dívida por opção de compra de investimento	(5.059)	-
	Despesa com empréstimos de mutuo	(7)	-
	Outras despesas financeiras	<u>(2.682)</u>	<u>(158)</u>
	Total de despesas financeiras	<u>(28.162)</u>	<u>(21.282)</u>
	Variação cambial		
	Receita de variação cambial	2.388	1.777
	Despesas de variação cambial	<u>(8.564)</u>	<u>(9.382)</u>
	Total de variação cambial, líquida	<u>(6.176)</u>	<u>(7.605)</u>
	Resultado financeiro, líquido	<u>(14.280)</u>	<u>(4.401)</u>

exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$14,2 milhões, comparado com um resultado negativo de R\$4,4 milhões em 31 de dezembro de 2014, o que representou um acréscimo de despesas de R\$9,9 milhões em relação a 2014.

O resultado financeiro líquido negativo foi impactado principalmente pela variação cambial líquida, (R\$5,7 milhões) em razão das compras de materiais diretos e insumos de fornecedores estrangeiros que são cotados em dólar e em euro. Essas moedas tiveram apreciação elevada frente ao real no ano de 2015 comparado com o ano de 2014 (47,0% de valorização do dólar frente ao real e 32,0% de valorização do euro frente ao real).

Adicionalmente, colaborou para esse aumento de despesas a atualização de dívidas decorrentes da compra de investimentos no montante líquido de R\$3,5 milhões, que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 havia sido positiva em R\$5,6 milhões. Essa variação na atualização dos compromissos por compra de investimentos ocorreram pois os contratos estão vinculados a múltiplos (7x a 8x) de EBITDA das empresas adquiridas.

Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social

Em decorrência dos fatores descritos acima, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi auferido um lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$ 135,2 milhões, em comparação ao lucro de R\$ 131,4 milhões aferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Como percentual da receita líquida, o lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social passou de 18,9% em 31 de dezembro de 2014 para 17,5% em 31 de dezembro de 2015.

Imposto de renda e contribuição social

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentou uma despesa de imposto de renda e contribuição social de R\$ 44,4 milhões, enquanto que no mesmo período de 2014 foi contabilizada uma despesa R\$47,1 milhões. A redução da despesa com esses tributos em R\$2,7 milhões deveu-se principalmente à redução da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social no ano de 2015 comparado ao ano anterior. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia obteve os requisitos fiscais aproveitamento fiscal das

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

participações no lucro pagas no ano, o que reduziu a despesa com imposto de renda e contribuição social. Em 31 de dezembro de 2013, essas despesas não foram aproveitadas fiscalmente.

Lucro líquido do exercício

Em decorrência dos fatores descritos acima, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o lucro líquido alcançou R\$90,8 milhões, representando um aumento de R\$6,4 milhões comparado com o lucro líquido do exercício de 2014, que por sua vez alcançou R\$84,4 milhões. A margem de lucratividade (lucro/receita) se manteve em linha em ambos os exercícios, sendo 11,8% em 2015 e 12,1% em 2014.

Comparação entre os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

CONTAS DE RESULTADO

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (Em milhares de reais – R\$)	%V		%V		%H
	31.12.2014		31.12.2013		
RECEITA LÍQUIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	696.529	100,0%	581.728	100%	19,7%
Custo dos serviços prestados	(457.670)	65,7%	(381.455)	65,6%	20,0%
LUCRO BRUTO	238.859	34,3%	200.273	34,4%	19,3%
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Com vendas	(41.346)	5,9%	(36.013)	6,2%	14,8%
Despesas gerais e administrativas	(58.674)	8,4%	(72.700)	12,5%	(19,3)%
Outras despesas, líquidas	(2.993)	0,4%	123	0,02%	(2.533,3)%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	135.846	19,5%	91.683	15,8%	48,2%
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	24.846	3,6%	10.609	1,8%	134,2%
Despesas financeiras	(21.282)	3,1%	(13.727)	2,4%	55,0%
Varição cambial líquida	(7.605)	,1%	(1.942)	0,3%	(291,6)%
	(4.401)	0,6%	(5.060)	0,9%	(13,0)%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	131.445	18,9%	86.623	14,9%	51,7%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(47.053)	6,8%	(25.206)	4,3%	86,7%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	84.392	12,1%	61.417	10,6%	37,4%

Receita líquida de Prestação de Serviços

Para análise do crescimento da receita líquida de prestação de de serviços da Companhia a Diretoria acredita ser útil a segregação entre a receita de Unidades de Atendimento (“PSC”) e Laboratório de Referência (“*lab-to-lab*”), conforme demonstrado abaixo:

(Em milhares de reais – R\$)	31.12.2014	31.12.2013
RECEITA LÍQUIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		
Unidades de Atendimento (“PSC”)	303.445	258.039
Laboratório de Referência (“ <i>lab-to-lab</i> ”)	398.553	325.785

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Eliminações ¹	(5.469)	(2.096)
RECEITA LÍQUIDA DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS	696.529	581.728

¹ As eliminações entre os segmentos correspondem a operações realizadas entre as empresas do grupo

O crescimento na receita líquida consolidada da companhia foi de 19,7%, sendo justificado, principalmente, pelo aumento nos volumes de vendas.

No segmento de Unidades de Atendimento (PSC), houve um incremento de R\$ 45,4 milhões na receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 quando comparado ao mesmo período em 2013. Tal aumento foi motivado pelo aumento de 10,7% no volume de exames realizados, que passou de 15,9 milhões para 17,6 milhões no período analisado, bem como pelo aumento de 8,0% no ticket médio dos exames, que passou de 17,4 reais para 18,8 reais. Adicionalmente, colaborou para esse incremento na receita o aumento de 29,6% nas unidades de atendimento, que passaram de 81, em 31 de dezembro de 2013 para 105, em 31 de dezembro de 2014.

O mesmo ocorreu para o segmento de Laboratório de Referência (*lab-to-lab*), que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 teve um incremento de R\$72,8 milhões em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, devido ao aumento do volume de exames realizados (38,0 milhões de exames em 2014 comparado com 32,4 milhões de exames em 2013), influenciado também pelo crescimento de laboratórios conveniados, que passaram de 4.469 no ano de 2013 para 4.668 em 2014.

Custo dos serviços prestados, despesas de vendas, administrativas e gerais

A composição do custo dos serviços prestados e despesas operacionais da Companhia e sua evolução entre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 pode ser observada na tabela abaixo:

Custos dos Serviços Prestados (Em milhares de reais – R\$)	31.12.2014	31.12.2013
Material direto e de consumo	155.203	135.722
Serviços técnicos especializados	20.531	16.772
Depreciação e amortização	36.417	33.232
Salários, encargos sociais e benefícios a empregados	175.485	149.240
Aluguéis de imóveis e veículos	28.373	22.077
Consultoria e serviços	45.674	39.762
Fretes e carretos	34.818	30.855
Manutenção de máquinas e equipamentos	15.768	22.966
Energia Elétrica	6.621	5.183
Telefonia e telecomunicações	4.291	3.862
Manutenção e instalações de sistemas	7.442	5.696
Outras despesas	27.067	24.801
Total	557.690	490.168
Custo dos serviços prestados	457.670	381.455
Despesas de vendas	41.346	36.013
Despesas gerais e administrativas	58.674	72.700
Total	557.690	490.168

Os principais custos da Companhia são compostos por materiais diretos de consumo e gastos com pessoal, com menor representatividade temos a depreciação do imobilizado e serviços contratados. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, ainda que os custos totais de serviços prestados tenham aumentado em 20,0% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, a representatividade desses custos sobre a receita líquida se manteve em linha nos dois exercícios sociais, representado 65,7% em 2014 e 65,6% em 2013%.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os materiais são representados, em sua maioria, por insumos aplicados diretamente na produção e prestação de serviços de análises clínicas e diagnósticos por imagem.

No período comparado, a rubrica material direto e de consumo (que inclui insumos, reagentes, kits para realização de exames, entre outros) apresentou um incremento de 14,4% passando de R\$135,7 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$155,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Este aumento se deu principalmente aumento do volume de vendas e ao custo médio dos materiais diretos totalizando R\$9,5 milhões em 2013 e R\$10,9 milhões para o ano de 2014.

Os custos com pessoal são compostos por salários, encargos e benefícios, e passaram de R\$149,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$175,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando um aumento percentual de 17,6%. Os reajustes salariais consequentes de acordos coletivos de trabalho e convenção coletiva, que ficaram em torno de 6,8%, levando em consideração todas as regiões. Adicionalmente, número de empregados aumentou 6,5% no período, aumentando de 3.293 para 3.498 em 31 de dezembro de 2013 e 2014, respectivamente.

Despesas de vendas

As despesas de vendas aumentaram em R\$5,3 milhões, passando de R\$36,0 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 41,3 milhões em 31 de dezembro de 2014, Tal aumento foi motivado pelo aumento das vendas em 2014 e com maiores gastos com: (i) remuneração e comissionamento à equipe de vendas no valor de R\$4,8 milhões; (ii) despesas de marketing no valor de R\$1,3 milhões; e (iii) Central de Relacionamento com Clientes (“CRC”), no montante de R\$0,7 milhões.

Despesas administrativas e gerais

As despesas gerais e administrativas da Companhia diminuíram em R\$ 14,0 milhões, passando de R\$ 72,7 milhões em 31 de dezembro de 2013, para R\$ 58,7 milhões, em 31 de dezembro de 2014. A variação foi em decorrência de gastos ocorridos no ano 2013 referentes a reestruturações na Companhia naquele ano, na ordem de R\$8,8 milhões, juntamente com a variação na rubrica de gastos com pessoal, em 2014, na ordem de R\$ 1,3 milhões, e na rubrica de provisões de perda, na ordem de R\$1,3 milhões.

Lucro operacional antes do resultado financeiro

Em decorrência dos fatores descritos acima, o lucro operacional antes do resultado financeiro no exercício encerrado em 2014 alcançou R\$135,8 milhões comparado com o R\$91,7 milhões no mesmo período em 2013, representando um aumento de 48,2% ou R\$44,2 milhões.

Resultado financeiro

O resultado financeiro dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, pode ser demonstrado como segue:

(Em milhares de reais – R\$)	31/12/2014	31/12/2013
<u>Receitas financeiras</u>		
Receita de aplicações financeiras	9.413	5.222
Atualização monetária	640	3.535
Receitas de empréstimos e partes relacionadas	63	-
Ganho com instrumento financeiro derivativo	7.163	-
Descontos obtidos	615	549
Atualização compromisso por compra de investimento	5.582	-
Outras receitas financeiras	1.010	1.303

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	<u>24.486</u>	<u>10.609</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(11.208)	(4.263)
Comissões bancárias	(996)	(567)
Atualização de passivos comerciais e tributários	(7.621)	(5.283)
Descontos concedidos	(891)	(1.994)
Impostos de operações financeiras	(408)	(148)
Outras despesas financeiras	<u>(158)</u>	<u>(1.472)</u>
	<u>(21.282)</u>	<u>(13.727)</u>
<u>Variação cambial</u>		
Receita de variação cambial	1.777	1.651
Despesas de variação cambial	<u>(9.382)</u>	<u>(3.593)</u>
	<u>(7.605)</u>	<u>(1.942)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(4.401)</u>	<u>(5.060)</u>

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$4,4 milhões, comparado com R\$5,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, tendo sido notado um decréscimo de 13,0%, devido a maior disponibilidade de caixa e equivalentes de caixa, que resultaram numa receita de aplicação financeira de R\$9,4 milhões no exercício de 2014 comparado com R\$5,2 milhões no exercício de 2013. Adicionalmente, colaborou para esse aumento de receita a atualização de dívidas decorrentes da compra de investimentos no montante líquido de R\$5,6 milhões, que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 havia sido zero. Essa variações na atualização dos compromissos por compra de investimentos ocorreram pois os contratos estão vinculados a múltiplos (7x a 8x) de EBITDA das empresas adquiridas. Os contratos de aquisição preveem que quanto melhor o EBITDA e menor a dívida líquida das empresas investidas maior o passivo a pagar (“put options”). Em 31 de dezembro de 2013 nossas obrigações totais por compra de investimentos somavam R\$29,5 milhões e reduziram para R\$23,9 milhões ocasionando uma receita de R\$5,6 milhões em 31 de dezembro de 2014.

Os juros de empréstimos e financiamentos aumentaram em R\$ 6,9 milhões de reais, em razão da principalmente das novas captações de empréstimos ocorridas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Por sua vez, a rubrica atualização de passivos comerciais e tributários passou de R\$ 5,3 milhões, em 31 de dezembro de 2013 para R\$7,6 milhões, em 31 de dezembro de 2014, devido principalmente a adesão ao parcelamento tributário previsto na lei 11.941/09 (REFIS).

Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social

Em decorrência dos fatores descritos acima, no exercício social encerrado em 2014 foi aferido um lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social de R\$ 131,4 milhões, comparado com R\$86,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. Como percentual da receita líquida, o lucro operacional comparado antes do imposto de renda e da contribuição social passou de 14,9% em 2013 para 18,9% em 2014. Essa melhoria pode ser atribuída, principalmente, ao aumento da margem bruta e redução de despesas administrativas.

Imposto de renda e contribuição social

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, a Companhia contabilizou uma despesa de imposto de renda e contribuição social de R\$ 47,1 milhões, enquanto no mesmo período de 2013 foi contabilizada uma despesa R\$25,2 milhões. Esse aumento de R\$21,8

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

milhões deveu-se principalmente ao aumento do lucro tributável em 51,7%, representando R\$44,8milhões a mais de lucro tributável e R\$20,5 milhões em impostos pagos no período analisado.

Lucro líquido

Em decorrência dos fatores descritos acima, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o lucro líquido alcançou R\$84,4 milhões, representando um aumento de R\$23,0 milhões comparado com o lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 que foi de R\$61,4 milhões. A margem de lucratividade (lucro/receita) aumentou de 10,6% em 2013 para 12,1% em 2014.

Descrição das Principais Contas do Nosso Balanço Patrimonial

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 30 setembro de 2016 e 31 dezembro de 2015

CONTAS PATRIMONIAIS

ATIVOS (Em milhares de reais – R\$)	30.09.2016	%V	31.12.2015	%V	%H
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	182.849	21,8%	188.701	23,5%	-3,1%
Contas a receber	197.321	23,5%	125.137	15,6%	57,7%
Estoques	19.482	2,3%	18.449	2,3%	5,6%
Impostos a recuperar	9.425	1,1%	11.245	1,4%	-16,2%
Outros ativos circulantes	24.975	3,0%	18.087	2,2%	38,1%
Total dos ativos circulantes	434.052	51,7%	361.619	45,0%	20,0%
NÃO CIRCULANTE					
Depósitos judiciais	3.971	0,5%	6.032	0,8%	-34,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	41.244	4,9%	43.404	5,4%	-5,0%
Outras contas a receber de partes relacionadas	-	0,0%	163	0,0%	-100%
Outros ativos não circulantes	19.931	2,4%	38.038	4,7%	-47,6%
Investimentos	368	0,0%	360	0,0%	2,2%
Imobilizados	196.112	23,4%	208.246	25,9%	-5,8%
Intangível	144.198	17,2%	146.061	18,2%	-1,3%
Total dos ativos não circulantes	405.824	48,3%	442.304	55,0%	-8,2%
TOTAL DOS ATIVOS	839.876	100,0	803.923	100,0	4,5%
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	81.183	9,7%	75.607	9,4%	-7,4%
Salários, obrigações sociais e previdenciárias	56.950	6,8%	47.263	5,9%	-20,5%
Empréstimos e financiamentos	30.109	3,6%	33.964	4,2%	-11,4%
Parcelamentos tributários	7.236	0,9%	9.499	1,2%	-23,8%
Dividendos mínimos obrigatórios	170	0,0%	17.030	2,1%	-99%
Obrigações por compra de investimentos	2.103	0,3%	-	0,0%	100,0%
Outros passivos circulantes	4.545	0,5%	3.495	0,4%	39,8%
Total dos passivos circulantes	182.296	21,7%	186.858	23,2%	-2,4%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	63.034	7,5%	107.607	13,4%	-41,4%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Parcelamentos tributários	38.715	4,6%	42.755	5,3%	-9,4%
Provisão para riscos	9.645	1,1%	10.965	1,4%	-12,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.577	0,3%	3.062	0,4%	-15,8%
Obrigações por compra de investimentos	20.730	2,5%	17.872	2,2%	16,0%
Outros passivos não circulantes	15.227	1,8%	11.090	1,4%	37,3%
Total dos passivos não circulantes	149.928	17,9%	193.351	24,1%	-22,5%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	148.802	17,7%	148.802	18,5%	0,0%
Reservas de capital	51.090	6,1%	51.090	6,4%	0,0%
Ajustes de avaliação patrimonial	4.334	0,5%	5.084	0,6%	-14,8%
Reservas de lucros	216.089	25,7%	216.089	26,9%	0,0%
Lucros acumulados	83.978	10,0%	-	-	100%
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	504.293	60,0%	421.065	52,4%	19,8%
Participação dos acionistas não controladores	3.359	0,4%	2.649	0,3%	26,8%
Total do patrimônio líquido	507.652	60,4%	423.714	52,7%	19,8%
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	839.876	100,0%	803.923	100,0%	4,5%

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 30 setembro de 2016 e 31 dezembro de 2015**ATIVO**

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, a Companhia apresentou um crescimento total em seus ativos de 4,5% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, representando R\$35,9 milhões de incremento no período analisado. Esse aumento foi motivado, principalmente, pelo incremento do contas a receber (R\$ 72,2 milhões) e outros ativos circulantes (R\$ 6,9 milhões) parcialmente compensado pelas reduções de caixa e equivalentes de caixa (R\$ 5,9 milhões), imobilizado (R\$ 12,1 milhões), depósitos judiciais (R\$ 2,0 milhões).

Ativo Circulante*Contas a receber*

Nosso contas a receber da Companhia apresentou, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, um incremento de R\$ 72,2 milhões se comparado exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Este incremento foi afetado por uma redução extraordinária do contas a receber em 2015 devido uma antecipação de recebíveis no montante de R\$26 milhões, o que resultou em uma redução não recorrente da conta neste período.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Considerando que a receita líquida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 foi de R\$675,1 milhões, nosso contas a receber está em linha como o nosso prazo médio de recebimentos de recebíveis de 2,6 meses.

Ativo Não-Circulante

Outros Ativos Não-Circulantes

Com relação ao ativos de longo prazo (não-circulantes), houve uma redução total de 8,2% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015. A redução de R\$18,1 milhões em Outros Ativos deveu-se à redução do saldo da conta de exposição de riscos cambiais, que caiu de R\$29,8 milhões para R\$12,0 milhões no período analisado. Esta conta registra o resultado de derivativo contratado para proteção da oscilação da taxa de câmbio do contrato de financiamento em moeda estrangeira, nos termos da Lei 4.131 citado no item 10.1 (f).

Imobilizado

O imobilizado, item de maior representatividade no ativo não-circulante, apresentou um decréscimo de 5,8%, partindo de R\$208,2 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$196,1 milhões em 30 de setembro de 2016, o que representou uma redução líquida de R\$12,1 milhões. Esta redução foi devida ao custo de depreciação que atingiu R\$23,0 milhões e baixas de R\$2,2 milhões, parcialmente compensados por investimentos em projetos de expansão das Unidades e investimentos no Núcleo Técnico Operacional.

PASSIVO

Nosso passivo total (circulante e não circulante e não circulante) diminuiu em R\$48,0 milhões, representando uma redução de 12,6%, passando de R\$380,2 milhões em 31 de dezembro 2015 para R\$332,2 milhões em 30 de setembro de 2016, impulsionado principalmente pela redução do endividamento da Companhia.

Empréstimos e Financiamentos

Em relação nosso endividamento bancário de curto e longo prazo, o mesmo apresentou uma redução de R\$48,4 milhões, passando de R\$ 141,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 93,1 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, principalmente em razão da amortização de dívidas no montante de R\$36,5 milhões no ano de 2016.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido apresentou aumento de R\$83,9 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, equivalente ao nosso lucro líquido no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016.

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

ATIVOS (Em milhares de reais –	<u>31.12.2015</u>	<u>%V</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>%V</u>	<u>%H</u>
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de	188.701	23,5%	170.668	24,2%	10,6%
Contas a receber	125.137	15,6%	96.786	13,7%	29,3%
Estoques	18.449	2,3%	17.783	2,5%	3,7%
Impostos a recuperar	11.245	1,4%	10.992	1,6%	2,3%
Outras contas a receber	18.087	2,2%	16.153	2,3%	12,0%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Total dos ativos circulantes	361.619	45,0%	312.382	44,3%	15,8%
NÃO CIRCULANTE³					
Aplicações financeiras	-	-	7.360	1,0%	100,0%
Depósitos judiciais	6.032	0,8%	3.889	0,6%	55,1%
Imposto de renda e	43.404	5,4%	44.132	6,3%	1,6%
Outras contas a receber de	163	0,0%	363	0,1%	-55,1%
Instrumento financeiro	-	-	7.163	1,0%	100%
Outros ativos não	38.038	4,7%	473	0,1%	7.941,9%
Investimentos	360	0,0%	236	0,0%	52,5%
Imobilizados	208.246	25,9%	190.285	27,0%	9,4%
Intangível	146.061	18,2%	139.535	19,8%	4,7%
Total dos ativos não	442.304	55,0%	393.436	55,7%	12,4%
TOTAL DOS ATIVOS	803.923	100,0%	705.818	100,0%	13,9%
PASSIVOS E PATRIMÔNIO	31.12.2015	%V	31.12.2014	%V	%H
LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	75.607	9,4%	62.932	8,9%	20,1%
Obrigações fiscais, sociais	47.263	5,9%	31.370	4,4%	50,7%
Empréstimos e	33.964	4,2%	25.136	3,6%	35,1%
Parcelamento tributários	9.499	1,2%	9.342	1,3%	1,7%
Dividendos mínimos	17.030	2,1%	16.908	2,4%	0,7%
Obrigações por compra de investimentos	-	0,0%	11.085	1,6%	-100,0%
Outros passivos circulantes	3.495	0,4%	7.461	1,1%	-53,2%
Total dos passivos	186.858	23,2%	164.234	23,3%	13,8%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e	107.607	13,4%	99.906	14,2%	7,7%
Parcelamento tributários	42.755	5,3%	51.237	7,3%	-16,6%
Provisão para riscos	10.965	1,4%	8.625	1,2%	27,1%
Imposto de renda e	3.062	0,4%	3.538	0,5%	-13,5%
Obrigações por compra de investimentos	17.872	2,2%	12.813	1,8%	39,5%
Outros passivos não circulantes	11.090	1,4%	9.665	1,4%	14,7%
Total dos passivos não circulantes	193.351	24,1%	185.784	26,3%	4,1%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	148.802	18,5%	148.802	21,1%	0,0%
Reservas de capital	51.090	6,4%	51.090	7,2%	0,0%
Ajustes de avaliação	5.084	0,6%	6.143	0,9%	-17,2%
Reservas de lucros	216.089	26,9%	145.844	20,7%	48,2%
Total de Patrimônio líquido	421.065	52,4%	351.879	49,9%	19,7%
Participação dos acionistas não controladores	2.649	0,3%	3.921	0,6%	-32,4%
Total do patrimônio líquido	423.714	52,7%	355.800	50,4%	19,1%
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO	803.923	100,0%	705.818	100,0%	13,9%

ATIVO

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentou um crescimento total em seus ativos de 13,9% em relação ao exercício social findo em 31 de

³ Em 31 de dezembro de 2015, as contas aplicações financeiras e intrumentos financeiros foram reclassificadas para a conta de outros ativos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

dezembro de 2014, representando R\$98,1 milhões de incremento no período analisado. Esse aumento é devido, principalmente, ao incremento do Caixa e Equivalentes de Caixa (R\$ 18,0 milhões), Contas a Receber (R\$ 28,3 milhões), Imobilizado (R\$ 18,0 milhões).

Ativo Circulante

Os maiores crescimentos de ativos circulantes são referentes à rubrica de Caixa e Equivalentes de Caixa e Contas a Receber (conforme indicado acima) que refletiram o aumento receita líquida, que aumentou de R\$696,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, para R\$771,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento percentual de 10,8%. Assim como em 2015, em 2014 foi realizada uma antecipação de recebíveis de R\$ 40,0 milhões.

Ativo Não-Circulante

No grupo dos ativos não-circulantes, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 o aumento líquido foi de R\$48,9 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 representado, em sua maioria, pelo aumento nas rubricas de Outros Ativos Não-Circulantes e Imobilizado.

Outros Ativos Não-Circulantes

Em relação à rubrica de Outros Ativos Não-Circulantes, o aumento verificado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi no montante de R\$ 37,6 milhões, ocasionado principalmente pelo aumento do saldo da conta de Exposição de Riscos Cambiais no valor de R\$22,7 milhões, parcialmente compensado por reduções como adiantamentos a fornecedores.

Imobilizado

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, verificou-se no imobilizado um incremento R\$18,0 milhões em relação ao mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2014. Tal aumento se deu principalmente às aquisições de máquinas e equipamento, no montante de R\$2,9 milhões líquidos de depreciações e baixas, investimentos em projetos de expansão das Unidades, reforma/repaginação de Unidades e ampliação do setor e imagem.

PASSIVO

O passivo da Companhia apresentou aumento de 8,6%, comparando-se o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 com o mesmo período em 2015, representando um aumento total de R\$ 30,2 milhões devido, principalmente, às contas de Fornecedores e Obrigações Fiscais, Sociais e Trabalhistas. O aumento das referidas contas foi parcialmente compensado pela redução do total das obrigações decorrentes da compra de investimentos, que reduziram R\$6,0 milhões no mesmo período.

Passivo Circulante

Fornecedores

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, a conta de Fornecedores aumentou em R\$ 12,7 milhões em relação ao mesmo período de 2014, em razão principalmente, do aumento na aquisição de insumos e materiais diretos para fazer frente ao crescimento da receita.

Obrigações Fiscais, Sociais e Trabalhistas

Ainda em relação ao passivo circulante, verificou-se o aumento de R\$15,9 milhões na conta obrigações fiscais e trabalhistas, em razão principalmente (i) do aumento da folha de salários e encargos sociais, que aumentou de R\$21,9 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$27,0 milhões em 31 de dezembro de 2015, e (ii) do aumento do imposto de renda e contribuição

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

social de R\$ 1,7 milhão em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 13,4 milhões em 31 de dezembro de 2015.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o patrimônio líquido da Companhia aumentou 19,1% quando comparado ao mesmo período em 2014, saindo de R\$355,8 milhões para R\$423,7 milhões, representando uma aumento líquido de R\$67,9 milhões.

Esse aumento foi motivado, principalmente, pela destinação do lucro líquido de R\$ 90,8 milhões referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, que foi deduzido dos dividendos creditados no passivo circulante em R\$20,8 milhões.

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

ATIVOS (Em milhares de reais – R\$)	31.12.2014	%V	31.12.2013	%V	%H
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	170.668	24,2%	76.895	12,5%	121,9%
Contas a receber	96.786	13,7%	109.936	17,9%	-12,0%
Estoques	17.783	2,5%	27.515	4,5%	-35,4%
Impostos a recuperar	10.992	1,6%	10.136	1,7%	8,4%
Outros ativos circulantes	16.153	2,3%	8.965	1,5%	80,2%
Total dos ativos circulantes	312.382	44,3%	233.447	38,0%	33,8%
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras vinculadas	7.360	1,0%	6.263	1,0%	17,5%
Depósitos judiciais	3.889	0,6%	4.213	0,7%	-7,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	44.132	6,3%	47.158	7,7%	-6,4%
Valores a receber de partes relacionadas	363	0,1%	548	0,1%	-33,8%
Instrumento financeiro derivativo	7.163	1,0%	-	-	-
Outros ativos circulantes	473	0,1%	2.444	0,4%	-80,6%
Investimentos	236	0,0%	228	0,0%	3,5%
Imobilizados	190.285	27,0%	184.748	30,1%	3,0%
Intangível	139.535	19,8%	134.882	22,0%	3,4%
Total dos ativos circulantes	393.436	55,7%	380.484	62,0%	3,4%
TOTAL DOS ATIVOS	705.818	100,0%	613.931	100,0%	15,0%
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2014	%V	31.12.2013	%V	%H
CIRCULANTE					
Fornecedores	62.932	8,9%	79.191	12,9%	-20,5%
Empréstimos e financiamentos	25.136	3,6%	6.337	1,0%	296,7%
Obrigações fiscais, sociais e salários	31.370	4,4%	29.953	4,9%	4,7%
Parcelamento tributários	9.342	1,3%	6.295	1,0%	48,4%
Dividendos mínimos obrigatórios	16.908	2,4%	9.083	1,5%	86,1%
Obrigações por compra de investimentos	11.085	1,6%	-	-	-

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Outros passivos circulantes	7.461	1,0%	4.988	0,8%	49,6%
Total dos passivos circulantes	164.234	23,3%	135.847	22,1%	20,9%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	99.906	14,2%	79.493	12,9%	25,7%
Parcelamentos tributários	51.237	7,3%	53.335	8,7%	-3,9%
Provisão para riscos	8.625	1,2%	6.905	1,1%	24,9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.538	0,5%	4.566	0,7%	-22,5%
Obrigações por compra de investimentos	12.813	1,8%	29.480	4,8%	-56,5%
Outros passivos não circulantes	9.665	1,4%	9.809	1,6%	-1,5%
Total dos passivos não circulantes	185.784	26,3%	183.588	29,9%	1,2%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	148.802	21,0%	148.802	24,2%	0,0%
Reservas de capital	51.090	7,2%	51.090	8,3%	0,0%
Ajustes de avaliação patrimonial	6.143	0,9%	9.772	1,6%	-37,1%
Reservas de lucros	145.844	20,7%	81.267	13,2%	79,5%
Total de Patrimônio líquido dos acionistas controladores	351.879	49,9%	290.931	47,4%	20,9%
Participação dos acionistas não controladores	3.921	0,6%	3.565	0,6%	10,0%
Total do patrimônio líquido	355.800	50,4%	294.496	48,0%	20,8%
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	705.818	100,0%	613.931	100,0%	15,0%

ATIVO

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentou um crescimento total em seus ativos de 15,0% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, representando R\$91,9 milhões de incremento no período analisado. Esse aumento é devido, principalmente, ao incremento do Caixa e Equivalentes de Caixa.

Ativo Circulante*Caixa e Equivalentes de Caixa*

O maior crescimento de ativos circulantes é referente à rubrica de Caixa e Equivalentes de Caixa (conforme indicado acima) que aumentou de R\$76,9 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro e 2013, para R\$170,7 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro e 2014.

O aumento acima descrito deveu-se, principalmente, ao forte crescimento nas vendas registradas no exercício social encerrado em 31 de dezembro e 2014, que somaram R\$696,5 milhões, comparadas com vendas, que haviam somado R\$581,7 milhões no mesmo período de 2013, representando acréscimo de 19,7% ou R\$114,8 milhões de reais de receitas líquidas reforçaram o caixa da Companhia no ano de 2014.

Ativo Não-Circulante*Imobilizado*

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As aplicações em recursos no ativo imobilizado foram incrementadas em mais R\$5,5 milhões líquido de depreciação e baixas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, aumento este representado principalmente por aquisições de máquinas que representaram R\$4,7 milhões líquido de baixas e depreciações no ano de 2014.

PASSIVO

O passivo da Companhia apresentou aumento de 9,6%, comparando-se o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 com o mesmo período encerrado em 2014, representando um aumento total de R\$ 30,6 milhões devido, principalmente, ao aumento do saldo total de empréstimos e financiamentos.

Passivo Circulante

Nosso passivo circulante aumentou em R\$ 28,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, passando de R\$ 135,8 milhões no exercício social findo em 2013 para R\$ 164,2 milhões, representando um crescimento de 20,9%.

Tal acréscimo foi motivado, majoritariamente, pelo saldo total de empréstimos e financiamentos, cujo aumento líquido foi de R\$ 18,8 milhões, e pelo aumento de 86,1% na conta de dividendos mínimos obrigatórios (R\$16,9 milhões em 2014 comparado com R\$9,1 milhões em 2013), representando uma aumento de aproximadamente R\$ 7,8 milhões em razão do maior lucro líquido em 2014.

Passivo Não-Circulante

Nosso passivo não-circulante aumentou de R\$ 183,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 185,8 milhões em 31 de dezembro de 2013, representando um aumento de 1,2%, mantendo-se em linha em ambos os exercícios analisados.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido aumentou em R\$61,3 milhões no exercício social encerrado 31 de dezembro de 2014 em relação ao mesmo período em 2013, devido principalmente à maior retenção de lucros de R\$60,2 milhões no exercício (contra R\$39,3 milhões em 2013).

Fluxos de caixa

Períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2016 e 30 de setembro de 2015

A tabela abaixo apresenta os valores relativos aos fluxos de caixa para os períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2016 e 2015.

(Em milhares de reais – R\$)	30.09.2016	30.09.2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do período	83.938	70.942
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido gerado		
Despesas de imposto de renda e contribuição social	40.863	33.707
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa e glosas	6.503	4.513
Depreciações e amortizações	26.207	25.977
Ganho na baixa de ativos fixos	5.868	780
Despesas de juros de empréstimos, financiamentos, parcelamentos e	9.776	11.569
Provisões para riscos, fiscais, trabalhistas e cíveis	659	3.985
Atualização de passivos por compra de investimentos	4.961	(154)
	178.775	151.319
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(83.297)	(76.020)
Estoques	(1.033)	2.391

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Impostos a recuperar	1.820	(1.583)
Outros ativos (circulantes e não circulantes)	(2.468)	(9.234)
Depósitos judiciais	2.061	(2.036)
Fornecedores	5.576	8.810
Obrigações fiscais, sociais, salários e parcelamentos	(6.154)	293
Outros passivos (circulantes e não circulantes)	5.187	3.588
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	100.467	77.528
Outros Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos, parcelamentos	(16.043)	(12.390)
Pagamento de riscos fiscais e trabalhistas	(2.082)	(1.604)
Imposto de renda e contribuição social pagos durante o exercício	(23.244)	(10.266)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	59.098	53.268
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(18.272)	(43.542)
Créditos com empresas ligadas	163	148
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(18.109)	(43.394)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e Financiamentos		
- Captações	233	2.592
	(24.059)	(12.732)
- Amortizações		
Pagamento das obrigações de parcelamento)	(6.155)	(7.724)
Transações com não controladores	-	(1.405)
		(16.710)
Dividendos pagos	(16.860)	(16.710)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento	(46.841)	(35.979)
REDUÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(5.852)	(26.105)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do período	188.701	170.668
No fim do período	182.849	144.563
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(5.852)	(26.105)

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, a geração de caixa total da Companhia, considerando o EBITDA subtraído da aplicação em capital de giro, CAPEX, aquisição de participações societárias, pagamentos de juros, impostos e dividendos, resultou em uma redução de R\$ 5,9 milhões no caixa e equivalentes de caixa da Companhia comparado ao mesmo período de 2015.

Tais recursos foram aplicados, majoritariamente, na expansão das atividades do setor do Laboratório de Referência, nas atividades de investimento, na aquisição de participações societárias, e no pagamento de dividendos aos acionistas da Companhia.

Atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais apresentou um aumento de R\$5,8 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2016 comparado ao mesmo período em 2015, passando de R\$53,3 milhões para R\$59,1 milhões.

Esse aumento se deveu, principalmente à maior lucratividade das operações da Companhia nos nove primeiros meses de 2016, comparado com o mesmo período em 2015, aumentando em R\$13,0 milhões o lucro bem como por a) eventos que não afetaram o caixa de como: (i) ganhos na venda de ativos do imobilizado (R\$5,9 milhões) e (ii) atualização da dívida por compra de investimentos (R\$5,0 milhões); e b) redução de saída de caixa em Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes de R\$6,8 milhões, parcialmente compensados com o maior pagamento (R\$3,7

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

milhões) de juros sobre empréstimos, financiamentos, parcelamento e mútuos nos nove primeiros meses de 2016 comparados com o mesmo período de 2015.

Atividades de investimentos

O caixa líquido consumido nas atividades operacionais apresentou um decréscimo de R\$43,4 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 para R\$18,1 milhões no mesmo período de 2016.

Os principais investimentos no período foram de projeto de expansão das unidades (R\$ 4,5 milhões), dos quais R\$3,0 milhões foram ampliação de imagem, R\$ 8,3 milhões expansão do NTO, e R\$ 4,6 milhões em TI.

Atividades de financiamento

O caixa aplicado nas atividade de financiamento passou de R\$36,0 milhões para R\$46,8 milhões.

Esse aumento de R\$10,8 milhões foi causado, principalmente, pelas maiores amortizações de empréstimos e financiamentos (R\$ 11,3 milhões de principal) amortizado a mais nos nove primeiros meses de 2016. Uma vez que a os vencimentos da dívida foram maiores nos nove primeiros meses de 2016 do que no ano anterior em razão da previsão de carências nos contratos.

Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

A tabela abaixo apresenta os valores relativos aos fluxos de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais – R\$)	31.12.2015	31.12.2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	90.832	84.392
Despesas com imposto de renda e contribuição social no resultado	44.402	47.053
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa e glosas	6.187	4.781
Depreciações e amortizações e amortização	34.456	36.417
Ganho (perda) na baixa de ativos fixos	4.249	4.093
	-	(7.163)
Ganho com Instrumento financeiro derivativo		7.605
Variação cambial líquida	-	
Despesas de juros de empréstimos, financiamentos e parcelamentos	10.135	9.254
	6.518	4.641
Constituição de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis		
Atualização de passivos por compra de investimentos	5.059	(5.582)
Varição nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(34.538)	8.369
Estoques	(666)	9.732
Impostos a recuperar	(253)	(856)
	(2.220)	(5.215)
Outros ativos (circulante e não circulante)		
Depósitos judiciais	(2.143)	324

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Fornecedores	12.675	(16.701)
Obrigações fiscais, sociais, salários e parcelamentos	(24.210)	(22.202)
Outros passivos (circulante e não circulante)	(13.922)	2.308
Caixa gerados pelas atividades operacionais	136.561	161.250
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos e	(10.084)	(8.298)
Pagamentos de riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(4.178)	(2.921)
Imposto de renda e contribuição social pagos durante o exercício	(12.372)	(20.487)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	109.927	129.544
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações financeiras	-	(1.097)
Aquisições de controladas, líquido de caixa recebido	-	(192)
Aquisição de investimento, ágio e mais valia	-	(8)
Aquisição de imobilizado e intangível	(63.192)	(53.044)
Créditos com empresas ligadas	200	185
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(62.992)	(54.156)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
- Captações	16.983	39.626
- Amortizações	(22.687)	(8.558)
Dividendos e juros sobre o capital pagos	(21.109)	(12.684)
Transações com não controladoras	(2.089)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	(28.902)	18.384
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18.033	93.773
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	170.668	76.895
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	188.701	170.668
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18.033	93.773

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a geração de caixa total da Companhia, considerando o EBITDA menos aplicação em capital de giro, CAPEX, aquisição de participações societárias, pagamentos de juros, impostos e dividendos, resultou em um incremento de R\$ 18,0 milhões no caixa e equivalentes de caixa da Companhia comparado ao mesmo período de 2014.

Os recursos foram aplicados, majoritariamente, na expansão das atividades do setor do Laboratório de Referência, nas atividades de investimento, na aquisição de participações societárias, e no pagamento de dividendos aos acionistas da Companhia.

Atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais representou uma redução de R\$19,6 milhões. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o caixa gerado pelas atividades operacionais foi de R\$109,9 milhões comparado com R\$129,5 milhões em 31 de dezembro de 2014.

Essa redução foi observada pelo maior aumento no nosso saldo de contas a receber entre 31 de dezembro de 2014 e 2015, ocasionando uma variação de R\$28,3 milhões, parcialmente compensada pela despesa com atualização de passivos por compra de investimentos no montante de R\$5,0 milhões.

Colaborou também para essa redução o aumento de valores depositados em juízo em R\$2,1 milhões em no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 comparado o mesmo período de 2014.

Atividades de investimentos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O caixa líquido consumido/aplicado pelas atividades de investimento aumentou R\$ 8,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 comparado ao mesmo período de 2014, aumentando de R\$ 54,2 milhões para R\$ 63,0 milhões.

Os principais investimentos no período foram no projeto de expansão das unidades (R\$ 31,0 milhões), dos quais R\$ 16,4 milhões se referiram a ampliação de imagem, R\$ 9,6 milhões à expansão do NTO, R\$ 3,9 milhões em operações, principalmente em manutenção das instalações e R\$ 9,5 milhões em TI, R\$8,3 milhões em equipamentos produtivos que estavam como comodato com fornecedores.

Atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento consumiu R\$28,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 comparado com 2014, comparado com uma geração de caixa de R\$18,4 milhões em 31 de dezembro de 2014

Essa variação deveu-se principalmente a maior amortização dos empréstimos e financiamentos, que representaram R\$22,7 milhões, e pagamentos de dividendos a acionistas que consumiram R\$21,1 milhões do caixa das atividades de financiamentos.

Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013

A tabela abaixo apresenta os valores relativos aos fluxos de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais – R\$)	31.12.2014	31.12.2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	84.392	61.417
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido		
Despesas com imposto de renda e contribuição social no resultado	47.053	25.206
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa e glosas	4.781	11.585
Depreciações e amortizações e amortização	36.417	33.232
Ganho (perda) na baixa de ativos fixos	4.093	752
Ganho com instrumento financeiro derivativo	(7.163)	-
Variação cambial líquida	7.605	1.942
Despesas de juros de empréstimos, financiamentos e parcelamentos	9.254	8.843
Constituição de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	4.641	2.434
Ganho proveniente de liquidação antecipada de arrendamento mercantil	-	(1.344)
Atualização de passivos por compra de investimentos	(5.582)	-
	<u>185.491</u>	<u>144.067</u>
Variação nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber de clientes	8.369	(19.161)
Estoques	9.732	(8.171)
Impostos a recuperar	(856)	(6.349)
Outros ativos (circulante e não circulante)	(5.215)	(2.706)
Depósitos judiciais	324	(1.725)
Fornecedores	(16.701)	13.878
Obrigações fiscais, sociais, salários e parcelamentos	(22.202)	(16.537)
Outros passivos (circulante e não circulante)	2.309	(4.634)
	<u>161.251</u>	<u>98.662</u>
Caixa gerados pelas atividades operacionais		
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos e parcelamentos	(8.298)	(3.719)
Pagamentos de riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(2.921)	(4.863)
Imposto de renda e contribuição social pagos durante o exercício	(20.487)	(11.375)
	<u>129.545</u>	<u>78.705</u>
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		
	<u>129.545</u>	<u>78.705</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações financeiras	(1.097)	(2.126)
Aquisições de controladas, líquido de caixa adquiridos	(192)	(71.928)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Aquisição de investimento	(8)	-
Aquisição de imobilizado e intangível	(53.044)	(63.297)
Créditos com empresas ligadas	185	874
Caixa recebido na alienação de ativos	-	928
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(54.156)	(135.549)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos		
- Captações	39.626	67.271
- Amortizações	(8.558)	(9.749)
Dividendos e juros sobre o capital pagos	(12.684)	(15.346)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	18.384	42.176
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	93.773	(14.668)
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	76.895	91.563
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	170.668	76.895
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	93.773	(14.668)

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, a geração de caixa total da Companhia, considerando o EBITDA subtraído da aplicação em capital de giro, CAPEX, pagamentos de juros, impostos e dividendos, resultou em um incremento de R\$93,8 milhões no caixa e equivalentes de caixa da Companhia em relação exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Tais recursos foram aplicados, majoritariamente, na expansão das atividades do setor do Laboratório de Referência, nas atividades de investimento, e no pagamento de dividendos aos acionistas da Companhia.

Atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 alcançou R\$129,5 milhões, comparado com o R\$78,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 representando um acréscimo de R\$50,8 milhões na geração de caixa operacional no período comparativo.

Tal aumento deveu-se, principalmente, ao aumento do lucro líquido do exercício de 2014 em R\$ 23,0 milhões, alcançando R\$ 84,4 milhões comparado com o lucro líquido de R\$ 61,4 milhões, no exercício de 31 de dezembro de 2013.

Atividades de investimentos

O caixa líquido consumido/aplicado nas atividades de investimentos alcançou R\$ 54,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 comparado com R\$ 135,5 milhões no mesmo período de 2013.

Os principais investimentos no período foram no projeto de expansão das unidades (R\$ 29,7 milhões), dos quais R\$ 15 milhões se referiram a ampliação de imagem, R\$ 8,0 milhões à expansão do NTO e R\$ 2,3 milhões em operações, principalmente em manutenção das instalações, e R\$ 9,6 milhões em TI, R\$3,3 milhões em equipamentos produtivos que estavam como comodato com fornecedores.

Atividades de financiamento

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento alcançou R\$ 18,4 milhões em no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 comparado com o aumento caixa de R\$ 42,2 milhões no mesmo período em 2013, ocasionando, portando, uma diminuição no caixa gerado em R\$ 23,8 milhões no ano de 2014.

Tal fato deveu-se, principalmente, à menor captação de recursos de terceiros pela Companhia em 2014 comparado com 2013. No exercício de 2013 foram necessários recursos de terceiros para fazer frente às aquisições de sociedades. As captações reduziram de R\$ 67,2 milhões no exercício social findo em 2013 para R\$ 39,6 milhões em 2014.

Essa diminuição do caixa das atividades de financiamento foi parcialmente compensada pelo menor pagamento de dividendos no total de R\$ 12,7 milhões no exercício social findo em 2014 comparado com R\$ 15,3 milhões no exercício anterior.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações do emissor

(i) Descrição dos componentes importantes comparado com os da receita de prestação de serviços

No ano de 2015, realizamos 18,9 milhões de exames no segmento de Unidades de Atendimento (PSC) (aumento de 7,5% em relação a 2014, ano no qual realizamos 17,6 milhões de exames) e 41,7 milhões de exames no segmento de Laboratório de Referência (*lab-to-lab*), com crescimento de 9,7% comparado com o mesmo período de 2014 (38 milhões de exames).

Até 30 de setembro de 2016, realizamos 15,2 milhões de exames no segmento de Unidades de Atendimento (PSC), aumento de 5,9% em relação ao mesmo período de 2015, ano no qual realizamos 14,4 milhões de exames, e 40,8 milhões de exames no segmento de Laboratório de Referência (*lab-to-lab*).

Nossa receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

As receitas de prestação de serviços médicos, laboratoriais, de análises clínicas e serviços auxiliares de complementação diagnóstica e terapêutica são reconhecidas mensalmente mediante a efetividade da prestação dos serviços e quando benefícios econômicos decorrentes dessas prestações de serviços são transferidos aos beneficiários - clientes das Unidades de Atendimento (PSC) e clientes do Laboratório de Referência (*lab-to-lab*), independentemente da emissão do documento fiscal de faturamento (nota fiscal de serviços).

Adicionalmente, os serviços prestados e valorizados pela Companhia mas ainda não faturados (nota fiscal ainda não emitida ao final do período contábil mensal) são registrados na rubrica "Receita líquida de prestação de serviços".

Adicionalmente a Companhia está sujeita a riscos atinentes aos seus negócios do setor de saúde, os quais podemos citar:

- (i) No segmento Unidades de Atendimento parcela significativa da nossa receita de prestação de serviços decorre da receita gerada por nossos contratos com operadoras de planos de saúde, hospitais e empresas o que pode trazer um risco de dependência financeira com essas operadoras;
- (ii) Atrasos ou recusas, glosas de nossas fontes pagadoras para realizar os pagamentos que nos são devidos;
- (iii) Nossos sistemas integrados de tecnologia da informação, em caso de falhas, podem interromper as nossas operações de faturamento a clientes pessoas físicas e jurídicas e processamento de exames, ocasionando atrasos na entrega de exames e geração de caixa;
- (iv) Poderemos não ser capazes de realizar aquisições futuras a preços justos e/ou, essas aquisições podem não trazer os resultados esperados nos nossos negócios; e
- (v) A procura por exames depende da reputação das marcas regionais da Companhia com os médicos solicitantes e com o público demandante em geral.

É política da Companhia e de suas controladas contratar cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas

10.2 - Resultado operacional e financeiro

operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 18 de janeiro de 2017, a Companhia possuía apólices de seguro com indenização máxima prevista de R\$320.815.083,00, em que estão cobertos, entre outros, incêndios, alagamentos, acidentes de trabalho, danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O). Todavia o valor segurado pode não ser suficiente para cobrir nossos ativos em caso de sinistros e a Companhia continuar operando.

Estamos sujeitos a riscos de greves de pessoas e instituições públicas que são responsáveis por desembarço aduaneiro em razão de importação de materiais diretos e insumos para processamento de exames, vacinas e equipamentos do nosso ativo imobilizado.

O setor de saúde complementar, voltado para prestação de serviços em medicina diagnóstica e análises clínicas no Brasil é bastante regulamentado pelo Estado, é altamente competitivo e caminha para uma consolidação de empresas atuantes no setor. Tais fatos podem impactar em nossos negócios.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Diretoria da Companhia entende que a situação patrimonial e financeira da Companhia, está sujeita a incertezas relacionadas às condições macroeconômicas e políticas brasileiras, e também às condições adversas de mercado, como por exemplo:

- Instabilidade social e política;
- Aumento ou diminuição do PIB (Produto Interno Bruto) nacional;
- Apreciação ou depreciação do Real frente a outras moedas como Dólar ou Euro;
- Alterações nas políticas fiscais, repercutindo numa maior ou menor carga tributária sobre nossas operações;
- Excesso ou falta de ofertas no mercado de dívida nacional;
- Taxas de juros e inflação;
- Racionamento de energia; e
- Outros acontecimentos políticos sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil.

As alterações nestas variáveis podem afetar os resultados da Companhia positiva ou negativamente. O preço dos materiais e serviços da Companhia é negociado periodicamente com as diversas fontes pagadoras, utilizando como base os índices de inflação oficiais do país, dentre outras premissas.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Nos últimos 12 meses findos em 31 de dezembro de 2015, os índices de preços mostraram inflação acima das expectativas no curto prazo, resultado de elevação de preços de alimentos e, talvez, de maior persistência da inflação corrente. Tais resultados contribuíram para que o IPCA

10.2 - Resultado operacional e financeiro

apurado no final do ano de 2016 fosse de 6,29%, conforme divulgado pelo IBGE; ou seja, acima da meta de inflação estabelecida para o ano de 2016, qual seja 4,5%.

Os custos e despesas da Companhia são impactados principalmente pelos reajustes solicitados pelos fornecedores de materiais e serviços. Em um cenário de aumento de inflação no Brasil, é possível que a Companhia não consiga repassar os reajustes de preços dos serviços de forma a compensar completamente a majoração sobre os custos e despesas.

A taxa de câmbio não afeta diretamente a receita da companhia, mas afeta uma parcela do endividamento líquido indexadas ao dólar, o preço de alguns insumos para realização de exames também atrelados ao dólar e a capacidade de investimento em novas máquinas, peças e equipamentos, uma vez que partes desses equipamentos e peças são importados ou possuem preços atrelados ao dólar.

As desvalorizações do Real com relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como afetar adversamente as operações da companhia.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia somente atuou nos segmentos operacionais Unidades de Atendimento (PSC) e Laboratório de Referência nos exercícios de 2013, 2014 e 2015.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Visando suportar o crescimento de suas operações e dar capilaridade aos negócios da Companhia nos exercícios de 2015, 2014 e 2013, celebramos contratos de compra e venda de ações / cotas, tendo por objeto a aquisição do capital social de empresas de nosso ramo de atuação, conforme percentuais descritos no quadro abaixo:

<u>Nome da controlada</u>	<u>Principal atividade</u>	<u>Local de Constituição e operação</u>	<u>% de participação</u>	<u>Data do investimento</u>
2015				
Laboratório Padrão S.A.	Serviços de patologia clínica e Anatômica	Brasil	15%	08/12/2015
2014				
AnatomicalLab Anatomia Patológica e Citopatologia Ltda.(alterado para Diagnóstika Rio – Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda.)	Serviços de anatomia patológica, citopatologia e imunopatologia	Brasil	71,4%	10/01/2014
2013				
Laboratório Padrão S.A.	Serviços de patologia clínica e Anatômica	Brasil	80%	04/07/2013
Diagpar Holding S.A.	Participações em empresas de serviços de patologia cirúrgica e citologia	Brasil	71,40%	23/07/2013

Nos anos de 2014 e 2013, a Companhia constituiu as seguintes empresas que compõem o grupo:

<u>Nome da controlada</u>	<u>Principal atividade</u>	<u>Local de Constituição e operação</u>	<u>% de Participação</u>	<u>Data do Investimento</u>
2014				
IHP Comércio de Produtos para Saúde S.A.	Comercio Varejista de produtos farmacêuticos	Brasil	100%	17/02/2014
2013				
HP Import. Com. Loc. Prod. Máq. Equip. Diagn. Ltda.	Importação de máquinas e equipamentos	Brasil	100%	16/01/2013
Centro Diferenciado de Diagnóstico por Imagem S.A. – CDDI	Serviços de diagnóstico por imagem	Brasil	100%	06/05/2013

Adicionalmente, os saldos de investimentos em controladas são os seguintes:

30/09/2016 31/12/2015

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda.	2.693	2.380
Laboratórios Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	6.004	5.096
Laboratório Padrão S.A.	70.826	70.913
HP Import. Com. Loc. Prod. Máq. Equip. Diagn. Ltda.	1.008	974
Diagpar Holding S.A.	48.648	42.987
Biocod Biotecnologia Ltda.		9.132
Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A. - CDDI		199
IHP Comércio de Produtos para Saúde S.A	58	89
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	<u>14.330</u>	<u>14.833</u>
	<u>143.567</u>	<u>146.603</u>

Operações societárias ocorridas em 2016

Em 31 de agosto de 2016 o Conselho de Administração do Instituto Hermes Pardini aprovou a aquisição da totalidade da participação societária nas empresas Centro de Medicina Nuclear da Guanabara Ltda. e Diagnósticos Serviços Médicos Auxiliares Ltda., ambas com sede na cidade do Rio de Janeiro. O contrato de compra e venda de quotas referente a esta aquisição foi assinado pelas partes no dia 22 de outubro de 2016 e a aprovação sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) foi publicada no dia 2 de dezembro, tendo o fechamento da transação ocorrido em 23 de dezembro de 2016. A aquisição é parte da estratégia do Instituto Hermes Pardini de expansão do seu segmento de Unidades de Atendimento ao Paciente (PSCs) em grandes regiões metropolitanas.

(c) Eventos ou operações não usuais.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou operações não usuais.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, de 2014, de 2015 e para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board – IASB*) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

A Companhia emitiu novas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil e também de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros –IFRS, sobre as quais a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e a Deloitte Touche e Tohmatsu Auditores Independentes emitiram seus relatórios, respectivamente.

Adicionalmente as informações trimestrais em 30 de setembro, 30 de junho e 31 de março de 2016 foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não houve alteração nas práticas contábeis adotadas pela Companhia, havendo apenas houve a reemissão de novas dos relatórios dos auditores com base nas demonstrações financeiras elaboradas com base no de acordo com as IFRS.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nos relatórios de auditoria e de revisão, conforme o caso, dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 e sobre os períodos de três, seis meses e nove meses findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2016, respectivamente, não foram feitas ênfases ou ressalvas.

Com relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, no entanto, o auditor independente da Companhia à época, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, inseriu um parágrafo de ênfase em seu relatório de auditoria no sentido de que, em 30 de agosto de 2013, foi emitido um relatório de auditoria com ressalva sobre as demonstrações financeiras da Companhia, contendo qualificação quanto à ausência de conciliação dos créditos tributários utilizados na compensação de impostos e contribuições federais dos últimos cinco anos com os respectivos informes de rendimentos enviados pelas fontes retentoras. A Companhia, no entanto, apresentou os estudos e as análises referentes à este tema, motivo pelo qual, a Deloitte entendeu que a referida ressalva não seria mais necessária, emitindo nova opinião, sem modificações do relatório de auditoria.

Com relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, no entanto, o auditor independente da Companhia à época, a Deloitte

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Touche Tohmatsu Auditores Independentes, inseriu um parágrafo de ênfase em seu relatório de auditoria sobre a reapresentação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 e 2013, de forma a refletir reclassificações e ajustes adicionais. As principais modificações estão detalhadas na nota explicativa 2.9 e sumariadas a seguir: (i) reclassificação de aplicações financeiras vinculadas às obrigações por compra de investimentos, originalmente apresentadas no grupo de caixa e equivalentes de caixa, para o grupo de aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante; (ii) complemento das provisões para perdas com créditos de liquidação duvidosa de serviços prestados a faturar e faturados; (iii) reconhecimento de impostos fiscais diferidos, decorrentes do ajuste descrito no item (iv) reclassificação das provisões para perdas em controladas, para o grupo de investimentos no ativo; e (v) complemento de demais notas explicativas.

10.5 - Políticas contábeis críticas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia, dos passivos incorridos na data de aquisição e devidos aos então acionistas controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma investida para auferir benefícios de suas atividades e está exposta ou tem direitos a retornos variáveis decorrentes de seu investimentos com as investidas.

Como prática usual e normal na elaboração de nossas demonstrações financeiras a Administração faz uso de determinadas estimativas e julgamentos para definição de valores a serem registrados contabilmente. Os critérios observados para elaboração das estimativas contábeis são revisados pelo menos uma vez por ano. As principais contas e ou grupo de contas sujeitas a estimativas e julgamentos são:

(i) Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e previdenciários: a Administração avalia as contingências passivas existentes cujo prognóstico de perda seja provável para a Companhia e estima valores para desembolso e liquidação de causas. Esta avaliação é feita pela Administração anualmente em conjunto com seus assessores jurídicos internos e externos e revisada a cada balanço trimestral.

(ii) Provisões para perdas sobre contas a receber: (a) Créditos de liquidação duvidosa: a é constituída para os títulos vencidos acima de 120 dias e a Administração entende que esse critério é razoável para cobrir os riscos de inadimplência de clientes. (b) Glosas: como parte da nossa operação a receita de prestação de serviços fica sujeita a análises dos nosso clientes, principalmente planos de saúde conveniados, podendo haver discordância de alguns itens faturados. A Administração efetua essas análises e as provisões sobre glosas são estimadas quando se entende não haver perspectivas de recuperação dos valores a receber na data das demonstrações financeiras.

A receita somente é reconhecida quando da efetivação dos serviços prestados e não recair dúvidas sobre a sua realização e conversão em caixa.

(iv) Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment) e definição de vida útil dos ativos imobilizados: a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens relevantes do ativo imobilizado e intangível com vida útil definida, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são julgadas representativas das vidas úteis dos mesmos.

10.5 - Políticas contábeis críticas

(v) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são estimados e reconhecidos até o limite dos lucros tributáveis futuros. A realização desse ativo dependerá do grau de êxito nos planos de lucratividade futura da Companhia.

(vi) Instrumentos financeiros e derivativos (SWAP): as notas explicativas das nossas demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 e 2014 oferecem informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia entende que não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras apresentadas.

(a) Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

Contratos de locação: a Companhia possui contratos de locação de imóveis relacionados às suas unidades de atendimentos, postos de coletas e unidades administrativas. Em grande parte, esses contratos são mantidos com a parte relacionada Empreendimentos Imobiliários Vista Alegre.

Os contratos de locação têm, em geral, prazo indeterminado e os valores pagos a título de aluguel sofrem correção anual com base no IGP-M.

Os montantes estimados a serem pagos a título de aluguel para os próximos 5 anos, com relação às locações contratadas até 31 de dezembro de 2015, são como segue:

	Cronograma de pagamento	
	Controladora	Consolidado
2016	9.669	18.675
2017	10.194	19.685
2018	10.712	20.682
2019	11.236	21.692
2020	11.775	22.731
	<u>53.586</u>	<u>103.465</u>

Contratos de manutenção de máquinas: no curso normal das operações, a empresa tem por prática manter contratos de aluguéis e manutenção de equipamentos de alta tecnologia para uso na prestação de serviços. Alguns contratos são por prazo indeterminado, não sendo, por isso, possível estabelecer o montante total de desembolsos futuros.

Os montantes estimados a serem pagos para os próximos 5 anos dos contratos de aluguéis e manutenção contratados até 31 de dezembro de 2015, são como segue:

	Cronograma de pagamento	
	Controladora	Consolidado
2016	15.669	19.485
2017	16.520	20.541
2018	17.359	21.583
2019	18.208	22.637
2020	19.082	23.724
	<u>86.838</u>	<u>107.970</u>

Contratos de locação de veículos: a Sociedade possui contratos de locação de veículos para toda sua frota. Os contratos são assinados para períodos não superiores a 24 meses de modo a permitir a renegociação dos valores cobrados pelas locadoras. Atualmente, a Sociedade possui contratos assinados com dois grandes fornecedores.

Os contratos de locação de veículos são cobrados com base em uma tabela fixa mais custos variáveis decorrentes de excesso de quilometragem. A correção dos valores acontece no momento da renegociação do contrato.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os montantes dos aluguéis contratados até 31 de dezembro de 2015. são como segue:

	Cronograma de pagamento	
	Controladora	Consolidado
2016	3.501	3.746
2017	3.691	3.950
2018	3.879	4.152
2019	4.069	4.356
2020	4.264	4.565
	<u>19.404</u>	<u>20.769</u>

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, tendo em vista que não há itens que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

A Companhia entende que os itens inseridos na seção 10.6(a) não tem a capacidade de alterar ou vir a alterar qualquer item das demonstrações financeiras apresentadas, visto que se tratam de despesas operacionais usuais da Companhia, que já estão contempladas em suas previsões de fluxos de caixa e orçamentos de despesas operacionais.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens que alteram ou poderão alterar as receitas, despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens que alteram ou poderão alterar as receitas, despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.8 - Plano de Negócios

(a) Investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia, desde sua fundação em 1977, vem investindo significativamente em crescimento orgânico e mais recentemente (a partir de 2012) por meio de aquisições. Os principais investimentos são direcionados ao ativo imobilizado para consecução dos nossos objetivos sociais de prestação de serviços de análises clínicas e diagnósticos por imagens e também para dar suporte ao nosso crescimento orgânico e por aquisições.

Máquinas e equipamentos para análises clínicas, diagnósticos por imagem e de outras especialidades e Benfeitorias e Instalações em Imóveis de terceiros, locais onde funcionam nossas lojas de atendimento foram os investimentos mais relevante com os que fizemos nos últimos anos representando cerca de 73% do nosso ativo imobilizado.

A movimentação do ativo imobilizado abaixo demonstra a transformação da Companhia e o volume desses investimentos nos últimos dois anos e nove meses do ano de 2016:

(Em milhares de reais – R\$)

	Consolidado						
	31/12/2015	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Reclassificação	30/09/2016
Edificações	6.534	-	-	(345)	-	-	6.189
Veículos	99	-	-	(36)	-	-	63
Móveis e utensílios	8.017	301	(54)	(989)	56	-	7.331
Equipamentos de informática	6.813	712	(36)	(2.178)	9	-	5.320
Máquinas e equipamentos	83.077	7.886	(206)	(12.689)	8.761	-	86.829
Equipamentos de segurança	494	10	-	(52)	2	-	454
Instalações	28.380	-	-	(4.002)	(48)	-	24.330
Equipamentos de comunicação	541	4	(3)	(86)	3	-	459
Equipamentos de refrigeração	6.596	417	(68)	(746)	4	-	6.203
Benfeitorias em imóveis de terceiros	55.820	3.843	(1.595)	(1.862)	558	-	56.764
Imobilizado em trânsito	5.242	-	-	-	(2.913)	(194)	2.135
Imobilizados em andamento	5.954	35	-	-	(5.954)	-	35
Benfeitorias em andamento	679	26	(227)	-	(478)	-	-
	208.246	13.234	(2.189)	(22.985)	-	(194)	196.112

(Em milhares de reais – R\$)

	31/12/2014	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	31/12/2015
Edificações	7.086			(552)		6.534
Veículos	152			(53)		99
Móveis e utensílios	7.474	1.828	(54)	(1.258)	27	8.017
Equipamentos de informática	7.695	2.465	(10)	(3.335)	(1)	6.814
Máquinas e equipamentos	80.197	17.626	(316)	(16.049)	1.618	83.076
Equipamentos de segurança	464	91		(61)		494
Instalações	33.723			(5.344)		28.379
Equipamentos de comunicação	634	28	(1)	(122)	1	540
Equipamentos de refrigeração	6.099	1.603	(157)	(963)	15	6.597
Benfeitorias em imóveis de terceiros	43.517	10.392	(8)	(2.683)	4.603	55.821
Imobilizado em trânsito		5.436	(194)			5.242
Imobilizados em andamento	2.678	8.334	(3.410)		(1.648)	5.954
Benfeitorias em andamento	566	4.827	(99)		(4.615)	679

10.8 - Plano de Negócios

190.285	52.630	(4.249)	(30.420)	208.246
---------	--------	---------	----------	---------

(Em milhares de reais – R\$)

	<u>31/12/2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação</u>	<u>transferências</u>	<u>31/12/2014</u>
Edificações	7.637			(551)		7.086
Veículos	231	70	(26)	(123)		152
Móveis e utensílios	7.373	1.407	(1.144)	(1.146)	984	7.474
Equipamentos de informática	8.516	3.204	(430)	(4.779)	1.184	7.695
Máquinas e equipamentos	75.456	14.415	(4.410)	(16.214)	10.950	80.196
Equipamentos de segurança	242	203	(4)	(48)	71	464
Instalações	40.608	19	(54)	(5.357)	(1.493)	33.723
Equipamentos de comunicação	748	256	(44)	(121)	(204)	635
Equipamentos de refrigeração	3.824	1.013	(14)	(802)	2.078	6.099
Benfeitorias em imóveis de terceiros	24.681	8.859	(530)	(2.928)	13.435	43.517
Imobilizado em trânsito		25			(25)	
Imobilizados em andamento	1.414	7.432	(2)		(6.166)	2.678
Benfeitorias em andamento	14.018	7.375	(14)		(20.813)	566
	<u>184.748</u>	<u>44.278</u>	<u>(6.672)</u>	<u>(32.069)</u>		<u>190.285</u>

O plano de investimento da Companhia para os próximos anos é continuar investindo e crescendo, seja organicamente ou por meio de aquisições, conforme vem sendo realizado desde 2013.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da companhia serão financiados por meio da geração de caixa da própria Companhia, com empréstimos, financiamentos e emissão de valores mobiliários.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não está realizando nenhum desinvestimento e não planeja que sejam realizados qualquer tipo de desinvestimentos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, uma vez que não há aquisições realizadas que não tenham sido divulgadas pela Companhia.

(c) Novos produtos e serviços**(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável, uma vez que atualmente não há pesquisas em andamento realizadas pela Companhia que já tenham sido divulgadas.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, foram gastos R\$500 mil em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10.8 - Plano de Negócios

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, uma vez que atualmente não há projetos realizadas pela Companhia que já tenham sido divulgadas.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, foram gastos R\$1,57 milhões no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, as despesas com publicidade da Companhia somavam R\$ 5,8 milhões, comparado a um gasto total de R\$ 4,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015. A Companhia acredita que estas despesas estão em linha com a sua estratégia de consolidar o reconhecimento de suas marcas no território nacional.

A Companhia opta, por ser facultativo, pela não divulgação de projeções de ordem econômica e/ou financeira relacionadas às suas atividades ou às de suas controladas

(a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência

Não aplicável tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(a) atribuições de cada órgão e comitê, identificando se possuem regimento interno próprio

Conselho de Administração

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por 5 (cinco) membros efetivos e até 5 (cinco) membros suplentes, acionistas ou não, residentes no Brasil ou no exterior, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição. Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, no mínimo 20% dos membros do Conselho de Administração deverão ser conselheiros independentes.

Além de outras matérias previstas em lei e no Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração: (a) eleger e destituir os membros da Diretoria e fixar-lhes atribuições; (b) fiscalizar, supervisionar, aconselhar e apoiar a Diretoria no cumprimento do objeto social da Companhia; (c) convocar a assembleia geral quando julgar conveniente, ou nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (d) manifestar-se previamente sobre o voto a ser proferido no âmbito das sociedades controladas e coligadas, relativamente às operações de (i) incorporação, cisão, fusão e transformação; (ii) aquisição, alienação e oneração de bens imóveis e (iii) alteração de seus contratos sociais e regimentos internos; (e) indicar os administradores das sociedades coligadas e controladas pela Companhia; (f) estabelecer a orientação geral e o direcionamento estratégico dos negócios da Companhia e de suas controladas; (g) indicar o auditor independente da Companhia e/ou de sociedades controladas pela Companhia; (h) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (i) autorizar a prática, por suas controladas, de atos que necessitem de aprovação da Companhia, exceto se de outra forma previsto no respectivo contrato ou estatuto social; (j) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgada em até 15 dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e (k) definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação de laudo de avaliação das ações de emissão da Companhia nos casos de ofertas públicas de aquisição de ações (“OPA”) para cancelamento de registro de companhia aberta ou para a saída do Novo Mercado.

Ainda, estarão sujeitos à aprovação do Conselho de Administração: (i) qualquer mudança substancial na estratégia da Companhia; (ii) a participação da Companhia em qualquer *joint venture*, consórcio, sociedade em conta de participação ou empreendimento similar; (iii) a aprovação do orçamento anual e de alterações importantes a ele relativas; (iv) qualquer acordo em ação judicial ou procedimento arbitral envolvendo valor igual ou superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual; (v) uma vez ultrapassado o limite global previsto no orçamento anual, a assunção de dívidas e/ou celebração de contratos financeiros envolvendo valor igual ou superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual, seja em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas; (vi) investimentos de capital individuais não previstos no orçamento anual cujo valor seja igual ou superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual; (vii) a celebração de qualquer contrato, acordo ou compromisso

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(exceto assunção de dívidas e contratos financeiros, os quais são regidos pelo disposto no item (v) acima) não previsto no orçamento anual e não relacionado à manutenção do giro normal das atividades mercantis da Companhia que represente obrigação em valor igual ou superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas; (viii) a aquisição, venda ou alienação de ativos fixos da Companhia não prevista no orçamento anual e que envolva valor igual ou superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual, seja em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas; (ix) a renúncia, pela Companhia, a qualquer direito (incluindo acordos com clientes) cujo valor seja igual ou superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas; (x) a prática de qualquer dos atos acima mencionados pelas sociedades controladas pela Companhia, e (xi) a emissão pública ou privada de debêntures não conversíveis, notas promissórias e outros títulos e valores mobiliários não conversíveis em ações.

O Conselho de Administração não possui regimento interno próprio, estando sujeito às disposições da Lei das Sociedades por Ações, do estatuto social da Companhia, do Regulamento do Novo Mercado e demais normas aplicáveis.

Diretoria

A Diretoria da Companhia será composta por no mínimo 2 (dois) e, no máximo, 8 (oito) membros, acionistas ou não, residentes no País, todos eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, sendo um Presidente, um Diretor de Relações com Investidores, um Diretor Administrativo e Financeiro, um Vice-Presidente, um Diretor Comercial Corporativo, um Diretor de Produção, um Diretor de Operações e um Diretor de Negócios, eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Como regra geral e ressalvadas determinadas exceções descritas em seu Estatuto Social, a Companhia se obriga validamente sempre que representada por: (a) dois membros da Diretoria; (b) um membro da Diretoria e um procurador com poderes específicos; ou (c) dois procuradores com poderes específicos.

Compete à Diretoria da Companhia, em geral, (i) o exercício das atribuições que a lei e o Estatuto Social lhe conferem para assegurar o pleno e regular funcionamento da Companhia e das suas controladas, coligadas e divisões de negócios; (ii) apresentar, anualmente, até o encerramento de cada exercício social, à apreciação do Conselho de Administração, proposta de orientação geral dos negócios da Companhia, de suas controladas e das divisões de seus negócios, relativa ao exercício seguinte, incluindo: (a) a estratégia empresarial das divisões de negócios da Companhia e de suas controladas e coligadas; (b) a estrutura operacional dos negócios, indicando o Diretor que deverá ser responsável pelo acompanhamento de cada uma das suas divisões; (c) o orçamento e plano de metas de cada divisão de negócios; (d) a política de investimentos e desinvestimentos de cada divisão de negócios; (e) a remuneração dos administradores de cada divisão de negócios; (f) a estrutura de capital necessária à execução do orçamento e plano de metas de cada divisão de negócios; e (g) planejamento de pagamento de juros sobre o capital próprio; (iii) apresentar, anualmente, nos 3 (três) meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação do Conselho de Administração e dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício social, bem como proposta para destinação do lucro líquido, observadas as disposições legais aplicáveis e do Estatuto Social; (iv) a eleição e destituição dos administradores das sociedades controladas e coligadas de acordo com as indicações feitas pelo Conselho de Administração; (v) abrir e encerrar filiais, depósitos, escritórios ou representações em qualquer localidade do País e do exterior, quando as conveniências sociais o indicarem; (vi) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias e de investimento; (vii) transigir, renunciar, desistir, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações de

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

recursos, adquirir, onerar e alienar ativos e conceder garantias, assinando os respectivos termos e contratos; (viii) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais; e (ix) cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia, pela lei e pelo Estatuto Social.

A Diretoria não possui regimento interno próprio, estando sujeita às disposições da Lei das Sociedades por Ações, do estatuto social da Companhia, do Regulamento do Novo Mercado e demais normas aplicáveis.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal será composto por três membros efetivos e três suplentes e não terá funcionamento permanente, somente sendo instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas.

O Conselho Fiscal não possui regimento interno próprio, estando sujeito às disposições da Lei das Sociedades por Ações, do estatuto social da Companhia, do Regulamento do Novo Mercado e demais normas aplicáveis.

Comitês

A Companhia não possui comitês estatutários.

(b) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

Não aplicável.

(c) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê e de seus membros, identificando o método utilizado

A Companhia possui mecanismos de avaliação e indicadores formais de desempenho para os seus diretores estatutários, os quais são revistos anualmente pelo Conselho de Administração. A título ilustrativo, para o ano de 2016, foram aprovadas as seguintes metas: Fator Corporativo, Fator Negócio Apoio, Fator Negócio Lojas, Fator Negócio Controlada, Objetivos Individuais e Avaliação de Desempenho.

As metas estabelecidas pelo Conselho de Administração tem como parâmetro os acordos coletivos celebrados com os sindicatos dos quais a companhia mantém relacionamento. Para maiores informações sobre o relacionamento da Companhia com sindicatos, ver item 14.4 deste Formulário de Referência.

A avaliação de desempenho baseada em competências e valores se propõe a apoiar na melhoria do desempenho dos colaboradores em geral, incluindo os executivos da Companhia, contribuindo para uma cultura de alta performance e promovendo a gestão de meritocracia. Esses mecanismos visam a subsidiar a tomada de decisão no que se refere à remuneração paga aos executivos.

Para garantir a gestão de resultados é realizado o acompanhamento periódico de metas junto aos principais executivos da Companhia. Além disso, ao Conselho de Administração compete recomendar a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas atribuições.

O Conselho de Administração estabelece ações à seus diretores, baseadas nos planos de negócio definidos pela Companhia, observados os parâmetros orçamentários, e projetos estratégicos desenvolvidos pela Companhia.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Assim, os membros do Conselho de Administração periodicamente efetuam o acompanhamento de tais ações, o que lhes permite, dentre outras questões, avaliar o desempenho de cada órgão.

Não há mecanismos formais de avaliação dos membros do Conselho de Administração.

(d) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

As competências específicas de cada Diretor estão descritas abaixo:

- (i) Compete ao **Diretor Presidente**: a direção geral dos negócios da Companhia, a convocação e presidência das reuniões da Diretoria Executiva e a coordenação dos trabalhos dos demais diretores e do processo de tomada de decisão; a representação ativa e passiva da Companhia em todas as suas relações com terceiros, em juízo ou fora dele, podendo nomear procuradores e prepostos para que prestem depoimentos em nome da Companhia perante as autoridades requisitantes, responsabilizando-se pelos resultados econômico-financeiros da Companhia e pela proteção de seu nome; a organização e supervisão das políticas e diretrizes de Recursos Humanos; a supervisão do cumprimento das políticas e normas estabelecidas pelo Conselho de Administração e das deliberações tomadas em Assembleia Geral, e zelar pela observância da lei e do Estatuto Social.
- (ii) Compete ao **Diretor de Relações com Investidores**: responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, mantendo atualizados os registros da Companhia nessas instituições; representar a Companhia perante a CVM, as Bolsas de Valores e demais entidades do mercado de capitais, bem como prestar informações relevantes aos investidores, ao mercado em geral, à CVM e à BM&FBOVESPA, além de outras funções estabelecidas em lei e na regulamentação vigente.
- (iii) Compete ao **Diretor Administrativo e Financeiro**: administrar, gerir e controlar a Área Administrativa Financeira, tendo como principais atribuições, além daquelas cometidas por lei, a organização e supervisão geral das atividades das áreas de Finanças, Controladoria, Auditoria, Contabilidade, Jurídico, Patrimonial, Tecnologia da Informação; prover os recursos financeiros necessários à expansão da Companhia, conforme Orçamento Anual, conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento e os serviços correlatos.
- (iv) Compete ao **Vice-Presidente**: administrar, dirigir e controlar a Unidade Estratégica de Negócio atendimento, tendo como principais atribuições, além daquelas cometidas por lei, a gestão e controle do atendimento das unidades de captação da Companhia, serviços de imagem e vacinas; desenvolver e implementar a estratégia comercial e de marketing junto às autogestões, operadoras de planos de saúde (seguro saúde, cooperativas médicas e empresas de medicina de grupo) e afins; o planejamento, gestão e controle da central de relacionamento com os clientes e dos serviços de segurança e medicina do trabalho.
- (v) Compete ao **Diretor Comercial Corporativo**: administrar, dirigir e controlar a Unidade Estratégica de Negócio Apoio e Criopreservação, tendo como principais atribuições, além daquelas cometidas por lei, desenvolver e implementar a estratégia comercial e de marketing da unidade de negócio apoio e de seus serviços; a promoção de pesquisas de mercado; a definição dos preços dos serviços, encargos e prazos de pagamentos em razão das condições do mercado e dos custos; a fixação das diretrizes e da política de relacionamento com os clientes.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (vi) Compete ao **Diretor de Produção**: administrar, dirigir e controlar os processos técnicos analíticos das áreas produtivas, tendo como principais atribuições, além daquelas cometidas por lei, a responsabilidade pela produção de análises clínicas para as unidades estratégicas de negócios e serviços hospitalares laboratoriais; os serviços de assessoria científica e pesquisas em análises clínicas e auxiliares de complementação diagnóstica e terapêutica; a garantia do cumprimento das normas regulamentares, da regularidade dos procedimentos técnicos e rotinas estabelecidas e das políticas de qualidade e certificação inerentes ao negócio.
- (vii) Compete ao **Diretor de Operações**: planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades das áreas de Manutenção Patrimonial, Segurança, Logística, Almoxarifado, Alimentação, Transportes e Supply, fixando políticas de gestão, definindo, elaborando e garantindo o orçamento das áreas sob sua responsabilidade, visando atingir os objetivos definidos pelo Conselho de Administração, tendo como principais atribuições, além daquelas cometidas por lei, assegurar e executar o trabalho observando aspectos relativos à Segurança no trabalho, utilizando adequadamente EPIs e padrão de comportamento, cumprindo legislação vigente e normas internas; coordenação dos assuntos inerentes a sua área de atuação, apresentando e discutindo soluções para problemas e irregularidades, a fim de subsidiar a definição e implementar as ações a serem adotadas e auxiliar na busca pelo melhoramento contínuo dos processos das áreas; e execução de outras tarefas correlatas.
- (viii) Compete ao **Diretor de Negócios**: definir as políticas e diretrizes específicas de sua área de atuação; participar no processo de elaboração do planejamento estratégico da instituição, propondo metas, táticas e ações específicas para o cumprimento dos objetivos estabelecidos; realizar integração do *BackOffice* corporativo da Companhia com empresas controladas; estabelecer modelos replicáveis de atendimento, expansão, e integração; validar propostas de metas a serem alcançadas pela área de atendimento, e administrativa das empresas controladas; acompanhar o monitoramento dos indicadores de desempenho das empresas do grupo e do atendimento; validar as propostas de mudanças diante de não conformidades dos processos de atendimento e administrativos; desenvolver as lideranças médias, dentro da política de qualidade e eficiência do grupo da Companhia; estabelecer e manter uma rede de relacionamentos junta aos órgãos gestores e regulamentadores da saúde pública; estabelecer e manter uma rede de relacionamentos junta as fontes pagadoras, públicas e operadoras de saúde; articular e gerenciar convênios de cooperação mútua e parcerias negociais com os órgãos gestores da saúde e/ou outras instituições; representar a instituição perante os órgãos fiscalizadores, regulamentadores, representativos de classe e judiciais durante a realização de perícias, auditorias, fiscalizações e demais visitas atreladas as atividades da empresa; fazer visitas a outras instituições.

Além das atribuições acima citadas competirão ainda aos Diretores, sem prejuízo de demais encargos estabelecidos pelo Conselho de Administração: elaborar o relatório anual, as demonstrações financeiras do período e balancetes intermediários; elaborar propostas de planos de extensão e modernização da Companhia; aprovar e modificar os quadros organizacionais e regulamentos internos; autorizar a abertura e o encerramento de filiais no país e no exterior.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(a) prazos de convocação

A Companhia adota os prazos previstos na Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, sendo que a Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, a cada ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, quando os interesses sociais exigirem, mediante convocação na forma da lei.

A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração, nos termos da lei, com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência, contado o prazo da primeira publicação do anúncio. Não se realizando a Assembleia Geral, será publicado novo anúncio de segunda convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias. Será dispensada a convocação se verificada a presença da totalidade dos acionistas na Assembleia Geral.

Nos termos e para os fins da legislação aplicável, especialmente ao que concerne o artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, conforme aplicável, a CVM poderá, a seu exclusivo critério, mediante decisão fundamentada de seu Colegiado, a pedido de qualquer acionista, e ouvida a companhia: (i) aumentar, para até 30 dias, a contar da data em que os documentos relativos às matérias a serem deliberadas forem colocados à disposição dos acionistas, o prazo de antecedência de publicação do primeiro anúncio de convocação da assembleia geral de companhia aberta, quando esta tiver por objeto operações que, por sua complexidade, exijam maior prazo para que possam ser conhecidas e analisadas pelos acionistas; e (ii) interromper, por até 15 dias, o curso do prazo de antecedência da convocação de assembleia geral extraordinária de companhia aberta, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à assembleia e, se for o caso, informar à companhia, até o término da interrupção, as razões pelas quais entende que a deliberação proposta à assembleia viola dispositivos legais ou regulamentares.

A Companhia não adota práticas diferenciadas em relação ao previsto na legislação societária.

(b) competências

Observado o disposto no Estatuto Social e nos Acordos de Acionistas, as deliberações e aprovações serão tomadas por acionistas representando a maioria do capital social votante da Companhia presentes à Assembleia Geral.

Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei e no Estatuto Social, deliberar sobre as seguintes matérias:

- (i) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- (ii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- (iii) reformar o Estatuto Social;
- (iv) deliberar sobre operações de fusão, incorporação, cisão ou transformação em que a Companhia seja parte, bem como sobre sua dissolução ou liquidação;
- (v) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- (vi) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

- (vii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- (viii) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- (ix) aprovar a saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA;
- (x) aprovar o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM, ressalvado o disposto no artigo 38, parágrafo 2º, do Estatuto Social;
- (xi) aprovar a escolha de empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações de emissão da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta perante a CVM ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Capítulo VI do Estatuto Social, dentre as empresas indicadas em lista tríplice pelo Conselho de Administração;
- (xii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; e
- (xiii) aprovar investimento fora do objeto social da Companhia.

(c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos estarão disponíveis em <http://www3.hermespardini.com.br/RI> , menu "Relações com Investidores", no website da CVM (www.cvm.gov.br) e no website da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br).

Os documentos também estarão disponíveis na sede social da Companhia, localizada na Rua Aimores, nº 66, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP: 30.140-070.

(d) identificação e administração de conflito de interesses

A Companhia conta com um Código de Conduta e Ética Empresarial. O Código de Conduta e Ética Empresarial consolida e formaliza a referência de conduta de todas as empresas do grupo econômico da Companhia no relacionamento dentre todos os colaboradores, clientes e fornecedores.

O Código de Ética tem como objetivo orientar as ações e a tomada de decisões de todos os colaboradores das empresas do grupo, nos diversos níveis de relacionamento empresarial e operacional, incluindo os estagiários, jovens aprendizes e terceiros.

- Princípios Gerais do Código de Ética: A Companhia possui normas e procedimentos que devem ser seguidas por todos, para que assim seja possível desfrutar de um ambiente de trabalho ético e organizado.

As relações interpessoais devem se basear, acima de tudo, no respeito mútuo, nos princípios da legalidade e honestidade, devendo os colaboradores zelar pelo sigilo das informações referentes a Companhia.

O uso da internet e do e-mail deve ser empregado apenas para desenvolver as atividades atribuídas aos colaboradores.

A postura de cada colaborador das empresas do grupo econômico da Companhia deve se pautar pela ética e pelo compromisso com os valores empregados pela Companhia. Deve-se evitar

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

qualquer conduta que possa denegrir ou colocar em risco a reputação das empresas do grupo econômico da Companhia.

- Identificação e Administração de Conflitos de Interesses: A prática recomendada pela Companhia para possíveis conflitos de interesse é baseada no princípio de que o colaborador deverá tomar decisões e agir sempre de maneira idônea, sem se deixar influenciar por questões particulares, de familiares ou de amigos que possam afetar seu julgamento em relação à atividade na qual ele esteja envolvido, ou seja, deve-se recusar a promover qualquer forma de favorecimento ou a agir contra os interesses das nossas empresas.

Todas as situações que possam gerar conflito de interesse deverão ser discutidas com a liderança imediata, com a Consultoria Interna de Desenvolvimento Humano e Organizacional ou com o DHO local, a fim de resolver a situação de uma maneira justa e transparente. É dever de todos assegurar que os conflitos sejam solucionados adequadamente.

- Comunicação de Irregularidades: Todos os colaboradores devem aderir e aplicar o modelo contido no documento “Princípios do Grupo Pardini de Conduta e Ética” no dia a dia da empresa. Qualquer atitude que não respeite as orientações desse Código e viole os princípios éticos da organização, deve ser comunicada à liderança imediata ou à Consultoria Interna/DHO ou DHO local, que tem dentre as suas atribuições, a competência de receber e dar tratamento adequado ao assunto.

Nesses casos, as sociedades do grupo econômico da Companhia asseguram a todos o sigilo da identidade, de forma a evitar possíveis constrangimentos no ambiente de trabalho. O Grupo Hermes Pardini repudia a prática da denúncia vazia, conspiratória ou vingativa.

Quando da narrativa de fatos que possam ser prejudiciais aos interesses da Companhia, serão garantidos ao interlocutor o anonimato e não serão admitidas retaliações ou punições contra os profissionais das empresas do grupo ou a quaisquer pessoas que apresentem críticas, sugestões, denúncias ou reclamações.

Registra-se que é inadmissível atos contra profissionais que, cumprindo o seu dever, comuniquem uma preocupação através dos canais competentes. A Companhia conta os canais de comunicação específicos para sugestões, reclamações, críticas e dúvidas.

Situações que eventualmente possam não estar descritas no documento de Princípios do Grupo Pardini de Conduta e Ética Empresarial e/ou gerarem dúvidas, devem ser comunicadas para a área de Consultoria Interna/DHO ou DHO local para que possam julgar se ocorreu violação do código de Ética e deliberar em questões de dúvida sobre a interpretação do texto.

Os casos de violação do Código de Ética pela Diretoria serão deliberados pelo Conselho de Administração.

Todos os colaboradores têm acesso ao conteúdo do código de Ética no período de admissão nas empresas do grupo e sempre que acontecerem modificações no seu texto. Além disso, recebem uma cópia física contendo todas as informações e assinam Termo de Ciência. Este termo é arquivado na pasta de cada colaborador pelo setor de Relações Trabalhistas.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

A Companhia disponibiliza ainda, para que possa ser consultada regularmente, uma cópia eletrônica com todas as informações na Intranet da empresa. Este arquivo pode ser acessado por todos os colaboradores a qualquer momento.

(e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Não aplicável.

(f) formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Segundo consta no Estatuto Social da Companhia em seu parágrafo quinto do artigo 7º, os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do § 1º, do artigo 126, da Lei das Sociedades por Ações.

Quando os acionistas forem representados por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos. Juntamente com o instrumento de procuração deverão ser apresentados os atos constitutivos das acionistas pessoas jurídicas e os documentos comprobatórios da regularidade da representação destas pelos signatários das procurações.

Em relação às acionistas pessoas jurídicas, a Companhia segue o entendimento da CVM de que estes podem ser representados nas assembleias de acionistas por meio de seus representantes legais ou através de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil, não havendo necessidade desse mandatário ser acionista, administrador da companhia ou advogado.

Nos termos da legislação vigente, documentos provenientes do exterior devem notarizados em seu país de origem, consularizados ou legalizados por meio de *apostille*, traduzidos por tradutor público juramentado e registrados em cartório de registro de títulos e documentos no Brasil.

A Companhia não adota o procedimento de outorga de procurações por meio eletrônico.

(g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

Não aplicável. A CVM editou a Instrução CVM 570, de 17 de novembro de 2015, que torna facultativa, no exercício social de 2016, a aplicação da Instrução CVM 561, relativa à participação e votação a distância em assembleias. Para o exercício social de 2017, a companhia optou pela não adoção do procedimento de voto a distância nos termos do normativo acima mencionado. Desse modo, a Instrução CVM 561 será obrigatoriamente observada pela Companhia somente a partir de 1º de janeiro de 2018, uma vez que, na data de publicação de referida norma, as ações de emissão da Companhia não integravam o Índice Brasil – IbrX 100 ou Índice Bovespa – IBOVESPA, conforme assim previsto no art. 11, inciso III da Instrução CVM 561. Neste sentido, a Companhia ainda está avaliando as medidas necessárias a serem tomadas para implementação do boletim de voto a distância.

(h) Se a Companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância.

Não aplicável. Conforme exposto acima, a Companhia ainda não adota mecanismos de participação e votação à distância em assembleias, por ainda não estar obrigada a fazê-lo. Para maiores informações, vide item 12(g) deste Formulário de Referência.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(i) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Não aplicável.

(j) Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não possui sistema destinado a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias, deixando apenas disponível toda a documentação pertinente às matérias a serem discutidas nas Assembleias Gerais na sede social da Companhia, no website <http://www3.hermespardini.com.br/RI>, bem como, após o deferimento do registro de companhia aberta e da listagem das ações de emissão da Companhia, nos websites da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

(k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância.

Não aplicável. Conforme exposto acima, a companhia ainda não adota mecanismos de participação e votação à distância em assembleias, por ainda não estar obrigada a fazê-lo. Para maiores informações, vide item 12(g) deste Formulário de Referência.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

O Conselho de Administração será composto por 5 (cinco) membros efetivos e até 5 (cinco) membros suplentes, acionistas ou não, residentes no Brasil ou no exterior, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

(a) número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

O Estatuto Social da Companhia prevê que o Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos 4 (quatro) vezes ao ano, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais da Companhia assim o exigirem.

O Presidente do Conselho presidirá as reuniões do Conselho de Administração e deverá nomear um dos presentes (o qual não precisa ser Conselheiro) para atuar na qualidade de secretário.

As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas mediante notificação escrita enviada por correio, fax ou e-mail, todos com aviso de recebimento, ao endereço previamente indicado por cada Conselheiro para esse propósito. A notificação de convocação conterà informações sobre o local, data, horário e ordem do dia da reunião, e será enviada com todos os documentos que serão objeto de deliberação. A primeira notificação de convocação será enviada com, pelo menos, 10 (dez) dias úteis de antecedência da data da reunião, e, caso a reunião não seja realizada, nova notificação de segunda convocação será enviada com, pelo menos, 5 (cinco) dias úteis de antecedência da nova data da reunião.

Reuniões do Conselho de Administração

Exercício Social	Tipo de Reunião	Quantidade	Data	Principais deliberações
2015	Reunião Ordinária	4	26/02/15*	Assinatura de Termo de Sigilo e de Não Competição pelos acionistas da Companhia. Atualização das oportunidades de M&A. Pedido de demissão do Diretor de Operações, Sr. José Marques. Início das atividades do Comitê Médico. Conclusão do Auditório do NTO. Informações financeiras. Discussão sobre efeitos/impactos da crise econômica. Fatores de mercado. Informações relativas à logística. Evolução dos custos de produção em cada laboratório do grupo.
			25/06/15*	Assinatura por todos os conselheiros do termo de sigilo e termo e não competição. Necessidade da presença de todos os conselheiros nas RCA. Apresentação da evolução dos investimentos. Oportunidade de M&A. informações financeiras e da logística. Evolução dos custos de produção em cada laboratório do grupo.
			27/08/15*	Definição sobre a periodicidade das reuniões ordinárias do Conselho de Administração. Alteração do processo de cobrança – Apoio. Contratação de auditoria PriceWaterhouse Coopers Auditores Independentes. Apresentação da negociação do acordo coletivo perante o Sindicato da Categoria. Oportunidade de M&A. Informações financeiras. Deliberação sobre o plano de stock options. Sumário comercial do apoio laboratorial. Highlights da Diretoria de Negócios e da Diretoria de Produção.
			05/11/15*	Operação de compra do restante das participações societárias relativas ao laboratório Padrão. Apresentação de análise comparativa entre a Companhia e labs. Concorrentes. Informações financeiras. Oportunidades de M&A. Inserção da marca Hermes Pardini no mercado de São Paulo. Highlights da Diretoria de Negócios e da Diretoria de Produção.
	Reunião Extraordinária	3	17/04/15	Distribuição de Dividendos
			11/08/15*	Assinatura por todos os conselheiros do termo de sigilo e termo e não competição. Realização das RCA's no NTO. Informações financeiras. Negociação sobre a possível aquisição de pessoa jurídica. Highlights da Diretoria de Produção
			28/09/15	Eleição dos membros da Diretoria.

*Estas atas não foram registradas perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG), pois suas deliberações não eram destinadas a produzir efeitos perante terceiros.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Em consonância com o 1º Termo Aditivo e Consolidação do Acordo de Acionistas do Bloco de Controle do Instituto Hermes Pardini S.A, os membros do Conselho de Administração indicados pelos acionistas controladores deverão votar nas reuniões do Conselho de Administração como se fosse um só bloco, em estrita conformidade com o que for estabelecido em Reunião prévia.

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Em 24 de março de 2015, os Conselheiros da Companhia assinaram Termo de Compromisso de Confidencialidade e não Concorrência, no qual ficou consignado que nenhum deles poderia empreender ou participar, diretamente ou indiretamente de sociedade e/ou empreendimento no Brasil cujas atividades sejam caracterizadas como concorrentes.

Serão consideradas atividades concorrentes qualquer participação dos Conselheiros em sociedade ou empreendimento que estejam envolvidos, total ou parcialmente, na mesma atividade da Companhia, bem como a organização e/ou participação dos Conselheiros em qualquer outra empresa ou negócio que esteja envolvido na mesma atividade, sob qualquer forma. Inclusive atuando como conselheiro, diretor, gerente, administrador, quotista, acionista ou titular de qualquer participação societária, título ou valor mobiliário que conceda direito de voto ou ingerência na administração de empresas concorrentes da Companhia.

Esta obrigação de não concorrência perdurará durante todo o prazo de gestão dos Conselheiros e por mais 36 (trinta e seis) meses contados do término do prazo de gestão, da data da renúncia ao cargo, vacância ou da destituição do Conselho.

Adicionalmente, objetivando verificar eventuais impedimentos, os Conselheiros subscrevem no momento da posse em seu respectivo cargo, declaração de que não está impedido por lei especial de exercer a administração da Companhia e nem de estar condenado (ou encontrar-se sob efeitos de condenação) a: (i) pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou (iii) por crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

A Companhia e seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada à ou oriunda da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação do Novo Mercado e conforme artigo 42 do Estatuto Social da Companhia.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato		Número de Mandatos Consecutivos
				Cargo eletivo ocupado	Data de posse	
CPF	Profissão					
Outros cargos e funções exercidas no emissor						
Roberto Santoro Meirelles	24/06/1969	Pertence apenas à Diretoria	28/09/2015	02 anos	3	
844.222.896-91	Médico	10 - Diretor Presidente / Superintendente	28/09/2015	Sim		0.00%
Não aplicável.						
Adriana Rolla Linhares	20/03/1975	Pertence apenas à Diretoria	28/09/2015	02 anos	0	
961.453.156-87	Farmacêutica	19 - Outros Diretores	28/09/2015	Sim		0.00%
Não aplicável.		Diretora de Negócios				
Alessandro Clayton de Souza Ferreira	05/11/1975	Pertence apenas à Diretoria	28/09/2015	02 anos	3	
003.528.246-03	Farmacêutico-Bioquímico	19 - Outros Diretores	28/09/2015	Sim		0.00%
Não aplicável.		Diretor Comercial Corporativo				
Camilo de Leis Maciel Silva	31/10/1959	Pertence apenas à Diretoria	09/12/2016	02 anos	3	
426.423.376-34	Bacharel em Ciências Contábeis	12 - Diretor de Relações com Investidores	09/12/2016	Sim		0.00%
O Sr. Camilo também atua na Companhia como Diretor Administrativo Financeiro, cargo para o qual foi eleito em 28/09/2015, para um mandato de 02 anos.						
Guilherme Birchall Collares	08/10/1976	Pertence apenas à Diretoria	28/09/2015	02 anos	3	
032.019.036-63	Médico	19 - Outros Diretores	28/09/2015	Sim		0.00%
Não aplicável.		Diretor de Produção				
Carlos Emílio Bartilotti	27/05/1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração	09/12/2016	Até a AGO que aprovar as contas do exercício de 2016	0	
347.196.286-72	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	09/12/2016	Sim		0.00%
Não aplicável.						
Regina Pardini	15/07/1962	Pertence apenas ao Conselho de Administração	09/12/2016	Até a AGO que aprovar as contas do exercício de 2016	3	
465.312.976-20	Médica	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	09/12/2016	Sim		100.00%
Não aplicável.						
Victor Cavalcanti Pardini	15/05/1964	Pertence apenas ao Conselho de Administração	09/12/2016	Até a AGO que aprovar as contas do exercício de 2016	3	
525.560.696-00	Médico	20 - Presidente do Conselho de Administração	09/12/2016	Sim		100.00%

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato		Número de Mandatos Consecutivos
				Cargo eletivo ocupado	Foi eleito pelo controlador	
CPF	Profissão		Data de posse			
Outros cargos e funções exercidas no emissor						
Não aplicável.						
Amuary Guilherme Bier	25/05/1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração	09/12/2016	Até a AGO que aprovar as contas do exercício de 2016	2	
013.102.298-99	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	09/12/2016	Não	100,00%	
Não aplicável.						
Haroldo Guimarães Brasil	13/07/1962	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/01/2017	Até a AGO que aprovar as contas do exercício de 2016	0	
555.424.416-53	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	18/01/2017	Não	0,00%	
Não aplicável.						

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Roberto Santoro Meirelles - 844.222.896-91

ROBERTO SANTORO MEIRELLES, graduado em Medicina com especialização em Gastroenterologia pela Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. Possui MBA Executivo pela Fundação Dom Cabral (FDC) com programa Internacional na Kellogg School of Management (Chicago-USA) e Pós- Graduação em Gestão Estratégia de Negócios pela CEPEAD/UFMG. Já atuou como Diretor de Medicina Diagnóstica da Companhia. Atua na Companhia desde 2003. Durante os últimos 5 anos, referido administrador não sofreu: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Adriana Rolla Linhares - 961.453.156-87

ADRIANA ROLLA LINHARES, graduada em Farmácia e Bioquímica pela Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. Possui MBA Executivo pelo IBMEC/BH e Pós-Graduação em Análises Clínicas pela Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. Possui vivência como gestora nas áreas técnicas e de Atendimento da Companhia, sendo uma das idealizadoras do modelo de Atendimento Pardini (PSC). Atua na Companhia desde 1999. Durante os últimos 5 anos, referido administrador não sofreu: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Alessandro Clayton de Souza Ferreira - 003.528.246-03

ALESSANDRO CLAYTON DE SOUZA FERREIRA, graduado em Farmácia e Bioquímica pela Universidade Federal de Minas Gerais/ UFMG. Possui Mestrado em Genética pela Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, Doutorado em Genética Molecular pela Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG e MBA Executivo pelo IBMEC/BH. Atuou como Professor de Biotecnologia e Bioquímica em cursos de Pós-Graduação. Conduziu as áreas de Desenvolvimento e Inovação, Produtos, Integração e Processos; implantou a área de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) do Grupo Hermes Pardini. Atua na Companhia desde 1998.

Durante os últimos 5 anos, referido administrador não sofreu: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Camilo de Lelis Maciel Silva - 426.423.376-34

CAMILLO DE LELIS MACIEL SILVA, bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Newton de Paiva/MG, com MBA de Negócios pela Harvard University em parceria com a Universidade UDEM (Monterrey, México) e Pós- Graduação em Gestão de Negócios pela UNA/MG. Atuou como Diretor Financeiro na planta da FIAT no México em 2001. Responsável pelo Departamento Financeiro da TEKSID no México (2001 a 2007). Em 2007 ocupou posição similar na London & Scandinavia Metallurgical. Atua na Companhia desde 2010.

Durante os últimos 5 anos, referido administrador não sofreu: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Guilherme Bírchal Collares - 032.019.036-63

GUILHERME BIRCHAL COLLARES, graduação em Medicina com especialização em Patologia Clínica pela Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. Possui Mestrado em Microbiologia pela Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG e MBA Executivo pela fundação Getúlio Vargas/FGV-BH. Coordenou o Laboratório de Emergência do Hospital das Clínicas da UFMG (2004 a 2011) e atuou como professor de Patologia Clínica na Associação Médica de Minas Gerais (2005 a 2014). Atua na Companhia desde 2010.

Durante os últimos 5 anos, referido administrador não sofreu: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Carlos Emílio Bartilotti - 347.196.286-72

CARLOS EMÍLIO BARTILOTTI, bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais, Mestre em Finanças pela Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais e possui MBA em Finanças pelo IBMEC Business School. Carlos atuou como conselheiro na COI – Clínicas Oncológicas Integradas (de 2012 a 2014), no Grupo Coral (de 2011 a 2013), no Hospitalar – Grupo Santa Ceilma (de 2013 a 2015), no GS Internacional (de 2013 a 2015) e no Master Brasil (de 2011 a 2015). Atualmente, além de membro do Conselho de Administração da Companhia, atua como conselheiro das seguintes sociedades: AgroAmazônia, Colorado Máquinas e Maçampo. Foi professor de finanças corporativas na Fundação Dom Cabral e na Fundação Getúlio Vargas.

Durante os últimos 5 anos, referido administrador não sofreu: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Regina Pardini - 465.312.976-20

REGINA PARDINI, graduada em Medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG com especialização em Patologia Clínica no Hospital das Clínicas da referida instituição. É Mestre em Microbiologia pela UFMG e possui Doutorado em Diagnóstico Molecular pela USP - Escola Paulista de Medicina. Atuou como Bolsista no Departamento de Biologia Molecular da Johns Hopkins University School of Medicine (JHUSOM), localizada em Baltimore/USA. Na Companhia, implantou o Departamento de Biologia Molecular e foi responsável pelos Departamentos de Imunologia e Sorologia. Atua na Companhia desde 1984. Durante os últimos 5 anos, referido administrador não sofreu: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Victor Cavalcanti Pardini - 525.560.696-00

VICTOR CAVALCANTI PARDINI, graduado em Medicina pela UFMG, com especialização em Clínica Geral, possui Mestrado em Endocrinologia Clínica pela Escola Paulista de Medicina e Doutorado em Endocrinologia Clínica pela USP/Escola Paulista de Medicina. Atuou como Professor Assistente da Residência Médica de Endocrinologia da Santa Casa e responsável pelo setor de Endocrinologia e Testes Funcionais da referida instituição. Na Companhia, implantou os departamentos de Genética Humana, Criovida (Banco de Cordão Umbilical, Banco de Sêmen e Centro de Tecnologia Celular) e Citiogenética. Atua na Companhia desde 1984.

Durante os últimos 5 anos, referido administrador não sofreu: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Amaury Guilherme Bier - 013.102.298-99

AMAURY GUILHERME BIER, ingressou na Gávea Investimentos Ltda. como sócio em janeiro de 2004, e em outubro de 2007 se tornou presidente da sociedade. Amaury também é membro do Comitê de Investimento dos fundos de longo prazo da Gávea Investimentos (GIFs), do Comitê de Risco e do Comitê Executivo. De 2002 a 2004, foi diretor-executivo do Banco Mundial (WorldBank), IFC e MIGA (fins de 2002 até início de 2004) e secretário executivo do Ministério da Fazenda (de abril de 1999 a novembro de 2002). Amaury já havia ocupado posições de senioridade no âmbito do governo federal, notadamente Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (entre os anos de 1998 e 1999) e economista-chefe do Ministério do Planejamento e Orçamento (de 1996 a 1998). No setor privado, ele foi economista-chefe do Citibank Brasil (do início de 1994 até meados de 1996) e sócio da empresa de consultoria Kandir & Associados (de 1992 a 1993). Amaury é Bacharel em Economia pela Universidade de São Paulo, tendo completado os créditos de Mestrado e de Doutorado na mesma Instituição (Doutorado incompleto em Economia na Universidade de São Paulo). Entre 1985 e 1986, foi professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. Além de membro do Conselho de Administração da Companhia, atualmente Amaury também é sócio diretor da Gávea Investimentos Ltda, membro do Conselho de Administração da Paschoalotto Serviços Financeiros S.A. e membro do Conselho Fiscal do Instituto FHC.

Durante os últimos 5 anos, referido administrador não sofreu: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Haroldo Guimarães Brasil - 555.424.416-53

Haroldo Guimarães Brasil Possui graduação em Engenharia Elétrica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais(1985), especialização em Engenharia Econômica pelo Fundação Dom Cabral(1986), especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental pela Escola Brasileira de Administração Pública Enap (1990), mestrado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais(1991) e doutorado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro(1997). Atualmente é Professor da Faculdade de Ciências Humanas de Pedro Leopoldo, Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais S/A, Conselheiro da Precon Industrial e Conselheiro Fiscal da Falconi Consultores de Resultado. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Teoria Econômica. Durante os últimos 5 anos, referido administrador não sofreu: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Haroldo Brasil é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía comitês estatutários ou de auditoria, financeiro e de remuneração instalados.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradoras a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Administrador do emissor ou controlada				
Áurea Maria Pardini Controladora.	481.409.376-49	Instituto Hermes Pardini S.A.	19.378.769/0001-76	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Regina Pardini Membro do Conselho de Administração e controladora.	465.312.976-20	Instituto Hermes Pardini S.A.	19.378.769/0001-76	
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Áurea Maria Pardini Controladora.	481.409.376-49	Instituto Hermes Pardini S.A.	19.378.769/0001-76	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Víctor Cavalcanti Pardini Membro do Conselho de Administração e controlador.	525.560.696-00	Instituto Hermes Pardini S.A.	19.378.769/0001-76	
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Víctor Cavalcanti Pardini Membro do Conselho de Administração e controlador.	525.560.696-00	Instituto Hermes Pardini S.A.	19.378.769/0001-76	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Regina Pardini Membro do Conselho de Administração e controladora.	465.312.976-20	Instituto Hermes Pardini S.A.	19.378.769/0001-76	
Observação				

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2015			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Camilo de Lelis Maciel Silva Administrador do Emissor	426.423.376-34	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Diagpar Holding S.A.	18.345.120/0001-96		
<u>Observação</u>			
Diretor sem designação específica da Diagpar desde 23/07/2013. Prazo de mandato de 03 (três) anos.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Camilo de Lelis Maciel Silva Administrador do Emissor	426.423.376-34	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
HP Importação Com. e Locação de Produtos, Máquinas e Equip.para Diagnósticos S/A	17.489.560/0001-54		
<u>Observação</u>			
Diretor sem designação específica da HP Importação desde sua constituição, que se deu em 28/11/2012. Prazo de mandato de 02 (dois) anos.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Roberto Santoro Meirelles Administrador do Emissor	844.222.896-91	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Biocod – Biotecnologia Ltda.	03.644.004/0001-09		
<u>Observação</u>			
Administrador da pessoa jurídica Biocod desde a 10ª Alteração do Contrato Social, datado de 21/12/2012. A sociedade foi incorporada pela Companhia em 2016.			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Roberto Santoro Meirelles	844.222.896-91	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Centro Diferenciado de Diagnóstico Por Imagem S/A	18.052.751/0001-17		
Observação			
Diretor Presidente da CDDI desde sua constituição, que se deu em 04/04/2013. Reeleito em 04/04/15. A sociedade foi incorporada pela Companhia em 2016.			
Administrador do Emissor			
Roberto Santoro Meirelles	844.222.896-91	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Diagnóstico Por Imagem Sete Lagoas Ltda	16.891.885/0001-04		
Observação			
Administrador da Diagnóstico Por Imagem Sete Lagoas Ltda desde sua constituição, que se deu em 16/08/2012. Prazo de mandato indeterminado.			
Administrador do Emissor			
Roberto Santoro Meirelles	844.222.896-91	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Diagpar Holding S.A.	18.345.120/0001-96		
Observação			
Presidente do Conselho de Administração da Diagpar desde 23/07/2013. Prazo de mandato de 03 (três) anos.			
Administrador do Emissor			
Roberto Santoro Meirelles	844.222.896-91	Controle	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
HP Importação Com. e Locação de Produtos, Máquinas e Equip.para Diagnósticos S/A	17.489.560/0001-54		
<u>Observação</u>			
Diretor Presidente da HP Importação desde sua constituição, que se deu em 28/11/2012. Reeito em 28/11/2014. Prazo de mandato de 02 (dois) anos.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Roberto Santoro Meirelles	844.222.896-91	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
IHP Comércio de Produtos para a Saúde S/A	20.337.326/0001-16		
<u>Observação</u>			
Diretor Presidente da HP Comércio desde sua constituição, que se deu em 17/02/2014. Prazo de mandato de 02 (dois) anos.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Roberto Santoro Meirelles	844.222.896-91	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S/A	54.283.775/0001-40		
<u>Observação</u>			
Diretor Presidente da IHP Digimagem desde 05/10/2012. Reeito em 10/10/2014. Prazo de mandato de 02 (dois) anos.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Roberto Santoro Meirelles	844.222.896-91	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Laboratórios Pro-Abordagem Genômica Diagnóstica S/A (Progenética)	11.589.216/0001-50		
Observação			
Diretor Presidente da Progenética, desde 07/12/2012. Reeito em 07/12/2013. Reeito em 07/12/2014. Prazo de mandato de 01 (um) ano.			
Administrador do Emissor			
Alessandro Clayton de Souza Ferreira Administrador do Emissor	003.528.246-03	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Biocod – Biotecnologia Ltda.	03.644.004/0001-09		
Observação			
Administrador da pessoa jurídica Biocod desde a 10ª Alteração do Contrato Social, datado de 21/12/2012. A sociedade foi incorporada pela Companhia em 2016.			
Administrador do Emissor			
Alessandro Clayton de Souza Ferreira Administrador do Emissor	003.528.246-03	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Diagnóstika - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda	55.578.504/0001-85		
Observação			
Diretor Presidente da Diagnóstika Unidade desde a 14ª Alteração do Contrato Social, datado de 23/09/2013. Prazo de mandato de 03 (três) anos.			
Administrador do Emissor			
Alessandro Clayton de Souza Ferreira Administrador do Emissor	003.528.246-03	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Diagnóstika Rio - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda	10.310.667/0001-44		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Observação</u>			
Diretor Geral da Diagnóstika Rio desde a 02ª Alteração do Contrato Social, datado de 10/01/2014. Prazo de mandato de 02 (dois) anos.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Alessandro Clayton de Souza Ferreira	003.528.246-03	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Diagpar Holding S.A.	18.345.120/0001-96		
<u>Observação</u>			
Diretor Presidente da Diagpar desde 23/07/2013. Prazo de mandato de 03 (três) anos.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Alessandro Clayton de Souza Ferreira	003.528.246-03	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
HP Importação Com. e Locação de Produtos, Máquinas e Equip.para Diagnósticos S/A	17.489.560/0001-54		
<u>Observação</u>			
Diretor da HP Importação desde sua constituição, que se deu em 28/11/2012. Reeito em 28/11/2014. Prazo de mandato de 02 (dois) anos.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Alessandro Clayton de Souza Ferreira	003.528.246-03	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
IHP Comércio de Produtos para a Saúde S/A	20.337.326/0001-16		
<u>Observação</u>			
Diretor sem designação específica da IHP Comércio desde sua constituição, que se deu em 17/02/2014. Prazo de mandato de 02 (dois) anos.			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Alessandro Clayton de Souza Ferreira	003.528.246-03	Controle	Controlada Direta
<u>Administrador do Emissor</u>			
<u>Pessoa Relacionada</u>	11.589.216/0001-50		
Laboratórios Pro-Abordagem Genômica Diagnóstica S/A (Progenética)			
<u>Observação</u>			
Diretor da Progenética desde 07/12/2012. Reeleito em 07/12/2013. Reeleito em 07/12/2013. Prazo de mandato de 01 (um) ano.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Alessandro Clayton de Souza Ferreira	003.528.246-03	Controle	Controlada Indireta
<u>Administrador do Emissor</u>			
<u>Pessoa Relacionada</u>	04.260.939/0001-46		
Neocode - Patologia Cirúrgica e Biologia Molecular Ltda			
<u>Observação</u>			
Diretor Presidente da Neocode (antiga Diagnostika Plus) desde a 09ª Alteração do Contrato Social, datada de 23/07/2013. Prazo de mandato de 03 (três) anos.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Camilo de Lelis Maciel Silva	426.423.376-34	Controle	Controlada Direta
<u>Administrador do Emissor</u>			
<u>Pessoa Relacionada</u>	03.644.004/0001-09		
Biocod – Biotecnologia Ltda.			
<u>Observação</u>			
Administrador da pessoa jurídica Biocod desde a 10ª Alteração do Contrato Social, datado de 21/12/2012. A sociedade foi incorporada pela Companhia em 2016.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Camilo de Lelis Maciel Silva	426.423.376-34	Controle	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Centro Diferenciado de Diagnóstico Por Imagem S/A	18.052.751/0001-17		
<u>Observação</u>			
Diretor sem designação específica da CDDI desde sua constituição, que se deu em 04/04/2013. A sociedade foi incorporada pela Companhia em 2016.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Camilo de Lelis Maciel Silva	426.423.376-34	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Diagnóstico Por Imagem Sete Lagoas Ltda	16.891.885/0001-04		
<u>Observação</u>			
Administrador da Diagnóstico Por Imagem Sete Lagoas Ltda desde sua constituição, que se deu em 16/08/2012. Prazo de mandato indeterminado.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Camilo de Lelis Maciel Silva	426.423.376-34	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
IHP Comércio de Produtos para a Saúde S/A	20.337.326/0001-16		
<u>Observação</u>			
Diretor sem designação específica da IHP Comércio desde sua constituição, que se deu em 17/02/2014. Prazo de mandato de 02 (dois) anos.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Camilo de Lelis Maciel Silva	426.423.376-34	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S/A	54.283.775/0001-40		
Observação			
Em 01/10/2015, após a saída de outro Diretor, o Sr. Camilo foi eleito para o cargo de Diretor sem designação específica da IHP Digimagem, devendo completar o prazo de mandato em curso, até 10/10/2016.			
Administrador do Emissor			
Guilherme Birchal Collares	032.019.036-63	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
Pessoa Relacionada			
Biocod – Biotecnologia Ltda.	03.644.004/0001-09		
Observação			
Administrador da pessoa jurídica Biocod desde a 10ª Alteração do Contrato Social, datado de 21/12/2012. A sociedade foi incorporada pela Companhia em 2016.			
Administrador do Emissor			
Guilherme Birchal Collares	032.019.036-63	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
Pessoa Relacionada			
Diagpar Holding S.A.	18.345.120/0001-96		
Observação			
Conselheiro da Diagpar desde 23/07/2013. Prazo de mandato de 03 (três) anos.			
Administrador do Emissor			
Guilherme Birchal Collares	032.019.036-63	Controle	Controlada Direta
Guilherme Birchal Collares			
Pessoa Relacionada			
Laboratório Padrão S.A.	01.588.888/0001-98		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Observação</u>			
Diretor Presidente do Laboratório Padrão desde 04/07/2013. Prazo de mandato de 03 (três) anos.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Adriana Rolla Linhares	961.453.156-87	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Diagpar Holding S.A.	18.345.120/0001-96		
<u>Observação</u>			
Em 01/12/2015 após a saída de outro dirigente, a Sra. Adriana foi eleita para ocupar o cargo de Diretora. sem designação específica da Diagpar, devendo completar o prazo de mandato em curso, até 23/07/2016.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Adriana Rolla Linhares	961.453.156-87	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S/A	54.283.775/0001-40		
<u>Observação</u>			
Em 01/10/2015, após a saída de outro Diretor, a Sra. Adriana foi eleita para ocupar o cargo de Diretora sem designação específica da IHP Digimagem, devendo completar o prazo de mandato em curso, até 10/10/2016.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Regina Pardini	465.312.976-20	Controle	Controlador Direto
Administrador do Emissor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
RP Participações e Gestão de Negócios EIRELI	08.415.230/0001-23		
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Controladora da RP Participações e Gestão de Negócios EIRELI.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Victor Cavalcanti Pardini	525.560.696-00	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
VP Participações e Gestão de Negócios EIRELI	08.415.206/0001-94		
<u>Observação</u>			
Controlador da VP Participações e Gestão de Negócios EIRELI.			

714

Exercício Social 31/12/2014

<u>Administrador do Emissor</u>			
Roberto Santoro Meirelles	844.222.896-91	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Biocod – Biotecnologia Ltda.	03.644.004/0001-09		
<u>Observação</u>			
Administrador da pessoa jurídica Biocod desde a 10ª Alteração do Contrato Social, datado de 21/12/2012. A sociedade foi incorporada pela Companhia em 2016.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Roberto Santoro Meirelles	844.222.896-91	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Centro Diferenciado de Diagnóstico Por Imagem S/A	18.052.751/0001-17		
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente da CDDI desde sua constituição, que se deu em 04/04/2013. Prazo de mandato de 02 (dois) anos.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Roberto Santoro Meirelles	844.222.896-91	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Diagnóstico Por Imagem Sete Lagoas Ltda	16.891.885/0001-04		
<u>Observação</u>			
Administrador da Diagnóstico Por Imagem Sete Lagoas Ltda desde sua constituição, que se deu em 16/08/2012. Prazo de mandato indeterminado.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Roberto Santoro Meirelles	844.222.896-91	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Diagpar Holding S.A.	18.345.120/0001-96		
<u>Observação</u>			
Presidente do Conselho de Administração da Diagpar desde 23/07/2013. Prazo de mandato de 03 (três) anos.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Roberto Santoro Meirelles	844.222.896-91	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
HP Importação Com. e Locação de Produtos, Máquinas e Equip.para Diagnósticos S/A	17.489.560/0001-54		
<u>Observação</u>			
Diretor Presidente da HP Importação desde sua constituição, que se deu em 28/11/2012. Prazo de mandato de 02 (dois) anos.			
<u>Administrador do Emissor</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Roberto Santoro Meirelles Administrador do Emissor	844.222.896-91	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> IHP Comércio de Produtos para a Saúde S/A	20.337.326/0001-16		
Observação Diretor Presidente da HP Comércio desde sua constituição, que se deu em 17/02/2014. Prazo de mandato de 02 (dois) anos.			
<u>Administrador do Emissor</u> Roberto Santoro Meirelles Administrador do Emissor	844.222.896-91	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S/A	54.283.775/0001-40		
Observação Diretor Presidente da IHP Digimagem desde 05/10/2012. Reeito em 10/10/2014. Prazo de mandato de 02 (dois) anos .			
<u>Administrador do Emissor</u> Roberto Santoro Meirelles Administrador do Emissor	844.222.896-91	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Laboratórios Pro-Abordagem Genômica Diagnóstica S/A (Progenética)	11.589.216/0001-50		
Observação Diretor Presidente da Progenética, desde 07/12/2012. Reeito em 07/12/2013. Prazo de mandato de 01 (um) ano.			
<u>Administrador do Emissor</u> Alessandro Clayton de Souza Ferreira Administrador do Emissor	003.528.246-03	Controle	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u> Biocod – Biotecnologia Ltda.	03.644.004/0001-09		
<u>Observação</u> Administrador da pessoa jurídica Biocod desde a 10ª Alteração do Contrato Social, datado de 21/12/2012. A sociedade foi incorporada pela Companhia em 2016.			
<u>Administrador do Emissor</u> Alessandro Clayton de Souza Ferreira Administrador do Emissor	003.528.246-03	Controle	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> Diagnóstika - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda	55.578.504/0001-85		
<u>Observação</u> Diretor Presidente da Diagnóstika Unidade desde a 14ª Alteração do Contrato Social, datado de 23/09/2013. Prazo de mandato de 03 (três) anos.			
<u>Administrador do Emissor</u> Alessandro Clayton de Souza Ferreira Administrador do Emissor	003.528.246-03	Controle	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> Diagnóstika Rio - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda	10.310.667/0001-44		
<u>Observação</u> Diretor Geral da Diagnóstika Rio desde a 02ª Alteração do Contrato Social, datado de 10/01/2014. Prazo de mandato de 02 (dois) anos.			
<u>Administrador do Emissor</u> Alessandro Clayton de Souza Ferreira Administrador do Emissor	003.528.246-03	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Diagpar Holding S.A.	18.345.120/0001-96		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Observação</u>			
Diretor Presidente da Diagpar desde 23/07/2013. Prazo de mandato de 03 (três) anos.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Alessandro Clayton de Souza Ferreira	003.528.246-03	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
HP Importação Com. e Locação de Produtos, Máquinas e Equip.para Diagnósticos S/A	17.489.560/0001-54		
<u>Observação</u>			
Diretor da HP Importação desde sua constituição, que se deu em 28/11/2012. Prazo de mandato de 02 (dois) anos.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Alessandro Clayton de Souza Ferreira	003.528.246-03	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
IHP Comércio de Produtos para a Saúde S/A	20.337.326/0001-16		
<u>Observação</u>			
Diretor sem designação específica da IHP Comércio desde sua constituição, que se deu em 17/02/2014. Prazo de mandato de 02 (dois) anos.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Alessandro Clayton de Souza Ferreira	003.528.246-03	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Laboratórios Pro-Abordagem Genômica Diagnóstica S/A (Progenética)	11.589.216/0001-50		
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor da Progenética desde 07/12/2012. Reeleito em 07/12/2013. Prazo de mandato de 01 (um) ano.			
Administrador do Emissor			
Alessandro Clayton de Souza Ferreira Administrador do Emissor	003.528.246-03	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Neocode - Patologia Cirúrgica e Biologia Molecular Ltda	04.260.939/0001-46		
Observação			
Diretor Presidente da Neocode (antiga Diagnóstika Plus) desde a 09ª Alteração do Contrato Social, datada de 23/07/2013. Prazo de mandato de 03 (três) anos.			
Administrador do Emissor			
Camilo de Lelis Maciel Silva Administrador do Emissor	426.423.376-34	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Biocod – Biotecnologia Ltda.	03.644.004/0001-09		
Observação			
Administrador da pessoa jurídica Biocod desde a 10ª Alteração do Contrato Social, datado de 21/12/2012. A sociedade foi incorporada pela Companhia em 2016.			
Administrador do Emissor			
Camilo de Lelis Maciel Silva Administrador do Emissor	426.423.376-34	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Centro Diferenciado de Diagnóstico Por Imagem S/A	18.052.751/0001-17		
Observação			
Diretor sem designação específica da CDDI desde sua constituição, que se deu em 04/04/2013. Prazo de mandato de 02 (dois) anos.			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Camilo de Leles Maciel Silva Administrador do Emissor	426.423.376-34	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Diagnóstico Por Imagem Sete Lagoas Ltda	16.891.885/0001-04		
Observação Administrador da Diagnóstico Por Imagem Sete Lagoas Ltda desde sua constituição, que se deu em 16/08/2012. Prazo de mandato indeterminado.			
Administrador do Emissor			
Camilo de Leles Maciel Silva Administrador do Emissor	426.423.376-34	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Diagpar Holding S.A.	18.345.120/0001-96		
Observação Diretor sem designação específica da Diagpar desde 23/07/2013. Prazo de mandato de 03 (três) anos.			
Administrador do Emissor			
Camilo de Leles Maciel Silva Administrador do Emissor	426.423.376-34	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> HP Importação Com. e Locação de Produtos, Máquinas e Equip.para Diagnósticos S/A	17.489.560/0001-54		
Observação Diretor sem designação específica da HP Importação desde sua constituição, que se deu em 28/11/2012. Prazo de mandato de 02 (dois) anos.			
Administrador do Emissor			
Camilo de Leles Maciel Silva Administrador do Emissor	426.423.376-34	Controle	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u> IHP Comércio de Produtos para a Saúde S/A	20.337.326/0001-16		
<u>Observação</u> Diretor sem designação específica da IHP Comércio desde sua constituição, que se deu em 17/02/2014. Prazo de mandato de 02 (dois) anos.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Guilherme Birchal Collares Administrador do Emissor	032.019.036-63	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Biocod – Biotecnologia Ltda.	03.644.004/0001-09		
<u>Observação</u> Administrador da pessoa jurídica Biocod desde a 10ª Alteração do Contrato Social, datado de 21/12/2012. Prazo de mandato indeterminado.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Guilherme Birchal Collares Administrador do Emissor	032.019.036-63	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Diapar Holding S.A.	18.345.120/0001-96		
<u>Observação</u> Conselheiro da Diapar desde 23/07/2013. Prazo de mandato de 03 (três) anos.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Guilherme Birchal Collares Administrador do Emissor	032.019.036-63	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Laboratório Padrão S.A.	01.588.888/0001-98		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Observação</u>			
Diretor Presidente do Laboratório Padrão desde 04/07/2013. Prazo de mandato de 03 (três) anos.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Regina Pardini	465.312.976-20	Controle	Controlador Direto
Administrador do Emissor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
RP Participações e Gestão de Negócios EIRELI	08.415.230/0001-23		
<u>Observação</u>			
Controladora da RP Participações e Gestão de Negócios EIRELI.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Victor Cavalcanti Pardini	525.560.696-00	Controle	Controlador Direto
Administrador do Emissor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
VP Participações e Gestão de Negócios EIRELI	08.415.206/0001-94		
<u>Observação</u>			
Controlador da VP Participações e Gestão de Negócios EIRELI.			
Exercício Social 31/12/2013			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Roberto Santoro Meirelles	844.222.896-91	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Biocod – Biotecnologia Ltda.	03.644.004/0001-09		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Cargo/FunçãoObservação

Administrador da pessoa jurídica Biocod desde a 10ª Alteração do Contrato Social, datado de 21/12/2012. A sociedade foi incorporada pela Companhia em 2016.

Administrador do Emissor

Roberto Santoro Meirelles

Administrador do Emissor

Pessoa Relacionada

Centro Diferenciado de Diagnóstico Por Imagem S/A

844.222.896-91

Controle

Controlada Direta

18.052.751/0001-17

Observação

Diretor Presidente da CDDI desde sua constituição, que se deu em 04/04/2013. A sociedade foi incorporada pela Companhia em 2016.

Administrador do Emissor

Roberto Santoro Meirelles

Administrador do Emissor

Pessoa Relacionada

Diagnóstico Por Imagem Sete Lagoas Ltda

844.222.896-91

Controle

Controlada Direta

16.891.885/0001-04

Observação

Administrador da Diagnóstico Por Imagem Sete Lagoas Ltda desde sua constituição, que se deu em 16/08/2012. Prazo de mandato indeterminado

Administrador do Emissor

Roberto Santoro Meirelles

Administrador do Emissor

Pessoa Relacionada

Diagpar Holding S.A.

844.222.896-91

Controle

Controlada Direta

18.345.120/0001-96

Observação

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Presidente do Conselho de Administração da Diagpar desde 23/07/2013. Prazo de mandato de 03 (três) anos.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Roberto Santoro Meirelles	844.222.896-91	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
HP Importação Com. e Locação de Produtos, Máquinas e Equip.para Diagnósticos S/A	17.489.560/0001-54		
<u>Observação</u>			
Diretor Presidente da HP Importação desde sua constituição, que se deu em 28/11/2012. Prazo de mandato de 02 (dois) anos.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Roberto Santoro Meirelles	844.222.896-91	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S/A	54.283.775/0001-40		
<u>Observação</u>			
Diretor Presidente da IHP Digimagem desde 05/10/2012. Prazo de mandato de 02 (dois) anos .			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Roberto Santoro Meirelles	844.222.896-91	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Laboratórios Pro-Abordagem Genômica Diagnóstica S/A (Progenética)	11.589.216/0001-50		
<u>Observação</u>			
Diretor Presidente da Progenética desde 07/12/2012. Prazo de mandato de 01 (um) ano.			
<u>Administrador do Emissor</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Alessandro Clayton de Souza Ferreira Administrador do Emissor	003.528.246-03	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Biocod – Biotecnologia Ltda.	03.644.004/0001-09		
Observação Administrador da pessoa jurídica Biocod desde a 10ª Alteração do Contrato Social, datado de 21/12/2012. A sociedade foi incorporada pela Companhia em 2016.			
Administrador do Emissor			
Alessandro Clayton de Souza Ferreira Administrador do Emissor	003.528.246-03	Controle	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> Diagnóstika - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda	55.578.504/0001-85		
Observação Diretor Presidente da Diagnóstika Unidade desde a 14ª Alteração do Contrato Social, datada o de 23/09/2013. Prazo de mandato de 03 (três) anos.			
Administrador do Emissor			
Alessandro Clayton de Souza Ferreira Administrador do Emissor	003.528.246-03	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Diagpar Holding S.A.	18.345.120/0001-96		
Observação Diretor Presidente da Diagpar desde 23/07/2013. Prazo de mandato de 03 (três) anos.			
Administrador do Emissor			
Alessandro Clayton de Souza Ferreira Administrador do Emissor	003.528.246-03	Controle	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
HP Importação Com. e Locação de Produtos, Máquinas e Equip.para Diagnósticos S/A	17.489.560/0001-54		
<u>Observação</u>			
Diretor da HP Importação desde sua constituição, que se deu em 28/11/2012. Prazo de mandato de 02 (dois) anos.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Alessandro Clayton de Souza Ferreira	003.528.246-03	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Laboratórios Pro-Abordagem Genômica Diagnóstica S/A (Progenética)	11.589.216/0001-50		
<u>Observação</u>			
Diretor da Progenética desde 07/12/2012. Prazo de mandato de 01 (um) ano.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Alessandro Clayton de Souza Ferreira	003.528.246-03	Controle	Controlador Indireto
Administrador do Emissor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Neocode - Patologia Cirúrgica e Biologia Molecular Ltda	04.260.939/0001-46		
<u>Observação</u>			
Diretor Presidente da Neocode (antiga Diagnóstika Plus) desde a 09ª Alteração do Contrato Social, datada de 23/07/2013. Prazo de mandato de 03 (três) anos.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Camilo de Leis Maciel Silva	426.423.376-34	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Biocod – Biotecnologia Ltda.	03.644.004/0001-09		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Observação</u>			
ministrador da pessoa jurídica Biocod desde a 10ª Alteração do Contrato Social, datado de 21/12/2012. A sociedade foi incorporada pela Companhia em 2016.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Camilo de Lelis Maciel Silva	426.423.376-34	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Centro Diferenciado de Diagnóstico Por Imagem S/A	18.052.751/0001-17		
<u>Observação</u>			
Diretor sem designação específica da CDDI desde sua constituição, que se deu em 04/04/2013. A sociedade foi incorporada pela Companhia em 2016.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Camilo de Lelis Maciel Silva	426.423.376-34	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Diagnóstico Por Imagem Sete Lagoas Ltda	16.891.885/0001-04		
<u>Observação</u>			
Administrador da Diagnóstico Por Imagem Sete Lagoas Ltda desde sua constituição, que se deu em 16/08/2012. Prazo de mandato indeterminado.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Camilo de Lelis Maciel Silva	426.423.376-34	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Diapar Holding S.A.	18.345.120/0001-96		
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor sem designação específica da Diagpar desde 23/07/2013. Prazo de mandato de 03 (três) anos.			
Administrador do Emissor			
Camilo de Lelis Maciel Silva	426.423.376-34	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
Pessoa Relacionada			
HP Importação Com. e Locação de Produtos, Máquinas e Equip.para Diagnósticos S/A	17.489.560/0001-54		
Observação			
Diretor sem designação específica da HP Importação desde sua constituição, que se deu em 28/11/2012. Prazo de mandato de 02 (dois) anos.			
Administrador do Emissor			
Guilherme Birchal Collares	032.019.036-63	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
Pessoa Relacionada			
Biocod – Biotecnologia Ltda.	03.644.004/0001-09		
Observação			
Administrador da pessoa jurídica Biocod desde a 10ª Alteração do Contrato Social, datado de 21/12/2012. A sociedade foi incorporada pela Companhia em 2016.			
Administrador do Emissor			
Guilherme Birchal Collares	032.019.036-63	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
Pessoa Relacionada			
Diagpar Holding S.A.	18.345.120/0001-96		
Observação			
Conselheiro da Diagpar desde 23/07/2013. Prazo de mandato de 03 (três) anos.			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Guilherme Birchal Collares Administrador do Emissor	032.019.036-63	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Laboratório Padrão S.A.	01.588.888/0001-98		
Observação Diretor Presidente do Laboratório Padrão desde 04/07/2013. Prazo de mandato de 03 (três) anos.			
<u>Administrador do Emissor</u> Regina Pardini Administrador do Emissor	465.312.976-20	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u> RP Participações e Gestão de Negócios EIRELI	08.415.230/0001-23		
Observação Controladora da RP Participações e Gestão de Negócios EIRELI.			
<u>Administrador do Emissor</u> Victor Cavalcanti Pardini	525.560.696-00	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u> VP Participações e Gestão de Negócios EIRELI	08.415.206/0001-94		
Observação Controlador da VP Participações e Gestão de Negócios EIRELI.			
<u>Administrador do Emissor</u> Victor Cavalcanti Pardini Administrador do Emissor	525.560.696-00	Controle	Controlador Direto

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Pessoa Relacionada</u> VP Participações e Gestão de Negócios EIRELI	08.415.206/0001-94		
<u>Observação</u> Controlador da VP Participações e Gestão de Negócios EIRELI.			

A Companhia dispõe de Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores (D&O) contratado com FAIRFAX Brasil Seguros Corporativos, válido até 14 de março de 2017, com limite máximo de indenização de R\$ 20,0 milhões e prêmio líquido total de R\$ 30,7 mil. Esta contratação tem o objetivo de assegurar o pagamento de despesas incorridas por seus administradores caso venham a ser obrigados a indenizar terceiros em decorrência de danos causados no exercício de suas funções, por meio de sentença judicial transitada em julgado ou acordo homologado pela seguradora contratada.

Novo Mercado

Em 2000, a BM&FBOVESPA introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a (i) emitir apenas ações ordinárias; (ii) manter, no mínimo, 25% de ações do capital da Companhia em circulação; (iii) detalhar e incluir informações adicionais nas informações trimestrais; e (iv) disponibilizar as demonstrações financeiras anuais no idioma inglês e com base em princípios de contabilidade internacionalmente aceitos ou com base na legislação societária brasileira, neste caso acompanhadas de nota explicativa que demonstre a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo os critérios contábeis brasileiros e segundo os padrões de contabilidade internacionalmente aceitos, evidenciando as principais diferenças, e do parecer dos auditores independentes. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a companhia, seus administradores e acionistas controladores e a BM&FBOVESPA, além da adaptação do estatuto da companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas do Novo Mercado. As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos. As principais regras relativas ao Novo Mercado são sucintamente descritas a seguir, às quais também estaremos sujeitos.

Autorização para negociação no Novo Mercado

Primeiramente, a companhia que tenha intenção de listar seus valores mobiliários no Novo Mercado deve obter e manter atualizado seu registro de companhia aberta junto à CVM. Além disso, a companhia deve, entre outras condições, firmar Contrato de Participação no Novo Mercado e adaptar seu estatuto às cláusulas mínimas exigidas pela BM&FBOVESPA. Com relação à estrutura do capital social, deve ser dividido exclusivamente em ações ordinárias e uma parcela mínima de ações, representando 25% do capital social, deve ser mantida em circulação pela companhia. Existe, ainda, uma vedação à emissão de partes beneficiárias (ou manutenção em circulação) pelas companhias listadas no Novo Mercado.

O conselho de administração de companhias autorizadas que terão suas ações negociadas no Novo Mercado deve ser composto por no mínimo cinco membros, eleitos pela assembleia geral, com mandato unificado de, no máximo, dois anos, sendo permitida a reeleição. Dos membros do Conselho de Administração, ao menos 20% devem ser Conselheiros Independentes.

12.12 - Práticas de Governança Corporativa

Todos os novos membros do conselho de administração e da diretoria devem subscrever um Termo de Anuência dos Administradores, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura desse documento. Por meio do Termo de Anuência, os novos administradores da companhia responsabilizam-se pessoalmente a agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e com o Regulamento do Novo Mercado.

Outras características do Novo Mercado

Entre os requisitos impostos às companhias listadas no Novo Mercado, destacamos: (i) a obrigação de efetivar ofertas públicas de ações sob determinadas circunstâncias, como, por exemplo, quando do cancelamento do registro de negociação no Novo Mercado; (ii) dever de em qualquer distribuição pública de ações a favorecer a dispersão acionária; (iii) extensão para todos os acionistas das mesmas condições obtidas pelos controladores quando da alienação do controle da companhia; (iv) obrigações de prestação de informações não financeiras a cada trimestre, como, por exemplo, o número de ações detidas pelos administradores da companhia e o número de ações em circulação; (v) dever de maior divulgação de operações com partes relacionadas; e (vi) necessária vinculação da Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal ao Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA para a resolução de conflitos que possam surgir entre eles, relacionados ou oriundos da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional (“**CMN**”), BACEN e CVM, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Adicionalmente, em decorrência da Resolução CMN 3.456/2007, que estabeleceu novas regras de aplicação dos recursos das entidades fechadas de previdência privada, ações de emissão de companhias que adotam práticas diferenciadas de governança corporativa, tais como aquelas cujos valores mobiliários são admitidos à negociação no segmento especial Novo Mercado ou cuja classificação de listagem seja Nível 1 ou Nível 2 de acordo com a regulamentação emitida pela BM&FBOVESPA podem ter maior participação na carteira de investimento de tais fundos de pensão. Assim, as ações de companhias que adotam práticas de governança corporativa passaram a ser, desde a edição da referida Resolução, um investimento importante e atraente para as entidades fechadas de previdência privada que são grandes investidores do mercado de capitais brasileiro. Este fato poderá impulsionar o desenvolvimento do Novo Mercado, beneficiando as companhias cujos valores mobiliários são ali negociados, inclusive a nossa.

Conforme disposto em nosso Estatuto Social, todos os direitos e garantias previstos no Regulamento do Novo Mercado são disponibilizados aos nossos acionistas.

Alterações recentes no Regulamento de Listagem do Novo Mercado

Em maio de 2011, entrou em vigor o novo regulamento do Novo Mercado. Dentre as alterações aprovadas, destacam-se principalmente aquelas relacionadas ao conselho de administração e à limitação estatutária do exercício do direito de voto pelos acionistas.

Em relação ao exercício do direito de voto pelos acionistas, as principais alterações são (i) a vedação ao estabelecimento de limitação de voto em percentual inferior a 5% do capital social, ou seja, a companhia não poderá prever, em seu estatuto social, disposições que limitem o número de votos de acionistas em percentuais inferiores a 5% do capital social, exceto em casos de desestatização ou de limites previstos em lei ou regulamentação aplicável à atividade desenvolvida pela companhia; (ii) exceto nos casos

12.12 - Práticas de Governança Corporativa

exigidos em lei ou regulamentação aplicável, as companhias não poderão prever, em seus estatutos sociais, disposições que estabeleçam quórum qualificado para a deliberação de matérias que devam ser submetidas à assembleia geral de acionistas; e (iii) exceto nos casos previstos em lei ou regulamentação aplicável, as companhias não poderão prever, em seus estatutos sociais, disposições que impeçam o exercício de voto favorável ou imponham ônus aos acionistas que votarem favoravelmente à supressão ou alteração de cláusulas estatutárias.

Já no que diz respeito ao conselho de administração, as principais alterações aprovadas são (i) a vedação à acumulação de cargos de presidente do conselho de administração e diretor presidente ou principal executivo e (ii) a manifestação obrigatória do conselho de administração sobre os termos e condições de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da companhia, levando em consideração o interesse do conjunto dos acionistas.

Ressalta-se, ainda, outras alterações relevantes como a determinação de que as companhias deverão divulgar as políticas adotadas sobre a negociação de valores mobiliários de sua emissão, por parte da própria companhia, seu acionista controlador e administradores e, ainda, o dever de elaborar e divulgar um código de conduta que estabeleça os valores e princípios que orientam suas atividades.

Exceto pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado e a legislação societária, a Companhia não se pauta, nesse momento, por nenhum outro código de boas práticas de governança.

Assembleias Gerais da Companhia

Evento	Principais Matérias	Data	Quórum
Assembleia Geral Extraordinária	Alteração do objeto social da Companhia para inclusão e especificação de novas atividades.	04/03/13	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Apreciar o crédito/pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas realizado pelo Conselho de Administração proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social.	29/03/13	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Apreciar a ratificação da distribuição intermediária de dividendos relativa ao exercício social findo em 2012 realizada pela administração da Companhia, com a ciência dos acionistas.	08/05/13	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Deliberar sobre a rerratificação da data da AGE que aprovou incorporação da GIF Aperana Participações S/A, da lista de presença de acionistas e da cláusula 1.1 do Instrumento de Justificação e Protocolo de Incorporação da GIF Aperana Participações S/A pela Companhia, ambos aprovados pela AGE rerratificada, e ratificação das demais deliberações.	29/05/13	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Rerratificar todos os atos praticados pela Companhia no âmbito de sociedade subsidiária integral devidamente representada na forma de seu estatuto social por dois diretores em conjunto, da qual é acionista única, por meio de escritura pública nos termos do artigo 251 da Lei 604/76 e autorizar a execução de atos relativos a publicação da presente ata de assembleia.	17/07/13	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Reforma do estatuto social para modificar a estrutura da Diretoria, com a redefinição dos cargos e das competências dos Diretores.	23/08/13	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Apreciar a distribuição intermediária de dividendos realizada pelo Conselho de Administração da Companhia.	07/10/13	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Autorizar a constituição pela Companhia de subsidiária integral e a implementação dos atos necessários para a constituição da subsidiária integral nos termos do artigo 251 da Lei 6404/76 e autorizar a execução de atos relativos a publicação da presente ata de Assembleia.	02/01/14	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Aumento de números de membros da Diretoria da Companhia, com a designação do Diretor de Operações e redesignação dos cargos dos demais diretores, com a respectiva alteração da redação do artigo 18 do estatuto social e consolidação do estatuto.	06/02/14	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Apreciar a distribuição intermediária de dividendos realizada pelo Conselho de Administração da Companhia.	29/05/14	100%
Assembleia Geral Ordinária	Discussão e aprovação das demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013. Deliberação sobre a	19/08/14	

12.13 - Outras informações relevantes

	destinação dos resultados dos exercícios, consoante o artigo 25 do estatuto social e reeleição dos membros do conselho de administração da Companhia e eleição dos suplentes.		100%
Assembleia Geral Extraordinária	Nomeação do Sr. Amaury Guilherme Bier como membro efetivo do Conselho de Administração e do Sr. Christopher David Meyn como membro suplente do Conselho de Administração.	27/11/14	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Conhecer da renúncia do Sr. Carlos de Barros Jorge Neto ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia e nomeação de outro membro, ou seja, Erik Johnson Lassner para ocupar o cargo vago.	05/01/15	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Referendar a distribuição de dividendos realizados pelo Conselho de Administração da Companhia.	17/04/15	100%
Assembleia Gerais Ordinária e Extraordinária	Relatório da administração, discussão e deliberação sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014; destinação do resultado do exercício, consoante o artigo 25 do estatuto social; eleição dos membros do conselho de administração; aumento do número de membros da diretoria da Companhia, com a criação da Diretoria de Negócios, bem como a renomeação da Diretoria de Apoio Laboratorial e Biotecnologia, que passará a ser designada Diretoria Comercial Corporativa com a conseguinte alteração do artigo 18 do estatuto social, primeiro plano de outorga de opção de compra de ações da Companhia; autorização do conselho de administração para administrar e gerenciar o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia; remanejamento temporário das funções dos diretores, em razão da vacância momentânea de duas diretorias e consolidação do estatuto social.	28/09/15	100%

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração

O objetivo da política de remuneração da Companhia aplicável à Diretoria estatutária, gerentes e gestores das controladas da Companhia é fornecer uma contraprestação aos executivos pelos serviços prestados e mantê-los motivados para alcançar os objetivos da Companhia.

Com esse fim, nossa política de remuneração busca incentivar, reter e atrair profissionais qualificados, promovendo o desenvolvimento e o crescimento da Companhia de maneira alinhada com os seus objetivos estratégicos.

Os membros do Conselho de Administração da Companhia recebem valores mensais fixos, dada a natureza de suas atividades.

A Companhia possui Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, e o referido órgão não foi instalado nos exercícios sociais de 2013, 2014, 2015 e, até a data de apresentação deste Formulário de Referência, 2016.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os membros do Conselho de Administração recebem apenas remuneração fixa composta de pró-labore, não fazendo jus a participação nos lucros e resultados.

São concedidos aos membros do Conselho de Administração os seguintes benefícios: Assistência Médica, Odontológica, Seguro de Vida, Previdência Privada. Para maiores informações sobre os benefícios oferecidos pela Companhia, vide item 14.3 (b) deste Formulário de Referência.

A remuneração dos diretores estatutários, gerentes e gestores de controladas da Companhia é composta pelo pagamento de remuneração fixa mensal, que tem por objetivo remunerar o serviço prestado por cada profissional de acordo com suas atribuições e responsabilidades; e de remuneração variável, que consiste em participação nos lucros e resultados ("PLR"), podendo variar de 0 até 21 vezes o valor do salário fixo mensal, pago mediante alcance de metas pessoais e corporativas. O programa de PLR tem por objetivo premiar o profissional pelo desempenho na gestão da Companhia, bem como reter os profissionais que proporcionam tais resultados.

Anualmente, quando da recomendação dos montantes globais da remuneração dos administradores da Companhia a serem submetidos à aprovação da Assembleia Geral, os membros do Conselho de Administração envidam todos os esforços para que a remuneração variável paga no âmbito do programa de PLR esteja sempre em observância das disposições legais aplicáveis. À título ilustrativo, nos últimos três exercícios sociais foram pagos os montantes líquidos de R\$892.283,30, R\$10.700,00 e R\$3.631,25, respectivamente, aos diretores estatutários, gerentes e gestores de controladas da Companhia, como remuneração variável no âmbito do programa de PLR, valores estes que nunca ultrapassaram os limites estabelecidos no §1º do Artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações.

Adicionalmente, a Companhia aprovou, em assembleia geral extraordinária realizada em 18 de janeiro de 2017 a criação do seu plano de opções de compra de ações (*Stock Option Plan*), a serem atribuídas pelo Conselho de Administração, de acordo com os critérios por ele definidos. Em atendimento à orientação da CVM, nos termos da Instrução CVM 480 e do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 002/2016, a Companhia prestará, neste item, as informações abaixo.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

O plano de opção de compra de ações da Companhia tem como principais objetivos permitir que administradores e determinados empregados da Companhia, sujeitos a condições específicas, subscrevam ou adquiram ações de emissão da Companhia, buscando estimular a expansão e o êxito da Companhia, alinhar os interesses dos acionistas aos dos beneficiários, e compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre os acionistas e os beneficiários.

Por fim, são concedidos aos Diretores os seguintes benefícios: Assistência Médica, Odontológica, Seguro de Vida, Previdência Privada, Vale Alimentação, Veículo para desempenho das funções e auxílio Combustível. Para maiores informações sobre os benefícios oferecidos pela Companhia, vide item 14.3 (b) deste Formulário de Referência.

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na composição da remuneração total para os 3 últimos exercícios sociais:

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2015					
% em relação à remuneração total					
	Salário Base	Remuneração Variável	Benefícios direto e indireto	Outros	Total
Conselho de Administração	72,96%	0,00%	12,45%	14,59%	100,00%
Diretoria	44,53%	29,37%	3,07%	23,03%	100,00%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%	0%

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2014					
% em relação à remuneração total					
	Salário Base	Remuneração Variável	Benefícios direto e indireto	Outros	Total
Conselho de Administração	74,04%	0,00%	11,16%	14,81%	100,00%
Diretoria	53,68%	17,14%	3,78%	25,40%	100,00%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%	0%

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2013					
% em relação à remuneração total					
	Salário Base	Remuneração Variável	Benefícios direto e indireto	Outros	Total
Conselho de Administração	74,93%	0,00%	10,06%	14,99%	100,00%
Diretoria	54,43%	16,15%	4,08%	25,33%	100,00%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%	0%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor da remuneração é calculado de acordo com pesquisas de práticas de mercado.

Os diretores estatutários, todos contratados pelo regime celetista, tem sua remuneração reajustada conforme acordo coletivo.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

O objetivo da política adotada é remunerar os profissionais da Companhia de acordo com as práticas de mercado, responsabilidades dos seus respectivos cargos, desempenho, metas alcançadas e nível de competitividade.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há conselheiros, diretores estatutários, gerentes ou gestores de controladas que não sejam remunerados.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

O pró-labore mensal não está baseado em desempenho pessoal do administrador, mas sim em práticas de mercado. Apenas a remuneração variável referente a participação nos lucros e resultados é baseada em desempenho. Por ocuparem cargos diretivos, cuja responsabilidade e desempenho refletem substancialmente no resultado da Companhia, a participação nos lucros e resultados desses administradores está atrelada, principalmente, às metas da Companhia, conforme definidas nos indicadores de desempenho.

Os metas corporativas são aprovados anualmente pelo Conselho de Administração, sendo que para 2016 foram aprovadas as seguintes metas: Fator Corporativo, Fator Negócio Apoio, Fator Negócio Lojas, Fator Negócio Controlada, Objetivos Individuais e Avaliação de Desempenho.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

O pagamento da participação nos lucros e resultados da Diretoria é apurado anualmente dos resultados conforme metas estabelecidas, observado que o pagamento da participação nos lucros e resultados é vinculado ao atingimento das metas anuais, apuradas no início do ano subsequente, em relação ao exercício encerrado.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A participação nos lucros e resultados oferecida pela Companhia é baseada em metas pessoais e corporativas, estabelecendo incentivos de curto, médio e longo prazo aos membros da Diretoria. Desta forma, os interesses dos diretores são atrelados aos da Companhia, pois seus esforços para que a Companhia atinja bons resultados são devidamente recompensados, na proporção de tais resultados e considerando o cargo ocupado por cada membro da Diretoria.

Além disso, a Companhia tem a intenção de adotar para administradores e empregados chave da Companhia um programa de remuneração baseado em opções de compras de ações.

Caso a assembleia geral de acionistas da Companhia venha a aprovar o referido programa de remuneração baseado em opções de compras de ações, todas as informações relativas ao plano serão devidamente atualizadas neste Formulário de Referência.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Parte da remuneração recebida pelos diretores estatutários da Companhia, são suportadas por sociedades controladas da Companhia. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor total de remuneração dos diretores estatutários percebido por

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

sociedades controladas da Companhia, foi no montante de R\$158.675,61 e R\$128.438,38, respectivamente.

Para mais informações, veja o item 13.4 deste Formulário de Referência.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 30/12/2016 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	5,00		8,00
Nº de membros remunerados	3,00	5,00		8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	420.864,00	3.405.709,32		3.826.573,32
Benefícios direto e indireto	85.035,39	284.375,57		369.410,96
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	84.172,80	1.224.209,46		1.308.382,26
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos Sociais de responsabilidade da Companhia – INSS e FGTS	Encargos Sociais de responsabilidade da Companhia – INSS e FGTS		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	2.363.759,00		2.363.759,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	590.072,19	7.278.053,35		7.868.125,54

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	6,08		9,08
Nº de membros remunerados	3,00	6,08		9,08
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	420.864,00	3.939.419,73		4.360.283,73
Benefícios direto e indireto	71.829,94	271.839,56		343.669,50
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	84.172,80	1.421.839,01		1.506.011,81

Descrição de outras remunerações fixas	Encargos Sociais de responsabilidade da Companhia – INSS e FGTS	Encargos Sociais de responsabilidade da Companhia – INSS e FGTS		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.705.761,26		1.705.761,26
Participação de resultados	0,00	892.283,30		892.283,30
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	615.653,59		615.653,59
Descrição de outras remunerações variáveis		Encargos Sociais de responsabilidade da Companhia – INSS e FGTS		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Os números de membros (total e remunerado) correspondem à estimativa das médias anuais, considerando os números de membros apurados mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 002/16.	Os números de membros (total e remunerado) correspondem à estimativa das médias anuais, considerando os números de membros apurados mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 002/16.		
Total da remuneração	576.866,74	8.846.796,44		9.423.663,18

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	5,92		8,92
Nº de membros remunerados	3,00	5,92		8,92
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	420.864,00	3.606.597,45		4.027.461,45
Benefícios direto e indireto	63.423,34	254.144,05		317.567,39
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	84.172,80	1.296.211,12		1.380.383,92
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos Sociais de responsabilidade da Companhia – INSS e FGTS	Encargos Sociais de responsabilidade da Companhia – INSS e FGTS		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.140.925,00		1.140.925,00
Participação de resultados	0,00	10.700,00		10.700,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	410.048,45		410.048,45

Descrição de outras remunerações variáveis		Encargos Sociais de responsabilidade da Companhia – INSS e FGTS		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Os números de membros (total e remunerado) correspondem à estimativa das médias anuais, considerando os números de membros apurados mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 002/16.	Os números de membros (total e remunerado) correspondem à estimativa das médias anuais, considerando os números de membros apurados mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 002/16.		
Total da remuneração	568.460,14	6.718.626,07		7.287.086,21

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	5,42		8,42
Nº de membros remunerados	3,00	5,42		8,42
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	420.864,00	2.841.690,55		3.262.554,55
Benefícios direto e indireto	56.644,89	213.250,95		269.895,84
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	84.172,80	1.020.735,25		1.104.908,05
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos Sociais de responsabilidade da Companhia – INSS e FGTS	Encargos Sociais de responsabilidade da Companhia – INSS e FGTS		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	839.684,00		839.684,00
Participação de resultados	0,00	3.631,25		3.631,25
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	301.614,49		301.614,49
Descrição de outras remunerações variáveis		Encargos Sociais de responsabilidade da Companhia – INSS e FGTS		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00

Observação	Os números de membros (total e remunerado) correspondem à estimativa das médias anuais, considerando os números de membros apurados mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular	Os números de membros (total e remunerado) correspondem à estimativa das médias anuais, considerando os números de membros apurados mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular		
Total da remuneração	561.681,69	5.220.606,49		5.782.288,18

Prevista para 31/12/ 2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Numero total de membros	3	5	0	8
Número de membros remunerados	0	5	0	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	NA		
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	NA		
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	NA	NA		
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	NA		
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	R\$ 4.394.142,00		R\$ 4.394.142,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	NA	R\$ 1.464.714,00		R\$ 1.464.714,00

31/12/2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Numero total de membros	3	6,08		10,08
Número de membros remunerados	0	6,08		6,08
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	NA		
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	NA		
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	NA	NA		
Valor efetivamente reconhecido ¹	NA	R\$ 1.705.761,26		
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	NA		
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	R\$ 4.668.096,00		R\$ 4.668.096,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	NA	R\$ 1.584.316,00		R\$ 1.584.316,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	NA	R\$ 892.283,30		R\$ 892.283,30

¹ Refere-se ao valor pago a título de bônus, líquido de encargos sociais.

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

31/12/2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Numero de membros	3	5,92		8,92
Número de membros remunerados	0	5,92		5,92
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	NA		
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	R\$ 1.740.608,41		R\$ 1.740.608,41
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	NA	R\$ 1.574.084,00		R\$ 1.574.084,00
Valor efetivamente reconhecido ¹	NA	R\$ 1.140.925,00		R\$ 1.140.925,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	NA		
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	R\$ 10.650,00		R\$ 10.650,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	NA	R\$ 8.875,00		R\$ 8.875,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	NA	R\$ 10.700,00		R\$ 10.700,00

¹ Refere-se ao valor pago a título de bônus, líquido de encargos sociais.

31/12/2013	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Numero de membros	3	5,42		8,42
Número de membros remunerados	0	5,42		5,42
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	NA		
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	R\$ 1.322.680,02		R\$ 1.322.680,02
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	NA	R\$ 1.322.680,02		R\$ 1.322.680,02
Valor efetivamente reconhecido ¹	NA	R\$ 839.684,00		R\$ 839.684,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	NA		
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	R\$ 9.750,00		R\$ 9.750,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	NA	R\$ 8.125,00		R\$ 8.125,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	NA	R\$ 3.631,25		R\$ 3.631,25

¹ Refere-se ao valor pago a título de bônus, líquido de encargos sociais.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

A Companhia aprovou, em assembleia geral extraordinária realizada em 18 de janeiro de 2017, a criação do Plano de Opção de Compra de Ações para seus administradores (“**Plano**”).

Não obstante, a Companhia apresenta abaixo as principais características previstas no Plano, sujeitas à aprovação da assembleia geral de acionistas.

a. termos e condições gerais

O Plano será administrado e gerenciado pelo Conselho de Administração da Companhia, que outorgará as Opções de Compra de acordo com termos específicos fixados em programas, aprovados anualmente ou em outra periodicidade.

O Conselho de Administração, na medida em que for permitido por lei e pelo Estatuto Social da Companhia, terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano, incluindo, mas sem limitação:

- a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga das opções de compra, nos termos do Plano, e a solução de dúvidas de interpretação do Plano;
- o estabelecimento de critérios aplicáveis aos beneficiários, de forma a estabelecer métodos objetivos para sua indicação;
- a indicação dos beneficiários e a autorização para outorgar opções de compra em seu favor, estabelecendo todas as condições das opções de compra a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente;
- a emissão de novas ações dentro do limite do capital autorizado ou a autorização para alienação de ações em tesouraria para satisfazer o exercício de opções de compra outorgadas nos termos do Plano; e
- a aprovação dos contratos de outorga a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos outorgados, observadas as determinações do Plano.

As opções de compra outorgadas nos termos do Plano são pessoais e intransferíveis, não podendo o beneficiário, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer modo alienar a quaisquer terceiros as opções de compra, nem os direitos e obrigações a elas inerentes, observados os termos do Plano.

A outorga das opções de compra nos termos do Plano não impedirá a Companhia de se envolver em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações. Em tais hipóteses, poderão ser adotadas as seguintes medidas, a critério exclusivo da Companhia, conforme venha a ser definido pelo Conselho de Administração: (a) a substituição das ações objeto das opções de compra por ações, quotas ou outros valores mobiliários de emissão da sociedade sucessora da Companhia; (b) a antecipação da aquisição do direito ao exercício das opções de compra, de forma a assegurar a inclusão das ações correspondentes na operação em questão; e/ou (c) outras medidas que permitam a conclusão da operação em questão sem alterar as bases econômicas nas quais as opções de compra foram outorgadas.

b. principais objetivos do plano

O Plano foi instituído pela Companhia com o objetivo de (a) estimular a expansão e o êxito da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos beneficiários; e (c) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre os acionistas e os beneficiários.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano proporcionará benefícios aos beneficiários, designados pelo Conselho de Administração, e aos acionistas da Companhia, que contarão com colaboradores incentivados a, cada vez mais, trabalhar de forma a maximizar os resultados da Companhia.

d. como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

A elegibilidade para a outorga de opção de compra de ações decorre de uma avaliação qualitativa baseada no desempenho dos beneficiários e dos resultados da Companhia, a critério do Conselho de Administração.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

O Plano alinha os interesses de seus beneficiários e da Companhia, pois visa a valorização das ações da Companhia, na medida em que, ao conceder opção de compra de ações aos beneficiários, estes são estimulados a alcançar um melhor desempenho individual, contribuindo para melhorar os resultados da Companhia.

Os benefícios à Companhia decorrentes do estímulo dos beneficiários do Plano na melhora do desempenho e valorização da Companhia podem ser percebidos a curto, médio e longo prazo.

f. número máximo de ações abrangidas

As opções de compra outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos de aquisição/subscrição sobre um número de ações equivalente a 2.422.443 (duas milhões, quatrocentas e vinte e duas mil, quatrocentas e quarenta e três) ações, representativas de 2% do capital social total da Companhia na data de aprovação do Plano pela Assembleia Geral, sendo que cada opção de compra dará direito à aquisição/subscrição de uma ação de emissão da Companhia. O número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano deverá estar sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Não existe um limite máximo de opções a serem outorgadas, observado o limite de ações disponíveis para outorga, nos termos do item "f" acima. Se qualquer opção de compra for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as ações vinculadas a tais opções de compra tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas de opções de compra.

h. condições de aquisição de ações

As ações objeto das opções de compra outorgadas nos termos do Plano poderão ser adquiridas pelos beneficiários de acordo com os prazos fixados pelo Conselho de Administração, observado o seguinte cronograma (*vesting*):

- (a) Primeiro Lote de Ações: Ações correspondentes a 20% (vinte por cento) do total de Ações objeto de uma Opção de Compra poderão ser adquiridas em até 1 (um) ano contado do respectivo Contrato de Outorga;
- (b) Segundo Lote de Ações: Ações correspondentes a 20% (vinte por cento) do total de Ações objeto de uma Opção de Compra poderão ser adquiridas em até 1 (um) ano contados do 1º (primeiro) aniversário do respectivo Contrato de Outorga;
- (c) Terceiro Lote de Ações: Ações correspondentes a 20% (vinte por cento) do total de Ações objeto de uma Opção de Compra poderão ser adquiridas em até 1 (um) ano contado do 2º (segundo) aniversário do respectivo Contrato de Outorga;

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

- (d) Quarto Lote de Ações: Ações correspondentes a 20% (vinte por cento) do total de Ações objeto de uma Opção de Compra poderão ser adquiridas em até 1 (um) ano contado do 3º (terceiro) aniversário do respectivo Contrato de Outorga; e
- (e) Quinto Lote de Ações: Ações correspondentes a 20% (vinte por cento) do total de Ações objeto de uma Opção de Compra poderão ser adquiridas em até 1 (um) ano contado do 4º (quarto) aniversário do respectivo Contrato de Outorga.

O beneficiário que desejar exercer uma opção de compra deverá enviar notificação, nos termos do seu contrato de outorga, ao Diretor Presidente da Companhia, informando o número de ações que deseja adquirir.

As opções de compra não exercidas dentro dos prazos previstos acima caducarão e serão consideradas extintas para todos os fins de direito, equiparando-se o não exercício dentro dos prazos à extinção das opções de compra.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

O preço por ação a ser pago quando do exercício de opção de compra será fixado pelo Conselho de Administração quando da aprovação de cada Programa, considerando o valor de mercado das ações no momento da outorga, sendo-lhe facultado aplicar deságio em relação a tal valor (no caso de deságio, limitado a 10% (dez por cento) valor de mercado), o preço por ação fixado no âmbito da oferta pública inicial de ações da Companhia e/ou eventos societários tais como aumentos de capital e outras ofertas públicas de aquisição ou distribuição de ações de emissão da Companhia, e será ajustado para refletir o valor líquido de dividendos e outros proventos pagos aos acionistas e corrigido pela variação acumulada do Índice Nacional de Preço ao Consumidor - Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IPCA").

j. critérios para fixação do prazo de exercício

O prazo de exercício é fixado pelo Plano, ficando estabelecido prazo mínimo de 1 ano e máximo de 7 anos, contados da assinatura do contrato de outorga, observados os prazos do item "h" acima. Estes prazos têm por objetivo a conciliação dos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia.

k. forma de liquidação

O pagamento do preço de exercício referente às ações que o beneficiário optar por adquirir será feito à vista, contra o exercício da respectiva opção de compra.

l. restrições à transferência das ações:

As ações adquiridas em decorrência do exercício das opções de compra estarão sujeitas a vedação de negociação e oneração (*lock-up*) pelo período de 1 (um) ano após o exercício da respectiva opção de compra.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:

O Plano será extinto de pleno direito, com extinção de todos os direitos dele decorrentes, nas seguintes hipóteses:

- (i) mediante o exercício integral de todas as opções de compra concedidas;
- (ii) rescisão, de comum acordo entre a Companhia e os beneficiários, dos respectivos contratos de outorga celebrados nos termos do Plano;

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

- (iii) rescisão dos contratos de trabalho e/ou renúncia dos cargos por todos os beneficiários, conforme o caso, observadas as regras específicas para cada situação, conforme descrito no item “n” abaixo;
- (iv) dissolução, liquidação ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, observados os termos do Plano; e
- (v) caso não ocorra o exercício das opções de compra nos prazos estabelecidos no item “h”.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:

Em caso de desligamento do beneficiário, o beneficiário desligado perderá parte ou a totalidade de seu direito ao exercício da opção de compra que não tiver sido exercida, observado o disposto a seguir:

- (a) Em caso de desligamento do beneficiário por sua iniciativa, (a) o beneficiário perderá a totalidade de seu direito ao exercício da opção de compra; e (b) a Companhia poderá, no prazo de até 90 (noventa) dias contados do desligamento do funcionário, comprar todas as ações detidas por tal beneficiário e que forem oriundas do exercício da opção de compra, pelo preço de exercício, devidamente corrigido monetariamente com base na variação do IPCA a partir da data de cada exercício de opção de compra até a data de sua efetiva recompra pela Companhia, observadas as demais disposições legais aplicáveis.
- (b) Em caso de desligamento do beneficiário por iniciativa da Companhia em hipótese que configurar justa causa de acordo com a legislação trabalhista ou por condenação final em esfera judicial, administrativa ou arbitral por descumprimento de deveres fiduciários, (a) o beneficiário perderá a totalidade de seu direito ao exercício da opção de compra; e (b) a Companhia poderá, no prazo de até 90 (noventa) dias contados do desligamento do funcionário, comprar todas as ações detidas por tal beneficiário e que forem oriundas do exercício da opção de compra, pelo preço de exercício, sem aplicar qualquer correção em tal preço.
- (c) Em caso de desligamento do beneficiário por iniciativa da Companhia em hipótese que não configurar justa causa de acordo com a legislação trabalhista ou condenação final em esfera judicial, administrativa ou arbitral por descumprimento de deveres fiduciários, tal beneficiário perderá seu direito ao exercício de 50% (cinquenta por cento) das opções de compra não exercidas até a data de seu desligamento, mantido o cronograma de exercício inicialmente fixado.
- (d) Em caso de desligamento do beneficiário por invalidez permanente, (i) as opções de compra que ainda não possam ser exercidas de acordo com o contrato de outorga, na data do seu desligamento, passarão a ser automaticamente passíveis de exercício, antecipando-se o início dos prazos de exercício (mantida, porém, sua duração); e (ii) as opções de compra que já possam ser exercidas de acordo com o contrato de outorga na data do seu desligamento poderão ser exercidas em até 1 (um) ano contado da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.
- (e) Caso o beneficiário venha a falecer, (i) as opções de compra que ainda não possam ser exercidas de acordo com o contrato de outorga, na data do seu falecimento, passarão a ser automaticamente passíveis de exercício, antecipando-se o início dos prazos de exercício (mantida, porém, sua duração), podendo os herdeiros e sucessores legais do

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

beneficiário exercer as respectivas opções de compra, desde que o façam no prazo de 1 (um) ano, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, ou sobre a extinção, de pleno direito, de tais direitos; e (ii) as opções de compra que já possam ser exercidas de acordo com o respectivo contrato de outorga na data do seu falecimento poderão ser exercidos pelos herdeiros e sucessores legais do beneficiário, desde que o façam no prazo de 1 (um) ano, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

Nos termos do artigo 4º, da Instrução da CVM nº 567, o exercício das opções de compra por beneficiários que não mais sejam administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia, nas hipóteses previstas acima, estará sujeito à apreciação prévia da assembleia geral de acionistas da Companhia.

Não aplicável, considerando que não houve reconhecimento de remuneração baseada em ações nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2014 e 2015 e que não há previsão de pagamento de remuneração baseada em ações para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2016.

Não aplicável, considerando que não havia opções em aberto detidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 e que não há previsão de pagamento de remuneração baseada em ações para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2016.

Não aplicável.

Não aplicável.

Não aplicável.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia possui planos de previdência em vigor para os membros do Conselho de Administração e para os Diretores Estatutários. O colaborador poderá contribuir com um percentual 4% de seu Salário Base Mensal, denominada Contribuição Básica Participante. Esta contribuição será descontada em folha de pagamento 12 vezes por ano.

Além da contribuição básica participante, o colaborador poderá realizar Contribuições Voluntárias mensalmente, por meio de desconto em folha de pagamento, em um percentual de seu Salário de Participação.

A Companhia irá contribuir com um percentual de 8% chamado Contribuição Básica Empresa, que será efetuada mensalmente de acordo com a participação no Programa.

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Número de membros	5	3
Número de membros remunerados ¹	5	3
Nome do plano	Sul America Seguros de Pessoas e Previdência	Sul America Seguros de Pessoas e Previdência
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	0	0
Condições para se aposentar antecipadamente	Sim. Caso o participante preencha, concomitantemente, as seguintes condições: - 55 anos de idade; - 10 anos de tempo de plano; e - término do vínculo com a Companhia.	Sim. Caso o participante preencha, concomitantemente, as seguintes condições: - 55 anos de idade; - 10 anos de tempo de plano; e - término do vínculo com a Companhia.
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$1.243.247,04	R\$127.065,28
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$181.611,76	R\$5.039,60
Possibilidade de resgate antecipado e condições	É possível efetuar resgates da contribuição do empregado obedecendo a um intervalo mínimo de 60 dias entre cada solicitação. Ao resgatar valores de	É possível efetuar resgates da contribuição do empregado obedecendo a um intervalo mínimo de 60 dias entre cada solicitação. Ao resgatar valores de

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

	<p>sua conta básica, o empregado perderá o direito daquele mesmo valor na parte da conta normal empresa.</p> <p>TEMPO PARA RESGATE DA CONTRIBUIÇÃO PARTE EMPRESA EM CASO DE TÉRMINO DE VÍNCULO:</p> <p>Até 2 anos: 0 %</p> <p>De 2 anos e 1 dia a 4 anos: 50 %</p> <p>De 4 anos e 1 dia a 6 anos: 75 %</p> <p>A partir de 6 anos e 1 dia: 100 %</p>	<p>sua conta básica, o empregado perderá o direito daquele mesmo valor na parte da conta normal empresa.</p> <p>TEMPO PARA RESGATE DA CONTRIBUIÇÃO PARTE EMPRESA EM CASO DE TÉRMINO DE VÍNCULO:</p> <p>Até 2 anos: 0 %</p> <p>De 2 anos e 1 dia a 4 anos: 50 %</p> <p>De 4 anos e 1 dia a 6 anos: 75 %</p> <p>A partir de 6 anos e 1 dia: 100 %</p>
--	--	--

¹ Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, vinculados ao plano de previdência

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração			
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Nº de membros remunerados	6,08	5,92	5,42	3,00	3,00	0,03
Nº de membros remunerados	6,08	5,92	5,42	3,00	3,00	0,03
Valor da maior remuneração(Reais)	2.643.514,17	1.955.118,63	1.455.160,66	318.542,92	312.880,52	309.462,27
Valor da menor remuneração(Reais)	482.734,91	482.047,99	527.194,93	101.926,68	101.885,96	101.865,60
Valor médio da remuneração(Reais)	1.455.065,20	1.134.903,05	963.211,53	192.288,91	189.486,71	187.227,23

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Não há qualquer arranjo contratual nem qualquer instrumento que estruture mecanismos de remuneração ou indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria em caso de desligamento de suas funções.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Nos três últimos exercícios sociais, a totalidade da remuneração paga aos membros do Conselho de Administração da Companhia era destinada à partes relacionadas aos acionistas controladores da Companhia, incluindo aos próprios acionistas controladores que integram o Conselho de Administração da Companhia, conforme conceito de parte relacionada constante da Deliberação CVM nº 642/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC05(R1).

Não aplicável.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Remuneração para o exercício social 31/12/ 2015

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Sociedades controladas	R\$158.675,61	NA	NA
Remuneração Fixa - Proventos	R\$72.700,88	NA	NA
Remuneração Variável - PLR & Bônus	R\$42.957,49	NA	NA
Encargos	R\$36.454,74	NA	NA
Benefícios	R\$6.562,50	NA	NA
Sociedades sob controle comum	NA	NA	NA
Controladores	NA	NA	NA

Remuneração para o exercício social 31/12/2014

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Sociedades controladas	R\$128.438,38	NA	NA
Remuneração Fixa - Proventos	R\$67.537,28	NA	NA
Remuneração Variável - PLR & Bônus	R\$22.048,20	NA	NA
Encargos	R\$32.109,04	NA	NA
Benefícios	R\$6.743,86	NA	NA
Sociedades sob controle comum	NA	NA	NA
Controladores	NA	NA	NA

Remuneração para o exercício social 31/12/2013

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Sociedades controladas	NA	NA	NA
Sociedades sob controle comum	NA	NA	NA
Controladores	NA	NA	NA

13.16 - Outras informações relevantes

Será submetido à aprovação do Conselho de Administração da Companhia, um plano extraordinário de remuneração prevendo o pagamento de bônus para todos os membros da Diretoria, vinculado ao sucesso da oferta pública inicial de ações da Companhia ("IPO"). O valor total a ser pago será definido em função do preço por ação no âmbito do IPO, de acordo com a seguinte fórmula: $0,639\% \times [\text{Equity Value Pre Money no IPO} - \text{R\$674 milhões corrigido por IPCA entre dezembro de 2011 e a data do IPO}]$.

A remuneração extraordinária será reconhecida como despesa no exercício social de 2017, estando condicionada (i) à efetiva realização do IPO; e (ii) à aprovação da assembleia geral ordinária da Companhia que aprovará os montantes globais da remuneração dos administradores da Companhia previstos para o exercício social de 2017, nos termos do Artigo 152, da Lei das Sociedades por Ações.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

As informações relativas à Seção 14 foram elaboradas em bases consolidadas, considerando a Companhia e todas as suas controladas.

Abaixo o quadro de funcionários da Companhia e de todas as suas controladas em 31 de dezembro de 2013, 2014 e 2015 e em 30 de setembro de 2016:

Grupo Hermes Pardini				
Número total de Empregados				
(Por atividade)	2013	2014	2015	2016
Administrativos	638	671	617	645
Diretoria/executivos	7	7	7	6
Especialista	202	197	205	219
Gerente	34	35	31	36
Operacional	828	866	783	888
Supervisor	116	157	178	179
Técnico	1.292	1.377	1.378	1.372
Outros	176	188	218	214
Total	3.293	3.498	3.417	3.559

Grupo Hermes Pardini				
Minas Gerais				
(Por atividade)	2013	2014	2015	2016
Administrativos	449	549	489	522
Diretoria/executivos	6	7	7	6
Especialista	148	154	155	163
Gerente	26	31	27	32
Operacional	588	658	548	634
Supervisor	93	114	120	121
Técnico	996	1.022	1.029	1.031
Outros	142	146	160	158
Total	2.448	2.681	2.535	2.667

Grupo Hermes Pardini				
Rio de Janeiro				
(Por atividade)	2013	2014	2015	2016
Administrativos	5	6	5	4
Diretoria/executivos	0	0	0	0
Especialista	0	2	3	4
Gerente	2	2	2	2
Operacional	2	4	5	5
Supervisor	0	0	3	2
Técnico	5	9	7	8
Outros	2	2	2	2

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Total	16	25	27	27
--------------	----	----	----	----

Grupo Hermes Pardini				
Goiás				
(Por atividade)	2013	2014	2015	2016
Administrativos	66	44	42	38
Diretoria/executivos	0	0	0	0
Especialista	22	11	10	5
Gerente	1	1	0	1
Operacional	121	119	91	79
Supervisor	16	31	36	34
Técnico	119	162	148	141
Outros	32	40	40	38
Total	377	408	367	336

Grupo Hermes Pardini				
São Paulo				
(Por atividade)	2013	2014	2015	2016
Administrativos	118	72	81	81
Diretoria/executivos	1	0	0	0
Especialista	32	30	37	47
Gerente	5	1	2	1
Operacional	117	85	139	170
Supervisor	7	12	19	22
Técnico	172	184	194	192
Outros	0	0	16	16
Total	452	384	488	529

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Abaixo o quadro de terceirizados da Companhia e de as suas controladas em 31 de dezembro de 2013, 2014 e 2015 e em 30 de setembro de 2016:

Grupo Hermes Pardini				
Número de terceirizados				
(Por atividade)	2013	2014	2015	2016
Alimentação	29	30	27	29
Limpeza	6	5	9	9
Manutenção	35	27	118	120
Segurança	5	4	12	13
Transporte	22	20	57	60
Médicos/outros	681	656	608	610
Total	778	742	831	841

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Grupo Hermes Pardini				
Número de terceirizados				
Estado de Minas Gerais				
(Por atividade)	2013	2014	2015	2016
Alimentação	29	30	27	29
Limpeza	6	5	5	5
Manutenção	35	27	65	67
Segurança	5	4	4	5
Transporte	22	20	22	25
Médicos/outros	325	318	308	310
Total	422	404	431	441

Grupo Hermes Pardini				
Número de terceirizados				
Estado de Rio				
(Por atividade)	2013	2014	2015	2016
Alimentação	0	0	0	0
Limpeza	0	0	0	0
Manutenção	0	0	0	0
Segurança	0	0	0	0
Transporte	0	0	2	2
Médicos/outros	0	0	4	4
Total	0	0	6	6

Grupo Hermes Pardini				
Número de terceirizados				
Estado de Goiânia				
(Por atividade)	2013	2014	2015	2016
Alimentação	0	0	0	0
Limpeza	0	0	0	0
Manutenção	0	0	51	51
Segurança	0	0	0	0
Transporte	0	0	33	33
Médicos/outros	168	165	132	132
Total	168	165	216	216

Grupo Hermes Pardini				
Número de terceirizados				
Estado de São Paulo				
(Por atividade)	2013	2014	2015	2016
Alimentação	0	0	0	0
Limpeza	0	0	4	4

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Manutenção	0	0	2	2
Segurança	0	0	8	8
Transporte	0	0	0	0
Médicos/outros	188	173	164	164
Total	188	173	178	178

(c) índice de rotatividade

Abaixo o quadro de índice de rotatividade, considerando o total de demissões sobre o quadro médio do período, relacionado aos funcionários da Companhia e de todas as suas controladas em 31 de dezembro de 2013, 2014 e 2015 e em 30 de setembro de 2016:

Grupo Hermes Pardini			
Índice de Rotatividade			
2013	2014	2015	2016
21,8%	19,9%	18,5%	7,9%

Em 2014, os cargos de supervisão foram reposicionados e reorganizados apresentando um crescimento de 35% em relação ao ano de 2013. Este movimento foi provocado pela decisão da Companhia de implementar na estrutura de atendimento uma liderança intermediária, para reforçar o nível técnico da Companhia.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Premissas da política de remuneração do grupo Hermes Pardini

(a) política de salários e remuneração variável

A política de Remuneração do Grupo Hermes Pardini visa proporcionar aos colaboradores níveis salariais competitivos com o mercado, de forma a atrair, recompensar e reter os profissionais mais qualificados. A política é válida para todos os níveis hierárquicos e todas as filiais da Companhia.

A Companhia efetua reajustes salariais de acordo com a legislação trabalhista e a data-base dos dissídios coletivos das categorias dos empregados. Além disso, concede aumentos salariais de acordo com o desempenho e nível de engajamento dos empregados. Os cargos de liderança dispõem de avaliação anual com desempenho refletivo e Remuneração Variável conforme formalizado em Acordo Coletivo do Trabalho. Colaboradores atuantes nas áreas de vendas possuem plano de remuneração variável que reconhece os melhores desempenhos através de indicadores de desempenho em acordo com a área de atuação e a unidade de negócio responsável. Esses objetivos são compostos por indicadores específicos para as áreas e os colaboradores (das mesmas áreas ou não) compartilham metas consensuais com o planejamento de cada área de negócio.

Além disso, as metas dos líderes são definidas considerando o planejamento estratégico da Companhia e objetivos orçamentários. As metas são definidas e formalizadas a cada ano e, para que sejam executadas, a Companhia precisa alcançar um gatilho mínimo do percentual dos indicadores.

(b) política de benefícios

A política de Benefícios do Grupo Hermes Pardini foi construída e estruturada de acordo com a estratégia de negócios da Companhia, considerando a legislação trabalhista vigente e as convenções coletivas de trabalho de cada região, com o objetivo de contribuir para a qualidade de vida dos funcionários e familiares, de forma a valorizar e reconhecer o colaborador pelas atividades desenvolvidas. Para informações sobre os benefícios oferecidos à Diretoria e aos membros do Conselho de Administração da Companhia, vide item 13.1 (b) deste Formulário de Referência.

O Grupo oferece para os colaboradores os seguintes benefícios:

- Assistência Médica: Para todos os colaboradores, com diferenciação de acomodação em Apartamento para os cargos de liderança, integralmente subsidiada pela Companhia no plano ofertado. Opção de inclusão de dependentes elegíveis (filhos e cônjuge) com custeio do empregado.
- Assistência Odontológica: Para todos os colaboradores, com custo integralmente subsidiado pela Companhia. Opção de inclusão de dependentes elegíveis (filhos e cônjuge) com custeio do empregado.
- Vale Transporte: Para todos os colaboradores, nos termos da legislação trabalhista vigente. Aplicável somente para utilização de transporte público.
- Vale Alimentação/Refeição: O valor do benefício concedido pela Companhia e suas controladas varia de acordo com a região geográfica e com a carga horária de trabalho do

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

colaborador. Em todos os casos são observados os termos da regulamentação aplicável e dos acordos/convenções coletivas de trabalho vigentes.

- Seguro de Vida: Para todos os colaboradores, integralmente subsidiado pela Companhia e extensivo aos filhos e cônjuge do segurado titular. O seguro de vida oferece o Serviço Agregado de Assistência Funeral Familiar, extensivo aos filhos e cônjuge, que cobre as despesas com funeral.
- Auxílio Creche: A Companhia concede este benefício conforme definido nas Convenções Coletivas de Trabalho de acordo com a região de atuação.
- Automóvel: Para os cargos a partir de gerência, com modelos variando de acordo com o nível hierárquico.
- Celular Corporativo: Para os cargos de liderança, com modelos variando de acordo com o nível hierárquico, e para as áreas onde é identificada a necessidade de uso do celular corporativo para o negócio da Companhia.
- Check-up anual: Para os níveis hierárquicos a partir de gerência.
- Previdência Privada: Para todos os colaboradores da Companhia em Minas Gerais e na unidade de São Paulo.
- Programa Melhor Maternidade: Para todas as gestantes da Companhia e suas controladas e inclui o acompanhamento médico complementar durante a gestação e puerpério.
- Empréstimo Consignado: Para todos os colaboradores, realizado junto aos bancos parceiros com desconto em folha de pagamento.
- PLR: Para todos os colaboradores da Companhia, conforme definido em Acordo Coletivo.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupos de beneficiários; (ii) condições para o exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano.

Não aplicável. A Companhia não adota plano de opção de compra de ações para seus colaboradores que não são administradores.

A Companhia reconhece a importância da função dos sindicatos, respeitando suas iniciativas e práticas.

Ademais, a Companhia sempre busca encontrar soluções que atendam a todos os envolvidos, tendo como princípio uma relação pautada pela transparência e respeito mútuos.

Em razão disso, a Companhia mantém um relacionamento importante com os sindicatos aos quais está vinculada, respeitando não só o direito à livre associação e à negociação coletiva em prol de seus empregados, mas também buscando fortalecer o seu segmento por meio dos sindicatos patronais, com o intuito de agregar valor aos SAD.

O relacionamento mantido entre a Companhia e os respectivos sindicatos dos empregados é sustentado de forma estruturada e transparente, em conformidade com a legislação trabalhista aplicável, com liberdade sindical, proteção do direito de sindicalização e de negociação coletiva e livre funcionamento, sem qualquer intervenção.

Ao longo do tempo, a Companhia tem mantido um bom relacionamento com os empregados e os respectivos sindicatos das categorias, sem históricos de paralisações ou greves.

Segue abaixo a relação dos sindicatos patronais e sindicatos de empregados com os quais a Companhia está vinculada e o instrumento convencionado:

UF	CIDADE	SINDICATO DOS EMPREGADOS	SINDICATO PATRONAL	INSTRUMENTO NORMATIVO
MG	BELO HORIZONTE	SINDICATO DOS EMPREGADOS TÉCNICOS LABORATÓRIOS, BANCO DE SANGUE, ANÁLISE CLÍNICAS/MG	SINDICATO DOS LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICA DE MG	ACORDO COLETIVO DE TRABALHO
MG	BELO HORIZONTE	<i>SINDICATO DOS PROF QUE TRAB COM RAD AU UL SO XER EM/MG</i>	SINDICATO HOSPITAIS CLÍNICA E CASAS SAÚDE ESTA MINAS GERAIS	CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
MG	BELO HORIZONTE	SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS- VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DE MINAS GERAIS	SINDICATO DOS LOJISTAS DO COMÉRCIO DE BELO HORIZONTE	CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
MG	BELO HORIZONTE	SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE BELO HORIZONTE E REGIÃO METROPOLITANA	FEDERACAO DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS E TURISMO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FECOMERCIO-MG,	CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
GO	GOIÂNIA	SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO DE SAÚDE DA REDE PRIVADA DO MUNICÍPIO DE GOIANA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS	SINDICATO TRAB SERV SAUDE REDE PRIVADA DO MUNICIPIO DE GOIANIA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS	ACORDO COLETIVO DE TRABALHO
GO	GOIÂNIA	SINDICATO DOS BIOMEDICOS NO ESTADO DE GOIAS	SINDICATO DOS LABORATORIOS DE ANALISES E BANCO DE SANGUE ESTADO DE GOIAS	CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

GO	GOIÂNIA	SINDICATO DOS ENFERMEIROS DE GOIÁS	SINDICATO DOS HOSPITAIS E ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE NO ESTADO GOIÁS	CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
GO	GOIÂNIA	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TELECOMUNICAÇÕES NO ESTADO DE GOIÁS	SINDICATO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA DO ESTADO DE GOIÁS	CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
GO	GOIÂNIA	SIND DOS TECN E AUX EM RADIOL E CAM CLARA E ESC EST GO	SINDICATO DAS CLINICAS RADIOLOGICAS, ULTRASSONOGRAFIA, RESSONANCIA MAGNET., MEDC NUCLEAR E RADIOTERAPIA NO EST GO	CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
GO	ITUMBIARA	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE ITUMBIARA E REGIÃO	SINDICATO DOS LABORATÓRIOS DE ANÁLISES E BANCOS DE SANGUE NO ESTADO DE GOIÁS	CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
GO	ANAPOLIS	SINDICATOS DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAUDE DE ANAPÓLIS	SINDICATO DOS HOSPITAIS CLINICA E ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DA SAUDE DE ANAPOLIS	CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
RJ	RIO DE JANEIRO	SIND EMP EST SERV LAB DE PESQ E ANAL CLIN PAT DO EST RJ	SINDICATO DOS LABORATORIOS DE PATOLOGIA E ANALISES CLINICAS DO ESTADO DO RJ SINDILAPAC-RJ	CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
SP	SÃO PAULO	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SAUDE DE SÃO PAULO	SINDICATO DOS HOSPITAIS, CLÍNICAS, CASAS DE SAÚDE, LABORATÓRIOS DE PESQUISAS E ANÁLISES CLÍNICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDHOSP	CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
SP	SÃO PAULO	SINDICATO DOS TÉCNICOS E AUXILIARES EM RADIOLOGIA NO ESTADO DE SÃO PAULO	SINDICATO DOS HOSPITAIS, CLÍNICAS, CASAS DE SAÚDE, LABORATÓRIOS DE PESQUISAS E ANÁLISES CLÍNICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDHOSP	CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
SP	SÃO PAULO	SINDICATO DOS BIOMÉDICOS PROFISSIONAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO	SINDICATO DOS HOSPITAIS, CLÍNICAS, CASAS DE SAÚDE, LABORATÓRIOS DE PESQUISAS E ANÁLISES CLÍNICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDHOSP	CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
SP	SÃO PAULO	SINDICATO DOS ENFERMEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO	SINDICATO DOS HOSPITAIS, CLÍNICAS, CASAS DE SAÚDE, LABORATÓRIOS DE PESQUISAS E ANÁLISES CLÍNICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDHOSP	CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
SP	SÃO PAULO	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES E OPERADORES DE MÓDULOS TELEFONICAS NOS ESTADOS DE SÃO PAULO	SINDICATO DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES, TELEATENDIMENTO, SISTEMAS, REDES, TV POR ASSINATURA, CABO, MMDS, DTH, EQUIPAMENTOS, COMPONENTES, INCLUINDO INSTALAÇÃO E MANUNTEÇÃO, DO ESTADO DE SÃO PAULO.	CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

A Companhia patrocina um plano de previdência privada para seus funcionários, com o propósito de complementar a aposentadoria destes funcionários, contratado com a seguradora Sul América S.A.. Este plano possui como principal característica o fato de a patrocinadora não ter a obrigação de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos, caracterizando-se como um plano de contribuição definida.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista		Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador		Última alteração	
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Participa de acordo de acionistas	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	CPF/CNPJ	CPF/CNPJ
Acionista Residente no Exterior		Nome do Representante Legal ou Mandatário	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Ações preferenciais %		Qtde. total de ações (Unidades)	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %		Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)							
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
RP Participações e Gestão de Negócios EIRELI							
08.415.230/0001-23	Brasileira-MG	Sim	Sim	Sim	31/01/2012		
Não							
27.532.166	22,730900%	0	0,000000%	0	27.532.166		22,730900%
AP Participações e Gestão de Negócios EIRELI							
08.423.198/0001-28	Brasileira-MG	Sim	Sim	Sim	31/01/2012		
Não							
27.532.166	22,730900%	0	0,000000%	0	27.532.166		22,730900%
GIF IV Fundo de Investimento em Participações							
13.099.546/0001-93	Brasileira-RJ	Sim	Sim	Não	27/12/2012		
Não							
36.336.667	30,000100%	0	0,000000%	0	36.336.667		30,000100%
VP Participações e Gestão de Negócios EIRELI							
08.415.206/0001-94	Brasileira-MG	Sim	Sim	Sim	31/01/2012		
Não							
27.532.166	22,730900%	0	0,000000%	0	27.532.166		22,730900%
Victor Cavalcanti Pardini							
525.560.696-00	Brasileiro-MG	Sim	Sim	Sim	01/02/2012		
Não							
729.667	0,602400%	0	0,000000%	0	729.667		0,602400%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista									
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador		Última alteração			
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Qtde. ações preferenciais (Unidades)		Tipo pessoa		CPF/CNPJ		Total ações %	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)		Ações preferenciais %		Qtde. total de ações (Unidades)		Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)									
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)		Ações %						
Regina Pardini									
465.312.976-20	Brasileira-MG	Sim	0	0,000000%	Sim	01/02/2012	0	0,000000%	0,602400%
Não			729.667	0,602400%			729.667	0,602400%	0,602400%
Áurea Maria Pardini									
481.409.376-49	Brasileira-MG	Sim	0	0,000000%	Sim	01/02/2012	0	0,000000%	0,602400%
Não			729.667	0,602400%			729.667	0,602400%	0,602400%
OUTROS									
			0	0,000000%			0	0,000000%	0,000000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:									
			0	0,000000%			0	0,000000%	0,000000%
TOTAL									
			121.122.166	100,000000%			121.122.166	100,000000%	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
AP Participações e Gestão de Negócios EIRELI						
CPF/CNPJ acionista						
08.423.198/0001-28						
Áurea Maria Pardini						
481.409.376-49	Brasileira-MG	Não	Sim	28/05/2012		
Não						
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000	
Classe ação						
Qtde. de ações (Unidades)		Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	CPF/CNPJ	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa				
Detalhamento de ações (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Composição capital social						
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
RP Participações e Gestão de Negócios EIRELI						
08.415.230/0001-23						
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	0,000000
Regina Pardini						
465.312.976-20	Brasileira-MG	Não	Sim		28/05/2012	
Não						
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
TOTAL						
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA									
ACIONISTA									
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração					
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ					
Detalhamento de ações (Unidades)									
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %				
CONTROLADORA / INVESTIDORA									
VP Participações e Gestão de Negócios EIRELI									
				08.415.206/0001-94	Composição capital social				
OUTROS									
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000				
TOTAL									
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000				
Victor Cavalcanti Pardini									
525.560.696-00	Brasileira-MG	Não	Sim	28/05/2012					
Não									
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000				
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %							
TOTAL	0	0,000000							

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
GIF IV Fundo de Investimento em Participações						
				13.099.546/0001-93		
OUTROS						
2.231.333	100,000000	0	0,000000	2.231.333	100,000000	
TOTAL						
2.231.333	100,000000	0	0,000000	2.231.333	100,000000	

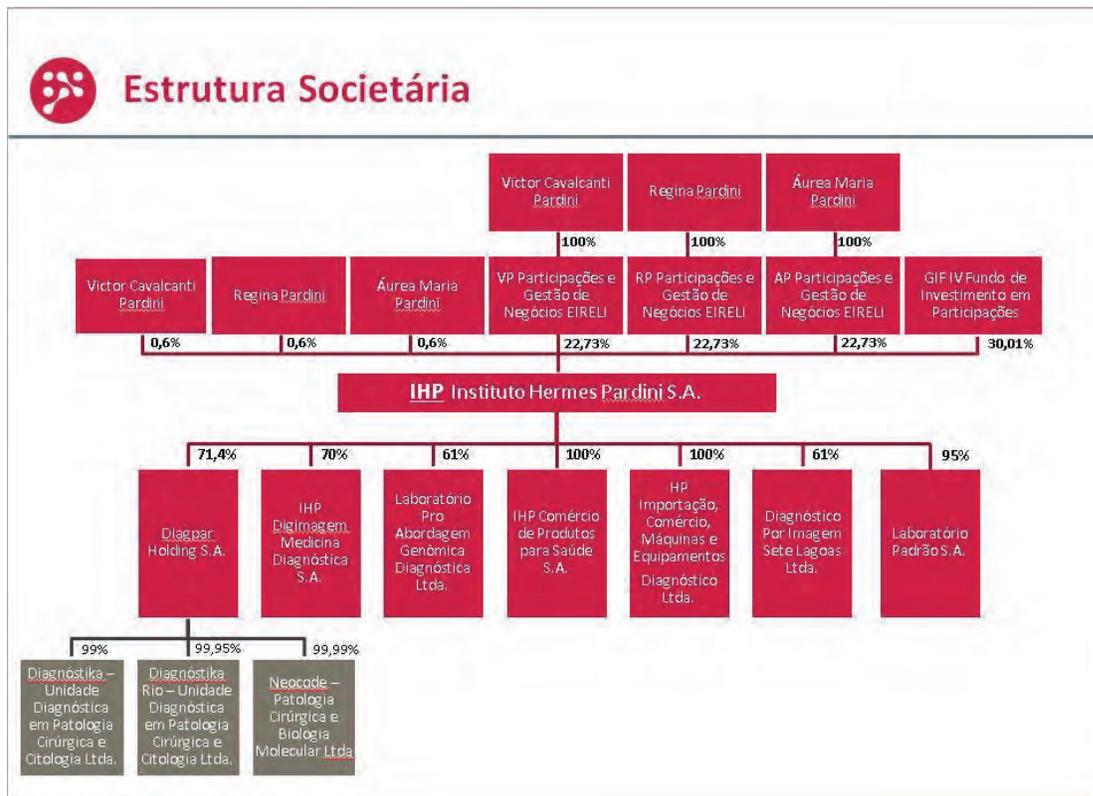
15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	09/12/2016
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	3
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	3
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	1

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	0	0,000000%



15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

1 Acordo Família Pardini e GIF IV Fundo de Investimento em Participações

(a) Partes

AP Participações e Gestão de Negócios Ltda., RP Participações e Gestão de Negócios Ltda., VP Participações e Gestão de Negócios Ltda., Áurea Maria Pardini, Regina Pardini, Victor Cavalcanti Pardini e GIF Aperana Participações S.A. (sucedido pelo GIF IV Fundo de Investimentos em Participações)

(b) Data de celebração

15 de dezembro de 2011, aditado em 9 de dezembro de 2016.

(c) Prazo de vigência

25 anos contados de 15 de dezembro de 2011 ou até a realização de uma oferta pública inicial de ações, primária e/ou secundária, o que ocorrer primeiro.

(d) Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Com exceção dos quóruns mencionados abaixo, as matérias serão decididas por maioria simples dos votos.

Em conformidade com o Acordo de Acionistas, é necessária a aprovação de titulares de, pelo menos, 82,5% das ações vinculadas para a aprovação das seguintes matérias:

Qualquer redução de capital, recompra de ações para cancelamento, manutenção em tesouraria ou venda subsequente, bem como resgate ou amortização de ações emitidas pela Companhia;

Qualquer aumento de capital com a emissão de novas ações, exceto (i) no caso de realização de uma oferta pública qualificada; e/ou (ii) na hipótese de a Companhia necessitar de capital para manter as suas atividades em operação e cumprir os seus compromissos financeiros e for inviável à Companhia por meio de endividamento tendo esgotado todos os meios possíveis de captação de recursos de terceiros;

Registro da Companhia como companhia aberta, listagem de seus valores mobiliários em quaisquer mercados e realização de uma Oferta Pública, exceto no caso de realização de uma Oferta Pública Qualificada, bem como o registro de ofertas públicas de aquisições de ações para fechamento de capital e o pedido de fechamento propriamente ditos;

Qualquer modificação nas disposições do Estatuto Social que afetem os direitos previstos neste Acordo;

Qualquer emissão de ações preferenciais, títulos, debêntures, warrants ou quaisquer valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por Ações da Companhia;

Qualquer emissão de títulos, debêntures, warrants ou quaisquer valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por Ações da Companhia, salvo quando essa emissão estiver prevista no orçamento de capital anual previamente aprovado;

Qualquer modificação na Política de Dividendos e/ou destinação de lucros que não em conformidade com a Política de Dividendos;

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Qualquer modificação relevante no objeto social da Companhia;

Qualquer transformação, de tipo societário, cisão, fusão ou incorporação envolvendo a Companhia, exceto reestruturações internas que envolvam apenas a Companhia e suas Subsidiárias Integrais;

Aprovação da remuneração global dos administradores da Companhia;

Criação, alteração ou cancelamento de planos de outorga de opções de compra ou subscrição de ações aos administradores e empregados da Companhia ou instrumentos semelhantes.

Propositura de medida judicial visando o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou a declaração de autofalência da Companhia; e

Qualquer dissolução ou liquidação, nomeação e destituição de liquidantes, bem como o término do status de liquidação.

(e) Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores ou membros de comitês estatutários

Para fins de eleição dos Conselheiros de Administração da Companhia nas respectivas assembleias gerais, o GIF IV Fundo de Investimentos em Participações (“**GIF IV**”) terá o direito de nomear (i) 2 Conselheiros e seus respectivos suplentes enquanto detiver pelo menos 27,5% das ações em circulação com direito a voto; e (ii) 1 Conselheiro e seu respectivo suplente enquanto detiver pelo menos 17,5% das ações em circulação. Os demais conselheiros serão eleitos pelos outros acionistas signatários do Acordo.

Os acionistas signatários do Acordo se comprometem a não exercer seu direito de solicitar que a eleição do Conselho de Administração seja realizada por meio do mecanismo de voto múltiplo previsto pelo artigo 141 da Lei de Sociedades por Ações.

Em 09 de dezembro de 2016 os, os acionistas signatários do Acordo de Acionistas da Família Pardini com o GIF IV (“**Acordo GIF IV**”) firmaram Termo de Compromisso considerado complementar ao Acordo GIF IV, o qual foi devidamente arquivado na sede da Companhia.

Neste documento as partes acordaram que caso ocorra, durante o mandato dos membros do Conselho de Administração eleitos em AGE realizada no dia 09 de dezembro de 2016, uma oferta pública de ações de emissão da Companhia com distribuição pública primária ou secundária, o GIF IV estará obrigado a obter a renúncia da totalidade dos membros efetivos ou suplentes por ele eleitos. A renúncia deverá ser obtida até a primeira assembleia geral da Companhia realizada após a implementação da oferta.

Caso o GIF IV continue a ser acionista da Companhia após a oferta pública e sua participação acionária se mantenha suficiente para a manutenção do acordo de acionistas original, celebrado em 15 de dezembro de 2011, e para a eleição de pelo menos um conselheiro de administração, as partes acordaram em ajustar o termo de compromisso para assegurar os direitos do GIF IV no âmbito do acordo de acionistas.

(f) Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

O Acordo de Acionistas dispõe que os acionistas signatários deste acordo apenas poderão transferir suas ações para afiliadas, entre os Acionistas Controladores ou em decorrência de oferta pública que venha a ser realizada pela Companhia ou se essa transferência for a respeito de todas as ações detidas pelo acionista e observadas as previsões sobre direito de preferência e direito de venda conjunta.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Caso qualquer acionista deseje vender sua participação a terceiros, deverá oferecer aos demais direito de preferência, nos termos e condições previstos no Acordo de Acionistas. Apenas caso os demais acionistas não exerçam seu direito o acionista ofertante poderá realizar livremente a venda de suas ações para terceiros.

Caso os Acionistas Controladores estejam dispostos a celebrar acordo para alienar o controle da Companhia, deverão observar as disposições que garantem ao GIF IV direito de venda conjunta de suas ações pelo mesmo preço e condições oferecidas aos acionistas controladores.

Caso a Gávea Investimentos Ltda. deixe de ter a gestão discricionária do veículo detentor de ações da Companhia, os acionistas controladores terão opção de compra sobre as ações detidas por este veículo.

(g) Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Enquanto o GIF IV detiver pelo menos 17,5% das ações em circulação, a aprovação das seguintes matérias exigirá o voto afirmativo de pelo menos 1 Conselheiro nomeado pelo GIF IV:

Aprovação de qualquer matéria de quórum qualificado do Conselho ou da Assembleia em relação a quaisquer subsidiárias da Companhia;

Aprovação do Plano de Negócios e/ou orçamento anual da Companhia, bem como qualquer modificação aos mesmos;

Qualquer aquisição ou alienação ou gravame de uma participação societária em outras sociedades, aquisições ou joint ventures, consórcios ou grupo de sociedade, exceto transações que não excedam, individualmente ou como um todo, R\$10,0 milhões em determinado exercício fiscal;

Qualquer concessão de quaisquer garantias ou qualquer outra garantia real ou pessoal em favor de terceiros, salvo se a Companhia ou suas Subsidiárias;

Incorrer em qualquer dívida, financiamento ou empréstimo bancário, exceto transações que não excedam, individualmente ou como um todo, R\$20,0 milhões em determinado exercício fiscal;

Nomeação de qualquer auditor independente, salvo PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes, Ernst & Young, Delloite Touche Tohmatsu ou a KPMG.

Qualquer aquisição, venda ou gravame de ativos permanentes no mesmo exercício fiscal, individualmente ou junto a qualquer série de transações relacionadas ou similares, que exceda R\$10,0 milhões, exceto se previsto no Plano de Negócios aprovado;

Celebração de quaisquer contratos que criem obrigações (salvo as que se encaixem nos itens anteriores) no mesmo exercício fiscal, individualmente ou junto a qualquer série de transações relacionadas ou similares, que excedam R\$10,0 milhões, salvo se no curso normal dos negócios, de forma coerente com as práticas anteriores; e

Celebração de quaisquer contratos ou transações entre a Companhia ou suas Controladas, de um lado, e Partes Relacionadas à Companhia ou aos Acionistas de outro.

2 Acordo Família Pardini

(a) Partes

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

AP Participações e Gestão de Negócios Ltda., RP Participações e Gestão de Negócios Ltda., VP Participações e Gestão de Negócios Ltda., Áurea Maria Pardini, Regina Pardini e Victor Cavalcanti Pardini.

(b) Data de celebração

15 de dezembro de 2011, aditado em 31 de agosto de 2016 e em 19 de janeiro de 2017.

(c) Prazo de vigência

O Acordo passará a vigor, conforme alterado em 19 de janeiro de 2017, a partir da data de liquidação da oferta pública inicial de ações da Companhia até 15 de dezembro de 2036.

(d) Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Em regra, as deliberações nas Reuniões Prévias serão aprovadas por maioria simples de votos. Entretanto, as deliberações acerca das seguintes matérias somente serão aprovadas com o voto favorável de Ações que representem 75% das ações vinculadas ao acordo:

Qualquer redução de capital, recompra de ações para cancelamento, manutenção em tesouraria ou venda subsequente, bem como resgate ou amortização de ações emitidas pela Companhia, quando referidas operações incorrerem na redução de forma desproporcional à participação dos sócios no capital social da Companhia;

Qualquer aumento de capital com a emissão de novas ações ou quaisquer valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, salvo em caso de comprovada necessidade de caixa em contexto pré-familiar, com exceção de aumento de capital decorrente de incorporações de sociedades e/ou de participações societárias (ações ou cotas), que terá regramento próprio conforme item (7) abaixo;

Qualquer modificação nas disposições do Estatuto Social que afetem os direitos previstos nos Acordos de Acionistas de Bloco;

Qualquer redução de dividendo mínimo obrigatório de acordo com a política de dividendos adotada pela Companhia e/ou sobre aprovação e alteração da política de dividendos;

Qualquer concessão de quaisquer garantias ou qualquer outra garantia real ou pessoal em favor de partes relacionadas de acionistas e/ou administradores da Companhia;

Transformação do tipo societário, cisão, fusão ou incorporação de ações/cotas e/ou incorporação envolvendo a Companhia ou suas Afiliadas ou qualquer operação ou negócio jurídico, desde que tal ato, incorporação, operação ou negócio jurídico:

Comprometa o exercício ou reduza o poder de controle por parte da Família Pardini, conforme definido no Acordo de Acionistas de Bloco, na forma do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações; e/ou

resulte na redução, direta ou indireta, da totalidade da participação da Família Pardini na Companhia e/ou sociedade sucessora da Companhia a percentual igual ou menor do que 50% das ações com direito de voto de emissão da respectiva sociedade (companhia ou sucessora); e/ou

resulte na emissão ou existência de ações preferenciais e/ou outros valores mobiliários, com ou sem direito de voto, pela Companhia ou sociedade sucessora da Companhia que contenham: (i) preferências que possam afetar ou reduzir os direitos financeiros e/ou patrimoniais das ações ordinárias, e/ou (ii) prioridade em recebimento de dividendo fixo e/ou mínimo, e/ou (iii) direito de receber dividendos diferenciado (similar

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

ao previsto no artigo 17, parágrafo 1º, II, da Lei das Sociedades por Ações), e/ou (iv) direitos políticos que possam afetar o controle da Companhia, suas subsidiárias ou sucessora, incluindo, mas não se limitando, a emissão de ações que outorguem a seu titular direitos de veto ou voto afirmativo: e/ou

a Companhia, sociedade sucessora da Companhia e/ou da qual a Família Pardini passe a ser sócia, direta ou indiretamente, tenha, após a operação pretendida, endividamento maior do que 2,5x seu EBITDA, consolidado com subsidiárias e controladas conforme normas contábeis aplicáveis.;

Celebração de quaisquer contratos ou transações entre a Companhia ou suas Controladas, de um lado, e Partes Relacionadas à Companhia ou aos Acionistas, de outro com exceção de locações/arrendamentos celebrados com a Empreendimentos Imobiliários Vista Alegre Ltda. ("EIVA"), AP Imobiliários Ltda. ("AP Imóveis"), e/ou Villa Dimigliori Participações Ltda. ("Villa") e/ou qualquer outra sociedade que seja Controlada por qualquer membro da Família Pardini, observad o disposto no Acordo de Acionistas;

Qualquer aquisição de uma participação societária em outras sociedades, associações ou *joint ventures*, consórcios ou grupos de sociedade, que excedam, individualmente ou como um todo, R\$ 300 milhões em determinado exercício fiscal;

Qualquer alienação, transferência ou gravame de qualquer participação societária em outras sociedades, associações ou *joint ventures*, consórcios ou grupos de sociedade, que excedam, individualmente ou como um todo, R\$300 milhões em determinado exercício fiscal; e/ou

Incorrer em qualquer dívida, financiamento ou empréstimo bancário, em transações que excedam, individualmente ou como um todo, o valor equivalente a duas vezes o EBITDA anual da Companhia.

(e) Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores ou membros de comitês estatutários

1 membro do Conselho de Administração da Companhia será indicado pela AP Participações e Gestão de Negócios Ltda. ("AP"), 1 membro do Conselho de Administração da Companhia será indicado pela RP Participações e Gestão de Negócios Ltda. ("RP") e 1 membro do Conselho de Administração da Companhia será indicado pela VP Participações e Gestão de Negócios Ltda. ("VP"), observados os termos do Acordo de Acionistas Geral no que diz respeito aos procedimentos de eleição.

Se, por qualquer motivo, os acionistas signatários do Acordo tiverem o direito de eleger mais do que 3 membros para o Conselho de Administração da Companhia, tais conselheiros serão eleitos por meio do voto favorável de titulares da maioria das Ações.

A cada eleição do Conselho de Administração, VP e RP terão, em conjunto, direito de vetar, por até 2 vezes, o membro indicado pela AP;

Se VP e RP não chegarem a um consenso sobre o veto, o direito de veto não poderá ser exercido;

VP e RP terão prazo de 5 dias úteis, contados da notificação da Companhia acerca da indicação da AP, para exercerem em conjunto seu direito de veto à indicação da AP;

Em casos de exercício do direito de veto, a AP deverá indicar um novo membro, sendo que o terceiro candidato indicado pela AP (hipótese em que 2 vetos já tiverem sido exercidos) será necessariamente eleito;

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

O conselheiro indicado pela AP, nos termos deste item, deverá cumprir integralmente o mandato para o qual foi eleito;

A AP não poderá substituir o conselheiro indicado durante o exercício mandato, salvo no caso morte ou de incapacidade, ou se tiver comprovada e notadamente descumprido a lei, o Acordo do Bloco, o Acordo de Acionistas Geral, o Estatuto Social da Companhia ou tiver agido com má-fé, simulação, dolo, conflito de interesse e/ou cometido fraude:

Os possíveis membros indicados pela AP para o Conselho de Administração deverão ter, pelo menos, graduação em ensino superior, há pelo menos dez anos, em uma das seguintes áreas: contabilidade, economia, finanças, medicina, direito, administração ou engenharia. No caso de o indicado ser formado em direito, ele deverá, necessariamente, ter atuação profissionalmente predominante em contabilidade, economia, finanças, medicina, administração ou engenharia;

Havendo vacância de cargo de membro do Conselho de Administração, as Partes diligenciarão no sentido de indicar para substituí-lo no cargo vago pessoa escolhida pela Parte que o tenha originalmente indicado, observado o disposto no item 9;

Cada Parte terá o direito de destituir o Conselheiro que tiver indicado e promover sua substituição, obrigando os demais a fazer com que a deliberação de destituição e/ou substituição seja devidamente implementada;

Em 09 de dezembro de 2016 os, os acionistas signatários do Acordo de Acionistas da Família Pardini ("**Acordo Família Pardini**") firmaram Termo de Compromisso considerado complementar ao Acordo Família, o qual foi devidamente arquivado na sede da Companhia.

(f) Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Caso uma Parte ("**Parte Ofertante**") pretenda transferir suas Ações a um terceiro ou para outra Parte, a Parte Ofertante deverá dar às demais Partes direito de preferência para adquirir a totalidade das ações originalmente ofertadas a um terceiro pela Parte Ofertante nos mesmos termos originalmente oferecidos a um terceiro.

Enquanto a Sra. Carmen Cavalcanti Pardini ("**Carmen**") estiver viva ("**Período do Lock-Up**") as Partes não poderão, direta ou indiretamente, Transferir suas Ações, direitos de subscrição de Ações ou de opção envolvendo Ações, no todo ou em parte, a não ser por autorização prévia escrita de Carmen Cavalcanti Pardini, sendo esse direito de Carmen pessoal e intrasferível.

Uma vez autorizada, por Carmen, a Transferência das Ações de qualquer das Partes, tal autorização se estenderá, automaticamente, a todas as outras.

Caso AP, RP, VP, Áurea, Regina e/ou Victor ("**Acionistas Alienantes**") celebrem ou estejam dispostos a celebrar quaisquer contratos vinculativos a respeito de uma Transferência de Ações, os demais acionistas terão Direito de Venda Conjunta das Ações.

Caso os demais acionistas não exerçam o Direito de Venda Conjunta, os Acionistas Alienantes poderão realizar livremente a transação de Transferência subjacente, desde que a operação seja concluída em no máximo 180 dias do vencimento do prazo máximo para exercer o Direito de Venda Conjunta, ou da data em que os demais acionistas informarem aos Acionistas Alienantes sobre sua intenção de não exercerem seu Direito de Venda Conjunta.

Caso um terceiro adquira quotas ou ações de emissão de AP, RP ou VP em número suficiente que lhe garanta o exercício do Controle de AP, RP ou VP, os demais acionistas poderão

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

exercer o Direito de Venda Conjunta para alienar ao terceiro adquirente a totalidade das Ações de emissão da Companhia de sua titularidade, nos termos e condições desta Cláusula.

(g) Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

As decisões aprovadas em Reunião Prévia vincularão o voto do Bloco Majoritário as respectivas Assembleias Gerais ou reuniões do Conselho de Administração da Companhia e das suas Subsidiárias, sendo inválido eventual voto proferido em contrariedade à decisão.

As partes se obrigam a destituir qualquer Conselheiro da Companhia que deixar de cumprir as disposições do Acordo do Bloco ou as orientações de voto dadas pelas Partes em conformidade com este Acordo.

As partes tomarão ou farão com que sejam tomadas todas as medidas necessárias para privar de efeito qualquer deliberação porventura tomada em desacordo com o Acordo do Bloco, incluindo, se necessário, mediante a realização de Assembleia Geral ou de reunião do Conselho de Administração para aprovar as deliberações necessárias à efetivação de tais medidas.

Outros Acordos de Acionistas

Acordo de Acionistas Digimagem

Em 5 de outubro de 2012, a Companhia celebrou Acordo de Acionistas de sua controlada Digimagem para regular a atuação da Companhia e demais partes enquanto acionistas da sociedade, incluindo limitações ao exercício de direito de voto, e estabelecer restrições à transferência de ações. Os acionistas minoritários da Digimagem são, atualmente, detentores de ações representativas de 29,52% do capital social da referida sociedade.

No âmbito do Acordo de Acionistas Digimagem, os demais acionistas minoritários da Digimagem receberam uma opção de, a seu exclusivo critério e em até 10 dias a contar do recebimento de notificação da Companhia informando sobre a aprovação em assembleia geral da Companhia de oferta pública primária ou secundária para distribuição de ações de emissão da Companhia, solicitar a substituição da totalidade das ações por eles detidas na controlada por (i) ações da Companhia ou (ii) pagamento em dinheiro de valor correspondente. A razão de troca estabelecida no acordo é a seguinte:

Razão de Troca =
$$\frac{\text{Equity Value Digimagem}}{\text{Equity Value Companhia}}$$

Ações Digimagem Total de Ações Companhia

Onde:

Equity Value Companhia significa o resultado da multiplicação das ações da Companhia pelo preço médio por ação indicado pelo banco contratado pela Companhia para a realização da Oferta Pública;

Equity Value Digimagem significa o resultado da multiplicação do EBTDA da Digimagem pelo múltiplo EV/EBTDA médio do IPO, subtraído da dívida líquida da Digimagem de acordo com o último balanço disponível; e

Múltiplo EV/EBITDA Médio do IPO significa a divisão entre (i) a soma do Equity Value Companhia e da Dívida Líquida da Companhia, de acordo com o último balanço auditado disponível; e (ii) o EBTIDA da Companhia.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Acordo de Acionistas Progenética

Em 7 de dezembro de 2012, a Companhia celebrou Acordo de Acionistas de sua controlada Progenética para regular a atuação da Companhia e demais partes enquanto acionistas da sociedade, incluindo limitações ao exercício de direito de voto, e estabelecer restrições à transferência de ações. Os acionistas minoritários da Progenética são, atualmente, detentores de ações representativas de 39% do capital social da referida sociedade.

No âmbito do Acordo de Acionistas Progenética, os demais acionistas minoritários da Progenética receberam uma opção de, a seu exclusivo critério e em até 10 dias a contar do recebimento de notificação da Companhia informando sobre a aprovação em assembleia geral da Companhia de oferta pública primária ou secundária para distribuição de ações de emissão da Companhia, solicitar a substituição da totalidade das ações por eles detidas na controlada por (i) ações da Companhia ou (ii) pagamento em dinheiro de valor correspondente. A razão de troca estabelecida no acordo é a seguinte:

$$\text{Razão de Troca} = \left(\frac{\text{Equity Value Progenética}}{\text{Total de Ações Companhia}} / (\text{Equity Value Companhia}) \times 0,8 \right) \text{ Ações Progenética}$$

Onde:

Equity Value Companhia significa o resultado da multiplicação das ações da Companhia pelo preço médio por ação indicado pelo banco contratado pela Companhia para a realização da Oferta Pública;

Equity Value Progenética significa o resultado da multiplicação do EBTDA da Progenética pelo múltiplo EV/EBTDA médio do IPO, subtraído da dívida líquida da Progenética de acordo com o último balanço disponível; e

Múltiplo EV/EBITDA Médio do IPO significa a divisão entre: (i) a soma do Equity Value da Companhia e da Dívida Líquida da Companhia, de acordo com o último balanço auditado disponível; e (ii) o EBTIDA da Companhia.

Acordo de Acionistas Diagpar

Em 23 de julho de 2013, a Companhia celebrou Acordo de Acionistas de sua controlada Diagpar para regular a atuação da Companhia e demais partes enquanto acionistas da sociedade, incluindo limitações ao exercício de direito de voto, e estabelecer restrições à transferência de ações. Os acionistas minoritários da Diagpar são, atualmente, detentores de ações representativas de 28,60% do capital social da referida sociedade.

No âmbito do Acordo de Acionistas Diagpar, os demais acionistas minoritários da Diagpar receberam uma opção de, a seu exclusivo critério e em até 10 dias a contar do recebimento de notificação da Companhia informando sobre a aprovação em assembleia geral da Companhia de oferta pública primária ou secundária para distribuição de ações de emissão da Companhia, solicitar a substituição da totalidade das ações por ele detidas na controlada por (i) ações da Companhia ou (ii) pagamento em dinheiro de valor correspondente. A razão de troca estabelecida no acordo é a seguinte:

$$\text{Razão de Troca} = \left(\frac{\text{Equity Value Diagpar}}{\text{Total de Ações Companhia}} / (\text{Equity Value Companhia}) \times 0,85 \right) \text{ Ações Diagpar}$$

Onde:

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Equity Value Companhia significa o resultado da multiplicação das ações da Companhia pelo preço médio por ação indicado pelo banco contratado pela Companhia para a realização da Oferta Pública;

Equity Value Diagpar significa o resultado da multiplicação do EBITDA da Diagpar pelo múltiplo EV/EBITDA médio do IPO, subtraído da dívida líquida da Diagpar de acordo com o último balanço disponível; e

Múltiplo EV/EBITDA Médio do IPO significa a divisão entre: (i) a soma do Equity Value Companhia e da Dívida Líquida da Companhia, de acordo com o último balanço auditado disponível; e (ii) o EBTIDA da Companhia.

Não aplicável.

15.7 - Principais operações societárias**2016**

a. evento	Aquisição da Centro de Medicina Nuclear da Guanabara Ltda. - CMNG e da Diagnósticos Serviços Médicos Auxiliares Ltda. – DSMA
b. principais condições do negócio	<p>Em 22/10/2016, a Companhia celebrou com o Sr. Antonio Fernando Gonçalves da Rocha Contrato de Compra e Venda de Ações visando à aquisição do total de (i) 3.362.000 ações, representativas de 100% do capital social da CMNG; e (ii) 637.530 ações, representativas de 100% do capital social da DSMA.</p> <p>A aprovação sem restrições da aquisição da CMNG pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) foi publicada no dia 2 de dezembro de 2016, tendo o fechamento da transação ocorrido em 23 de dezembro de 2016.</p> <p>O Preço de Aquisição foi estipulado em R\$112.655.000,00, a ser pago em duas parcelas: (i) R\$ 62.655.000,00 à vista; e (ii) R\$ 50.000.000,00 em uma parcela retida.</p>
c. sociedades envolvidas	Instituto Hermes Pardini S.A., Centro de Medicina Nuclear da Guanabara Ltda. e Diagnósticos Serviços Médicos Auxiliares Ltda.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não houve impacto entre os acionistas da Companhia, tendo em vista que se tratou de aquisição de participação societária pela Companhia.

2015

a. evento	Incorporação do Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A. - CDDI
b. principais condições do negócio	<p>Em 22/12/2015, foi aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia a incorporação da totalidade das ações de emissão da Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A. - CDDI</p> <p>Conforme previsto pelo Protocolo e aprovado pela Assembleia Geral da Companhia, a Incorporação fazia parte de processo de reestruturação, com o objetivo de simplificar a estrutura societária e operacional da Companhia, justificando-se: (i) pelo fato de a</p>

15.7 - Principais operações societárias

	Companhia ser detentora da totalidade do capital social do Centro Diferenciado De Diagnóstico Por Imagem S/A, (ii) por resultar na otimização da estrutura societária e operacional, com a conseqüente redução de custos financeiros, logísticos, administrativos, de manutenção de sistemas, dentre outros, com conseqüentes benefícios para os acionistas e (iii) por propiciar a concentração de recursos e esforços dos administradores na consecução dos objetivos sociais.
c. sociedades envolvidas	Instituto Hermes Pardini S.A. e Centro Diferenciado de Diagnóstico e Imagem S.A
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não houve impacto entre os acionistas da Companhia, tendo em vista que se tratou de incorporação de uma subsidiária integral da Companhia.

a. evento	Incorporação do Biocod Biotecnologia Ltda
b. principais condições do negócio	<p>Em 22/12/2015, foi aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia a incorporação da totalidade das ações de emissão da Biocod Biotecnologia Ltda.</p> <p>Como providência preparatória para a incorporação, a Companhia adquiriu as quotas da Biocod Biotecnologia Ltda detidas pelas sociedades AP PARTICIPAÇÕES E GESTÃO DE NEGÓCIOS EIRELI, RP PARTICIPAÇÕES E GESTÃO DE NEGÓCIOS EIRELI e VP PARTICIPAÇÕES E GESTÃO DE NEGÓCIOS EIRELI, de tal modo que passou a deter a totalidade das quotas representativas do capital social da Biocod Biotecnologia Ltda no momento da incorporação.</p> <p>Conforme previsto pelo Protocolo e aprovado pela Assembleia Geral da Companhia, a Operação fazia parte de processo de reestruturação, com o objetivo de simplificar a estrutura societária e operacional da Companhia, justificando-se: (i) pelo fato de a Companhia ser detentora de mais de 99,99% das quotas representativas do capital social da Biocod Biotecnologia Ltda, (ii) por resultar na otimização da estrutura societária e operacional, com a conseqüente redução de custos financeiros, logísticos, administrativos, de manutenção de sistemas, dentre outros, com conseqüentes benefícios para os acionistas e (iii) por propiciar a concentração de recursos e esforços</p>

15.7 - Principais operações societárias

	dos administradores na consecução dos objetivos sociais.
c. sociedades envolvidas	Instituto Hermes Pardini S.A. e Biocod Biotecnologia Ltda
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não houve impacto entre os acionistas da Companhia, tendo em vista que se tratou de incorporação de uma subsidiária integral da Companhia.

a. evento	Aquisição Adicional Laboratório Padrão S.A.
b. principais condições do negócio	<p>Em 08/12/2015, a Companhia celebrou com alguns acionistas do Laboratório Padrão S.A., Srs. Paulo Luiz Carvalho Francescatonio e Renato Caetano Borges, Contrato de Compra e Venda de Ações visando à aquisição total de 60.000 ações, representativas de 15% do capital social da sociedade, sendo 40.000 ações adquiridas de Paulo e 20.000 de Renato.</p> <p>A alienação das Ações à Companhia foi realizada no âmbito do Acordo de Acionistas do Laboratório Padrão S.A., celebrado em 04/07/2013, por meio do qual Paulo e Renato teriam a opção de venda de, respectivamente, 100% e 50% de sua participação no capital social do Laboratório Padrão S.A..</p> <p>O Preço de Opção de Venda Paulo foi estipulado em R\$6.910.502,00 e o Preço de Opção de Venda Renato foi fixado em 3.455.251,00, a ser pago pela Compradora aos Vendedores a Paulo e Renato à vista, em moeda corrente nacional.</p>
c. sociedades envolvidas	Instituto Hermes Pardini S.A. e Laboratório Padrão S.A.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.

15.7 - Principais operações societárias

e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não houve impacto entre os acionistas da Companhia, tendo em vista que se tratou de aumento da participação da Companhia em uma de suas controladas.

2014

a. evento	Aquisição da Anatomical Lab Anatomia Patológica e Citopatologia Ltda. pela Diagpar Holding S.A.
b. principais condições do negócio	<p>Em 10/01/2014, a Diagpar Holding S.A. celebrou com os sócios da Anatomical Lab Anatomia Patológica e Citopatologia Ltda., Sra. Cláudia Lopes Pires e Sr. Bernard Kawa Kac, Contrato de Cessão de Quotas e Outras Avenças visando à aquisição de 6.562 quotas, representativas de 100% do capital social da sociedade.</p> <p>O preço total da cessão e transferência das quotas foi estipulado em R\$212.741,04, a ser pago pela Cessionária aos Cedentes de acordo com suas respectivas participações no capital social da sociedade adquirida, em moeda corrente nacional.</p> <p>O Contrato de Cessão de Quotas e Outras Avenças prevê também a celebração de contratos de prestação de serviços para prestação de serviços de anatomia patológica, citopatologia e imunologia entre a sociedade adquirida e os Cedentes, individualmente ou com pessoas jurídicas por eles controladas.</p>
c. sociedades envolvidas	Diagpar Holding S.A. e Anatomical Lab Anatomia Patológica e Citopatologia Ltda.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
f. mecanismos	Não houve impacto entre os acionistas da Companhia, tendo em vista que se tratou da

15.7 - Principais operações societárias

utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	aquisição de uma sociedade por uma controlada da Companhia.
---	---

2013

a. evento	Aquisição Laboratório Padrão S.A.
b. principais condições do negócio	<p>Em 04/07/2013, a Companhia celebrou com os acionistas do Laboratório Padrão S.A., Srs. Ary Henrique de Souza Júnior, Luiz Murilo Martins de Araújo, Paulo Luiz Carvalho Francescatonio e Renato Caetano Borges, Contrato de Compra e Venda de Ações visando à aquisição de 320.000 ações, representativas de 80% do capital social da sociedade.</p> <p>O Preço de Compra foi estipulado em R\$54.603.079,94, a ser pago pela Compradora aos Vendedores de acordo com suas respectivas participações no capital social da sociedade adquirida, em moeda corrente nacional. Do valor total do Preço de Compra, foram deduzidos R\$4.203.079,94 para fins de garantia de ajuste de preço e R\$1.500.000,00 como Holdback Amount, para garantia da obrigação de indenização dos Vendedores.</p>
c. sociedades envolvidas	Instituto Hermes Pardini S.A. e Laboratório Padrão S.A.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não houve impacto entre os acionistas da Companhia, tendo em vista que se tratou de aquisição de participação societária pela Companhia.
a. evento	Aquisição Diagpar Holding S.A.

15.7 - Principais operações societárias

b. principais condições do negócio	<p>Em 02/07/2013, a Companhia celebrou com os sócios da Diagnóstika – Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda. e da Diagnóstika Plus – Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda., Srs. Filadélfio Euclides Venco, Roberto El Ibrahim e Giulio Cesare Santo, Contrato de Compra e Venda de Ações.</p> <p>Para a realização da transação, os Vendedores constituíram uma sociedade anônima gestora de participações societárias, que passou a ser titular da participação total detida pelos Vendedores nas duas sociedades, qual seja (i) 98,2% do capital da Diagnóstika e (ii) 100% do capital da Diagnóstika Plus.</p> <p>Por meio do Contrato de Compra e Venda, a Companhia adquiriu 71,4% do capital social da sociedade anônima gestora de participações societárias, pelo Preço de Compra total de R\$28.060.000,00, sendo tal valor objeto de ajustes de preço e retenção parcial para fins de constituição de conta garantia da Compradora.</p> <p>Adicionalmente, as Partes se obrigaram a firmar um Acordo de Acionistas da sociedade gestora de participações e a celebrar contratos de serviços médicos com alguns Vendedores.</p>
c. sociedades envolvidas	Instituto Hermes Pardini S.A., Diagnóstika – Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda. e da Diagnóstika Plus – Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não houve impacto entre os acionistas da Companhia, tendo em vista que se tratou de aquisição de participação societária pela Companhia.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia entende que todas as informações relevantes foram incluídas nos demais itens desta Seção 15 do Formulário de Referência.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia, no curso normal de seus negócios, celebra operações com partes relacionadas, com base em termos e condições que seriam aplicáveis a operações semelhantes com terceiros, com o intuito de não gerar qualquer benefício ou prejuízo injustificável para a Companhia ou para quaisquer outras partes.

Apesar de não possuir uma política formalizada de transação com partes relacionadas, a Companhia utiliza cotações e pesquisas de mercado na implementação de seus negócios e contratação de serviços, tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços, cabendo a decisão da realização das transações, independentemente desta ser realizada entre partes relacionadas ou não, ao responsável da área que motivou a contratação do produto ou serviço.

Além disso, a Lei das Sociedades por Ações proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da Companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

Por fim, a Companhia adota um Código de Conduta e Ética Empresarial, aplicável a todas as sociedades de seu grupo econômico, que tem como objetivo orientar as ações e a tomada de decisões de todos os colaboradores das empresas do grupo, nos diversos níveis de relacionamento empresarial e operacional.

- Identificação e Administração de Conflitos de Interesses: A prática recomendada pela Companhia para possíveis conflitos de interesse é baseada no princípio de que o colaborador deverá tomar decisões e agir sempre de maneira idônea, sem se deixar influenciar por questões particulares, de familiares ou de amigos que possam afetar seu julgamento em relação à atividade na qual ele esteja envolvido, ou seja, deve-se recusar a promover qualquer forma de favorecimento ou a agir contra os interesses da Companhia.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados	Taxa de juros
Laboratório Pro Abordagem - Pro Genética	11/12/2012	0,00	0,00	N/A	Prazo Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Mútuo financeiro para cobrir despesas operacionais e capital de giro da controlada. De 1º de janeiro a 30 de setembro de 2016, a receita financeira obtida pela Companhia em relação a este contrato foi de R\$ 7.000,00							
Garantia e seguros							
N/A							
Rescisão ou extinção							
N/A							
Natureza e razão para a operação							
Política de caixa do grupo. Taxa CDI + 3,5% a.a.							
Posição contratual do emissor							
Credor							
Especificar							
Laboratório Pro Abordagem - Pro Genética	11/12/2012	0,00	0,00	N/A	Prazo Indeterminado	SIM	3,500000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Mútuo financeiro para cobrir despesas operacionais e capital de giro da controlada. De 01 de janeiro a 30 de setembro de 2016, a receita financeira obtida pela Companhia em relação a este contrato foi de R\$ 7 mil.							
Garantia e seguros							
N/A							
Rescisão ou extinção							
N/A							
Natureza e razão para a operação							
Política de caixa do grupo. Taxa de juros: CDI+3,5%a.a							
Posição contratual do emissor							
Credor							
Especificar							
MCF Serviços Médicos	01/02/2013	0,00	0,00	N/A	Prazo Indeterminado	SIM	2,058530
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Mútuo financeiro para cobrir despesas operacionais e capital de giro da controlada. De 1º de janeiro a 30 de setembro de 2016, a receita financeira obtida pela Companhia em relação a este contrato foi de R\$ 7.000,00							
Garantia e seguros							
N/A							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados	Taxa de juros
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Política de caixa do grupo. Taxa de juros cobrados de 2,05853% a.a.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Diagnóstica – Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda.	01/04/2014	0,00	0,00	N/A	Prazo Indeterminado	SIM	3,500000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo financeiro para cobrir despesas operacionais e capital de giro da controlada. De 1º de janeiro a 30 de setembro de 2016, a Companhia não obteve receita em relação a este contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Política de caixa do grupo. Taxa de juros: CDI+3,5%a.a						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Laboratório Padrão S.A.	04/07/2013	0,00	0,00	N/A	Prazo Indeterminado	SIM	3,500000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo financeiro para cobrir despesas operacionais e capital de giro da controlada. De 01 de janeiro a 30 de setembro de 2016, a receita financeira obtida pela Companhia em relação a este contrato foi de R\$ 6 mil.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Política de caixa do grupo. Taxa de juros: CDI+3,5% a.a.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados	Taxa de juros
Empreendimentos Imobiliários Vista Alegre Ltda.	01/01/2003	7.134.000,00	0,00	N/A	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A Empreendimentos Imobiliários Vista Alegre Ltda. possui como cotistas a AP Participações e Gestão de Negócios Eireli, VP Participações e Gestão de Negócios Eireli e a RP Participações e Gestão de Negócios Eireli, todas pertencentes ao bloco de controle da Companhia.						
Objeto contrato	Transações de locação de imóveis localizados nas unidades de Alípio de Melo, Barroca, Pampulha, Cidade Nova, Ipiranga, Eldorado I, Eldorado II, Belvedere, Bunitis, Cidade Jardim, Barreiro, Ouro Preto, Venda Nova, Padre Eustáquio, Centro, Bernardo Monteiro, CRC – Contorno, Life Center, Aimorés e São Paulo, além de vagas de garagem nas unidades Life Center, Aimorés, Pedro II e Tupis, por meio de 29 instrumentos particulares. Em 30 de setembro de 2016 os alugueis totalizaram R\$ 7.134 mil.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						
Diagnóstica Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda.	30/01/2013	16.000,00	0,00	N/A	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Contrato de prestação de serviços de análises clínicas.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	A Companhia presta serviços à controlada.						
Diagnóstica Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda.	03/01/2013	309.000,00	0,00	N/A	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Contrato de prestação de serviços de análises clínicas.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados	Taxa de juros
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	A controlada presta serviços à Companhia.						
Diagnóstica - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda.	02/01/2015	1.307.000,00	0,00	N/A	Prazo Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Contrato de rateio de despesas.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Beneficiária dos reembolsos						
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	02/01/2015	3.208.000,00	0,00	N/A	Prazo Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Contrato de rateio de despesas.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Beneficiária dos reembolsos						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Laboratório Padrão S.A.	02/01/2015	1.200.000,00	0,00	N/A	Prazo Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada							
Objeto contrato							
Contrato de rateio de despesas.							
Garantia e seguros							
N/A							
Rescisão ou extinção							
N/A							
Natureza e razão para a operação							
Outra							
Posição contratual do emissor							
Beneficiária dos reembolsos							
Especificar							
Laboratório Pró Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	02/01/2012	209.000,00	0,00	N/A	Prazo Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada							
Objeto contrato							
Contrato de rateio de despesas.							
Garantia e seguros							
N/A							
Rescisão ou extinção							
N/A							
Natureza e razão para a operação							
Outra							
Posição contratual do emissor							
Beneficiária dos reembolsos							
Especificar							
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda.	02/01/2015	95.000,00	0,00	N/A	Prazo Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada							
Objeto contrato							
Contrato de rateio de despesas.							
Garantia e seguros							
N/A							
Rescisão ou extinção							
N/A							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados	Taxa de juros
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
	Outra						
Especificar							
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	Beneficiária dos reembolsos	317.000,00	35.000,00	N/A	28/02/2019	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
	Controlada						
Objeto contrato							
	Contrato de sublocação para fins comerciais. Em 30 de setembro de 2016 o montante envolvido foi de R\$ 317 mil.						
Garantia e seguros							
	N/A						
Rescisão ou extinção							
	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
	Outra						
Especificar							
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	Locatária	3.167.000,00	0,00	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
	Controlada						
Objeto contrato							
	Contrato de prestação de serviços de análises clínicas.						
Garantia e seguros							
	N/A						
Rescisão ou extinção							
	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
	Outra						
Especificar							
Laboratório Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	A Companhia presta serviços à controlada.	2.505.000,00	0,00	N/A	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
	25/10/2011						
Relação com o emissor							
	Controlada						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados	Taxa de juros
Objeto contrato	Contrato de prestação de serviços de análises clínicas						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	A controlada presta serviços à Companhia.						
Laboratório Pro Abordagem Genômica Diagnóstica Ltda.	01/01/2016	115.000,00	0,00	N/A	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Contrato de prestação de serviços de análises clínicas.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	A Companhia presta serviços à controlada.						
Laboratório Padrão S.A.	01/01/2016	4.424.000,00		N/A	Prazo Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Contrato de prestação de serviços de análises clínicas.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados	Taxa de juros
Especificar	A Companhia presta serviços à controlada.						
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda.	01/01/2016	437.000,00	0,00	N/A	Prazo Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Contrato de prestação de serviços de análises clínicas.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	A controlada presta serviços à Companhia						
IHP Digimagem Medicina Diagnóstica S.A.	01/01/2016	3.000,00	0,00	N/A	Prazo Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Contrato de prestação de serviços de análises clínicas. Em 30 de setembro de 2016 o montante envolvido foi de R\$ 3 mil.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	A controlada presta serviços à Companhia.						
Laboratório Padrão S.A.	01/01/2016	0,00	0,00	N/A	Prazo Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Contrato de prestação de serviços de análises clínicas.						
Garantia e seguros	N/A						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados	Taxa de juros
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	A controlada presta serviços à Companhia.						
Diagnóstika Rio - Unidade Diagnóstica em Patologia Cirúrgica e Citologia Ltda.	01/01/2016	0,00	0,00	N/A	Prazo Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Contrato de prestação de serviços de análises clínicas.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	A Companhia presta serviços a controlada.						
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda.	01/01/2016	0,00	0,00	N/A	Prazo Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Contrato de prestação de serviços de análises clínicas.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	A Companhia presta serviços à controlada.						

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

Apesar de não adotar uma política de transações com partes relacionadas formalizada, as transações com partes relacionadas levam em consideração as práticas usuais de mercado.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia, as transações celebradas entre a Companhia e suas partes relacionadas deverão ser aprovadas pela maioria dos Conselheiros Independentes do Conselho de Administração.

Adicionalmente, as práticas de governança corporativa, recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado e na Lei das Sociedades por Ações, são aplicadas pela Companhia. Segundo estas regras, o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável, respondendo o acionista pelos danos causados e pela restituição à Companhia das vantagens que tiver auferido.

(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Ainda que a Companhia não adote uma política de transações com partes relacionadas formalizada, as transações realizadas entre a Companhia e suas partes relacionadas são realizadas observando as condições praticadas em mercado à época, tais como preços, prazos e taxas usuais de mercado, e tomando-se como base, ainda, negociações da mesma natureza realizadas anteriormente pela Companhia com terceiros.

Tais transações são realizadas em caráter estritamente comutativo e com pagamento compensatório adequado, similares àquelas que poderiam ser estabelecidas em transações com partes não relacionadas.

As transações com Partes Relacionadas devem ser formalizadas por meio de instrumento escrito, com a devida indicação do objeto da transação, valores envolvidos no negócio, prazos e taxas cobradas, se aplicáveis, bem como dos demais direitos e responsabilidades das partes envolvidas.

Neste sentido, quando da realização de quaisquer transações com partes relacionadas, a Companhia age de forma a garantir que tais transações não venham a gerar quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às sociedades envolvidas.

As principais transações com partes relacionadas que a Companhia mantém são (i) contratos de locação ou sublocação de imóveis com partes relacionadas da Companhia, que usualmente seguem o padrão de mercado para contratos de locação comercial, (ii) contratos de prestação de serviços por meio dos quais as controladas prestam serviços à Companhia e vice-versa e (iii) contratos de rateio de despesas.

16.4 - Outras informações relevantes

As transações celebradas com as sociedades Centro Diferenciado de Diagnóstico por Imagem Ltda. - CDDI e Biocod Biotecnologia Ltda não foram consideradas neste Formulário de Referência pois tais sociedades foram incorporadas pela Companhia, conforme deliberação da Assembleia Geral da Companhia realizada em 22 de dezembro de 2015.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital					
19/01/2017	148.801.989,16	-	121.122.166	0	121.122.166
Tipo de capital					
18/01/2017	148.801.989,16	-	121.122.166	0	121.122.166
Tipo de capital					
18/01/2017	148.801.989,16	-	121.122.166	0	121.122.166
Tipo de capital					
09/12/2016	2.000.000.000,00		0	0	0

17.2 - Aumentos do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois não houve aumentos de capital no período 31 de dezembro de 2013 a 30 de setembro de 2016.

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
18/01/2017	3.633.665	0	3.633.665	121.122.166	0	121.122.166

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou redução do capital social nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia entende que todas as informações relevantes foram incluídas nos demais itens desta Seção 17 do Formulário de Referência.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Direito ao dividendo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado nos termos do Estatuto Social da Companhia.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	<p>De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o direito de retirada poderá ser exercido, dentre outras, nas seguintes circunstâncias: (i) cisão; (ii) redução do dividendo mínimo obrigatório; (iii) mudança do objeto social; (iv) fusão ou incorporação em outra sociedade; (v) participação em um grupo de sociedades; (vi) incorporação de ações, nos termos do artigo 252 da Lei das Sociedades por Ações por outra sociedade brasileira, de modo a tornar a Companhia uma subsidiária integral da incorporadora, e (vii) aquisição do controle de outra sociedade por um preço que exceda determinados limites previstos em lei.</p> <p>O direito de recesso deverá ser exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da assembleia geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso. No caso de exercício do direito de retirada, os acionistas terão o direito de receber o valor patrimonial de suas ações, com base no último balanço aprovado pela assembleia geral.</p>
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>Pela Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social, nem as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleia Geral da Companhia podem privar seus acionistas dos seguintes direitos: (i) direito a participar da distribuição dos lucros; (ii) direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; (iii) direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (iv) direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (v) direito de votar nas assembleias gerais; (vi) direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Os direitos assegurados às ações que não decorram de lei somente poderão ser modificados mediante aprovação em assembleia geral de acionistas.</p>
Outras características relevantes	Não aplicável.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

O Estatuto Social da Companhia não estabelece hipóteses que limitem o direito de voto de acionistas. Não obstante, há previsão de hipóteses em que há obrigatoriedade de realização de oferta pública, conforme listadas abaixo:

(i) aquisição direta ou indireta do controle da Companhia (inclusive por meio de cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações), nos termos e condições previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado. Adicionalmente, o adquirente do controle da Companhia deverá ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações em bolsa de valores nos seis meses anteriores à data da alienação de controle da Companhia, devendo pagar a estes a eventual diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos seis meses anteriores à data de aquisição do controle da Companhia, devidamente atualizado até o momento do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações de emissão da Companhia nos pregões em que o adquirente do controle realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos;

(ii) caso os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária deliberem a saída da Companhia do Novo Mercado, o acionista controlador da Companhia deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações, se a saída ocorrer (i) para negociação de seus valores mobiliários fora do Novo Mercado, ou (ii) por reorganização societária na qual os valores mobiliários da Companhia resultantes de tal reorganização não sejam admitidos para negociação no Novo Mercado no prazo de 120 dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a operação. O preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação nos termos do Estatuto Social da Companhia, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis;

(iii) na hipótese de não haver acionista controlador, caso a Assembleia Geral delibere (i) pela saída da Companhia do Novo Mercado, em razão de registro para negociação de seus valores mobiliários fora do referido segmento de listagem, ou (ii) pela reorganização societária da Companhia, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, no prazo de 120 dias contados da realização da Assembleia Geral que aprovou a referida operação; a saída do Novo Mercado estará condicionada à realização de oferta pública nas mesmas condições previstas no item (ii) acima. Nesse caso, competirá à mesma Assembleia Geral definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública prevista neste item, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia Geral, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta. Em relação à Assembleia Geral que deliberar pela reorganização societária, na ausência de definição do(s) responsável(is) pela realização da oferta pública, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta pública;

(iv) na hipótese de a saída da Companhia do Novo Mercado ocorrer em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, o acionista controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, nos termos previstos no item (ii) acima (ou (iii) na hipótese de não haver acionista controlador), caso o descumprimento decorra (i) de deliberação em Assembleia Geral, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implique o descumprimento; e (ii) de ato ou fato da administração, os administradores deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado. Na hipótese (ii) acima, competirá à mesma Assembleia Geral definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública ali indicada, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia Geral, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta; (v) na hipótese de cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia, haverá obrigatoriedade de oferta pública, a ser lançada pelo acionista controlador ou pela Companhia, nos termos da legislação vigente e do Estatuto Social da Companhia; e

(vi) é facultada a formulação de uma única oferta pública, visando a mais de uma das finalidades previstas nesta seção, no Regulamento de Listagem no Novo Mercado na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável. Após uma operação de alienação de controle da Companhia e da subsequente realização de oferta pública, conforme o item (i) acima, o adquirente do controle, quando necessário, deverá tomar as medidas cabíveis para recompor o *Percentual Mínimo de Ações em Circulação*, conforme definido no Regulamento do Novo Mercado, dentro dos seis meses subsequentes à aquisição do poder de controle. Nos casos de oferta pública de saída do Novo Mercado e cancelamento de registro de companhia aberta, o preço da oferta pública deverá ser estabelecido em laudo, que deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente do poder de decisão da Companhia, seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do Parágrafo 1º do Artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações e conter a responsabilidade prevista no Parágrafo 6º do mesmo Artigo 8º. Nesses casos, a escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria absoluta dos votos das Ações em Circulação manifestados na Assembleia Geral que (i) se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% do total de Ações em Circulação; ou (ii) se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes de Ações em Circulação.

Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, "**Percentual Mínimo de Ações em Circulação**" significa as Ações em Circulação que a Companhia deve ter para ser admitida no Novo Mercado, percentual esse que deve ser mantido durante todo o período em que os valores mobiliários por ela emitidos permaneçam registrados para negociação no Novo Mercado, as quais devem totalizar pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do total do capital social da Companhia.

Ainda nos termos do Regulamento do Novo Mercado, "**Ações em Circulação**" significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo acionista controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia, aquelas em tesouraria e preferenciais de classe especial que tenham por fim garantir direitos políticos diferenciados, sejam intransferíveis e de propriedade exclusiva do ente desestatizante.

O Estatuto Social da Companhia prevê que pode ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo de 30 dias para seu exercício de que trata o parágrafo quarto do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações nas emissões de ações e debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

A Lei das Sociedades por Ações outorga à assembleia geral o direito de suspender o exercício de direitos pelo acionista que deixar de cumprir obrigação imposta por lei ou pelo estatuto social da Companhia, cessando tal suspensão imediatamente após o cumprimento de tal obrigação. O estatuto social da Companhia não prevê qualquer hipótese de restrição de exercício de direitos pelos acionistas.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não realizou emissões ou negociações com valores mobiliários entre 2013 e a data de apresentação deste Formulário de Referência.

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos no Brasil, além de suas ações ordinárias.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

A Companhia está em processo de requerimento de registro como companhia aberta junto à CVM e de listagem perante a BM&FBovespa. Uma vez concedidos o registro e a listagem, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão admitidas à negociação no segmento do Novo Mercado da BM&FBovespa.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros até a data de apresentação deste Formulário de Referência.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior até a data de apresentação deste Formulário de Referência.

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma oferta pública de distribuição de ações de emissão da Companhia foi realizada até a data de apresentação deste Formulário de Referência.

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma oferta pública de distribuição de valores mobiliários foi realizada pela Companhia até a data de apresentação deste Formulário de Referência.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma oferta pública de distribuição de valores mobiliários foi realizada pela Companhia até a data de apresentação deste Formulário de Referência.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma oferta pública de distribuição de valores mobiliários foi realizada pela Companhia até a data de apresentação deste Formulário de Referência.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição de ações de emissão de terceiros nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2013, 2014 e 2015 e no exercício social de 2016.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia entende que todas as informações relevantes foram incluídas nos demais itens desta Seção 18 do Formulário de Referência.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia, até a data deste Formulário de Referência, não aprovou qualquer plano de recompra de ações.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui valores mobiliários mantidos em tesouraria até a data de apresentação deste Formulário de Referência.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia entende que todas as informações relevantes foram incluídas nos demais itens desta Seção 19 do Formulário de Referência.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação 09/12/2016

Cargo e/ou função A Companhia, os administradores, os conselheiros fiscais, os funcionários com acesso a informação privilegiada, os membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, assim como os acionistas controladores, diretos e indiretos, sociedades controladas e as pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição no acionista controlador, direto ou indireto, ou em sociedades controladas, possam ter conhecimento de informação privilegiada sobre a Companhia, e que tenham aderido à Política de Negociação de Valores Mobiliários ("Pessoas Vinculadas").

Principais características e locais de consulta

Estabelecer as regras que deverão ser observadas visando a coibir e punir a utilização de informações privilegiadas sobre ato ou fato relevante relativo à Companhia, ou informações privilegiadas, em benefício próprio das Pessoas Vinculadas em negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia, e enunciar as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos por lei, a negociação de tais valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM 358 e das nossas políticas internas. Tais regras também procuram coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de informações privilegiadas) e tipping (dicas de informações privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia. A adesão à Política de Negociação é obrigatória por todas as Pessoas Vinculadas, mediante assinatura de Termo de Adesão.

A Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, na Rua Aimorés, 66, Funcionários, CEP 30140-070; e (ii) internet: site da Companhia (<http://www3.hermespardini.com.br/RI>), site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br).

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização Nenhuma Pessoa Vinculada com acesso à informação privilegiada poderá negociar a qualquer tempo valores mobiliários de emissão da Companhia, independente de determinação do Diretor de Relações com Investidores, antes que tal informação seja divulgada ao mercado. As Pessoas Vinculadas não poderão negociar valores mobiliários de emissão da Companhia nos "Períodos de Impedimento à Negociação", que são definidos na regulamentação aplicável e pelo Diretor de Relações com Investidores. Os Períodos de Impedimento à Negociação incluem os seguintes prazos: (i) os 15 dias que antecedem a divulgação de informações periódicas pela Companhia, como ITR e DFP; e (ii) o período entre a data de deliberação do órgão competente de aumentar o capital social, distribuir dividendos e pagar juros sobre capital próprio e a publicação de seus respectivos editais e anúncios;

20.2 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta Seção 20.

As normas, regimentos e procedimentos internos relativos à divulgação de informações que a Companhia adota estão descritos na sua Política de Divulgação, conforme disposta no item 21.2 deste Formulário de Referência.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“**Instrução CVM 358**”) disciplina as regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e à aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante que origina a obrigatoriedade de divulgação ao mercado. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, deliberações de assembleia geral de acionistas ou dos órgãos de administração da companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, negociais, financeiros ou econômicos relacionados aos negócios da companhia que possam influenciar de modo ponderável (i) na cotação de suas ações ou quaisquer valores mobiliários de sua emissão ou a eles referenciados; (ii) na decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais valores mobiliários; (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes aos valores mobiliários;
- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, a alteração de qualquer acordo de acionistas em que a Companhia seja parte, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à companhia em questão;
- obrigam a companhia aberta e seu Diretor de Relações com Investidores a enviar atos ou fatos relevantes à CVM, por meio de sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores e à BM&FBOVESPA (Sistema IPE), bem como divulgar ao mercado em geral, por meio de, no mínimo, um dos seguintes canais de comunicação (i) jornais de grande circulação geralmente utilizados pela referida companhia; ou (ii) de pelo menos 1 (um) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade;
- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;
- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto informem a tal companhia o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas controladas e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer mudanças em referidas posições acionárias, informação esta que será transmitida à CVM e à BM&FBOVESPA pelo Diretor de Relação com Investidores da companhia aberta;
- estabelece que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração ou do conselho fiscal de uma companhia de capital aberto, bem como qualquer outra pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas naturais ou jurídicas, agindo em conjunto ou representando o mesmo interesse, realize negócio ou o conjunto de negócios por consequência do qual sua participação direta ou indireta ultrapasse, para cima ou para baixo, os patamares de 5%, 10%, 15%, e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social da Companhia, referida pessoa deverá divulgar as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

Em observância às normas da CVM e da BM&FBOVESPA, em 9 de dezembro de 2016, foi aprovada em assembleia geral de acionistas da Companhia, a “Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante do Instituto Hermes Pardini S.A.” (“Política de Divulgação”), cujas regras devem ser observadas por todas aquelas pessoas relacionadas no artigo 13 da Instrução CVM 358 (“Destinatários”). Os Destinatários deverão assinar o Termo de Adesão à Política de Divulgação.

A Política de Divulgação visa (i) prestar informação completa aos acionistas da Companhia e aos investidores em geral; (ii) garantir ampla e imediata divulgação de Ato ou Fato Relevante; (iii) possibilitar acesso equânime às informações públicas sobre a Companhia aos acionistas da Companhia e aos investidores em geral; (iv) zelar pelo sigilo de Ato ou Fato Relevante não divulgado; (v) colaborar para a estabilidade e o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro; e (vi) consolidar práticas de boa governança corporativa na Companhia.

Para alcançar tais princípios e objetivos, a Política de Divulgação estabelece que cumpre ao Diretor de Relação com Investidores da Companhia a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante, cabendo a ele (i) comunicar e divulgar o ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia imediatamente após a sua ocorrência; (ii) realizar a divulgação de ato ou fato relevante de forma a preceder ou ser realizado simultaneamente à veiculação por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior; e (iii) avaliar a necessidade de solicitar, sempre simultaneamente, à BM&FBOVESPA e, se for o caso, às outras bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam ou venham a ser admitidos à negociação, no País ou no exterior, pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante, caso seja imperativo que a divulgação de ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação.

O ato ou fato relevante deverá ser divulgado por meio (i) da página na rede mundial de computadores de um portal de notícias; (ii) da página na rede mundial de computadores da Companhia (<http://www3.hermespardini.com.br/RI>), em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e à bolsa de valores ou mercados de balcão organizado nas quais os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação; e (iii) do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema Empresas.Net). Não obstante a divulgação de ato ou fato relevante pelos canais de comunicação supramencionados, qualquer ato ou fato relevante poderá ser também publicado em jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Companhia.

Consta da Política de Divulgação da Companhia lista exemplificativa de modalidades de ato ou fato relevante, conforme Instrução CVM 358, sendo que os Destinatários devem observar que (i) a ocorrência de qualquer dessas modalidades não se constitui necessariamente em um ato ou fato relevante, uma vez que essa ocorrência deve ter a capacidade de influenciar de modo ponderável a decisão de negociação dos investidores em valores mobiliários; e (ii) a lista é meramente exemplificativa, não esgotando ou limitando as possibilidades de ocorrência e caracterização do ato ou fato relevante.

De acordo com a regulamentação da CVM aplicável e a Política de Divulgação da Companhia, é considerada uma “Informação Relevante” qualquer decisão de eventual acionista controlador, deliberações de assembleia geral de acionistas ou de órgão da administração da Companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, negociais, financeiros ou econômicos relacionados aos negócios da Companhia que possam influenciar de modo

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

ponderável (i) na cotação dos valores mobiliários de sua emissão ou a eles referenciados; (ii) na decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou quaisquer valores mobiliários; (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes aos valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a ele referenciados.

Os Destinatários devem, ainda, guardar completo sigilo acerca de ato ou fato relevante sobre os negócios da Companhia ainda não divulgados ao mercado, devendo dar a este difusão restrita, somente quando necessária para o desenvolvimento desses negócios, sempre em caráter confidencial e de forma limitada de divulgação, nos termos da Política de Divulgação da Companhia.

Quando se tratar de informação sigilosa ou potencialmente relevante, ainda não divulgada ao mercado, os Destinatários devem obrigatoriamente, nos termos da Política de Divulgação:

- reportá-las imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores;
- não discutir a informação confidencial na presença de terceiros que dela não tenham conhecimento, ainda que se possa esperar que referido terceiro não possa intuir o significado da conversa;
- não discutir a informação confidencial em conferências telefônicas nas quais não se possa ter certeza de quem efetivamente esteja participando;
- manter documentos de qualquer espécie referentes à informação confidencial, inclusive anotações pessoais manuscritas, em cofre, armário ou arquivo fechado, ao qual tenha acesso apenas pessoas autorizadas a conhecer a informação;
- gerar documentos e arquivos eletrônicos referentes à informação confidencial sempre com proteção de sistemas de senha;
- circular internamente os documentos que contenham informação confidencial em envelopes lacrados, os quais deverão ser sempre entregues diretamente ao respectivo destinatário;
- não enviar documentos com informação confidencial por fac-símile, a não ser quando haja certeza de que apenas pessoa autorizada a tomar conhecimento da informação terá acesso ao aparelho receptor;
- exigir de terceiro externo à Companhia que precise ter acesso à informação confidencial a assinatura de um termo de confidencialidade, no qual deve ser especificada a natureza da informação e constar a declaração de que o terceiro reconhece o seu caráter confidencial, comprometendo-se a não divulgá-la a qualquer outra pessoa e a não negociar com Valores Mobiliários antes da divulgação da informação ao mercado; e
- comunicar imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores sobre suspeita ou ocorrência de vazamento dessas informações do seu círculo restrito e determinável.

De acordo com a Política de Divulgação, um ato ou fato relevante deve ser imediatamente divulgado, salvo quando sua manutenção sob sigilo for indispensável para preservar os legítimos interesses da Companhia.

O ato ou fato relevante poderá, em caráter excepcional, não ser divulgado quando os acionistas controladores e/ou os administradores da Companhia entenderem que sua divulgação colocará em risco seu interesse legítimo, observando-se, adicionalmente, o que segue:

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

- os acionistas controladores ou administradores que decidirem pela manutenção do sigilo em seu benefício deverão cientificar imediata e formalmente o Diretor de Relações com Investidores da Companhia do ato ou fato tido como relevante em estado sigiloso, dando conhecimento das informações necessárias ao seu correto entendimento para que, por si só, sejam capazes de subsidiar eventual divulgação nos termos da Instrução CVM 358;
- o Diretor de Relações com Investidores da Companhia, ou ainda, os demais administradores ou acionistas controladores da Companhia – estes dois últimos grupos, mediante comunicação simultânea ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia – poderão solicitar a apreciação da manutenção de sigilo à CVM, desde que em envelope registrado, lacrado e com advertência de confidencialidade, tendo como destinatário o Presidente da CVM; e
- em qualquer hipóteses de manutenção do sigilo de ato ou fato relevante, ou quando a situação escapar ao controle dos Destinatários, o Diretor de Relações com Investidores da Companhia deve ser informado imediatamente e este deverá adotar os procedimentos previstos no item acima ou divulgar imediatamente o respectivo ato ou fato relevante, caso que não eximirá os acionistas controladores e os administradores da Companhia de sua responsabilidade pela divulgação.

Os administradores da Companhia são obrigados a comunicar à Companhia, à CVM e à entidade de mercado nos quais os valores mobiliários emitidos pela Companhia sejam admitidos à negociação, a quantidade, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de emissão da Companhia e de sociedades controladas ou controladoras, desde que companhias abertas, de que sejam titulares. Devem, ainda, comunicar os valores mobiliários emitidos por essas companhias que pertençam (i) ao cônjuge do qual não estejam separados judicialmente; (ii) ao companheiro; (iii) a qualquer dependente incluído na declaração anual de imposto sobre a renda; e (iv) a sociedades controladas direta ou indiretamente.

Todos os Destinatários da Política de Divulgação da Companhia são responsáveis por não divulgar ato ou fato relevante de forma privilegiada, ainda que em reuniões, públicas ou restritas, devendo previamente à veiculação de ato ou fato relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior, os Destinatários deverão contatar e submeter o material objeto de exposição ou divulgação ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia, em caráter confidencial, o qual tomará as providências necessárias à divulgação simultânea de informações, se for o caso.

Exceto pelo descrito acima, não há outras normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que tais informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

A Política de Divulgação da Companhia pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, na Rua Aimorés, 66, Funcionários, CEP 30140-070; e (ii) internet: site da Companhia (<http://www3.hermespardini.com.br/RI>); site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br).

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Diretor de Relações com Investidores.

21.7 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta Seção 21.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)